

# EJI PATER II Encontro de Jovens Investigadores em Património e Território

Hugo Aluai Sampaio  
Jorge Ribeiro  
Márcia Oliveira  
Daniela Cardoso  
Juliana Alves  
António Pereira  
Natália Pereira  
Ricardo Gôja  
Sara Silva  
Maria Inês Graça  
Ana Lopes  
João Carvalho  
Luís Ferreira  
Elaine Scalabrini  
(Coord.)

Landscapes      Coleção  
Heritage &      Paisagens  
Territory      Património &  
Collection      Território

EJI PATER II  
Encontro de Jovens Investigadores  
em Património e Território

Hugo Aluai Sampaio  
Jorge Ribeiro  
Márcia Oliveira  
Daniela Cardoso  
Juliana Alves  
António Pereira  
Natália Pereira  
Ricardo Gôja  
Sara Silva  
Maria Inês Graça  
Ana Lopes  
João Carvalho  
Luís Ferreira  
Elaine Scalabrini  
(coord.)

## Ficha técnica

*EJI PATER II – Encontro de Jovens Investigadores  
em Património e Território*

Coordenação: Hugo Aluai Sampaio, Jorge Ribeiro,  
Márcia Oliveira, Daniela Cardoso, Juliana Alves, António Pereira,  
Natália Pereira, Ricardo Gôja, Sara Silva, Maria Inês Graça,  
Ana Lopes, João Carvalho, Luís Ferreira, Elaine Scalabrini, (coord.)

Design Gráfico: Macedo Cannatà

Editado por: Lab2PT  
Coleção Paisagens, Património & Território / Investigação  
Landscapes, Heritage and Territory Collection / Research

Impressão e acabamento: Copissaurio Repro-Centro  
de Impressão, Unipessoal, Lda

Tiragem:4

ISBN: 978-989-8963-50-5

Depósito legal:

Lab2PT

[www.lab2pt.net](http://www.lab2pt.net)

Instituto de Ciências Sociais  
Universidade do Minho  
Campus de Gualtar  
4710-057 Braga

Escola de Arquitetura, Arte e Design  
Universidade do Minho  
Campus de Azurém  
4800-058 Guimarães

© 2022, Lab2PT e autores



Esta iniciativa foi apoiada através do Financiamento Plurianual do Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT), Ref.<sup>a</sup> UID/04509/2020, financiado por fundos nacionais (PIDDAC) através da FCT/MCTES.



8	Apresentação Autores	138	Tríptico da Paixão de Cristo: O percurso de uma obra de arte Inês Costa, Virgínia Gomes, Paula Menino Homem
10	Paisagem/Variantes: A paisagem contemporânea através da fotografia de Guido Guidi André Castanho	150	Educação dos príncipes (sécs. XIV-XV): os tratados, a produção literária e a dinastia de Avis Isaura Magali dos Santos
28	Famílias em Museus: Proposta para a Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio Andreia dos Santos Diogo	168	O Enquadramento Teórico e Conceptual da Ação da DGEMN no contexto europeu (1931-1975) Joana Camacho
42	Dinâmica associativa católica em contexto rural feminino: a Arquidiocese de Braga (1933 -1974) Carina Raquel Gomes Ferreira	184	Da família para a comunidade: o património documental de Fernando da Silva Correia Joana Beato Ribeiro
54	Importância da Detecção Remota e dos SIG no estudo das áreas urbanas: o exemplo de Braga e de Guimarães entre 1984 e 2016 Catarina de Almeida Pinheiro	202	Arquivos, historiografia e património: a escrita da História da Arquitetura Moderna em Portugal, da pesquisa ao debate sobre preservação José Pedro Tenreiro
74	Morrer na cidade: as práticas funerárias das necrópoles de Bracara Augusta Cristina Vilas Boas Braga	214	Identificação de dispositivos de infiltração e drenagem nas planícies de Marromeu – Unidades elementares na zonografia de cheias do baixo Zambeze – Moçambique. Luís Joaquim Maloa, Carlos Leal Gomes, Juliana Barros
90	Sistema Carbonífero do Douro Daniela Alves Ribeiro	226	Estrada de ferro São Luís – Teresina: Evolução histórico-paisagística e valorização patrimonial de um caminho de ferro no nordeste brasileiro Luísa Franzen Ghignatti
108	Contra a “generosidade do industrialismo”: as funções das organizações operárias bracarenses durante a I República (1910-26) Débora Val Escadas	248	A distribuição da propriedade: os Baldios, alienação e resistência. Um estudo exploratório da utilização do território como viabilidade económica e as repercussões sociais Marcos Mesquita
126	O tesouro da ‘Casa da Bica’ e as atividades económicas de Bracara nos séculos IV-V Diego Machado, Manuela Martins, Fernanda Magalhães, Natália Botica		

266	A paisagem sertaneja do Seridó Potiguar Maria Rita de Lima Assunção	416	O atual concelho de Oliveira do Hospital nas inquirições de D. Afonso III: propriedade, senhorios e conflitos Rodolfo Petronilho Feio
284	Espaços e devoções da comunidade da Foz do Douro Marisa Pereira Santos	436	Dos processos de organização do território: Braga e a modelação da paisagem em época pré-romana Sandra Brito, Helena Carvalho, Marta Labastida, Madalena Pinto da Silva
304	Estado da questão na sub-região do Oeste – Portugal. Sítios arqueológicos identificados e os mecanismos a nível municipal para a sua gestão – PDM e cartas arqueológicas Martim Lopes, Tomás Mesquita	452	Four places by the roadside A contribution to (re)designing the top of Monte da Arrábida (Porto) Sílvia Ramos
322	Identificação de fontes de matérias-primas de artefactos líticos pré-históricos: discussão de algumas questões metodológicas Pedro Xavier, Carlos Alves		
336	A Área de Proteção do Ambiente Cultural São Cristóvão: seus patrimônios e territórios culturais Raquel Aquino de Araújo		
354	Integração, Adaptação, Reconversão. Planeamento urbano da orla costeira face à subida da água do mar no caso de Vila Chã Raquel Matos Coelho, José Lage Abreu		
374	Espaço físico e território nas representações de “Casa” e “Casa de Sonho” Raquel Ribeiro		
392	Evidência e análise descritiva de litótipos exóticos portugueses com aptidão ornamental Roberta Lobarinhas, Raquel Alves, Carlos Leal Gomes		



## Apresentação

A ideia do Encontro de *Jovens Investigadores em Patrimônio e Território* – EJI PATER pretendia, desde o momento da sua idealização, promover a participação dos investigadores mais jovens no âmbito de dois eixos principais: o Patrimônio e o Território.

Na sua base, nunca foi pretensão afastar o natural caminho da tutoria que faz parte do processo de crescimento de cada jovem investigador, mas abrir espaço a um ambiente diferenciado e menos formal sem, contudo, descuidar da responsabilidade de promover a busca de investigação científica de qualidade devidamente validada.

Mas, mais do que esta aproximação a um ambiente distinto dos Congressos da Especialidade, o evento pretendia apostar claramente naquilo que são, para alguns, os primeiros passos no processo investigativo. Não apenas abrindo a possibilidade de participação ativa, através da submissão de trabalhos (comunicações ou posters), como através da participação passiva, enquanto espetadores.

O grande desafio, claramente assumido à partida, passava pela aposta, também, na multi e interdisciplinaridade. Assim, e partindo da convergência de sinergias de investigadores integrados e colaboradores do Laboratório de Paisagens, Patrimônio e Território (Lab2PT) da Universidade do Minho, apostava-se, também, naquela que é uma das principais características desta Unidade de Investigação & Desenvolvimento avaliada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia como de Excelência, a sua interdisciplinaridade.

Além de um espaço de abertura à promoção do trabalho de investigação individual ou conjunto, o EJI PATER pretendia ser, ainda, um espaço de inspiração para todos os seus participantes. Neste sentido, sempre foi pensado como local onde a apresentação de ideias e a discussão de resultados servisse como tónico e estímulo à investigação futura. Ao mesmo tempo, e no que respeita àqueles que anseiam enveredar por esse caminho, é pressuposto do evento cativar esses futuros investigadores.

Também a promoção de um espaço de debate aberto, livre de preconceitos, visava facilitar a transmissão de ideias e conhecimentos, mas, sobretudo, incentivar o cruzamento de visões baseadas em formações de variada ordem.

Não se fechando em si mesmo, o evento procura ser plural e abrangente, não apenas nas temáticas, como também no leque de participantes. Assim, tem sido preocupação, no que já são as duas edições do EJI PATER, o estimular a partilha intra e inter Academias, democratizando a participação a todos aqueles que, institucionalmente, não têm vínculo com a Universidade do Minho ou o Lab2PT.

Contando já com duas sessões bianuais, o EJI PATER vem consolidando o seu caminho, não deixando de assumir a sua pretensão em tornar-se um evento marcante para todos os jovens investigadores.

O evento não esquece, igualmente, a sua responsabilidade sustentável para com o Ambiente, propondo-se a ser o menos impactante. O presente volume é, precisamente, prova disso. O seu formato digital contraria o uso de papel e o recurso à impressão, além de se mostrar de fácil partilha, permitindo divulgar de forma simples os seus conteúdos.

Os novos tempos são desafiantes como nunca o foram. Torna-se por isso primordial que haja a perseverança, a audácia e a criatividade de, num contexto altamente limitador, conseguir estimular e levar avante aquilo que a Academia tem de melhor, os seus Jovens Investigadores, o seu futuro.

Não será de estranhar, pois, que após a 2ª Edição de um evento pensado para ser bianual e que se materializa (em parte) nesta publicação graças ao importante contributo de diversos participantes, seja ambição do Comité de Organização aspirar a continuar a elevar a fasquia. Como tal, será essencial dar parte de si e do seu tempo, cujo prazer de saborear o sucesso de cada edição não tem palavras. Mas, para isso ser possível, todos os seus membros agradecem o apoio essencial da Universidade do Minho e, em especial, da Direção do Lab2PT e respetivos coordenadores, investigadores e colaboradores, sem os quais a consecução do EJI PATER seria impossível. Este livro é, também, uma forma de reconhecimento a essa ajuda, a quem o dedicamos.

Pel'os Coordenadores

# Paisagem/Variantes: A paisagem contemporânea através da fotografia de Guido Guidi

## Resumo

A notoriedade do fotógrafo italiano Guido Guidi (n. Cesena, 1941) tem crescido nos últimos anos. O seu trabalho tem sido revelado e redescoberto pelo público mais generalista através de publicações e exposições. Com uma atividade que se expande por mais de 40 anos, Guido tem desenvolvido uma forma particular de interpretação da paisagem através do meio fotográfico. Para isto contribui não só uma metodologia específica de atuar com a fotografia, mas também, um modo de a aplicar ao contexto dos eventos da transformação do território e da paisagem. Com este texto ensaia-se uma análise que procura estabelecer um ponto de vista crítico através da relação que o fotógrafo estabelece entre as disciplinas da fotografia e da paisagem e entre as possibilidades de uma reconhecer a outra. Partindo da publicação de *Per Strada*, de 2018, mas alargando-se para outros trabalhos, o ensaio visa procurar no passado biográfico e académico do fotógrafo, motivos para o desenvolvimento da sua metodologia de trabalho e na forma como esta é aplicada em função da paisagem contemporânea.

Palavras-chave: Guido Guidi; Fotografia; Paisagem; Representação; *Per Strada*.

## Abstract

The notoriety of the Italian photographer Guido Guidi (b. Cesena, 1941) has grown in recent years. His work has been revealed and rediscovered by a more generalist public through publications and discoveries. With an activity that expands for more than 40 years, Guido has developed a particular way of interpreting the landscape through the photographic medium. This contributes not only to a specific methodology of working with photography, but also, a way of applying it to the context of events that transform both territory and landscape. This text rehearses an analysis that seeks to establish a critical point of view through the relationship that the photographer develops between the disciplines of photography and landscape and between the possibilities of one recognize the other. Starting with the publication of *Per Strada*, from 2018, but extending to other works, the essay aims to look at the photographer's biographical and academic past, reasons for the development of his work methodology and the way it is applied according to the contemporary.

Keywords: Guido Guidi; Photography; Landscape; Representation; *Per Strada*.



## Paisagem/Variantes

A notoriedade do fotógrafo italiano Guido Guidi (n. Cesena, 1941) tem crescido nos últimos anos. O seu trabalho tem sido revelado e redescoberto pelo público mais generalista através de algumas iniciativas no âmbito de publicações e exposições. Uma das publicações que marca esta fase é *Per Strada* (Guidi, 2018): um conjunto de 3 volumes que junta imagens das décadas de 80 e 90, publicado pela conhecida editora inglesa Mack Books, transportando para o panorama da contemporaneidade o longo de trabalho de pesquisa em torno da fotografia e da paisagem.

O presente ensaio tem com o objetivo estabelecer um ponto de análise crítico a esse aspeto: através da sua obra conseguimos denotar uma relação específica com a fotografia enquanto arte e disciplina e, ao mesmo tempo com a paisagem. Que reciprocidade existe nestas posturas? Em que medida se influenciam? Que contexto social e cultural enquadra a produção e o emprego da fotografia na obra de Guido Guidi?

O trabalho que Guido tem vindo a desenvolver nos últimos quarenta anos, tal como se demonstra em *Per Strada*, é elaborado sob uma forma particular de interpretação da paisagem através do meio fotográfico. Para isto contribui não só uma metodologia específica de trabalhar com a fotografia, mas também, um modo de a aplicar ao contexto dos eventos da transformação do território e da paisagem. Ensaia-se, por isso, uma análise que procura estabelecer um ponto de vista crítico através da relação que este estabelece entre as duas disciplinas e entre as possibilidades de uma reconhecer a outra.

As suas fotografias podem ser consideradas um conjunto de imagens que procuram na conjugação em série e em sequência a desconstrução de uma certa imagem cristalizada e canonizada da paisagem. O rudimentar e o decadente são a permanência na representação do impermanente conduzindo o espectador para o domínio da estranheza, do onírico e para o lugar da dúvida sobre aquilo que se julga conhecer e dominar: objetos banais, lugares comuns e marcas que o olhar rotineiro e mecanizado raramente dá importância.

Partindo da publicação de *Per Strada*, mas alargando-se para outras, este trabalho visa procurar no passado biográfico e académico do fotógrafo motivos para o desenvolvimento da sua metodologia de trabalho e nas formas como esta é aplicada em função da paisagem contemporânea.

Figura 1  
Mapa da região da  
Emília-Romanha. Desenho  
da capa de fascículo de  
*Per Strada*. (2018, Guido  
Guidi©, *Per Strada*).



### A cidade “ovo-mexido”

Situada na região de Emília-Romanha, a localidade de Ronta, terra natal de Guido Guidi, faz parte do *Comune* de Cesena em plena planície agrícola. A Este vai desaguar na costa adriática, a Sul fragmenta-se nos montes Apeninos e a Norte cose-se com a região do Vêneto através do rio Pó. Cesena é uma das principais cidades que compõe este extenso vale e implanta-se sobre a antiquíssima Via Emilia, eixo de origem romana, atravessa todo a região desde Piacenza, a Norte, até Rimini, na costa e ligando importantes cidades da região. [Figura 1]

Nascido em 1941, no ambiente rural que caracterizava a região no final do fascismo em Itália, Guido foi testemunhando, ao longo da sua infância e da sua adolescência, as rápidas transformações que transferiram os paradigmas de uma comunidade assente na economia agrícola, para a sua abertura à industrialização e mecanização. A ordem aparente associada às comunidades rurais foi transitou para a paisagem da cidade difusa, expandida pelo território e sem limites evidentes. Entre a criação de novas dinâmicas, o abandono e a transformação de outras, a planície agrícola e as pequenas comunidades rurais foram ganhando uma moldura imprecisa e heterogênea, e incorporando novas formas de ordenamento do território.

Numa entrevista ao jornal inglês *The Guardian*, em finais de 2018, Guido faz referência a estes processos: “A história da cidade é como um ovo. A cidade antiga era um ovo cozido, com limites muito claros definidos pelas suas muralhas. Depois ficou um ovo frito, com os seus limites deformados. Hoje, é como um ovo-mexido, sem forma.” (Higgins, 2018). A entrevista ocorre no seguimento do lançamento de *Per Strada*, publicado no final desse

ano. *Per Strada*, constitui uma coletânea com cerca de 300 cujo tema central é a Via Emília [Figura 1].

Não se restringe, no entanto, aos limites físicos deste espaço, trabalhando-o antes como um espaço alegórico, a Via Emília é um fio condutor que, num raio de 30/40 quilómetros, representam uma exploração do fotógrafo na sua geografia biográfica e da paisagem que viu transformar-se rapidamente.

Um exemplo desta paisagem agrícola inquieta pode ser dado por uma sequência de fotografias apresentada em *Per Strada* realizadas a partir da construção da autoestrada A14, eixo paralelo à Via Emília. Esta nova estrada, adequada às velocidades contemporâneas e que a velha Via não conseguia suportar, atravessa toda a planície num rompimento abrupto de espacialidade e de contraste com o cenário agrícola. A estrada é representada na sua fase de construção, uma espécie de esvaziamento que reduz ao mais básico e rudimentar aquilo que se tem por mais progressista e inovador: areias remexidas e amontoadas, armaduras de ferro, barris atulhados em detritos e, por fim, camiões e máquinas que paradas, parecem descansar sobre o cenário como monstros adormecidos. Ao fundo, uma fimbria distante daquilo que pode representar a realidade vegetal, agrícola agora transformada. [Figura 2]

## Em Veneza: arquitetura, design e fotografia

Depois de ter completado o liceu artístico, Guido ingressa no curso de arquitetura da universidade de Veneza. Eram os primeiros anos da década de 60 e figuras como Carlo Scarpa e Bruno Zevi marcavam aquela que já era uma das escolas mais distintas na Europa. A influência destas figuras seria marcante ao longo da sua vida: Scarpa era um arquiteto de renome por uma atividade de projetual reconhecida, Zevi era também um grande vulto no campo teórico. Por esta altura Bruno Zevi estava de regresso dos Estados Unidos da América, onde se teria refugiado com o eclodir da II Guerra, e trazia daquele país um interesse marcante pela arquitetura anónima e popular. Do contacto com Zevi e a preponderância que este dava à arquitetura popular, Guido afirma: “(...) a arquitetura verdadeiramente funcional e moderna é a arquitetura vernacular, aquela que parte da necessidade fundamental (...), o desenho e projeto tornam-se belos quando atingem algo de necessário. (...) A beleza surge quando fazes um gesto essencial para sobreviver, não o gesto heroico e teatral da magnificência.” (Frongia e Guidi, 2007) Era fácil para Guido reconhecer este valor pois a sua própria experiência em Ronta o mantinham muito próximo deste tipo de construção e desta forma de encarar tanto a arquitetura como o ordenamento do território.



Figura 2  
Secante, 22 Aprile 1992.  
(2018, Guido Guidi©,  
*Per Strada*, vol.3, p.55).

Sem concluir o curso de arquitetura começa a frequentar o curso de Design Industrial em 1967 tendo, desta vez, contactado com Luigi Veronesi, artista plástico, e Italo Zannier, fotógrafo. A este ponto a arquitetura, na sua rigidez e controlo, bem como o desenho, nas suas convenções e restrições, traduziam-se numa reduzida liberdade, a liberdade que o contacto com as artes visuais permitia. Sobre estes anos recorda: “Pode-se dizer que comecei a fotografar para sair das convenções do desenho.” (Frongia, Guidi e Simi, 2018). A fotografia apresentava-se assim como uma nova hipótese de liberdade, uma “necessidade de voltar a trabalhar à mão livre, como um certo abandono do desenho de esquadro e compasso; uma necessidade de desenhar à mão livre, isto é, com a fotografia.” (Frongia, Guidi e Simi, 2018.)

A partir destes anos Guido começa a sua atividade de fotógrafo mais intensivamente. Com a influência das artes visuais e ao mesmo tempo, a experiência nos campos práticos e teóricos da arquitetura, começa a traçar um percurso de grande autonomia e liberdade de criação. Entre as décadas 60 e 70 o mundo académico viveu também grandes convulsões que nutriram muito o debate das artes e nas humanidades, contribuindo para o surgimento das vanguardas e de uma prática artística muito ancorada na representatividade conceptual das formas. A fotografia não era exceção.

A possibilidade de trabalhar ideias a partir da fotografia era essencialmente para quem já tinha prática na liberdade de desenho e conceção de formas. Com Italo Zannier, Guido teria a possibilidade de trabalhar metódica e sistematicamente com a câmara fotografia que, por sua vez, tinham um lado conceptual muito grande: “(...) com Italo Zannier fiz exercícios muito preciso com a câmara em tripé, operações que depois seriam ditas, de algum modo, conceptuais, baseadas na interação metódica.” (Frongia, Guidi e Simi, 2018.) [Figura 3]

A interação metódica refletia-se num trabalho em série e em sequência de fotografias que revelavam uma relação aprofundada com determinado objeto ou lugar, ou seja, uma forma de explorar a capacidade da fotografia de reconhecimento do espaço ao mesmo tempo que se desvincula de uma forma cristalizada de olhar para a história desses lugares ou mesmo de encarar a fotografia como um objeto uno e icónico.

## A fotografia como (in)disciplina

Para este tipo de prática está inerente um determinado da fotografia. Ou seja, um modo de fazer fotografia onde as possibilidades do meio servem também o propósito histórico de todas as referências e experiências que Guido foi absorvendo nos seus primeiros anos de trabalho. Uma heterogeneidade que fazem da fotografia uma *indisciplina*, no sentido em que a câmara fotográfica é um instrumento que, através das suas propriedades visuais, funda novos discursos enquanto síntese dos processos históricos e sociais que representa. No caso de Guido, as suas representações tratam quase de uma relação com a paisagem, do indivíduo perante o espaço que olha e que o olha.

Pelos anos 70 e 80, quando Guido começava a dar passos mais decididos na fotografia, surge uma corrente crítica que viria atestar as possibilidades heterogêneas da fotografia. Críticos como John Tagg afirmavam que “a fotografia como tal não tem identidade. O seu estatuto como tecnologia varia com as relações de poder que a administram. A sua natureza como prática depende das instituições e agentes que a definem e a preparam para o trabalho. A sua função como modo de produção cultural está presa a condições definidas de existência e, os seus produtos, são legíveis e significativos apenas dentro do valor particular que têm.” (Tagg, 1993).

Deborah Bright lê a paisagem como um enunciado de relações sociais e culturais e, por isso, o reflexo daqueles que a constroem, apresentava as possibilidades de uma fotografia de paisagem vinculada às posições culturais que escolhe retratar: “Em vez de aceitarmos os modelos artísticos e históricos de fotografia de paisagem ou procurarmos por “normas” universalizadas mas alternativas que os possam substituir, parece viável examinar



Figura 3  
Cesena, 1968. Impressão em sais de prata.  
(2019, Guido Guidi©,  
*Lunario*, p.11).

outras disciplinas tais como o planeamento urbano, a arquitetura paisagista ou a geografia. Nestas disciplinas a aproximação ao ambiente é analítica e a evidência fotográfica é usada para se focar em ratificações culturais.” (Bright, 1996).

Esta nova geração de críticos e analistas da fotografia tinha por base uma visão materialista da história. Ancoravam a sua prática nos pressupostos da dialética marxista e advogando sempre a exploração da fotografia em consequência de códigos sociais, culturais e institucionais específicos. A fotografia de paisagem foi sempre um caso particular de confluência de interesses culturais e sociais. As possibilidades que mantêm de relação entre indivíduo e ambiente construído permite sempre a leitura de um posicionamento político da obra como do autor. Porém, a grande maioria dos produtores de fotografia de paisagem enquadrados nos meios de produção artística raramente procura esta contextualização discursiva da sua obra. A tendência é para que estes sejam testemunhos formalistas desinteressados.

A crítica vanguardista localizou-se numa posição complementar, quando não oposta, a uma visão formalista da fotografia. A concorrente formalista, modernista, que dominou a crítica e a história da fotografia até aos anos 70, tinha por base uma conceção da fotografia como arte autónoma, com o seu valor

a residir em propriedades transversais entre as diferentes práticas fotográficas, quer esta se tratasse de uma fotografia de polícia, de uma fotografia amadora ou de uma fotografia artística. Por outro lado, os vanguardistas e pós-modernistas, viam o mecanismo fotográfico muito mais dependente da sua capacidade de registo e da sua permeabilidade aos círculos sociais que integrava.

É no discurso entre forma e conteúdo que se funda também a discussão entre as possibilidades documentais e artísticas das fotografias, e os seus limites ténues. No caso das fotografias de Guido, a linguagem documental com que trabalha, numa base de rigor perante o sujeito retratado, existe também a possibilidade uma metafórica sustentada num sistema de símbolos que se abre para as possibilidades interpretativas de cada espetador. A linguagem documental remete a prática de Guido para os pioneiros da fotografia do final do século XIX: o uso do grande formato, a exatidão e a nitidez que esta técnica permite, fazem das fotografias de Guido um registo de detalhe extremo e intemporal. Deste detalhe sobressai um sistema de marcas e pistas, mais do que emblemas com uma estrutura de significado fixo, mas um conjunto de sinais que permitem ao espectador aproximar-se de uma determinada mensagem nas fotografias de Guido.

## Eugène Atget e Walker Evans

Ainda em período académico, Guido toma contacto com muitos e importantes trabalhos fotográficos que se desenvolviam naquele período. Contudo é o contacto com a obra de Eugène Atget (1857–1927, França) e de Walker Evans (1903–1975, EUA) que, provavelmente, mais influência exerceram na sua forma de encarar a fotografia. Também estes dois fotógrafos foram uma fonte a o desenvolvimento do debate entre o documento e o objeto artístico na fotografia.

Eugène Atget e Walker Evans são duas referências incontornáveis no panorama da fotografia documental de paisagem. Atget desenvolveu todo o seu trabalho na cidade de Paris durante o período em que esta se destacava como uma das maiores metrópoles mundiais; finais do século XIX e início do século XX. O seu trabalho é normalmente associado à figura do *flâneur*, pois Atget fotografava maioritariamente às horas do crepúsculo, o que se traduzia numa grande ambiguidade. Nas suas fotografias existe um aspeto fantasmagórico latente que contrasta precisamente com a ideia da metrópole de Paris. Ao mesmo tempo os temas que representava fugiam dessa imagem de Paris moderna e concentrava-se em aspetos marginais, em cenários e eventos em vias de desaparecimento. A sua procura acabava por estar ligada a uma série de outras atividades profissionais e instituições que lhe faziam encomendas ou compravam fotografias do seu arquivo.



**Figura 4**  
Rue St. Rustique,  
Março 1922  
(©Library of Congress,  
Prints & Photographs  
Division, LC-  
USZ62-105725).

**Figura 5**  
Negro barber shop,  
Atlanta, Georgia.  
(1936, © Library of  
Congress, Prints &  
Photographs Division,  
Farm Security  
Administration/Office  
of War Information  
Black-and-White Negatives  
LC-USF33-009174-M2).

Arquitetos, pintores, designers, decoradores, eram alguns desses profissionais que recorriam aos seus *documentos*; a Comissão dos Monumentos Históricos era uma das instituições principais dos clientes de Atget tendo constituído um grande arquivo ao longo daqueles anos (Nesbit, 1992). [Figura 4]

A integração de Atget no meio artístico só é feita posteriormente, já perto da sua morte, e por meios exteriores a si. Primeiro foram os Surrealistas que, nos anos 20, encontravam nas suas fotografias a dimensão ubíqua e onírica que muitas vezes procuravam nas suas obras. Posteriormente a fotógrafa Berenice Abbott compra parte do seu arquivo e levando-o para os Estados Unidos onde, mais tarde, seria integrado no acervo do Museu de Arte Moderna (MoMA).

Evans, americano nascido em St Louis, mudou-se ainda jovem para Nova Iorque. Descendia de uma família de classe média alta e teve, inclusive, oportunidade de estudar na Sorbonne durante um ano que passou na Europa, entre 1926 e 1927. O seu contacto com Atget seria, no entanto, posterior, já regressado a Nova Iorque. A sua grande inclinação para a literatura, motivo que o fizera rumar até Paris, estaria na base do seu interesse por Atget e, posteriormente, numa linguagem fotográfica que o próprio viria a denominar como “documentário lírico.” Ao contrário de Atget, que negava o valor artístico das suas fotos, Evans negava o seu valor estritamente documental. Durante estas décadas houve uma grande eclosão do movimento fotojornalístico e Evans, embora partindo dos círculos redigiam sobre a atualidade social e cultural, sempre procurou trabalhar as suas imagens no sentido da narrativa visual.

Os seus trabalhos mais influentes são, inclusive, realizados sob alçada institucional; fossem agências do governo, bibliotecas ou museus. O mais notável foi o trabalho que realizou para a Secção Histórica da *Farm Security Administration (FSA)*, uma agência governamental responsável pela aplicação de fundos com vista

ao desenvolvimento dos territórios rurais dos Estados Unidos. Durante alguns anos Evans trabalhou incessantemente no sudeste americano onde contactou com as populações rurais, nos seus ambientes domésticos e laborais. Daqui saiu um repertório imenso sobre a paisagem do sudeste americano que mais tarde iria sair do arquivo da *FSA* para rumar até ao MoMA numa das exposições mais notáveis da época: *American Photographs* (1938).

Com este trabalho, Evans cunhava a prática fotográfica através de *documentos* extremamente ricos quer visualmente quer pela própria realidade que representava. Ou seja, autênticos mapas da topografia cultural daquele período nos EUA. [Figura 5]

Através de Walker Evans, Guido confirma o valor da arquitetura popular, dos cenários que compunham as paisagens rurais. Esta realidade converge com a sua própria experiência biográfica em Ronta; para os ofícios e as construções rudimentares, simples e funcionais que marcam o território agrícola. A própria abordagem de Evans, uma quase ausência do autor-fotógrafo, parece deixar recair sobre os espaços e os objetos toda a importância dando-lhes a dignidade de serem documentados e o entusiasmo de lhes ser desenhado um significado para além dos limites de conceitos como “popular” ou “vernacular”.

Marta Dahó define da seguinte forma a influência do trabalho de Evans sobre o de Guido: “Guidi rapidamente assimilou a dimensão qualitativa e a contenção estilística do trabalho de Evans. (...) Guidi viu em Evans uma espécie de guia que o ajudou a regressar a casa.” (Dahó, 2014).

Mas se Evans fez Guido regressar a casa, a influência de Atget faria o fotógrafo italiano emergir na paisagem que lhe era congénita. A confluência do trabalho destes dois fotógrafos pode ser medida em função das suas dimensões biográficas e familiares. O trabalho que Guido começa a desenvolver a partir da década de 80 pode-se enquadrar por uma prática de exploração solitária, quase deambulatória, pelos sítios periféricos, banais e secundarizados da paisagem, opção que também podemos rever em Atget, ao mesmo tempo que fazia realçar todo o lirismo da mais simples ou banal das construções, através de uma expressividade visual intrínseca, tal como Evans.

## O olhar que pensa

A sua abordagem de trabalho de Guido é flexível e compreende um conjunto de códigos e expressões que consente diversas leituras sobre o espaço e os elementos socioculturais que compõem a paisagem e a nossa capacidade de a interpretar visualmente. “Continuar a olhar,” como refere Marta Dahó “inquisitivamente, para a forma como olhamos, para a nova maneira condicionada de olhar o mundo” (Dahó, 2014). É esta forma de questionar o

Figura 6  
Pinzano, 27.07.1999.  
(2015, Guido Guidi©,  
*Guardando a Est*, p. 100).



ato de observação da paisagem que pode permitir, ulteriormente, questionar uma imagem preconcebida, imutável e historicista da paisagem: “(...) o problema está em estar dentro. Eu não olho simplesmente para a paisagem, eu experimento-a, e vejo a paisagem que olha para mim.” (Frongia e Guidi, 2007).

A partir de dentro constrói-se uma relação entre sujeito e observador que constitui também uma fonte de pesquisa do trabalho de Guido. A necessidade premente de continuar a olhar, de olhar de novo, é um caminho para continuar a duvidar naquele que é sempre um jogo da capacidade cognitiva. A imagem e a câmara tornam-se em instrumentos ao serviço da visão, instrumentos de informação e guias que nos conduzem até à próxima questão.

A importância do olhar no trabalho de Guido encontra inúmeras traduções nas suas fotografias: o olho de uma senhora destaca-se através da frincha do vidro da porta do carro onde se senta; um bidão metálico enferrujado é fotografado de tal ângulo que a forma dada ao conteúdo no seu interior se assemelha à silhueta de um

olho; um senhor fotografado a 3/4 destacando um dos seus olhos fechados enuncia cegueira; ou um outro que, com os óculos numa mão é fotografado com ambos os olhos fechados, parecendo que levita. [Figura 6]

Refletir sobre a condição daquele que observa é uma constante no trabalho de Guido. Mais do que um aparelho de natureza técnica, a câmara é uma extensão do olhar: “A câmara ajuda-me a ver: é verdadeiramente uma prótese, ajuda-me a conhecer o mundo, a tocá-lo; não uso a câmara para visualizar apenas aquilo que pensei do mundo antes de usar a câmara. (...) É a fazer uma fotografia depois de outra que posso, eventualmente, encontrar um conceito.” (Frongia, Guidi e Sami 2018). Por isso Guido faz muitas vezes várias fotografias de um mesmo objeto, numa espécie de movimento circular de reconhecimento que muitas vezes pode mesmo ser executado com distância de anos.

## A paisagem que sobra

A fotografia é uma técnica que foi sendo aprimorada ao longo de vários séculos e que tem como origem *técnica*, mais ou menos consensual, o aparecimento da *camera obscura*. Este dispositivo teve um período de uso intenso na pintura durante e depois do Renascimento apresentando os temas que observada através da perspetiva linear, tal como estudada por Brunelleschi e Alberti. Este sistema, por sua vez, foi um importante meio para representação do espaço, nomeadamente do espaço público e, por conseguinte, do poder político que o governava.

Dos tempos em que ingressou no liceu artístico e, posteriormente, na escola de arquitetura, Guido desenvolveu uma metodologia muito própria de encarar esta disciplina de um ponto de vista histórico e teórico. “Através da perspetiva, a *res publica* era posta em evidência: a causa pública, a praça, a cidade, não as dinâmicas do poder e do *palazzo* onde nascem as regras. Por isso a *res publica* é, sobretudo, fora do *palazzo*, mas para nós, contemporâneos, também é fora dos centros. Acredito por isso, que a fotografia é uma boa forma de indagar sobre a causa pública.” (Frongia e Guidi, 2018).

Reconhecendo estes valores, Guido desenvolve uma metodologia de aplicação crítica da perspetiva linear que a câmara fotográfica lhe oferece para desconstruir o seu carácter centralizador e, nas suas imagens, fazer corresponder as paisagens marginais com representações onde o limite e a periferia são preponderantes: “A minha é uma fotografia do accidental, de fronteiras, de bordas, e inserções. Tenho-me concentrado sempre nas margens e nas periferias, fragmentos e frases, e nunca procurei “a coisa central.” (Guidi, 1999).



Figura 7  
Via Emilia, Cesena, 1985.  
(2018, Guido Guidi©,  
*Per Strada*, vol.2, p.57).

O carácter descentralizador da sua fotografia enquadra-se nos paradigmas atuais da paisagem, de um território expandido, heterogéneo e, aparentemente, desregrado. A paisagem contemporânea atingiu um grau de complexidade tal que parece infinito o número de possibilidades e leituras que oferecem. Referir-mo-nos à paisagem como uma construção cultural, tal como o faz W.T.J. Mitchell (Mitchell, 1994b), ou como um conjugar de processos produtivos específicos, tal como indicado por Henri Lefebvre (Lefebvre, 1991). Podemos assim compreender como a transformação do paradigma da paisagem permitiu que o indivíduo se pudesse colocar *dentro dessa paisagem* em vez de a tomar como um cenário ou de a experimentar apenas contemplativamente. Cada indivíduo *tem a sua paisagem*, ou seja, a sua experiência subjetiva na forma como interage com o sistema de espaços físicos que compõem o território e, ao mesmo tempo, com os códigos culturais e sociais que nele se inscrevem.

Como coloca Mitchell, “o convite para olhar para uma vista é um convite para o nada – ou mais precisamente, para olhar o olhar em si próprio – para se relacionar num tipo de *a-percepção* consciente que se desdobra nas particularidades dos lugares.” (Mitchell, 1994).

Para Mitchell, e outros teóricos contemporâneos, a experiência do Espaço – uma abstração que representa o absoluto – e dos Lugares – a realidade física e geográfica desse absoluto – é apenas possível quando cunhadas e filtradas pela percepção e interpretação de cada indivíduo ou comunidade. A paisagem torna-se, por isso, inteligível através de uma determinada estrutura social. Para Lefebvre (1991), esta estrutura corresponde à dimensão do utilizador, daquele que habita e que se apropria da paisagem.

Pode ser plausível pensar que as investigações fotográficas que Guido deu origem a partir dos anos 60 e 70, se relacionem com estas atitudes perante a paisagem. Não é estranho que, tal como Mitchell (1994) ou Lefebvre (1991), Guido fale de uma paisagem que habita e que o olha, tal como vimos anteriormente. Existe no seu trabalho uma forte vontade de compreender as transformações do território num período de grandes ruturas formais e conceptuais.

*Per Strada* é um destes exemplos. O primeiro volume começa com uma série de fotografias de portas e entradas: portas de interior, mas sobretudo portas de rua, abertas ou fechadas, vistas variavelmente do lado de dentro ou de fora. Nestas imagens o olhar é quase sempre frontal e rigoroso; uma objetividade que faz sobressair os aspetos materiais dos objetos e do seu desgaste.

De facto, neste início marcado por representações do centro de Cesena, apenas as portas têm este tipo de representação; todas as outras fotografias, nomeadamente aquelas que representam a Via Emilia e os seus entornos, quase nunca são frontais ou simétricas, ou seja, um centro de cidade que é *descentrado, não-ideal*.

A partir deste eixo e do centro de Cesena o espetador é levado por caminhos que se desenrolam dentro da vasta planície agrícola. Sem continuidade aparente, lugares, casas, garagens ou armazéns vão pontuando essa vastidão como se tratassem de monumentos. Ao mesmo tempo, estes cenários parecem existir num processo de desvanecimento latente, congelado pela representação fotográfica, mas sempre na eminência de desaparecer. As duras geometrias das construções anónimas, como as estradas asfaltadas que rasgam os campos, os prédios ou as casas aparentemente mais comuns, parecem desintegrar-se numa parafernália de elementos débeis e toscos: vedações, postes e fios, sinais de trânsito, valas, árvores truncadas ou arbustos.

Guido afirma que “Se queres testemunhar as transformações de um modo mais consistente deves ir à periferia. (...) Na periferia o poder sente-se menos e, por isso, pode haver mais facilidade em transgredir as leis impostas. (...) A periferia é o lugar onde o mundo decanta.” (Frongia e Guidi, 2018) A estranheza que estes cenários parecem enunciar, enaltece-se ainda pela forma como todas estas coisas de arranjam dentro das quatro margens de cada fotografia. Os pontos de vista escolhidos oferecem composições que aparentam espontaneidade e leviandade, composições que, sendo desconcertantes, são também extremamente apelativas: cenários

palpáveis que convidam o olhar a percorrer cada detalhe, como se a este se pudesse entregar e habitar aquela realidade dentro de quatro margens.

Charlotte Higgins, a jornalista do *The Guardian*, designa esta forma de ver como “Peripheral Visions,” expressão que dá título à peça realizada sobre Guido. A expressão pode querer dizer “visões periféricas,” traduzindo literalmente, mas tem se pode entender por “visões da periferia.” É uma expressão corrente, levada de algum romantismo, mesmo para uma jornalista de um dos principais jornais ingleses. Para Guido, pensar na periferia não se trata de pensar num espaço demeritório em função de um centro, pelo contrário, a *periferia* tem a sua própria vida, qualidade e valor. Ele mesmo afirma perante a jornalista: “a periferia de uma pessoa é o centro de outra (...), o centro é onde tu estás.” (Higgins, 2018).

Não é incomum a falta de capacidade de conseguir identificar as distintas realidades que compõem o território sem cair na habitual dicotomia entre cidade-campo ou centro-periferia. Como o próprio Guido definia inicialmente, o território, atualmente, *não tem forma*, isto é, a sua estrutura é de uma maior complexidade formal, mais heterogénea a rizomática – o *ovo-mexido*. O mesmo rizoma pode ser transposto para as fotografias de Guido. A estrutura das suas imagens, os cenários e os temas que explora demonstram como no seu discurso existe uma postura crítica perante os fenómenos que decorrem da transformação da paisagem.

## Uma fotografia

Numa das fotografias (Figura 21) que marca o primeiro livro, e que integra a sequência de fotografias de portas, Guido retrata uma porta de madeira, daquilo que parece sem a entrada de um armazém. [Figura 8]

A porta ocupa quase todo o plano da fotografia sendo que apenas uma das três folhas que a compõe se encontra aberta, abrindo o interior para o plano da fotografia, feita a partir de fora. Desta porta sobressai a tinta branca desgastada onde já se fazem notar os veios da madeira que a constroem. Da mesma forma, as ferragens que a montam e lhe permite os movimentos, partilham do mesmo desgaste. Uma certa vertigem marca o primeiro plano da fotografia: um feixe de luz irrompe pela porta até ao fundo do armazém, precipitando assim o olhar do espetador da porta até à parede do armazém. Pode-se admitir que este armazém não está iluminado senão através desta nossa porta, uma espécie de *câmara obscura* por onde irrompe a *luz do conhecimento* – o negativo de um arco que enegrece o restante espaço do armazém. Primeiro desliza pelo chão até bater e dobrar numa parede, que não está muito longe, iluminando-a a meia altura.

É uma luz dourada e a horizontalidade com que entra pelo armazém denuncia que esta é uma cena do final da tarde. Esta é

Figura 8  
Ronta, 1986.  
(2018, Guido Guidi©,  
*Per Strada*, vol. 1, p. 31).



uma hora estimada pelo fotógrafo: ao mesmo tempo que transmite alguma serenidade também parece animar os objetos através da projeção das suas sombras. Uma destas sombras projeta-se e fragmenta-se no plano da porta, daquilo que podem ser os ramos de uma árvore despida – estamos no inverno, ou talvez outono.

O feixe de luz revela alguns aspetos do interior: uma balança de ferro aparentemente ainda usada, uma taça ou vaso, a ponta de um chapéu de palha cuja maior parte descansa na penumbra. Parece tratar-se de um armazém agrícola, que a legenda diz situar-se em Ronta, terra natal do fotógrafo – talvez mesmo em sua casa – no ano de 1986. Também nesta imagem testemunhamos um certo conforto no desequilíbrio que as fotografias de Guido emanam. Porém, uma nuance intervém vincadamente em toda a estrutura da fotografia: a projeção de uma sombra que recorta o feixe de luz que penetra no armazém. Se familiarizados com o meio técnico reconhecemos facilmente a câmara de grande formato que Guido usa desde estes anos, contudo, com a distorção provocada pela própria sombra e pela própria ausência do fotógrafo, esta forma mais se assemelha a um humanoide qualquer.

Perante a jornalista inglesa do *The Guardian*, gaba-se o fotógrafo: “muitas vezes eu não olho para o que fotografo quando aciono o botão do disparador.” E remata: “O ocasional é muito importante.” (Higgins, 2018) Neste tipo de relacionamento com a câmara refere ainda, numa outra entrevista de 2012, “(...) a máquina, às vezes, quer andar por sua conta, é mal-educada e não posso fazer nada. Tenho que a seguir para que ela me possa educar. Na verdade, é ela a única capaz de entender coisas que ainda não foram pensadas e, talvez, que nunca foram vistas.” (Frongia e Guidi, 2007)

## Referências bibliográficas

- Bright, Deborah (1996). “Of Mother Nature and Marlboro Man: An Inquiry Into the Cultural Meanings of Landscape Photography.” In Richard Bolton (ed.) (1996) *The Contest of Meaning: Critical Histories of Photography*. Cambridge, Londres. The MIT Press. (pp. 124-143)
- Dahó, Marta (2014). “Attraverso la camera vuota: alcune note sul lavoro de Guido Guidi.” Guido Guidi (2014) *Veramente*. Londres. Mack Books.
- Frongia, Antonello; Guidi, Guido (2007). “Quello che resta. Converzazione con Antonello Frongia.” *Dialoghi Internazionali*, 6. (p. s/ pág.).
- Frongia, Antonello; Guidi, Guido; Simi, A. (2018). Guido Guidi in conversazione con Antonello Frongia e Andrea Simi. In Guido Guidi (2018) *Per Strada*, (p. s/ pág.). Londres Mack Books.
- Guidi, G. (1999). Thinking with the eyes. In Carlo Scarpa Architect: *Intervening with history* (Eds), Canadian centre for architecture (pp. 205-216). Nova Iorque e Montreal. The Monacelli Press.
- Guidi, G. (2014). *Veramente*. Londres. Mack books.
- Guidi, G. (2015). *Guardando a est: Quindici viaggi in friuli Venezia Giulia, 1985-2014*. Londres. Koenig Books.
- Guidi, G. (2018). *Per Strada 1980-1994*. Londres. Mack Books.
- Guidi, G. (2019). *Lunario 1968-99*. Londres. Mack books.
- Higgins, C. (2018). *Peripheral Visions*. *The Guardian* G2, 10-11.
- Lefebvre, H. (1991). *The production of space* (1974). Oxford. Blackwell Publishing.
- Mitchell, W. J. T. (1994a). “Imperial Landscape.” In W. J. T. Mitchell (Ed), *Landscape and Power* (pp. 5-34). Chicago. The University of Chicago Press.
- Mitchell, W. J. T. (1994b). “Introduction.” In W. J. T. Mitchell (Ed), *Landscape and Power* (pp. 1-4). Chicago. The University of Chicago Press.
- Nesbit, M. (1992). *Atget's Seven Albums*. New Haven. Yale University press.
- Tagg, J. (1993). “Introduction.” In John Tagg, *The Burden of Representation: Essays on Photographies and Histories* (pp. 1-33). Minneapolis. University of Minnesota Press.



# Famílias em Museus: Proposta para a Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio

## Resumo

Os museus são locais de memória e cultura, com uma função social e educativa cada vez mais vinculada. Por esse motivo, torna-se necessário desenvolver a sua relação com os públicos, através de estratégias que apoiem não só a aprendizagem nos seus espaços, mas que providenciem uma boa experiência museológica. Embora apresentem um peso significativo no número de visitantes em museus, as famílias são um dos públicos para os quais ainda não existem muitos estudos em contexto nacional.

O principal objetivo deste artigo é explorar os conceitos e dinâmicas associadas à temática das famílias como visitantes de museus, explorando questões como: O que são famílias? Que características apresentam? Por que razão visitam museus? Que dificuldades sentem durante as visitas? Que tipo de programação é pensada para famílias?. Para além disto, o artigo pretende ainda apresentar a proposta de atividade para famílias pensada para a Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio, no âmbito do estágio curricular aí realizado.

Palavras-Chave: Famílias; motivações e comportamentos; sector educativo; políticas e práticas de educação; programação em museus

## Abstract

Museums are places of memory and culture, with an increasingly strong social and educational function. Therefore, it is necessary to develop their relationship with the public, through strategies that not only support the learning in their spaces, but that provide a good museological experience. Despite having a significant weight in the number of visitors in museums, families are one of the publics for which there aren't many studies in the national context. The main objective of this article is to explore the concepts and dynamics associated with the theme of families as museum visitors, exploring questions such as: What are families? What characteristics do they have? Why do they visit museums? What difficulties they experience during visits? What kind of activities are designed for families?. Besides that, this article also intends to present the proposal of an activity for families designed for the Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio, within the scope of the curricular internship held there.

Keywords: Families; motivations and behaviors; educational sector; education policies and practices; museums programming

## Introdução

No início do século XX tornou-se comum a ideia de que os museus deveriam cumprir um papel na expansão do sistema público de educação (Hein, 2004, p. 423). Desde aí, o conceito, abordagens, funções e responsabilidades dos museus têm vindo a alterar-se, como resultado de mudanças sociais, políticas e culturais. Estas alterações originaram uma nova tipologia de museu, mais centrada no público e na relação estabelecida com este. Esta evolução, aliada à consciência da crescente importância do seu papel social e educativo, tem levado os museus a debruçarem uma maior atenção no visitante, respondendo às suas diversidades, necessidades e anseios, adotando, para isso, políticas e práticas mais ligadas a este. (Moderno, 2016, pp. iii, 9; Studart, 2000, p. 14).

Contudo, se os museus pretendem melhorar e alargar a sua relação com o público, proporcionando-lhe experiências significativas, é necessário, em primeiro lugar, conhecê-los (Studart, 2000, p. 15). Ou seja, torna-se importante a realização de estudos de público, pois o crescimento e evolução do museu articula-se com a “sua capacidade de adaptação às coordenadas em que a sociedade actual se move; é através do reconhecimento daquilo que interessa e estimula a comunidade em que se insere que o discurso de uma qualquer instituição museológica ganha impacto e eficácia” (Roque, 1990, p. 3).

Sabendo que é em criança e essencialmente em contexto familiar que a identidade cultural de cada um se define (Santos, 2014, p. 5), o presente artigo pretende abordar, de forma simplificada, a pesquisa e trabalho desenvolvido para obtenção do Grau de Mestre em Museologia, intitulado “Famílias em Museus: Proposta para a Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio”. Importa mencionar que este trabalho se inseriu no âmbito da realização de um estágio curricular na Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio, e, simultaneamente, no âmbito do projeto de redefinição e desenvolvimento das políticas e práticas educativas dos museus que integram o Museu da Cidade do Porto (Museus Municipais).

Quanto aos objetivos de realização do trabalho, o principal remeteu para a produção de programas e ferramentas para famílias, o que acabou por ganhar forma na proposta de uma atividade, dividida em visita orientada e visita oficina, e de um desdobrável. No entanto, para chegar a esse objetivo foi necessário traçarem-se objetivos mais específicos, nomeadamente:

- Entender o museu como espaço de educação e o papel do sector educativo na comunicação com o público;
- Explorar o conceito de “família”, de forma a entender as suas características e composições;
- Perceber a presença das famílias nos museus: motivações, comportamentos, interesses e necessidades;

- Demonstrar a relação família-museu: benefícios, carências e desafios;
- Compreender o que tem sido feito (programas e atividades) e o que funciona para famílias nos museus, em especial nos Museus Municipais do Porto.

## Como definir “família”?

Os grupos familiares tornaram-se objeto de estudo da História em plena época contemporânea, sabendo-se que a sua forma inicial de representação era o da família ligada à terra, pelo que os valores, crenças e comportamentos resultariam desse contexto (Osswald, 2015, pp. 32-33). Para se entender as dinâmicas da presença familiar nos museus é necessário, em primeiro lugar, perceber quem são as famílias que os visitam.

No entanto, e tal como Amaro (2006, p. 14) afirma, definir o conceito de “família” de uma forma inequívoca e única, não é fácil, uma vez que o mesmo pode apresentar dimensões distintas, de natureza estrutural (a forma como se adquire a qualidade de membro da família), de natureza funcional (a forma como satisfaz determinadas necessidades do indivíduo) e de natureza relacional (certas definições acentuam as relações que se estabelecem entre os membros da família). Para além disto, a sua definição torna-se ainda mais trabalhosa quando o que se pretende não é apenas o sentido sugerido por áreas como a sociologia, mas a forma como é entendido em contexto museológico.

Assim, optou-se por definir “família” por etapas. Isto é, iniciando pela definição da própria palavra, e recorrendo a um dicionário, tem-se que esta é aplicada quando o objetivo é falar de grupos com características idênticas, quer sejam de pessoas, coisas, taxonómicos ou de línguas. De seguida, e como o grupo de interesse para a investigação era o grupo familiar, ou seja, um grupo de pessoas, levou-se a exploração deste conceito para o âmbito da sociologia. Neste, e através de revisão bibliográfica, percebeu-se que a família é vista como a unidade social onde ocorrem os processos de socialização mais importantes na vida de cada um, nomeadamente a construção da identidade (Giddens, 1997, citado em Coelho, 2008, p. 15; Gomes, 2015, p. 15), uma vez que é no seio da família que nasce e cresce o desejo daquilo que cada um é (Fernandes & Maia, 2015, p. 10). Ainda no âmbito da sociologia, percebeu-se que a definição tida como clássica se encontra na obra *Social Structure* de George Murdock<sup>1</sup>, embora a mesma já não tenha aplicação na sociedade atual perante a manifestação de diferentes estruturas familiares (Amaro, 2006, p. 13).

Como o interesse fulcral do trabalho era saber de que forma os museus e instituições de cariz museológico definem família e encaram este grupo, avançou-se para a leitura de diferentes estudos

1. “A família é o grupo social caracterizado por residência em comum, cooperação económica e reprodução. Inclui adultos de ambos os sexos, dois dos quais, pelo menos, mantêm uma relação sexual socialmente aprovada, e uma ou mais crianças dos adultos que coabitam com relacionamento sexual, sejam dos próprios ou adotadas.” (Murdock, 1949, p. 1).

de caso em museus. Estes permitiram entender que, e embora a estrutura da definição varie de instituição para instituição ou entre investigadores, o consenso está em apresentar as famílias como grupos que visitam museus em conjunto e que contêm, no mínimo, uma criança e um adulto, sendo assim encarados como grupos multigeracionais (Santos, 2014, p. 17). No contexto prático deste trabalho, importava ainda perceber como os Museus Municipais do Porto definem as famílias que os visitam, pelo que os mesmos as veem como um grupo que integra pelo menos duas gerações, crianças e/ou jovens acompanhados pelos pais, tios, avós ou mesmo por amigos da família (Câmara Municipal do Porto, 2018, p. 4).

Desta forma, a definição do termo “família” está dependente do contexto de utilização, isto é, se estamos a falar da própria palavra “família”, se falamos de família como grupo social ou ainda se falamos de família em contexto museológico. No entanto, qualquer que seja a definição atribuída a este termo, é essencial que a mesma englobe os diferentes tipos e estruturas familiares, devendo, para tal, ser suficientemente abrangente (Borun, Cleghorn & Garfield, 1995, p. 262).

Embora pareçam semelhantes por esse mundo fora, as famílias são ao mesmo tempo todas diferentes, pois cada período e cada país tem famílias com características específicas (Fernandes & Maia, 2015, p. 9), o que nos remete para a existência de diferentes tipos e composições familiares. No que concerne aos tipos de família, e de forma mais ampla, foi possível compreender a distinção entre a família nuclear, constituída por pais e filhos, e a família extensa, quando a família nuclear se junta a outros parentes (avós, tios, primos, etc.); e entre a família de orientação, onde o indivíduo nasce e é criado, e a família de procriação, quando o indivíduo sai da família de orientação para criar a sua própria (Amaro, 2006, p. 71). Quanto às estruturas e composições familiares, sabe-se que estas não são singulares, tendo existido várias no decorrer dos tempos, resultantes de ambientes e contextos distintos (Osswald, 2015, p. 34). Pelo que a família é uma unidade em contínua evolução, não cessando de se (re)inventar (Amaro, 2006, pp. 14-15; Déchaux, 2007, p. 3, citado por Dias, 2015, p. XII).

Assim, existem atualmente famílias com diferentes formas, composições e tamanhos, com uma agenda também ela repleta de novos interesses e necessidades, pelo que Gomes (2015, p. 15) apresentou uma lista com 21 estruturas familiares possíveis de serem encontradas na sociedade contemporânea, e que podem ser consultadas na tabela seguinte. [Tabela 1]

Tabela 1  
Estruturas familiares.  
Fonte: Gomes, 2015, p. 15

Designação	Composição
Família díade nuclear	Casal sem filhos
Família grávida	A mulher está grávida, independentemente da restante estrutura
Família nuclear ou simples	Pais e filhos
Família alargada ou extensa	Progenitores e filhos que coabitam com ascendentes ou descendentes, consanguíneos ou não
Família com prole extensa ou numerosa	Família com jovens de idades muito diferentes, independentemente da restante estrutura
Família reconstruída, combinada ou recombinada	Família com nova união conjugal, com ou sem descendentes de relações anteriores
Família homossexual	União conjugal entre duas pessoas do mesmo sexo
Família monoparental	Um progenitor e filhos
Família <i>dança a dois</i>	Família constituída por familiares de sangue ou não, sem relação conjugal ou parental – avós e netos; tios e sobrinhos
Família unitária	Pessoa que vive sozinha independentemente de relação conjugal sem coabitação
Família de coabitação	Pessoas que vivem juntas sem qualquer relação parental ou conjugal
Família comunitária	Várias famílias que coabitam (seitas, ciganos, comunas)
Família hospedeira	Receção temporária de elemento exterior à família
Família adotiva	Adoção de outras crianças
Família consanguínea	Existe uma relação conjugal consanguínea
Família com dependente	Elemento dependente dos cuidados dos outros
Família acordeão	Cônjuges ausentes por períodos prolongados
Família flutuante	Elementos mudam constantemente de habitação ou o progenitor muda constantemente de parceiro
Família múltipla	Certo elemento integra mais do que uma família
Família com fantasma	Falecimento de alguém, rapto ou desaparecimento que impede o normal funcionamento da restante família
Família descontrolada	Elemento da família tem problemas crónicos de comportamento

## As famílias como visitantes de museu

Para cumprir o principal objetivo de trabalho não era apenas crucial propor a atividade certa, nem bastava entender as características das famílias que visitam museus. Era, acima de tudo, necessário compreender a forma como essas visitas decorrem, as motivações, percepções, a aprendizagem, comportamentos e necessidades (Sterry & Beaumont, 2006 p. 223), ou seja, entender como se estabelece a relação família-museu. É neste âmbito que os estudos de público ganham importância, sendo uma responsabilidade social dos museus<sup>2</sup>.

A melhor forma de saber o que as famílias querem ver, fazer ou precisam para que a sua experiência museológica seja interessante e apropriada é ouvindo-as diretamente (conversando, entrevistando e observando-as ao longo da sua visita), indiretamente (relacionando-se com os canais de informação que as famílias usam, como programas de TV, livros infantis, currículo escolar das crianças, etc.), e através de pesquisa (recolha e leitura bibliográfica sobre a temática) (Renaissance South East, 2010, p. 11).

Analisando alguns estudos sobre o modo como se processa a visita familiar a museus, compreendeu-se que, para além de uma experiência coletiva, a visita em família é também apontada como uma experiência individual (Jonchéry & Biraud, 2014, p. 88), sendo um ato social e ao mesmo tempo de aprendizagem.

Na realidade, as famílias visitam museus por diversos fatores, acreditando-se que a visita decorre dos vários interesses dos membros da família, existindo um cruzamento de diferentes motivos, conciliáveis entre si (Santos, 2014, p. 21) e onde o interesse das crianças tem um peso significativo (Semedo, Ganga & Oliveira, 2018, p. 68; Wu, 2007, p. 12). Embora a principal motivação seja claramente para passarem tempo em conjunto, interagindo e convivendo, e onde se pretende diversão e entretenimento, as visitas também ocorrem para que exista aprendizagem e descoberta, tal como Wu (2007, p. 2) indica. Para esta autora são cinco as motivações de visita – a educação, entretenimento, tempo familiar de qualidade, necessidade de passeios sociais e resposta às necessidades das crianças. Com a mesma opinião encontra-se Semedo et al. (2018, p. 4) cuja pesquisa em museus e monumentos portugueses evidenciou que as motivações de visita se encontram em campos como a aprendizagem/descoberta, escapismo/recuperação, interação social e autorrealização.

Para além dos motivos de visita a um museu, também os comportamentos tidos durante a mesma são importantes de serem analisados, uma vez que são esses comportamentos que denunciam, na realidade, a experiência museológica. O mais comum é o de caminhar pelas exposições, olhando e parando apenas quando se avista algo que desperta o interesse (Choya, 2008, p. 17), naquilo que Diamond (1986, p. 144) designou de *shop around*. Na sua

pesquisa, esta autora observou 22 comportamentos familiares, divididos entre as categorias “aproximar e afastar”, “observar”, “manipular”, “ler”, “mostrar e informar”, “discutir”, “interagir com outros grupos”, “outros” (Diamond, 1986, pp. 143, 146). Quanto aos comportamentos parentais/dos adultos, em específico, Brown (1995, pp. 67–68) identificou oito tipos: zelador, suporte, ajudante, iniciante, assistente, parceiro, líder e demonstrador.

É evidente que estes comportamentos vão divergir consoante os interesses e expectativas de cada um, a familiaridade com o museu, a idade das crianças e as relações estabelecidas entre os membros da família. Contudo, e embora sejam vários e se alterem de família em família, a bibliografia aponta no sentido de os comportamentos familiares serem muitas vezes sistemáticos, ordeiros e previsíveis. (Falk, 1991, p. 50; Hilke, 1989, p. 121; Jonchéry & Biraud, 2014, p. 90).

## A relação família-museu: benefícios e desafios

Os museus apresentam uma função social e um potencial educativo e recreativo capaz de tornar a visita familiar numa experiência enriquecedora para os seus intervenientes, pelo que a relação família-museu é uma relação que deve crescer e evoluir, por apresentar benefícios para ambas as partes (Ferreira, 2001, pp. 8, 11).

Como tal, receber e trabalhar com/para as famílias, é de extrema importância, na medida em que as famílias apresentam um peso significativo como visitantes (Santos, 2014, p. 3) e é no seu seio que se incutem as práticas culturais nos futuros visitantes de museus – as crianças. Para além disto, ao oferecer programação para famílias, o museu aumenta quantitativa e qualitativamente os seus públicos, ao mesmo tempo que passa uma imagem positiva sobre si. Já para os grupos familiares, e como visto anteriormente, o museu é um bom espaço para a partilha de conhecimentos e valores e onde se consegue observar e compreender os interesses, capacidades, comportamentos e ritmos de cada elemento, mas em especial das crianças, por ser um local que estimula a curiosidade e criatividade. (Ferreira, 2001, pp. 9–10; Ferreira, 2003, pp. 55–57; Santos, 2014, pp. 3–4, 20).

No campo oposto a estes benefícios têm-se alguns desafios, também para ambas as partes. É verdade que a visita em família ao museu é rica em oportunidades e potencialidades, contudo é também condicionada por certas necessidades (Hooper-Greenhill, 1998, p. 140). Quando uma família decide visitar um museu ela irá considerar diversos aspetos, por exemplo as despesas com transporte, o horário do museu, o tempo de espera para entrar, o preço dos bilhetes, o acesso físico (rampas e/ou elevadores), a existência de bengaleiro, a oferta de atividades para toda a família,

2. Veja-se o artigo 57º da Lei n.º 47/2004 que aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses.

se a exposição interessa a todos os elementos, locais para prestar cuidados básicos às crianças (WC com fraldário, por exemplo), locais para descansar e para alimentação, etc. (Santos, 2014, p. 19). Estas necessidades das famílias acabam por ser encaradas pelos museus como desafios, que ao serem ultrapassados permitem reforçar a relação com os grupos familiares que os visitam.

De forma breve, ao acolher famílias o museu é desafiado a pensar os seus conteúdos, exposições, atividades e restantes serviços de forma apelativa e relevante para as novas estruturas familiares, considerando que as famílias englobam elementos com diferentes idades, necessidades e níveis de aprendizagem, de forma a permitir a participação de qualquer elemento da família. Para isso, deve também mediar as diferenças entre as necessidades dos adultos e as das crianças. (Denver Art Museum, 2013, p. 17; Hood, 1989, p. 151; Hooper-Greenhill, 1998, p. 34).

Do outro lado, as famílias podem encarar desafios durante três momentos da visita: o antes, durante e o depois. Antes da visita, o desafio para os grupos familiares pode passar por realizar uma pesquisa prévia sobre o museu, conhecendo o seu espaço e funcionamento, precavendo alguma situação menos agradável; durante a visita, o considerar os interesses e necessidades de todos os elementos, e não apenas os das crianças ou os dos adultos, pode constituir um grande desafio; já no pós visita, a família poderá sentir-se desafiada a discutir em conjunto aquilo que viu e vivenciou no museu. (Blue Star Families, n.d., p. 2; Denver Art Museum, 2013, p. 17; Guggenheim, 2016, p. 3).

Desta forma, e ressaltando o que se mencionou anteriormente, espera-se que cada instituição estude e trabalhe em prol dos seus públicos, identificando as necessidades e carências das famílias, de forma a adequar os seus espaços e serviços e diminuindo possíveis incómodos (Santos, 2014, p. 19). Ou seja, espera-se que se tornem espaços *family friendly*, onde as famílias se sintam bem vindas e recebidas. Para tal, um museu que se reveja como um espaço *family friendly* é, à partida, um espaço que se divulga como local aberto e de suporte a qualquer estrutura familiar, conhecendo para tal, as famílias que o visita, é um espaço que percebe se a acessibilidade e conforto físico, psicológico e cultural estão assegurados, que é capaz de estabelecer relações entre o seu acervo e a vida familiar, ou pensar em temas cativantes para as famílias.

## Aplicar na prática: toolkit, proposta de atividade e desdobrável

A revisão bibliográfica sobre esta temática e o levantamento da oferta de atividades e programação para famílias, em contexto internacional e nacional, e neste último, com enfoque nos Museus Municipais do Porto, evidenciou que essa oferta é na sua maioria, reduzida.

Desta forma, e integrado no desenvolvimento das políticas e práticas educativas do sector educativo do Museu da Cidade do Porto, foram criadas três equipas de investigação dedicadas, cada uma, a um segmento de público – famílias, seniores, escolas secundárias e profissionais. As equipas de trabalho integraram técnicos dos Museus Municipais e estagiárias do Mestrado em Museologia, pelo que neste caso se integrou a equipa das famílias. No âmbito do mesmo, e durante o período de estágio na Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio, desenvolveu-se um *toolkit* de boas práticas, contendo informação sobre as famílias e a sua relação, em várias vertentes, com os museus. Este documento foi pensado para usufruto imediato de todos os funcionários dos Museus Municipais, e embora não pretenda ser um manual rigoroso, é um documento base para o desenvolvimento de competências de trabalho com famílias. Encontra-se dividido em cinco partes essenciais, “Conhecer as famílias. Quem é este Público?”, “Chegar ao museu. O que é importante para acolher bem as famílias?”, “Ferramentas. Que estratégias na orientação de visitas e atividades?”, “Tipologia de atividades e recursos. O que já se faz e como?”, “Perigos. O que não funciona? O que se deve evitar? O que é perigoso?”.

Segundo Falk & Dierking (2000, p.10), a aprendizagem e a experiência de visita em museus dependem de três contextos: pessoal, físico e sociocultural. Como tal, o planeamento e organização de atividades e materiais educativos para os museus deve considerar estes contextos, para além de um vasto leque de outros fatores: conhecer o público; selecionar o tema e conteúdos; escolher as estratégias e tipologias de atividades; definir propósitos e objetivos; estabelecer as parcerias necessárias; acautelar os recursos, materiais e custos; elencar os resultados esperados; estabelecer um cronograma de realização; definir o ambiente, serviços e acessibilidades que o museu oferece; escolher técnicas para avaliação; tratar de questões de marketing e divulgação da mesma (Scottish Arts Council, n.d., p. 2; Semedo, no prelo).

Perante o cenário apresentado e como resultado do estágio realizado na Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio, propôs-se uma atividade para famílias, sob a forma de visita orientada articulada com uma visita oficina, e de um desdobrável como material de apoio, ambos para aplicação na Casa-Museu. Nos Museus Municipais do Porto a visita orientada é aquela em

que os participantes exploram toda a exposição ou parte dela, acompanhados por um/a técnico/a do museu. Já a visita oficina é quando os participantes iniciam a atividade com uma visita breve ao museu, e depois participam numa oficina que pode incluir várias metodologias (jogos, atividades de expressão plástica ou dramática, escrita criativa, etc.) (Câmara Municipal do Porto, 2018, p. 4).

A atividade proposta, *A arte de retratar – Uma visita com Aurélia de Sousa*, apresenta como tema o retrato, e o pretendido a nível de objetivos gerais, mas entendendo que cada uma das componentes (orientada e oficina) tem os seus objetivos específicos, era dotar a Casa-Museu com uma oferta específica para famílias e potenciar a relação entre estas e a Casa-Museu e a sua coleção de retratos.

A visita orientada, e daí o subtítulo da atividade, foi proposta de forma a assentar na metodologia do *roleplay*, onde alguém encarnando a pintora Aurélia de Sousa orientaria os visitantes pela exploração dos retratos expostos na Casa-Museu, evidenciando os vários tipos, formatos e materiais possíveis nesta arte de representação. Já na visita oficina era proposto às famílias a construção de uma máquina fotográfica esteno-peica, ou *pinhole*, e depois o desafio de criarem o seu próprio retrato, seguindo uma das técnicas que Aurélia de Sousa utilizava – o de se fotografar primeiro na pose em que pretendia ser (auto)retratada e só depois realizar o (auto)retrato no suporte pretendido.

No entanto, não basta planear atividades, é necessário criar ferramentas que auxiliem os visitantes a explorar e participar criativamente no museu, potenciando-se a construção de relações, significados e conhecimento (Ferreira, 2014, p. 5). Considerando que as famílias têm uma agenda e horários que muitas vezes podem não ser compatíveis com os horários dos museus e do seu *staff*, ou que, pode não existir interesse em participar em atividades orientadas por um/a técnico/a, optou-se por também criar um desdobrável como material de apoio às visitas familiares. Este desdobrável contém conteúdos e exemplos de exercícios de exploração, para que as famílias pudessem, ao seu ritmo, explorar alguns dos retratos expostos na Casa-Museu.

## Considerações finais

Com a realização deste trabalho foi-se percebendo que a família é um grupo social diversificado, com diferentes características e estruturas entre si, e que aquilo que se entende por família varia consoante a instituição, pesquisa e/ou investigador. Devido a esta diversificação é cultural e socialmente mais apropriado falar-se de “famílias” do que “família”.

Uma das referências mais feita aos grupos familiares é a de que são grupos multigeracionais, que contém, no mínimo, uma criança e um adulto. No entanto, ao pensar em várias hipóteses

para composição de uma família, e tal como a tabela 1 evidencia, considera-se que esta não é a definição mais acertada. Vejamos por exemplo, um casal sem crianças, ou irmãos que visitem o museu em conjunto, que embora não sendo um grupo multigeracional, são família. Assim, considera-se pertinente que os museus reconsiderem a forma como definem e encaram as famílias no seu espaço.

Este artigo pretendeu evidenciar a relevância dos estudos de público em museus, nomeadamente do público familiar, sobre o qual os registos são ainda reduzidos. Mas também atuar como forma de demonstrar a importância de se elaborarem os conteúdos e os programas/atividades de acordo com o público que visita o museu. No caso das famílias, o desafio não está tanto na sua definição ou em entender as suas características, interesses e necessidades, mas principalmente em perceber como criar experiências de visita enriquecedoras e relevantes. E nesse contexto, o maior desafio para muitos dos museus centra-se ainda nas estratégias e metodologias que devem usar para se tornarem espaços *family friendly*.

Concluindo, as famílias são constituídas por indivíduos com diferentes interesses e capacidades (físicas, económicas, intelectuais), de diferentes idades, ocupações e trajetórias. De forma geral, são dos segmentos de público com maior peso no número de visitantes em museus e instituições culturais, e visitam estes espaços com objetivos específicos. Apesar de tornarem as famílias num grupo desafiante de ser servido, as suas características conferem-lhe uma certa importância para investigação. Pelo que se espera que este trabalho sirva de inspiração e ponto de partida para mais estudos sobre a temática.

Referências  
bibliográficas

- Amaro, F. (2006). *Introdução à Sociologia da Família*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Blue Star Families. (n.d.). Blue Star Museums Parent Toolkit. Consultado em [https://www.arts.gov/sites/default/files/BSM-Parent\\_Toolkit.pdf](https://www.arts.gov/sites/default/files/BSM-Parent_Toolkit.pdf)
- Borun, M., Cleghorn, A. & Garfield, C. (1995). Family learning in museums: a bibliographic review. *Curator*, 38 (4), 262–270. Consultado em [https://www.academia.edu/6908950/Family\\_Learning\\_in\\_Museums\\_A\\_Bibliographic\\_Review](https://www.academia.edu/6908950/Family_Learning_in_Museums_A_Bibliographic_Review)
- Brown, C. (1995). Making the Most of Family Visits: Some Observations of Parents with Children in a Museum Science Centre. *Museum Management and Curatorship*, 14 (1), 65–71.
- Câmara Municipal do Porto (ed.). (2018). *Brochura Serviço Educativo*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Choya, M. (2008). *Family Learning in Museums: An Observational Study of the Handling Activities at the Horniman Museum*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Gotemburgo. Consultado em [https://gu.se/digitalAssets/1170/1170141\\_Dissertation\\_Maria.pdf](https://gu.se/digitalAssets/1170/1170141_Dissertation_Maria.pdf)
- Coelho, A. R. (2008). *Experiências de Visita a um Centro de Ciência: um Estudo Qualitativo sobre o Público Não-Escolar do Pavilhão do Conhecimento – Ciência Viva*. Dissertação de Mestrado, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Consultado em <http://hdl.handle.net/10071/1440>
- Denver Art Museum (2013). *Kids & Their Grownups: New insights on developing dynamic museum experiences for the whole family* (Relatório). Consultado em <https://denverartmuseum.org/about/research-reports>
- Diamond, J. (1986). The Behavior of Family Groups in Science Museums. *Curator*, 29 (2), 139–154. Consultado em [https://www.researchgate.net/publication/227981872\\_The\\_Behavior\\_of\\_Family\\_Groups\\_in\\_Science\\_Museums](https://www.researchgate.net/publication/227981872_The_Behavior_of_Family_Groups_in_Science_Museums)
- Dias, I. (2015). *Sociologia da Família e do Género*. Lisboa: PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e Educação.
- Falk, J. H. (1991). Analysis of the Behavior of Family Visitors in Natural History Museums: The National Museum of Natural History. *Curator*, 34 (1), 44–50.
- Falk, J. H. & Dierking, L. D. (2000). *Learning from Museums: Visitor Experiences and the Making of Meaning*. Walnut Creek: AltaMira Press.
- Fernandes, O. & Maia, C. (2015). *A Família Portuguesa no Século XXI*. Lisboa: Edições Parsifal.
- Ferreira, I. (2001). “*A Descoberta dos Museus do Porto*”. *Um programa para Famílias* (Relatório final). Porto.
- Ferreira, I. (2003). As famílias e os museus – uma aprendizagem em conjunto. In A. Domingues, I. Silva, J. T. Lopes & A. Semedo. (orgs.) *A cultura em ação: impactos sociais e território*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 55–61.
- Ferreira, I. (2014). Objetos mediadores em museus. *MIDAS Museus e Estudos Interdisciplinares*, 4, 1–15. Consultado em <https://journals.openedition.org/midas/676>
- Gomes, C. (2015). A Família hoje. *Revista Portuguesa de Bioética: cadernos de bioética*, 22, 9–22.
- Guggenheim. (2016). *Tips for Parents*. Consultado em <https://www.guggenheim.org/wp-content/uploads/2016/07/guggenheim-tips-for-parents-2016.pdf>
- Hein, G. E. (2004). John Dewey and Museum Education. *Curator*, 47 (4), 413–427. Consultado em [http://www.george-hein.com/downloads/Hein\\_DeweyMuseumEd.pdf](http://www.george-hein.com/downloads/Hein_DeweyMuseumEd.pdf)
- Hilke, D. D. (1989). Strategies for Family Learning in Museums. *Visitor Studies*, 1 (1) 120–134. Consultado em <http://informal-science.org/strategies-family-learning-museums>
- Hood, M. G. (1989). Leisure Criteria of Family Participation and Nonparticipation in Museums. *Marriage & Family Review*, 13 (3–4), 151–169.
- Hooper-Greenhill, E. (1998). *Los Museos y sus visitantes*. Gijón: Ediciones Trea.
- Jonchéry, A. & Biraud, S. (2014). Musées en famille, familles au musée: de l’expérience de visite des familles à des politiques muséales spécifiques. *Informations Sociales*, 181, 86–95. Consultado em <https://www.cairn.info/revue-informations-sociales-2014-1-page-86.htmUR>
- Kelly, L., Savage, G., Griffin, J. & Tonkin, S. (2004). *Knowledge Quest: Australian Families Visit Museums*. Australian Museum e National Museum of Australia. Consultado em <http://web1.australianmuseum.net.au/uploads/documents/2593/knowledge-quest.pdf>
- Moderno, A. L. (2016). *Famílias no museu: Uma intervenção através do teatro no museu da comunidade concelhia da Batalha*. Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Leiria. Consultado em <https://iconline.ipleiria.pt/handle/10400.8/2313>
- Murdock, G. (1949). *Social Structure*. Oxford: Macmillan Co. Consultado em <https://archive.org/details/socialstructurem00murd>
- Osswald, H. (2015). A Compreensão Histórica da Família. *Revista Portuguesa de Bioética: cadernos de bioética*, 22, 31–42.
- Renaissance South East. (2010). *Providing for under 5s and families in museums*. Consultado em <https://abcofworkingwithschools.files.wordpress.com/2011/06/eys-epack-web-ready.pdf>
- República Portuguesa. (2004). Lei Quadro dos Museus Portugueses, *Diário da República* n.º 195/2004, Série I-A de 2004–08–19. Consultado em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/480516/details/maximized>
- Roque, M. I. R. (1990). *A Comunicação no Museu*. Dissertação Final de Curso de Pós Graduação, Universidade Lusiana de Lisboa. Consultado em <http://dited.bn.pt/31586/2573/3088.pdf>
- Santos, J. C. (2014). *Públicos dos Museus: um estudo qualitativo sobre as visitas em família – o caso do Museu da Eletricidade*. Dissertação de Mestrado, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Consultado em <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/9424/1/ISSERTA%C3%87%C3%83O%20-%20Joana%20Santos.pdf>
- Scottish Arts Council. (n.d.). *Family Friendly Guidelines 1: Making your arts venue family friendly – Getting started*. Consultado em [http://www.culturehive.co.uk/wp-content/uploads/2013/04/Making\\_your\\_arts\\_venue\\_family\\_friendly\\_-\\_Getting\\_Started.pdf](http://www.culturehive.co.uk/wp-content/uploads/2013/04/Making_your_arts_venue_family_friendly_-_Getting_Started.pdf)
- Semedo, A., Ganga, R. & Oliveira, C. (2018). *Visitar museus e monumentos: Um estudo piloto de fatores motivacionais*. Porto: DRCN.
- Semedo, A. (no prelo). *Educação: Museu da Cidade do Porto*. Porto: CITCEM / Câmara Municipal do Porto. Edição policopiada.
- Sterry, P. & Beaumont, E. (2006). Methods for studying family visitors in art museums: A cross-disciplinary review of current research. *Museum Management and Curatorship*, 21 (3), 222–239. Consultado em <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0260477905001081>
- Studart, D. C. (2000). *The Perceptions and Behaviour of Children and Their Families in Child-orientated Museum Exhibitions*. Tese de Doutoramento, University College London. Consultado em <http://discovery.ucl.ac.uk/1318009/1/313336.pdf>
- Wu, K. (2007). What do families with children need from a museum?. *Cultural Policy, Criticism and Management Research*, 2, 1–17. Consultado em [https://culturalpolicyjournal.files.wordpress.com/2011/05/ejournal2\\_wu.pdf](https://culturalpolicyjournal.files.wordpress.com/2011/05/ejournal2_wu.pdf)

# Dinâmica associativa católica em contexto rural feminino: a Arquidiocese de Braga (1933–1974)

## Resumo

O tema aqui exposto incide sobre a dinâmica associativa católica em contexto rural na arquidiocese de Braga durante o Estado Novo português. Em concreto analisam-se dois organismos pertencentes à Ação Católica Portuguesa: a Liga Agrícola Católica Feminina e a Liga Operária Católica Feminina, entre os inícios dos anos 30 e a Revolução de Abril. Tem-se como finalidade caracterizar tanto o perfil sociocultural e profissional dos grupos de mulheres recenseadas nestes organismos na Arquidiocese de Braga como apreender a ação do movimento no campo da educação (religiosa, social e individual) e do controlo do meio operário e agrícola. Em especial, o relevo atribuído à reeducação da mulher no sentido de atingir o ideal preconizado pela Igreja e que concorria em favor dos valores salazaristas.

A nossa análise reveste-se de grande atualidade no panorama da investigação da história social contemporânea, na esteira das investigações iniciadas sobre esta matéria, sobretudo a partir das décadas finais do século XX. Salientam-se, em particular, as investigações de Paulo Fontes (2011) sobre a institucionalização e o desenvolvimento da Ação Católica no contexto do Estado Novo e de Inácia Rezola (1999) a respeito do lugar dos agrupamentos católicos no quadro da problemática operária, sindical e corporativa durante o primeiro período do Estado Novo. Sobre o tema em questão, importa mencionar também a tese de mestrado de Carina Ferreira (2018).

A perspetiva de abordagem do tema relaciona-se com a importância dada à questão do género feminino no meio rural, uma vez que a ênfase da investigação se tem situado nos grupos operários e nas elites católicas.

Palavras-chave: Ação Católica, Género feminino, Meio rural, Liga Operária, Liga Agrícola

## Abstract

The theme exposed is related to the Catholic associative dynamics at a rural context in the Archdiocese of Braga during the Estado Novo. In particular, the analysis of two organisms belonging to the Portuguese Catholic Action: the Liga Agrícola Católica Feminina and the Liga Operária Católica Feminina, between the early 1930s and the April Revolution. The aim is to characterise the socio-cultural and professional profile of the groups of women registered in these organisations at the Archdiocese of Braga, understanding the movement's action in the field of education (religious, social and individual) and the control of the working and farming environment. In especial, the emphasis given to the re-education



of women in order to reach the ideal proclaimed by the Church which contributed to the Salazarist values.

Our analysis is very relevant to the panorama of contemporary social history research, in the context of the research initiated in this field, especially since the end of the 20th century. Emphasis is particularly placed on the research of Paulo Fontes (2011) concerning the institutionalisation and development of Catholic Action in the context of the Estado Novo, of Inácia Rezola (1999) about the place of Catholic groupings in the context of the workers', trade union and corporate problems during the first period of the Estado Novo. Carina Ferreira's master's thesis (2018) is also important to mention on this subject.

The perspective for addressing the subject is related to the importance given to the issue of the feminine gender in rural environments, since the emphasis of the research has been on labour groups and Catholic elites.

Keywords: Catholic Action, Female gender, Rural environment, Liga Operária, Liga Agrícola

## Movimento, agrupamentos e organismos especializados

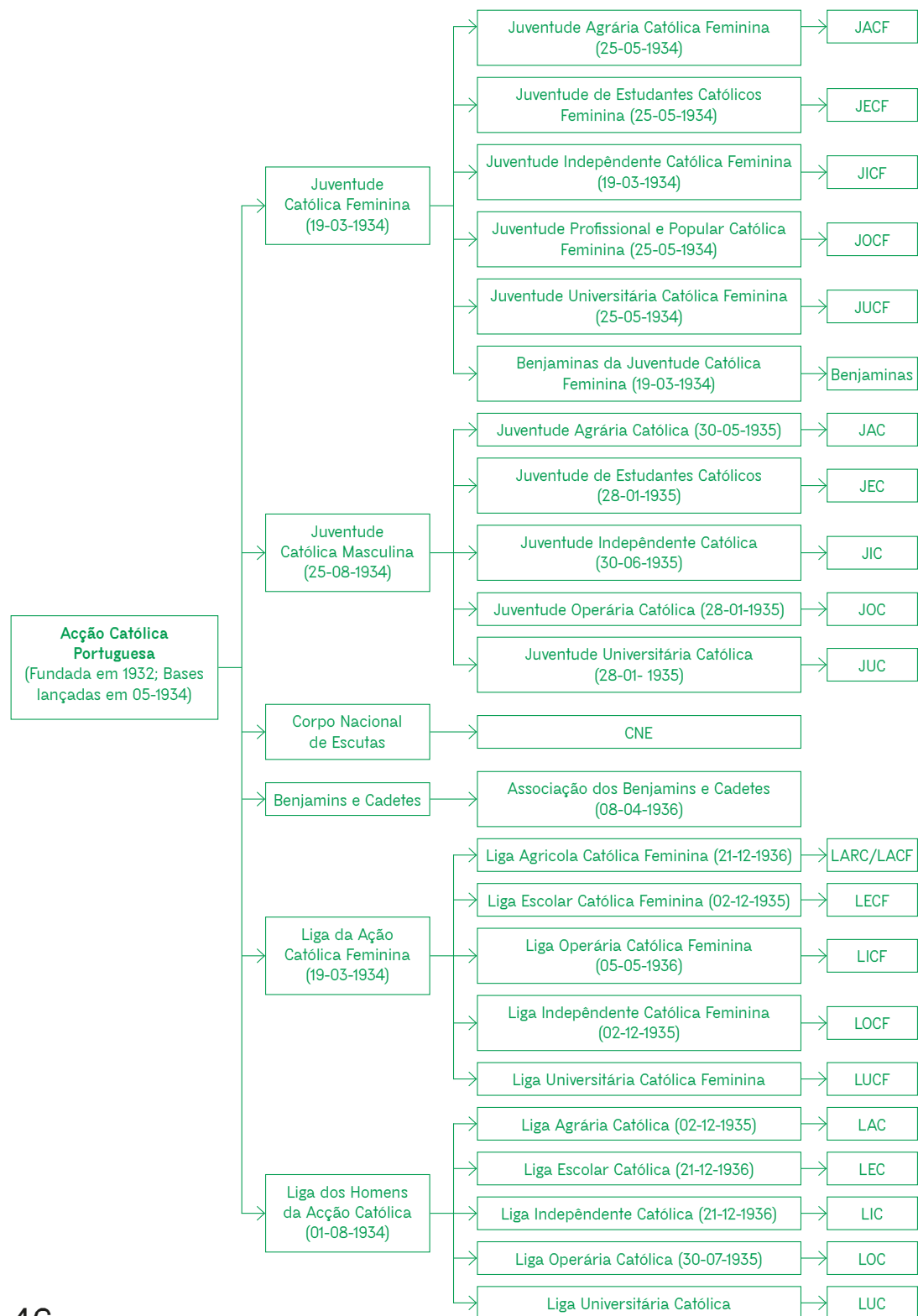
Ao estudar o papel da Ação Católica durante o Estado Novo, é necessário entender as relações entre a política e a religião, ou seja, compreender as afinidades e as diferenças que existem entre os dois campos. Numa perspetiva geral, pode-se afirmar que tanto a religião como a política “contém uma doutrina que pretende dar sentido à vida humana, e servir de norma”, entendendo por doutrina o domínio privilegiado das ideias e das crenças (Rocha, 2004, p. 281). É certo que a religião “obriga a crer em algo mais” e que por sua vez a política “pretende ordenar as sociedades”, através dos seus valores, leis e normas, mas ambas procuram expandir e fomentar entre a sociedade as suas ideias de modo unificador (Rocha, 2004, p. 281). A religião implica, em todo o caso, o ato de decisão individual de pertença e de prática. A política, sobretudo quando traduzida em regime político, é provida do poder de obrigar os cidadãos a cumprirem as normas e as leis.

Com a instauração do Estado Novo esperava-se que os católicos devidamente unificados, concorressem para a frente única sob o comando de Oliveira Salazar, reservando-se às organizações católicas o papel de evangelização, propagação e formação religiosa (Barreto, 1994, p. 299). O apostolado laico apresentava-se assim como meio de atender às necessidades religiosas, morais e sociais e de contribuir para a ação pública dos católicos no seu todo. Desta forma, a Ação Católica Portuguesa assentava numa estrutura hierárquica em termos de organização interna, sendo composta por leigos e eclesiásticos (“Boletim Oficial da Ação Católica”, maio 1934, p. 13), distribuídos por organismos especializados. Tinha como finalidades “a difusão, a atuação e a defesa dos princípios católicos na vida individual, familiar e social” (“Boletim Oficial da Ação Católica”, maio 1934, p. 12).

Os órgãos diretivos dividiam-se pelo território nacional, de acordo com a organização eclesiástica, bispados e paróquias, consumando a ideia da unidade da nação, à imagem do ideal salazarista.

De acordo com as Bases da Ação Católica Portuguesa, o movimento era constituído por cinco organismos primordiais, prevendo nos seus Estatutos a possibilidade de serem criados outros agrupamentos a ela ligados, desde que aprovados (“Boletim Oficial da Ação Católica”, maio 1934, p. 15). Estes cinco organismos intitulavam-se por: Liga dos Homens da Ação Católica, a Liga das Mulheres da Ação Católica, a Associação da Juventude Católica Masculina, a Associação da Juventude Católica Feminina e a Organização das Crianças (“Boletim Oficial da Ação Católica”, maio 1934, p. 13-14).

A análise do Esquema 1, a seguir apresentado, permite visualizar a criação faseada do conjunto dos organismos principais da Ação Católica e sobretudo constatar que os organismos femininos foram



**Esquema 1**  
**Organismos da**  
**Ação Católica segundo**  
**os Estatutos**  
(Ferreira, 2018, p. 16)

criados um pouco mais cedo, comparativamente aos organismos masculinos. [Esquema 1]

De acordo com a análise dos estatutos e fichas das associadas, o ingresso nos organismos processava-se em três etapas: com inscrição até aos três meses – as aspirantes, superior a três meses – as efetivas e as ativas que estavam dependentes da declaração da respetiva direção segundo a avaliação produzida sobre a qualidade do associado, condição no entanto necessária para ser elegível para os cargos diretivos. Estava ainda prevista uma categoria adicional, a das beneméritas, ou seja, aquelas que tinham entregado, pelo menos uma vez, uma quantia significativa para o movimento (“Boletim Oficial da Ação Católica”, maio 1934, p. 30).

## Lançamento e implantação do movimento

Os primeiros anos do movimento corresponderam ao lançamento das bases e das diretrizes. Inicialmente, advogava-se o pequeno número: lançar a semente a nível paroquial, organizar as direções diocesanas e as direções nacionais. Ao mesmo tempo, era exortada a preocupação e o “especialíssimo cuidado com as classes humildes, com os trabalhadores da indústria e da terra” (“Boletim Oficial da Ação Católica”, maio 1934, p. 368-370). Mas o movimento ansiava por mais, como o sugere um artigo da Liga Católica Feminina, publicado no *Boletim* de dezembro de 1940 em que é dito que: “[a] Ação Católica é um movimento de massa, que pretende influenciar em todos os sectores da actividade humana. Não realizará a sua missão plenamente senão naquela hora em que conseguir o ambiente cristão na família, no mundo operário, nos meios sociais” (p. 163).

## Representações simbólicas

O emblema, “ao usá-lo, cada associada faz profissão de fé”, sendo por isso aconselhada a sua exibição sempre que possível (“Boletim Oficial da Ação Católica”, janeiro 1946, p. 129 – 130). Tal como o emblema, a bandeira era similarmente símbolo da unidade do movimento e devoção à causa (“Boletim Oficial da Ação Católica”, maio 1955, p. 1-3).

Por sua vez, a letra do hino da Ação Católica era imbuída dos mesmos sentimentos de luta e de conquista vocacionados para “uma mística religiosa militante” (Fontes, 2007, p.186). A par do hino, os cânticos religiosos, cantados em cerimónias, no âmbito de encontros, seminários e retiros, contribuíam para envolver e consolidar a relação religiosa entre os militantes (Fontes, 2007, p. 186).

Neste segmento, entende-se a valorização que a Ação Católica atribuía ao Bilhete de Identidade – designação que nos remete para a analogia com o cartão oficial do Estado. Representava a identidade pessoal e de pertença ao movimento e era renovado anualmente. Continha, além do nome, o registo do pagamento das cotas (selos) elemento de reforço ao movimento e uma das fontes de financiamento do movimento (“Boletim Oficial da Ação Católica”, setembro 1937, p. 43-46).

## A importância da cota mensal

O pagamento da cota mensal era considerado uma parte essencial da preocupação dos dirigentes em “gravar no fundo da alma a verdadeira mística da cota” e a sua obrigatoriedade, visto como um sinal de responsabilização e de envolvimento pessoal e coletivo ao movimento, meio de o financiar (“Boletim Oficial da Ação Católica”, novembro 1935, p. 197-200).

Previa-se e estimulava-se a entrega de um montante superior da cota, entre as associadas mais abonadas encarado como ato de caridade e de valor evangélico (“Boletim Oficial da Ação Católica”, outubro 1949, p. 114).

A cota era utilizada como fonte de receita da Ação Católica, com o objetivo de apoiar atividades, encontros e publicações, revestia-se ainda uma dimensão espiritual ao ser vista como um sinal de sacrificial, disciplina e de dedicação (“Boletim Oficial da Ação Católica”, maio 1934, p. 15).

## Encontros e reuniões

As reuniões de grupo constituíam o espaço privilegiado de aprendizagem e desenvolvimento da prática de vida cristã. Revestiam três modalidades: “reuniões de militantes” que eram, por norma semanais, e obrigatórias pelo menos uma vez por mês; “reuniões de piedade” reservadas a todos os membros da secção e que deveriam ser ordinariamente mensais; e por último “as reuniões gerais” que eram destinadas “a todos os associados e aos elementos que, sem pertencerem à Acção Católica Portuguesa, com ela simpatizassem, sendo ordinariamente mensais, e, em regra, consta de uma parte instrutiva e de outra recreativa” (“Boletim Oficial da Ação Católica”, maio 1940, p. 1).

Eram o espaço de eleição para refletir nos temas propostos, implicavam a partilha e a exposição dos problemas por cada membro, à luz da fé e dos ensinamentos da Igreja, sob a coordenação da presidente do grupo e do assistente. Era iniciada pela oração locista/lacista e leitura do evangelho do domingo seguinte (“Boletim Oficial da Ação Católica”, março 1939, p. 238-239).

## Família, lar e trabalho

Os temas propostos pela Junta Central para a reflexão dos grupos podiam ser mensais, bimensais e trimestrais. Existiam ainda as campanhas que se subordinavam a temas de reflexão anual ou dirigidas ao período de férias (Ferreira, 2018, p. 31-35).

De forma a controlar, avaliar e reformular a dinâmica das reuniões de grupo eram utilizados os *inquéritos*. Estes eram preenchidos pelas próprias associadas e tinham uma periodicidade regular (mensal), em função do lançamento dos temas de reflexão (“Boletim Oficial da Ação Católica”, março 1953, p. 13). Existiam ainda os inquéritos lançados com o objetivo de conhecer a vida das associadas e desta forma intervir e atuar mais eficazmente (“Boletim Oficial da Ação Católica”, junho 1940, p. 64).

## Liga Agrícola Católica Feminina e a Liga Operária Católica Feminina – Arquidiocese de Braga (1935-1974)

O estudo das fichas de inscrição permitiu inferir sobre os procedimentos da resistência inicial ao ato burocrático do preenchimento, atendendo aos campos deixados em branco, o que levou a concluir que maioritariamente, as fichas, eram preenchidas pelas responsáveis do grupo (Ferreira, 2018, p.41).

As fichas destinavam-se a registar, por um lado, o percurso das associadas no interior do organismo especializado da Ação Católica, compreendendo ainda outras áreas de intervenção religiosa, como, por outro lado, conhecer o perfil de cada associada em termos socioculturais e profissionais.

De acordo com o estudo realizado, podemos referir que a implantação da Liga Agrícola Feminina evidencia uma maior concentração entre os concelhos do litoral (Ferreira, 2018, p.51). Em relação ao segmento da Liga Operária Feminina, o total de secções contabilizado é manifestamente residual. A sua distribuição incide sobre os concelhos de maior tradição artesanal e fabril da região (Ferreira, 2018, p.51).

Escassas eram as associadas da Liga Agrícola em que o local de residência não coincidia com a localização do grupo a que pertenciam. O que vai de encontro ao ideal de grupo preconizado pela Ação Católica. Daí que os grupos fossem entendidos como núcleos de militantes que representavam para a “secção, o que a alma é para o corpo: centro de vida, centro animador, donde parte o influxo que vai a todos os membros do corpo” (“Boletim Oficial da Ação Católica”, dezembro 1940, p. 163). Era ainda pretendido, que os grupos fossem homogêneos, isto é, que reunissem militantes

com características e afinidades entre si, concretamente em termos etários, condições de vida, nível educacional e social.

Em relação ao local da realização das reuniões, este variava de freguesia para freguesia, no entanto é sabido que maioritariamente tinham lugar nos espaços da igreja local (Ferreira, 2018, p. 53).

## As militantes

Muitas das associadas encontravam-se vinculadas a espaços de intervenção social e caritativo como a Obra de Proteção e Resgate das Raparigas, Mãe Cristã, Sopa dos Pobres. Outras privilegiavam a esfera da doutrina e da assistência espiritual no quadro do movimento Propagação da Fé ou Doutrina Cristã. Não raras vezes tinham ligações múltiplas a diferentes organismos. Igualmente reflexo do aumento do sentimento e das práticas religiosas que visavam combater a descristianização crescente que as comunidades urbanas ofereciam e da miséria que alastrava e intensificava no mundo rural atravessado pelas angústias do tempo de guerra.

Para ingressar na Liga Agrícola ou na Liga Operária Católica Feminina tinha-se de ter a idade mínima de 25 anos, excetuando as casadas que podiam integrar os organismos quando quisessem (“Boletim Oficial da Ação Católica”, maio 1934, p. 26).

Em termos etários, é possível constatar o peso predominante das mulheres adultas, que compreendem os escalões etários de 30-34 a 45-49, incluindo ainda o escalão mais jovem entre 25-29 anos (Ferreira, 2018, p. 54-56). O grupo das idosas acusa uma menor presença, mas não deixa de ser expressiva. Uma análoga tendência parece ser sugerida pela distribuição das associadas da Liga Operária.

Quanto ao estado civil os grupos da Liga Agrária Feminina integravam maioritariamente mulheres casadas, ainda que a presença das mulheres solteiras fosse expressiva. Apenas na etapa de arranque do organismo (1935-1939) se observou uma presença maior das mulheres solteiras (Ferreira, 2018, p. 54-56). O segmento das associadas da Liga Operária segue a mesma tendência.

De acordo com o recenseamento da população referente a 1950, sabe-se que cerca de metade da população era minimamente alfabetizada, pois sabia ler (INE, 1962).

Entre as associadas da Liga Agrícola que assinalavam o nível escolar, constata-se o predomínio muito significativo das que detinham a instrução primária e/ou que possuíam os rudimentos mínimos de leitura e de escrita. Em contrapartida a frequência do ensino liceal e/ou industrial bem como do ensino médio apresenta-se manifestamente residual. Maioritariamente, as associadas da Liga Agrícola pertenciam a escalões da pequena burguesia e aos estratos populares superiores, imagem que se afigura reforçada pela distribuição socioprofissional, dado o

peso das mulheres ligadas ao setor dos serviços e reformadas (Ferreira, 2018, p. 58-60). Os dados sobre as associadas da LOCF apresentam-se demasiado lacunares.

As reuniões regulares do grupo constituíam um espaço privilegiado para o desenvolvimento de competências formativas, uma vez que era necessário que as militantes levassem um caderno para as reuniões (Ferreira, 2018, p.58-60). Este servia para tirar apontamentos, estimular a reflexão e a memória, para além do desenvolvimento das capacidades de escrita e de leitura.

Em termos de ocupação/profissão, as domésticas e reformadas constituem o grupo mais expressivo, logo seguido, pelas que trabalham no setor dos serviços (administrativa, ajudante de farmácia, criada, professora oficial, pianista, entre outras). O grupo daquelas que trabalham no setor agrícola (agricultora, jardineira, moleira, jornaleira, entre outras) é manifestamente inferior, excetuando a década de 50, que regista ainda uma presença significativa. Já o setor industrial (bordadeira, costureira, fabricante, tecedeira, entre outras) e comercial (comerciante, feirante e padeira) é manifestamente lateral. A década de 60 e os primeiros anos da década de 70 mostram sinais de quebra acentuada do movimento, talvez devido à influência do êxodo rural, da emigração para a Europa e dos próprios indicadores de crescimento económico que afetavam os concelhos mais dinâmicos (Ferreira, 2018, p. 61-63). A distribuição das associadas da Liga Operária por setores de atividade indica o peso das trabalhadoras fabris e das operárias que constituem a imagem identitária do grupo (bordadeira, costureira, modista, tecedeira e operária) (Ferreira, 2018, p.61-63).

Em termos de vínculo ao movimento da Ação Católica, as associadas dos agrupamentos em estudo, antes de ingressarem na Liga Feminina passavam pelos grupos dos mais jovens. Exemplificando com a Liga Operária, a entrada ocorria na pré-Juventude Operária Católica (Benjaminas), seguia-se a Juventude Operária Católica Feminina e, por último, o ingresso na Liga Operária Católica Feminina, ditado em razão de ter sido atingido o limite de idade ou por casamento.

## Espaços de experiência: permanências e saídas

O *Apostolado da Oração*, o *Imaculado Coração de Maria* para a conversão dos pecados e as *Cruzadas de N. Sr.ª de Fátima* eram os que tinham as maiores afeições. Os ecos de Fátima e das Aparições da Virgem também se fizeram sentir junto de uma comunidade especialmente envolvida com o mundo da crença e do apostolado. Porém, o tempo histórico, não deixou de se manifestar e a viragem

para os anos 60 do século XX é acompanhada por uma quebra nas referências à pertença aos organismos cristãos, reflexo das mudanças socioeconómicas e políticas que se faziam sentir na sociedade portuguesa.

A pertença ao movimento da Ação Católica não era necessariamente estática e duradoura, era moldada pela experiência e o curso de vida. As fichas de inscrição oferecem-nos cenários múltiplos sobre os motivos de saída.

O leque é variado, desde a desistência do movimento, passando pelo falecimento ou pela mudança de freguesia. Razões de natureza pessoal são também apontadas como a falta de saúde que não permitia o cumprimento dos preceitos do movimento. Ou ainda o não cumprimento das regras (pagamento da cota, participação nas reuniões) e o afastamento em relação às diretrizes do movimento (Ferreira, 2018, p. 70-72).

São ainda mencionadas razões de conduta moral que ditam a expulsão do grupo, por intervenção ou não do pároco, ou ainda de personalidade marcadamente conflituosa de algumas associadas não adequada à prática de grupo. A emigração figura, por sua vez, de forma expressiva, em particular a partir dos anos 60, assim como o ingresso na vida religiosa (Ferreira, 2018, p. 70-72).

Importa, porém, sublinhar que algumas delas encontraram no movimento, a força para transformar o rumo da vida, ditada por deliberação pessoal e sobretudo pela vontade de afirmação da autonomia individual, contrariando as figuras de autoridade.

## Nota Conclusiva

A ênfase atribuída ao estudo das dinâmicas de base das mulheres católicas e trabalhadoras, no âmbito dos organismos especializados da Ação Católica Portuguesa, concretamente da Liga Operária Católica Feminina e Liga Agrícola Católica Feminina, possibilitaram a entrada na problemática dos estudos de género e nos espaços de intervenção da mulher na família, no trabalho e no campo social. Traduzem-se assim num contributo histórico sobre o estudo de comunidades rurais, durante o Estado Novo.

A análise das fichas dos dois organismos mostrou a desproporção entre os dois segmentos de estudo, sendo que na arquidiocese de Braga existia uma maior incidência dos grupos nos concelhos do Litoral, concretamente (os grupos agrícolas em: Barcelos e Guimarães; e os grupos das operárias: Guimarães e Vila Nova de Famalicão).

## Bibliografia

### Fontes impressas

- Boletim Oficial da Acção Católica Portuguesa, ano I, número 1. (maio de 1934)  
 Boletim Oficial da Acção Católica Portuguesa, ano II, número 19. (novembro de 1935)  
 Boletim Oficial da Acção Católica Portuguesa, ano IV. (setembro de 1937)  
 Boletim Oficial da Acção Católica Portuguesa, ano V. (março de 1939)  
 Boletim Oficial da Acção Católica Portuguesa, ano VII. (maio de 1940)  
 Boletim Oficial da Acção Católica Portuguesa, ano VII. (junho de 1940)  
 Boletim Oficial da Acção Católica Portuguesa, ano VII. (dezembro de 1940)  
 Boletim Oficial da Acção Católica Portuguesa, ano XII. (janeiro de 1946)  
 Boletim Oficial da Acção Católica Portuguesa, ano XVII, número 185. (outubro de 1949)  
 Boletim Oficial da Acção Católica Portuguesa, ano XIX, número 226. (março de 1953)  
 Boletim Oficial da Acção Católica Portuguesa, ano XXII, número 252. (maio de 1955)

### Bibliografia

- Rocha, Acílio da Silva Estanqueiro (2004). *Religião, Ética e Política. A Igreja e o Estado em Portugal – Da primeira República ao limiar do Século XXI, Actas dos Encontros de Outubro 21-22 de Novembro de 2003, Cadernos Museu Bernardino Machado n.º 7 (277-286)*. Vila Nova de Famalicão: editora ausência.
- Barreto, José (1994). *Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar. Análise Social, XXIX, 287-317.*
- Ferreira, Carina Raquel Gomes (2018). *Os movimentos católicos femininos na Arquidiocese de Braga: a Liga Agrícola Católica Feminina e a Liga Operária Católica Feminina (anos 30 a 70 do século XX)*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Acedido em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/55030>
- Fontes, Paulo (2007-2008). *A institucionalização da Acção Católica Portuguesa e a festa de cristo-rei. Lusitania Sacra, 2ª Serie, vol.19-20, 171-193.*

### Webgrafia

- INE (Instituto Nacional de Estatística). IX Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes – População residente e presente, famílias, casais, mulheres casadas, convivências, estrangeiros, cegos, surdos-mudos e órfãos, Tomo I, vol. 1º, 1962. Tipografia Portuguesa Lda, Lisboa, Portugal. [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_pesquisa&frm\\_acciao=PESQUISAR&frm\\_show\\_page\\_num=1&frm\\_modos\\_pesquisa=PESQUISA\\_AVANÇADA&frm\\_texto=&frm\\_modos\\_texto=MODO\\_TEXTO\\_ALL&frm\\_data\\_ini=01-01-1950&frm\\_data\\_fim=01-01-1971&frm\\_tema=QUALQUER\\_TEMA&frm\\_imgPesquisar.x=0&frm\\_imgPesquisar.y=0, s/d](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_pesquisa&frm_acciao=PESQUISAR&frm_show_page_num=1&frm_modos_pesquisa=PESQUISA_AVANÇADA&frm_texto=&frm_modos_texto=MODO_TEXTO_ALL&frm_data_ini=01-01-1950&frm_data_fim=01-01-1971&frm_tema=QUALQUER_TEMA&frm_imgPesquisar.x=0&frm_imgPesquisar.y=0, s/d)

# Importância da Detecção Remota e dos SIG no estudo das áreas urbanas: o exemplo de Braga e de Guimarães entre 1984 e 2016

\* Departamento de CECS  
- Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, CEGOT - Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território

## Resumo

Nas últimas décadas, decorrente da multiplicação dos Programas de Observação da Terra e dos avanços nos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) proliferaram os estudos com enfoque cronogeográfico, particularmente nos territórios onde o crescimento urbano foi mais acelerado. Na presente investigação analisa-se o processo de urbanização do município de Braga e de Guimarães entre 1984 e 2016, bem como as mudanças no ambiente térmico superficial que este acarreta. Para tal, recorre-se ao arquivo Landsat (TM, ETM+ e OLI) – a mais longa série de dados adquirida por Detecção Remota – para: (i) delimitar as componentes biofísicas (*i.e.*, áreas industriais/pedreiras, superfícies impermeáveis antrópicas, vegetação arbórea ou densa, vegetação rasteira ou esparsa, solo nu e água); (ii) extrair o tecido construído, a partir da união das *layers* das áreas industriais com superfícies impermeáveis antrópicas; e, (iii) derivar a temperatura de superfície. Os municípios em análise, comuns no território, apresentam trajetórias urbanas muito distintas, que se traduzem de modo claro nas características do ambiente térmico. Em Braga o crescimento urbano concêntrico, e limitado em grande medida pelo atual perímetro urbano, promoveu um acentuar sucessivo das diferenças térmicas entre o interior e o exterior do perímetro urbano entre 1984 e 2016. Por sua vez, em Guimarães, não se observa a mesma tendência, fruto da histórica difusão urbana. Em epítome, a Detecção Remota assume-se com um poderoso instrumento de análise territorial – indispensável na compreensão dos processos e dinâmicas urbanas que se fazem sentir da ‘cidade’ ao território, particularmente se atentarmos ao contexto da urbanização difusa.

Palavras-chave: Detecção Remota; Sistemas de Informação Geográfica (SIG); Áreas Urbanas; Landsat; Braga e Guimarães.

## Abstract

In the last decades, due to the multiplication of Earth Observation Programs and the advances in Geographic Information Systems (GIS), urban studies with a chronogeographic focus have proliferated, particularly in the territories with high rates of urban growth. In this investigation we analyze the urbanization process in the municipalities of Braga and Guimarães between 1984 and 2016 and the resulting changes in the urban thermal environment. We use the Landsat archive (TM, ETM + and OLI) – the longest series of data acquired by Remote Sensing – to: (i) delimit the biophysical components (*i.e.*, industrial areas /quarries, impermeable surfaces, dense/tree vegetation, sparse or herbaceous/shrub vegetation, bare soil and water), (ii) extract the urban tissue, based in the union of

the industrial areas with impermeable surfaces; and, (iii) derive the land surface temperature. The municipalities under analysis, common in the territory, have different urban trajectories – clearly reflected in the thermal environment characteristics. In Braga, the concentric urban growth limited by the current urban perimeter promoted a successive accentuation of the thermal differences between the interior and exterior of the urban perimeter between 1984 and 2016. In Guimarães in not visible the same trend, because of the notorious process of urban diffuse growth. Concluding, Remote Sensing constitutes a powerful tool for territorial analysis. It is indispensable for understanding the dynamics and urban processes that are increasingly felt from the ‘city’ to the whole territory, especially within the diffuse urbanization context.

Keywords: Remote Sensing; Geographical Information Systems (GIS); Urban Areas; Landsat; Braga and Guimarães.

## 1. Introdução

A questão ‘urbana’ assumiu uma relevância sem precedentes no século XXI, não só pela crescente área e população, mas sobretudo pelos impactes da urbanização sobre o ambiente, que se manifestam da escala local à global (Weng, 2011). Não obstante, a realidade urbana atual é extremamente complexa, dado que “a extensão, a fragmentação, o contraste e a contradição dominam sobre qualquer ideia de conjunto, que apenas se vislumbra de uma imagem de satélite ou de uma estatística” (Domingues, 2015, p. 27). Efetivamente, nas últimas décadas, decorrente da multiplicação dos Programas de Observação da Terra e dos avanços nos Sistemas de Informação Geográfica proliferaram os estudos com enfoque cronogeográfico das áreas urbanas, particularmente nos territórios onde o crescimento urbano foi mais acelerado.

Os retratos sequenciais facultados pela visão sinótica e repetitiva dos satélites possibilitam a documentação e monitorização das áreas urbanas, a diversas escalas espaciais, temporais e espectrais – permitindo superar os problemas crónicos de falta de dados espaciotemporais contínuos. Para Bhatta (2010), as imagens de satélite possibilitam o estudo da urbanização como padrão (*i.e.*, configuração espacial num determinado momento; visão estática), ou enquanto processo (*i.e.*, mudanças no padrão espacial entre datas; fenómeno dinâmico), seguindo uma lógica de story-telling (Sui, 2011). Sem embargo, muito para além disso, permitem determinar/monitorizar as consequências ecológicas que a urbanidade acarreta (Coppin *et al.*, 2004) – raramente avaliadas em virtude da falta de dados e, por isso, mal conhecidas (Stefanov e Netzbund, 2010).

De entre os efeitos ambientais decorrentes do crescimento urbano – que se manifestam cada vez mais da escala local à global (Weng, 2011) –, os que se relacionam com o clima têm vindo a atrair cada vez mais a atenção dos investigadores (Souch e Grimmond, 2006), pela intrínseca relação que possuem com as mudanças climáticas locais e globais. Este tópico, apesar de não ser recente, ganhou nas últimas décadas – por via da incorporação do infravermelho térmico nos satélites de média resolução (*e.g.*, Landsat, ASTER, MODIS) – uma nova dinâmica, particularmente no que concerne ao comportamento da temperatura de superfície (Deilami *et al.*, 2018; Zhou *et al.*, 2019).

Por conseguinte, o estudo das áreas urbanas assente na Detecção Remota parece-se agrupar-se em duas grandes linhas de pesquisa: (i) os que se centram na evolução da *urbe*, com o objetivo de estabelecer a ligação entre as formas urbanas (*i.e.*, a estrutura espacial) e os processos que lhe estão subjacentes; e, (ii), os que investigam as consequências ecológicas da urbanização, nomeadamente as que decorrem das transformações da cobertura/uso do solo, inerentes ao crescimento urbano – *i.e.*, conversão

de áreas permeáveis, com maior ou menor cobertura vegetal, em superfícies impermeáveis antrópicas. Neste cômputo, procura-se com a presente investigação promover uma ponte entre as duas linhas de investigação. Em concreto, tendo por base o arquivo Landsat (TM, ETM+ e OLI) – a mais longa e contínua série de dados adquirida por Detecção Remota –, analisa-se o processo de urbanização do município de Braga e de Guimarães entre 1984 e 2016, com o intuito de determinar as mudanças no ambiente térmico superficial que este acarreta.

O presente artigo encontra-se estruturado em duas partes. Na primeira, de carácter mais teórico, apresentam-se os meios de observação da superfície terrestre por Detecção Remota existentes – *i.e.*, os satélites que orbitam a Terra. Em seguida, a atenção é colocada nas particularidades inerentes à Detecção Remota das áreas urbanas. Na segunda parte do trabalho apresenta-se o caso empírico dos municípios de Braga e de Guimarães. Assim, começa-se por detalhar os dados e métodos utilizados, e em seguida apontam-se os resultados obtidos ao nível da dinâmica das componentes biofísicas e do crescimento urbano. Por fim, a evolução do ambiente térmico superficial de Braga e de Guimarães entre 1984 e 2016 é analisada no contexto das ilações retiradas anteriormente.

## 2. Observação da Terra por Detecção Remota

Detecção Remota tem origem no termo *Remote Sensing*, utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos da América, na década de sessenta do século XX, para designar qualquer meio remoto de observação (Chuvieco, 1995), pelo que englobava os campos da fotogrametria e fotointerpretação (Rocha e Sousa, 2007), principal meio de aquisição de informação à data. Em Portugal assume também a designação de Teledeteção, mais próxima dos vocábulos em castelhano *Teledetección* e francês *Télé-détection*.

Em sentido lato, a Detecção Remota pode ser definida como o conjunto de técnicas que permitem obter informação sobre um determinado objeto, através da utilização de um instrumento de medição que não está em contacto direto com esse objeto (García, 1996; Bhatta, 2013; Lira *et al.*, 2016). Para vários autores (*e.g.*, Chuvieco, 1995, Passos, 2016), engloba não só a aquisição dos dados (*e.g.*, imagem), como também o seu tratamento e interpretação, com vista a uma finalidade. Nas ciências geoespaciais consiste na observação da Terra, através de sensores instalados em satélites que se encontram em órbita no espaço. De facto, hoje em dia, a Detecção Remota quando considerada nesta aceção assume também a designação de Observação da Terra (Bhatta, 2010).

**Tabela 1**  
Evolução dos satélites que orbitam a Terra entre 2016 e 2020  
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da UCS (2017, 2020).

Finalidade	2017		2020	
	Nº	%	Nº	%
Comunicações	699	49,29	1194	44,79
Observação da Terra	354	24,96	872	32,71
Desenvolvimento de Tecnologia	154	10,86	297	11,14
Navegação/GPS	97	6,84	136	5,1
Ciências Espaciais	62	4,37	84	3,15
Ciências da Terra	9	0,63	15	0,56
Comunicações/Desenvolvimento de Tecnologias	8	0,56	8	0,3
Navegação/Posicionamento Regional	8	0,56	12	0,45
Demonstração de Tecnologia	6	0,42	9	0,34
Comunicações/Controlo do Tráfego Marítimo	5	0,35	5	0,19
Observação da Terra/Desenvolvimento de Tecnologia	5	0,35	7	0,26
Observação do Espaço	5	0,35	8	0,3
Observação da Terra/Comunicações	2	0,14	2	0,08
Comunicações/Navegação	1	0,07	1	0,04
Observação da Terra/Comunicações/Ciências Espaciais	1	0,07	1	0,04
Observação da Terra/Pesquisa	1	0,07	2	0,08
Terra/Ciências Espaciais	1	0,07	3	0,11
Desenvolvimento de Tecnologia/Educação	0	0	3	0,11
Vigilância	0	0	3	0,11
Educação	0	0	2	0,08
Ciências Espaciais/Desenvolvimento de Tecnologia	0	0	1	0,04
Missão de Extensão de Tecnologia	0	0	1	0,04
<b>Total</b>	<b>1418</b>	<b>100</b>	<b>2666</b>	<b>100</b>

**Tabela 2**  
Utilização dos Satélites de Observação da Terra em 2016 e em 2020  
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da UCS (2017, 2020).

Utilização	2017		2020	
	Nº	%	Nº	%
Governamental	118	31,64	239	26,5
Militar	103	27,61	165	18,29
Comercial	92	24,66	437	48,45
Civil	27	7,24	26	2,88
Governamental/Civil	16	4,29	17	1,88
Governamental/Comercial	8	2,14	10	1,11
Governamental/Militar	5	1,34	5	0,56
Militar/Comercial	4	1,07	2	0,22
Militar/Civil	0	0	1	0,11
<b>Total</b>	<b>373</b>	<b>100</b>	<b>902</b>	<b>100</b>



**Tabela 3**  
País proprietário dos Satélites de Observação da Terra em 2017 e em 2020

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da UCS (2017, 2020).

País Proprietário	2017		2020	
	Nº	%	Nº	%
Estados Unidos da América	137	36,73	443	49,11
China	68	18,23	175	19,4
Rússia	18	4,83	33	3,66
Japão	16	4,29	33	3,66
Alemanha	15	4,02	16	1,77
Índia	12	3,22	23	2,55
Israel	7	1,88	8	0,89
Reino Unido	6	1,61	6	0,67
Mais de um país	30	8,04	32	3,55
Agência Espacial Europeia	8	2,14	15	1,66
Outros Países	56	15,01	118	13,08
<b>Total</b>	<b>373</b>	<b>100</b>	<b>902</b>	<b>100</b>

## 2.1. Satélites para a Observação da Terra

O domínio da Detecção Remota encontra-se profundamente dependente do contexto tecnológico do momento, pelo que se revela indispensável o conhecimento dos satélites que orbitam a Terra, e mormente aqueles que se destinam à observação/estudo da superfície terrestre.

De acordo com os dados da *Union of Concerned Scientists* (UCS, 2017, 2020) entre 2017 e 2020 verifica-se uma aposta notável no lançamento de satélites para o Espaço, assistindo-se nestes três anos quase a uma duplicação do número de satélites que orbitam a Terra (*i.e.*, de 1418 para 2666). Este incremento é especialmente notório nos satélites destinados à Observação Terra, que de 373 passam para 902 – ou seja, mais do que duplicam. Ademais, também a sua representatividade no conjunto dos satélites em órbita sai reforçada, sendo de 33% em 2020, ao passo em 2017 se cifrava apenas nos 26% [Tabela 1].

O aumento dos satélites destinados à Observação da Terra decorre em grande medida da aposta do setor comercial – que quase quadruplica (*i.e.*, de 92 em 2017 passa para 437 em 2020, representando nesta data quase metade dos satélites destinados a este fim). Em consequência, o setor governamental deixa de ter a preponderância sobre as missões destinadas ao estudo/observação da superfície terrestre, que em 2017 representava 31,64% [Tabela 2].

Os Estados Unidos da América destacam-se claramente nas missões de Observação da Terra, possuindo 49,11% dos satélites em 2020, sendo que esta liderança se torna ainda mais evidente quando se adiciona os satélites que possui em conjunto com outros países (*e.g.*, Japão, Brasil, Taiwan). Em segundo lugar, a China

também revela uma aposta neste género de missões espaciais, pois entre 2017 e 2020 o número de satélite aumenta de 68 para 175 (ainda que, a representatividade no conjunto dos Estados apenas suba de 18,23% para 19,40%). A Agência Espacial Europeia (ESA), composta por 22 Estados-Membros (designadamente, Portugal), aumenta de 8 para 15 o número de satélites, porém vê a sua importância relativa decrescer de 2,14% para 1,66% neste hiato de 3 anos [Tabela 3].

A cobertura global e periódica da superfície terrestre pela gigantesca constelação de satélites em órbita fornece informação homogênea, coerente e a baixo custo (ou mesmo gratuita), sem precedentes – nomeadamente acerca das áreas urbanas, onde se verificam tanto as mudanças mais bruscas, como aceleradas.

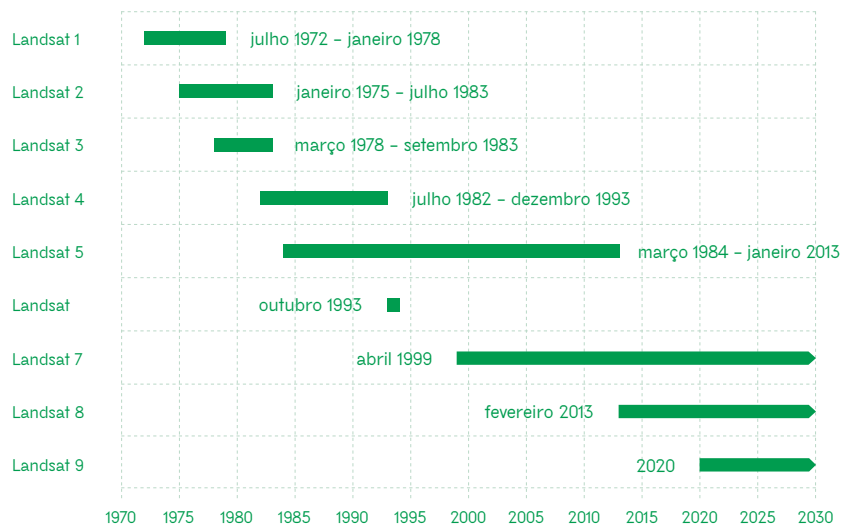
## 2.2. Detecção Remota em Áreas Urbanas

A Detecção Remota das áreas urbanas é “*by nature defined as the measurement of surface radiance and properties connected to the land cover and land use in cities*” (Netzband e Jürgens, 2010, p.3). Com efeito, a classificação das características de refletância dos materiais presentes nas áreas urbanizadas fornece informação robusta e comparável sobre a anatomia dos ecossistemas urbanos. O modelo teórico proposto por Ridd (1995), denominado *Vegetation-Impervious-Soil* (V-I-S) oferece a base necessária à simplificação do território urbano, subdividindo-o em três componentes biofísicas fundamentais: a vegetação, o solo nu e as áreas impermeáveis, a que acresce ainda uma quarta a água. Estas componentes biofísicas (ou coberturas do solo) exibem características muito contrastadas, quer ao nível dos processos biofísicos (*e.g.*, fluxos de energia e água), quer da perceção humana sobre elas (Gluch e Ridd, 2010).

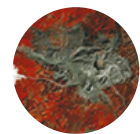
No âmbito estrito da Geografia Urbana as áreas impermeáveis traduzem a estrutura urbana – que permite não só estudar o padrão da morfologia urbana numa determinada data, como também analisar as mudanças num determinado período temporal, nomeadamente as decorrem do crescimento urbano (ou regressão urbana). Não obstante, as imagens de satélite fornecem igualmente as bases para investigações relacionadas com os sistemas biofísicos (*e.g.*, energia, humidade, vegetação) e com os sistemas humanos (Ridd, 1995). Por exemplo, a partir de numa porção ínfima do espectro eletromagnético – o infravermelho térmico, apenas disponível num reduzido número de satélites (*e.g.*, Landsat, MODIS, ASTER) – é possível extrair a temperatura da superfície. Esta variável assume atualmente uma importância primordial nos estudos de Climatologia Urbana, constituindo um dos parâmetros biofísicos mais estudados.

A temperatura de superfície extraída das imagens de satélite não constitui uma medição física direta, mas sim a uma modelização

Figura 1  
Cronologia das Missões Landsat (2017, NASA©)



1973 - Landsat 1  
Peru Avalanche



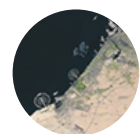
1980 - Landsat 2  
Mt. St. Helens (Washington)



2005 - Landsat 5  
Hurricane Katrina (New Orleans)



2011 - Landsat 7  
Los Conchas Fire (New Mexico)



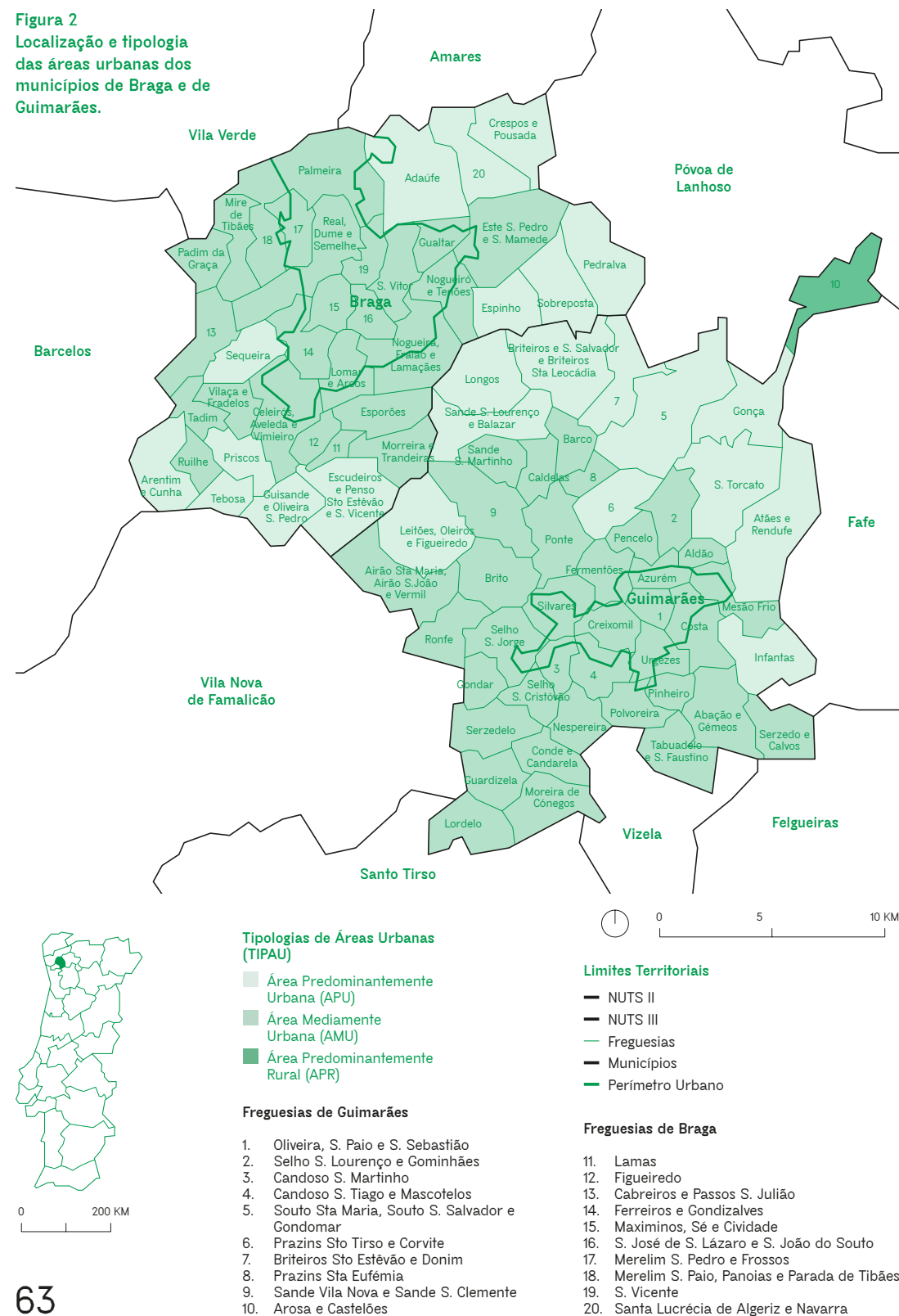
2015 - Landsat 8  
Dubai, United Arab Emirates

efetuada a partir do valor de radiância do topo da atmosfera; em razão disso, é intrinsecamente diferente da temperatura do ar – que corresponde à temperatura ambiente medida a 1,50m da superfície. A captação dos valores de radiância pelos satélites restringe-se ao intervalo 8µm–15µm do espectro eletromagnético, sendo que inclui a radiância ascendente emitida pelas superfícies, a radiância ascendente emitida pela atmosfera, a radiância descendente emitida pela atmosfera e a refletida pela superfície. Durante o dia, coexiste a reflexão e emissão de radiação eletromagnética, ao passo que à noite esta se restringe à emissão.

Em concreto, a temperatura de superfície corresponde à temperatura da camada terrestre diretamente exposta aos sensores (*e.g.*, telhados, estradas, copa das árvores ou relvados), que diversos autores classificam como a temperatura da ‘pele’ da Terra (*e.g.*, Hung *et al.*, 2006; Klock *et al.*, 2012). A temperatura de superfície constitui um dos principais fatores responsáveis pelo controlo dos fenómenos físicos, químicos e biológicos do ambiente, porém é ao mesmo tempo, é determinada por estes – *i.e.*, apresenta uma relação bidirecional (Sharma *et al.*, 2013). Deste modo, a compreensão das variações da temperatura de superfície é fundamental para decifrar os mecanismos que lhe estão subjacentes (Kumar e Shekhar, 2015), nomeadamente o impacto que a urbanização detém sobre o ambiente.

Um dos satélites mais amplamente utilizados nos Estudos Urbanos, e particularmente na compreensão dos efeitos da urbanização sobre o ambiente é o Landsat. Este satélite descreve uma órbita quase polar e heliosíncrona, captando as imagens por volta das 10h/11h (hora local), num ciclo repetitivo de 16 dias. O arquivo de imagens ultrapassa já as quatro décadas, constituindo o mais longo e contínuo programa de Observação da Terra (Figura 1). O Landsat 1 foi lançado em 1972, sob o nome *Earth*

Figura 2  
Localização e tipologia das áreas urbanas dos municípios de Braga e de Guimarães.



*Resources Technology Satellite One* (ERTS-1). Nas últimas quatro décadas registaram-se melhorias significativas na aquisição das imagens, com o lançamento dos satélites Landsat 2 (em 1975), Landsat 3 (em 1978), Landsat 4 (em 1982), Landsat 5 (em 1984), Landsat 6 (em 1993, porém perdido aquando do lançamento), Landsat 7 (em 1999), e mais recentemente o Landsat 8 (em 2013). O lançamento do Landsat 9 encontra-se previsto para dezembro de 2020, assegurando assim a continuidade desta missão.

A resolução espacial do Landsat (30m x 30m) é suficiente para detetar as áreas urbanas, e efetuar a distinção entre as superfícies impermeáveis antrópicas e espaços permeáveis, como a vegetação ou o solo nu. Note-se que, se do ponto de vista das bandas do visível e do infravermelho o Landsat é considerado um satélite de média resolução espacial, quando atendemos em específico ao infravermelho térmico esta é considerada elevada.

### 3. Observação Remota dos Municípios de Braga e de Guimarães

O caso empírico neste estudo corresponde aos municípios de Braga e de Guimarães, localizados no Norte de Portugal, mais especificamente no setor noroeste [Figura 2]. Apesar de adstritos, estes municípios integram NUTS III distintas, pertencendo Braga à do Cávado e Guimarães à do Ave.

As freguesias de Braga e de Guimarães encontram-se classificadas, quase em exclusivo, como Área Predominantemente Urbana (APU) e Área Mediamente Urbana (AMU), pelo Instituto Nacional de Estatística [Figura 2] – pelo que se poderá aludir a uma Área Urbana de Braga e de Guimarães (AUBG). Vale lembrar que, a génese do povoamento disperso no noroeste de Portugal se encontra no processo de ruralização que se seguiu à queda do Império Romano e à organização das paróquias e conventos no início da Idade Média (Sampaio, 1896; Domingues, 2008). Não obstante, este contexto comum, Braga e Guimarães apresentam diferenças urbanas significativas, que resultam das vicissitudes históricas e, conseqüente, dimensão e posicionamento no panorama nacional.

Braga ostenta uma urbanização bimilenária praticamente contínua, que testemunha todos os capítulos da história urbana europeia (Bandeira, 2015). A expansão da cidade histórica foi sendo feita à custa do retalhamento das quintas rurais em lotes de casas unifamiliares, apesar de subsistirem espaços intersticiais. O núcleo central deve a sua compacidade ao acentuado peso dos serviços (Portas, 2005), porém esta concentração vai-se diluindo entre as novas construções, autoestradas, e zonas industriais.

Guimarães apresenta um modelo *sui generis* de urbanização, pois

“é, por um lado, uma cidade canónica de matriz medieval e, por outro, parte maior de uma região urbanizada de base industrial, também já secular” (Portas, 2012, p.13). O modo singular como a industrialização se processou, isto é, sem fratura com o espaço rural e sem cidades industriais determinou de forma inequívoca a sua estrutura de povoamento, considerando-se este o caso mais paradigmático de urbanização difusa (Portas, 2005).

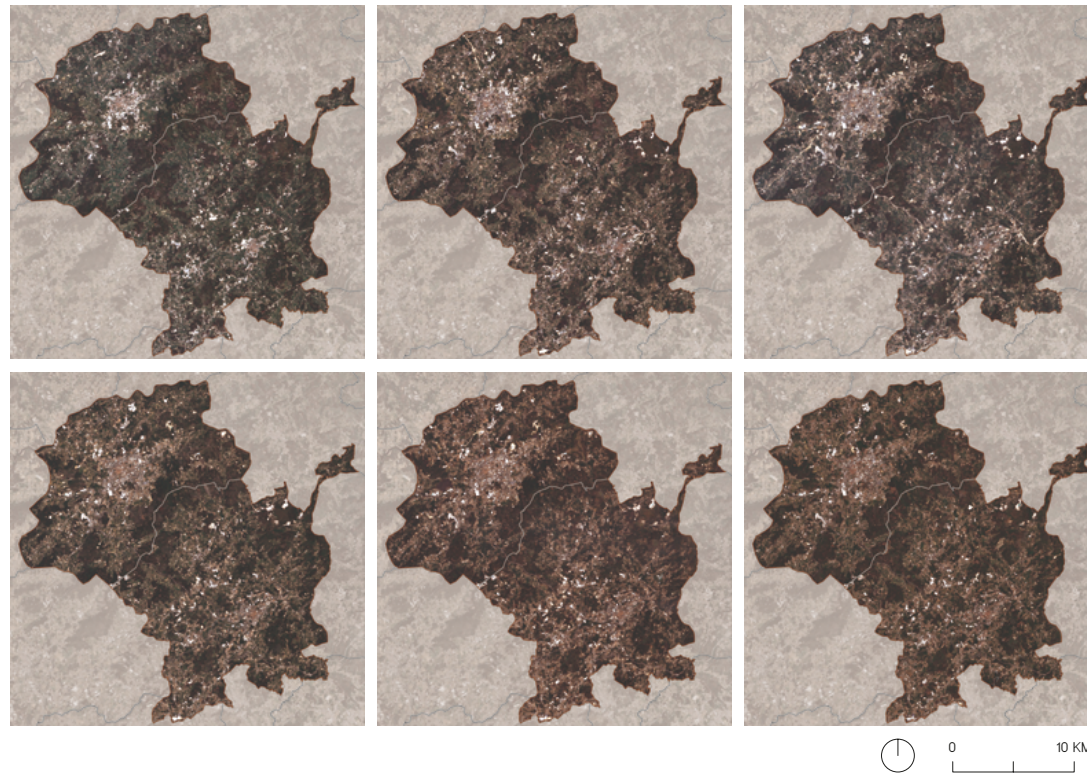
#### 3.1. Dados e Métodos

Para a análise das dinâmicas da urbanização e do ambiente térmico nos municípios de Braga e de Guimarães procedeu-se à triagem do arquivo Landsat, partindo do pressuposto que as imagens fossem da mesma estação do ano, nomeadamente do verão, e adquiridas perante situações anticiclónicas de modo a minimizar as diferenças nas condições atmosféricas como a cobertura de nuvens, a elevação e inclinação do Sol e o estado fenológico da vegetação. Respeitando estes pressupostos foram selecionadas 6 imagens, todas adquiridas no mês de julho, designadamente: 3 do sensor TM, (1984, 2003, 2010), 1 do ETM+ (1999) e 1 do OLI (2016).

As imagens Landsat foram pré-processadas no software ENVI, tendo sido efetuadas as necessárias correções radiométricas, atmosféricas (através do módulo FLAASH) e geométricas. Em seguida, procedeu-se à composição de uma imagem de cores naturais para cada data decorrente da combinação das bandas do vermelho, verde e azul, que no Landsat 5 e 7 corresponde às bandas 3-2-1 e no Landsat 8 às bandas 4-3-2.

Subseqüentemente, derivou-se um conjunto de índices espectrais, que foram classificados e combinados de modo a delimitar as seis componentes biofísicas – *i.e.*, industrial/pedreiras, superfícies impermeáveis antrópicas, vegetação arbórea e/ou densa, vegetação herbácea/arbustiva e/ou esparsa, solo nu e água. Esta classificação foi avaliada com recurso a uma matriz de erro, obtendo-se uma precisão de 90% e um índice Kappa de 0,87. Da união da *layer* industrial/pedreiras com a das superfícies impermeáveis obteve-se o tecido urbano – entendendo-se a urbanização como a conversão de superfícies permeáveis – com maior ou menor cobertura de vegetação – em superfícies impermeáveis antrópicas, por via da transformação do ambiente natural em construído.

A temperatura de superfície foi extraída a partir da banda térmica do Landsat (*i.e.*, a banda 6 no Landsat 5, a banda 6.1 no Landsat 7 e a banda 10 no Landsat 8), seguindo procedimentos descritos no Landsat Project Science Office (2001), no caso do Landsat 5 e 7, e em USGS (2013), no caso específico do Landsat 8. A emissividade adotada em cada pixel têm como referência empírica os valores definidos por Zhang *et al.* (2006) em função da segmentação do *Normalized Difference Vegetation Index* (NDVI).



**Figura 3**  
Evolução dos municípios de Braga e de Guimarães entre 1984 e 2016

**Limites Territoriais**

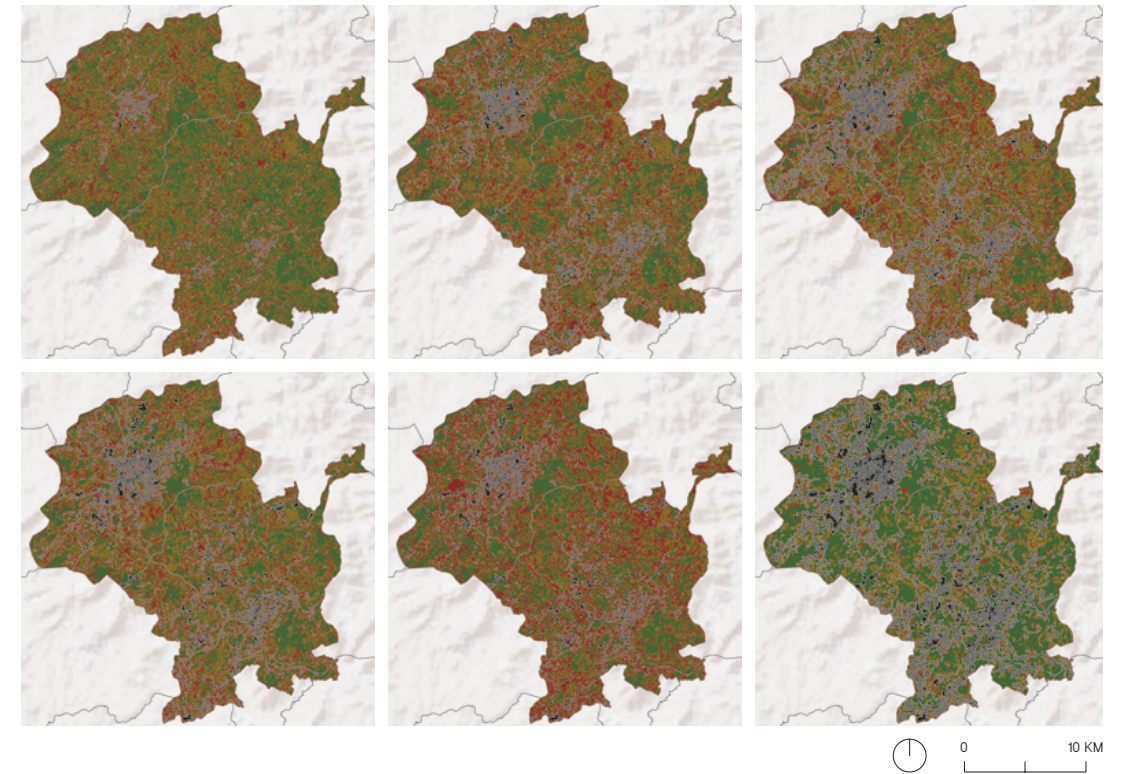
- Municípios
- AUBG

A correção atmosférica segue a metodologia proposta por Coll *et al.* (2010), assente nos perfis atmosféricos do National Center for Environmental Prediction (NCEP), disponibilizados pela National Aeronautics and Space Administration (NASA).

**3.2. Dinâmica das Componentes Biofísicas e Crescimento Urbano (1984-2016)**

A aquisição sequencial de imagens Landsat permite não só observar a evolução da configuração espacial dos municípios de Braga e de Guimarães desde a década de oitenta, do século XX, até aos dias presentes [Figura 3], como também descrever e quantificar o processo de urbanização subjacente e as consequências ecológicas daí decorrentes. Como refere Portas (2012), trata-se de ‘ver’ as áreas urbanas não só de cima, mas por inteiro: cidade, entre cidades e campos.

Nos municípios de Braga e de Guimarães as componentes biofísicas – *i.e.*, industrial/pedreiras, superfícies impermeáveis antrópicas, vegetação arbórea e/ou densa, vegetação herbácea/arbustiva e/ou esparsa, solo nu e água – encontram-se profundamente mescladas [Figura 4], fruto da sempre presente interpenetração entre o urbano e o rural. Efetivamente, neste território não só predomina o minifúndio, como também a mesma



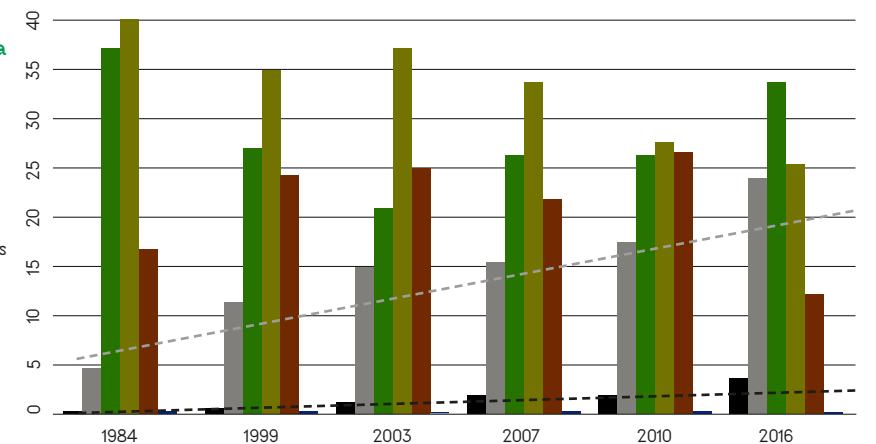
**Figura 4**  
Componentes biofísicas nos municípios de Braga e de Guimarães entre 1984 e 2016

**Componentes Biofísicas**

- Industrial/Pedreiras
- Superfícies Impermeáveis Antrópicas
- Vegetação Arbórea ou Densa
- Vegetação Herbácea/Arbustiva ou Esparsa
- Solo Nu
- Água

**Limites Territoriais**

- Municípios
- Área de Estudo

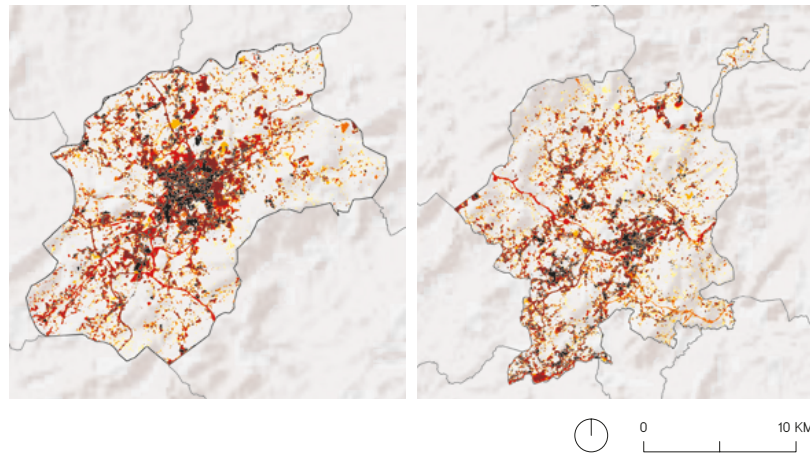


**Figura 5**  
Tecido urbano nos municípios de Braga e de Guimarães entre 1984 e 2016

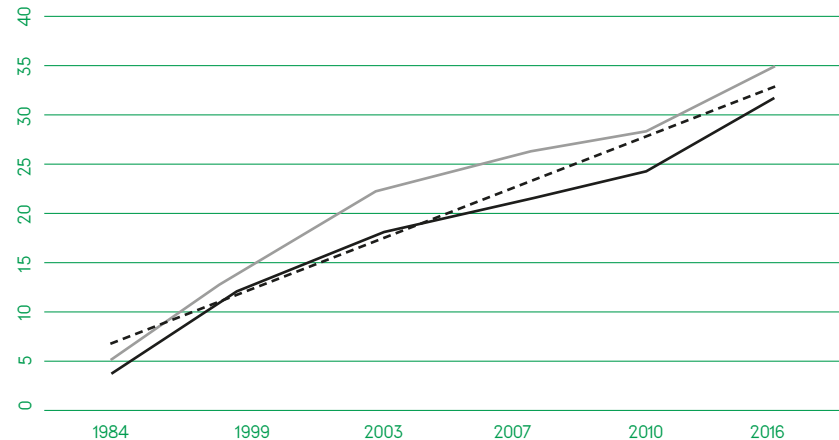
■ Tecido Urbano em 1984

Crescimento Urbano

- Entre 1984 e 1999
- Entre 1999 e 2003
- Entre 2003 e 2007
- Entre 2007 e 2010
- Entre 2010 e 2016



— Braga  
— Guimarães  
- - Linear (Média de Braga e Guimarães)



parcela comumente se divide entre a habitação, a horta, o jardim ou o pomar. Como enfatiza Domingues (2008), a mesma fração de terreno combina aquilo que as taxonomias convencionais separam: o agrícola (ou rústico) e o urbano.

Entre 1984 e 2016 verifica-se um incremento linear do industrial/pedreiras e das superfícies impermeáveis antrópicas – *i.e.*, do território urbanizado –, em detrimento do decréscimo proporcional das componentes biofísicas permeáveis (vegetação arbórea e/ou densa, vegetação herbácea/arbustiva e /ou esparsa e solo nu), que não apresentam uma tendência evolutiva (Figura 4).

O tecido urbano é preponderante em Braga ao longo das seis datas analisadas, embora a diferença relativamente a Guimarães se tenha ora acentuado ou diluído [Figura 5]. As principais diferenças observadas entre 1984 e 2016 decorrem: (i) da expansão dos núcleos urbanos centrais de Braga e de Guimarães; (ii) do aparecimento de novos clusters urbanos isolados; e, (iii) da abertura de eixos viários, alguns dos quais de alta velocidade, designadamente A11 que desde 2003 conecta os dois núcleos centrais [Figura 5].

Hodiernamente, o município de Braga continua a exibir uma mancha urbana mais compacta do que Guimarães – onde, para além do núcleo histórico, são evidentes outros aglomerados – mormente as vilas de Pevidém (que corresponde territorialmente à freguesia de São Jorge de Selho), Lordelo, Moreira de Cónegos, Taipas e São João de Ponte. Do centro de Braga emerge uma estrutura urbana radial, comandada pelas vias rodoviárias, em direção às localidades vizinhas de Vila Verde, Amares, Vila Nova de Famalicão, Póvoa de Lanhoso e Guimarães (que é consideravelmente mais ténue). Ao mesmo tempo, em Braga, mas sobretudo em Guimarães, é notória a disseminação das manchas urbanas por todo território, em muitos casos correspondentes a conjuntos habitacionais individuais (Figura 5).

### 3.3. Evolução do ambiente térmico superficial (1984-2016)

Decorridas três décadas o ambiente térmico dos municípios de Braga e de Guimarães deixa de se caracterizar por núcleos quentes isolados e com reduzida dimensão, e passa a exibir uma rede complexa e interconectada de áreas quentes (e, mesmo muito quentes, nas áreas industriais), apenas marginalmente ladeadas por áreas frescas, onde subsistem os povoamentos florestais [Figura 5].

A despeito de Braga e Guimarães exibirem valores de temperatura superfície análogos, o modo como estes se distribuem no território é muito distinto [Figura 5], decorrente das vicissitudes que moldaram o processo de urbanização. Assim, em Braga o desenvolvimento urbano concêntrico em torno do núcleo genético da cidade e alicerçado, em grande medida, no atual perímetro

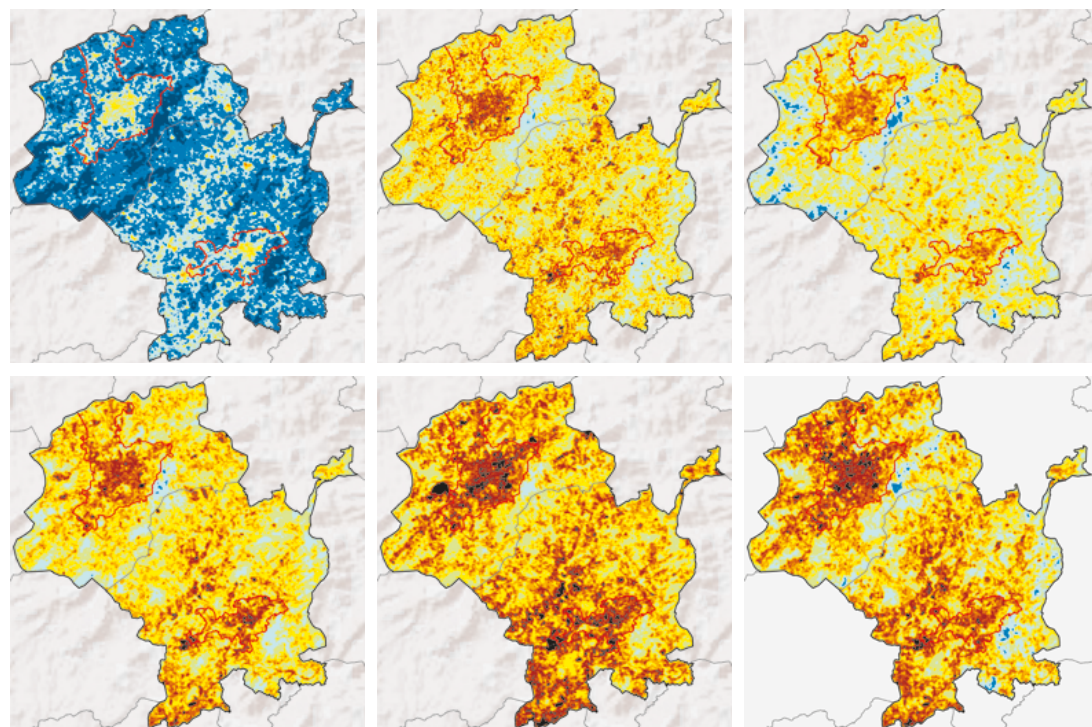
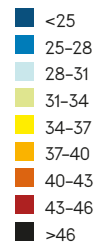


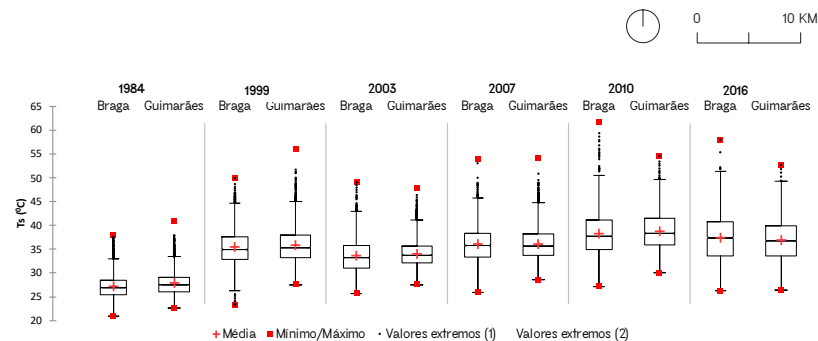
Figura 6  
Temperatura de superfície (°C) nos municípios de Braga e de Guimarães entre 1984 e 2016

Temperatura de Superfície (°C)



Limites Territoriais

- Municípios
- AUBG
- Perímetro Urbano



urbano, ditou um acentuar sucessivo das diferenças térmicas entre o interior e o exterior do perímetro urbano [Tabela 4]. Por sua vez, em Guimarães, essa tendência observável até 2007, parece nas duas últimas datas diluir-se, consequência do desenvolvimento urbano observado a partir de outros núcleos exteriores a esta circunscrição administrativa [Tabela 5].

Ademais, constata-se que em Guimarães a temperatura de superfície é mais elevada, tanto no exterior, como no interior do perímetro urbano; porém, como referido, as diferenças nunca são muito expressivas (+/- 1°C) (Tabela 4 e Tabela 5).

Ano	Média da temperatura de superfície (°C)		Diferença (°C)
	Interior do perímetro urbano	Exterior do perímetro urbano	
1984	28,65 (+/- 2,73)	27,64 (+/- 2,17)	1,98
1999	38,01 (+/- 3,76)	34,66 (+/- 3,07)	3,35
2003	36,64 (+/- 3,51)	32,66 (+/- 2,90)	3,99
2007	38,95 (+/- 3,63)	35,02 (+/- 3,07)	3,93
2010	41,43 (+/- 3,82)	37,17 (+/- 3,85)	4,26
2016	41,40 (+/- 3,78)	36,05 (+/- 3,99)	5,35

Ano	Média da temperatura de superfície (°C)		Diferença (°C)
	Interior do perímetro urbano	Exterior do perímetro urbano	
1984	29,46 (+/- 2,21)	27,64 (+/- 2,81)	1,82
1999	38,31 (+/- 3,40)	35,46 (+/- 3,57)	2,85
2003	36,84 (+/- 2,70)	33,73 (+/- 3,21)	3,1
2007	39,65 (+/- 3,37)	35,81 (+/- 3,36)	3,84
2010	42,17 (+/- 3,82)	38,39 (+/- 3,54)	3,78
2016	40,11 (+/- 4,11)	36,54 (+/- 3,56)	3,57

Tabela 4  
Diferenças na temperatura de superfície entre o interior e o exterior do perímetro urbano no município de Braga entre 1984 e 2016

Tabela 5  
Diferenças na temperatura de superfície entre o interior e o exterior do perímetro urbano no município de Guimarães entre 1984 e 2016

## 4. Nota Final

A visão ampla, mas, ao mesmo tempo detalhada, dos satélites possibilita o estabelecimento de conexões entre as diferentes escalas de análise – *i.e.*, espaciais e temporais – inerentes aos múltiplos domínios (ou ramos) disciplinares que se dedicam ao estudo do espaço urbano (Yang, 2011; Wentz *et al.*, 2012), assim como entre as distintas escalas espaciais definidas no sistema de ordenamento do território. Deste modo, a Detecção Remota (em associação com os Sistemas de Informação Geográfica) assume-se com um poderoso instrumento de análise territorial – indispensável na compreensão dinâmicas e processos urbanos que se fazem sentir cada vez mais da ‘cidade’ ao território, particularmente se atentarmos ao contexto da urbanização difusa paradigmático do noroeste de Portugal. Concluindo, a informação e conhecimento derivado acerca do estado, tendência(s) e oportunidades/ameaças nas áreas urbanas, mais do que contribuir para resolução de problemas académicos, pode suportar a definição de estratégias e medidas de planeamento urbano, que contribuam para um território globalmente mais resiliente e sustentável.

Referências  
Bibliográficas

- Bandeira, M. (2015). *Braga Vista do Céu*. Lisboa: Argumentum.
- Bhatta, B. (2010). *Analysis of Urban Growth and Sprawl from Remote Sensing Data*. Heidelberg, Dordrecht, London, New York: Springer.
- Bhatta, B. (2013). *Research Methods in Remote Sensing*. Heidelberg, Dordrecht, London, New York: Springer.
- Chuvieco, E. (1995) *Fundamentos de Teledetección Espacial*. Madrid: Ediciones RIALP.
- Coll, C., Galve, J., Sanchez, J., & Caselles, V. (2010). Validation of Landsat-7/ETM+ thermal-band calibration and atmospheric correction with ground-based measurements. *IEEE Transactions on Geoscience and Remote Sensing*, 48(1), 547–555.
- Coppin, P., Jonckheere, I., Nackaerts, K., Muys, B., & Lambin, E. (2004). Review Article – Digital change detection methods in ecosystem monitoring: a review. *International Journal of Remote Sensing*, 25(9), 1565–1596.
- Deilami, K., Kamruzzaman, M., & Liu, Y. (2018). Urban heat island effect: A systematic review of spatio-temporal factors, data, methods, and mitigation measures. *International Journal of Applied Earth Observation and Geoinformation*, 67, 30–42.
- Domingues, A. (2008). *A urbanização extensiva – uma nova escala para o planeamento*. In CITTA 1<sup>st</sup> Annual Conference on Planning Research. Porto: FEUP.
- Domingues, A. (2015). Compreender o Território, in A. Domingues e N. Travasso (Coords.), *Território Casa Comum – Morfologias e Dinâmicas Territoriais*. FAUP: Porto, 50–62.
- García, F. (1996) *Manual de Climatología Aplicada. Clima, Medio Ambiente Y Planificación*. Madrid: Editorial Síntesis.
- Gluch, R., & Ridd, M. (2010). The VIS model: quantifying the urban environment. In T. Rashed & C. Jürgens (Eds.), *Remote Sensing of Urban and Suburban Areas*. Heidelberg, Dordrecht, London & New York: Springer, 85–116.
- Hung, T., Uchihama, D., Ochi, S., & Yasuoka, Y. (2006). Assessment with satellite data of the urban heat island effects in Asian mega cities. *International Journal of Applied Earth Observation and Geoinformation*, 8(1), 34–48.
- Klock, L., Zwart, S., Verhagen, H., & Mauri, E. (2012). The surface heat island of Rotterdam and its relationship with urban surface characteristics. *Resources, Conservation and Recycling*, 64, 23–29.
- Kumar, D., & Shekhar, S. (2015). Statistical analysis of land surface temperature–vegetation indexes relationship through thermal remote sensing. *Ecotoxicology and Environmental Safety*, 121, 39–44.
- Landsat Project Science Office (2001). *Landsat 7 Science Data Users Handbook*. NASA. Disponível em: <http://landsathandbook.gsfc.nasa.gov/pdfs/Landsat7Handbook.pdf>.
- Lira, C., Amorim, A., Silva, A. & Taborda, R. (2016). *Sistemas de Informação Geográfica: Análise de Dados de Satélite*. Lisboa: DGRM.
- NASA (2017). *Landsat 9. Continuing the Legacy – 2020 and beyond*. NASA. Disponível em: <https://landsat.gsfc.nasa.gov/landsat-9/>.
- Netzband e Jürgens, 2010 Netzband, M. & Jürgens, C. (2010). Urban and Suburban Areas as a Research Topic for Remote Sensing. In T. Rashed & C. Jürgens (Eds.), *Remote Sensing of Urban and Suburban Areas*. Heidelberg, Dordrecht, London, New York: Springer, pp.1–9.
- Passos, M. (2016). Teledeteção. In J. Fernandes, L. Trigo & E. Sposito (Orgs.), *Dicionário de Geografia Aplicada – Terminologia da análise, do planeamento e da gestão do território*. Porto: Porto Editora, 490.
- Portas, N. (2005). *Nuno Portas. Prémio Sir Patrick Abercrombie – UIA 2005*. Lisboa: Ordem dos Arquitetos. 2<sup>a</sup> Edição.
- Portas, N. (2012). *Os Tempos Das Formas – vol. II. A Cidade Imperfeita e a Fazer*. Guimarães: Escola de Arquitetura da Universidade do Minho.
- Ridd, M. (1995). Exploring a V-I-S (vegetation-impervious surface-soil) model for urban ecosystem analysis through remote sensing: comparative anatomy for cities. *International Journal of Remote Sensing*, 16, 2165–2185.
- Rocha, J., & Sousa, P. (2007). *Integração de dados estatísticos na classificação de imagens de satélite*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Sampaio, A. (1896). As 'Villas' do Norte de Portugal – Estudos Sobre as Origens das Propriedades (Fragmento). *Revista de Guimarães*, 13(1), 19–25.
- Sharma, R., Ghosh, A., & Joshi, P. (2013). Spatio-temporal footprints of urbanisation in Surat, the Diamond City of India (1990–2009). *Environmental Monitoring and Assessment*, 185(4), 3313–3325.

Referências  
Bibliográficas

- Souch, C., & Grimmond, S. (2006). Applied climatology: urban climate. *Progress in Physical Geography*, 30(2), 270–279.
- Stefanov, W., & Netzband, M. (2010). Characterization and Monitoring of Urban/Peri-urban Ecological Function and Landscape Structure Using Satellite Data. In T. Rashed & C. Jürgens (Eds.), *Remote Sensing of Urban and Suburban Areas*. Heidelberg, Dordrecht, London & New York: Springer, 219–244.
- Sui, D. (2011). Rethinking progress in urban analysis and modeling: models, metaphors, and meaning. In X. Yang (Ed.), *Urban remote sensing: Monitoring, synthesis and modelling in the urban environment*. New Jersey: John Wiley & Sons, 372–382.
- UCS (2017). *Union of Concerned Scientists (UCS) Satellite Database 2017*. Disponível em: <http://www.ucsusa.org/nuclear-weapons/space-weapons/satellite-database#.WN4s8NIrLIV>.
- UCS (2020). *Union of Concerned Scientists (UCS) Satellite Database 2020*. Disponível em: <http://www.ucsusa.org/nuclear-weapons/space-weapons/satellite-database#.WN4s8NIrLIV>
- USGS (2015). *Using the USGS Landsat 8 Product*. Disponível em: [http://landsat.usgs.gov/Landsat8\\_Using\\_Product.php](http://landsat.usgs.gov/Landsat8_Using_Product.php).
- Weng, Q. (2011). Remote Sensing of Urban Biophysical Environments. In Q. Weng (Ed.), *Advances in Environmental Remote Sensing: Sensors, Algorithms, and Applications*. New York: CRC Press, 503–516.
- Wentz, E., Quattrochi, D., Netzband, M., & Myint, S. (2012). Synthesizing urban remote sensing through application, scale, data and case studies. *Geocarto International*, 27(5), 425–442.
- Yang, X. (2011). What is urban remote sensing?. In X. Yang (Ed.), *Urban remote sensing: Monitoring, synthesis and modelling in the urban environment*. New Jersey: John Wiley & Sons, 3–10.
- Zhang, Y., Yu, T., Gu, X., Zhang, Y., & Chen, L. (2006). Land surface temperature retrieval from CBERS-02 IRMSS thermal infrared data and its applications in quantitative analysis of urban heat island effect. *Journal of Remote Sensing*, 10(5), 789.
- Zhou, D., Xiao, J., Bonafoni, S., Berger, C., Deilami, K., Zhou, Y., ... & Sobrino, J. (2019). Satellite remote sensing of surface urban heat islands: progress, challenges, and perspectives. *Remote Sensing*, 11(1), 48.

# Morrer na cidade: as práticas funerárias das necrópoles de *Bracara Augusta*

## Resumo

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos nos últimos dez anos, em Braga, têm fomentado o crescimento do conhecimento sobre o mundo funerário da comunidade bracaraugustana no período de transição da Era até aos finais do século II.

Com esta apresentação, pretende-se divulgar as descobertas relacionadas com as mais recentes novidades conhecidas sobre os contextos sepulcrais tendo por base a valorização dos dados arqueológicos que permitiram uma análise detalhada das vivências em torno dos contextos da morte. Complementarmente, procurar-se-á caracterizar os núcleos sepulcrais onde se vieram a reconhecer variadas construções funerárias e às quais se associam os mais distintos mobiliários funerários, elementos representativos das conceções relativas às crenças funerárias da comunidade urbana. Considerando que as necrópoles se constituem como espaços de sociabilidade e de construção identitária, procurar-se-á demonstrar o modo como a população indígena; apreendeu, assimilou e colocou em prática os procedimentos funerários caracteristicamente romanos.

Palavras-chave: prática funerária, necrópole, construção identitária, *Bracara Augusta*, período imperial.

## Abstract

For the last ten years, the archaeological works developed in Braga, contributed to know more about the funerary world of the bracaraugustan community in the transition period from the Era until the last years of the 2nd century.

This work intends to disclose the recent news related to the sepulchral contexts, based on the archaeological values that allow a detailed analysis of the experiences in the contexts of death. Besides, we intend to identify more distinct burial areas where they can recognize varied funerary variables and which are the variables associated with more distinct funerary furniture, elements representative of the concepts related to the funerary beliefs of the urban community. Considering that necropolises are still spaces of sociability and identity construction, we seek to demonstrate how indigenous populations, apprehend, assimilate, and display into practice the funerary procedures characteristically Roman.

Keywords: funerary practice, necropolis, identity construction, *Bracara Augusta*, imperial period.



## Introdução

A organização espacial, em época romana, era altamente significativa, refletindo-se na localização das necrópoles, implementadas fora das cidades. Esta tradição e aceitação da definição de áreas exclusivamente dedicadas ao sepultamento traduzia-se na concordância do *modus vivendi* romano por parte das comunidades autóctones. São estes indivíduos, designados de indígenas, que desde muito cedo se fizeram sepultar nas necrópoles de *Bracara Augusta*, imitando a prática romana de apresentar os seus nomes, e das suas famílias, nas mais diversas estelas funerárias colocadas junto das vias. No entanto, a aceitação da existência de áreas adstritas e reservadas a determinadas funções, onde tinham lugar representações e rituais próprios, não implicava a aniquilação dos traços e dos conceitos culturais dos indivíduos do substrato indígena. Desta forma, crê-se que tanto a comunidade romana, como a local, procurariam adotar posturas de convergência e de adaptabilidade, esforçando-se por manter e respeitar determinados traços culturais, de forma a preservarem uma convivência pacífica (Bendala Galán, 2006: 292). Enterrar nas necrópoles marcava definitivamente uma transformação no esquema mental dos indivíduos indígenas, uma vez que, desde logo, lhes seria colocado em contraponto duas entidades percecionadas agora como dicotómicas, como o mundo dos vivos e dos mortos, a cidade e a necrópole, o universo doméstico e o funerário. Além disso, no que diz respeito a este trabalho, a interação diária com a nova realidade da necrópole pressupunha uma alteração conceptual relativamente aos mortos, refletindo-se na forma de os recordar e homenagear, e ainda, de novos esquemas de relacionamento entre os mais distintos elementos da comunidade. Estes novos universos de interação social, bem como a vivência e a manifestação das práticas funerárias deveriam ser percecionados e compreendidos de forma distinta na fase anterior ao domínio romano. Para o Noroeste Peninsular, são escassas as evidências funerárias das comunidades indígenas que habitavam a região nos últimos decénios da transição da Era. Alguns investigadores presumem que certos procedimentos mortuários implicariam a destruição completa dos restos humanos ou poderiam ainda passar pela deposição de parte desse material osteológico no interior do espaço doméstico muito embora as condições pós-deposicionais e as características dos solos graníticos da região não favoreçam a sua preservação (González Ruibal, 2006: 576; Marado *et al.*: 72, 2018 Santos Cancelas, 2014: 21).



Figura 1  
Distribuição das  
necrópoles do século  
I a.C. a século II de Braga.

- Vias romanas
- ▨ Necrópoles
- Fonte do Ídolo
- ⋯ Malha urbana
- Edificado atual

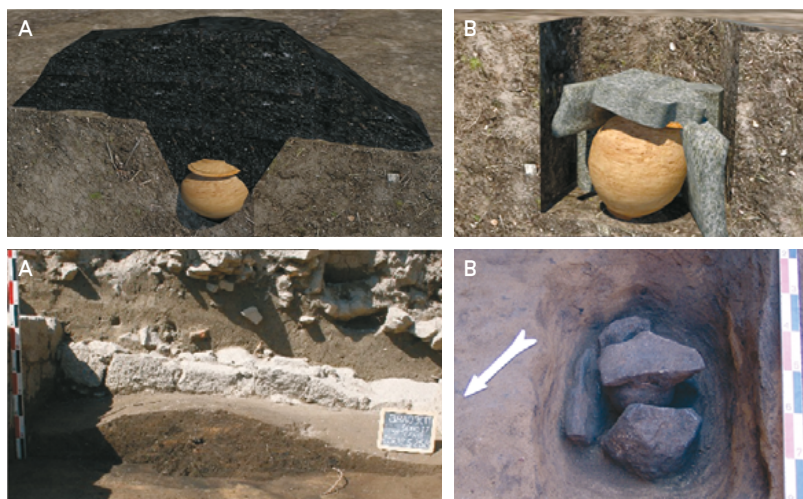
## As necrópoles de *Bracara Augusta*

A localização das necrópoles de *Bracara Augusta* durante o Alto Império não contrariava a norma romana, em que por força da lei os espaços dedicados aos mortos teriam de se estabelecer na periferia urbana (Figura 1). Assim, os espaços funerários foram implantados junto dos eixos viários, no exterior dos limites da zona urbana, este último reservado apenas à comemoração aos deuses e à vida quotidiana. Durante os finais do século I a.C. e o século II, a cremação tornou-se o ritual funerário mais frequente contabilizando um total 138 depósitos secundários de cremação e 107 *ustrina*, identificados em três núcleos de necrópole em estreita relação com as vias XVII, XVIII e XX. No entanto, verificou-se que ainda durante o Alto-Império foram construídas sepulturas associadas ao ritual de inumação, referenciadas apenas no sector de necrópole da Via XX (Braga, 2018: 123).

## A tipologia de estruturas funerárias

O quadro tipológico de estruturas de cremação encontra-se hoje atualizado. Este esquema integra nove tipos de estruturas secundárias de cremação, algumas das quais frequentes em

Figura 2  
Estruturas secundárias  
de cremação de Braga:  
a. Tipo 2d; b. Tipo 4a.



qualquer espaço de enterramento, com diversos tipos de estruturas secundárias em cova, em caixa de tijolo/ tégula, admitindo-se ainda a deposição de caixas de madeira apenas reconhecidas pelos vestígios metálicos. Contudo, destacar-se-ão dois tipos de estruturas cujas características remetem para um universo anterior à presença romana. O primeiro caso reporta-se às estruturas designadas de tipo 2d [Figura 2a]. Nestas estruturas, as urnas são sobrepostas pelos resíduos de cremação, distribuídos em forma de calote, com cerca de 0,30m de altura (acima do nível de circulação de necrópole). Este pormenor parece materializar uma reminiscência de estruturas características da Idade do Bronze, como os *tumuli*, que se mantêm no norte europeu nos últimos anos anteriores à conquista romana (Braga, 2018a: 363). Por outro lado, também o tipo 4a ostenta reminiscências de um ambiente indígena regional [Figura 2b]. Neste tipo de sepultura, a urna é circundada e selada por uma tosca estrutura de pedras ou lascas graníticas, que designámos de tipo cista, sem qualquer tipo de argamassa nos interstícios (Braga, 2018a: 364). Ambas as estruturas são mais frequentes dos períodos de transição da Era até à segunda metade do século I, tornando-se raras a partir de então.

Do conjunto de estruturas da necrópole, destacam-se os *ustrina*, facilmente identificados pela película avermelhada em toda a bordadura da vala, consequência da ação do calor da pira, erguida no mesmo local, assinalando exclusivamente o local de cremação. Foi possível reconhecer uma outra estrutura, o *bustum*, que, apesar de morfologicamente semelhante ao *ustrinum*, pressupõe uma conceptualização distinta, sendo assim caracterizada como sepultura. Este tipo de estrutura assume duas formas, admitindo-se, por um lado, que após a pira abater, a amálgama dos restos cremados permanece na área de cremação; por outro lado, os restos originados pelo processo crematório podem ser recolhidos para um contentor funerário, podendo

este, *a posteriori*, ser depositado no próprio local onde ocorreu a cremação. Tratam-se de duas práticas conhecidas e documentadas em todo o império para além de se encontrarem descritas nas fontes históricas antigas. No entanto, para o contexto em estudo, o recurso à nomenclatura *bustum* é algo difícil de usar por manifesta inexistência de dados antropológicos.

## Os elementos epigráficos

O dossier epigráfico de *Bracara Augusta* apresenta indivíduos associados aos mais distintos níveis sociais abarcando cidadãos, escravos, libertos, homens, mulheres e crianças. Todavia, não deixa de refletir que o hábito epigráfico romano foi adquirido e assumido por um grupo de indivíduos cujo substrato cultural é notoriamente indígena, manifestação de que o processo de aculturação entre romanos e a população autóctone foi bem-sucedido, mesclando-se hábitos funerários romanos com as simbologias indígenas. Além disso, o uso do latim, patente na escrita da maioria destes elementos, constitui-se como um componente essencial na construção da identidade romana permitindo o reforço dos vínculos sociais e a partilha de mensagens (Alfayé e Marco Simón, 2008: 282; Braga, 2018a: 448/558). A colocação das estelas, placas, aras, blocos e colunas nas necrópoles bracaraugustanas corresponde, sem margem de dúvida, a uma influência romana, adquirida pela comunidade indígena após os contactos com a comunidade latina. Este aspeto é altamente significativo e demonstrativo do grau de assimilação e interiorização da mesma por parte das populações indígenas (Redentor, 2011: 62; Braga, 2018a: 450).

Próprio de uma sociedade sincrética, estes epitáfios não deixam de mesclar símbolos. Nas estelas, a parte superior é ornamentada com símbolos associados aos contextos indígenas característicos da região bracarense. É possível identificar rosáceas, cordões, coroas foliáceas, representações geométricas ou da roda de raios curvos (Figura 3; Braga, 2018a: 453).

As estelas eram por excelência os elementos de sinalização dos espaços de necrópole mais conhecidos do mundo romano e aquelas que assumia maior visibilidade e protagonismo. Em Braga foram identificados monumentos epigráficos *in situ*, servindo, simultaneamente, como delimitadores da existência do espaço funerário ao longo das vias e como elementos de homenagem e comemoração da memória do defunto, de modo que a epígrafe personificava o indivíduo que desaparece (Carroll, 2006: 30).

Apesar do diversificado conjunto de estelas e placas funerárias conhecidas para a cidade, destacamos um exemplar identificado no núcleo da Via XVII, cujo potencial informativo é bastante rico. Trata-se de uma estela em *stemma*, com referência a



Figura 3  
Diferentes tipos de  
suportes epigráficos  
associados às necrópoles  
romanas de Braga.

quatro gerações de indígenas (CATVRO/ CAMALI/ MEDITIA/ MEDAMI/ MEDAMVS/ CATVRONIS/ CVLAECIEN (ses), todos, aparentemente sepultados no núcleo da necrópole da Via XVII, dado o uso da fórmula *hic sibi sunt* (Figura 3d). Para o grupo, a menção à *origo* seria um elemento de importante que serviria para expor e reafirmar a identidade geográfica e cultural, denunciando, provavelmente, a existência de uma família pertencente às elites indígenas (Figura 3d; Braga, 2018a: Ficha nº081).

Há ainda a mencionar que em alguns suportes epigráficos surge a menção aos locais de proveniência dos defuntos, em que se admite que alguns deles se localizassem na área de influência administrativa do *conventus bracaraugustanus*. É possível verificar a referência a *Ambioribrensis* ou *Osc* (?), sendo que parte dos *castella* conhecidos patente na epigrafia funerária se encontram associados à representação da grafia do C invertido, como por exemplo, o *castellum Acripia* (?) e *Letiobri* (Redentor, 2011: 233–234). Uma grande parte destas menções data do século I, no entanto, apenas se assinalam duas referências datadas de 101–200. Esta prática entra em declínio ao longo do século II, não se registando qualquer referência deste tipo a partir do século III (Redentor, 2011, vol. II).

Nem todas as estelas se preservaram *in situ*. Algumas delas foram identificadas nos diversos enchimentos relacionados com as remodelações e repavimentações da via, em enchimentos de colmatação de diversas fossas ou ainda reaproveitadas para a edificação de paredes ou muros divisórios. Este tipo de evidência comprova que o espaço de necrópole deveria ser alvo de ações de limpeza, onde as peças que perdiam a sua função inicial seriam consideradas como meros desperdícios a eliminar (Braga, 2018a: 374).

Note-se, ainda, que foram recuperadas seis placas em estreita articulação com as vias XVI, XVII e XX. Estas peças, pela sua morfologia, deveriam estar encastradas nas paredes de edifícios funerários, como os mausoléus (Braga, 2018a: 458). No entanto, apenas se reconheceram construções de âmbito funerário na necrópole da Via XVII, o que nos permite presumir que mausoléus, ou até columbários, deveriam ser elementos habituais da paisagem funerária da cidade, não se constituindo como um exclusivo de uma ou outra necrópole.

Queremos ainda referir um pormenor importante e que de alguma forma “desmistifica” uma ideia preestabelecida. De um conjunto de cinco estelas, apenas uma apresentava uma relação física e direta com a sepultura. Para os restantes epitáfios não foi possível estabelecer uma correspondência segura. As estelas, ou as aras, pelo menos nas necrópoles romanas urbanas, não assinalam só o local dos enterramentos, funcionando antes como peças de carácter informativo ou publicitário, fixadas em lugar público contribuindo, igualmente, para delimitar o local dedicado ao ato de enterrar (Braga, 2018a: 456).

## O espólio funerário

As necrópoles são espaços onde facilmente se revelam os fenómenos produzidos pelo designado “processo de romanização”, segundo o qual duas realidades culturais, supostamente distintas, adotam novas crenças e compartilham símbolos (Tenreiro Bermúdez, 2009: 262; Woolf, 1998: 7). Este processo simbiótico só é possível através de uma continuada convivência, partilha de ideias e de reprodução de comportamentos sociais que são assimilados por ambas as partes, neste caso, tanto por romanos como pelas populações indígenas.

A interação entre romanos e indígenas e a forma como ambos, especificamente, partilharam os comportamentos funerários encontram-se patentes na seleção dos conjuntos de objetos introduzidos nas necrópoles, tornando evidente a comunhão de ideias entre ambos, pelo menos, a partir de um momento próximo da transição da Era. Durante este período verifica-se a seleção de peças notoriamente de produção indígena, denunciadas não só pelas pastas das peças como pelas suas formas. É possível atestar a presença de urnas com pastas micáceas, com algum brilho exterior, bordos e lábios simples e perfis em S, típicos da cultura castreja. A integrar neste conjunto surgem ainda uma jarra “tipo lusitana” (C086<sup>1</sup>), um vaso de perfil calciforme (U012<sup>2</sup>; Figura 4a) e um pote com bordo engrossado e reentrante conhecido como “Tipo Corredoiras” (C092; Figura 4b). Alguns destes exemplares estão documentados em diversos castros em torno da cidade de *Bracara Augusta* como o de Briteiros, Âncora, Sanfins ou o Couto da Pena (Morais *et al.*, 2013: 315).

1. A letra C corresponde a “Cremação”.

2. U corresponde a “Ustrinum”.

Figura 4  
Espólio funerário de  
produção indígena.



Todavia, já nos inícios do século I foram individualizados outros potes, também usados como urnas, considerados já de produção romana, com pastas mais depuradas, sem brilho exterior, que mantêm os perfis em S. Ainda que se tratem de peças de manufatura romana, neste período, a mão-de-obra disponível nas olarias da região integraria ainda indivíduos de origem indígena.

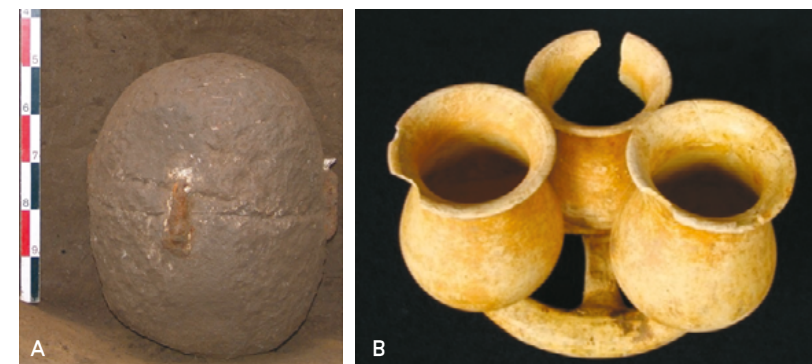
Estas peças surgem a par de algumas lucernas, todas elas provenientes dos circuitos de importação. Os exemplares com cronologia mais antiga correspondem a lucernas que se enquadram nas formas Loeschcke IA (C129 e U012), datadas da fase augusto-tiberiana, e a forma Loeschcke IB (U012), datada de Tibério até Cláudio (Morais *et al.*, 2013: 318).

Também foram recuperadas lucernas derivadas da forma Dressel 3, de produção bética, que parecem inspiradas nos modelos itálicos. Alguns investigadores consideram que o seu aparecimento é posterior ao término das importações itálicas (Morais *et al.*, 2013: 316). Paulatinamente, a lucerna importada foi substituída por peças análogas agora de fabrico local.

A identidade cultural exógena dos indivíduos é também sugerida pela presença de outras peças excepcionais. Não podemos deixar de mencionar o caso da urna em granito, de forma ovoide, com 0,63 × 0,50m, seccionada a meio (Figura 5a). Os interstícios apresentavam-se selados por chumbo, reforçados pela aplicação de quatro grampos de ferro, também eles revestidos com o mesmo material (Braga, 2018a, vol. II; ficha nº050). Considerando os paralelos conhecidos entre esta peça e os contentores funerários identificados em Uxama, será possível equacionar que o indivíduo sepultado em *Bracara Augusta* fosse oriundo da zona da Meseta. A suposição é reforçada pelo facto de no interior da urna ter sido depositado um numisma, cunhado em *Celsa Sulpicia*, nos anos de 27 a.C. – 14 d.C. (Braga, 2018a: 529).

Uma outra peça recuperada corresponde a um *káernos* (Figura 5b). Este objeto era usado em libações ocorridas em rituais religiosos gregos, permitindo explorar a hipótese de na cidade ou no seu entorno se terem fixado indivíduos de origem helénica cujas práticas rituais se associariam a esse universo religioso. Originalmente, a peça compósita, de fabrico local, teria cinco

Figura 5  
a. Urna pétrea  
da estrutura C098.  
b. peça compósita,  
de fabrico local, do U073.



potinhos, conservando-se apenas três que comunicam por uma base tubular, de forma circular (Braga, 2018a: 395). Este tipo de peça, embora raro, não é totalmente estranho nos contextos funerários de época romana, no território sob influência de *Bracara Augusta*. Em Monte Mozinho encontra-se referenciada uma peça, classificada como “candeeiro” (Sepultura 36), formada por três potinhos, assentes sobre um pé, com orifícios que comunicavam com os potinhos e que sobrepunham uma base triangular alta (Carvalho, 2008: 98–99). Julgamos que se trata de um *káernos*.

Saliente-se, ainda, dois pormenores relevantes, estando o primeiro associado à frequência de moedas. Nas necrópoles de *Bracara Augusta* é significativa a escassez de moedas, elemento material comum e abundante em outras áreas romanizadas, frequentemente, designadas como “óbolo a Caronte”. Nos 315 contextos de cremação das necrópoles romanas bracaraugustanas, foram apenas recolhidas oito moedas, indiciando que o óbolo não foi considerado como um ato essencial pela população indígena, nem tão pouco pela comunidade romana, que usou as necrópoles para aí sepultar os seus familiares (Braga, 2018a: 562).

Face ao reduzido número de moedas, não é possível estabelecer um padrão seguro relativo à forma como elas aparecem. Ainda assim, podemos adiantar que alguns numismas surgem dispersos nos depósitos primários ou secundários de cremação, ou ainda, em estruturas de comemoração. Nenhuma destas peças exhibe marcas de contacto com o fogo e, na sua maioria, correspondem às denominações monetárias mais baixas. Por estas razões, julgamos que os numismas seriam introduzidos num momento correspondente à fase final dos funerais, colocados sobre aterros de cremação, provavelmente na mesma altura em que eram depositadas as restantes peças dos mobiliários funerários.

O segundo pormenor a destacar relaciona-se com as peças em *sigillata*. Apesar deste tipo de material surgir com relativa frequência nos contextos domésticos e urbanos, revelando a existência de uma rede de distribuição comercial bem estabelecida (Morais *et al.*, 2012), esta produção está praticamente ausente dos contextos urbanos de enterramento. Nas necrópoles, e em estreita

articulação com os contextos funerários, apenas estão identificadas quatro peças em *terra sigillata*, duas delas datadas dos séculos II a IV. Uma das peças é um prato de TSG, forma Drag.18/31, com marca de oleiro, datado dos anos de 54–96 (U010), sem qualquer tipo de marca de uso, e uma taça Consp.20.3, em TSI, fragmentada, datada da transição da Era até ao ano de 30 d.C. (C086), sem qualquer marca de fogo (Morais *et al.*, 2013: 318). As restantes correspondem a duas tacinhas em TSG, forma Drag.24/25, com decoração em guilhoché, datáveis da primeira metade do século I (Martins *et al.*, 2009: 50), mau grado terem surgido descontextualizadas, recuperadas durante a remoção mecânica dos sedimentos que recobriam o primeiro nível de sepulturas no núcleo dos CTT/LSF, a sul da Via XVII.

Parece-nos que a ausência destes dois tipos de materiais marcadamente romanos e ausentes dos contextos de necrópole, não são reveladores de qualquer tipo de reação ou movimento de resistência perante a presença da administração romana. Pelo contrário, correspondem antes a uma estratégia de preservação de peças, surgindo como uma tentativa de salvaguarda dos bens mais dispendiosos usados na esfera urbana e que poderiam ser substituídos por outro tipo de peças mais acessíveis, que cumpririam a mesma função no decurso das cerimónias fúnebres (Braga, 2018a: 525).

Embora nos seja quase impossível reconstituir todos os passos decorridos numa cerimónia fúnebre, existem determinadas práticas funerárias que são sugeridas pela forma como se apresenta depositado o espólio funerário. Apesar das peças serem descritas nas fontes literárias, a perceção da sua utilização apenas é possível quando são recuperadas no decurso das intervenções arqueológicas onde surgem materiais como as tigelas, taças, púcaros, copos e bilhas, pertencentes às baixelas de mesa e que permitiam o transporte de alimentos sólidos e líquidos levados para a necrópole para a realização da refeição fúnebre. A frequência e diversificação deste tipo de peças é mais significativa quando avançamos para os meados do século I.

O que percebemos para Braga, é que as peças de eleição são aquelas associadas a produções como a cerâmica comum fina, a cerâmica comum ou a cerâmica bracarense que é, sem margem de dúvida, o grupo mais numeroso face às peças em cerâmica cinzenta polida ou até mesmo às paredes finas (Braga, 2018a: 394–396).

Estes conjuntos de espólio nunca deveriam ser reintroduzidos no mundo dos vivos, portanto, eram abandonados junto às piras funerárias, e tal é comprovado pela evidência arqueológica patente nas necrópoles de *Bracara Augusta*, onde nas áreas de cremação surgem diversas acumulações de peças cerâmicas.

Alguns destes recipientes, bem como algumas peças que formam os conjuntos de espólio funerário, apresentam marcas de obliteração ou quebra intencional de uma ou mais partes

constituintes de uma peça cerâmica. Este ato ritual seria executado com o intuito de provocar o fim útil da peça que, após a sua mutilação, passaria a pertencer ao mundo subterrâneo e aos mortos. Perdendo a sua funcionalidade ou utilidade, a peça deveria ser substituída no seu contexto de uso, renovando-se o ciclo de manipulação das peças (Hanut, 2014: 49; Braga, 2018a: 401).

Outro tipo de marcas identificadas nas peças consiste na abertura intencional de um orifício e poderá estar associada à ideia de libertação do espírito do defunto após a cremação, mas também com as práticas libatórias que decorriam durante o funeral ou em festividades anuais (Braga, 2018a: 392). Esta prática encontra-se referenciada noutras necrópoles mais distantes, como é o caso de *Lugdunum* (França). Porém, crê-se que no caso de *Bracara Augusta* este comportamento funerário poderá estar intimamente relacionado com a presença da comunidade indígena que usava o espaço para enterrar os seus mortos, isto, a avaliar pelas marcas semelhantes que surgem em peças com datação mais recuada. Note-se, por exemplo, o vaso de grandes dimensões, proveniente do castro do Lago, em Amares, já partido e perfurado aquando da sua deposição, ou o vaso recolhido no balneário pré-romano da estação dos caminhos-de-ferro, em Braga, que também apresenta uma abertura semelhante. Nas necrópoles, este tipo de prática encontra-se atestada em material datado da primeira metade do século I, tornando-se rara no século II (Braga, 2018a: 554).

## As evidências arqueobotânicas

Considerando as descrições dos autores clássicos sobre os rituais da morte, os rituais alimentares em contexto de necrópole eram um importante passo na concretização de um funeral. Assim, é exetável que as estruturas de cremação se revelem como excelentes contextos de investigação para os campos de análise da arqueobotânica.

No que concerne ao material carpológico identificado, todo ele se apresenta carbonizado. Há desde logo a mencionar que se trata de um conjunto de vestígios heterogéneos, embora em número reduzido. Ora a parca quantidade de material carpológico recuperado não está relacionada com a inexistência de determinadas espécies, com a sua disponibilidade e/ou opções relativas à seleção de alimentos, mas antes com a estratégia adotada para o processamento das amostras que não se revelou como a mais eficaz.

Não obstante, foram reconhecidos vestígios de distintos frutos carnudos, dos quais se recuperaram caroços de cereja, ameixa, pêssego, uma grainha de uva, diversos frutos (com a individualização de uma drupa – baga) e sementes indeterminadas (Oliveira *et al.*, 2018: 52). Merece ainda referência o facto de as cascas de noz (sem miolo) surgirem, exclusivamente, em contextos primários

de cremação. Encontram-se identificados vestígios de ervilhas, lentilhas e favas, estas últimas com indícios de terem sido previamente cozinhadas (Oliveira *et al.*, 2018: 41/54).

O estudo arqueobotânico permitiu o reconhecimento de fragmentos de sementes (pinhões) e frutos de pinheiro-manso (cones=pinhas) que se destacam, não só pela sua abundância, como também pela sua recorrência em contextos de cremação, primários e secundários. Apesar de se ter detetado uma única semente de pinhão, inteira e fechada, são frequentes os fragmentos de cascas de pinhão, embora não tenha sido possível estimar o número total de sementes (Oliveira *et al.*, 2018: 41). A identificação de restos de pinhas em contexto de cremação não parece um dado de todo estranho. Julga-se que a utilização de tais recursos pode estar relacionada com a cremação, por ser facilmente inflamável, o que permitiria assegurar que a pira se mantivesse ativa e com temperaturas elevadas. Por outro lado, pelas suas qualidades odoríferas, estes elementos poderiam ajudar a disfarçar os cheiros produzidos pela cremação a céu aberto (Braga, 2018a: 470). Ainda assim, e apesar de não serem conhecidas para o território nacional estudos que identifiquem evidências de pinhas e pinhões em contextos de necrópole, os mesmos já se encontram reconhecidos um pouco por toda a Europa em contexto de cremação dos séculos I e II (Bel *et al.* 2016; Oliveira *et al.*, 2018: 53).

Apesar destes dados se constituírem como altamente inovadores no contexto de estudo das práticas funerárias bracaraugustanas, ainda não foi possível distinguir se as evidências carbonizadas se reportam a oferendas colocadas na pira junto ao morto no momento da cremação ou se, pelo contrário, correspondem a restos alimentares que foram atirados para a estrutura de combustão depois de consumidos (Braga, 2018a: 569).

## Conclusão

Se se considerar que as necrópoles são espaços construídos e moldados pelos vivos, aceitar-se-á, facilmente, que todas as construções aí erigidas são produto de uma determinada sociedade que as produziu, usou e transformou, encontrando-se aí plasmadas não só as crenças funerárias, mas também as influências culturais dos indivíduos que utilizaram esses espaços.

Embora ainda não seja totalmente conhecido o mundo das práticas funerárias do mundo castrejo, as práticas funerárias identificadas nas necrópoles urbanas, datadas entre a transição da Era e os meados do século I, transformam-se num importante campo que permite testemunhar e conhecer até onde as comunidades locais adaptaram as manifestações mortuárias, relacionadas com o modo de vida romano, como as incorporaram, executaram ou moldaram face às suas práticas ancestrais.

A interação entre ambas as comunidades e a forma como partilharam as vivências da morte estão patentes na escolha das peças que compõem o espólio funerário (cerâmico, epigráfico e arqueobotânico) de cada sepultura. Estes elementos evidenciam a partilha de ideias e bens entre a população indígena, originária dos castros da região e os cidadãos romanos que se fixaram na cidade.

## Bibliografia

- Alfayé, S., Marco Simón, F. (2008). Religion language and identity in *Hispania*: celtiberian and lusitanian rock inscriptions. In R. Häussler (Dir.), *Romanisation et épigraphie. Etudes interdisciplinaires sur l'acculturation et l'identité dans l'Empire romain* (pp. 281-305). Montagnac: Archéologie et Histoire Romaine.
- Bel, V., Garnier, N., Barberan, S., & Forest, V. (2016). Les analyses chimiques organiques : une nouvelle piste d'étude des pratiques funéraires. In L. Rivien (Dir.), *Actes du congrès d'Autun 5 - 8 mai 2016 - La céramique en contexte funéraire : approches multiples e actualités des recherches céramiques* (pp. 27-36). Marselha: SFECAG.
- Bendala Galán, M. (2006). Hispania y la "romanización". Una metáfora: ¿crema o menestra de verduras?, *Zephyrus*, 59, 289-192.
- Braga, C. (2018). Rituais, usos e paisagens funerárias da necrópole da Via XVII em Braga. In *História Antiga: relações. paisagens urbanas, rurais e sociais*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, Vol. II, 115-131
- (2018a). *Morte, memória e identidade: uma análise das práticas funerárias de Bracara Augusta*. Dissertação de doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, Portugal. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/59044>
- Carvalho, T. (2008). As necrópoles de Monte Mozinho: resultados preliminares. *Oppidum*, Número Especial, 83-113.
- González Ruibal, A. (2006). Galaicos. Poder y Comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C - 50 d.C.), *Brigantium*, Vol.18. Coruña: Museo Arqueológico e Histórico Castelo de San Antón a Coruña.
- <http://digital.csic.es/handle/10261/26367>
- Hanut, F. (2014). La conception de la mort chez les Romains. In F. Hanut & D. Henrotay (Dirs.), *Du bûcher à la Tombe - Les nécropoles gallo-romaines à incinération en Wallonie*, Namur: Institut du Patrimoine wallon, 18-21.
- Marado, L., Braga, C., Fontes, L. (2018). Bone diagenesis in Via XVII inhumations (*Bracara Augusta*): Identification of taphonomic and environmental factors in differential skeletal preservation. *Estudos Do Quaternário / Quaternary Studies*, 18, 67-76. <https://doi.org/10.30893/eq.v0i18.171>
- Martins, M., Delgado, M. (1989/90). As necrópoles de *Bracara Augusta*. *Cadernos de Arqueologia*, série II, Vol.6/7, 41-187. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/10272>
- Martins, M., Fontes, L., Braga, C., Braga, J., Magalhães, F., & Sendas, J. (2009). Relatório final dos trabalhos arqueológicos realizados no Quarteirão dos CTT - Avenida da Liberdade. Braga: UAUM (Relatório policopiado).
- Morais, R. (2004). *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta no período Alto-Imperial: contribuição para o estudo económico da cidade*. Tese de doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, Vol. I/II.
- Morais, R., Fernández Fernández, A., & Magalhães, F. (2012). El sondeo nº 8 de "As cavaliças": um contexto augusteo. In SFECAG Actes du Congrès de Poitiers, 499-520.
- Morais, R., Fernández Fernández, A., & Braga, C. (2013). Contextos cerâmicos de la transición de Era y de la primera mitad del s.I provenientes de la necrópolis de la Via XVII de Bracara Augusta (Braga, Portugal). In SFECAG Actes du Congrès d'Amiens, 313-326.
- Oliveira, C., Vaz, F., & Tereso, J. (2018). Relatório técnico preliminar de arqueobotânica da necrópole da Via XVII de *Bracara Augusta* - No âmbito do projeto "Estudo Histórico da Cidade de Braga". Porto (Relatório policopiado).
- Redentor, A. (2011). *A cultura epigráfica no Conventus Bracaraugustanus (Pars Occidentalis) - Percursos pela sociedade Bracara da Época Romana*. Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, Vols. I/II.
- Santos Cancelas, A. (2014). Las identidades de la religión castreña: propuesta de estudio. *Revista Historia Autónoma*, 5, 13-26.
- Tenreiro Bermúdez, M. (2009). Pasados bárbaros, presentes romanos. Sincretismo e identidade religiosa. *Revista Espacio, Tiempo y Forma, Serie II, Historia Antigua*, 22, 261-274. <http://revistas.uned.es/index.php/ETFII/article/view/1749/1628>
- Wolf, G. (1998). *Becoming roman - The Origins of Provincial Civilization in Gaul*. Cambridge: Cambridge University Press.

# Sistema Carbonífero do Douro. Um património em perspectiva Carboniferous

\* Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, CEAU-FAUP

## Resumo

A energia constitui-se na sociedade como a representação mais evidente da relação entre tecnologia, economia e cultura, formalizando-se em transformações territoriais subjugadas à lógica da sua produção, transporte, consumo (Ivancic, 2010). Da produção de energia a partir do único combustível nacional – o carvão mineral – emerge o Sistema Carbonífero do Douro, SCD (1795–1994), estendendo-se desde as estruturas sociais em torno dos pontos de extração, até aos sistemas (infra)estruturantes do, e no, Porto (Portugal). Perante o seu entendimento como Sistema, a relação que estabelece com o território assume particular relevância no reconhecimento das suas marcas como património. Contudo, a visão patrimonial vigente identifica fundamentalmente monumentos, estruturas icónicas, dificultando, por isso, o seu entendimento enquanto integrante de um sistema sociotécnico. Como alternativa, propomos a compreensão de como o SCD se foi *territorializando* e, conseqüentemente, construindo paisagem. Da mudança do ponto de vista decorrerá uma diferente forma de utilização das nossas ferramentas – o nosso olhar. A conceção patrimonial dominante que nos leva a identificar uma paisagem-imagem a conservar e a proteger deixa de fazer sentido perante a sua condição mutante. A paisagem passa ela própria a ser a ferramenta de mediação a partir da qual olhamos o território e interpretamos os signos do SCD. Trata-se de uma maneira paisagística de ler o lugar e que se propõe analítica e propositiva, capaz de conduzir a aproximação a um passado que se quer ativo (Terán, 2009). Daqui a necessidade de um seu reconhecimento temporalmente estratigrafado e, simultaneamente, espacialmente sincrónico capaz de tornar legíveis os signos deste sistema, mas também de os ativar enquanto meios de reinvenção de lugares.

Palavras-chave: Sistema Carbonífero do Douro, sistema sociotécnico, paisagem-ferramenta, património prospetivo.

## Abstract

In society, energy is the most straightforward representation of the relation between technology, economics and culture, taking shape itself in territorial transformations subjugated to the logic of its production, transportation and consumption (Ivancic, 2010). From the energy production based on the only national fuel – mineral coal – emerges the Douro Carboniferous System (*Sistema Carbonífero do Douro – SCD*) (1795–1994), extending from the social structures close the extraction points, to the (infra)structural systems of, and in, Porto (Portugal). Given its understanding as a System, the relationship it establishes with the territory is particularly

Este artigo insere-se no âmbito da investigação para obtenção do Doutoramento em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, sendo financiada por participação do Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES a partir da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. É desenvolvida sob a orientação de Madalena Pinto da Silva, Doutora e Professora Associada da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, e Lino Tavares Dias, Doutor e Agregado em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.



relevant in the recognition of its legacy as heritage. However, the current heritage framework identifies mainly monuments, iconic structures, making it difficult to understand them as part of a socio-technical system. As an alternative, we propose the understanding of how the SCD has been territorializing and, consequently, shaping landscape. From the shift in the point of view will result a different way of using our tools – our sight. The dominant heritage concept that leads us to identify a landscape as image, to be preserved and protected, no longer makes sense given its changing condition. The landscape itself becomes the mediation tool from which we look at the territory and interpret the signs of the SCD. It is a landscape way to reading the place, an analytical and propositional one, capable of leading the approach to a past that one wants to be active (Terán, 2009). Hence the need for a temporally stratigated and, at the same time, spatially synchronous recognition, able to turn legible the legacies of this system, but also activate them as means for places reinvention.

Key-words: Carboniferous System of Douro, Sociotechnical system, landscape (as) tool, prospective heritage.

A energia constitui-se na sociedade como a representação mais evidente da relação entre tecnologia, economia e cultura, formalizando-se em transformações territoriais subjugadas à lógica da sua produção, transporte, consumo (Ivancic, 2010).

Não obstante, as transformações decorrentes da substituição do carvão por eletricidade conduziram a que hoje se entenda a energia como algo adquirido, chegando aos consumidores sem que estes se apercebam da dimensão do processo de produção do que consomem.

Na verdade, a ‘desmaterialização’ que acompanha a transposição do consumo de carvão para a eletricidade, não acumulável, transportada já sob a forma de energia e percorrendo longas distâncias através de extensos cabos elétricos, conduziu-nos à abstração face ao processo produtivo da energia.

As marcas do processo de produção de energia a partir do carvão que hoje nos chegam são, assim, recorrentemente lidas como ‘objetos’, circunscritos a uma parte do processo produtivo e, quando identificadas, quase sempre desfasadas da sua razão.

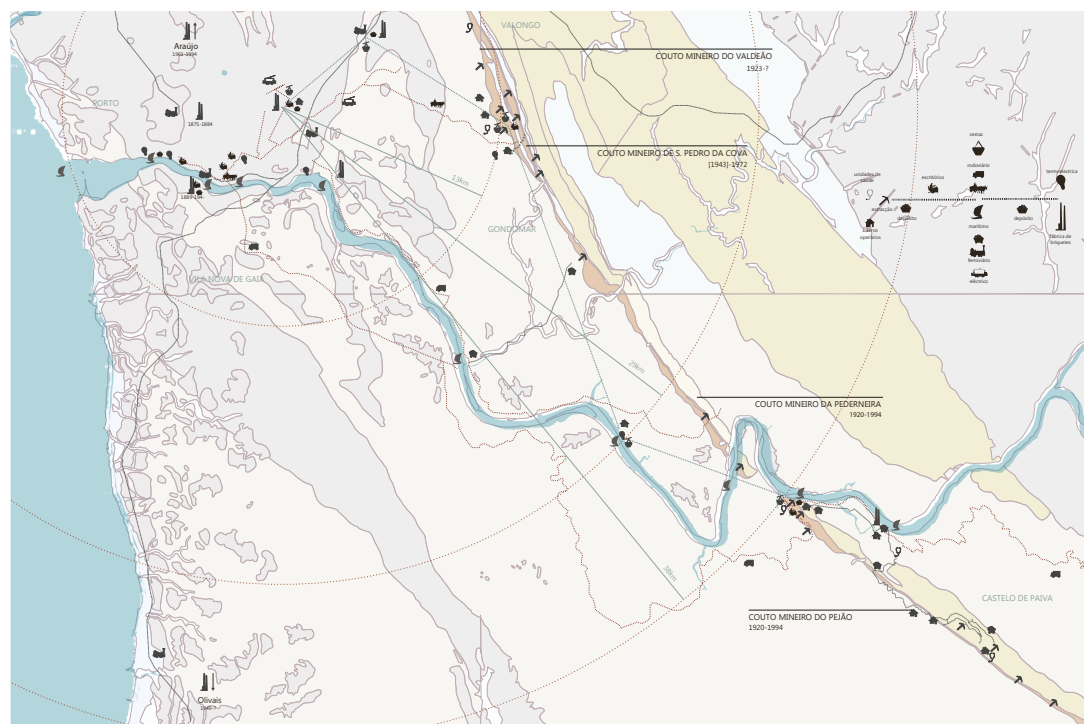
Em Portugal, estes “artefactos” (Ivancic, 2010, p. 40) que decorrem da linha de produção de energia a partir do carvão, extraído na Bacia Carbonífera do Douro (Lemos de Sousa, 1973), estendem-se desde as estruturas de apoio social na proximidade dos pontos de extração até às redes (infra)estruturais do, e no, Porto, imputando transformações territoriais subjugadas ao processo de extração, transporte, transformação, armazenagem e consumo do carvão.

Estamos perante uma organização sistémica que permitiu que o próprio abastecimento carbonífero se estruturasse como indústria e também linha de produção de território, determinando-o em função de uma lógica comum, “territorializando” (Magnaghi, 2017) cada um dos processos nela participantes e que vai tendo particular impacto a partir da década de 1930, com o protecionismo aos combustíveis nacionais, que tinham no carvão exemplo único.

## Sistema Carbonífero do Douro. Modo de ver

Por isso, e como forma de dotar de significado as marcas decorrentes desta linha de produção, propomo-nos pensá-las integradas num sistema, processo que McLoughlin (1972) apresenta enquanto “dispositivo” (Agamben, 2009b; Deleuze, 1996) para olhar o mundo e não representativo do real.

Passamos de uma abordagem exclusiva aos objetos, a uma procura simultânea do entendimento das interações que estes estabelecem entre si e que os determinam como entidades elementares e, simultaneamente, integrados numa certa unidade,



**Figura 1**  
Sistema Carbonífero do Douro  
(elaboração própria a partir de bases cartográficas do LNEG e DGT, 2020).

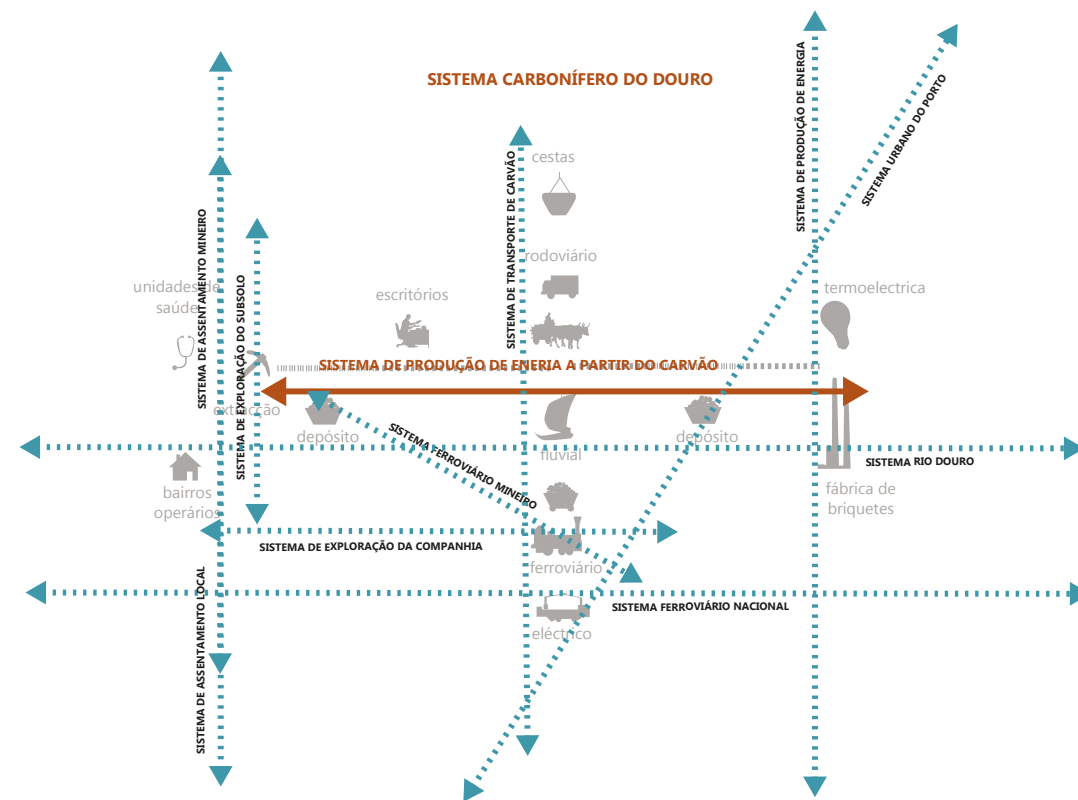
mas também com o que consideramos não integrado nesta cadeia de produção.

Da articulação dos pontos de extração do carvão duriense com os sistemas domésticos de calefação, termoelétricas e estruturas industriais, maioritariamente no Porto, emerge, pois, o que consideramos o Sistema Carbonífero do Douro, SCD (1795-1994) (Alves Ribeiro, 2015) [Figura 1].

A definição deste Sistema, não obstante o livre-arbítrio inerente às infinitas combinações que podem suportar sistemas do universo, decorre assim do reconhecimento dos elementos conectados entre si e que obedecem a uma lógica comum – a produção de energia a partir do carvão –, deixando de ser identificados de forma autónoma, mas antes a partir das características que tais conexões lhes imputam. Constituem, por isso, um todo em si, ainda que passível de integrar, parcialmente ou na íntegra, uma série de outros sistemas (McLoughlin, 1972).

Assim, ao reconhecer um SCD, deparamo-nos com a possibilidade de identificação de uma série de outros sistemas inteiramente nele englobados (1), que nele se integram, mas que são comuns a tantos outros (2), mas também outros bastante mais latos em que o Sistema Carbonífero do Douro se insere e que, por isso, também justificam a sua existência nos moldes em que o reconhecemos (3) [Figura 2].

Estamos perante a “existência de múltiplos nexos entre uma pluralidade de conjuntos inter-relacionados” (Cálix, 2013, p. 218)

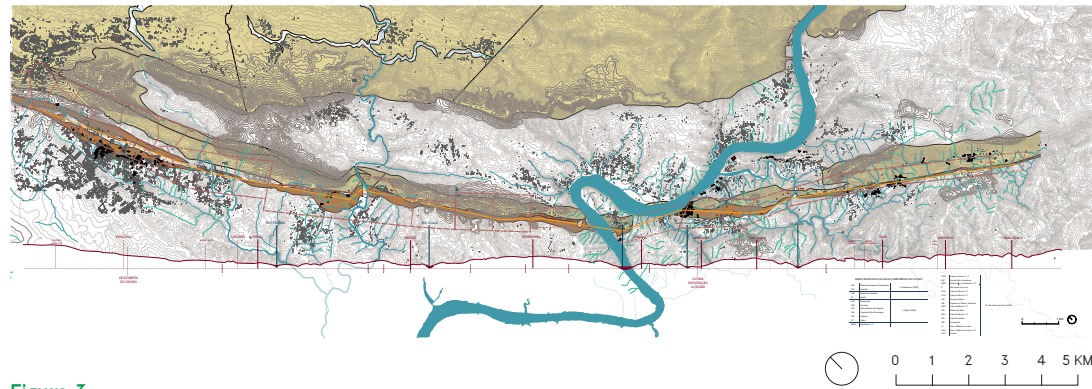


**Figura 2**  
Sistemas em interação com o Sistema Carbonífero do Douro  
(elaboração própria, 2020).

que, por alguma razão, consideramos possuir, entre si, algo em comum (Alexander, 1968). Por isso, a identificação de um determinado sistema implica, desde logo, uma interpretação capaz de selecionar e, conseqüentemente tornar inteligível a “teia de relações (...), mais ou menos espessa, que [cada ‘objeto’] estabelece com os outros ‘objetos’ do mesmo contexto” (Cálix, 2013, p. 237).

Em 1956, o arquiteto Octávio Lixa Filgueiras apresenta uma abordagem a parte desta linha de produção de energia que, desde logo, denuncia a interdependência dos diferentes processos subjacentes à utilização do carvão como fonte de energia. “Rabões da Esquadra Negra” (Filgueiras, 1956) conduz-nos ao entendimento do processo de transformação do carvão numa lógica de articulação de vários espaços e tempos, conexos e que, de alguma maneira, trabalham em conjunto – que cooperam (Alexander, 1968) – sob uma lógica comum.

Se até então a Exploração era identificada como um sistema autónomo, a relevância que esta abordagem atribui à sua conexão com o Porto, surge como ponto de partida para o entendimento de um conjunto mais amplo, cuja condição de sucesso ou insucesso da sua performance depende da inter-relação e da interação de partes conexas (Alexander, 1968), já não subjacentes apenas à extração do carvão, mas às lógicas do seu transporte, distribuição, armazenagem e transformação.



**Figura 3**  
**Bacia Carbonífera do Douro**  
 (elaboração própria a partir de bases cartográficas do LNEG e DGT, 2020).

Trata-se de um Sistema que se estende da Mina até ao Porto e imputa, por si só, alterações nas dinâmicas territoriais em torno dos pontos de extração, mas também determinando as lógicas industriais e consequente transformação urbana, neste caso, do Porto.

Na verdade, as alterações às dinâmicas territoriais decorrem da interação entre uma dimensão técnica (das máquinas, da tecnologia) – inerente à cadeia produtiva- e uma outra, social, subjugada às pessoas e à sociedade em geral, de que depende o sucesso desta linha de produção e onde influi (Walker, Stanton, Salmon, & Jenkins, 2008).

Desta interação é definido, no início da década de 1950, o “sistema sociotécnico”, conceito que nos permite melhor enquadrar o SCD, no qual ganha particular relevância a Influência mútua – de que decorre e que promove – entre uma sociedade consumidora de carvão e os avanços tecnológicos que determinam a forma como esta fonte de energia lhe chega, mas também pela sociedade e vivência que determina, enquanto atividade económica dominante e que se estabelece como facilitador – e ordenador – do espaço do quotidiano.

Tais interações são compostas parcialmente de relações “causa-efeito”, mas também de outras não lineares – imprevisíveis até –, decorrentes do permanente contacto com a envolvente, daqui resultando, muitas vezes, o inesperado (Walker et al., 2008). Por isso, um sistema sociotécnico é, automaticamente, aberto, uma entidade vivente, imputando e sofrendo mutações decorrentes desta relação com o que é considerado externo ao sistema (Bertalanffy, 1950).

Inerente a esta condição, decorre a capacidade do Sistema se regenerar, isto é, de manter a sua coerência como unidade e que decorre quer das forças que mantêm juntos os seus elementos (Bertalanffy, 1950), quer de uma dinâmica congruência com o sistema de vida mais amplo que integra e que lhe permite manter-se como sua parte fixa e invariante (Alexander, 1968).

## Da procura de referencial

No caso do SCD, a deslocalização das fontes energéticas decorrente do contexto político-económico já não nacional, mas europeu e subjacente ao mercado global, veio dismantlar a cadeia produtiva, ficando em suspenso particularmente o território estruturado pela atividade mineira quebrando-se, por isso, a coerência do conjunto que determinara tal sistema sociotécnico.

Em 1972 encerra a Exploração de S. Pedro da Cova<sup>1</sup>, numa altura em que empregava cerca de 600 trabalhadores<sup>2</sup> e, em 1994, a do Pejão, quando atingia o apogeu de extração, vindo a encerrar com um número de trabalhadores próximo do verificado no encerramento das de Gondomar.<sup>3</sup>

Se no contexto da cidade consolidada este processo de dismantelamento é dissimulado nas dinâmicas produtivas e sociais que absorvem instalações, mão-de-obra, ..., no território em torno dos pontos de extração [Figura 3], veiculado fundamentalmente pelo vínculo que a atividade produtiva estabelecera com o, e no, lugar, o encerramento da Exploração interrompera o seu processo de transformação, chegando-nos aos dias de hoje um território deprimido, saudosista, marginal às lógicas de um desenvolvimento endógeno.

A perda decorrente do encerramento da Exploração constituía-se não unicamente fenómeno económico, mas, acima de tudo, perda de uma ‘urbanidade’, então considerada como “l’adeguamento reciproco di una forma di tessuto urbano e di una forma di convivialità” (Choay, 2008a, p. 153); também destruição da estrutura “de regulação do quotidiano comunitário” (Monteiro, 2012, pp. 359, 360) e consciência da impossibilidade de garantir a reprodução social de um determinado modo de vida – operário –, até então fator de congregação destas populações.<sup>4</sup>

Esta distopia que o futuro representa – acentuada face a condições de desemprego prolongado –, conduz, em certa medida, à exaltação e mitificação do passado, enquanto algo palpável e credível -porque vivenciado-, ainda que reconhecido como tempos de miséria, fome e opressão.

Revelando-se sob uma perspectiva dual, este passado emerge como motivo de orgulho – como se de um ato heroico se tratasse –, manifestando-se na saudade relativa a tempos idos e como reflexo de um desfasamento entre recordações e vivências, entre expectativas e oportunidades, porque não vislumbradas para o futuro.

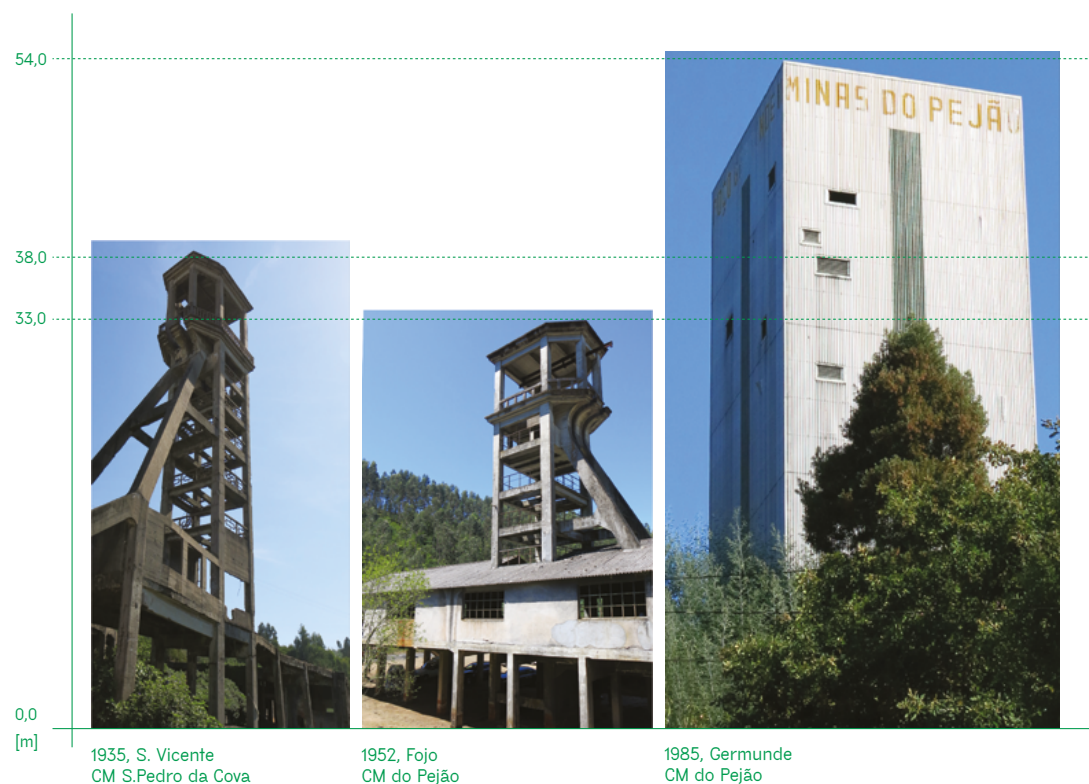
Desta reconstrução involuntária do passado como objeto privilegiado emerge a procura de um referencial de quotidiano: outrora garantido pela Exploração enquanto fenómeno de determinação económica, social, cultural, este referencial é hoje procurado no que desta espinha dorsal chegou até nós, ainda que pouco ou nada participante nas vivências contemporâneas.

1. Por decisão da respetiva administração de 3 de Março de 1970 e perante a perspectiva da Central Termoeletrica da Tapada do Outeiro –então já secundarizada face à primazia da hidroeletricidade- adaptar os seus motores para a utilização de fuelóleo.

2. Cerca de 1000 aquando da tomada de decisão em 1970, correspondente à afetação de entre 2000 a 3000 pessoas.

3. Por resolução de Conselho de Ministros de 4 de Outubro de 1990 é decidido o encerramento das Minas do Pejão em 1994. Tal decisão vinha sendo estudada desde 1989, altura em que a Mina empregava cerca de 1500 trabalhadores correspondente a mais de 8000 pessoas daqui dependentes.

4. Este era o contexto de trabalho não só dos próprios que deixam de trabalhar na Mina; era também o contexto de trabalho dos seus pais, dos seus vizinhos, dos pais dos seus vizinhos.



**Figura 4**  
Sistema Carbonífero do Douro

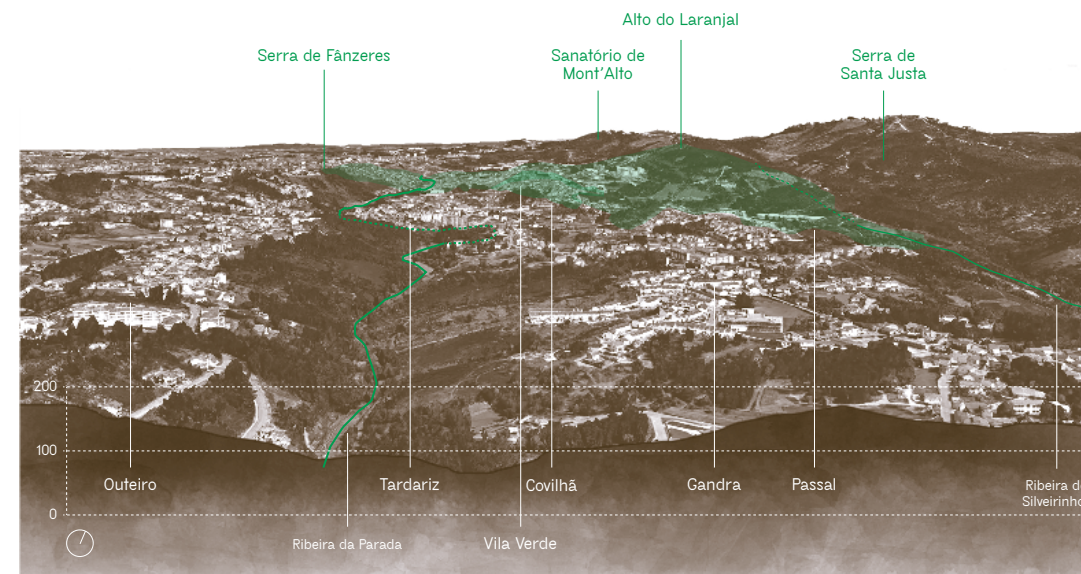
(elaboração própria a partir de bases cartográficas do LNEG e DGT, 2020).

5. Exclui-se deste número as estruturas que, integrando o Sistema Carbonífero do Douro, não se localizam neste território ou se constituem assentamentos não promovidos em exclusividade pela atividade extrativa (76 identificadas); também as projetadas e não construídas (226 identificadas).

Das 665 estruturas identificadas na Bacia Carbonífera do Douro,<sup>5</sup> a maior parte não subsiste. Grande parte delas não são hoje reconhecidas como parte do SCD; ou porque os novos usos lhe imputaram transformações físicas – ampliações, alterações de fachada –, transpondo-as para épocas distintas e/ou enquadramentos territoriais já não determinados pela Exploração; ou porque o seu carácter privado, já não da Companhia, mas de diferentes e variadas entidades as transpusera para fora da “memória social” (Wickham, 1994, p. 8); ou porque a sua integração na esfera pública as transferira para um domínio grupal já não subjugado à Exploração (e.g. os cemitérios, vias, centros de saúde, ...).

Muitas das marcas deste Sistema foram desaparecendo, perdendo-se, assim, a sua perceção enquanto identificações culturais, em parte devido a um seu entendimento enquanto estruturas pouco eloquentes, desadequadas à contemporaneidade, desfasadas da imagem de desenvolvimento procurada.

Mantiveram-se como “construções resistentes”<sup>6</sup> parte das outrora participantes na atividade extrativa – cavaletes, lavarias, casas de máquinas, tanques de lavagem –, então detentoras de carácter monumental por inerência da dimensão da Exploração e do perfil tecnológico que impunha [Figura 5]. Obsoletas, refletem a problemática relativa às arquiteturas funcionalistas, estando hoje devolutas também devido à sua especificidade funcional.



**Figura 5**  
S. Pedro da Cova. Área de exploração carbonífera (elaboração própria, com base imagem satélite GoogleEarth, 2020).

6. Construções, edificadas ou não, que imputaram transformações físicas no território e que se mantiveram até aos dias de hoje, ainda que enquadradas em contextos vivenciais distintos dos para os quais foram estruturadas.

7. Não suportado numa matriz comum, com base em instrumentos de reconhecimento distintos e consequentemente assumindo graus de proteção-ativação diferentes.

São, pois, tendencialmente ‘objetificadas’ no contexto territorial que integram, mantendo-se monumentos expectantes, sob a promessa de uma identidade [futura!], fator de “diferenciação e competitividade urbana” em devir face (“Regime Jurídico da Reabilitação Urbana,” 2012, p. 4462).

A atribuição de valor patrimonial a estes ‘monumentos’ incide no reconhecimento “de um passado mais fulgurante que o puro presente” (Lourenço, 2015, p. 54), através do qual se procura produzir segurança e dotar de valor, ambos processos basilares de qualquer sociedade (Bourdin, 1984). Por isso, a relevância atribuída a cada um destes ‘objetos’ é exponenciada pela expectativa gerada por “não se saber o que é, o que lhe fazer, o muito ou o pouco préstimo que pode ter” (Domingues, 2014, p. 8), podendo, portanto, ser tudo o que se pretender.

Neste cenário, o património rapidamente se assume dispositivo discursivo que organiza a memória num dado contexto histórico e social, manifestando-se sob a forma de imagens e representações, mas também de deliberações terminológicas – na identificação do que é ou não património – e jurídicas – inscrição em listas oficiais ou definição de salvaguardas – (Paveau, 2009), muitas vezes dissipadoras da implicação de pertença inerente ao próprio reconhecimento de património que, frequentemente e por isso, se transforma em mera referência honorífica (Rossa, 2012).

Perante o SCD, tal entendimento ‘patrimonialista’ é reconhecido quando analisadas as salvaguardas vigentes (Alves Ribeiro, 2019), decorrentes, em parte, de abordagens díspares,<sup>7</sup> a partir de visões fragmentadas, e focadas no valor individual de cada uma das estruturas físicas participantes no Sistema. Consequentemente, são

excluídas as marcas que aparentam não fazer parte de uma “ordem patrimonial” (Pereira, 2015), deixando cair em esquecimento os lugares da Exploração-referenciais do quotidiano e que suportaram o seu reconhecimento cultural.

Por isso, ainda que se trate de um legado assumido como fator de diferenciação e competitividade territorial (“Regime Jurídico da Reabilitação Urbana,” 2012), deparamo-nos com a ausência de estratégias de articulação quer entre as próprias “construções resistentes” que se constituíram no SCD, quer com o próprio contexto que integram. Quando consideradas, tais construções – sejam elas edificações ou conjuntos – são encaradas como se de um acontecimento isolado se tratasse e, por isso, revogando um seu reconhecimento como integrante de uma “paisagem estrutural da produção” (Simal, 2015).

Torna-se assim determinante o entendimento da paisagem como resultado da história sobre o lugar, meio que traz em si a potencialidade de fazer emergir, no presente e na esfera pública, referências agregadoras capazes de ‘citar a história’ enquanto recurso possível perante as exigências a que o presente não pode responder (Agamben, 2009a), transformando-o a partir da posta em relação com outros tempos. É nesta perspectiva que o património, enquanto veículo para estabelecer vínculos entre o passado e o presente, capazes de atribuir coerência a um mundo em constante transformação (Choay, 2005), ganha relevância como dispositivo para a qualificação dos territórios outrora determinados pela Exploração e, acima de tudo, das vivências daqueles que em seu torno se estruturaram. Mais ainda se formos capazes de reconhecer no bem patrimonial um referencial ou potenciador do planeamento ordenamento territorial (Choay, 2005) e da própria intervenção arquitetónica.

Como podemos então fazer emergir as referências agregadoras que nos permitem “ler de modo inédito a história” no presente (Agamben, 2009a, p. 72), quando este apresenta um carácter fragmentário, heterogéneo marcado por descontinuidades (Viganò, 1999) e decorrente não só dos atuais modos de vida, mas também da sedimentação do território a que conduzem e que levaram a que tantas outras marcas se sobrepusessem às do Sistema Carbonífero do Douro? Mais ainda, quando o enfoque tendencial é o objeto – patrimonial –, aparecendo estes signos<sup>8</sup> do sistema sociotécnico como “fragmentos” (Juan, 2013; Secchi, 2019; Viganò, 1999), desagregados ou justapostos, indecifráveis numa unidade que não é mais reconhecida?

8. Resultado da “coexistência estratificada de ações antrópicas, estruturas sociais, testemunhos histórico-culturais e dinâmicas naturais em contínua transformação” - e que nos permitem traçar e orientar futuras transformações (Zampieri, 2012, p. 24).

## Paisagem: dispositivo de leitura

Sébastien Marot lança uma hipótese metodológica para a resolução desta questão, no intento de transpor a visão estática e objetual do património para uma outra, dinâmica, estrutural, ancorada no quotidiano (Choay, 2008b): “[t]o properly reclaim and improve these [some of the most difficult, derelict, and seemingly inchoate] sites, the first and, perhaps, only thing we need to learn is how to look at them from a different point of view” (Marot, 1999, p. 56).

Na verdade, o reconhecimento de um SCD enquanto dispositivo para a leitura do legado decorrente da produção de energia a partir do carvão, leva-nos, já de antemão, a assumir esta alteração no ponto a partir do qual se observa, introduzindo, automaticamente, uma mudança de enfoque e, conseqüentemente, uma transfiguração do objeto (Portas, 2005a) que supera uma qualquer ampliação de escala.

A redefinição dos seus signos passa a decorrer da sua identificação e decifragem a partir do seu entendimento como elementos determinados pelas interconexões e interações que estabelecem e, que por isso, os integram como conjunto, interdependente e organizado (Cálix, 2013).

A transposição do ponto de vista que Marot (1999) anuncia remete-nos, assim, para uma “descrição ativa” (Secchi, 2001) destes signos que, enquadrados no âmago das relações que os sustentam – que os justificam –, permite (re)torná-los legíveis, compreensíveis, no presente.

Daqui resultará uma forma distinta de utilização das nossas ferramentas – o nosso olhar. A conceção patrimonial, conservadora, “reacionária” (Roger, 1997, p. 147), que nos leva a identificar uma paisagem-imagem fixa, a conservar e a proteger, deixa de fazer sentido perante a sua condição mutante – aberta – e face à própria forma como o território se constrói.

A paisagem, pela sua espessura antropológica, e constituindo-se de “memória reveladora das diversas sedimentações ou marcas deixadas por sucessivas transformações” (Domingues, 2001, p. 56) passa ela própria a ser a dispositivo de mediação a partir da qual olhamos o território e interpretamos os signos do SCD, então de acordo com a forma contemporânea de o habitar (figura 5).

Referida a sua presença na obra de Rosa Barba, este artefacto é entendido como maneira paisagística de ler o lugar que, transcendendo a herança geomorfológica e as formas de análise e intervenção na cidade, se propõe analítica e propositiva, ordenando os elementos que configuram a paisagem – em alternativa ao território – com base na articulação solo (suporte) – elementos de intervenção que o modificam (Pié, 2010).

Perante esta alteração da lente através da qual se olha o território, impõe-se a necessidade de perceber o que nos oferece esta paisagem-artefacto e que características assume, bem como

a forma de tornar legíveis os signos do SCD. Como questionaria John Birkhoff Jackson (1980), *how to study [this] landscape?*

A estes signos que nos chegam e a que podemos imputar a condição material – tangível ou intangível – e contemporânea do património (Rossa, 2012) associa-se o entendimento da paisagem, ainda que nem sempre inteligível devido à sobreposição temporal e espacial que caracteriza as sedimentações – de edificações, mas também elementos naturais, topográficos, geológicos, projetos e decisões políticas, avanços tecnológicos – que a constituem (Corboz, 2004).

A partir desta conjugação, procura-se extravasar uma abordagem ao legado do Sistema suportada na noção de inventário (Choay, 2008b), assumindo-se antes capaz de identificar os processos de evolução e das práticas destes lugares, o que pressupõe discernir, através desses vários tempos e espaços, o que resulta mais representativo da inter-relação específica entre lugar e suas práticas e, conseqüentemente, da dimensão cultural da paisagem (d'Angelo, 2014).

Por isso, quando falamos de uma aproximação ao território transformado pelo SCD a partir do entendimento da paisagem, implicamos uma leitura dos seus espessores histórico-geográficos (Zampieri, 2012), capaz de suportar a (des)codificação dos signos, mas também a representação das interações que os suportam – aos signos – e, conseqüentemente, à própria ideia de paisagem.

Reconhecida por Descombes (1999) pelo seu estado permanentemente incompleto, a paisagem assume um carácter evolutivo, constituindo-se da acumulação de eventos e histórias, e, por isso, sempre disponível para mais um completar. Os traços e testemunhos que se vão sedimentando justapõem-se, sobrepõem-se, apagam-se ou validam-se sucessivamente, reformulando os seus significados, também futuros. *É, pois, o tempo* – para além do espaço onde a percebemos/representamos – uma das condições determinantes quando pensamos paisagem.

Neste enquadramento, o modo de olhar-paisagem conduz-nos a uma análise simultaneamente sincrónica e diacrónica que nos permite interpretar a forma como o SCD transforma o território, ao longo dos diferentes “postos” da linha de produção de energia, bem como dos diferentes momentos históricos nos quais tal transformação foi por ele sendo determinada.

A articulação dos “vários espaços” e dos “vários tempos” do SCD, não quer dizer ‘todos os espaços’ abordados num ‘mesmo tempo’, ou que ‘todos os tempos’ sejam considerados para o ‘mesmo espaço’. Esta articulação permite-nos antes inscrever as diferentes configurações que o Sistema, enquanto estrutura aberta e mutante, foi assumindo ao longo dos tempos, e assim potenciar – porque percebidas – as marcas que hoje nos chegam.

O reconhecimento “em palimpsesto, mas [também] em hipertexto” (Rossa, 2012, p. 4) de um passado que se quer “ativo”

(Terán, 2009), veiculam uma leitura caleidoscópica, no caso particular do SCD, capaz de lhe fixar uma unidade operativa (Gregotti, 2008) a partir da sua coerência interna (Greppi, 2016) e suficientemente disponível para assumir o latente “complejo núcleo de la relación entre Historia y Proyecto” (León, 2009, p. 5) como meio para a reinvenção do próprio lugar (Secchi, 2019).

Daqui emerge o “desenhar a história” (Rossa, 2012) enquanto processo de reconhecimento do que da História pode verter para uma operacionalização desenhada do território e expressão simultaneamente analítica e propositiva do todo.

Não obstante, a condição contemporânea que Rossa (2012) inculca ao património, leva-nos a reequacionar o SCD neste contexto, uma vez que o fecho da atividade produtiva que o suportava determinara o fim da cooperação, do trabalho conjunto dos elementos que o constituíam como tal; mais ainda quando identificado como suporte de aculturação, fenómeno hoje manifestamente assumido numa dimensão global em que tal Sistema deixara de ser válido.

O entendimento da paisagem como resultado de eventos “storico-insediative” (Salzotti, 2016, p. 89) e conseqüente descodificação dos seus signos neste contexto sistémico, mais do que promover a recuperação do SCD como tal, surge como meio para o reconhecimento de uma determinada coerência, que poderá emergir no contexto presente como suporte do então Sistema numa sua outra reconfiguração, mas também como fator de aglutinação de uma série de partes hoje desconectadas e que, obedecendo ao que atribuíra tal coerência, se revelem conjuntos – patrimoniais – capazes de assumir novos papéis, de acordo com o contexto e condição atual, tornando-se assim matéria ativa de transformação (Zampieri, 2012).

## O “fazer”: património em prospetiva

Como vimos, identificar um SCD leva-nos a olhar o território a partir da lente da paisagem; conseqüentemente, as ferramentas com que abordamos o território são reequacionadas. A representação da passagem do tempo e conseqüentes mutação que lhe são imputadas passam a ser determinante deste reconhecimento (Boeri, 2010), ainda que se tratando sempre de uma interpretação possível.

A relação entre a forma de observar e a forma da coisa observada decorre, antes de mais, de um determinado ponto de vista que, por isso, afasta a representação da paisagem de um domínio neutral e universal (Marson, 2000); mais ainda se assumirmos a natureza intrinsecamente ambígua do termo ‘paisagem’, simultaneamente coisa representada – o trecho espacial – e sua imagem – representação figurativa de tal trecho – (Farinelli, 1991).

Por isso, se a análise do território não se pode limitar “a los componentes perceptivos” (Barba, 2010, p. 117) sob pena de nos conduzir a uma sua leitura amnésica (Marson, 2000), também a sua representação não pode descurar o enfoque sobre o que permitira ao SCD constituir-se como tal, uma vez que a própria se torna determinante na construção da identidade de um qualquer lugar (Boeri, 2010).

Daqui a necessidade de extravasar a “arrogância zenital” (Boeri, 2010, p. 180), de forma a, a partir de tal representação – que se quer exploratória –, se conduzir à descodificação de signos, então resultado das “construções resistentes”, mas também das que não perduraram – formalizadas ou apenas projetadas –, bem como da “relação de forças” entre elas estabelecidas (Bertalanffy, 1950). Como propósito de tal reconhecimento, a capacidade de nele ler inter-relações passíveis de entre estas partes se (r)estabelecerem enquanto resposta contemporânea ao tempo presente (Agamben, 2009a).

Face às múltiplas tensões que configuram o território contemporâneo, a representação a partir de “múltiplos pontos de vista” (Agamben, 2009a; Boeri, 2010) que permitam novas correspondências lógicas deste legado no “espaço orgânico da quotidianidade” (Choay, 2008b),<sup>9</sup> surge como possível abordagem.

Textos, fotografias, perfis, diagramas (Portas, 2012), juntam-se à recorrente perspectiva zenital para representar a paisagem inerente ao SCD, com a sua condição relacional, evolutiva e, acima de tudo, em construção – potencial, portanto.

Na verdade, muitas das intervenções que partem do reconhecimento de uma condição patrimonial subjugam-se às características físicas das marcas do passado - particularmente as plásticas- incorrendo, tais intervenções, em malogro, porque limitadas à procura da imagem que provém do passado, desfasando-se assim das dinâmicas “orgânicas da quotidianidade”.

Em alternativa, a procura do *continuum* (Herrero, 2016; Salzotti, 2016) inerente ao SCD poderá incidir sob o reconhecimento de princípios ordenadores – abstratos, é certo – (Alexander, 1968), que determinaram as permanências, sedimentos materiais, mas também cognitivos (Magnaghi, 2017) “constantes” (Barata, 2017; Goitia, 1947) nas transformações territoriais imputadas pelo Sistema e que, ao longo dos seus diferentes tempos e espaços, foram assumindo formas distintas em função do contexto em que se manifestam.

Como alternativa, tal procura concorrerá para a conservação e reprodução não das marcas físicas em particular, mas antes da identidade territorial, então suportada nas particularidades culturais inerentes às lógicas processuais de construção do território (Magnaghi, 2017).

Estas “invariantes” (Goitia, 1947; Magnaghi, 2017) que se pretende reconhecer a partir de uma análise sincrónica e diacrónica ao território, quando “antropológicas”(Portas, 2005b)<sup>10</sup>

9. F. Choay começa por referir-se ao termo “orgânico” para classificar a “scala di pianificazione tradizionale (...) quella in particolare delal città antiche,” acrescentando “questa scala è anche quella degli antichi borghi, dei villaggi, dei paesaggi locali. Si trata di una scala múltipla, caratterizzata dal suo referimento al corpo umano, dall’uso e dalla messa in opera dei materiali”, transpondo-o, em seguida, para a identificação de um “spazio organico della quotidianità” em “desaffezione” face, por exemplo, ao ciberespaço. (Choay, 2008b, pp. 95,96).

10. Consideradas como “determinantes ou parâmetros das funções que relacionam as variáveis consideradas [que podem descrever o produto arquitectónico]” (Portas, 2005b, pp. 48,49).

e reconhecidas a partir das conexões inerentes ao Sistema que suportam – e à paisagem que constroem –, aproximam-se dos “padrões” definidos por Christopher Alexander (1981) enquanto reposta possível a um determinado problema, geradora, neste contexto, de uma sem número de soluções formais.

Na verdade, esta ausência de vontade de forma que define o “padrão” aproxima-nos do reconhecimento patrimonial que a abordagem a um SCD transporta, nele incorporando as “forças de ligação” (Cálix, 2013) que determinam as relações território-assentamento, entre objetos e usuários, entre edifícios e lugares e a vida que entre eles se gera (Herrero, 2016).

Por isso, quando imputamos uma condição patrimonial ao SCD, então decorrente do seu reconhecimento cultural enquanto referencial do quotidiano, estas “regras” que Nuno Portas identifica como “generativas”(Portas, 2005b, p. 38) assumem particular relevo na explicação da realidade construída por este Sistema, mas também, e fundamentalmente, na determinação da paisagem em devir, cujos signos assumem significados contemporâneos, que vão para além dos que o SCD encerra.

As morfologias decorrentes deste Sistema são, pois, identificadas como o resultado de um ‘fazer’ – e não um feito, válido por si só -. É esse ‘fazer’ que justifica a paisagem que hoje nos chega e o entendimento do SCD como fator de aculturação; é esse ‘fazer’ – também manifestado em ‘viver’ – que reflete a relação mútua entre os assentamentos e as povoações que em torno da atividade extrativa de estruturaram e o próprio território; é esse ‘fazer’ que se assume identitário enquanto “expressão da experiência colectiva”, capaz de identificar um grupo, “conferindo sentido ao seu passado e definido as suas aspirações para o futuro”(Wickham, 1994, p. 41). Mais ainda se dessas aspirações advirem dinâmicas de qualificação do território, capazes de reconstruir sistemas habitáveis, passíveis de ampliar o valor que aqueles que em seu torno se estruturaram lhe atribuem.

## Referências bibliográficas

- Agamben, G. (2009a). O que é o contemporâneo? In *O que é o contemporâneo? e outros ensaios* (pp. 55-76). Chapecó: Editora Agos.
- Agamben, G. (2009b). O que é um dispositivo? In *O que é o contemporâneo? e outros ensaios* (pp. 25-54). Chapecó: Editora Agos.
- Alexander, C. (1968). La ciudad no es un árbol. *Cuadernos summa-nueva visión, 9*(Christopher Alexander: Nuevas ideas sobre diseño urbano), 20-30.
- Alexander, C. (1981). *El modo intemporal de construir* Barcelona: Gustavo Gili.
- Alves Ribeiro, D. (2015). Territories of energy production and landscape heritage. The Coal Basin of Douro. *Joelho, Revista de Cultura Arquitectónica, 6*(A Questão do Património / The Built Heritage Debate), 162-170. doi:[https://doi.org/10.14195/1647-8681\\_6\\_16](https://doi.org/10.14195/1647-8681_6_16)
- Alves Ribeiro, D. (2019). Douro Carboniferous System: Integration of the Built Environment Heritage Aspect within the Territorial Planning Framework. *Heritage, 2* (1)(Heritage and Territory), 16. doi:<https://doi.org/10.3390/heritage2010008>
- Bamforth, E. L. T. K. W. (1951). Some Social and Psychological Consequences of the Longwall Method of Coal-Getting: An Examination of the Psychological Situation and Defences of a Work Group in Relation to the Social Structure and Technological Content of the Work System. *Human Relations 4*(1), 3-38. doi:[10.1177/001872675100400101](https://doi.org/10.1177/001872675100400101)
- Barata, F. (2017). Transformação e Permanência: reflexões em forma de diálogo. Entrevista a Francisco Barata. In A. U. Antonio Esposito (Ed.), *Francisco Barata, continuare innovando: architettura 55* (pp. 9-11): La Greca Editori.
- Barba, R. (2010). El Proyecto del Lugar. In C. Herrera (Ed.), *Rosa Barba Casanovas. 1970-2000. Obras y Escritos* (pp. 114-124). Barcelona: AS Flor Ediciones.
- Bertalanffy, L. V. (1950). An Outline of General System Theory. *The British Journal for the Philosophy of Science, 1*(2), 134-165. doi:[10.1093/bjps/1.2.134](https://doi.org/10.1093/bjps/1.2.134)
- Boeri, S. (2010). Atlas Ecléticos. In E. Walker (Ed.), *Lo ordinario* (pp. 117-204). Barcelona: Gustavo Gili.
- Bourdin, A. (1984). *Le patrimoine réinventé*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Cálix, T. (2013). *As morfologias da cidade contemporânea: Estruturas e Texturas. Uma matriz interpretativa da forma urbana. O sistema urbano do Porto*. (Doutoramento em Arquitectura Dissertação de Doutoramento em Arquitectura). Universidade do Porto, Porto.
- Choay, F. (2005). *Patrimônio e mundialização* (2.º ed.). Évora: Editora Licorne / CHAIA.
- Choay, F. (2008a). Il regno dell'urbano e la morte della città. In A. Magnaghi (Ed.), *Del destino della città* (pp. 145-172). Firenze: Alinea Editrice.
- Choay, F. (2008b). Patrimônio urbano e cyberspace. In A. Magnaghi (Ed.), *Del destino della città* (pp. 94-102). Firenze: Alinea Editrice.
- Corboz, A. (2004). El territorio como palimpsesto. In Á. M. Ramos (Ed.), *LO Urbano en 20 autores contemporáneos* (pp. 25-34). Barcelona: Edicions de la Universitat Politècnica de Catalunya, SL.
- d'Angelo, P. (2014). *Filosofia del paesaggio*. Macerata: Quodlibet.
- Deleuze, G. (1996). O que é um dispositivo (T. e. p. d. E. Cordeiro, Trans.). In *O mistério de Ariana*. Lisboa: Nova Vega.
- Descombes, G. (1999). Shifting Sites: The Swiss Way. Geneva. In J. Corner (Ed.), *Recovering Landscape* (pp. 79-100). New York: Princeton Architectural Press.
- Domingues, Á. (2001). A paisagem revisitada. *Finisterra, XXXVI*(72), 55-66. doi:<https://doi.org/10.18055/Finis1634>
- Domingues, Á. (2014). Patrimónios desamparados. *Revista Património, 2*.
- Farinelli, F. (1991, Janeiro-Fevereiro). L'arguzia del Paesaggio. *Casabella*(575-576), 10-12.
- Filgueiras, O. L. (1956). Rabões da esquadra negra. *O Pejão*.
- Goitia, F. C. (1947). *Invariantes castizos de la arquitectura española*. Madrid: Editorial Dossat, S.A.
- Gregotti, V. (2008). *Il territorio dell'architettura*. Milano: Feltrinelli.
- Greppi, I. A. e. C. (2016). Dal paesaggio ai paesaggi regionali: la delimitazione degli "ambiti". In A. Marson (Ed.), *La struttura del paesaggio. Una sperimentazione multidisciplinare per il Piano della Toscana* (pp. 42-58). Bari: Editori Laterza.
- Herrero, L. F. (2016). *El Cabanyal: permanencias y transformación*. (Tesis doctoral). Universitat Politècnica de València, Valencia. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10251/62201>
- Ivancic, A. (2010). *Energyscapes*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Jackson, J. B. (1980). By way of conclusion: How to study landscape. In *The Necessity for Ruins: And Other Topics* (pp. 113-126): University of Massachusetts Press.
- Juan, M. L. (2013). *El Paisaje Próximo. Fragmentos del Vale do Ave*. (Tese de Doutoramento). Universidade do Minho, León, J. M. H. (2009). Presentacion. In *El Pasado activo. Del uso interesado de la historia para el entendimiento y la construcción de la ciudad* (pp. 5-6). Madrid: Ediciones Akal.
- Lourenço, E. (2015). Património. *Revisita Património, 3*, 54.
- Magnaghi, A. (2017). *Il progetto locale. Verso la coscienza di luogo*. Torino: Bollati Boringhieri editore.
- Marot, S. (1999). The Reclaiming of Sites. In J. Corner (Ed.), *Recovering Landscape* (pp. 45-57). New York: Princeton Architectural Press.
- Marson, A. (2000). Dare voce agli interessi e alle differenze, ripensare le forme di rappresentazione del territorio. *Urbanistica, LII*(114), 11-17.
- McLoughlin, J. B. (1972). *Planification Urbaine et Régionale. Une approche par l'analyse de systèmes*. Paris: Dunod.
- Monteiro, B. (2012). In J. V. B. Pereira (Ed.), *Ao cair do Pano. Ao cair do Pano. Sobre a formação do quotidiano num contexto (des) industrializado do Vale do Ave* (pp. 358-414).
- Paveau, M.-A. (2009). La notion de patrimoine : lignes culturelles et fixations sémiotiques. *Les Fictions patrimoniales sur grand et petit écran, Presses Universitaires de Bordeaux*, 25-36. Retrieved from <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00485072>
- Pereira, P. (2015). Arquitecturas Marginadas. *Revista Património, 3*.
- Pié, R. (2010). De la abstracción a los exteriores. In *Rosa Barba Casanovas. 1970-2000. Obras y Escritos* (pp. 94-101). Barcelona: AS Flor Ediciones.
- Portas, N. (2005a). "Do Astro à Nebulosa, do Nó à Malha, da Malha aos Nós". In M. Mendes (Ed.), *Arquitectura(s). Teoria e Desenho, Investigação e Projecto* (Vol. II, pp. 71-82). Porto: FAUP Publicações.
- Portas, N. (2005b). Teoria das Tipologias como Estruturas Generativas no Marco da Produção Urbana. In I. B. Oliveira, Pedro (Ed.), *Nuno Portas, escritos 1975-2012. Os tempos das Formas* (Vol. II: A -cidade Imperfeita e a Fazer, pp. 38-51). Guimarães: Escola de Arquitectura da Universidade do Minho.
- Portas, N. (2012). Définition et Evolution des Normes du Logement. In I. B. Oliveira, Pedro (Ed.), *Nuno Portas, escritos 1975-2012. Os tempos das Formas* (Vol. II: A -cidade Imperfeita e a Fazer, pp. 121-154). Guimarães: Escola de Arquitectura da Universidade do Minho.
- Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, Lei n.º 32/2012 C.F.R. (2012).
- Roger, A. (1997). *Court traité du paysage*. Paris: Gallimard.
- Rossa, W. (2012). *Sumário pormenorizado da lição "Património urbanístico: (re) fazer cidade parcela a parcela"*. (Prova de Agregação). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Salzotti, F. C. e. F. (2016). Archeologia, storia e processi di territorializzazione. In A. Marson (Ed.), *La struttura del paesaggio. Una sperimentazione multidisciplinare per il Piano della Toscana* (pp. 83-98). Bari: Editori Laterza.
- Secchi, B. (2001). La description: entre lecture et écriture. In *Le Territoire comme palimpseste et autres essais* (pp. 249-257). Paris: Les éditions de l'Imprimeur.
- Secchi, B. (2019). *Prima lezione di urbanistica* (15 ed.). Bari: Laterza.
- Simal, J. S. (2015). *Guía del Paisaje Histórico urbano de Sevilla*. Retrieved from Sevilla:
- Terán, F. d. (2009). *El pasado activo. Del uso interesado de la historia para el entendimiento y al construcción de la ciudad*. Madrid: Ediciones Akal.
- Viganò, P. (1999). *La città elementare* (Vol. 7). Milano: Skira.
- Walker, G. H., Stanton, N. A., Salmon, P. M., & Jenkins, D. P. (2008). A review of sociotechnical systems theory: a classic concept for new command and control paradigms. *Theoretical Issues in Ergonomics Science, 9*(6), 479-499. doi:[10.1080/14639220701635470](https://doi.org/10.1080/14639220701635470)
- Wickham, J. F. C. (1994). *Memória Social. Novas Perspectivas sobre o Passado* (T. Costa, Trans.). Lisboa: Teorema.
- Zampieri, L. (2012). *Per un progetto nel paesaggio*. Macerata: Quodlibet.



# Contra a “generosidade do industrialismo”: as funções das organizações operárias bracarenses durante a I República (1910–26)

## Resumo

O movimento operário na I República é um assunto que, para Braga, não mereceu a devida atenção, desconhecendo-se, aliás, qualquer investigação sobre o tema, tendo de apoiarmo-nos, principalmente, nos estudos gerais de César Oliveira e João Freire, bem como nas obras de operários que viveram na época, como Alexandre Vieira e José Silva. A fonte principal para esta análise é a imprensa periódica da I República, quer a imprensa operária do Porto e Lisboa, quer a imprensa generalista bracarense. Neste artigo, iremos abordar as associações de classe e os sindicatos que, para além de serem a base da organização do operariado, constituíam um dos seus principais instrumentos de luta, até porque eram estas entidades, na maior parte dos casos, quem orientava os operários nas suas movimentações. A importância das associações de classe e dos sindicatos reside, assim, na resistência contra o patronato. Apesar desta resistência ser um dos aspetos fundamentais destas organizações, outras ações eram levadas a cabo para benefício dos operários, tais como a assistência, a educação, a propaganda e ainda a recreação – que irão ser abordadas ao longo deste artigo – pois os “sindicatos [não representavam] unicamente a salvaguarda do estômago”. Pretendemos, assim, examinar quais eram as funções das associações de classe e dos sindicatos bracarenses durante a I República, excluindo as já mencionadas ações de resistência contra o patronato, e como essas mesmas funções poderiam constituir uma forma de luta operária.

Palavras-chave: 1.<sup>a</sup> República, movimento operário, associações de classe, sindicatos, Braga

## Abstract

The labour movement in Braga during the 1<sup>st</sup> Republic it is a subject that did not deserve its proper attention, not knowing any investigation regarding it. For examining this subject, we complemented our research with studies by César Oliveira and João Freire, as well as the works written by Alexandre Vieira and José Silva, who were labourers during the referenced period. The main primary source we used for this study is the press, either the labourers' press published in Porto and Lisbon and the general press published in Braga. In this paper, we'll approach class associations and class unions, that besides being the foundation of labourers' organization, were one of their main fighting instruments, because these organizations, most of the times, were who guided labourers on their movements – the importance of labourers' organizations resides, therefore, in the resistance against

patronage. In spite of that resistance being one of the fundamental aspects of these organizations, other actions were taken for the labourers' benefit, such as assistance, education, propaganda and recreation – which will be approached during this paper – because unions didn't “only represent one's stomach protection”. Our intention, in this paper, is to study what were the functions of Braga's class associations and class unions during the 1<sup>st</sup> Republic, excluding the before mentioned resistance against patronage, and how those same functions could perform as one of the ways for labourers to fight.

Key-words: 1<sup>st</sup> Republic, labour movement, class associations, class unions, Braga

## Introdução

O estudo do movimento operário na I República efetuou-se tardiamente, ainda durante o período final do Estado Novo, devido ao regime político vigente. Nas décadas de 50 e 60, as obras publicadas eram testemunhos de quem viveu durante o período mencionado, como Alexandre Vieira (Vieira, 1959) e César Nogueira (Nogueira, 1964). Foi a partir dos anos 70, com a passagem para um regime democrático, que surgiram estudos académicos sobre o movimento operário feitos por José Pacheco Pereira (Pereira, 1971), César Oliveira (Oliveira, 1972) e Carlos da Fonseca (Fonseca, 1975). Durante os anos 80, fez-se uma tentativa para organizar a investigação sobre este tema, nomeadamente por Victor de Sá (Sá, 1981), Maria Filomena Mónica (Mónica, 1985) e João Freire (Freire, 1988). Nos últimos anos também se tem tentado estruturar a investigação do movimento operário, com iniciativas como a criação do Centro de Documentação e Informação sobre o Movimento Operário e Popular do Porto, a organização de seminários como os *Congressos do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal* (2013, 2015, 2017 e 2019), e ainda a realização de dissertações de mestrado e doutoramento que tratam temáticas mais específicas e estudos de caso sobre este tema, completando assim uma lacuna na historiografia, pois

esse desconhecimento [sobre o movimento operário] só poderá ser anulado por intermédio de visões globais e exaustivas e completadas com monografias e estudos parcelares [sendo que] as possibilidades de uma história interpretativa são, deste modo condicionadas por um trabalho prévio que não está realizado (Oliveira, 1973, p. 18).

Não é o nosso objetivo fazer aqui a história da história do movimento operário, porém estas observações mostram que sobre esta temática ainda há vazios a serem preenchidos. Deste modo, o movimento operário na I República é um assunto que, para a cidade de Braga, não teve a merecida atenção, desconhecendo-se algum estudo sobre o tema, razão pela qual o analisámos na nossa dissertação de mestrado (Escadas, 2017, pp. 70–89).

A principal fonte para o estudo do movimento operário é a imprensa, quer a imprensa operária, quer a imprensa generalista, pois fontes de arquivo como correspondência, atas de reuniões dos sindicatos, moções de protesto, entre outros, são quase inexistentes; boa parte dessa documentação foi perdida ou destruída durante a I República e Estado Novo (Fonseca, 1990, pp. 7–8). No caso de Braga, foram publicados três jornais operários durante o período em análise, sendo dois deles números únicos. Assim sendo, consultámos a imprensa operária do Porto e de Lisboa, que tinham correspondentes em Braga, e a imprensa

generalista bracarense, que noticiava sobre o operariado da cidade. Todavia, temos de fazer uma análise crítica à imprensa, já que os periódicos eram apologéticos da ideologia que propugnavam, divulgando uma visão parcial e, por vezes, deturpada da realidade.

As associações de classe (AC) e os sindicatos, para além de serem a base da organização do operariado, constituíam um dos seus principais instrumentos de luta, até porque eram estas entidades, na maior parte dos casos, quem orientava os operários nas suas movimentações. A importância das associações de classe e dos sindicatos reside, assim, na resistência contra o patronato. Pretendemos, neste artigo, estudar quais eram as ações das AC e dos sindicatos bracarenses durante o período referido, excluindo as já mencionadas ações de resistência. Apesar de a resistência contra o patronato ser um dos aspetos fundamentais destas entidades, outras ações eram levadas a cabo para benefício dos operários, tais como a assistência, a educação, a propaganda e ainda a recreação – que irão ser abordadas ao longo deste artigo – pois os “sindicatos [não representavam] unicamente a salvaguarda do estômago” (“O espírito de classe”, 1920, p. 1).

## Assistência e solidariedade

A AC e o sindicato, para além de serem instituições de resistência, como já referimos, eram também organizações de solidariedade que apelavam ao auxílio entre operários, uma vez que a ideologia anarcossindicalista invocava a solidariedade como um passo fundamental contra as “forças opressoras”.<sup>1</sup> Por outras palavras, a solidariedade faria com que os operários tivessem unidade e coesão nas suas reivindicações, o que levaria à vitória nas suas lutas económicas e, em consequência, à tão desejada emancipação. Era prática comum, portanto, a solidariedade na luta. Mas a assistência em casos de doença, acidente ou morte era igualmente prevista pelas organizações operárias. Por exemplo, em fevereiro de 1915, um dos sócios da AC dos Cocheiros pediu que lhe atribuíssem o subsídio para os sócios doentes que estava previsto nos estatutos da AC, ficando decidido que o referido sócio recebesse 300 réis por dia durante um mês (“Associação dos cocheiros”, 1915, p. 2). Contudo, não eram só os sócios da respetiva AC que os operários ajudavam: em 1922, o operário sapateiro José Silva, natural de Braga mas a trabalhar no Porto, estando doente, teve de regressar à sua cidade natal para repousar, relatando nas suas memórias:

Comecei a passar a maior parte do tempo nas matas do Bom Jesus do Monte só recolhendo à cidade ao anoitecer, onde o saudoso camarada Jerónimo de Sousa, já falecido e então secretário do Sindicato dos Manufatores de Calçado, me dera alojamento gratuito. Tinha, pois, contactos permanentes com

1. Perceber qual foi a ideologia que motivava o operariado bracarense sem fontes documentais como manifestos, atas de reuniões, moções de protesto, entre outras, torna-se difícil, restando-nos as inferências a partir da documentação disponível. Podemos afirmar, porém, que se notava uma tendência anarcossindicalista nos métodos dos operários bracarenses, principalmente na sua tática de ação direta, sendo também indicadora dessa tendência a pouca participação nas disposições políticas governamentais.

este camarada e com os seus colegas na Direção do Sindicato e, muito embora eu estivesse naquela localidade para tratar da minha saúde, o certo é que não podia negar-lhes a assistência sindical que me pediam (Silva, 1971, p. 95).

A solidariedade estendia-se, portanto, a operários de outras cidades e, até, de outras classes. Para além da ajuda monetária, as classes operárias também prestavam solidariedade moral aos seus camaradas em luta ou para com os operários que sofriam injustiças pelas mãos do patronato ou do governo, nomeadamente os presos por questões sociais. A título de exemplo, em novembro de 1921, os operários bracarenses telegrafaram ao presidente do ministério, Manuel Maria Coelho, pedindo a libertação dos presos por questões sociais (“Braga: 1 de novembro”, 1921, p. 2). A prisão arbitrária de militantes sindicais, recorrente durante toda a I República, era um facto que indignava bastante as classes operárias, como descrevia um articulista do jornal operário *A Batalha*:

Tem-se prendido todo o mundo, têm passado pelos cárceres monárquicos, republicanos dos diversos matizes e operários de ideias revolucionárias; estes últimos, então, nunca deixaram de ter, desde a proclamação da República, alguns dos seus camaradas a ferros, o que bem prova o ódio republicano a tudo o que encerra um desejo de progresso. A grande maioria dessas prisões foi efetuada *ad hoc* e nelas interveio um desejo mesquinho de represália, uma intriga baixa de inimigos, e prova a inculpabilidade da maioria dos detidos o facto de, dias passados, serem mandados em liberdade, ninguém os indemnizando dos prejuízos morais e materiais sofridos, que aumentam na proporção dos fracos recursos dos cativos (“Prender, prender!”, 1920, p. 1. Itálico no original).<sup>2</sup>

2. Não tomamos aqui a posição de que a República era inimiga declarada do movimento operário, e vice-versa, até porque as suas relações eram muito mais complexas do que a dualidade apoiante-inimiga. Sobre este assunto, veja-se, a título de exemplo Freire (2000).

Ainda sobre os protestos dos operários bracarenses contra as arbitrariedades do governo, em dezembro de 1925, a Liga das Artes Gráficas, em consonância com as manifestações realizadas em Lisboa contra a deportação sem julgamento de operários, telegrafou ao presidente do ministério protestando contra essas deportações (“Liga das Artes Gráficas de Braga”, 1925, p. 2). Mas não era apenas o governo que cometia arbitrariedades contra o operariado. Em janeiro de 1911, numa reunião entre todas as classes operárias, convocada pelos caixeiros, para se tratar da questão do descanso semanal, o presidente da AC dos Fabricantes de Calçado, António da Silva Pote, comunicou que os seus patrões, ao saberem das suas funções associativas, despediram-no. As restantes classes presentes na reunião aprovaram uma moção de protesto contra a atitude dos industriais, mostrando assim a sua indignação. Augusto Caldas, correspondente bracarense do jornal operário *O*

*Sindicalista*, considerava o despedimento do seu camarada como um “incitamento ao operariado para que veja – *com olhos de ver* – a quanto monta a *generosidade do industrialismo*” (Caldas, 1911, p. 3. Itálicos no original).<sup>3</sup>

Esta solidariedade moral era também prestada aos operários de outros países, igualmente vítimas daquela *generosidade do industrialismo*, o que revela não só um certo interesse e conhecimento sobre o movimento operário internacional, como uma notável consciência de classe. Por exemplo, em agosto de 1911, o núcleo bracarense do Grupo Germinal (grupo anarquista), decidiu enviar um ofício às AC e sindicatos bracarenses, pedindo a sua colaboração nos protestos a favor dos revolucionários mexicanos, nomeando-se uma comissão que trataria do assunto (“De Braga”, 1911, p. 4). Não sabemos quais os resultados desta iniciativa do Grupo Germinal, ou se as organizações operárias lhe prestaram apoio, mas esta ação comprova que, pelo menos os anarquistas bracarenses, eram solidários com uma causa que consideravam emancipatória.<sup>4</sup> Outra questão que preocupava o operariado bracarense era a fome que grassava na Rússia. Nas comemorações do 1.º de Maio de 1922, depois da realização do comício, os operários abriram uma “quête”, de maneira a angariar dinheiro para ajudar os famintos da Rússia (“O 1.º de Maio”, 1922, p. 2). Mais tarde, em junho, numa excursão vinda a Braga promovida pelo grupo anarquista portuense Luz Emancipadora, venderam-se umas pequenas bandeiras com o mesmo propósito (“Braga: 20 de junho”, 1922, p. 3). Ajudar os camaradas russos não era uma questão estritamente relacionada com ideologia, de estar de acordo com o regime da ditadura do proletariado ou desaprová-lo, mas era também uma questão humanitária, de solidariedade em favor de uma população que tinha feito uma revolução contra a burguesia.

A solidariedade era um aspeto fundamental para os operários, pois seria difícil sobreviver sem a ajuda que havia entre eles, quer em caso de greve, quer em caso de desemprego, acidente ou doença. Mário Domingues, redator d’*A Batalha*, numa conferência que realizou em Braga, em março de 1924, falou “da associação e da solidariedade, sentimento bem mais humano e altruísta que a caridade dos ricos. Diz que todos os escravos se devem dar as mãos, com um só desejo e um só pensamento: a sua libertação” (“Braga: propaganda revolucionária”, 1924, p. 3). A solidariedade teria, também, um carácter ideológico, nomeadamente no facto de os operários não confiarem na caridade dos ricos, uma vez que consideravam que a burguesia tinha interesses contrários aos do proletariado. Em suma, a solidariedade, neste sentido, não era apenas uma questão de sobrevivência, era também uma questão social, que levaria à emancipação do operariado, como já referimos anteriormente.

3. A lei do descanso semanal foi promulgada a 9 de janeiro de 1911. Em Braga, o descanso dominical foi concedido em 1898 aos empregados do comércio, não sendo cumprido pelos patrões. Assim, a lei do descanso semanal teve grande importância para o operariado bracarense (Sousa, 2004, p. 145 e ss.).

4. A revolução mexicana, iniciada em novembro de 1910 com o objetivo de devolver as terras expropriadas aos camponeses e restituir as liberdades democráticas abolidas com a ditadura de Porfirio Díaz, foi bastante noticiada na imprensa operária anarquista, que considerava esta revolução como a emancipação do povo mexicano (Escadas, 2017, p. 72).

## Educação

A educação era outra das questões importantes para o operariado, pois era através da educação que os operários preparariam o advento da revolução social. Seria um trabalho árduo, devido ao estado débil da organização operária, mas que a longo prazo poderia trazer resultados proveitosos. Como afirmava um articulista d’*O Sindicalista*:

convençamo-nos, antes de mais nada, de que sempre e sobretudo nas circunstâncias em que o operariado atualmente se acha em Portugal, só por um trabalho paciente, longo, e quase sempre obscuro, se pode chegar a produzir obra, que seja útil, que represente sem sofismas nem ilusórias aparências, uma autêntica soma, maior ou menor, de progresso, de emancipação (“Organizar e educar”, 1914, p. 1).

Neste sentido, a educação, como questão ideológica, traria benefícios a toda a sociedade. Mas a educação beneficiaria principalmente os operários, na sua maior parte analfabetos, pois começavam a trabalhar desde tenra idade, muitas vezes em detrimento da escola. Não é de surpreender, portanto, que as AC e os sindicatos empreendessem esforços para que os seus sócios se instruissem. Uma das classes bracarenses que se preocupava em providenciar meios para a educação dos seus sócios foi a classe caixeiral. Em março de 1911, por exemplo, a AC Comercial resolveu criar um curso de instrução primária para marçanos, bem como um curso de escrituração e de francês e inglês, todos eles gratuitos (“A classe caixeiral”, 1911, p. 2). Muito provavelmente esta iniciativa teve sucesso, pois em 1915 esta AC continuava a oferecer as aulas de escrituração, mais as aulas de contabilidade e música (“Associação de Classe Comercial (caixeiros)”, 1915, p. 2). Pelo próprio teor destas iniciativas, supomos que não tivessem exclusivamente um propósito revolucionário, de preparar a emancipação social do operariado, mas tinham também o intuito de proporcionar os meios necessários para que os seus associados pudessem melhorar as suas condições de vida, progredindo profissionalmente.

A Federação das Associações Operárias (FAO) de Braga, em 1912, também se importou com a questão da educação, apelando às organizações operárias federadas para que fizessem propaganda para que os seus sócios frequentassem a biblioteca pública (“Federação das Associações Operárias”, 1912, p. 3)<sup>5</sup>. A leitura era um dos passos fundamentais na educação dos operários, pelo que as AC e os sindicatos apelavam ao uso da sua própria biblioteca ou da biblioteca pública. A Liga das Artes Gráficas foi uma delas, que em julho de 1915 decidiu melhorar a sua biblioteca, oficiando a várias editoras para obter novos volumes, obtendo respostas favoráveis à sua iniciativa (“Liga das Artes Gráficas”, 1915, p. 2).

5. A FAO, organização das associações de classe e sindicatos bracarenses, foi formada em 1912, por iniciativa dos próprios operários da cidade (Escadas, 2017, pp. 64–65).

Não foram muitos os exemplos que encontramos sobre este tipo de iniciativas, provavelmente porque a imprensa não as noticiava, mas as que foram referidas servem para comprovar que o operariado bracarense, para além da luta económica, também se preocupava com a sua própria instrução.

## Propaganda

A propaganda era essencial para que o operariado se interessasse pelos assuntos sociais, se importasse com a vida associativa e se preocupasse com a sua formação. A propaganda, na ótica dos militantes operários, era especialmente importante na província, onde a organização operária era mais fraca. Como afirmava um articulista do jornal *A Batalha*:

Esta necessidade dum grande propaganda, intensiva, constante, tenaz, que leve a todos os recantos portugueses a ideia de emancipação, é por todos conhecida. O trabalhador da província está, mais que o da capital, imbuído de preconceitos, iludido pela política, dominado pela religião. [...] É preciso convencer o operário da província que é mais proveitoso ir para o sindicato que ir para a missa. É preciso pôr-lhe diante dos olhos tudo o que de mau a política lhe tem feito, para que ele, assim busque novos rumos, caminhos novos, horizontes mais amplos (“A propaganda na província”, 1920, p. 1).

Consequentemente, boa parte da propaganda feita tinha um carácter associativo e organizativo, com uma grande carga ideológica, isto é, apelava para que os operários se associassem nas AC e nos sindicatos, nomeadamente para preparar a luta social. Foi o caso de uma sessão de propaganda realizada na Associação dos Caixeiros, em dezembro de 1916, com a participação de Alberto Paulo Osório, caixeiro portuense. O conferente

desenvolveu com muita proficiência o tema – ‘os deveres e os direitos do caixeirato português; história das suas reivindicações’ – referindo-se largamente à ação das associações de classe. Combateu conservação dos patrões adentro dos grémios dos caixeiros, recomendando uma conscienciosa remodelação dos Estatutos. Nesta ordem de ideias, que os assistentes ouviam com geral agrado, espraiou-se em longas considerações, afirmando ser utilíssima a introdução nos referidos Estatutos dum artigo nesse sentido, que julga essencialíssimo para assim se garantir a independência de ação das associações desta natureza (“Na Associação dos Caixeiros”, 1917, p. 2).

Esta conferência, ouvida com interesse pela assistência, destacou a importância da associação para o sucesso das reivindicações. Sucesso que teria inevitavelmente de passar pela ação direta: as reclamações do caixeirato teriam êxito se os patrões não fizessem parte das AC, uma vez que os trabalhadores e o patronato tinham interesses opostos. Outro exemplo de propaganda associativa: em abril de 1920, Raul Duarte e Jaime das Neves Guimarães, delegados da Federação da Indústria de Calçado, Couros e Peles, vieram a Braga, pois a Federação considerava que os fabricantes de calçado bracarenses eram a classe mais desorganizada do Norte. A organização da classe era necessária, admitindo os delegados no seu relatório que

Os militantes daqui não compreendendo o alcance moral e de organização que oferece a centralização da nossa indústria, deixam-se acorrentar pelo egoísmo de fazerem muitos *pares*, explorando desta forma os ajudantes que têm ao seu serviço. Mais: eles são coniventes na infamíssima exploração que os industriais, velhos e novos-ricos, exercem em especial no pessoal feminino, que trabalhando 12 e 13 horas por dia, auferem *fabulosos* ordenados que variam entre \$40 e \$80 (Duarte & Guimarães, 1920, p. 3. Itálicos no original).<sup>6</sup>

Em junho, vendo-se impossibilitados de agir devido a uma campanha difamatória promovida pelos industriais e por alguns operários do sector, os delegados da Federação recomendaram à União dos Sindicatos Operários (USO) de Braga que organizasse as classes desorganizadas, cumprindo as funções para que fora criada (Duarte & Guimarães, 1920, p. 3)<sup>7</sup>. De facto, em junho de 1920, a USO iniciou uma série de sessões de propaganda, não sabendo nós se por coincidência ou por acatamento da recomendação dos delegados lisboetas, a qual se iniciou na AC dos Operários Chapeleiros, com o objetivo de “expor os fins da organização” (“Braga, 1”, 1920, p. 3).

Para além desta propaganda associativa, também havia propaganda que não tinha cariz reivindicativo. Por exemplo, em novembro de 1913, a AC Comercial, aquando da inauguração das suas aulas, promoveu uma sessão onde os oradores louvaram a educação como um elemento essencial para o desenvolvimento dos povos (“Associação dos caixeiros: abertura das aulas”, 1913, pp. 3–4). Mas não era apenas a educação que esta AC advogava: em outubro de 1914, os caixeiros decidiram promover uma campanha contra o alcoolismo, distribuindo folhas soltas e manifestos (“Associação de Classe Comercial (caixeiros)”, 1914, p. 2). O alcoolismo era um problema que preocupava os militantes operários, uma vez que consideravam que o operariado bracarense passava mais tempo na taberna do que na AC ou no sindicato, preferindo os “interesses do vinho” aos interesses associativos (“Braga, 26”, 1920, p. 3). E

6. Os fabricantes de calçado auferiam por par de sapatos, trabalhando em média 12, 13 ou 14 horas por dia. Esta circunstância poderá explicar o facto de esta classe ter sido a que mais realizou greves durante a I República: foram 13, nove das quais por aumento salarial (Escadas, 2017, p. 111).

7. A USO, organização das associações de classe e sindicatos bracarenses, foi formada em 1919, por iniciativa da Confederação Geral do Trabalho, e substituiu a FAO (Escadas, 2017, p. 66).

era para atender aos interesses associativos que se “fala ou escreve para os proletários, despertando-lhes o sentimento da sua missão na vida, acordando neles o espírito de revolta que a educação submissa lhes adormeceu” (Valle, 1911, p. 1). Por outras palavras, a propaganda associativa era feita com o objetivo de organizar os operários para levarem a efeito a emancipação social, já que a débil organização operária bracarense foi sempre motivo de desagrado não só para os correspondentes dos jornais operários, mas também para os militantes que vinham à cidade fazer sessões de propaganda sindical.

## Recreação

A recreação era um aspeto importante da vida operária, uma vez que a distração poderia fazer com que os trabalhadores esquecessem, mesmo que por breves períodos de tempo, “a sua condição de escravos aguilhoados ao pelourinho desta sociedade ignóbil” (“Braga: 20 de outubro”, 1922, p. 3). Efetivamente, os operários beneficiavam das ações lúdicas promovidas pelas AC e pelos sindicatos para estreitar os laços de solidariedade com os seus camaradas de outras classes e/ou de outras cidades. As excursões são um bom exemplo de como a recreação estreitava a ligação entre os operários. Durante a I República, o operariado bracarense recebia mais excursões do que as que realizava: tanto quanto foi possível apurar, neste período, vieram a Braga 11 excursões operárias, oito das quais oriundas da região do Porto, e os operários bracarense fizeram quatro excursões, duas das quais a Viana do Castelo (Escadas, 2017, p. 80).

Podemos afirmar que o principal objetivo das excursões era o convívio entre operários, o que não significa que não se tivessem feito excursões com intuito propagandístico, explicando o facto de a polícia, nalguns casos, vigiar os excursionistas; noutros casos, a vigilância era feita com receio de que a ordem pública não se mantivesse. Por exemplo, em maio de 1911, os operários chapeleiros do Porto e de S. João da Madeira realizaram uma excursão a Braga, sendo vigiados por uma força de cavalaria (“Excursão operária”, 1911, p. 3). Mais acutilante para a ordem pública foi uma excursão operária socialista vinda do Porto em junho de 1913 que, num comício de propaganda feito na Praça Conde de Agrolongo, um dos oradores comentou que “*os republicanos, no tempo da monarquia, sofismaram a verdade para ludibriar o povo*”, sendo este comício uma das formas de contestação operária ao novo regime (“Excursão socialista”, 1913, p. 3. Itálicos no original).<sup>8</sup>

Contudo, nem sempre as excursões eram sinónimo de propaganda política ou associativa. Em julho de 1913, uma excursão dos operários têxteis da Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela veio a Braga para, além do passeio, realizar um concerto (“Importante

excursão operária”, 1913, p. 3). O mesmo fez o grupo cénico da AC Comercial de Braga, em janeiro de 1917, que foi a Arcos de Valdevez fazer um espetáculo no teatro daquela localidade (“Associação de Classe Comercial (caixeiros)”, 1917, p. 2). As descrições pormenorizadas da imprensa sobre estas excursões permite-nos verificar os laços existentes e a amizade entre os trabalhadores de diferentes cidades, como no caso da excursão à Póvoa de Varzim, realizada em setembro de 1916, promovida pelos caixeiros e na qual participaram operários de vários sectores. O jornal *Ecos do Minho* descreve-nos que

Ao largar o comboio, a alegre rapaziada ergueu vivas a Braga e à Associação de Classe Comercial (Caixeiros), entretendo-se depois os diversos grupos a cantar alegres coplas. [...] O entusiasmo não tardou a manifestar-se bem grandiosamente [quando os bracarense chegaram à estação de caminho-de-ferro da Póvoa de Varzim]. Trocam-se abraços e vivas e mal se organiza o cortejo com todas ou quase todas as associações, ente as quais se viam os estandartes da Associação Comercial da Póvoa, do Orfeão Povoense e Associação dos Caixeiros povoenses, as primeiras flores caíram sobre os excursionistas de mistura com os sorrisos de gentis damas debruçadas nas janelas. Muitos prédios ostentavam colgaduras de seda e damasco, e as ruas viam-se engalanadas com bandeiras e festões. [...] Ali [na Câmara Municipal] se efetuou sessão de boas-vindas [...] Depois da sessão em que se trocaram palavras de efetuoso carinho e de homenagem às duas terras amigas, dirigiu-se o cortejo para a Associação dos Caixeiros, [...] e onde outra sessão, [...] se efetuou. [...] Cerca das 7 horas e meia da tarde teve lugar [...] um primoroso jantar de confraternização, oferecido pela Associação dos Caixeiros à sua congénere de Braga. [...] pelas 11 e meia da noite os excursionistas convergiram para a estação [...] À partida do comboio ergueram-se vivas e os lenços agitaram-se numa manifestação de saudosa despedida, tocando as bandas o hino da Póvoa (“Braga e Póvoa de Varzim”, 1916, p. 2).

O relato desta excursão demonstra a camaradagem que havia entre operários, de vários sectores e de diferentes cidades, o que comprovava a existência de laços de solidariedade, que contribuíam para o reforço da sua coesão e consciência de classe. É essa mesma consciência de classe que explicava a realização de excursões com objetivo propagandístico, como foi o caso da excursão vinda a Braga, em agosto de 1921, promovida pela comissão pró-Casa dos Trabalhadores do Porto, tendo como objetivo, para além de estreitar os laços de solidariedade entre operários, angariar fundos para a construção da referida Casa dos Trabalhadores (“Excursão a Braga”, 1921, p. 3)<sup>9</sup>.

8. Sobre a contestação operária à República, veja-se, por exemplo, Carvalho (1977) e Oliveira (1990).

9. A Casa dos Trabalhadores seria um edifício que albergaria a sede de todas as AC e sindicatos de uma cidade. Em Braga, o SU da Construção Civil, em fevereiro de 1922, iniciou uma campanha de propaganda para que a cidade tivesse uma Casa dos Trabalhadores – que nunca chegou a ser construída (“Braga: 14 de fevereiro”, 1922, p. 2).

10. Não incluímos neste artigo as comemorações do 1.º de Maio, que consistiam na realização de um cortejo e de um comício propagandístico. Sobre essas comemorações, leia-se Escadas (2017, pp. 189–194).

Verifica-se novamente que, sendo de propaganda ou apenas de confraternização, o facto é que as excursões serviam para estreitar as relações entre operários, contribuindo para o incremento da sua solidariedade e o reforço da sua consciência de classe.

As festas são outro tipo de ação lúdica que servia para estreitar os laços entre operários. Para além do 1.º de Maio, as festas operárias incluíam a celebração do aniversário da AC ou do sindicato, a inauguração de um novo edifício ou uma nova bandeira da organização, a comemoração da vitória de uma greve, entre outros.<sup>10</sup> Por exemplo, em abril de 1912, os operários fabricantes de calçado fizeram uma festa para inaugurar a nova bandeira da sua associação. O programa incluía a queima de foguetes, um cortejo de todas as AC e sindicatos pela cidade, acompanhado pela banda da Filarmónica Bracarense, uma sessão solene com discurso do operário portuense anarcossindicalista João Sertié e de operários bracarenses (“Festa operária”, 1912, p. 2). Estas festas poderiam ser também uma ocasião para se fazer propaganda. Por exemplo, em janeiro de 1913, nas vésperas da comemoração do aniversário da AC Comercial, seria distribuído um manifesto “doutrinário e de propaganda” (“Associação dos caixeiros”, 1913, p. 2). Não há notícias sobre o conteúdo desse manifesto, nem sobre se ele chegou a ser distribuído como previsto. No seu 21.º aniversário, comemorado em fevereiro de 1921, os caixeiros realizaram uma sessão solene, onde se discursou sobre a “vantagem dos empregados no comércio ingressarem na sua associação, e esta estar no organismo federativo” (“Braga, 13”, 1921, p. 2).

Outras comemorações operárias noticiadas foram as homenagens aos patrões, embora em número diminuto. Em abril de 1922, por exemplo, os operários metalúrgicos da fábrica A Mecânica decidiram comemorar o aniversário de um dos seus proprietários, José de Oliveira. O programa da festa incluiu uma homenagem dos trabalhadores ao aniversariante-proprietário, bem como um almoço oferecido por este aos seus operários, juntamente com diversos jogos e divertimentos. O periódico *Diário do Minho* descreve-nos com pormenor como decorreu a sessão de homenagem:

Passando o aniversário natalício do sócio sr. Oliveira, aproveitaram os operários [...] para tributar-lhe as homenagens de muito agradecimento pela maneira justa e carinhosa por que os seus patrões os têm tratado. [...] Em nome do ‘Diário do Minho’ falou depois o Sr. P.º Manuel Domingues Basto que diz estar satisfeito com a harmonia social que nota dentro daquela casa e felicita o homenageado, patrões e operários, lembrando a uns e outros os grandes deveres da hora presente, nas relações entre o capital e o trabalho. [...] A fábrica estava engalanada a primor com palmas e bandeiras, vendo-se apenas aqui e além largos cartões com máximas e princípios morais (“Festa em A Mecânica”, 1922, p. 2).

De facto, naquela época era incomum a harmonia social que foi exaltada nesse discurso, mormente porque então se vivia uma era de conflitualidade social. Quanto aos operários metalúrgicos homenagearem os patrões, apesar de se circunscrever apenas a uma fábrica, era igualmente insólito, até porque os metalúrgicos eram operários de tendência anarcossindicalista, chegando mesmo a fazer uso da violência nas suas reivindicações. Como explicar, então, esta festa? Primeiro, nem todos os operários metalúrgicos poderiam ser anarcossindicalistas. Segundo, os proprietários da fábrica A Mecânica poderiam, como foi dito nos discursos, ter proporcionado boas condições de trabalho ao seu pessoal – o que era bastante invulgar, mas não impossível, justificando-se assim aquela homenagem. Esta não foi, contudo, a única homenagem feita a patrões: em janeiro de 1923, os operários chapeleiros da fábrica Faria & Taxa fizeram igualmente uma homenagem a um dos seus patrões, Victor Taxa de Faria, desta vez por ter recuperado de uma doença grave (“Operários em festa”, 1923, p. 4). As mesmas considerações que fizemos para a homenagem dos operários metalúrgicos da fábrica A Mecânica aos seus patrões, fazemo-las para este caso. Estas duas festas em homenagem aos patrões foram as únicas que foram noticiadas na imprensa de Braga durante a I República. Acreditamos que sejam casos únicos, até porque a imprensa generalista teria todo o interesse em noticiar este tipo de iniciativa, que servia como um bom exemplo de harmonia social entre patrões e operários que, na verdade, era quase inexistente. Apesar de a imprensa generalista propugnar a harmonia social, que seria conseguida através dos ideais do socialismo-cristão, a verdade é que patrões e operários tinham interesses antagónicos, estando constantemente em desacordo.

## Conclusão

A AC e o sindicato, como temos vindo a salientar, não eram apenas instituições de resistência contra o patronato, eram também instituições que se propunham levar a cabo ações de solidariedade, de educação e propaganda e ainda de recreação em benefício dos operários. O apelo à solidariedade entre operários, mesmo de outras classes ou cidades, era comum, já que a ideologia anarcossindicalista invocava a solidariedade como um passo essencial para a sua emancipação. Não era somente a solidariedade em caso de greve que era advogada, mas também em outros aspetos da vida dos trabalhadores: seria difícil sobreviver sem a ajuda que havia entre eles, quer em caso de greve, quer em caso de acidente, desemprego, doença ou morte. A educação era outra questão relevante para o operariado, visto que era através da educação que se prepararia o advento da revolução social, trazendo benefícios para toda a sociedade. Mas a educação beneficiaria principalmente

os próprios operários, na sua maioria analfabetos, pois começavam a trabalhar desde crianças, bastantes vezes em detrimento da escola. A propaganda era outro aspeto fundamental para o operariado, principalmente na província, onde a organização operária era mais fraca: boa parte da propaganda feita, portanto, tinha um carácter associativo e organizativo, com uma grande carga ideológica, apelando para que os operários se associassem nas associações de classe e sindicatos para preparar a luta social. A recreação era outra questão importante para o proletariado, já que a distração poderia fazê-los esquecer, mesmo que momentaneamente, as suas dificuldades, servindo também para estreitar os laços de solidariedade entre operários e reforçar a sua consciência de classe.

O movimento operário era mais do que greves e ações reivindicativas análogas, era uma luta constante, se não apenas por um ideal, pelo menos por melhores condições de vida e de trabalho – era, como o próprio nome revela, movimento. O movimento operário, portanto, não era estático, mas dinâmico e ativo, ou seja, o operariado estava constantemente a mobilizar-se, até porque o patronato, por um lado, e o Estado e as suas instituições, por outro, não reconheciam aos trabalhadores os seus direitos. As suas ações de solidariedade, de educação, de propaganda e de recreação são prova desse facto, sendo uma forma de luta e, tal como declarava Alexandre Vieira (Vieira, 1974, p. 24), “o operariado e a sua organização de classe não se abstiveram de prestar, simultaneamente [com a luta económica], atenção aos problemas de interesse geral, neles incluídos os do espírito”, servindo também essas mesmas ações para preparar o advento da revolução social.

## Fontes

## CONTRA A “GENEROSIDADE DO INDUSTRIALISMO”

- A classe caixeiral. (1911, março 28). Braga: *Comércio do Minho*, 2.
- A propaganda na província. (1920, fevereiro 2). Lisboa: *A Batalha*, 1.
- Associação de Classe Comercial (caixeiros). (1914, outubro 6). Braga: *Ecos do Minho*, 2.
- Associação de Classe Comercial (caixeiros). (1915, outubro 17). Braga: *Ecos do Minho*, 2.
- Associação de Classe Comercial (caixeiros). (1917, janeiro 31). Braga: *Ecos do Minho*, 2.
- Associação dos caixeiros. (1913, janeiro 23). Braga: *Comércio do Minho*, 2.
- Associação dos caixeiros: Abertura das aulas. (1913, novembro 13). Braga: *Ecos do Minho*, 3-4.
- Associação dos cocheiros. (1915, fevereiro 27). Braga: *Comércio do Minho*, 2.
- Braga, 1. (1920, junho 6). Lisboa: *A Batalha*, 3.
- Braga: 1 de novembro. (1921, novembro 3). Lisboa: *A Batalha*, 2.
- Braga, 13. (1921, fevereiro 22). Lisboa: *A Batalha*, 2.
- Braga: 14 de fevereiro. (1922, fevereiro 18). Lisboa: *A Batalha*, 2.
- Braga: 20 de junho. (1922, junho 22). Lisboa: *A Batalha*, 3.
- Braga: 20 de outubro. (1922, outubro 22). Lisboa: *A Batalha*, 3.
- Braga, 26. (1920, janeiro 29). Lisboa: *A Batalha*, 3.
- Braga e Póvoa de Varzim. (1916, setembro 19). Braga: *Ecos do Minho*, 2.
- Braga: Propaganda revolucionária. (1924, março 12). Lisboa: *A Batalha*, 3.
- Caldas, A. (1911, janeiro 8). *O Sindicalista em Braga*. Lisboa: *O Sindicalista*, 3.
- De Braga. (1911, agosto 13). Porto: *Aurora*, 4.
- Duarte, R., & Guimarães, J. das N. (1920, junho 12). Propaganda sindicalista. Lisboa: *A Batalha*, 3.
- Excursão a Braga. (1921, agosto 21). Lisboa: *A Batalha*, 3.
- Excursão operária. (1911, maio 23). Braga: *Comércio do Minho*, 3.
- Excursão socialista. (1913, junho 19). Braga: *Ecos do Minho*, 3-4.
- Federação das Associações Operárias. (1912, dezembro 22). Braga: *Notícias do Norte*, 3.
- Festa em A Mecânica. (1922, abril 4). Braga: *Diário do Minho*, 2.
- Festa operária. (1912, abril 6). Braga: *Comércio do Minho*, 2.
- Importante excursão operária. (1913, julho 27). Braga: *Ecos do Minho*, 3.
- Liga das Artes Gráficas. (1915, julho 13). Braga: *Ecos do Minho*, 2.
- Liga das Artes Gráficas de Braga. (1925, dezembro 22). Braga: *Diário do Minho*, 2.
- Na Associação dos Caixeiros. (1917, janeiro 4). Braga: *Ecos do Minho*, 2.
- O 1.º de Maio. (1922, maio 2). Braga: *Diário do Minho*, 2.
- O espírito de classe. (1920, janeiro 28). Lisboa: *A Batalha*, 1.
- Operários em festa. (1923, janeiro 16). Braga: *Diário do Minho*, 4.
- Organizar e educar. (1914, março 8). Lisboa: *O Sindicalista*, 1.
- Prender, prender! (1920, janeiro 6). Lisboa: *A Batalha*, 1.
- Valle, J. do. (1911, fevereiro 5). Consciência operária. Lisboa: *O Sindicalista*, 1.



Carvalho, D. de. (1977). *Os sindicatos operários e a República burguesa (1910-1926)*. Lisboa: Seara Nova.

Escadas, D. V. (2017). *A vida impossível: O movimento operário em Braga durante a I República* [Dissertação de Mestrado]. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Fonseca, C. da. (1975). *Integração e ruptura operária: Capitalismo, associacionismo, socialismo (1856-1875)*. Lisboa: Estampa.

Fonseca, C. da. (1990). *O 1.º de Maio em Portugal, 1890-1990: Crónica de um século*. Lisboa: Antígona.

Freire, J. (1988). *Anarquistas e operários: Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto: Afrontamento.

Freire, J. (2000). A República e o movimento operário. Em N. S. Teixeira & A. C. Pinto, *A Primeira República Portuguesa: Entre o liberalismo e o autoritarismo* (pp. 77-89). Lisboa: Edições Colibri.

Mónica, M. F. (1985). *O movimento socialista em Portugal (1875-1934)*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Nogueira, C. (1964). *Notas para a história do socialismo em Portugal (1871-1910)* (Vol. 1). Lisboa: Portugália.

Oliveira, C. (1972). *O operariado e a República democrática (1910-1914)*. Porto: Afrontamento.

Oliveira, C. (1973). *O socialismo em Portugal (1850-1900)*. Porto: Afrontamento.

Oliveira, C. (1990). *O operariado e a Primeira República (1910-1924)*. Lisboa: Alfa.

Pereira, J. P. (1971). *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal: A greve geral de novembro de 1918*. Porto: Portucalense Editora.

Sá, V. de. (1981). *Evolução do movimento operário e do sindicalismo em Portugal*. Porto: Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário de Portugal.

Silva, J. (1971). *Memórias de um operário* (Vol. 1). Famalicão: Livraria Júlio Brandão.

Sousa, A. J. C. de. (2004). *Braga do entardecer da Monarquia ao tempo da 1.ª República (1890-1926)*. Braga: Casa do Professor.

Vieira, A. (1959). *Figuras gradas do movimento social português*. Lisboa: A. Vieira.

Vieira, A. (1974). *Para a história do sindicalismo em Portugal*. Lisboa: Seara Nova.

# O tesouro da ‘Casa da Bica’ e as atividades económicas de Bracara nos séculos IV-V

Este trabalho foi realizado  
no âmbito dos Projectos de  
Investigação de Excelência  
do MINECO/FEDER HAR  
2014-51821-P e HAR2017-  
82202-P

## Resumo

Após a desafetação do Teatro de *Bracara Augusta*, a área envolvente deste edifício foi ocupada com construções que parasitaram essa estrutura, ora reaproveitando os materiais das mesmas ora integrando os seus muros em novas construções, o que resultou na implantação de unidades construídas cujas funções estavam associadas ao uso habitacional ou artesanal.

Neste sentido, propomos avaliar as atividades económicas realizadas na cidade de *Bracara* entre os séculos IV-V. Para tal, analisaremos os dados de um tesouro numismático identificado na chamada ‘Casa da Bica’, uma das unidades construídas implantadas na área envolvente do teatro, depois do abandono daquele edifício de espetáculos, que se supõe ter ocorrido nos inícios do século IV. O tesouro que será objeto de avaliação foi encontrado em contexto de derrube de um muro de um espaço de carácter habitacional, que se ergueu na área situada a norte do muro perimetral do teatro e que terá sido ocupado a partir do século IV.

O estudo das moedas é uma importante ferramenta para analisar os processos económicos do mundo clássico, a partir da identificação de períodos de aceleração ou estagnação que deixam vestígios na quantidade e qualidade das moedas em circulação, podendo ser avaliados nos tesouros monetários ou nas moedas soltas encontradas nas escavações realizadas em áreas urbanas. Por outro lado, a análise da proveniência dessas moedas permite avaliar uma possível integração do Império Romano durante o período tardo-antigo, o que pode sugerir o bom funcionamento das rotas comerciais e de comunicação naqueles tempos marcados por profunda instabilidade política.

Palavras-chave: *Bracara*, economia, numismática, tesouro, comércio.

## Abstract

After the abandonment of the Theatre of *Bracara Augusta*, the surrounding area of this building was occupied with buildings that parasitized this structure, sometimes reusing its materials sometimes integrating its walls into new constructions, which resulted in the implementation of built units whose functions were associated with the use of housing or craft.

In this sense, we propose to evaluate the economic activities carried out in the city of *Bracara* between the 4th-5th centuries. To this end, we will analyze the data of a coin hoard identified in the so-called ‘Casa da Bica’, one of the built units implanted in the surrounding area of the theater, after the abandonment of that building, which is supposed to have occurred in the early 4th

century. This hoard was found in the context of the overthrow of a wall of a space of housing character, which stood in the area located north of the perimeter wall of the theater and which will have been occupied from the 4th century.

The study of coins is an important tool to analyze the economic processes of the classical world, from the identification of periods of acceleration or stagnation that leave traces in the quantity and quality of coins in circulation, and can be evaluated in monetary hoards or loose coins found in excavations carried out in urban areas. On the other hand, the analysis of the provenance of these currencies allows evaluating a possible integration of the Roman Empire during the late-ancient period, which may suggest the proper functioning of trade and communication routes in those times marked by profound political instability.

Keywords: *Bracara*, economy, numismatic, hoard, trade.

## Introdução

Após a conquista do noroeste, *Augustus* reestruturou o território de forma a assegurar o controlo e facilitar a sua administração através da criação de novas províncias, divididas em *conuentus iuridici*, da centurição das terras para a exploração agrícola e da construção de uma rede viária que permitisse a ligação dos núcleos urbanos entre si e a comunicação com Roma. *Bracara Augusta* foi fundada *ex nouo* entre 16 e 13 a.C., data apontada para a segunda estadia de *Augustus* no Ocidente (Martins *et al.*, 2012).

As primeiras décadas de vida da cidade foram marcadas pela implantação de estruturas públicas fundamentais ao funcionamento do centro urbano, representadas pelo *forum*, onde se teriam construído os edifícios religiosos e judiciais, mas também pelos equipamentos urbanos viários, e pelas infraestruturas de abastecimento de água e drenagem de resíduos, dando origem a uma malha urbana bastante homogênea, formada por quarteirões quadrados com dimensão de 1 *actus* e uma área total de cerca de 30ha (Martins *et al.*, 2017a).

Uma vez que a estrutura urbana estava criada, foi iniciada a ocupação do parque habitacional da cidade, em época flávia, que estava representado por *domus* que preenchiam a metade ou a totalidade dos quarteirões rodeados por eixos pedonais porticados e que reproduziam com grande qualidade o léxico arquitetónico itálico nas plantas e na escolha dos materiais (Magalhães, 2019). Por sua vez, durante a dinastia nerva-antonina foram implantados equipamentos públicos ligados ao ócio e entretenimento, como as termas públicas do Alto da Cividade e da rua Afonso Henriques, um teatro e um anfiteatro (Morais, 2001; Martins *et al.*, 2015; 2017b).

No século III, *Bracara* foi elevada à capital da província da *Gallaecia*, criada por Diocleciano, o que impulsionou novas construções e reformas na cidade. Nesse momento, a cidade foi cercada por uma muralha que integrou, para além da área planificada Alto-imperial, zonas artesanais localizadas a sul e a sudeste, assim como outros edifícios localizados a norte, perfazendo uma área de 48 hectares. A cidade de *Bracara* conheceu então um rico período de desenvolvimento ao longo da Antiguidade Tardia, em consonância com o crescimento observado durante o período Alto-imperial (Martins *et al.*, 2012).

## A Zona Arqueológica da Colina do Alto da Cidade

Os dados disponíveis para a zona arqueológica da Colina do Alto da Cidade, provenientes das campanhas realizadas ao longo de quatro décadas de escavação, permitiram identificar um teatro, construído nos inícios do século II, situado a sul de umas termas do mesmo período. Com a desafetação deste edifício de espetáculos, as suas estruturas foram, gradativamente, reutilizadas na Antiguidade Tardia para a criação de novos contextos construtivos residenciais e artesanais, os quais têm vindo a ser reconhecidos desde 2012. Assim, a área a norte do *parascaenium* foi remodelada e nela implantada uma unidade habitacional, enquanto o muro perimetral, na plataforma superior, foi reutilizado como parede de uma construção de carácter artesanal, bem marcada pela identificação de um forno. Nas imediações do muro perimetral foi ainda construída uma outra estrutura, ainda não completamente interpretada, que reutilizou a parte da parede do aqueduto que cruza aquela área, com um ramal que assegurava o abastecimento das termas (Martins *et al.*, 2015). [Figura 1]

Dentre as construções erguidas na área envolvente do Teatro destaca-se a designada 'Casa da Bica', identificada em 1977, que foi objeto de novos trabalhos arqueológicos entre 2014 e 2015, destinados a esclarecer a sua cronologia e a configuração planimétrica da estrutura (Martins *et al.*, 2015: 20–23).

Uma das entradas dessa habitação fazia-se seguramente através do muro identificado com a UE1021, conforme podemos observar na proposta de restituição da planta da estrutura, que regista uma soleira que dava acesso ao compartimento definido pelas paredes formadas pelo muro correspondente às UEs 1023 a norte, 1020 a nascente e 1022 a sul. Sabemos que existiria um outro compartimento a norte do muro definido com a UE1019 que foi cortado para implantar os prédios da Rua de S. Sebastião. Percebemos também que o compartimento delimitado a sul pelo muro identificado com a UE1023 e a norte por aquele que corresponde à UE 1019 possuía um pavimento de *opus signinum*, que se situaria à cota de 193 m (Martins *et al.*, 2016). [Figura 2]

A cronologia de ocupação desta estrutura tendo por base os materiais datantes permite situá-la entre finais do século IV e o século VII. No entanto, os poderosos enchimentos que se sobrepuseram à demolição das paredes e que fizeram subir a cota no interior da estrutura, sugerem que ela tenha voltado a ser reutilizada num momento bem posterior da Alta Idade Média (Martins *et al.*, 2016).



Figura 1  
Localização da zona arqueológica da Colina do Alto da Cidade (©UAUM)



Figura 2  
Localização da 'Casa da Bica' na malha urbana de Bracara e restituição planimétrica do edifício (Martins *et al.*, 2015; 2016)

Figura 3  
O tesouro da 'Casa da Bica'  
(Martins et al., 2016)



## O tesouro da 'Casa da Bica'

O tesouro da 'Casa da Bica' foi encontrado num nível que integrava elementos do derrube da parede poente da construção, presumindo-se que nela teria sido escondido, que terá tombado para o exterior. Na verdade, o tesouro foi encontrado na parte de fora da estrutura, composta por três compartimentos, em cujos níveis de destruição também foram identificados elementos laterícios que constituíam os telhados da habitação. Os dados disponíveis permitem salientar, ainda, que estaria envolto num saco em tecido, tendo-se em consideração os vestígios de fibra têxtil identificados junto às moedas (Martins *et al.*, 2016). [Figura 3]

O tesouro era composto por 371 moedas de bronze, das quais a mais antiga foi cunhada por *Tetricus I* entre 270 e 273 e a mais recente está representada por uma emissão de *Valentinianus III*, de 430–437 (Machado, 2019).

A concentração de numismas emitidos pela família constantiniana corresponde a 63,34% do ocultamento, contemplando aproximadamente 2/3 dos objetos, enquanto as emissões das duas dinastias seguintes reunidas equivalem a 8,63%. Somado a isto, há ainda 104 exemplares, que perfazem 28,03% do tesouro, para os quais não foi possível realizar uma atribuição a uma das três dinastias baixo imperiais (Machado, 2019). [Figura 4]

As moedas cuja casa de cunhagem foi possível identificar estão representadas de forma bastante diminuta. De facto, apenas 123 exemplares permitiram afinar a procedência a nível da cidade que os produziu, o que caracteriza 33,15% do ocultamento. Todavia, percebe-se uma significativa presença das cunhagens de Arelate e Roma, as quais correspondem a 52,03% do tesouro (Machado, 2017). [Figura 5]

## O TESOURO DA 'CASA DA BICA'

Figura 4  
Distribuição das moedas do tesouro da 'Casa da Bica' por dinastias (Machado, 2017).

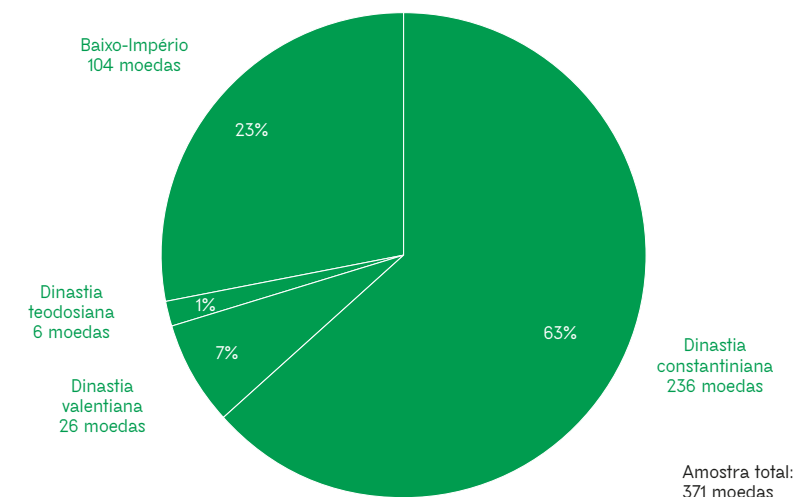


Figura 5  
Distribuição das moedas do tesouro da 'Casa da Bica' por casas de cunhagem (Machado, 2017).

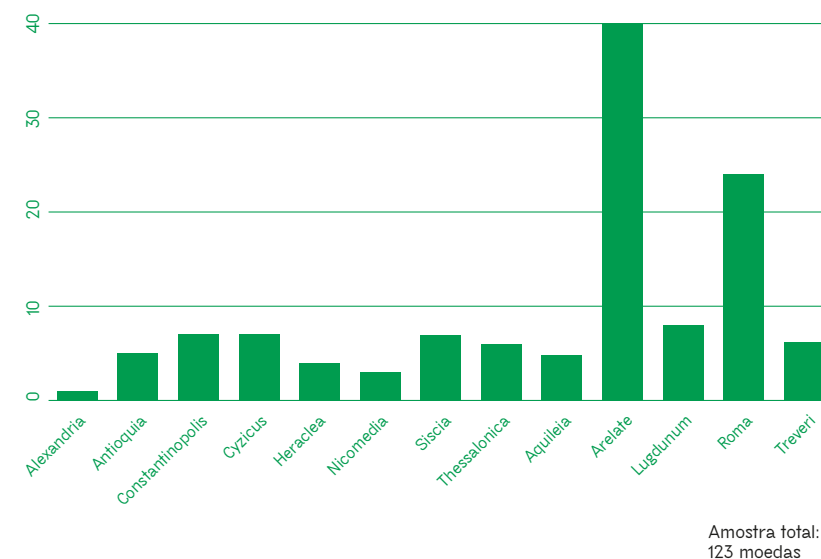




Figura 6  
Mapa com a distribuição das moedas por casas de cunhagem  
(©UAUM)

## Atividades económicas em Bracara

A diversidade de cidades cujas casas de cunhagem abasteciam a cidade pode indicar o bom funcionamento das rotas terrestres e marítimas que asseguravam a integração das províncias e a circulação de bens dentro do Império.

O abastecimento da Península Ibérica com o numerário necessário para o pagamento dos salários dos funcionários que ocupavam os cargos administrativos das capitais conventuais e provinciais era realizado por meio das vias que interligavam as diversas regiões da *Hispania* no Alto Império, o mesmo tendo acontecido no período seguinte, tendo a massa monetária para esse efeito sido sustentada pelas casas de cunhagem localizadas nas províncias mais próximas, designadamente na *Italia* e *Gallia*.

De facto, uma primeira leitura evidencia a concentração da origem das moedas na *pars Occidentalis* do Império. Trata-se, portanto, da continuação dos fluxos monetários observados por Luís Amaral no âmbito dos estudos realizados sobre os achados numismáticos isolados provenientes da zona arqueológica das Carvalheiras. Os dados disponíveis permitem perceber a presença de *Bracara Augusta* na zona de influência itálica de aprovisionamento monetário durante o século III e a sua permanência até o fim da administração romana (Amaral, 2007; Machado, 2017).

Atualmente, sabemos que o século III conheceu uma diminuição na massa monetária em circulação em *Bracara*, ainda que as suas cunhagens apresentassem um maior valor, expresso

pela maior qualidade das ligas utilizadas (Zabaleta Estévez, 1999: 82-83). Dada a instabilidade na provisão de moedas, recorrentemente foram utilizados numismas por períodos bastante extensos, como parece ter sido o caso das emissões antoninas, em uso ao longo da primeira metade do século III, e aqueles produzidos sob os *signa* dos imperadores *Claudius II* e *Galiemus* (260-270) que se mantiveram em circulação até pelo menos 335 quando o abastecimento parece ter sido regularizado (Amaral, 2007). [Figura 6]

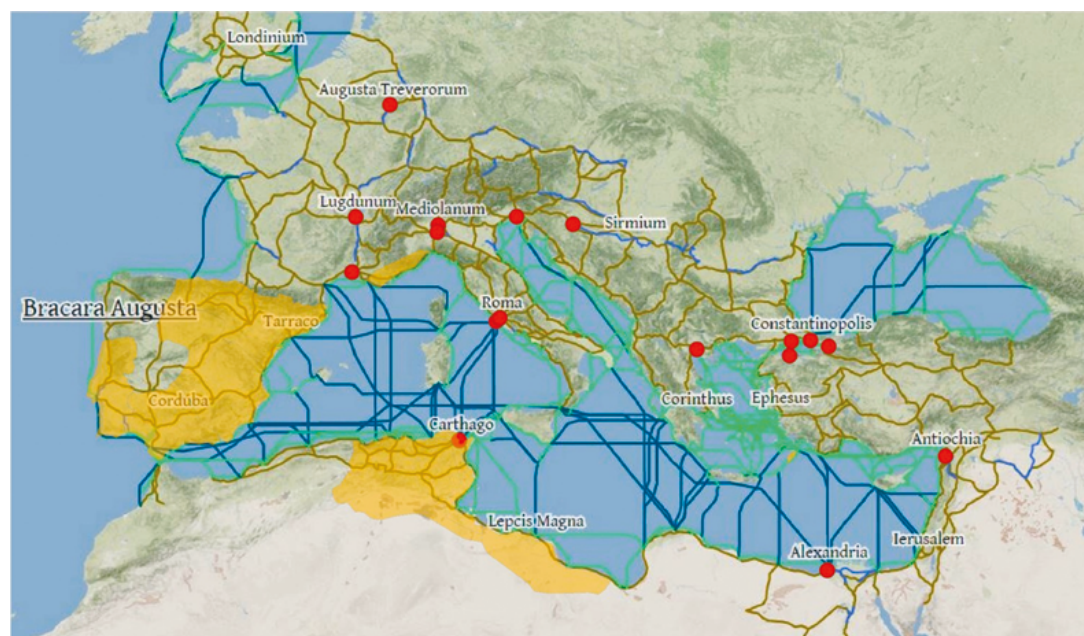
Este plano esteve baseado nas facilidades comunicativas em meio terrestre entre a Itália, a Gália e a Hispânia, situação privilegiada pela *Via Iulia Augusta*, entre Roma e Arelate e a *Via Domitia*, entre esta e a península. A distribuição do numerário no Baixo-império pelos *conuentus* hispânicos seria realizada, como ocorreu no período republicano e alto-imperial, a partir das diversas estradas que interligavam internamente as províncias peninsulares, das quais destacamos a Via do Norte e a Via da Prata, que articulavam a *Gallaecia* com a *Lusitannia*, a *Baetica*, a *Tarraconensis* e a *Carthaginensis* (Blázquez Cerrato, 2005: 85-90; Machado, 2017).

Se, por um lado, parte considerável das moedas cunhadas em *Italia* e na *Gallia* que chegaram à cidade podem ser atribuídas ao abastecimento imperial para pagamento de salários da administração pública, os demais objetos, produzidos em diversos pontos do Império, de *Augusta Treuorum* (*Gallia Belgica*) até *Alexandria* (*Aegyptus*) e *Antiochia ad Orontem* (*Syria*), apontam para o comércio realizado em toda a bacia mediterrânea.

No entanto, os aspetos comerciais à escala imperial que o tesouro documenta representam exclusivamente o quadro global das trocas que eram desenvolvidas nos portos das províncias banhadas pelo Mediterrâneo e pelo Atlântico, pois as moedas identificadas em *Bracara* oriundas de diferentes partes do *orbis* não testemunham trocas comerciais diretas com essas cidades, mas sim a estruturação e manutenção de rotas que possibilitaram a importação e a exportação de produtos para o noroeste da península, como as *sigillatae* norte africanas, gaulesas, focenses e cipriotas e as *amphorae* africanas e orientais, atividades que fizeram da cidade um importante centro económico na região. [Figura 7]

## Considerações finais

De facto, a capital da província da *Gallaecia* foi, no século IV, uma cidade onde as atividades construtiva e comercial, bem como a produção artesanal, estimulavam a economia urbana, animada pela presença de distintas elites relacionadas à administração provincial que conformavam uma sociedade muito mais competitiva do que aquela que pode ser verificada para o século III.



**Figura 7**  
Mapa com as vias que integravam o Império Romano, bem como a localização de *Bracara Augusta*, de casas de cunhagem (pontos vermelhos) e de áreas de produção cerâmica que abasteciam a cidade (manchas amarelas) no período tardio (©UAUM)

- Vias terrestres\*
- Vias fluviais\*
- Vias costeiras\*
- Vias marítimas\*
- Casas de cunhagem
- Áreas de produção oleira

\*ORBIS Network Model

No que toca aos padrões de circulação monetária, os tesouros estudados demonstram um abastecimento regular da cidade em numerário destinado a suprir as necessidades determinadas quer pelo pagamento de cargos, funções, bens e serviços, quer pelas trocas comerciais de grande escala em que a cidade esteve envolvida, atividades indispensáveis ao controlo administrativo de uma província.

Partindo-se da premissa que a circulação monetária é um reflexo da variação económica, na qual é possível observar períodos de aceleração e estagnação, a partir do aumento ou da rarefação do numerário identificado, temos no estudo realizado acerca destes tesouros um frutífero campo para aprofundar os conhecimentos acerca das diversas realidades que permearam a sociedade da capital da *Gallaecia* no século IV, onde atuaram diferentes agentes e grupos sociais que compunham a vida política, comercial, produtiva, construtiva, administrativa e religiosa da cidade.

## Bibliografia

- Amaral, L. (2007). *As moedas das Carvalheiras. Contributo para o estudo da circulação monetária em Bracara Augusta, Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas*, 3, Braga, UAUM/Narq.
- Blázquez Cerrato, C. (2005). La moneda antigua en torno a la Vía de la Plata, *Anas*, 18, Mérida, pp. 65-102.
- Machado, D. (2017). *Tesouros numismáticos baixo-imperiais de contextos domésticos de Bracara Augusta*, Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga.
- Machado, D. (2019). Reflexões sobre a economia de Bracara Augusta. O contributo dos tesouros monetários, In *Atas do II Congresso Internacional As Cidades na História: Sociedade*, Guimarães, pp. 155-175.
- Magalhães, F. (2019). *A domus Romana no Noroeste Peninsular. Construção, Arquitetura e Sociabilidades*, Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga.
- Martins, M., Ribeiro, M., Ribeiro, J., Mar, R. (2017a). Topografia e urbanismo fundacional de Bracara Augusta, In Dopico Caínzos, M. e Villanueva Acuña, M. (eds.), In *Roma nata, per Italiam fusa, in provincias manat. A cidade romana no noroeste: novas perspectivas*, Philtáte. Studia et acta antiquae Callaeciae, Vol. 2, Lugo, Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo, pp. 203-226.
- Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F., Braga, C. (2012). Urbanismo e Arquitetura de Bracara Augusta. Sociedade, economia e lazer, In Ribeiro, M. e Melo, A. (coords.), *Evolução da paisagem urbana. Sociedade e economia*, Ed. CITCEM, Braga, pp. 29-67.
- Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F., Braga, C., Ribeiro, M. (2017b). O espaço construído de Bracara Augusta no Alto Império, In Dopico Caínzos, M. e Villanueva Acuña, M. (eds.), In *Roma nata, per Italiam fusa, in provincias manat. A cidade romana no noroeste: novas perspectivas*, Philtáte. Studia et acta antiquae Callaeciae, Vol. 2, Lugo, Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo, pp. 251-276.
- Martins M., Ribeiro J., Magalhães F., Martínez Peñín, R. (2015). Urban changes in Braga in Late Antiquity: the area of the Roman Theater, In Martínez Peñín, R. (org.) *Braga and its territory between the fifth and the fifteenth centuries*, Espai/temps, 67, Lleida/ Braga, pp. 11-28.
- Martins, M., Magalhães, F., Ribeiro, J., Martínez Peñín, R. (2016). *Trabalhos arqueológicos em Bracara Augusta. Teatro Romano de Bracara Augusta 2015, Relatório de progresso*, UAUM, Braga.

Morais, R. (2001). Breve ensaio sobre o anfiteatro de Bracara Augusta, *Forum*, 30, Braga, pp. 55-76.

Zabaleta Estevéz, M. (1999). Breve síntese sobre os estudos das moedas de Bracara Augusta - as moedas das termas do Alto da Cividade, *Forum*, 26, Braga, pp. 80-85.

# Tríptico da Paixão de Cristo: O percurso de uma obra de arte

\* Departamento de Ciências de Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
\*\* Museu Nacional de Machado de Castro, Coimbra  
\*\*\* Departamento de Ciências de Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória"

## Resumo

Ao longo do seu percurso, as obras de arte são sujeitas a diferentes alterações, que podem afetar a sua leitura e interpretação, enfim, as suas narrativas. Por isso, é necessário o estudo quanto ao seu historial e materialidade, apreendendo a mensagem original, de modo a garantir que esta não é adulterada ou perdida com o passar dos anos. Na programação de uma exposição, para além das condições de conservação das obras, a questão das suas narrativas deve ser tida em conta, de modo a garantir uma não desvirtuada compreensão, fruição, experienciação e apropriação pelo visitante. O Tríptico da Paixão de Cristo, de Quentin Metsys (1466 - 1530), presente no Museu Nacional de Machado de Castro, em Coimbra, é exemplo disto. O percurso desta obra, da sua criação, em Antuérpia, à sua integração no museu, implicou mudanças de local e alterações estruturais, que provocaram a sua descontextualização e condicionaram o entendimento da sua memória material, alterando a sua leitura e interpretação. A circulação do seu painel lateral direito, *Ecce Homo*, para uma grande exposição na Bélgica, criou a oportunidade para investigação mais aprofundada e correção dessa realidade, permitindo a recuperação de narrativa e a sua revisitação num novo contexto, no seu local de origem, a propósito de reflexão sobre o tema da Justiça.

Palavras-chave: Tríptico da Paixão de Cristo; Museu Nacional de Machado de Castro; Exposição "Call for Justice"; Narrativas; Materialidades

## Abstract

Works of art are subjected to different alterations through their lives, since their origin to the present, that can affect the way we read a piece and its interpretation, their narratives. Because of this, the knowledge and study of its history and materiality is vital, finding out the message that was intended to pass along originally too, so it isn't lost or completely changed through the years. When planning an exhibition, besides guaranteeing the necessary conditions for its conservation, one should consider their narratives these aspects, to allow the visitors to comprehend, experience and appropriate the correct context. The Triptych of the Passion of Christ, by Quentin Metsys (1466-1530), part of the collection of Museu Nacional de Machado de Castro, Coimbra, is a prime example of this. The course this painting took through the years, since its creation in Antwerp, to the permanent exhibition in the museum, caused location changes and structural modification, that led to its decontextualization and conditioned its memory, changing the way how the viewer reads the painting and



interpretation. The circulation of one of the panels, *Ecce Homo*, for a great exhibition in Belgium, working with the theme of Justice, allowed a new reading and its revisitation in a new context, with works from the same place of origin with Justice as its main theme and context, in the place where it came from.

Keywords: Triptych of the Passion of Christ; Museu Nacional de Machado de Castro; Exhibit “Call for Justice”; Narratives; Materiality

Figura 1  
Tríptico da Paixão de Cristo no Museu Nacional Machado de Castro (frente)  
(2018, ©Inês Costa).



## Introdução

Existem diversas obras de arte antiga que ao longo dos séculos foram sujeitas a deslocações para outros espaços que, muitas vezes implicaram transformações de forma e de significado, descontextualizando-as, até chegarem aos nossos dias. Para chegarem aos nossos dias. Para proporcionar a melhor experiência de fruição aos visitantes, é necessário o estudo das suas origens e alterações ao longo do tempo.

Um exemplo de uma obra que sofreu grandes alterações e descontextualizações ao longo do seu percurso é o Tríptico da Paixão de Cristo, de Quentin Metsys (1466–1530), MNMC2518; MNMC2519; MNMC11267, que integra a exposição permanente do Museu Nacional de Machado de Castro (MNMC), em Coimbra (figura 1). A sua narrativa iconográfica, permite perceber a sua mensagem e temas originais; a análise da sua narrativa histórica, define o seu percurso; assim, é possível compreender as alterações que sofreu ao longo dos anos, como a sua leitura e narrativa foram alteradas até ao atual, e qual será a melhor opção museográfica [Figura 1]

## O Tríptico da Paixão de Cristo Narrativa Iconográfica

A temática da Paixão de Cristo é muito comum na arte ocidental, principalmente na pintura do século XVI ao XVIII. Consiste na representação de cenas das últimas horas que antecederam o julgamento e condenação de Cristo e é descrita pelos quatro



Figura 2  
A Flagelação  
(2018, ©Inês Costa)



Figura 3  
Ecce Homo  
(2018, ©Inês Costa)

evangelistas: Mateus (27: 11–25), Marcos (15: 1–15), Lucas (23:1–25) e João (18: 28–39), no Novo Testamento. Neste tríptico, estão representadas três cenas diferentes: a *Flagelação* [Figura 2], o *Ecce Homo* [Figura 3] e, com grande probabilidade, o *Calvário*.

Na *Flagelação*, cena representada no painel lateral esquerdo, é retratado o momento em que os romanos torturam Jesus Cristo, fora da praça pública, a mando de Pôncio Pilatos. Como em muitas representações desta cena, existem três tipos de figurantes: Cristo, os algozes e os espectadores. Neste último grupo, ao fundo e entre os restantes observadores, encontra-se Pilatos, apenas identificável pelas suas correntes de ouro e o casaco de pelo de arminho. Em primeiro plano, Cristo. Centrado, envergando apenas um *perisonium* branco, de compleição física débil, com ossos visíveis, cabeça caída e ar resignado, com os braços atados atrás da coluna. Os três algozes que O torturam, têm feições grotescas. São típicas do estilo de Metsys, que pretende demonstrar as emoções e intenções das figuras através das expressões e gestos. No caso das intenções menos nobres, através da fealdade. Também os observadores apresentam deformações fisionómicas. As suas vestimentas assemelham-se às dos mercenários seus contemporâneos, representados na arte coeva do pintor. O contraste entre a representação sagrada de Cristo e o grotesco dos algozes, cria uma tensão dramática na representação, dando ênfase à emoção da cena.

O *Ecce Homo* regista o momento em que Cristo é apresentado por Pilatos a uma multidão hostil, após a flagelação. Ambos ocupam a metade superior da composição e Cristo, com as mãos atadas com uma corda que lhe dá a volta ao pescoço, ostenta, aqui, um manto azul-escuro que cai sobre os ombros e a coroa e espinhos. À sua direita, o governador Pôncio Pilatos apresenta-O à multidão, segurando-O pela capa, enquanto enverga novamente o manto de pelo de arminho, símbolo da realeza, sobrepujado por uma rica corrente de ouro. Por trás, dois soldados romanos ostentam o láparo e vigiam o condenado. Na metade inferior da composição, marcada pela varanda do palácio, é possível ver a multidão enfurecida, apelando à crucificação de Cristo, sentimento demonstrado novamente através das fisionomias e poses das figuras. Metsys decidiu atribuir alguns elementos seus contemporâneos para além das vestes das personagens, como é possível ver no fundo desta cena, em que pintou a torre do campanário da catedral de Antuérpia, que à época se encontrava ainda em projeto.

O tratamento das figuras em ambos os painéis, revela a influência italiana do autor, uma vez que as faces estão deformadas e as expressões exageradas, lembrando os grotescos de Leonardo e a conceção de “Homem Caído”. O posicionamento das personagens e as suas dimensões, dão ao observador a sensação de que faz parte da obra e está a experienciar os acontecimentos.

O que resta do painel central, o *Calvário*, resume-se ao busto da Virgem [Figura 4], rosto virado a três quartos, olhos semicerrados,



Figura 4  
Virgem  
(2018, ©Inês Costa)



Figura 5  
Ex-voto (verso Virgem)  
(2018, ©Inês Costa)

com algumas lágrimas a cair, um ar sereno, mas triste. Enverga um manto azul-escuro com a orla decorada a dourado com pequenos elementos vegetalistas. No verso, existe uma pequena inscrição, de quando foi convertido em ex-voto, provavelmente do século XVIII, da qual atualmente se consegue identificar o seguinte texto: “ESTA OB A MAN DOU FAZER A SNR D. M<sup>a</sup> PRVZA ASU OUSASEM LIVRADO IRS. D A MO RTE DE A.” [Figura 5].

No verso, o conjunto dos dois painéis laterais forma, em grisalha, a cena da Anunciação [Figura 6], com o painel da *Flagelação* representando o *Arcanjo Gabriel* [Figura 7], e o painel do *Ecce Homo* a *Virgem* [Figura 8].

A Virgem da grisalha está representada de pé, frontal, com as mãos unidas à altura do peito. Os cabelos são longos e ondulados, caindo sobre o manto que lhe cobre os ombros, e enverga uma túnica comprida simples. A sua expressão é serena, percebendo-se pelo desenho da figura uma contenção implícita de emoções. No lado direito encontra-se um atril, com uma coluna trabalhada em espiral, apoiada sobre base em tripé. O atril tem uma forma de pirâmide triangular, com um livro pousado sobre ele. No topo da composição, é possível ver um arco ogival no fundo, a enquadrar a figura.

O Arcanjo Gabriel da grisalha do outro painel surge representado com uma túnica que lhe cobre o corpo todo, deixando apenas expostos os pés, mãos e cara. Uma das suas asas, atributo de um mensageiro celeste, está incompleta em cima, o sugere que o painel terá sido cortado. O seu rosto é andrógono e os cabelos encaracolados. Tem a mão esquerda erguida, num gesto que indica que está a anunciar a mensagem de Deus, e a direita segura um cetro com uma cruz forma de flor de lis no topo.

## Narrativa Histórica e Alterações

No início do século XVI, Portugal vivia uma época próspera devido à expansão marítima e ao comércio dos produtos oriundos do Oriente. Um dos pontos de ligação entre Portugal e a Europa era a feitoria de Antuérpia, na Flandres, capital da pintura flamenga.

Este tríptico foi elaborado, entre 1514 e 1517, pelo pintor flamengo da Escola de Antuérpia, Quentin Metsys (Figueiredo, 1931). A sua encomenda foi incumbida a Silvestre Nunes, pelo rei D. Manuel I, para oferecer à Abadessa e freiras do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra, com o intuito de ser colocado na sala do capítulo daquele cenóbio (A.N.N.T, 1517). Como se sabe que Silvestre Nunes ocupou o cargo de feitor da coroa portuguesa na Flandres em 1514, e o Alvará presente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (1517), comprova a receção do tríptico por Álvaro Gil, representante da Abadessa de Santa Clara, em 1517, conclui-se que a obra foi executada nesse período de tempo.

Figura 6  
Tríptico da Paixão de Cristo no Museu Nacional Machado de Castro (verso) - grisalhas (2018, ©Inês Costa)



Após a sua receção, o retábulo foi colocado na parede nascente da sala do capítulo do Mosteiro de Santa Clara, em setembro de 1517 (Macedo, 2006). Em 1677, depois de inúmeras inundações provocadas pelas cheias anuais do rio Mondego, as clarissas transferiram-se para o que ficaria conhecido como o Convento de Santa-Clara-a-Nova, levando todo o acervo para a nova localização. Sabe-se que os dois painéis laterais do tríptico, o *Ecce Homo/Virgem da Anunciação* e *Flagelação/Arcanjo Gabriel*, foram separados e colocados no coro-alto do novo convento (A.M.N.M.C., 2003a). Também terão sido amputados, ou para se adequarem melhor ao novo espaço, ou para salvaguardar a madeira que sobrevivera a várias inundações (Reis Santos, 1953). Na composição verifica-se uma interrupção óbvia dos elementos arquitetónicos; na grisalha é possível observar vestígios da pintura de um arco ogival, que é mais prolongado no painel da *Virgem da Anunciação* do que no do *Arcanjo Gabriel*, pelo que estes elementos estariam completos no original. Neste último, existe ainda um pedestal que não existe na *Virgem da Anunciação*. Também na parte frontal dos painéis, existem diversos elementos arquitetónicos que são abruptamente interrompidos, pelo que o autor não os teria executado assim. Os painéis terão sido aparados em diferentes zonas, e as suas medidas depois aproximadas (Taquenho, 2013).

Sobre o painel central do tríptico, que representaria a cena do Calvário, parte da Paixão de Cristo, do qual apenas resta o busto da Virgem, pouco se sabe sobre o que aconteceu, nem a sua localização exata em Santa Clara-a-Nova. No entanto, por volta do século XVIII, após ter sido cortada, muito provavelmente para o aproveitamento da madeira que sobrevivera às sucessivas cheias do Mondego, terá sido transformado num *ex-voto*, visível pelo texto inciso no verso, que dá graças à Virgem por ter livrado da morte a priora Maria (A.N.M.C., 2013). Neste painel é possível ver que



Figura 7  
Arcanjo Gabriel (grisalha) (2018, ©Inês Costa)



Figura 8  
Virgem da Anunciação (grisalha) (2018, ©Inês Costa)

a sua zona direita é o aproveitamento de outra parte do mesmo, onde se encontraria o bordo do mando, e que foi colocado aí para conferir a forma oval.

Os painéis e o *ex-voto* terão permanecido no Convento até 1896, quando morreu a última clarissa, após a lei de extinção das ordens religiosas, em 1834. Todo o mobiliário religioso do Convento de Santa Clara foi incorporado no Tesouro da Sé que, em 1911, após a morte do bispo D. Manuel de Bastos Pina, foi transferido por António Augusto Gonçalves para o recém-fundado Museu Machado de Castro. Os dois painéis fariam parte da exposição permanente desde a abertura ao público, a 11 de outubro de 1913, embora fossem erradamente atribuídos ao pintor flamengo Gerard David (Gonçalves, 1916).

Cinco anos após a fundação do museu, entre 1916 e 1917, o *Ecce Homo/Virgem da Anunciação e Flagelação/Arcanjo Gabriel*, deram entrada na Oficina de Beneficiação de Pintura Antiga, no Museu de Arte Antiga, em Lisboa, para uma intervenção de limpeza e restauro pelo conservador Luciano Freire (A.N.T.T.), que revelou a camada cromática original, após a remoção de repintes. Em sequência, José Figueiredo depois de uma análise cuidada, fez uma revisão da sua autoria, atribuindo-o a Quentin Metsys (Figueiredo, 1931), uma hipótese que viria a ser apoiada por Hulin de Loo.

José Figueiredo, em 1931, apresentava a teoria de que o fragmento oval, presente no Museu Machado de Castro, também proveniente do Tesouro da Sé e do Convento de Santa-Clara-a-Nova, poderia fazer parte do painel central do tríptico, uma vez que tinha a mesma origem que os dois outros painéis, mas também porque a representação da *Virgem Dolorosa*, era semelhante a outras figuras da Virgem executadas por Metsys, e porque a temática se enquadrava no motivo do resto do tríptico.

Desde os anos 60, os três elementos do Tríptico têm feito parte da exposição permanente do Museu Nacional de Machado de Castro e, devido à sua importância no panorama da pintura primitiva europeia, a sua classificação com Bem de Interesse Nacional (BIN - Dec. 19/2006, de 18 de julho) e para melhor preservação, raramente são cedidos para exposições. Apesar disto, os painéis laterais já figuraram em exposições de caráter relevante para a sua história e contextualização, como *“Flandres, Espagne, Portugal: du XVe au XVIIe siècle”*, em 1934 (Musée des Beaux-Arts de Bordeaux, 2018), *“Henri Le Navigateur”* em 1960 (Goamaere, 1960), *“Feitorias: L’art au Portugal au temps des Grandes Découvertes”* em 1991 (Goulão, 1991;1992), *“Racismo e Cidades em 2017”*, e mais recentemente *“Call for Justice”*, em 2018 (Mareel, 2018).

## Musealização

Com o estudo da obra, foi possível compreender qual o significado do conjunto retabular e as alterações que sofreu ao longo de vários séculos de história. Contudo, devido à acentuada perda de material que sofreu (o painel central, quase por completo) e por se tratar de pintura executada nas duas faces dos painéis (frente e verso), esta obra tem sido um desafio de museografia para a equipa do Museu Nacional de Machado de Castro. Até ao início dos anos 90, esteve exposto pendurado numa parede, tapando por completo as grisalhas e, portanto, impedindo o público de as visualizar. Em 1999, no âmbito da exposição “Reencontro com o Museu”, foram colocadas em estruturas metálicas, que permitiram visualizar ambos os lados dos painéis, enquanto a oval se encontrava exposta separadamente. Estas estruturas serviram de modelo para as que se encontram atualmente no Museu, em que os visitantes podem ver a totalidade da obra, que está fixa numa estrutura metálica, no centro da galeria de Arte do Norte da Europa, privilegiando a sua preservação, uma vez que já não é necessário ser movida para ser observada (Museu Nacional Machado de Castro.2014).

Devido à perda da quase totalidade do painel central e à descontextualização devida à deslocação do seu espaço de origem, impôs-se um grande desafio na sua exposição de modo a permitir a sua leitura, uma vez que os volantes inicialmente se fechavam sobre o painel central, de modo a formar uma narrativa, a Anunciação, em que o Arcanjo Gabriel anuncia a Maria que ela é a escolhida para Mãe do filho de Deus. Não existindo este painel na sua dimensão original, optou-se pela exposição dos painéis laterais fora de ordem, ou seja, primeiro a *Flagelação* e só depois o *Ecce Homo*, para permitir a leitura da cena do verso, uma vez que estas duas representações conseguem ser lidas individualmente, o que não acontece nas grisalhas.

## Circulação para a Exposição “Call for Justice”

Em 2018, foi solicitada ao Museu Nacional de Machado de Castro a cedência temporária de um dos painéis do tríptico, o *Ecce Homo*, para figurar na exposição *Call for Justice*, no Museu Hof van Buleyden, que reuniu várias pinturas de autores flamengos dos meados do século XV aos meados do século XVII, evidenciando a maneira como a justiça era representada nas suas pinturas, no contexto do seu panorama cultural, judicial e histórico (Mareel, 2018).

A temática da apresentação de Cristo por Pôncio Pilatos é considerada uma das maiores injustiças da história, pelo que o *Ecce Homo* se enquadrava perfeitamente na exposição, sendo por

isso cedido, apesar de ser um Bem de Interesse Nacional. No século XVI, a injustiça de Cristo na iconografia da arte era uma representação dos que eram condenados injustamente, enquanto os judeus e os soldados romanos cometiam essas atrocidades, ou não as impediam.

Esta exposição marcou ainda o regresso da pintura ao seu local de origem, a Flandres, inserido num contexto diferente daquele em que normalmente está inserido – contexto judicial ao invés de sacro.

## Considerações Finais

Este tríptico teve um percurso bastante conturbado desde a sua encomenda e execução em Antuérpia, até ao local onde se encontra hoje, o Museu Nacional de Machado de Castro. Ao longo dos anos sofreu várias alterações, quer por processos de deterioração quer para sua adaptação aos diferentes espaços onde esteve exposto. Isto alterou profundamente a obra, dificultando por vezes a sua leitura. Só através do estudo da sua história, dos seus materiais, iconografia e mensagem original foi possível compreender como esta seria originalmente, como deveria ser lida, e prevenir para salvaguardar com conhecimento e consciência esta obra maior da pintura europeia, impedindo inclusive futuras transformações que levem à perda do seu significado e importância.

**Bibliografia**

**Monografias**

- Goamaere, Pierre. (1960). *Henri le Navigateur*. Antuérpia. Les Amis du Portugal, A.S.B.L.
- Goulão, Ana. (1991). “Quentin Metsys” in *Feitorias – L’art au Portugal au temps des Grandes Découvertes (fin XVIe siècle jusqu’à 1548)*. (pp. 72–74). Antuérpia.
- Goulão, Ana. (1992). “Quentin Metsys” in *No tempo das Feitorias: A Arte Portuguesa na Época dos Descobrimientos*. (pp. 142–143). Lisboa. Museu Nacional de Arte Antiga.
- Figueiredo, José de. (1931). Metsys e Portugal. In Loo, Hulin *Mélanges*. (pp. 161–181). Bruxelles et Paris, Librairie Nationale d’Art et d’Histoire.
- Gonçalves, António Augusto. (1916) *Museu Machado Castro – Notas*. Coimbra.
- Macedo, Francisco Pato de. (2006). *Santa Clara-a-Velha de Coimbra: Singular Mosteiro Mendicante*. Tese de doutoramento em História de Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- Mareel, Samuel (Ed). (2018) *Call for Justice: Art and Law in the Low Countries (1450–1650)*. Hannibal Publishing, (pp. 140–143). Novo Testamento. Livraria Apostolado da Imprensa e Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, Braga.
- Musée des Beaux-Arts de Bordeaux. *Expositions de 1834 à aujourd’hui: Flandres, Espagne, Portugal*. Recuperado a 12 de janeiro de 2018. Disponível em: <http://www.musba-bordeaux.fr/article/flandres-espagne-portugal>
- Museu Nacional Machado de Castro. (1984). *Arte Flamenga – Catálogo Guia*. (pp. 31–35). Coimbra. Museu Nacional Machado Castro.
- Museu Nacional Machado de Castro. (2014). *Coleções em Exposição Permanente – Apontamentos*. (p. 42). Coimbra. Museu Nacional Machado de Castro.
- Reis Santos, Luís. (1953). *Obras-primas da Pintura Flamenga dos séculos XVI e XVI em Portugal*. (pp. 83–88). Lisboa.
- Taquenho, Maria das Mercês de Carvalho Daun e Lorena. (2013). *Pintura flamenga em Portugal: Os Retábulos de Metsys, Morrison e Ancede; Estudo Técnico e Material*. Tese de doutoramento em História de Arte, Instituto de Investigação e Formação Avançada da Universidade de Évora, Évora.

**Legislação**

- Decreto n.º 19/2006 in Diário da República n.º 137/2006, Série I de 2006–07–18.

**Fontes Documentais**

- Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T), *Alvará para se dar à Abadessa de Santa Clara De Coimbra um Retábulo, para se colocar na Casa Do Capítulo*, (Cota: Corpo Cronológico, Parte I, Maço. 22, n.º 82). 1517.
- A.N.T.T. *Correspondência com António Augusto Gonçalves*. Lisboa. (Cota: Museu Nacional de Arte Antiga, António José de Figueiredo, Documentação Colecionada, Conservadores de Museu, Luciano Freire, Correspondência, Correspondência com António Augusto Gonçalves; PT/MNAA/AJF/Cx10/P13).
- Arquivo Museu Nacional Machado de Castro (A.M.N.M.C.), *Ficha de Inventário P-37C/P-37D*, Coimbra, 2013.
- (A.M.N.M.C.), *Ficha de Inventário P-37*, Coimbra, 2013.

# Educação dos príncipes (sécs. XIV-XV): os tratados, a produção literária e a dinastia de Avis

## Resumo

Pretende-se fazer um ponto de situação sobre o estudo da educação dos príncipes (sécs. XIV-XV) em Portugal e colocar em relevo alguns aspectos relacionados com essa temática e a dinastia de Avis. Assim, as linhas gerais da comunicação são as que se seguem.

A educação dos príncipes interliga-se aos *Specula principum*, género literário noticiado desde a Antiguidade Clássica, que se debruça sobre o ideal do governante, as suas responsabilidades e deveres, a sua formação e educação. Os séculos XIV e XV foram marcados por essa produção a nível europeu. Portugal sofreria uma transformação cultural através da produção de diversos géneros literários, do seu consumo no seio da aristocracia e de influências culturais europeias.

A produção literária e o protagonismo cultural afirmariam a dinastia de Avis surgida no meio de uma conjuntura difícil de vivenciar. Igualmente se evidencia, entre os seus membros, o espólio literário guardado na sua biblioteca e a educação transmitida pela figura da mãe. Assim, a “literatura didáctica” da autoria dos príncipes de Avis centra-se nas armas e nas letras.

Os *Specula principum* tiveram um papel fundamental na construção das obras dos príncipes de Avis, podendo destacar-se a obra de Álvaro Pais, *Speculum Regum* (1341-44), primeiro tratado português sobre a educação dos príncipes.

Para além destes aspectos salientados, pretende-se referir alguns elementos ligados às obras dos príncipes de Avis: *Livro da Montaria* (caça); *Livro de Enseñança de Bem Cavalgar Toda Sela* (perigo e autoridade pessoal); *Leal Conselheiro* (ética e orientação da educação e conduta de um nobre); *Virtuosa Bemfeitoria* (ligação entre dirigente/comunidade e outorga de benefícios).

Palavras-chave: educação; príncipes; dinastia de Avis; tratados; produção literária.

## Abstract

It is intended to make a point of the situation about the study of princes education (14th-15th centuries) in Portugal and underline some aspects connected to this thematic and the dynasty of Avis. Thus, the main lines of this communication are the following.

The education of princes is connected to the *Specula principum*, literary genre reported since the Classic Antiquity, what treats about the ideal of the ruler, his responsibilities and duties, his formation and education. The 14th and 15th centuries were marked by this production at European level. Portugal would suffer a cultural transformation through the production of many literary genres, its consumption within the aristocracy and the European cultural influences.

The literary production and the cultural protagonism would affirm the dynasty of Avis emerged in a conjuncture difficult to experience. Also, it is evident, among its members, the literary estate kept in the library and the education transmitted by the mother figure. So, the “didactic literary” authored by the princes of Avis focuses on weapons and letters.

The *Specula principum* had an important role in the construction of the works of the princes of Avis, can stand out the work of Álvaro Pais, *Speculum Regum* (1341-44), first Portuguese treaty about the education of princes.

Beyond these aspects, it's intended to report some elements connected to the works of the princes of Avis: *Livro da Montaria* (hunting); *Livro de Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela* (danger and personal authority); *Leal Conselheiro* (ethics and guidance of the education and conduct of a noble); *Virtuosa Bemfeitoria* (link between leader / community and grant of benefits).

Keywords: education; princes; dynasty of Avis; treaties; literary production.

## 1. Estudar a educação dos príncipes nos séculos XIV-XV: introdução

A educação dos príncipes nos séculos XIV-XV é habitualmente mencionada em diferentes perspectivas como: a relação entre educação e legitimação do poder vista como necessidade de afirmação do futuro dirigente; a instrução dos príncipes baseada em modelos antigos (exemplo do humanismo italiano do séc. XV); os alicerces da formação do príncipe até chegar ao trono – visto como “espelho” ou “exemplo” das virtudes na Baixa Idade Média; as “encomendas” literárias, sobre a educação de príncipes, pelo poder real, em vista o fortalecimento do poder régio que necessita “aprendizagem e ciência”; a necessidade de orientar a educação do príncipe e circunscrever os assuntos de grande importância a tratar; a educação religiosa, moral, intelectual, a prática de uma actividade física e o uso de armas, e a aprendizagem de como governar bem – atingindo a *realiza ideal* (Buescu, 1997-98, p. 348; Buescu, 1996, pp. 41-42; Monteiro, 1987, pp. 10-12).

Ao evidenciar estes aspectos, é possível recriar a forma como incidiu a educação dos príncipes, no seio da dinastia de Avis, a fim de esclarecer melhor os fundamentos do discurso elaborado nas obras dos príncipes de Avis, estes que se apoiam nos tratados de educação, sempre em busca da perfeição do homem. Com efeito, é de salientar a ligação existente entre o género dos *Specula principum* e as obras escritas pelos príncipes de Avis que propõem uma “instrução” aos grandes senhores e futuros monarcas, não esquecendo o contexto sócio-político de uma época com mudanças assente em privilégios dados ao povo e na promoção da nobreza, vindo de uma ideologia baseada na autoridade de estado, de “unidade” e de “ordem”, oriunda de Aristóteles, S. Tomás de Aquino e Frei Gil de Roma (Soares, 1993, pp. 289-314).

Já em 1996 Ana Isabel Buescu denotava um certo desinteresse, por parte dos historiadores, relativamente ao género dos espelhos de príncipes e ao seu aspecto normativo. Com efeito, “o seu carácter muitas vezes convencional, estereotipado e repetitivo conduziu a que fossem globalmente considerados como textos sem relação com a vida política concreta” (pp. 30-31).

Os estudos realizados no âmbito da educação dos príncipes são bastante variados. Sucintamente, um dos trabalhos que mereceu mais atenção foi a tese de doutoramento de Nair de Castro Soares (1989) publicada em 1994, na qual houve preocupação em recolher os numerosos tratados europeus e ver em que movimento e autores se fundamentaram, de forma cronológica desde a Antiguidade Clássica até a época renascentista. Relativamente ao trabalho dirigido por Ran Halévi (2002), apresenta-o como uma recolha de artigos sobre a educação de príncipes tratada em diferentes perspectivas: na política e Bíblia; em plena Idade Média; na

filosofia; em casos específicos de educação de príncipes e reis em França. Podemos destacar, ainda, os diversos trabalhos de Ana Isabel Buescu (2010; 1997-8; 1996), nomeadamente, sobre os modelos, práticas e representações da educação do príncipe (séc. XVI), os livros e livrarias de reis e de príncipes (sécs. XV e XVI) e a cultura alimentar (séc. XVI).

Por outro lado, podemos salientar um estudo que se fundamenta nas obras dos príncipes de Avis: o de João Gouveia Monteiro (1987) que trata da literatura de corte dos séculos XIV-XV. Outros estudos permitem perceber a dimensão não só política como também cultural existente entre os vários indivíduos da dinastia de Avis (Calafate, 1999, pp. 411-444; Fonseca, 1993, pp. 227-263; Gama, 1999, pp. 379-411; Gomes, 1985, pp. 267-292; Nascimento, 1993, pp. 265-287; Pereira, 1981, pp. 313-355).

## 2. *Specula principum* ou Tratados de educação dos príncipes: conceito geral e origem

Partindo da necessidade de educar os príncipes, através da literatura, os *espelhos de príncipes* dirigem-se a um líder com poder político-militar (imperador, rei, príncipe, possuidor de poder senhorial). O seu discurso, além de louvar o destinatário da obra, “debruça-se sobre o ideal do governante, suas responsabilidades e deveres, sobre o bom governo e a melhor forma de constituição, os conselheiros e familiares do príncipe, as normas de uma boa administração, a formação e educação do príncipe, exemplo vivo de uma comunidade” (Soares, 1989, p. 4). Além de a exposição do texto ter alguma natureza pedagógica perceptível através da enumeração de regras de conduta e comportamentos imprescindíveis na instrução do rei ou futuro príncipe, apresenta, igualmente, uma índole política, filosófica, jurídica que serve para apresentar a figura do dirigente bem como o seu papel e como deve exercer o seu poder (Buescu, 1996, pp. 30-31).

Este género literário, importante na definição da literatura da corte de Avis, difundir-se-ia numa época bastante alargada através de ideologias ou doutrinas conforme as épocas (Soares, 1989, 5-61). Segundo Nair de Castro Soares, a “mais antiga fonte de inspiração do género” proviria da Antiguidade Clássica (séc. VIII a.C.), através dos *Poemas Homéricos*. Estes seriam utilizados na educação dos povos convertidos ao Cristianismo, fontes da mitologia assemelhada a histórias da Bíblia através de alegorias, comparando a figura do rei com heróis da mitologia (Soares, 1989, pp. 5-6).

Na época helenística (cerca séc. IV a.C.), o conceito tinha como ideia principal o engrandecimento da figura do dirigente

e da monarquia (Isócrates, Xenofonte, Aristóteles) tendo como fundamento as virtudes como a temperança e a justiça vistas em Platão e qualidades como a ciência e a filantropia (neopitagorismo), e os princípios racionais tal como em Cícero. A base da ideologia imperial romana seria similar, prolongando-se ainda durante a Idade Média. Destacamos autores como Eusébio de Cesareia, Séneca, Plínio-o-Velho, Plínio-o-Moço Tácito, Plutarco, Cícero e salientamos Vegécio Renato que teria tido relevo no Portugal medievo através da obra de Frei Gil de Roma (*De regimine principum*) presente na literatura dos príncipes de Avis (Soares, 1989, pp. 6-19).

Na era bizantina, marcada pela conversão de Constantino no Cristianismo (c. 312), a teoria política basear-se-ia na Sagrada Escritura em torno da educação cristã. O príncipe cristão era a “imagem de Deus e seu representante na terra” com os seus deveres, a sua função e as suas virtudes, ideias patentes até a época moderna (Santo Agostinho, S. Martinho de Braga, Gregório Magno e Isidoro de Sevilha). A cultura estava relacionada com a formação física e espiritual do homem numa época marcada pelo desmembramento do Império romano e as invasões germânicas (Buescu, 1996, pp. 32, 266; Soares, 1989, pp. 21-39).

O género dos espelhos de príncipes estaria continuamente presente na literatura a partir dos sécs. VIII-X através de ideias como a instrução do Imperador, da sua família e da corte, a pedagogia da época e a cultura que tem de possuir o governante (Alcuíno) ou ainda o estabelecimento de três “deveres do príncipe”, ou seja, “como indivíduo, como chefe de família e como governante” (Sedúlio de Liège). As obras de Smaragdo de Verdun, Jonas de Orleães, Hincmar de Reims definiam-se como sendo espelhos ou normas, juntando a ética, a política e a religião (Buescu, 1996, pp. 32-33; Lett, 1999, pp. 85-89; Soares, 1989, pp. 39-43).

Nos séculos IX-XII, esta literatura, aparentemente menos visível, fundamentar-se-ia em textos de Cícero, Séneca, S. Martinho de Braga e João de Salisbúria. Nos séculos XII-XIII, aparecem S. Bernardo, Pierre de Blois, Giraldo Cambrense, Lourenço de Orleães, João de Viterbo, entre muitos outros, compreendendo alguns que tiveram ligação com a corte francesa (Buescu, 1996, pp. 34-38; Soares, 1989, pp. 44-50).

Mais particularmente na Península Ibérica (séc. XIII), denotamos a presença desta literatura: *Flores de derecho* para a instrução de Afonso X; o *Tratado de la nobleza y lealtad, compuesto por doce sabios, por mandado del rey Fernando el Sabio* considerado como um dos primeiros tratados de educação dos príncipes integrado na literatura espanhola; *Las siete partidas* de Afonso X, obra de relevo em Portugal; *Historia del caballero de Dios, que había por nombre Cifar, e qual por sus virtuosas obras e hazañas cosas, fue Rey de Menton*. Mas igualmente: *De regno* ou *De regimine principum ad regem Cypri* (S. Tomás de Aquino) que se baseia na patrística de Santo Agostinho, nos princípios e postulados do direito romano de Cícero e nos



elementos racionais e especulativos de Aristóteles; *De regimine principum* (Frei Gil de Roma) dedicada ao herdeiro Filipe o Belo (c. 1280) rico em aspectos morais e políticos e em torno da doutrina de S. Tomás (Buescu, 1996, p. 37; Soares, 1989, pp. 50-61).

### 3. A difusão dos tratados de educação: a sua produção na Europa, as influências culturais em Portugal e a produção portuguesa

Constatamos que a produção da literatura dos espelhos de príncipe esteve presente, nos séculos XIV e XV, na Europa. Este facto seria uma consequência de crises entre o espiritual e o temporal (Soares, 1989, pp. 67-68). Desta forma, encontramos autores hispânicos como Jaime de Cesulis de Barcelona que define, na sua obra traduzida em várias línguas, a ordem moral e política usando as regras do jogo de xadrez. Segue-se Juan Gil Samora que se inspirou em Aristóteles e Juan Garcís de Castrojeriz que faz uma tradução para castelhano do *De regimine principum* de Frei Gil de Roma e tantos outros: Pedro de Aragón, D. Juan Manuel, Pedro López de Ayala, Francisco Eiximuenis. Devemos frisar que o século XIV foi igualmente marcado pela chamada “produção política de intervenção”, género ligado aos espelhos, que contesta a sobreposição do poder da Igreja sobre o poder régio (Soares, 1989, pp. 63-68, 80-84).

Enquanto que nos Países Baixos podemos dar o exemplo de Filipe Leyden que, no seu tratado, realça a teoria do estado e o princípio da soberania, na Inglaterra – embora segundo Nair de Castro Soares, seja difícil identificar e caracterizar devidamente os géneros da literatura didáctico-política – podemos referir alguns autores que escreveram tratados: o arcebispo Simon Islip, John Wyclif, George Ashbys, Hoccleve, Jame Yonge, John Gower, as traduções de Shirley e Caxton (Soares, 1989, pp. 69-70).

No caso da Alemanha, para além das obras de poesia didáctica pura que contêm virtudes cavaleirescas, a ideia de imagem do príncipe surgiria através da poesia épica com os autores Hartman von Aue e Wolfram von Eschenbach. Ademais, existem várias traduções do tratado de Frei Gil de Roma bem como “obras de carácter persuasivo”, para dirigentes de cidades (Morsel, 1993, pp. 309-331; Soares, 1989, pp. 70).

Por sua vez, em França, é notória a existência de escritos tipo “sermões, discursos, arengas de clérigos, professores universitários ou colaboradores do rei” bem como as influências provenientes de autores tais como Aristóteles, Frei Gil de Roma e Vegécio. Também, o conteúdo ligado às artes, às letras e à ciência política de algumas

bibliotecas de dirigentes manifestam um certo valor cultural. É o caso do rei Charles V que tinha na sua biblioteca *Le songe du verger* (tratado político) mas igualmente muitos *mirroirs du prince* traduzidos em francês. Raoul de Presles e o seu mestre Nicole Oresme seriam as suas fontes de inspiração no domínio da política e economia. Salientemos outros autores: Robert de Gervais, Philippe de Mézières, Jacques Legrand, Christine de Pisan, Pierre Salmon, Nicolas de Clémangis (Soares, 1989, pp. 71-74).

Por outro lado, observamos uma transformação cultural ocorrida em Portugal, através da produção de diversos géneros literários – caso dos *Specula principum* – bem como das influências culturais vindas de vários locais. Estes aspectos estariam estreitamente ligados ao consumo de diversos géneros literários na aristocracia, entre meados dos séculos XIV-XV, modulando, certamente, tanto a visão dos monarcas como a sua própria educação.

Assim, paralelamente à redução da poesia lírica, a produção novelística teria entrado em Portugal entre 1250-1300 (existem contestações acerca da sua datação e identidade), muito similar à narração arturiana, romances de cavalaria de inspiração da lenda do rei Artur e dos cavaleiros da mesa redonda (origem anglo-saxónica), preservando-se escritos em português – os romances *Livros de José Arimateia* e *Demanda do Santo Graal*, e os fragmentos *Tristan e Merlin*. Outro género, a chamada “literatura histórica” seria marcada principalmente pelo *Livro das linhagens* e pela *Crónica Geral de Espanha de 1344* redigidos pelo Conde D. Pedro de Barcelos, filho bastardo de D. Dinis. Mas igualmente, podemos destacar a “historiografia senhorial” com a *Crónica do Condestabre* (anónimo) e a *Crónica do Infante D. Fernando* (Frei João Álvares) e, nomeadamente, as crónicas de Fernão Lopes – a *Crónica de 1419* e as régias sobre a dinastia de Borgonha e sobre D. João I, legitimando a nova dinastia. Por sua vez, tendo alguma inspiração na literatura dos príncipes de Avis, a literatura técnica apresentaria a arte dos ofícios tal como o *Livro d’Alveitaria* (talvez de Mestre Giraldo), o *Livro da Falcoaria* (Pero Menino) e o *Livro de Cetraria e esperiencias de alguns caçadores* (séc. XV-XVI) (Monteiro, 1987, pp. 7-10; Soares, 1989 p. 84).

No que toca às influências externas que Portugal recebeu, para além de Castela, podemos referir a francesa, através da literatura novelística e dos espelhos de príncipes, mas igualmente, as próprias relações políticas entre a Casa de Borgonha e a dinastia de Avis possibilitariam a difusão de alguns autores em Portugal como Machault, Deschamps, Christine de Pisan. Ademais, o casamento da duquesa Isabel de Portugal, filha de D. João I e de D. Filipa de Lencastre, com o duque de Borgonha permitiu difundir as relações de Portugal com as Flandres nomeadamente no comércio, nos costumes e hábitos trazidos de Portugal, e na promoção da pintura flamenga (Bizzari, 2012, pp. 163-181; Buescu, 1996, pp. 49-50; Monteiro, 1987, pp. 14, 16; Oliveira, 2010, pp. 427-428; Rincón, 2006, pp. 9-40, Soares, 1993, p. 294; Soares, 1989, pp. 74-81).

Relativamente à influência italiana, para além da troca existente no comércio desde o reinado de D. Dinis, podemos referir a troca cultural com Florença e a presença de letrados portugueses. É de notar que D. Pedro, da dinastia de Avis, teria estado na Itália onde conheceria não só personalidades de renome mas também alguma literatura de autores como Séneca, Cícero, Dante (Buescu, 1996, p. 48; Monteiro, 1987, p. 15; Soares, 1993, p. 296).

Quanto à influência inglesa, deveu-se à ideia de cavalaria difundida em Portugal e a D. Filipa de Lencastre, “veículo” da propagação dos costumes da sua terra natal baseados numa educação feita sob princípios como aprender a ser uma boa esposa e mãe, adquirir conhecimentos para realizar alguns ofícios próprios da mulher, conhecer as regras de comportamento, de vestuário, entre outros. Preocupada com a educação dos seus filhos D. Duarte e D. Pedro, estes teriam recebido algumas instruções através das virtudes cavaleirescas e conheceram alguns costumes ingleses bem como a obra de John Gower (Monteiro, 1987, p. 15; Oliveira, 2010, pp. 393-398, 409-412, 416, 422, 424).

Quanto à produção portuguesa, o *Speculum regum* escrito por Álvaro Pais, bispo de Silves (em 1333), seria considerado como primeiro tratado português sobre a educação dos príncipes, embora seja um autor que nasceu na Galiza, em Salnés por volta de 1275-80, tendo falecido em 1349. A sua obra, ignorada pelo público português e dedicada ao rei de Castela, Afonso XI, baseia-se em autores como S. Tomás e Frei Gil de Roma e ainda hoje se conserva um único manuscrito (Buescu, 1996, pp. 272).

É uma obra que contém duas partes: uma sobre os direitos e deveres da função de rei; outra acerca das quatro virtudes cardeais que um monarca deve possuir, isto é, a prudência, a justiça, a fortaleza e a temperança. Todas as ideias relacionam-se com o bom uso do poder, louvando as virtudes do homem e condenando os seus vícios (Buescu, 1996, pp. 46, 272; Calafate, 1999, pp. 47, 221-251; Pais, 1955, pp. VII, 323; Soares, 1989, p. 64).

#### 4. O “príncipe perfeito” e afirmação da monarquia (1): aspectos educativos para a caracterização do modelo de “príncipe perfeito” segundo as obras dos príncipes de Avis

Já o século XIV estava marcado por uma longa crise sentida através da peste, da fome, dos maus anos agrícolas e das sucessivas guerras com Castela. D. Fernando I (1367-1383) tentou inverter a situação agrícola através da *Lei das Sesmarias* (1375). Por outro lado, ocorria a não aceitação do casamento de D. Fernando I com Leonor Teles, por parte da nobreza, e a progressiva influência desta última e de sua família. Ademais, D. Fernando tinha que se confrontar não só com a perturbação que ocorrera no seio da Igreja, através do Cisma do Ocidente, mas também com o acordo estipulado no Tratado de Salvaterra em 1383. É de salientar a crescente consideração do Mestre de Avis, apoiado por homens-bons, mesteirais, nobres e pelo clero na defesa do reino ganhando notoriedade e tornando-se rei. Ele casou com D. Filipa de Lencastre e afirmaria a dinastia de Avis através de uns reconhecimentos recebidos por parte do Papa relacionados com a sua condição de bastardo bem como de “cavaleiro-monge da Ordem de Avis”. A isto, junta-se todo o movimento cultural que se impôs através do consumo da literatura estrangeira importada em Portugal nos sécs. XIV-XV, conseqüente da produção de uma literatura normativa no território, literatura esta transmitida, principalmente, através dos monarcas e príncipes, considerados “protagonistas e agentes da cultura portuguesa”. Com efeito, centrando-nos na dinastia de Avis, destacamos as suas obras que reflectem normas de aprendizagem com vista a instrução da nobreza baseada em alguns pensadores. De igual modo, está patente a acção cultural régia através das livrarias destes príncipes, para além das crónicas dedicadas aos mesmos indivíduos (Buescu, 2010, pp. 54, 57-58; Carvalho, 1992, pp. 69-73; Fonseca, 1993, p. 227; Ramos, Vasconcelos e Sousa, e Monteiro, 2010, pp. 129-131, 135-146).

Assim, o carácter da “literatura didáctica” da autoria dos príncipes de Avis teria a sua importância, dedicando-se a diversos campos, em torno das “armas e letras”. Não se pode deixar de referir o *De regimine Principum* (de Frei Gil de Roma), visto como “modelo decisivo” da literatura dos espelhos, presente nas obras dos príncipes de Avis, sublinhando que os textos utilizados na construção do discurso na literatura de Avis têm um objectivo idêntico: “todos eles denotam, de uma maneira ou outra, preocupação pela reflexão sobre a educação do homem e, particularmente, sobre a formação política dos governantes e a dimensão ética do poder” (Buescu, 1996, p. 50). Daí a construção

do seu discurso ser em torno do aperfeiçoamento do homem, ou mais particularmente do nobre, ser melhor fisicamente e espiritualmente. “Uma produção literária que nos apresenta, pela primeira vez entre nós, os laicos a escrever em vernáculo sobre a política, a moral e a arte de bem governar” (Monteiro, 1987, p. 22), estando essa “tradição” de escrita em língua vernacular presente desde o século XIII (Buescu, 1996, pp. 46-50).

Escrito entre 1415 e 1433, o prólogo do *Livro da Montaria* de D. João I faz uma reflexão acerca da importância da escrita, perpetuando a memória, “na fixação e transmissão de ‘saberes’”, ligado à criação das “letras, da escrita e do livro” (Buescu, 1996, pp. 46-47), aludindo à Bíblia, através de Deus e da criação do homem à imagem Dele. Dado o acordo pelos “bons” monteiros da corte na sua redacção, este tratado expõe como caçar o porco do monte, associado à prática do exercício físico. Assim, “Nele se respira o ambiente das coutadas e charnecas, os encantos do ar livre e o ‘prazer saboreado da caça’, e se reconhece uma verdadeira apologia do exercício físico, particularmente da ‘montaria’, considerada como ‘desporto ideal’” (Monteiro, 1987, p. 18). De facto, salienta-se a necessidade de o príncipe, na sua instrução, ter uma actividade de carácter lúdico e de entretenimento, “que complementa o ensino das letras, das ciências, da devoção e da aprendizagem do controlo de apetites de paixões” (Buescu, 1997-8, p. 365). Assim, está presente o jogo da péla e também o jogo de xadrez, sendo jogos de “batalha” e de “trabalho do entender” (Buescu, 1997-8, p. 366, 371). Para além de estarem visíveis questões práticas para aprender a caçar o porco, evidenciam-se outros aspectos fundamentais que ajudam a perceber de que forma é praticada a montaria. É o caso do “jogo de andar ao monte” sendo o melhor na questão das armas, relativamente a todos os outros. As questões em torno da imagem do monteiro são evidentes, nomeadamente o que era necessário saber para ser monteiro bem como alguns preceitos para ser bom monteiro. Baseado em algumas figuras como os reis, Santo Agostinho, Aristóteles, Moisés e outros, é um livro prático, apresentando um discurso principalmente ligado à observação de algumas situações e à experiência própria do ofício (Almeida, 1981, pp. 5-30, 32-54, 58-79, 80-97, 104-126, 160-168, 174-177, 181-183, 218-232; Buescu, 1996, p. 46).

Continuando, o *Livro da Ensinança de Bem Calvagar Toda Sela*, por D. Duarte, teria sido redigido entre 1412 e 1438, no entanto, ficou incompleto pela sua morte. Pelo suposto desejo do rei – “espelho e estímulo das *boas manhas* da arte de cavalaria..., do seu saber ler..., do aprender latim..., e de continuar tal educação *por bons livros de latim e de lingoagem de boos ensinamento per vida virtuosa*” (Almeida, 1981, p. 513) –, a obra pressupunha a arte de cavalaria e não a de calvagar. Considerar-se-ia como o “primeiro tratado de equitação da literatura europeia”, precoce relativamente ao aparecimento do ofício da equitação um século mais tarde. Obra de

carácter militar, técnico, social e moralizante em vista a mudança do homem, a sua ideia geral teria um propósito de “educação e formação das consciências”, orientado para a instrução da nobreza e em torno da reflexão sobre o perigo e a disciplina individual. Tal como, para adquirir essa “habilidade” ou “arte”, são necessárias três outras: “grande vontade, poder abastante, e muyto saber”, sendo que as duas primeiras se ganham naturalmente ou por dom de Deus. Estas mesmas destrezas destacam-se na divisão do seu texto: a primeira parte engloba a vontade no empenho em ser bom cavaleiro e as razões de o ser; a parte seguinte é dedicada ao domínio do poder, quer pela disposição do corpo (a saúde do corpo como condicionante da prática da cavalaria), quer pela fazenda (compra de boas bestas e a sua educação); a terceira parte está directamente ligada a vários princípios para ser bom cavaleiro (a segurança, a postura, entre outros). Tal como o *Livro da Montaria*, fundamenta-se na observância e na experiência pessoal, além de se apoiar, por exemplo, na obra de Vegécio (Almeida, 1981, pp. 447, 452-455; Buescu, 1996, p. 47; Monteiro, 1987, p. 19).

Por sua vez, o *Leal Conselheiro*, redigido entre 1437 e 1438, seria uma colecção de pequenos tratados e de apontamentos, integrando, na sua maioria, o *Livro dos Conselhos* de D. Duarte. De carácter moral e também baseado na experiência pessoal com lembranças, costumes e algum conhecimento escolar, a obra teria um propósito ético e de orientação na formação e no comportamento de um senhor nobre. De facto, D. Duarte refere o “público” a quem se dirige o seu escrito: “E tal tratado me parece que principalmente deve pertencer para homens da corte que alguma cousa saibham de semelhante sciencia, e desejem viver virtuosamente, por que aos outros bem penso que nom muyto lhes praza de o leer nem ouvir” (Almeida, 1981, p. 239). Em vista o “aperfeiçoamento do homem”, escreve acerca das virtudes, dos vícios, dos pecados, do “contentamento” e dos “sentidos”, talvez por isso, podendo ser considerado um livro de referência para o rei cristão. Assim, não só se baseia em vários autores como Séneca, Aristóteles, Cícero no campo dos valores políticos e morais como também redige páginas mais íntimas apontando recordações de família, a “Saudade”, a “experiência” do coração, o monarca querendo ser “espelho”. Além disso, refere algumas questões em voga na Europa (finais do século XIV) em torno da peste, da astrologia, da bruxaria, na tentativa de solucioná-las (Almeida, 1981, pp. 238, 240, 252-253, 336-341, 365-367, 406-409, 411-414; Buescu, 1996, pp. 48-50; Carvalho, 1992, pp.70-71; Monteiro, 1987, p. 20).

Quanto ao *Livro da Virtuosa Bemfeitoria*, “tratado de doutrina moral e política”, da autoria do infante D. Pedro, teria sido composto entre 1418 e 1425/33. Seria preciso anotar que, de facto, a obra teria nascido num momento de preparação da guerra com Castela. D. Pedro acabaria por interrompê-la para defender o reino, aconselhado por D. João I. Por sua vez, D. Duarte insistiria

na sua continuação, assim completada pelo confessor de D. Pedro. No entanto, a esse propósito, existiria algum problema na identificação de quem escrevera cada parte da obra, limitando possivelmente a sua total compreensão, embora, mesmo que D. Pedro não a tenha redigido na íntegra, é preciso ter em conta que provavelmente ele tenha transmitido os seus pensamentos na sua construção dando, assim, o seu contributo pessoal. Esta obra trata da teorização política passando pela parenética – tanto pela vertente de aconselhar como pela exposição de obras morais – e pela espiritualidade. Dividida em seis livros, está centrada no conceito de benefício, caracterizando a sua natureza, o seu sujeito e o seu objecto. Com efeito, a obra é particularmente dirigida à aristocracia, pela sua condição social de “dar ou distribuir benefícios” mas igualmente seria estreitamente ética e normalizadora, no sentido de manifestar um temperamento de responsabilidade dos que concedem os benefícios. Apesar do seu forte carácter pedagógico, há divergências de opiniões acerca da sua natureza enquanto tratado de educação de príncipes. Ademais, evidenciam-se, por exemplo, a Bíblia, Aristóteles, Cícero, João de Salisbúria, Séneca (Almeida, 1981, p. 530; Buescu, 1996, pp. 47–50; Calafate, 1999, pp. 411–443; Gomes, 1985, pp. 269, 279–283; Monteiro, 1987, pp. 20–21; Pereira, 1981, pp. 313–355; Soares, 1993, pp. 289–290, 298–300).

## 5. O “príncipe perfeito” e afirmação da monarquia (2): modelos e práticas – a “educação pelos livros”

A educação dos príncipes de Avis foi, de facto, um reflexo dos movimentos culturais da época, evidente em vários aspectos. Esta ligação às tendências literárias da época, daria lugar à sua acção cultural em Portugal, orientação muito presente, por exemplo, nas bibliotecas da dinastia de Avis.

Relativamente à livraria de D. João I, supõe-se ter: *De regimine principum* de Frei Gil de Roma, *Confessio Amantis* (John Gower), Livros da *Demanda do Santo Graal*, *Bártolo* e *Código de Justiniano* com comentário de Cino de Pistoia (integrados no Direito). A possibilidade de ter no seu espólio estas obras poderia explicar-se pelo seu percurso de vida, desde a sua educação, até a sua subida ao trono. D. João I foi criado por dois indivíduos “da extrema privança de el-rei” sendo que um deles, D. Nuno Freire de Andrade, desejou passar-lhe o mestrado da Ordem de Avis que detinha. Além de receber uma “preparação de hábil cavaleiro e árduo e perito monteiro”, os clérigos “avisados” e “sabedores” acompanhariam-no na sua preparação espiritual. D. João I dispunha, mais tarde, de

peças sábias tais como juristas, teólogos, canonistas, físicos para a instrução da sua descendência. Seria através do seu gosto pela leitura que conheceria nomes de escritores famosos da Antiguidade greco-romana, escritores da “tradição científica helénica e arábica” (Almeida, 1981, pp. X-XIII; Carvalho, 1992, pp. 69–73).

No caso de Duarte, teria herdado de algumas obras de seu pai, D. João I, completando a sua biblioteca mandada registar, arrolando 85 volumes escritos em português, latim, italiano, castelhano, catalão. A sua lista integraria livros de diversos géneros como algumas obras clássicas (Cícero, Séneca), obras religiosas (João Cassiano, Santo Agostinho), obras no campo do Direito, da História e da Astrologia, romances de cavalaria, poesia e literatura normativa. Assim, a sua livraria é caracterizada como “o entrecruzar de direcções entre uma cultura laica e uma cultura clerical, e ainda certas orientações de gosto, muitas delas comprovando afinidades com outras bibliotecas laicas coevas” (Buescu, 2010, pp. 55–64; Nascimento, 1993, pp. 265–287). Notemos o especial relevo dos *specula principum* – tais como o *De regimine principum* de Frei Gil de Roma e *Las Siete Partidas* de Afonso X o Sábio – que traduz a legitimidade da nova dinastia e a sua afirmação reflectindo acerca da educação e dos deveres do futuro monarca (Buescu, 2010, p. 61; Carvalho, 1992, p. 72; Soares, 1993, p. 292).

Essa “cultura do livro” foi trazida através de D. Filipa de Lencastre, mulher de D. João I e mãe de D. Duarte e D. Pedro, que se fundamentaria nos princípios da “cultura, disciplina, religiosidade, respeito e amor” para a educação dos seus filhos. Para além da escrita de tratados pelas mães que se preocupavam com a educação dos filhos, pelo menos a partir do séc. XIII, a instrução dada aos príncipes ficaria mais centrada na figura da mãe, substituindo a educação dada por outras famílias. Assim, D. Duarte e D. Pedro ficariam imbuídos das virtudes cavaleirescas e da noção dos costumes ingleses bem como da inclusão, na sua instrução, de obras como a de Frei Gil de Roma e de Álvaro Pais. Para além disso, tinham que amar e respeitar a figura do pai, aspecto fundamental no *Leal Conselheiro* de D. Duarte. A aprendizagem das línguas estrangeiras é evidente entre ambos os filhos através de D. Filipa, conhecendo o castelhano, o francês e o inglês (Oliveira, 2010, pp. 406–416, 454; Soares, 1993, p. 290).

Além do aspecto educacional que D. Pedro receberia da sua mãe, ganharia igualmente sabedoria e cultura além-fronteira através da sua estadia na Itália onde conheceria diversos pensadores e humanistas como Vergério e Vasco Fernandes de Lucena, influenciando as suas tendências. Na sequência da divulgação da cultura na corte, verifica-se a necessidade de traduzir vários textos em língua vernacular, acção protagonizada por D. Pedro. Assim, reescreveria o *Livro dos Ofícios* de Cícero, o *De Militari* de Vegécio, e talvez, o *De Regimine Principum* de Frei Gil de Roma. O desempenho pedagógico de D. Pedro centrado em D. Duarte e D. Afonso V

(filho de D. Duarte) é evidente sobretudo através da redacção da *Virtuosa Bemfeitoria* como forma de contributo no bom desempenho das funções governativas do seu irmão D. Duarte a quem escreve uma dedicatória. Do mesmo modo que D. Duarte daria conselhos a D. Pedro no seu *Leal Conselheiro*, para além de haver trocas de correspondência entre ambos (Almeida, 1981, pp. 283-286, 530-531; Buescu, 2010, pp. 59, 63-66; Buescu, 1996, pp. 48-49; Oliveira, 2010, pp. 426; Sá, 1952, pp. 34; Soares, 1993, pp. 296, 303).

No que toca a D. Afonso V, D. Pedro teria um papel preponderante na sua educação, após a morte de D. Duarte, e teria ficado com a regência do reino. A sua educação, geralmente entregue aos confessores, começava na mais tenra idade, com a leitura e a escrita, “os primeiros instrumentos de aquisição de conhecimento” e a formação moral. O latim e a “iniciação e treino na disciplina” seriam importantes no desenvolvimento do campo intelectual. Igualmente, a aprendizagem a longo termo era realizada através de “obras de devoção, livros de horas, evangeliários, lendas de santos” e das “obras profanas que a Antiguidade legara”. Por outro lado, a cultura física seria necessária para o manejo das armas bem como as “actividades ao ar livre como montar e caçar” (Almeida, 1981, pp. XIV-XVI; Buescu, 2010, pp. 44-45; Buescu, 1996, pp. 48-49; Oliveira, 2010, pp. 425-426, 445, 454, 461-463; Pisan, 1987, introdução; Soares, 1993, p. 297).

## Conclusão

Os *Specula principum* tiveram um papel fundamental na construção das obras dos príncipes de Avis. A sua importância manifesta-se desde há muito, através de doutrinas que visam elevar a figura do dirigente e, também, a sua propagação é evidente na Europa pelos inúmeros tratados divulgados.

A afirmação da dinastia e dos seus dirigentes preocupados com o governo do reino deve-se à construção em torno da figura de um líder. Com efeito, o contexto da época teria sido benéfico na constituição de uma nova dinastia, através do Mestre de Avis, futuro D. João I. As obras dos príncipes de Avis sublinham algumas questões em torno da formação dos governantes ou da nobreza. Salientamos a caça como desporto adequado e complemento da formação do nobre, a equitação que traz uma noção sobre o perigo e a autoridade pessoal, a ética e a orientação da educação de um nobre que dão uma concepção sobre as diferentes qualidades e os defeitos, mas igualmente o conceito de benefício relativamente à condição do príncipe e do nobre.

Outro aspecto a ter em consideração é a boa educação e cultura de D. João I bem como o que D. Duarte e D. Pedro receberam da própria mãe, figura importante na difusão da cultura. Está evidente o espólio literário que D. João I e D. Duarte tinham na sua

biblioteca, entre os espelhos e traduções de obras de relevo. Por outro lado, D. Pedro seria uma figura primordial nos conselhos de bom governo dados ao seu irmão D. Duarte – através da obra que lhe dedicaria – e na educação que transmitiu ao seu sobrinho D. Afonso V, herdeiro do trono.

No entanto, apesar da sua importância, estas obras escritas teriam estado no esquecimento, até as edições realizadas nos séculos XIX-XX (Buescu, 2010, pp. 59-61).

Quanto ao género literário, este continuará a florescer no século XVI com Maquiavel, Erasmo, D. Jerónimo Osório, Francisco de Monçon e outros, na tentativa de formar, através de regras e valores, moral e fisicamente, o príncipe ou criança nobre (Almeida, 1981, pp. IX-X)

Referências  
bibliográficas

- Almeida, M. L. de (1981). *Obras dos príncipes de Avis*. Introdução e revisão de Manuel Lopes de Almeida (Coleção Tesouros da Literatura e da História). Porto: Lello & Irmão Editores.
- Bizzari, H. (2012). Sermones y espejos de príncipes castellanos. *Anuario de Estudios Medievales*, 42/1, enero-junio de 2012, pp. 163-181.
- Buescu, A. I. (2010). *Na corte dos reis de Portugal. Saberes, ritos e memórias*. Lisboa: Edições Colibri.
- Idem (1997-8). A educação de príncipes e Niños generosos. Um modelo quinhentista peninsular. *Revista de História das Ideias*, 19, 339-381.
- Idem (1996). *Imagens do príncipe. Discurso normativo e representação (1525- 49)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Calafate, P. (1999). *História do pensamento filosófico português, I*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Carvalho, J. A. F. de (1992). Príncipes, Armas e Letras. In M. A. P. de Matos (Coord.), *Nos confins da Idade Média. Arte portuguesa séculos XII-XV, 13 Março - 26 Abril 1992*. (pp.69-73). Lisboa: Museu Nac. Soares dos Reis.
- Fonseca, J. A. da (1993). A 'Virtuosa Benfeitoria' e o pensamento político do Infante D. Pedro. *Biblos*, LXIX, 227-263.
- Gama, J. (1999). A geração de Avis. In P. Calafate (Dir.), *História do pensamento filosófico português, I* (pp.379-411). Lisboa: Editorial Caminho.
- Gomes, S. A. (1985). O tratado da virtuosa benfeitoria: simbolismo e realidade. In *1583/1585 e a crise geral dos séculos XIV/XV: Jornadas de História Medieval, 1985*. (pp.267-292). Lisboa: História e Crítica.
- Halévi, R. (Dir.), et al. (2002). *Le savoir du prince, du Moyen Âge aux Lumières*. Paris: Fayard.
- Lett, D. (1999). L'éducation et les conceptions pédagogiques au Moyen Âge. *Revue des politiques sociales et familiales, année 1999*, 57-58, 85-89.
- Monteiro, J. G. (1987). *Orientações da cultura da corte na 1ª metade do século XV (a literatura dos Príncipes de Avis)*. Prova de aptidão pedagógica, Faculdade de Letras, Coimbra, Portugal.
- Morsel, J. (1993). Le tournoi, mode d'éducation politique en Allemagne à la fin du Moyen Âge. In *Éducation, apprentissages, initiation au Moyen Âge. Actes du 1er colloque international de Montpellier, novembre 1991* (pp.309-331). Montpellier: Presses Universitaires.
- Nascimento, A. (1993). As livrarias dos príncipes de Avis. *Biblos*, LXIX, 265-287.
- Oliveira, A. R. (2010). *Rainhas medievais de Portugal. 17 mulheres, 2 dinastias, 4 séculos de história*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Pais, F. Á. (1955-1963). *Espelho de Reis*. 2 Vols. (Edição bilingue). Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Pereira, M. H. da R. (1981). Helenismos no 'livro da Virtuosa Benfeitoria', *Biblos*, LVII, 313-355.
- Pisan, C. de (1987). *O espelho de Cristina* (Edição fac-similada). Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Ramos, R., Vasconcelos e Sousa, B. e Monteiro, N. G. (2010). *História de Portugal* (6ª edição). Lisboa: A Esfera de Livros.
- Rincón, D. N. (2006). Los espejos de príncipes en Castilla (siglos XIII-XV): un modelo literario de la realeza bajomedieval. *Medievalismo: Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, 16, 9-40.
- Sã, A. M. de (1952). A 'Carta de Bruges' do Infante D. Pedro. *Biblos*, XXVIII, 33-54.
- Soares, N. de C. (1993). A *Virtuosa Benfeitoria*, primeiro tratado de educação de príncipes em português. *Biblos*, LXIX, 289-314.
- Idem (1989). *O príncipe ideal no séc. XVI e o De regis institutione et disciplina de D. Jerónimo Osório*. Tese de doutoramento, Faculdade de Letras, Coimbra, Portugal.

# O Enquadramento Teórico e Conceptual da Ação da DGEMN no contexto europeu (1931–1975)

\* CIES-Iscte  
Assistente de Investigação  
no Centro de Investigação  
e Estudos em Sociologia  
do Instituto Universitário  
de Lisboa (CIES-Iscte),  
desde 2018

## Resumo

A presente comunicação tem como objetivo apresentar uma nova visão relativamente à atuação da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). A par da sua vertente nacional, procura-se interpretar o conhecimento desta Direcção-Geral sobre os contributos e recomendações resultantes dos encontros promovidos pelo Conselho da Europa, pela UNESCO e pelo ICOMOS, no âmbito da intervenção patrimonial.

A DGEMN, foi durante o século XX, a principal entidade com responsabilidade patrimonial em Portugal, nomeadamente entre 1931 e 1975. A sua intervenção restauradora, que acompanhou todo o período do Estado Novo, é encarada enquanto uma ação de propaganda deste regime, a vários níveis. Nesta perspetiva, o património cultural português, principalmente o património arquitetónico, simbolizado nos Monumentos Nacionais, foi a peça central desta ação.

Simultaneamente, no panorama europeu/internacional, as questões de preservação e de salvaguarda do património foram gradualmente revistas e alargadas. O regime de Salazar, focado em si próprio e fechado ao exterior, demoraria a incorporar nas intervenções em monumentos as alterações internacionais aprovadas nas diversas Conferências e Convenções realizadas ao longo do século.

Em suma, procuramos abordar assuntos como o Património Cultural e a evolução deste conceito; as questões da internacionalização do património; e as práticas de intervenção em património arquitetónico e a sua aplicabilidade em território nacional.

Palavras-chave: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; património arquitetónico; Estado Novo; restauro; organismos internacionais

## Abstract

This communication aims to present a new vision regarding the work of the *Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais* (DGEMN). Alongside its national dimension, it seeks to interpret the knowledge of this Directorate-General on the contributions and recommendations resulting from the meetings promoted by the Council of Europe, UNESCO and ICOMOS, in the context of patrimonial intervention.

DGEMN was, during the 20th century, the main entity with patrimonial responsibility in Portugal, namely between 1931 and 1975. Its restorative intervention, which accompanied the entire *Estado Novo* period, is seen as a propaganda action of this regime, to several levels. In this perspective, the Portuguese cultural heritage,

mainly the architectural heritage, symbolized in the National Monuments were the centrepiece of this action.

At the same time, on the European/International scene, issues of preservation and safeguarding of heritage have been gradually revised and expanded. Salazar's regime, focused on itself and closed to the outside, will take time to incorporate in the interventions in monuments the international changes approved in the various Conferences and Conventions held throughout the century.

In short, it seeks to address issues such as Cultural Heritage and the evolution of this concept; the issues of the internationalization of heritage; and intervention practices in architectural heritage and its applicability in national territory.

Key-words: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; architectural heritage; *Estado Novo*; restoration; international organizations

## Introdução

A preocupação contemporânea com o património cultural em muito ficou a dever-se ao período pós-Primeira Guerra Mundial (1914-1918), por um lado, derivado da destruição inerente, por outro, e talvez a razão mais importante, da necessidade de encontrar plataformas de entendimento na esfera internacional, concretizado com a organização de encontros, com o intuito de debater questões relacionadas com o restauro e a conservação dos monumentos históricos.

Em 1931, por intermédio da Secção dos Museus da Sociedade das Nações, criada em 1919, realizou-se a Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos, que se tornaria numa primeira abordagem da comunidade internacional para as matérias específicas da preservação do património arquitetónico, ainda que apenas centrado no património europeu.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), procurando uma eficácia e entendimento a nível mundial, a Sociedade das Nações foi substituída pela Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1945, e, por intermédio da sua agência especializada, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), realizou-se a Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado (1954), na cidade de Haia, e a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972), em Paris. Por intermédio de uma das agências não governamentais que prestam consultoria à UNESCO, que viria a dar origem formal ao ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios foi organizado o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos (1964), em Veneza.

No contexto das nações europeias, o Conselho da Europa, criado em 1949, irá promover a Convenção Cultural Europeia (1954) e o Congresso sobre o Património Arquitetónico (1975). Estes foram os encontros internacionais e/ou europeus relativos ao património histórico, com destaque para o património material e imóvel, selecionados para análise neste trabalho. Desta escolha resulta o intervalo temporal indicado (1931-1975).

Contrariamente ao momento de mudança que se registava a nível internacional e/ou europeu, em Portugal vivia-se uma época de exaltação do património arquitetónico, incentivado pelo regime político em funções, o Estado Novo.

A problemática deste trabalho pretende perceber como é que a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) – entidade responsável pelas intervenções de restauro e recuperação dos monumentos nacionais, em Portugal – enquadrou na sua linha de atuação as conceções patrimoniais desenvolvidas na Europa entre 1931 e 1975.

Para tal, a metodologia adotada baseou-se: (1) numa análise de base quantitativa da ação da DGEMN entre 1935 e 1972;



(2) numa análise de base qualitativa dos documentos resultantes dos encontros internacionais e/ou europeus; (3) numa análise de base quantitativa da atuação da DGEMN relativamente às recomendações internacionais e/ou europeias.

## O papel do Património Cultural em Portugal. A atuação da DGEMN (1935–1972)

O Estado Novo desenvolveu uma muito significativa ação de intervenção sobre o património arquitetónico nacional. Quando, em 1932, foi entrevistado por António Ferro, nas denominadas “Entrevistas a Salazar”, Oliveira Salazar sublinhava este facto, referindo-se, particularmente, ao domínio das artes: – “A defesa do nosso património artístico é das maiores obras da Ditadura, das maiores e talvez das menos conhecidas. A reconstituição meticulosa, quase religiosa, do que tínhamos e estava em risco de perder-se, ou quase perdido já, prossegue sem descanso: depois dos templos, os castelos, os monumentos de arte militar” (Ferro, 2003, p. 58).

Importa, contudo, sublinhar que a ação realizada durante este período, ou a consciência de que os monumentos nacionais necessitavam de ser salvaguardados, não surgiu com o Estado Novo, tendo já a Primeira República promovido alterações significativas da definição do panorama patrimonial nacional.

Com o intuito de reunir os serviços de obras públicas e edifícios cedidos por terceiros para o funcionamento de serviços públicos, havia-se instituído no seio do Ministério do Comércio e das Comunicações, através do Decreto n.º 16.791 de 30 de abril de 1929, a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN).

Com a institucionalização do Estado Novo e através da DGEMN iria verificar-se uma intensificação de ações em monumentos e palácios nacionais. Por intermédio desta Direcção-Geral, seria realizada, a nível nacional, uma ação de salvaguarda dos valores históricos e simbólicos do passado, definida dentro do quadro de medidas culturais do regime salazarista, no qual a noção de cultura estava diretamente ligada ao projeto político do Governo, o património arquitetónico, com particular ênfase nos monumentos, será utilizado enquanto instrumento de legitimação do regime, espelhando-se nestes o culto da memória e da tradição histórica, como forma de colocar o passado ao serviço da legitimação do presente.

Os monumentos a intervencionar seriam objeto de uma seleção – a escolha era realizada de acordo com a sua dimensão histórica, do conjunto de factos e acontecimentos a que estivessem

associados – com o intuito de confirmar a importância de certos momentos da história nacional de outras épocas, com destaque para as lutas pela independência, a consolidação territorial, os descobrimentos e a restauração da independência.

De um modo geral, as intervenções da DGEMN deviam seguir uma filosofia de reintegração e integridade arquitetónica, ou seja, pretendia-se a devolução dos monumentos ao seu estado primitivo e a remoção de acrescentos de épocas posteriores à sua construção, de modo a que o monumento apresentasse uma imagem coeva com o que se acreditava corresponder ao seu período histórico original – filosofia esta idealizada pelo arquiteto francês Viollet-le-Duc. Desta forma, a herança e a memória do passado seriam passíveis de serem autenticadas através dos monumentos, tidos enquanto documentos (Correia, 2010, p. 254–255).

Segundo Miguel Tomé:

“As intervenções de restauro efetuadas pela DGEMN podem ser caracterizadas pelo âmbito dos trabalhos, pelo impacto que tiveram sobre as estruturas e pelos princípios conceptuais que as determinaram. A consciência da necessidade de distinção metodológica dos trabalhos a efectuar traduziu-se no emprego de terminologia diferenciada (reparação, consolidação, beneficiação, conservação, restauração, desafogo, reconstrução, reconstituição e reintegração) nos textos que acompanhavam os orçamentos dos trabalhos projectados” (Tomé, 2002, p. 80).

Para analisar a atuação da DGEMN privilegiámos os boletins publicados por esta entidade, uma vez que constituem uma coleção coesa e constante<sup>1</sup>, que evidencia o pensamento do corpo técnico responsável pelas intervenções nos monumentos aquando da realização das mesmas e, de certo modo, os objetivos a atingir, tanto com a realização das obras, como com a publicação dos boletins. A estrutura destes boletins dividia-se em três partes: (1) uma pequena monografia histórica sobre o edifício; (2) uma descrição do estado do monumento antes e após as obras, com referência às diferentes fases; e (3) apresentação de uma série de desenhos e fotografias retratando as várias fases da intervenção.

Ao analisarmos a atuação da DGEMN, através dos boletins publicados entre 1935 e 1972, num total de 126 boletins, várias são as linhas de interpretação que podemos referir. Contudo, importa sublinhar que não foi analisada a totalidade dos boletins publicados nesse intervalo de tempo, por se considerar que os mesmos não se inseriam na categoria de “património histórico arquitetónico”. Deste modo, foram excluídos 7 boletins<sup>2</sup>, restando, um total de 119 boletins, no período temporal que aqui trabalhamos, isto é, entre 1931 e 1975.

Dentro da baliza temporal deste trabalho, verificamos a existência de, pelo menos, três categorias de monumentos:

1. Os boletins da DGEMN eram publicados com uma periodicidade trimestral (março, junho, setembro e dezembro). Esta periodicidade manteve-se entre setembro de 1935 e junho de 1966. Após este intervalo de tempo, verifica-se uma interrupção na publicação deste título até 1972, a partir do qual temos apenas referência ao ano da publicação, sem alusão ao mês em questão.

2. Neste estudo não foram analisados os boletins n.º 10; n.º 106; n.º 110; n.º 118; n.º 120; n.º 121 e n.º 123.

religiosa (82 santuários); militar (28 edifícios) e civis (9 construções), num total de 119 monumentos.

As primeiras décadas de trabalho da DGEMN são frequentemente designadas por “era da restauração”, facto esse que pode explicar a nomenclatura utilizada no capítulo teórico das obras levadas a cabo por esta entidade nacional. Nesta lógica, desde o seu primeiro boletim, em dezembro de 1935, até ao septuagésimo, em março de 1955, o termo utilizado para indicar este capítulo fora o de “restauração”. Após esta data verifica-se a utilização de outros termos, como o de “restauro” e “conservação”. A terminologia “restauro” é utilizada entre junho de 1955 (bol. n.º 80) e setembro de 1965 (bol. n.º 122), com interrupções – em setembro de 1961 e 1964 (bols. n.º 105 e n.º 117, respetivamente), e março de 1965 (bol. n.º 119), onde se utiliza a nomenclatura “conservação” –; em junho de 1961 (bol. n.º 104) verifica-se a utilização do vocábulo “restauro” aliado ao vocábulo “conservação”. Para completar este tópico referimos que nem todos os boletins contavam com um título específico nesta secção, como é o caso de setembro de 1935 e 1960 (bols. n.º 1 e n.º 101, respetivamente), junho de 1966 (bol. n.º 124) e dos boletins em análise de 1972 (bols. n.º 125 e n.º 126).

É, também, relevante apresentar os principais conceitos de ação da DGEMN: restauro/restauração (nomenclatura diferente para a mesma ação), conservação, demolição, reconstituição, defesa, escavação, património artístico, estudo, apeamento, consolidação, limpeza, reparação, re(construção), re(abertura), lajeamento, (des)entaipamento, substituição, deslocação, assentamento, reposição, recomposição, colocação, regularização, reintegração e aquisição/expropriação. Denote-se que estes conceitos foram identificados a partir da análise dos boletins da DGEMN, nomeadamente da secção referente ao pós-obra, normalmente, o último capítulo teórico, antes da iconografia (desenhos e fotos das várias fases da obra).

Estes conceitos de ação foram analisados tendo em conta a frequência de uso em cada boletim, de forma a obter uma avaliação mais completa.

De entre as ações estudadas verifica-se uma clara predominância da ação “re(construtiva)” – optou-se por juntar numa só categoria tanto a atividade de construir, como a atividade de reconstruir elementos ou partes do monumento –, com 676 utilizações num total de 117 boletins.

Numa apresentação decrescente de hierarquização dos restantes conceitos utilizados sublinhamos, com amplo recurso, conceitos como: “demolição” com 340 ocorrências em 105 boletins; “restauro/restauração” com 302 referências em 96 boletins; “reparação” com 268 utilizações em 87 boletins; “consolidação” em 208 ocasiões em 90 boletins; “apeamento” em 200 situações em 84 boletins.

De seguida, verificamos um vasto recurso a ações de: “reconstituição” em 172 ocasiões em 74 boletins; de “limpeza dos monumentos” em 171 ocorrências em 81 boletins; de

**Quadro 1**  
Relação entre o número de utilização dos conceitos considerados e o número de boletins em que são referidos.  
Fonte: Boletins da DGEMN (1935-1972). Elaboração própria (2018).

Relação n.º de utilização e n.º de boletins		
Conceito	N.º utilização	N.º de boletins
Re(construção)	676	117
Demolição	340	105
Restauro/Restauração	302	96
Reparação	268	87
Consolidação	208	90
Apeamento	200	84
Reconstituição	172	74
Limpeza	171	81
Substituição	115	56
(Des)entaipamento	102	60
Colocação	86	57
Assentamento	83	50
Estudo	55	40
Reposição	43	29
Regularização	42	32
Escavação	37	28
Deslocação	35	29
Lajeamento	31	27
Re(abertura)	30	24
Recomposição	29	25
Conservação	25	18
Reintegração	22	25
Património Artístico	20	17
Aquisição/Expropriação	12	12
Defesa	4	4

“substituição de elementos” em 115 situações em 56 boletins; de “des(entaipamento)” – tal como se verificou anteriormente juntou-se numa mesma categoria desentaipamento e entaipamento – com 102 utilizações em 60 boletins.

Com menos utilização, ou seja, com menos de 100 ocorrências, verificamos atividades como a “colocação de elementos” com 86 utilizações em 57 boletins; o “assentamento de pavimentos” com 83 referências em 50 boletins; o “estudo prévio” em 55 ocasiões em 40 boletins; a “reposição de elementos” em 43 situações em 29 boletins; e a “regularização de pavimentos” em 42 ocorrências em 32 boletins; a “escavação” em 37 situações em 28 boletins; a “deslocação de elementos” com 35 referências em 29 boletins; o “lajeamento” em 31 situações em 27 boletins; a “re(abertura)” – junção na mesma categoria, tanto de abertura como de reabertura

de espaços – com 30 utilizações em 24 boletins; e “recomposição de elementos” em 29 ocasiões em 25 boletins. Por fim, a “conservação” com 23 utilizações em 18 boletins; a “reintegração” com 22 situações em 25 boletins; o “património artístico” com 20 referências em 17 boletins; a “aquisição/expropriação de terrenos” em 12 ocasiões em 12 boletins; e a “defesa do património” com apenas 4 referências, igualando o número de boletins em que é encontrado. Sintetizando a informação anterior: **[Quadro 1]**

### A DGEMN no quadro das normas internacionais de atuação em património arquitetónico

De entre os documentos internacionais e/ou europeus em estudo, apenas a Carta de Atenas (1931) – Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos – e a Carta de Veneza (1964) – Carta Internacional para a Conservação e Restauro de Monumentos – permitiam uma análise qualitativa e quantitativa das suas recomendações/conclusões.

Os restantes documentos só foram aceites e promulgados pelo Governo português fora do período em análise.

Após a identificação/escolha das principais recomendações a analisar procedeu-se à leitura exaustiva dos vários números dos boletins da DGEMN, com o intuito de identificar ruturas e continuidades na sua linha de ação, tendo por base as orientações/recomendações europeias em processos de preservação do património arquitetónico.

Relativamente às recomendações da “Carta de Atenas” analisaram-se os boletins desde o n.º 1 (setembro de 1935) até ao n.º 115 (março de 1964) (exceto o bol. n.º 10; o bol. n.º 106 e o bol. n.º 110) e construiu-se o quadro seguinte: **[Quadro 2]**

Analisando as recomendações da “Carta de Atenas” referentes ao que encontramos no documento sobre “abandono de reconstituições integrais” – “(...) nos diversos Estados representados, predomina uma tendência geral para abandonar as reconstituições integrais e evitar os seus riscos, pela instituição de uma manutenção regular e permanente, adequada a assegurar a conservação dos edifícios” (cap. I), os boletins dão conta da existência de ações de reconstituição integral em 11 casos. Nestes, apenas um confirma esta disposição (bol. n.º 15), ou seja, apenas na igreja de S. Salvador de Travanca, não foi efetuada uma reconstituição integral do monumento. A DGEMN, até 1960, privilegiou uma atuação baseada numa integralização do monumento, dispensando as normas/recomendações feitas em Atenas. A partir de 1961, esta opção é abandonada em favor de outros modelos de intervenção.

Relativamente ao “respeito pela obra histórica, sem banir os estilos de outras épocas” (cap. I), a atuação da DGEMN não esteve

**Quadro 2**  
Princípios em análise referentes à Carta de Atenas e resultados obtidos  
(elaboração própria, 2018)

Carta de Atenas - recomendações	Ocorrências
1. Abandono das reconstituições integrais (cap. I);	1/11
2. Respeito pela obra histórica, sem banir o estilo de nenhuma época (cap. I);	15/82
3. Ocupação dos monumentos, respeitando o seu caráter histórico/artístico (cap. I);	7/8
4. Respeito na construção de edifícios pelo caráter e fisionomia das cidades (cap. III);	63/77
5. Estudo das plantas e ornamentações vegetais envolventes, para lhes conservar o caráter antigo (cap. III);	
6. Utilização da técnica moderna, nomeadamente do betão armado (cap. IV);	27
7. Antes de qualquer consolidação ou restauro parcial deve realizar-se uma análise escrupulosa das patologias do monumento (cap. VI).	38

isenta de controvérsia: dos 82 boletins em que foram referenciadas destruições de elementos patrimoniais não correspondentes ao estilo primitivo, apenas em 15 se considerou que efetivamente se tenha respeitado a “obra histórica” (de acordo com a referência utilizada no artigo em análise), embora não seja referenciada a cronologia dos elementos retirados. Ou seja, não são dadas indicações sobre os contextos históricos de produção dos elementos retirados, apenas justificações sobre a falta do seu valor histórico ou artístico. Tal como observado no ponto referente às reconstituições integrais, também as ações da DGEMN neste campo parecem ter uma efetivação maior entre 1935 e 1960, embora ainda haja ações desta natureza a acontecerem em 1963, nos alvares da “Carta de Veneza”.

A terceira recomendação da “Carta de Atenas”, a “ocupação dos monumentos respeitando o seu caráter histórico/artístico” (cap. I), foi aplicada 8 vezes, essencialmente entre março de 1960 (bol. n.º 99) e junho de 1961 (bol. n.º 104). Tal permite concluir que a DGEMN, por volta de 1960, mudou a sua ação em relação ao património cultural, passando de uma perspetiva intervencionista de restauro de um modelo original, para uma intervenção baseada na incorporação de elementos histórico-artísticos presentes no monumento à data do seu restauro. A política de intervenção em património cultural, operacionalizada pela DGEMN, encontrou na década de 60 do século XX um marco fundamental de mudança, antecipando o que viria a acontecer em 1964, mas muito atrasado relativamente ao recomendado em 1931.

Em relação à valorização dos monumentos, analisámos dois tópicos: o primeiro prende-se com o recomendado “respeito na construção de edifícios pelo caráter e fisionomia das cidades” (cap. III); o segundo ao “estudo das plantas e ornamentações vegetais envolventes, com o intuito de conservar o caráter antigo dos monumentos” (cap. III). Relativamente ao primeiro tópico

a leitura dos boletins permite-nos afirmar que uma lógica de intervenção maior do que o monumento, considerando um conjunto, esteve ausente da ação da DGEMN em todo o período analisado. Na grande maioria dos casos (63 de 77 ocorrências), o que se verificou foi, efetivamente, a demolição de construções anexas aos monumentos (anexos, casas, barracões, edifícios) e de elementos que se julgavam não pertencer ao plano inicial do monumento. Isto é, uma intervenção baseada numa lógica de centro histórico ou urbano estava ainda distante da intervenção em património cultural. Significa, ainda, que a DGEMN tardiamente incorporou o alargamento do conceito do património cultural para outras tipologias que não o monumento histórico. Mesmo no final do período analisado, em 1972, não é visível a incorporação do conceito de conjunto mesmo quando este já estava em voga nos meios patrimoniais internacionais. Podemos, no entanto, verificar a melhoria/construção de alguns acessos (estradas, passeios) e de anexos (sacristia, adro).

No caso do segundo ponto, o “estudo das plantas e ornamentações vegetais envolventes, com o intuito de conservar o carácter antigo dos monumentos” (cap. III), a sua aplicação esteve rodeada de grandes dificuldades. De um modo geral, verificou-se a limpeza das envolventes dos monumentos, incluindo o arranque de vegetação e/ou de ervas daninhas. Contudo, referem-se a ações de componente estética e não de incorporação dos elementos vegetais enquanto parte integrante da estrutura patrimonial. Não são apresentados dados concretos sobre que vegetação é retirada do seu lugar, clara indicação de que o estudo da envolvente natural não constituía, ainda, uma preocupação na política intervencionista da DGEMN. Da análise dos boletins concluiu-se que os conceitos de monumento, sítio e conjunto não faziam ainda parte das preocupações conceptuais da DGEMN, sendo os monumentos vistos enquanto elementos independentes das suas envolventes, quer fossem materiais, quer fossem vegetais. Este facto verifica-se, uma vez que em Portugal ainda não existia esta preocupação vegetal com a envolvente. Só com a “Carta de Veneza” é que estas temáticas urbanistas ganhariam espaço na esfera patrimonial portuguesa.

Por outro lado, uma das recomendações de Atenas mais eficazmente aplicada pela DGEMN foi a “utilização da técnica moderna, nomeadamente do betão armado” (cap. IV). Esta evidência é-nos dada por 27 boletins durante o período em análise. De entre este total podemos verificar a existência de três períodos em que o recurso ao betão armado foi regularmente utilizado: (1) entre junho de 1944 (bol. n.º 36) e março de 1948 (bol. n.º 51) num total de 7 vezes; (2) entre dezembro de 1950 (bol. n.º 62) e junho de 1952 (bol. n.º 69) num total de 5 ocorrências; e (3) entre junho de 1956 (bol. n.º 84) e junho de 1958 (bol. n.º 92) com 6 utilizações. No restante período em análise, a sua utilização foi mais esporádica (9 vezes).

**Quadro 3**  
Princípios em análise referentes à Carta de Veneza e resultados obtidos.  
(Elaboração própria, 2018)

Carta de Veneza - recomendações	Ocorrências
1. Função útil à sociedade da obra histórica (sem alterar a disposição e decoração dos monumentos) (art. 5.º);	4
2. Respeito com as novas construções devido ao enquadramento do monumento (art. 6.º);	2/4
3. Num restauro não existem reconstituições (art. 9.º);	1
4. O restauro deverá ser precedido de um estudo (art. 9.º);	4
5. Devem manter-se os contributos de diferentes épocas (art. 11.º);	4
6. A unidade de estilo não é um objetivo a atingir (art. 11.º);	
7. O restauro deve identificar a época em que foi realizado (art. 12.º);	
8. Os trabalhos devem ser acompanhados por documentação (desenhos e fotos) (art. 16.º);	
9. Os trabalhos devem guardados em arquivo, acessível a consulta e publicado (art. 16.º).	

Colocamos aqui em perspetiva o facto da DGEMN ter na sua estrutura diretiva essencialmente engenheiros capazes de aplicar inovações tecnológicas que ocorriam no campo da construção civil. O betão armado assumiu-se como uma inovação tecnológica que, a partir da primeira década do século XX foi utilizado em edifícios vários e escalas, e grande influenciador dos novos movimentos arquitetónicos que surgiram no mundo. Logo, esta nova ideia seria facilmente incorporada pelos engenheiros da DGEMN.

Os especialistas presentes na Conferência de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos aconselhavam que “antes de qualquer consolidação ou restauro parcial deve realizar-se uma análise escrupulosa das patologias do monumento” (cap. VI). De acordo com os boletins da DGEMN esta análise ocorreu em 38 casos, referenciada enquanto “exame do monumento” ou “estudo prévio”. Esta ação teve três períodos de relevância: (1) entre setembro de 1935 (bol. n.º 1) e setembro de 1938 (bol. n.º 13) com 10 ocorrências; (2) de setembro de 1944 (boletins n.º 37 e 38) a setembro de 1951 (boletins n.º 65 e 66) num total de 16 evidências; e (3) compreendido entre setembro de 1960 (bol. n.º 101) e junho de 1961 (bol. n.º 104) com 4 casos.

Da análise dos boletins é possível depreender que a DGEMN estava familiarizada com o teor das disposições e os conceitos assumidos em Atenas, cujas nomenclaturas são referidas várias vezes nos boletins. A grande questão é que, mesmo conhecendo, na maior parte dos casos não foram adotados. Verificou-se, porém, uma mudança de paradigma por volta de 1960/61, altura em que a ação da DGEMN mais se aproximou dos pressupostos postulados por Atenas. Coincidente também com a saída do seu histórico dirigente Henrique Gomes da Silva. Claro que, em 1964, entra Veneza.

Procedeu-se à aplicação da mesma metodologia em relação à “Carta de Veneza”, nos quais foram analisados os boletins desde o

n.º 116 (junho de 1964) ao n.º 126 (1972), do qual resulta o quadro seguinte: [Quadro 3]

A “Carta de Veneza” é um documento que se centra essencialmente sobre a matéria da conservação e do restauro dos monumentos e sítios, porque é produzida no âmbito de uma reflexão de técnicos destas áreas. Neste documento, defende-se que a conservação dos monumentos é beneficiada pela sua “adaptação a uma função útil à sociedade (sem alterar a disposição e decoração dos monumentos)” (art. 5.º). De facto, nos boletins da DGEMN correspondentes a esta época, foi possível verificar a preocupação com esta em 4 elementos, no período de 12 anos em estudo. Esta entidade contribuiu, fundamentalmente, no que ao património diz respeito, na aplicação do princípio da utilidade do monumento, considerando que a manutenção de um bem patrimonial é garantia para uma eficaz salvaguarda.

A partir da “Carta de Veneza” uma nova atenção é dada à envolverência dos monumentos, quer paisagística, quer humana, isto é, as paisagens e os centros históricos entram nas preocupações da salvaguarda do património. Tal é visível no artigo 6.º da Carta onde se recomenda o “respeito com as novas construções devido ao enquadramento do monumento”. Não obstante, no caso da atuação da DGEMN, verifica-se que este princípio não está ainda consolidado por este organismo, sendo verificadas nos bols. n.º 117 e n.º 122, ações de destruição de estruturas anexas e algumas partes integrantes dos respetivos monumentos. De qualquer forma, esta ação a partir desta época representa já uma evolução relativa às práticas executadas em período anterior, revelando uma lenta incorporação dos novos paradigmas patrimoniais.

Relativamente ao processo de restauro dos monumentos, a “Carta de Veneza” reivindica que “num restauro não existem reconstituições” (art. 9.º). Tendo como base a análise quantitativa realizada sobre a ação da DGEMN, verificamos que em apenas 1 caso se registam trabalhos enquadráveis na categoria de reconstituição (bol. n.º 122). Em nenhuma das outras intervenções é referenciada nos boletins as práticas de reconstituição.

Tal como acontecia com a “Carta de Atenas”, no que se referia a trabalhos de consolidação de monumentos, a “Carta de Veneza” recomenda que “o restauro deverá ser precedido de um estudo” (art. 9.º). A observação desta realidade em 4 boletins permite inferir que foi uma prática constante em todo o período cronológico estudado.

Veneza reforça a recomendação já dada pela “Carta de Atenas” no que diz respeito a “manter-se os contributos das diferentes épocas” (art. 11.º). As intervenções feitas pela DGEMN a partir de 1964 parecem respeitar esta recomendação já que em 4 dos boletins a indicação é clara no sentido de incorporar os vários contributos históricos. A unidade de estilo estava finalmente posta em causa e novas abordagens entravam no campo e no léxico da conservação e restauro de monumentos em Portugal.

Um dos reforços conceptuais mais importantes trazidos pela “Carta de Veneza” consistiu na identificação, no restauro, da época em que este foi realizado (art. 12.º). Se, já em Atenas, se havia postulado a necessidade de identificar os materiais novos usados no restauro de monumentos, este princípio é reforçado pelos técnicos reunidos em Veneza. No que se refere ao nosso caso de estudo, os boletins da DGEMN, não é mencionada a aplicação deste princípio, o que permite aferir que este continuou a não ser uma preocupação deste organismo. Embora a DGEMN, a partir de 1964 tenha abdicado de um restauro baseado na unidade de estilo, a aplicação de uma estratégia de identificação de épocas de intervenção não entrava ainda no seu campus prático.

As últimas disposições que a DGEMN respeita na íntegra referem-se à documentação e publicação do trabalho realizado, “os trabalhos devem ser acompanhados por documentação (fotos e desenhos)” (art. 16.º) e “os trabalhos devem ser guardados em arquivo, acessível a consulta e publicado” (art. 16.º), encontramos a sua efetivação concretização dos boletins da DGEMN, no programa SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico) e no arquivo mantido pela DGEMN até 2007, depois pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) e atualmente pela Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) no Forte de Sacavém.

## Conclusão

Sumariamente, em relação à “Carta de Atenas”, a intervenção da DGEMN não correspondeu, na generalidade, àquilo que era apresentado por aquele documento, sendo as mais significativas ações como “abandono das reconstituições integrais”; “respeito pela obra histórica, sem banir o estilo de nenhuma época”; “respeito na construção de edifícios pelo caráter e fisionomia das cidades”; e “antes de qualquer consolidação ou restauro parcial deve realizar-se uma análise escrupulosa das patologias do monumento” não sendo incorporadas na ação da DGEMN. Tal não significa, porém que elas não fossem conhecidas.

Em contrapartida, a DGEMN soube aplicar considerações tecidas em Atenas, como, por exemplo, o princípio da “utilização da técnica moderna, nomeadamente do betão armado”. Tal parece demonstrar que a aplicação dos princípios de conservação e restauro definidos em Atenas era feita pela DGEMN de um modo discricionário e acima de tudo ligado à sua vertente mais ideológica. Do nosso ponto de vista utilizou-se quando a necessidade se verificou, revelando o conhecimento dos conteúdos da Carta. O conceito de património, que a DGEMN conhecia e sobre o qual intervinha era ainda assente numa conceção de monumento nacional, pouco aberto a novas conceções sobre esse

mesmo património. Daí que a DGEMN não tenha incorporado ações sobre a envolvente paisagística, tal como Atenas preconizava.

Em 1964, quando a “Carta de Veneza” é assinada, já circulavam pela DGEMN novos paradigmas e, pela generalidade das práticas que foram possíveis de observar nestes boletins, talvez antes, a partir de sensivelmente 1960. Assim, quando entra Veneza, já a DGEMN desenvolvia um espírito algo diferente de conservação e restauro do património, que em muito vem confirmar os princípios desta nova Carta.

Os princípios de “função útil à sociedade da obra histórica (sem alterar a disposição e decoração dos monumentos)”; “respeito com as novas construções devido ao enquadramento do monumento”; “o restauro deverá ser precedido de um estudo”; “devem manter-se os contributos de diferentes épocas”; “a unidade de estilo não é um objetivo a atingir”; “os trabalhos devem ser acompanhados por documentação”; e “os trabalhos devem ser guardados em arquivo, acessível a consulta e publicado” foram aplicados pela DGEMN na sua atuação. Foram mantidas, contudo, algumas limitações sobretudo no que diz respeito à reversibilidade das intervenções ou mesmo a inclusão de outras disciplinas na atividade de conservação e restauro. De facto, denota-se na DGEMN uma preocupação com, não só o monumento, mas também a sua envolvente, algo que até à data era totalmente inédito. O património cultural ganhava assim um campo de intervenção mais alargado.

Deste modo, defendemos que a atuação da DGEMN, tendo por base a “Carta de Atenas”, foi muitas vezes dúbia, apesar de revelar conhecimento dos princípios por esta recomendados. Por outro lado, em relação à “Carta de Veneza”, a DGEMN não só respeitou, como incorporou e aplicou na sua ação as recomendações realizadas.

## Referências bibliográficas

Correia, L. (2010). *Castelos em Portugal: Retrato do seu perfil arquitetónico (1509-1949)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Custódio, J. (coord.) (2010). *100 anos de Património: Memória e Identidade: Portugal 1910-2010*. Lisboa: IGESPAR.

Guedes, F. (1997). *António Ferro e a sua Política do Espírito*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

Henriques, F. (1991). *A Conservação do Património Histórico Edificado*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Jokilehto, J. (1986). *A History of Architectural Conservation. The Contribution of English, French, German and Italian Thought towards an International Approach to the Conservation of Cultural Property*. Doctoral Thesis of Philosophy. The University of York. York. United Kingdom.

Jokilehto, J. (1999). *A History of Architectural Conservation*. Oxford: Elsevier.

Lopes, F. (1996). *Cartas e Convenções Internacionais*. Lisboa: IPPAR.

Lopes, F.; Correia, M. B. (2014). *Património Cultural – Critérios e Normas Internacionais de Proteção*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Neto, M. J. (2001). *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

Silva, J.; Calado, M. (2005). *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*. Lisboa: Editorial Presença.

Tomé, M. (2002). *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

### Fontes nacionais

Ferro, A. (2003). *Entrevistas a Salazar*. Lisboa: Parceria.

Ministério das Obras Públicas (1935-1900). *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

### Fontes internacionais

Europa, Conselho da. (1975).

*Carta Europeia do Património Arquitetónico*. Amesterdão: Conselho da Europa.

Europa, Conselho da. (1954).

*Convenção Cultural Europeia*. Paris: Conselho da Europa.

ICOMOS. (1964). Carta de Veneza sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e dos Sítios. Atenas: ICOMOS.

UNESCO. (1972). Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, Paris: UNESCO.

UNESCO. (1954). Convenção para a Proteção dos Bens em Caso de Conflito Armado. Haia: UNESCO.

# Da família para a comunidade: o património documental de Fernando da Silva Correia

\* IHC-NOVA-FCSH/IN2PAST/  
CEHFCi-UÉ; PH  
Bolsa de doutoramento  
da Fundação para a  
Ciência e a Tecnologia com  
o projecto Identidades(s)  
científica(s): o património  
documental de Fernando  
da Silva Correia (1893-1966)  
SFRH/BD/149075/2019.

## Resumo

O arquivo pessoal e familiar Fernando da Silva Correia é um dos conjuntos documentais que detém a associação Património Histórico – Grupo de Estudos, com sede nas Caldas da Rainha. Entregue informalmente em 1993 pela Doutora Natália Correia Guedes, sobrinha do médico que se revelou o seu principal produtor, este arquivo privado, com limitada divulgação até então, ficou à disposição de uma comunidade mais alargada. O seu tratamento iniciou-se de imediato, mas por um período breve. E somente em 2015, a família oficializou a doação deste conjunto, momento que marcou o início de um novo processo de tratamento e investigação sob várias perspectivas, a principal – da Arquivística histórica/ História social do(s) arquivo(s) – levou à constituição da sua história custodial e à análise do seu conteúdo e está plasmada num trabalho para conclusão do mestrado em Património na FCSH-NOVA. Este artigo procura alargar este estudo de caso ao propor um maior enfoque na relação arquivo-comunidade. Tem como objectivos: 1) dar a conhecer as práticas de tratamento, estudo e divulgação realizadas pela associação até hoje e 2) analisar a forma como estas reflectem e caracterizam a relação comunidade-arquivo. Em simultâneo, procura-se definir novas hipóteses de valorização deste património, tendo em conta essa mesma relação enquadrada local, regional e nacionalmente. Este artigo está alicerçado numa investigação histórica, que define especialmente a história custodial deste arquivo, mas conjuga de forma interdisciplinar a Ciência da Informação e os estudos de património.

Palavras-chave: Património documental; Arquivos familiares e pessoais; Fernando da Silva Correia; Comunidade(s); Divulgação cultural

## Abstract

The personal and family archive Fernando da Silva Correia is one of the documentary sets that holds the association Património Histórico – Grupo de Estudos, based in Caldas da Rainha. Deposited informally in 1993 by Doutora Natália Correia Guedes, niece of the doctor who turned out to be its main producer, this private archive, with limited dissemination until then, was available to a wider community. Her treatment started immediately, but for a short time. And only in 2015, the family officially donated this set, a moment that marks the beginning of a new process of treatment and investigation from various perspectives, the main one – from the Historical Archivistics/ Social history of the archive(s) – led to the constitution of its custodial history and the analysis of its content and is reflected in a work for the conclusion of the Masters

in Heritage at FCSH-NOVA. This article aims to broaden this case study by proposing a greater focus on the archive-community relationship. Its objectives are: 1) to make known the treatment, study and dissemination practices carried out by the association until today and 2) to analyze the way they reflect and characterize the community-archive relationship. At the same time, it aims to define new hypotheses for the valorization of this heritage, taking into account the same relationship framed locally, regionally and nationally. This article is based on a historical investigation, which specifically defines the custodial history of this archive, but combines Information Science and heritage studies in an interdisciplinary way.

Keywords: Documentary heritage; Family and personal archives; Fernando da Silva Correia; Community(ies); Cultural outreach

## Introdução

O arquivo pessoal e familiar Fernando da Silva Correia é um dos conjuntos documentais que detém a associação Património Histórico – Grupo de Estudos (PH), com sede nas Caldas da Rainha. Entregue informalmente em 1993 pela Doutora Natália Correia Guedes, sobrinha do médico que se revelou o seu principal produtor, este arquivo privado, com limitada divulgação até então, ficou à disposição de uma comunidade mais alargada. O seu tratamento iniciou-se de imediato, mas por um período breve. E somente em 2015, a família oficializou a doação deste conjunto, momento que marcou o início de um novo processo de tratamento e investigação sob várias perspectivas, a principal – da Arquivística histórica/ História social do(s) arquivo(s) – levou à constituição da sua história custodial e à análise do seu conteúdo e está plasmada num trabalho de projecto para conclusão do mestrado em Património na FCSH-NOVA, com o título “*Há correias que imprimem movimento*”: o espólio de Fernando da Silva Correia (1893–1966). Este artigo procura alargar este estudo de caso ao propor um maior enfoque na relação arquivo-comunidade e tem como objectivos: 1) dar a conhecer as práticas de tratamento, estudo e divulgação realizadas pela associação até hoje e 2) analisar a forma como estas reflectem e caracterizam a relação comunidade-arquivo. Em simultâneo, procura-se definir novas hipóteses de valorização deste património, tendo em conta essa mesma relação enquadrada local e regionalmente. Este artigo está alicerçado numa investigação histórica, que define especialmente a história custodial deste arquivo, mas conjuga de forma interdisciplinar a Ciência da Informação e os estudos de património. Assim sendo, está dividido entre seguintes pontos:

- 1) Entre a produção informacional e a sua partilha: como se processava a produção e gestão informacional deste arquivo e de que forma o(s) seu(s) produtor(es) partilhou(aram) e tratou(aram) a informação;
- 2) A família como entidade custodial – salvaguarda e gestão: como é que a primeira entidade custodial, a família Correia, tratou e divulgou o arquivo e se continua a fazê-lo;
- 3) Uma comunidade a custodiar – tratamento e divulgação: ao ser depositado na sede de uma associação – poderá dizer-se uma comunidade? – como é que passou a ser tratado e divulgado este arquivo;
- 4) Nivelar a(s) comunidade(s) – 1. da custódia ao estudo: se foi divulgado para além dos membros da associação (que constitui uma primeira comunidade), de que forma(s) se processou(aram) essa(s) divulgação(ões), isto pensando a relação arquivo-comunidade ou vice-versa; 2. participação e cooperação: e de que forma essa outra comunidade de interessados se



relacionou com o arquivo/ a sua nova entidade custodial, ou seja, consultou-o, participou nas iniciativas de divulgação, estas tiveram repercussão na imprensa local ou regional?

5) Como pensar a relação arquivo-comunidade (e vice-versa) no futuro? Conhecida a história custodial e estes vários momentos de tratamento e divulgação, como podemos avaliar a relevância deste arquivo para a história e património locais, regionais e nacionais.

Ao combinar neste artigo uma firme relação entre História-Ciência da Informação/Arquivística Histórica-estudos de património, percebe-se de imediato que o património documental aqui em estudo obriga a esta conjugação pelas suas especificidades e características. Assim, este estudo de caso, em termos metodológicos, pode elucidar sobre como se podem analisar outros bens semelhantes ao que aqui é tratado, mas os dados apresentados só a ele fazem referência.

Tal como já foi dito, esta investigação é desenvolvida a partir da história custodial deste objecto, sendo que aqui é dado especial ênfase à sua divulgação de e para a comunidade. Esta questão da relação entre património e comunidade tem sido alvo de vários estudos nos chamados *Heritage Studies*, vejamos os seguintes exemplos. O volume 16 do *International Journal of Heritage Studies*, publicado em 2010, foi subordinado ao tema *Heritage and Community Engagement: Collaboration or contestation?*. Para Elizabeth Crooke, a relação entre a comunidade e o património é considerada tão natural que quase não precisa de justificação ou explicação, mas o que a autora propõe é que se olhe criticamente para a mesma, percebendo o seu significado no que diz respeito a motivações, autoridade e valor de ambos os vectores (Crooke, 2010). Num contexto mais próximo ao deste artigo Mary Stevens, Andrew Flinn e Elizabeth Shepherd procuraram, através das metodologias da etnografia, explorar a relação entre os “publicly funded archives in the UK and independent ‘community archives’”. Para os autores esta análise permite perceber o papel dos arquivos na sociedade, incluindo o processo de integração de grupos historicamente marginalizados (Stevens et al., 2010). E, ainda, num outro número da mesma revista, Leidulf Mydland e Wera Grahn procuraram identificar os valores do património nas comunidades locais, apresentando uma realidade patrimonial bem próxima da que aqui está em estudo, pois destacaram o papel dos voluntários que se ocupam da preservação do património. Para eles, o voluntariado é indispensável, pois, são os voluntários que salvaguardam o património que não tem, na maioria dos casos, um interesse nacional e não é preservado pelas autoridades competentes. Assim, estes desenvolvem um trabalho essencial à manutenção do património no futuro, ou seja, preservam os elementos que definem a identidade daquela(s)



Figura 1  
Fernando da Silva Correia  
(1940, Património Histórico  
– Grupo de Estudos)

comunidade(s) local(is). A sua análise estendeu-se ainda à forma como as autoridades locais incrementam e apoiam a salvaguarda patrimonial (Mydland & Grahn, 2012).

Também Jeanette Bastion e Ben Alexander, em *Community archives: the shaping of memory*, consideraram necessário que os arquivistas desenvolvam competências adaptadas às necessidades próprias dos arquivos e comunidades locais. Os autores mostraram como a preservação documental pode originar a criação de comunidades – sejam elas comunidades criadas no século XIX ou mais recentes. Andrew Flinn e Mary Stevens defendem ainda que os arquivos de comunidade não são constituídos de impulso, correspondem a momentos de reflexão sobre a condição de uma sociedade, que lhe confere poder e memória (Bastian & Alexander, 2009).

## 1. O arquivo pessoal e familiar Fernando da Silva Correia: produção, divulgação e comunidade

### 1.1. Entre a produção informacional e a sua partilha

Qualquer arquivo reflecte de alguma forma o contexto e diferentes aspectos da vida dos produtores informacionais que o precedem. Este caso de estudo não é excepção e aqui, além de Fernando da Silva Correia (1893–1966), estamos também perante documentos produzidos pela sua família directa (os seus pais e irmãos) e indirecta (os familiares das suas duas esposas). No entanto, sendo este médico o seu principal produtor, é a sua história da vida que permite definir os vários contextos de produção e a partilha do que hoje constitui o seu arquivo. Este é um trabalho ainda em desenvolvimento, mas para o qual já é possível identificar alguns elementos, começando por um breve esboço da biografia deste médico.

Fernando da Silva Correia, nasceu a 20 de Maio de 1893 no Sabugal, Guarda, filho do Dr. Joaquim Manuel Correia (1858–1945, advogado) e de Carlota da Silva Correia (1873–1954). Em 1905, a família Correia mudou-se para as Caldas da Rainha, mas o jovem Fernando concluiu os estudos secundários na Guarda, em Leiria e em Coimbra, ingressando no curso de Medicina da Universidade desta última cidade no ano lectivo 1911–1912 (Cândido & Serra, 1995, p. XV). Terminou o curso em 1917, mas só em 1919 defendeu a sua tese de formatura, já que a 10 de Janeiro de 1918 partiu para França, integrando o Corpo de Artilharia Pesada Independente (CAPI), para participar na Grande Guerra (1914–1918) (Ribeiro, 2018b, p. 36). Regressou às Caldas da Rainha em Maio de 1919, onde instalou um consultório próprio e, em 1921, tornou-se médico

municipal e sub-delegado de saúde (sendo, mais tarde, delegado). No desempenho destes cargos iniciou “uma acção notável no domínio da saúde pública”, sendo responsável por inúmeras iniciativas que visavam o desenvolvimento da assistência nessa vila, elevada a cidade em 1927. Neste período desempenhou também os cargos de médico externo do Hospital Termal Rainha D. Leonor e de director clínico do Balneário das Águas Santas e, em 1934, assumiu as funções de inspector da 3ª Área de Saúde Escolar. Também nesse ano iniciou a sua carreira de docente no Instituto Central de Higiene Dr. Ricardo Jorge e no Instituto de Serviço Social de Lisboa (Cândido & Serra, 1995, pp. XV-XVIII).

Doutorou-se em Coimbra, em 1937, com a dissertação *Portugal Sanitário (Subsídios para o seu estudo)* e “o seu nome impôs-se entre os historiadores” (Cândido & Serra, 1995, p. XIX), quando em 1941 recebeu uma bolsa do Instituto para a Alta Cultura para um projecto de investigação sobre a história das Misericórdias, cujo principal resultado foi a extensa obra *Origens e formação das Misericórdias portuguesas* (1944). [Figura 1]

Em 1946, tomou posse do cargo de director do (entretanto) Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge (ISHRJ), vindo a falecer a 19 de Dezembro de 1966, em Lisboa, c. cinco anos após ter cessado funções nesse Instituto (Cândido & Serra, 1995, p. XIX).

Estes vários contextos profissionais definiram, em parte, a informação que consta neste arquivo, no entanto, pode acrescentar-se que o peso da informação reunida para as várias investigações que conduziu é também relevante e a ela pode também ligar-se a correspondência, c. de 9 mil dos 13 mil documentos que compõe o arquivo. Para ajudar a perceber a produção informacional é também interessante verificar a sua origem geográfica e, assim, podemos apontar os seguintes locais como os mais frequentes: Caldas da Rainha, Coimbra, Lisboa, Óbidos (onde teve uma residência de férias) e, também, várias localidades francesas enquanto participou na Grande Guerra. Mas pensando na partilha da informação, tal como Fernando da Silva Correia a desenvolveu, veja-se o seguinte exemplo, que demonstra uma sua iniciativa frequente de divulgar a sua investigação através do envio de separatas editadas a diversos médicos e outros intelectuais ou investigadores, o que, conseqüentemente, estabeleceu, não intencionalmente, uma primeira relação arquivo-comunidade. À data do II EJI-PATER, quando se apresentou este artigo em comunicação, uma das cartas (pertencentes a este arquivo) que se encontrava na Biblioteca Municipal das Caldas da Rainha, no âmbito da exposição documental e bibliográfica *Memórias e Patrimónios das Caldas da Rainha*, fora remetida por Deolinda Margarida Ribeiro. Nela, a estudante caldense contava como recebeu uma das obras de Fernando da Silva Correia (a qual agradecia) pela mão do presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, Júlio Lopes, num das suas idas à cidade<sup>1</sup>.

1. Carta remetida por Deolinda Margarida Ribeiro a 20 de Junho de 1945 de Coimbra, a obra em questão era uma separata do artigo *A medicina portuguesa na época da restauração*, PT/PH/FSC/C1348.

## 1.2. A família como entidade custodial – salvaguarda e gestão

Após o falecimento de Fernando da Silva Correia, a 19 de Dezembro de 1966, há a reportar um momento de enorme dispersão do conjunto documental, que levou à perda da biblioteca que constituiu, num leilão empreendido (Oliveira, 1969) por vontade da sua segunda esposa, Aurora Ribeiréte da Silva Correia. Esta foi, provavelmente uma das primeiras decisões desta nova entidade custodial: a família Correia. Em seguida, a viúva decidiu entregar à sobrinha, a Doutora Natália Correia Guedes, o que restou da produção informacional de Fernando da Silva Correia, que foi quem a conservou até 1993. Através de uma entrevista a esta última, efectuada no âmbito do trabalho académico já mencionado, foi possível conhecer alguns aspectos da relação que estabeleceu com o conjunto documental recebido:

“(…) comecei a ler a correspondência do meu tio com mais atenção até que constatei que não se referia apenas à vida... (...) pessoal dele, (...). Nessa ocasião reconheci que o espólio não interessava apenas à Família, não devia ficar só nas nossas mãos; apresentei ao Dr. João Serra a proposta da Associação promover o inventário, disponibilizando-o a título de depósito temporário no PH com esse objectivo, para depois decidir qual seria o melhor destino” (Ribeiro, 2018, pp. xxii-xxiv).

A sua decisão de entregar parte do conjunto documental a uma associação como a PH, demonstra a sua intenção de promover localmente o desenvolvimento da história e da preservação patrimonial, associando o arquivo a uma cidade em que Fernando da Silva Correia viveu e trabalhou.

“Com a minha experiência de meio século de vivência patrimonial, chego à conclusão de que quem estima mais o património é a comunidade local – onde nasceu a pessoa, onde viveu a pessoa, onde lhe é valorizado o seu património.” (Ribeiro, 2018, pp. XXVI-XXVII).

## 1.3 Uma comunidade a custodiar – tratamento e divulgação

Em Janeiro de 1993, o arquivo foi depositado na sede da associação PH, que era, nessa altura, a sacristia da Capela de São Sebastião em Caldas da Rainha. Este depósito significou a passagem a público deste arquivo, mas é claro que se deve analisar o significado de “tornar público” neste caso, pois não estamos a falar de um organismo público propriamente dito, mas de uma associação. Daí que, o que sucedeu, na realidade, foi a possibilidade de facilitar a consulta e o tratamento deste arquivo, ao colocá-lo à disposição de um grupo de investigadores com um trabalho sólido à época.

Na verdade, esta associação é ela própria uma ideia do médico Fernando da Silva Correia que, nos últimos anos de vida, procurou constituir um “Grupo Cultural de Estudos Caldenses” de que faziam parte, artistas e investigadores, como Deolinda Margarida Ribeiro, já referida. A PH, como comumente é designada, surgiu em 1990 como núcleo da Casa da Cultura das Caldas da Rainha, uma cooperativa cultural criada no pós-25 de Abril na cidade. No final de 1992, o encerramento desta cooperativa fez com que a PH se tornasse uma associação sem fins lucrativos, com os seguintes objetivos: “a) Aprofundar e divulgar o conhecimento relativo a estudos locais, no domínio da História e afins; b) Efectuar publicações e prestar serviços no âmbito da História e do património local e regional; c) Dar formação científica e didáctica no quadro disciplinar da História e outras Ciências Sociais.” (Serra, 1995a) E, principalmente até 1995, esta associação teve uma atividade muito intensa, alguns dos seus primeiros projetos já desvendavam o papel de Fernando da Silva Correia para a história da cidade, como é o caso da exposição *O compromisso da Rainha* sobre o compromisso entregue ao Hospital Termal pela Rainha D. Leonor e cujo texto utilizado é uma transcrição deste médico.

Segundo a descrição feita pelo Dr. João B. Serra, o arquivo entregue pela Doutora Natália Correia Guedes era

“constituído por cerca de duas centenas e meia de caixas e uma dezena e meia de volumes de correspondência. Encontravam-se em Benavente, em casa de família deshabitada. O espólio foi confiado à associação, para inventário e estudo, por Natália Correia Guedes, sobrinha de FSC. Organização e inventário do Arquivo a cargo de Margarida Gouveia, Paula Cândido e Helena Pinto” (Serra, 1995a).

Mais do que facilitar o acesso à informação que compõe este arquivo, a sua entrada na PH constitui um primeiro nível de passagem para a comunidade, pois significou a passagem da família para uma comunidade de investigadores. Este passo foi fundamental para o passo seguinte: a divulgação de uma comunidade para outras comunidades, ou seja, a passagem deste património/arquivo de um primeiro nível comunitário para outro. Este outro nível comunitário, é de difícil definição, pois é hoje pouco assertivo tentar perceber o alcance das primeiras iniciativas da PH. Por isso, parte-se do princípio que este segundo nível é, essencialmente, constituído pelos caldenses, principal zona de influência da associação e onde decorreram a maioria das iniciativas empreendidas. Deste primeiro período de intensas atividades, destacam-se:

– Exposição bio-bibliográfica *Fernando da Silva Correia, 1895–1995: um apontamento biográfico*. Inaugurada a 20 de Maio de

1993, organizada e instalada pela PH no Palácio Real (espaço do atual Museu do Hospital e das Caldas), assinalou o centenário do nascimento do médico, sendo da responsabilidade de Margarida Araújo, Helena Pinto e Luís Nuno Rodrigues e que foi noticiada na *Gazeta das Caldas* do dia seguinte (Serra, 1995a);  
– Tratamento arquivístico conduzido pela Dra. Paula Cândido. O inventário preliminar iniciado à data de incorporação do núcleo documental na sede da PH ficou concluído em Outubro de 1994. O trabalho académico que a Dra. Paula Cândido elaborou posteriormente, começou com o estudo do principal produtor informacional e foi complementado pela história custodial do arquivo. É através deste trabalho que se sabe que, entre 1996 e 1999, o arquivo recebeu mais documentação e continuou a ser inventariado (Cândido, sem data);  
– Publicação da obra inédita *Pergaminhos das Caldas*. Em Julho de 1995, foi publicada esta obra de Fernando da Silva Correia, encontrada durante a elaboração do inventário preliminar do arquivo. O livro foi editado por um grupo de associados: João B. Serra, Paula Cândido, Hermínio de Oliveira e Luís Nuno Rodrigues. Como esclareceu o Dr. João B. Serra, inseriu-se esta publicação no programa das comemorações centenárias de Fernando da Silva Correia. E também esta iniciativa teve expressão na imprensa local, no *Jornal das Caldas* de 9 de Agosto desse ano.

Nesta obra, o Dr. João B. Serra descreveu situação do arquivo:

“formado por centenas de pastas contendo variada e importante documentação acumulada ao longo de uma vida intelectualmente intensa, encontra-se desde Janeiro de 1993 confiado à associação Património Histórico. Esta situação, estabelecida por sugestão dos familiares daquele historiador e médico, traduzir-se-á na inventariação e organização daquele espólio, e posterior disponibilização para a consulta dos investigadores. Neste momento está já concluído um inventário preliminar de parte da documentação (excluindo a correspondência), num total de 3500 referências, elaborado pela Dr.<sup>a</sup> Paula Cândido.” (Cândido & Serra, 1995, p. XX).

A 14 de Julho, a cerimónia de lançamento ocorreu no auditório exterior do Museu do Hospital das Caldas, tendo participado o Dr. Mário Gonçalves, director do Centro Hospitalar à época, a Doutora Natália Correia Guedes, a Dra. Deolinda Margarida Ribeiro e o Dr. João B. Serra. A cerimónia encerrou com a actuação do Grupo Coral Reginae Chorus e o Dr. João B. Serra escreveu que toda esta iniciativa foi um “de entre os momentos altos, pelo seu significado cultural, e gratificante (intelectual e afectivamente) da trajectória da associação “Património Histórico”” (Serra, 1995b).

Em 1995, a PH promoveu uma reunião de apreciações da sua actividade junto de diferentes personalidades e entidades, a Doutora Natália Correia Guedes que, em 1995, era conservadora de Museus e presidente da Comissão Nacional do ICOM (Conselho Internacional de Museus), considerou que o tratamento arquivístico, estudo e divulgação do arquivo do seu tio: “vêm confirmar a imagem de qualidade, de rigor científico e de empenhamento na perenidade dos valores patrimoniais das Caldas da Rainha” (Serra, 1995a). Mas este ano marcou também o início de um período de maior indefinição da associação e em que as iniciativas começaram a diminuir.

#### 1.4. Nivelar a(s) comunidade(s)<sup>2</sup>

##### a) da custódia ao estudo

No ponto anterior conheceu-se a associação que recebeu o arquivo pessoal e familiar Fernando da Silva Correia e algumas das actividades mais importantes que esta desenvolveu no momento dessa recepção, conheceu-se, portanto, a comunidade de primeiro nível que se ligou a este património.

Agora importa perceber como é que, uma vez que o arquivo foi divulgado para o exterior por essa comunidade, se constituiu uma comunidade de segundo nível, ou seja, outro grupo de pessoas interessado em conhecer este arquivo e a valorizá-lo como património. Até 2015 foi possível detectar um pequeno número de iniciativas que deram destaque ao arquivo de Fernando da Silva Correia, além das (mais) constantes referências à sua carreira e investigações, podendo referir-se os trabalhos dos seguintes investigadores: Ivo Carneiro de Sousa (Sousa, 2002), João Pita e Ana Pereira (Pita & Pereira, 2011), Teresa Silva ou, já mais recentemente Zélia Pereira (Pereira, 2018). A estas obras podem acrescentar-se a 2ª edição da obra *Origens e Formação das Misericórdias portuguesas* (1999) (Correia, 1999), o catálogo da exposição temporária *O Museu José Malhoa. As Caldas e a República* (2010) (Couto, 2010) ou a edição fac-símile da obra *Memórias das Caldas da Rainha (1484-1884)* (Carvalho, 2012).

A Doutora Teresa Silva, por exemplo, incluiu na sua tese de doutoramento uma descrição da sua visita à Capela de São Sebastião:

“O espólio do Professor Fernando Silva Correia encontra-se ao cuidado da Associação Património Histórico PH – Grupo de Estudos, com sede nas Caldas da Rainha, na Igreja de S. Sebastião. (...) Neste momento todo o arquivo encontra-se em péssimas condições de conservação correndo sérios riscos de deterioração. A documentação encontra-se meramente

Figura 2  
Vista da sala de  
arquivo da associação  
Património Histórico  
– Grupo de Estudos  
(2020, fotografia da autora)



listada sem ter sido alvo de tratamento arquivístico, no entanto, da pesquisa realizada não se localizaram documentos sobre o Instituto de Serviço Social” (Silva, 2017, p. 69).

A falta de actividade da associação, assim como o problema de não ter uma sede com as condições adequadas à preservação de colecções, como lembrou também a Dra. Isabel Xavier, actual presidente da direcção da associação (Ribeiro, 2018a, p. xli), terão constituído as principais razões para que o arquivo não tenha sido alvo de mais acções de divulgação, não tenha sido incluído noutros estudos, nem tenha sido procurado por um maior número de pessoas.

O tratamento do arquivo foi continuado em 2015, depois de a sede da associação ser deslocada para a Universidade Sénior Rainha Dona Leonor, em Caldas da Rainha e de a Doutora Natália Correia Guedes o ter doado oficialmente por considerar que estavam “reunidas as devidas condições para a conservação e divulgação de espólios documentais” (Ribeiro, 2018a, p. clvi). Foi nestas circunstâncias que a Dra. Joana Vitorino iniciou num documento Office (Excel) o que se pode considerar a continuação do trabalho desenvolvido pela Dra. Paula Cândido. Em Maio de 2017, essa descrição contava já com 3187 entradas/documentos descritos, excluindo as fotografias, postais e correspondência. Actualmente e com a intervenção efectuada no âmbito do trabalho de projecto já mencionado (e a sua continuação até à data), esse número já ascendeu a 4586, continuando a excluir as fotografias, mas incluindo já várias caixas entregues pela Doutora Natália Correia Guedes depois de 1999, assim como a correspondência (na sua maioria já numerada pela Dra. Paula Cândido), contendo a descrição de 8923 documentos. O trabalho desenvolvido pela Dra. Joana Vitorino correspondeu também à vontade da direcção

Figura 3  
Pormenor de uma visita  
guiada à exposição  
(2018, fotografia da autora)



da associação de digitalizar e disponibilizar online o arquivo, em parceria com o Arquivo Distrital de Leiria – o que não se verificou. [Figura 2]

#### b) participação e cooperação

Foi revista a relação do arquivo com a comunidade de investigadores que compõe a PH, assim como com o número reduzido de outros investigadores que procurou conhecer o objecto de estudo deste artigo. Interessa agora alargar essa comunidade (de segundo nível) para perceber se, mais recentemente, participou nas iniciativas de divulgação e de que forma estas encontraram recepção, por exemplo, na imprensa local. Entre actividades mais recentes, iniciadas em 2017, destacam-se:

- Trabalho de projecto “*Há correias que imprimem movimento*”: o espólio de Fernando da Silva Correia (1893–1966). Além de elaborar notas biográficas dos vários produtores informacionais identificados e a história custodial do arquivo, procurou definir uma proposta de quadro orgânico-funcional para o arquivo pessoal e familiar Fernando da Silva Correia. Este elemento marcou o início de um novo tratamento arquivístico, que, através da organização e descrição do arquivo, constituirá (quando terminado) a melhor forma de colocar este património acessível a todos, contribuindo para a sua valorização;
- Projecto *Um Médico na Grande Guerra. Fernando da Silva Correia*. Começou por ser apenas um projecto expositivo, mas rapidamente se desenvolveu uma dinâmica de investigação sobre a ação daquele médico na Grande Guerra e assinalar o

centenário deste conflito. A PH definiu, então, uma rede de parcerias com instituições locais e nacionais, sendo que com a DGLAB – Arquivo Distrital de Leiria, o INSA – Museu da Saúde e a Fundação Minerva/Universidade Lusíada se estabeleceram acordos de colaboração. Foi imprescindível o apoio de um largo conjunto de outras instituições, de que são exemplo, o Museu José Malhoa (MJM) e a Câmara Municipal das Caldas da Rainha. A exposição integrou as atividades do Ano Europeu do Património Cultural, das Jornadas Europeias do Património 2018 e a programação da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial, promovida pelo Ministério da Defesa Nacional. A parceria estabelecida com a *Gazeta das Caldas* deu origem à publicação quinzenal da rubrica “Um Médico das Caldas na Grande Guerra”. A equipa responsável pela exposição foi também constituída por Dóris Santos, Rita Sáez (museólogas), Isabel Xavier (investigadora) e Fausto Vicente (designer gráfico). Num trabalho articulado, esta seleccionou e organizou as fotografias, documentos e objetos (alguns sob empréstimo da família de Fernando da Silva Correia), concebeu o plano expositivo, o projeto museográfico e produziu os textos e legendas. A 22 de Setembro, antecedendo a inauguração da exposição, decorreu um colóquio com a participação de 22 investigadores ligados a diversas instituições museológicas, arquivísticas e universitárias.

Durante a exposição, a PH promoveu ainda duas conferências proferidas pelo Coronel José Berger (25 de Novembro) e pelo Tenente-Coronel Pedro Marquês de Sousa (13 de Janeiro). A 18 de Novembro, com um apoio especial da Liga de Amigos do MJM e da União de Freguesias de Nossa Senhora da Pópolo, Coto e São Gregório, realizou-se um espetáculo musical em que foi cantado um fado da autoria de Fernando da Silva Correia. Estas parcerias tornaram o projeto cativante para o público (c. 8700 visitantes), que além da exposição e visitas guiadas, ainda pôde contactar com estes especialistas. Por esta iniciativa a PH recebeu ainda uma Menção Honrosa do Prémio Acesso Cultura – Linguagem Clara e o Prémio Catálogo 2019 da APOM (Associação Portuguesa de Museologia) (AA.VV., 2018). [Figura 3]

#### 1.5. A relação arquivo-comunidade (e vice-versa) no futuro?

Conhecida a história custodial e estes vários momentos de tratamento e divulgação, como podemos avaliar a relevância deste arquivo para a história e património locais, regionais e nacionais? E como valorizá-lo nestes vários âmbitos? Estas são algumas das questões que se colocaram também no projecto de doutoramento em curso, intitulado *Identidade(s) científica(s): o património documental*

de Fernando da Silva Correia (1893–1966). Daí que, para já, aqui serão avançadas somente algumas hipóteses que têm sido pensadas para a valorização e para dinamizar a relação deste património com diferentes níveis de identidade: local, regional e nacional.

Julga-se já entendido, mesmo que não totalmente, que este médico teceu importantes redes de troca de conhecimentos nestes vários níveis de identidade, sendo evidente a sua relação com várias zonas do país, destacando-se as Caldas da Rainha (região de Leiria), Coimbra ou Lisboa. A divulgação deverá partir da entidade custodial, a associação Património Histórico – Grupo de Estudos, que poderá intensificar as actividades mais recentes, acompanhando a investigação também em curso. Tais actividades permitirão à associação aumentar o seu currículo no que diz respeito ao desenvolvimento de projectos em torno de conjuntos documentais e, conseqüentemente, valorizar aqueles que detém. Assim, as várias hipóteses de valorização deste arquivo devem conjugar os interesses e objectivos da associação e também aproveitar as parcerias estabelecidas e mencionadas previamente.

Nesse sentido, a nível local, isto é, nas Caldas da Rainha, têm-se procurado desenvolver a relação deste médico com a cidade, começando por investigar em pormenor o período em que aí trabalhou, na tentativa de perceber se, pelo elevado número de instituições que criou<sup>3</sup>, se poderá reconhecer este, tal como o período de intervenção da Rainha D. Leonor (nas palavras de Fernando da Silva Correia<sup>4</sup>), uma nova época ouro da assistência. A nível regional, começando por estabelecer uma relação com o distrito de Leiria, seria ideal enquadrar este arquivo entre os que desenvolvem a história local e são considerados património, tirando partido da parceria estabelecida com o Arquivo Distrital de Leiria, por exemplo, explorando a correspondência deste médico com intelectuais leirienses, como o médico Américo Cortez Pinto, Agostinho Tinoco, reitor do Liceu de Leiria, ou o poeta Afonso Lopes Vieira. E, nacionalmente, também através da correspondência deste arquivo é possível estabelecer relações entre várias zonas e cidades, já que, veja-se um exemplo, em 1929, durante o inquérito à Higiene Municipal, que Fernando da Silva Correia realizou por incumbência da Direcção-Geral de Saúde Pública, este médico correspondeu com os vários médicos municipais e delegados de saúde do país.

## Conclusão

“(…) heritage is a process rather than a product” (Howard, 2003, p. 12), esta citação de Peter Howard que se retoma para concluir este artigo, serve para justificar a ideia de que a valorização do arquivo pessoal e familiar Fernando da Silva Correia, o património documental que aqui esteve em estudo, é um processo que está em curso.

Procurou-se contar a história custodial deste arquivo, ligando-a com a comunidade, essencialmente local que, com um trabalho maioritariamente voluntário, o tem valorizado de acordo com as possibilidades de dinamização que têm surgido e na ausência de um programa previamente elaborado, o que seria vantajoso. Foram passadas em revista a maioria das iniciativas de divulgação, assim como os projetos de estudo e investigação em desenvolvimento. Tal como foi dito, todas as actividades tiveram uma intenção de divulgação patente, mas talvez tenha ficado pouco clara essa relação arquivo-comunidade que se procurava, por isso, se finda com a seguinte questão: como é possível, num caso como o deste objecto de estudo, conhecer claramente a comunidade que por ele se interessa?

3. Entre 1921 e 1934, anos em que Fernando desempenhou funções como médico municipal, sub e delegado de saúde das Caldas da Rainha, participou na criação ou na fundação das seguintes instituições: Laboratório Municipal, Lactário-Crèche Rainha Dona Leonor, Misericórdia das Caldas da Rainha, Casa de Repouso e Dispensário de Profilaxia Social das Caldas da Rainha.

4. Um dos artigos de Fernando da Silva Correia sobre a assistência cristã durante a Idade Média, publicado na revista *Ação Médica* em 1939, intitulava-se “A idade de ouro da assistência cristã: a assistência na Idade Média”.

- AA.VV. (2018). *Um Médico na Grande Guerra. Fernando da Silva Correia*.
- Bastian, J. A., & Alexander, B. (2009). *Community Archives: The Shaping of Memory*. Facet Publishing.
- Cândido, P. (sem data). *Arquivo Pessoal de Fernando da Silva Correia*.
- Cândido, P., & Serra, J. B. (1995). Fernando da Silva Correia e Pergaminhos das Caldas. Em *Pergaminhos das Caldas* (Património Histórico-Grupo de Estudos, p. XIII-XXIII). Grafiartes.
- Carvalho, A. de. (2012). *Memórias das Caldas da Rainha (1484-1884)*. Textiverso.
- Correia, F. da S. (1999). *Origens e formação das Misericórdias Portuguesas*. Livros Horizonte.
- Couto, M. T. do. (2010). *O Museu José Malhoa. As Caldas e a República* (1ª edição). Instituto dos Museus e da Conservação e Museu José Malhoa.
- Crooke, E. (2010). The politics of community heritage: Motivations, authority and control. *International Journal of Heritage Studies*, 16(1-2), 16-29. <https://doi.org/10.1080/13527250903441705>.
- Howard, P. (2005). *Heritage: Management, interpretation, identity*. Continuum.
- Mydland, L., & Grahn, W. (2012). Identifying heritage values in local communities. *International Journal of Heritage Studies*, 18(6), 564-587. <https://doi.org/10.1080/13527258.2011.619554>.
- Oliveira, A. H. de. (1969). *Resenha bibliográfica da importante e valiosa biblioteca formada pelo ilustre médico e higienista Dr. Fernando da Silva Correia*. Oficinas Gráficas da Sociedade de Papelaria.
- Pereira, Z. M. C. (2018). *O universo dos arquivos pessoais em Portugal: Identificação e valorização* [Ciências da Informação e Documentação]. Universidade de Évora.
- Pita, J., & Pereira, A. L. (2011, Novembro). Saúde e doença na Beira Interior na obra Portugal Sanitário (1937) Fernando da Silva Correia. *Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XXI. Cadernos de Cultura*, 25, 49-64.
- Ribeiro, J. C. B. (2018a). "Há correias que imprimem movimento": O espólio de Fernando da Silva Correia (1895-1966). <https://run.unl.pt/handle/10362/56277>.
- Ribeiro, Joana Beato. (2018b). Fernando da Silva Correia. Do registo fotográfico à "vida nova" na Grande Guerra. Em *Um Médico na Grande Guerra. Fernando da Silva Correia* (Património Histórico-Grupo de Estudos, pp. 32-43). A3 - Artes Gráficas.
- Serra, J. B. (1995a). *Dossier sobre a associação Património Histórico—Grupo de Estudos*.
- Serra, J. B. (1995b, Agosto 9). Pergaminhos das Caldas. Um monumento ímpar em louvor da cidade. Pequena antologia. *Jornal das Caldas*, 12.
- Silva, T. P. G. R. da S. (2017). *A primeira escola de Serviço Social em Portugal: O projeto educativo fundador e a configuração do campo de conhecimento (1935-1955)*. <http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/2695>.
- Sousa, I. C. (2002). *A rainha D. Leonor (1458-1525): Poder, misericórdia, religiosidade e espiritualidade no Portugal do Renascimento* (Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia).
- Stevens, M., Flinn, A., & Shepherd, E. (2010). New frameworks for community engagement in the archive sector: From handing over to handing on. *International Journal of Heritage Studies*, 16(1-2), 59-76. <https://doi.org/10.1080/13527250903441770>.

# Arquivos, historiografia e património: a escrita da História da Arquitetura Moderna em Portugal, da pesquisa ao debate sobre preservação

## Resumo

A História da Arquitetura Moderna Portuguesa constitui-se enquanto ramo disciplinar da Arquitetura entre cerca de 1960 e os finais do século XX, num momento em que o acesso aos arquivos se encontra ainda limitado a alguns locais, períodos e tipos de investigação. Para além do limitado uso de fontes primárias, as primeiras investigações são apoiadas em bibliografia secundária e de depoimentos de profissionais mais velhos. Com a viragem do século observa-se uma tendencial abertura dos arquivos à comunidade, situação que se intensifica com a progressiva informatização e digitalização da documentação. A maioria dos estudos específicos sobre temas avançados na bibliografia fundamental é realizada neste momento, bem como os primeiros estudos extensivos de fundos documentais. Durante cerca de 10 anos as novas gerações de investigadores estabelecem novas linhas de pesquisa usando os serviços possibilitados pela facilitação progressiva do acesso a documentos históricos. Os resultados alcançados nos estudos realizados neste período põem em causa as posições defendidas na historiografia estabelecida, mas muitas considerações sobre a Arquitetura Moderna permanecem desajustadas relativamente à realidade histórica da sua época. Neste contexto, uma parte importante da produção arquitetónica nacional permanece negligenciada, não sendo valorizada como património. Além disso, recentemente verifica-se uma inversão de estratégia por parte de vários arquivos, os quais tornam mais restritivo o acesso a documentos anteriormente disponíveis para consulta, numa medida que não é estranha à estratégia contemporânea de desvalorização do património arquitetónico recente. Este artigo pretende estabelecer um relacionamento crítico entre o desenvolvimento da historiografia da Arquitetura Moderna Portuguesa e as estratégias arquivísticas correntes num momento em que este domínio disciplinar se confronta com a necessidade de validação prática através da valorização da Arquitetura Moderna.

Palavras Chave: historiografia, arquitetura moderna, património, políticas arquivísticas, fontes primárias

## Abstract

The domain of History of Portuguese Modern Architecture as a disciplinary branch of Architecture had its foundations built between about 1960 and the end of the 20th century, at a time when access to archives was still limited to some places, periods and types of research. Besides the limited use of primary sources, the first researchers were supported by secondary bibliography



and testimonials from older professionals. With the turn of the century there is a tendency to open archives to the community, a situation that is intensified with the progressive computerization and digitization of documents. Many of the themes listed on the first studies are subject of the specific studies by this time. The first extensive studies of documentary funds are made at this moment as well. For about 10 years, new generations of researchers have established new lines of research using the services made possible by the progressive facilitation of access to historical documents. The results achieved in the studies carried out in this period challenged the positions defended by some of the first historians, but many considerations about Modern Architecture remain unadjusted in regard to the historical reality of their time. In this context, an important part of the national architectural production remains neglected and is not considered as heritage. Also, there has been a recent strategy reversal by several archives, which make more restrictive the access to documents previously available for consultation, in a measure that is related to the contemporary policies of devaluing the recent architectural heritage. We aim to establish a critical relationship between the development of the historiography of Portuguese Modern Architecture and current archival strategies at a time when this disciplinary domain is confronted with the need for practical validation through the valorization of Modern Architecture.

Keywords: historiography, modern architecture, heritage, archival policies, primary sources

A investigação em História da Arquitetura pressupõe uma relação do investigador com algum tipo de edificação realizada ou simplesmente projetada. Se no caso das edificações realizadas pode existir um contacto direto com o edifício realizado, no caso das edificações que não o chegam a ser, a relação com o projeto terá de ser feita unicamente através da documentação existente. O mesmo sucede com os edifícios já desaparecidos, os quais o investigador em História da Arquitetura não pode conhecer senão através de documentação diversa que os tenha retratado antes do seu desaparecimento. Para os edifícios ainda existentes, a consulta de documentação, como projetos ou outros elementos relativos à sua construção, pode ainda contribuir para o seu conhecimento por forma a identificar as possíveis alterações a que foi sujeito ao longo do tempo. Como tal, a existência de documentação específica assume uma importância basilar no contexto do processo de investigação em História da Arquitetura, seja como domínio específico da Arquitetura, seja como parte integrante da disciplina da História da Arte. Por sua vez, o edifício existente constitui por si só uma fonte direta de conhecimento através do qual o entendimento das suas características é mais inteligível do que através de documentos gráficos ou escritos.

Para o investigador, tanto a documentação como os próprios edifícios constituem fontes essenciais para a construção de uma reflexão. No entanto, nem sempre é possível ao investigador estabelecer uma relação com os dois. Por vezes não é possível encontrar a documentação original relativa aos edifícios, ora por ter desaparecido, ora por não estar acessível ao próprio investigador. Em muitas ocasiões, o edifício estudado também já não existe ou foi alvo de profundas alterações, dificultando a sua interpretação por parte do investigador. Nos casos em que o investigador pode aceder tanto ao documento como ao edifício, a reflexão é construída a partir da relação entre os dois. No entanto, nas situações em que existe apenas uma fonte (o documento ou o edifício), a reflexão é fruto de um processo muito mais complexo.

Ao longo do tempo, a investigação em História da Arquitetura tem-se debatido com diversas dificuldades no acesso ao documento. Estas dificuldades de acesso aos dois tipos de fontes diferem, porém, consoante o momento e o local em que a investigação é feita, por um lado, e o período histórico e o território a que se referem, por outro. No domínio específico da História da Arquitetura Moderna, ou seja, da vertente da História da Arquitetura que se debruça sobre a produção arquitetónica realizada sensivelmente nos últimos dois séculos, a dificuldade de acesso ao documento, designadamente a fontes primárias ou impressas, constitui a nota dominante. Apesar de a documentação sobre o período visado estar muitas vezes preservada e salvaguardada em arquivos, ao contrário do que sucede com períodos anteriores, o acesso a esta documentação está

dependente de legislação nacional e de regulamentos e normas de funcionamento institucionais, os quais vão sendo alterados ao longo do tempo, ora dificultando, ora facilitando a sua consulta por parte do investigador.

Em Portugal, o domínio da História da Arquitetura Moderna só começou a ser fruto de um trabalho sistémico por parte de vários investigadores a partir de finais da década de 1950. Nesta época, os arquivos são ainda parcialmente encerrados ao público em geral e não disponibilizam a documentação recente, como é o caso daquela relativa aos processos de edificação de obras particulares. O regime do Estado Novo promovera inicialmente uma noção de História que valoriza apenas a Idade Média, conotada com a fundação da nacionalidade, e com o período dos Descobrimentos, identificado como aquele no qual a cultura nacional é finalmente definida. É apenas tardiamente que a arquitetura do Barroco, ou seja, do século XVIII, é valorizada, muito tempo após a destruição de peças de talha e de arquitetura deste período no âmbito dos restauros realizados pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais em diversos edifícios medievais. A arquitetura pombalina será apenas valorizada a partir dos meados da década de 1960, fruto da investigação realizada por José-Augusto França, uma vez que até então a figura do Marquês de Pombal é minorizada no domínio da História por motivos políticos como a expulsão dos Jesuítas. Pelos mesmos motivos, a arquitetura oitocentista, associada ao Liberalismo, e a arquitetura do início do século XX, associada à Primeira República, são profundamente desvalorizadas pelo regime.

É neste sentido que os primeiros estudos realizados no domínio da História da Arquitetura Moderna vão entrar em ruptura para com a historiografia predominante até então. No domínio da História da Arte, José-Augusto França desenvolve o seu estudo sobre o período Pombalino (França, 1965), realizando seguidamente um estudo sobre a arte e da arquitetura portuguesas desde o século XIX até meados do século XX (França, 1967). Por sua vez, enquanto reflexão histórica feita no domínio da Arquitetura, Nuno Portas desenvolve uma investigação sobre a produção arquitetónica nacional realizada a partir dos finais do século XIX ao abrigo de um programa financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian (Correia, 2016), o qual dará posteriormente origem a diversos estudos e publicações (Portas, 1973). Apesar da contemporaneidade da realização dos estudos de José-Augusto França e de Nuno Portas, ambos optam por critérios de investigação e metodologias de análise muito diferentes entre si devido ao seu distinto posicionamento disciplinar. No entanto, apesar das suas diferenças, ambos estabelecem os seus estudos a partir de recolhas de edifícios previamente estabelecidas por periódicos de época, como as revistas *Construção Moderna/Construção Moderna, Architectura Portuguesa/Arquitettura Portuguesa*

e *Arquitettura*, ou exposições de arquitetura, como a realizada em 1953 em torno da figura do arquiteto José Marques da Silva e dos seus discípulos, realizando a partir destas uma seleção de obras e de projetistas. Adicionalmente, ambos ampliam estas recolhas de obras oferecidas por fontes documentais pré-existentes através da inventariação de mais obras no decorrer de viagens realizadas pelo território nacional, bem como através da realização de entrevistas aos arquitetos mais velhos ainda vivos à época do desenvolvimento destes estudos.

As características do panorama arquivístico nacional, porém, não permitiam o aprofundamento de diversos temas apontados seja por José-Augusto França ou Nuno Portas, seja por outros investigadores que à época desenvolviam os seus estudos. Mesmo a recolha de informação em bibliografia de época é, então, de difícil acesso para a maioria da população portuguesa, não apenas pelo reduzido número de bibliotecas existentes mas também, e sobretudo, pelas políticas de acesso à documentação. Veja-se o caso da Biblioteca Nacional, cujo acesso é então restrito a menores de idade.

Após a revolução de 1974 foram muitas e significativas as mudanças nas políticas arquivísticas portuguesas. Observa-se a partir de então uma abertura progressiva dos arquivos e das bibliotecas à comunidade. Na mesma medida, é realizada uma reorganização da documentação existente e disponibilizada ao público. É neste contexto que investigadores como Raquel Henriques da Silva e José Manuel Fernandes (Fernandes, 1979-80) prosseguem, desenvolvem ou aprofundam linhas de pesquisa enunciadas anos antes nos estudos realizados por José-Augusto França e por Nuno Portas. Do aprofundamento analítico destes temas decorre uma amplificação dos campos de estudo disciplinares com a introdução de novas questões e de novos casos de estudo, assumindo definitivamente importância disciplinar a investigação de arquivo no contexto da História da Arquitetura Moderna.

É no decorrer destes desenvolvimentos que tem início o processo de classificação patrimonial de edifícios e conjuntos urbanos referenciados nos estudos pioneiros de História da Arquitetura do século XX. Até este momento, a classificação patrimonial é um atributo quase exclusivo de edifícios realizados até ao século XVIII, sendo apenas nesta ocasião classificados diversos edifícios de ornamentação Arte Nova referidos não apenas nos estudos de José-Augusto França e de Nuno Portas como também num estudo específico de Manuel Rio-Carvalho desenvolvido a partir da década de 1950 (Rio-Carvalho, 1957).

A partir da década de 1980 e até finais da década de 1990 outros investigadores desenvolvem linhas de pesquisa mais extensivas, explorando muitas vezes áreas temáticas distintas. É neste âmbito que surgem estudos sobre a história do urbanismo dos séculos XIX e XX como os de Margarida Sousa Lôbo, sobre os planos de urbanização realizados nas décadas de 1930 e 1940

(Lobo, 1995), e de Anni Günther Nonell, sobre as políticas urbanas portuenses do final do século XVIII até 1852 (Nonell, 2002), ambos assentes em amplos fundos documentais disponibilizados por arquivos públicos, os quais no último caso são associados a informação recolhida em fontes impressas. Paralelamente, ganha relevância a investigação em arquivos particulares ou de origem particular, como é o caso de espólios de arquitetos, sendo disso exemplo os estudos desenvolvidos por Ana Tostões sobre a figura de Francisco Keil Amaral (Tostões, 1992; 1999) e a arquitetura moderna do final da década de 1940 aos primeiros anos da década de 1960 (Tostões, 1997).

Também neste período ganha relevância sócio-cultural a noção de exposição de arquitetura, mecanismo que passa a ser encarado como veículo cultural de disseminação do conhecimento recolhido em estudos académicos realizados ou em realização e de acesso difícil à população em geral. Com efeito, as exposições de arquitetura vêm permitir a transposição da documentação existente em arquivos públicos ou em espólios de projetistas, por exemplo, para um local de acesso público, ainda que condicionado a um momento específico. Neste contexto, a exposição é organizada através da ação do investigador que em cada momento coordena estudos sobre um determinado assunto, permitindo a validação do seu estudo. Se a realização em 1970 da exposição retrospectiva da obra de Raul Lino, na Fundação Calouste Gulbenkian (França, Almeida & Rio-Carvalho, 1970), se assume como um marco fundamental no reenquadramento deste tipo de iniciativas enquanto resultado de uma investigação de arquivo, é sobretudo a partir da década de 1980 que se verifica uma intensificação deste tipo de ação. Nesta ocasião, assumem especial relevância as exposições sobre a obra de José Marques da Silva, realizada no Porto em 1986 no contexto do estudo realizado por António Cardoso (Cardoso, 1986), e sobre as Avenidas Novas, realizada em Lisboa no ano seguinte no âmbito da investigação realizada por Raquel Henriques da Silva sobre o mesmo tema (Silva, 1989). Com a exposição “Portugal Arquitectura do Século XX” apresentada em Frankfurt em 1997 (Becker, Tostões & Wang, 1997), este mecanismo cultural assume finalmente um lugar cimeiro na cultura portuguesa.

No final da década de 1990 os arquivos vão disponibilizando progressivamente mais documentação ao público, sendo processados diversos fundos documentais relacionadas com a arquitetura moderna e levadas a cabo algumas das primeiras investigações extensivas deste tipo de documentação. São de referir neste sentido as investigações realizadas sobre fundos compostos por processos de obras particulares ou licenças de obra, investigações nas quais um mesmo investigador se dedica à consulta de centenas ou milhares de processos, ampliando os inventários existentes e que vêm sendo lentamente amplificados

desde os estudos pioneiros de José-Augusto França e Nuno Portas. No Porto, por exemplo, destacam-se os estudos realizados por Manuel Mendes e por Luís Aguiar Branco, os quais vêm a permitir diversas exposições e publicação dos respetivos catálogos, de que são exemplo a exposição “(In)formar a modernidade” (Mendes, 2001a) e a exposição “Lojas do Porto” (Branco, 2009).

É nesta ocasião que os arquivos portugueses atravessam um novo momento de transformação por adaptação às novas tecnologias disponibilizadas no domínio informático. Com efeito, a partir de 2001 observa-se a gradual digitalização dos inventários de fundos documentais, a qual é seguida poucos anos mais tarde pela digitalização de documentos, primeiro a partir de microfiches e mais tarde através de fotografia digital. A ocasional disponibilização ao público através da internet dos referidos inventários e documentos é realizada ao longo de um longo período que ainda decorre. Este processo é acompanhado, no seu início, por um grande alargamento do número de trabalhos de investigação académica no domínio de História da Arquitetura Moderna em Portugal, sobretudo com a elaboração de trabalhos de fim de licenciatura ou de mestrado, tanto em cursos de Arquitetura como de História ou de História da Arte, entre outros domínios disciplinares. É neste tipo de trabalhos que as novas políticas arquivísticas assumem um papel central, permitindo um rápido acesso à informação. Veja-se o caso do Arquivo Municipal de Lisboa, que promove desde cedo a digitalização do seu fundo de fotografias, divulgando-o posteriormente ao público através da sua página na internet, o mesmo sucedendo com alguns fundos da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian.

Contemporaneamente, as políticas arquivísticas começam a ter em consideração a importância disciplinar da arquitetura privada do século XX no contexto da elaboração de estudos académicos, verificando-se uma progressiva facilitação do acesso à documentação existente. O Arquivo Histórico Municipal do Porto é uma das instituições mais procuradas no contexto de trabalhos académicos entre os arquivos portugueses. Originalmente, este arquivo integrava apenas os processos de licenciamento relativos a construções privadas erguidas até ao início de Novecentos. Em 2003 integra nos seus fundos documentais os processos de Licenças de Obras datados entre 1909 e 1922, os quais são transferidos do Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto. No ano seguinte integra os processos datados entre 1923 e 1938. Mais recentemente, o Arquivo Histórico Municipal do Porto tem recebido daquele outro serviço camarário diversos processos de licenciamento de datas posteriores. Por sua vez, o Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner, em Vila Nova de Gaia, realizou um extensivo processo de digitalização do seu fundo de processos de obras particulares, disponibilizando na íntegra através da sua página de internet os processos concluídos há mais de 75 anos.

Aos fatores já referidos importa acrescentar a permissão do acesso público a processos de obras particulares mais recentes, a qual é concedida sensivelmente a partir de 2006. Até então era frequente a necessidade de apresentação por parte do investigador de autorização escrita por parte do proprietário de cada imóvel para a consulta dos processos de licenciamento no caso de estes terem menos de 50 ou mesmo de 70 anos.

As novas políticas arquivísticas possibilitam, nesta ocasião, a abertura de novos campos de investigação. No entanto, recentemente têm-se verificado diversas políticas arquivísticas muito distintas daquelas que vinham sendo postas em prática desde o final da década de 1970, verificando-se em certas instituições uma autêntica inversão das estratégias de disponibilização de documentos.

A nível nacional, um dos primeiros tipos de documentos que são retirados de consulta pública são projetos de edifícios bancários. A sua retirada de consulta é feita por motivos de segurança e prevenção contra assaltos em virtude da crise financeira que os bancos atravessam naquele período. O processo de retirada de consulta destes documentos é feito de modo distinto nos diversos arquivos. No caso do Arquivo Histórico Municipal do Porto este processo assume algumas particularidades, sendo que muitos destes projetos são ocultados do registo de licenças de obras pela omissão do seu registo no inventário de licenças de obras, enquanto que noutros arquivos o seu registo permanece, sendo necessária autorização da entidade proprietária do edifício para a consulta do seu projeto.

No mesmo Arquivo Histórico Municipal do Porto, o mesmo procedimento é aplicado posteriormente a outros tipos de processos de obras particulares por motivos muito distintos, designadamente de edifícios que atravessam uma profunda transformação arquitetónica.

É o caso do edifício do antigo jornal “O Comércio do Porto” situado na Avenida dos Aliados e projetado em 1927 pelos arquitetos Rogério Azevedo e Balthazar de Castro. Este edifício conhecido no campo da História da Arquitetura do Porto pela sua relação com o edifício da Garagem do mesmo nome que com este confina a poente, projetada pelos mesmos arquitetos num gosto mais modernista (Nonell, 2001).

O edifício de “O Comércio do Porto” tinha já sido profundamente alterado em 1990 com a destruição integral do seu interior, quando o mesmo é vendido pelo seu detentor original ao Banco Internacional do Funchal – BANIF. Após a falência deste banco em finais de 2015, o edifício é vendido e volta a ser sujeito a uma nova alteração a partir de Março de 2017, desta vez com a destruição de alguns elementos da fachada. O processo de licença de obras é retirado de consulta aquando do início da obra, num momento em que esta está envolta em polémica.

A mesma situação ocorre com outros projetos, como por exemplo o da Casa Daniel Barbosa, situada num amplo terreno da Avenida Marechal Gomes da Costa (Mendes, 2001b). Esta corresponde a uma obra da década de 1930, a qual surge identificada em vários livros de referência, desde estudos académicos a diversos guias de arquitetura, e que é neste momento vendida a privados pelo Estado Português, o qual teve aí instalado alguns serviços do Ministério da Saúde durante várias décadas. Tal como no caso do edifício de “O Comércio do Porto”, também o processo de licença de obras da Casa Daniel Barbosa é retirado de consulta num momento em que o edifício atravessa um profundo processo de transformação.

No arquivo histórico da DGEG (Direção Geral de Energia e Geologia), situado em Lisboa e detentor de documentação diversa sobre as estâncias termais portuguesas e sobre as edificações que as compõem, verifica-se igualmente uma situação em que os documentos são retirados de consulta pública, mas por motivos muito distintos dos verificados no arquivo portuense. Com efeito, este arquivo estatal deixou recentemente de disponibilizar o acesso a grande parte dos seus fundos documentais por questões logísticas. A redução de verbas e, sobretudo, a reorganização do arquivo devido à fusão de diversos antigos organismos estatais com a DGEG conduziu a que grande parte da documentação anteriormente disponível para consulta pública tenha sido remetida para um arquivo morto.

No entanto, as alterações das políticas arquivísticas vai para além dos arquivos que detêm processos de licenciamento de construções. Também no Porto, a Biblioteca Pública Municipal do Porto tem atravessado um processo de retirada de consulta de numerosos documentos. Esta é uma das bibliotecas públicas mais antigas do país e detém um acervo singular com muitos exemplares documentais únicos, entre os quais periódicos. No entanto, apesar da exceção da sua acervo, esta Biblioteca tem sido subfinanciada ao longo de várias décadas. Neste contexto, o seu ímpar acervo de periódicos nunca foi alvo de um processo transversal de reprodução como sucedeu em outras congéneres suas, nas quais se verificou a microfilmagem ou mesmo digitalização extensiva de documentos. Na biblioteca portuense, os periódicos existentes não foram devidamente preservados, chegando frequentemente a estados de deterioração graves, sendo retirados de consulta sem que existam outras versões dos mesmos jornais acessíveis ao público no país. É este o caso de longos períodos de edição do periódico portuense “O Primeiro de Janeiro”, de que é exemplo mais notório o ano de 1919, o qual teve na cidade uma grande importância política por coincidir com a chamada “Monarquia do Norte”. As dificuldades causadas pela retirada de numerosos volumes de periódicos levou, recentemente, à retirada de consulta deste e de outros dos principais jornais

locais para os períodos decorridos até 1923, impedindo o prosseguimento de diversas investigações académicas em curso.

Em locais menos populosos verificam-se, paralelamente, a permanência de dificuldades de há longo tempo, como a ausência de obras e a dificuldade na acomodação de documentos. É este o caso do Arquivo Distrital de Viseu, o qual está instalado num edifício que não tem obras significativas há várias décadas. Os documentos são armazenados em caixas e em estantes sem proteções contra a humidade, por exemplo, verificando-se a sua danificação ocasional e a perda irreparável de informação histórica.

Se, por um lado, as alterações das políticas arquivísticas em Portugal têm sido frequentes ao longo dos últimos 50 anos com uma progressiva abertura dos arquivos à comunidade, por outro lado, tem-se observado nos últimos anos uma inversão do paradigma arquivístico com a retirada de consulta de documentos dos fundos documentais de diversos arquivos portugueses a par da degradação de serviços em arquivos e bibliotecas subfinanciadas.

Por vezes, a retirada de documentos de consulta pública surge associada a motivos orçamentais, como na DGEG, na Biblioteca Pública Municipal do Porto e no Arquivo Distrital de Viseu. A nível dos arquivos municipais, que detêm entre os seus fundos documentais uma vasta documentação relativa a processos de obras particulares, a retirada de diversos documentos de consulta pública prende-se, por oposição, com motivos distintos, como por exemplo a proteção de dados.

Esta última prática, em associação com o desaparecimento ou alteração profunda de diversos edifícios, conduz a que os investigadores tenham perdido o acesso aos dois tipos de fontes essenciais de investigação, designadamente os documentos originais e o próprio edifício.

Perante esta situação impõe-se uma nova questão àqueles que realizam investigações académicas sobre fundos documentais. Como deve o investigador exercer o seu trabalho de construção da História quando lhe é impedido o acesso às fontes essenciais necessárias para a realização desse trabalho?

O novo paradigma arquivístico implica uma reflexão sobre a importância das novas investigações sobre História da Arquitetura num contexto em que não só o valor patrimonial do documento histórico é desvalorizado. Importa, assim, que o investigador assuma uma consciência crítica perante a importância da preservação documental, que deste modo entra em conflito com uma revisão da História da Arquitetura.

## Bibliografia

- Becker, A., Tostões, A. & Wang, W. (1997). *Portugal: arquitectura do século XX*. München: Prestel.
- Branco, L. A. (2009). *Lojas do Porto*. Porto: Afrontamento.
- Cardoso, A. (1986). *J. Marques da Silva Arquitecto 1869-1947*. Porto: Secção Regional do Norte da Associação dos Arquitectos Portugueses.
- Correia, N. C. P. M. (2016). *Crítica e debate arquitectónico na 5.ª série da revista "Arquitectura" - Portugal, 1957-1974*. (Tese de doutoramento). Universitat Politècnica de Catalunya, Departament de Composició Arquitectònica.
- Fernandes, J. M. (1979-1980). Para o estudo da Arquitectura Modernista em Portugal. *Arquitectura*, 132-133-137-138.
- França, J.-A. (1965). *Lisboa pombalina e o iluminismo*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- França, J.-A. (1967). *A Arte em Portugal no Século XIX*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- França, J.-A., Almeida, P. V. & Rio-Carvalho, M. (1970). *Raul Lino: exposição retrospectiva da sua obra*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lôbo, M. (1995). *Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco*. Porto: FAUP Publicações.
- Mendes, M. (2001a). *(In)formar a modernidade: Arquitecturas portuguesas, 1925-1945: morfologias, movimentos, metamorfoses*. Porto: FAUP Publicações.
- Mendes, M. (2001b). *Unifamiliar e Moderno*. In Figueira, J., Providência, P. & Grande N. (eds.), Porto 1901-2001: Guia de arquitectura moderna. Porto: Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos/Livraria Civilização Editora.
- Nonell, A. G. (2001). *Garagem do Comércio do Porto*. In Figueira, J., Providência, P. & Grande N. (eds.), Porto 1901-2001: Guia de arquitectura moderna. Porto: Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos/Livraria Civilização Editora.
- Nonell, A. G. (2002). *Porto, 1763/1852: a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto: FAUP Publicações.
- Portas, N. (1975). A evolução da arquitectura moderna em Portugal - Uma interpretação. In Zevi, B., *História da Arquitectura Moderna*. Lisboa: Editora Arcádia.
- Rio-Carvalho, M. (1957). "Modern" Style, "Art Nouveau" e "Arte Nova". *Arquitectura*, 60, 5-10.
- Silva, R. H. (1989). *Lisboa de Frederico Ressano Garcia: 1874-1910*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Tostões, A. (1992). *Monsanto, Parque Eduardo VII, Campo Grande: Keil do Amaral, arquitecto dos espaços verdes de Lisboa*. Lisboa: Salamandra.
- Tostões, A. (1997). *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50*. Porto: FAUP Publicações.
- Tostões, A. (1999). *Keil do Amaral o arquitecto e o humanista*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

# Identificação de dispositivos de infiltração e drenagem nas planícies de Marromeu – Unidades elementares na zonografia de cheias do baixo Zambeze – Moçambique

## Resumo

Os ecossistemas da Bacia do rio Zambeze, em Moçambique prestam serviços vários e desempenham um papel fundamental na regularização de cheias e atenuação de inundações recorrentes. O estudo presente dedica uma maior atenção ao Complexo de Marromeu e à geologia que sustenta esses ecossistemas na margem direita do rio. Aí foram identificados dois grupos de dispositivos de retenção e escoamento fluvial com influência no regime de cheias. Os dispositivos alveolares, prevalecem no domínio de cotas, 75 a 42m, com um volume de armazenamento global de água de 800000m<sup>3</sup>/km<sup>2</sup>. Os dispositivos poligonais predominam a cotas mais baixas, 5 a 2m, com um volume de armazenamento global de 400000m<sup>3</sup>/km<sup>2</sup>. A preservação e conservação destes dispositivos e dos domínios em que proliferam é essencial para a regularização do escoamento pré-deltaico em regimes de cheia, atenuando picos de inundação.

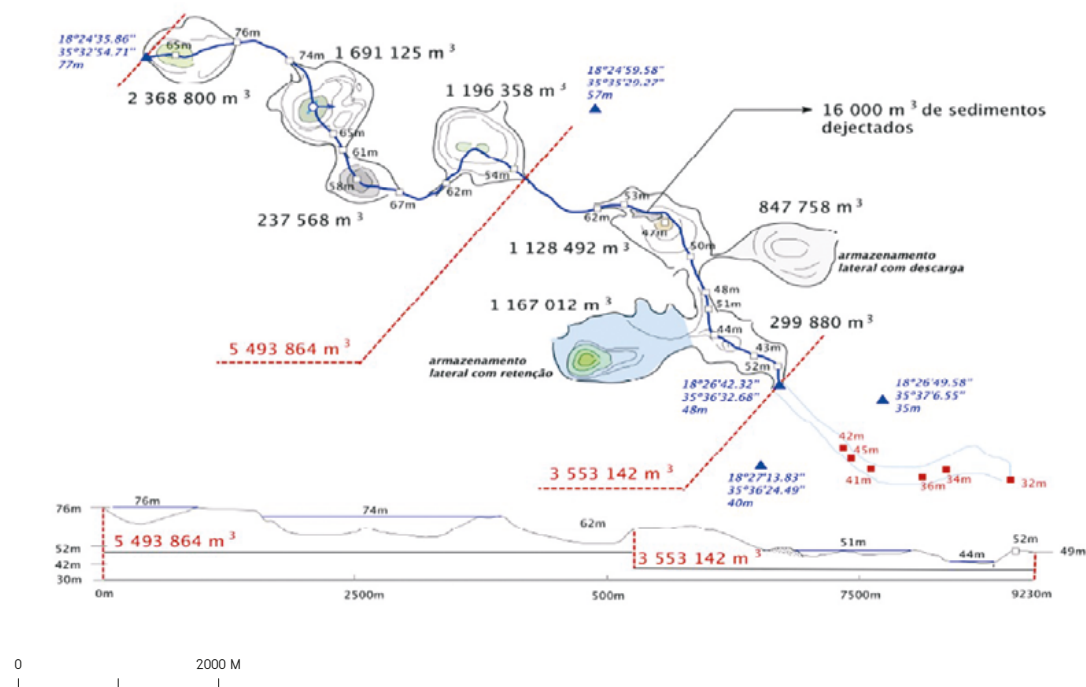
Palavras-chave: análise distanciada, cheias, dispositivos, unidades geomorfológicas, zonografia.

## Abstract

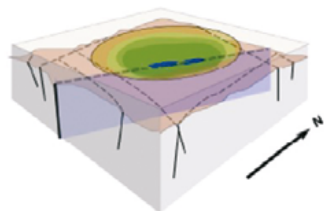
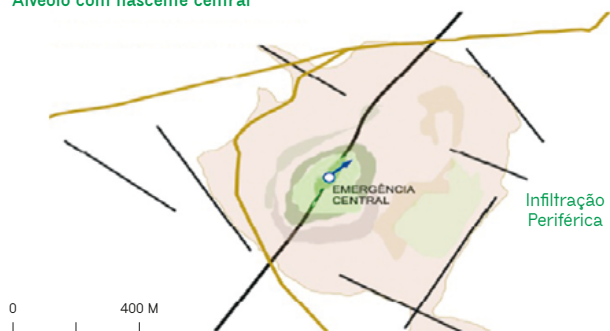
In Mozambique, the Zambezi River Basin ecosystems, provide several services and play a key role in flood regularization and recurrent flood mitigation. The present study pays greater attention to the Marromeu Complex and the geology that supports these ecosystems on the right bank of the river. During the research, two groups of river retention and flow devices with influence on the flood regime were identified. Alveolar devices prevail in the domain of quotas between 42 and 75m, with a global water storage volume of 800000m<sup>3</sup>/km<sup>2</sup>. Polygonal devices predominate at lower heights, ranging from 2 to 5m, with a global storage volume of 400000m<sup>3</sup>/km<sup>2</sup>. However, the preservation and conservation of these devices and the domains in which they proliferate is essential for the regularization of pre-deltaic runoff in flood regimes, attenuating flood peaks.

Keywords: devices, distanced analysis, floods, geomorphological units, zonation.





Alvéolo com nascente central



Alvéolo com infiltração prevalecte

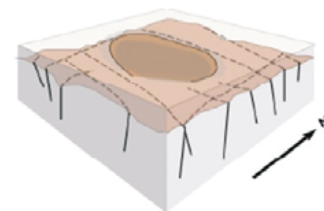
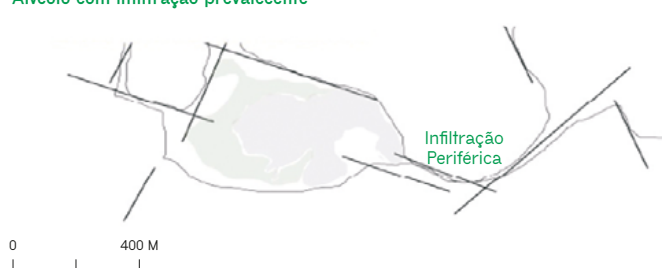


Figura 2  
Exemplo da  
compartimentação  
e funcionalidade  
de volumes de  
armazenamento de água  
até às cotas de descarga  
de dispositivos alveolares  
individuais e conjuntos de  
dispositivos, em domínios  
alveolares (ver fig. 1).  
(2019, Universidade do  
Minho©, Fotografia de  
Luís Maloa).

escoamentos principais e o delta propriamente dito. Aqui, convém esclarecer a distinção que é feita entre inundação e cheia. O conceito de cheia comporta a dinâmica hidrológica de um determinado curso de água (“subida, geralmente rápida, do nível de um curso de água até um máximo a partir do qual desce em geral mais lentamente”). O conceito de inundação refere-se à submersão de áreas situadas fora dos limites normais de um curso de água, reduzindo também a acumulação de água proveniente da drenagem, em zonas que normalmente não se encontram submersas.

As primeiras observações com recurso da análise distanciada (pré-campo) com fotointerpretação das heterogeneidades de coberto vegetal mostram que algumas áreas onde se localizavam estes dispositivos foram destruídas ou alteradas por ação antrópica principalmente em manejo da prática agrícola. A monocultura de cana-de-açúcar e a prática continuada da agricultura na região se reflete não só em alterações imediatas na paisagem e nos ecossistemas, mas também na dispersão dos dispositivos descritos e conseqüentemente na variação dos ritmos temporais e aumento dos riscos de inundação, com influência na zonografia do alagamento, na alteração da dinâmica fluvial e na qualidade da água.

A geometria dos dispositivos e os modelos conceptuais do seu funcionamento individual permite compreender a influência sobre o alastramento de planos de água aos diferentes domínios geográficos do Complexo.

Os dispositivos principais individualizáveis são os alvéolos subcirculares [Figuras 2 e 3] e a organização anostomosada poligonal da rede de canais pouco profundos [Figura 4] com influência decisiva sobre a escorrência e inundação em particular nas terras alagáveis adjacentes aos canais principais, lezírias e várzeas (“tandos”).

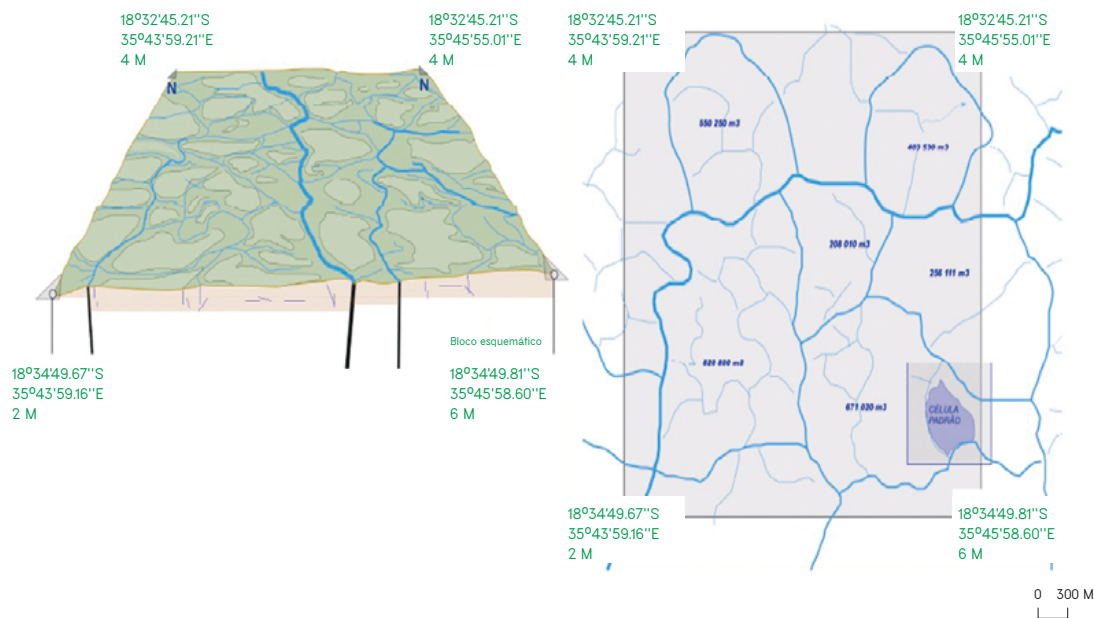
Na figura 2, atrás, nota-se que os alvéolos se diferenciam entre dois tipos essenciais em termos da quantidade e qualidade da água retida e variações destes parâmetros no tempo:

- *alvéolos com nascente central* em que a disponibilidade de água representa estados de equilíbrio sazonais face a oscilações de pluviosidade e infiltração compensados por emergências a partir de águas freáticas - mantêm alguma água durante todo o ano;
- *alvéolos com infiltração prevalecte*, muito sujeitos à sazonalidade dos valores da pluviosidade, à evaporação e evapotranspiração e à infiltração - podem num estio extremo mostrar uma zona central argílica dessecada.

De forma generalizada nos alvéolos, o que se observa são situações intermédias entre os extremos geométricos e os modelos conceptuais das unidades individualizadas. Em qualquer caso a função reguladora do alvéolo em regime de cheia, e a atenuação

Figura 3  
Tipos distintos e extremos  
de alvéolos diferenciados  
pela estrutura subjacente  
e pelo escoamento  
subterrâneo no seu  
volume de influência -  
representações em planta  
e em bloco diagrama  
conceptual de unidades  
individualizadas  
(2019, Universidade do  
Minho©, Fotografia de  
Luís Maloa).





**Figura 4**  
Tipo de drenagem anostomosada poligonal (reconstituição 3D a partir de imagem de satélite e planta de análise geométrica) veiculada por canais definidos à superfície e em subsuperfície, por sua vez e ocasionalmente, controlados por acidentes tectónicos antigos reativados (ver. fig 1). (2019, Universidade do Minho©, Fotografia de Luís Maloa).

de inundações em episódios extremos, decorre da sua capacidade de armazenamento e, após enchimento, decorre do vazamento e tributação regularizada para o sistema de drenagem situado a jusante.

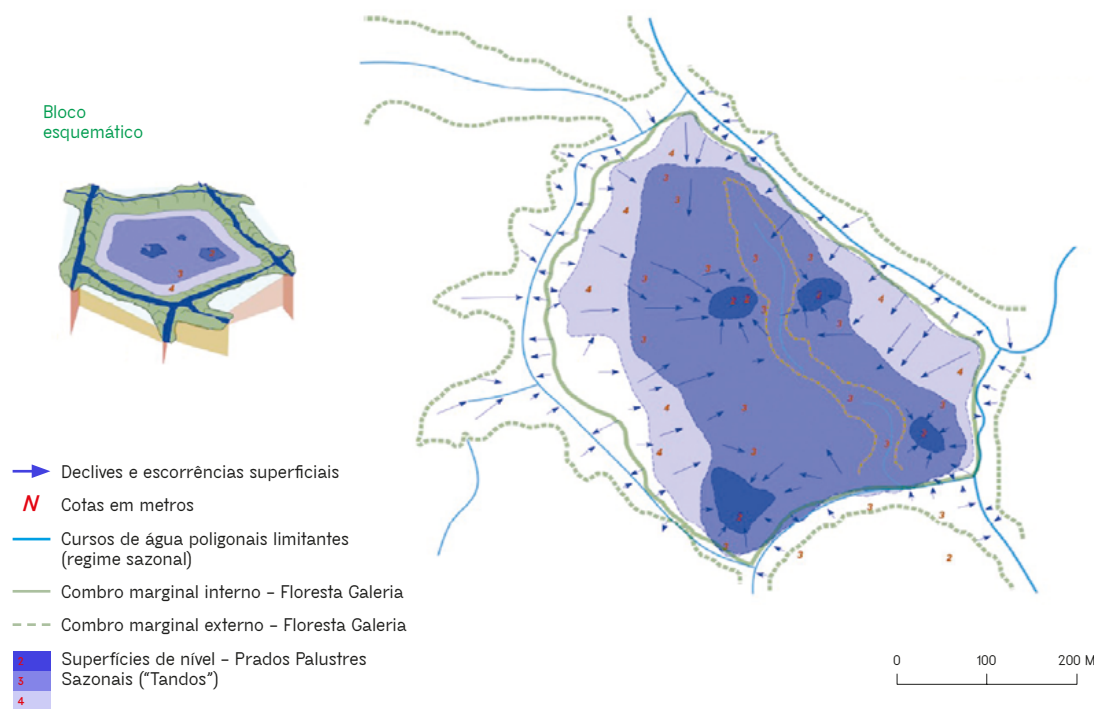
Constata-se uma situação diferente no caso do regime de escoamento superficial dos domínios com drenagem em rede anostomosada poligonal [Figura 4], neste caso o enchimento de polígonos rebaixados ocorre por transbordo a partir dos canais limite dos polígonos, mas também aqui se verifica uma tendência de atenuação dos débitos para os canais principais alimentados a partir da rede anostomosada.

Em todos os casos a análise granulométrica e morfooscópica dos sedimentos em vários sectores da figura 1 mostrou que predominam sedimentos finos rolados alóctones, acumulados em depósitos bastante permissivos face à infiltração (areno-argilosos a siltíticos) e intercalados com alguns horizontes argílicos de espessuras variáveis.

A diferenciação de dispositivos observada resulta de combinações específicas entre as condicionantes estruturais do soco cristalino, dinâmica sedimentar e escoamento superficial, destacando-se:

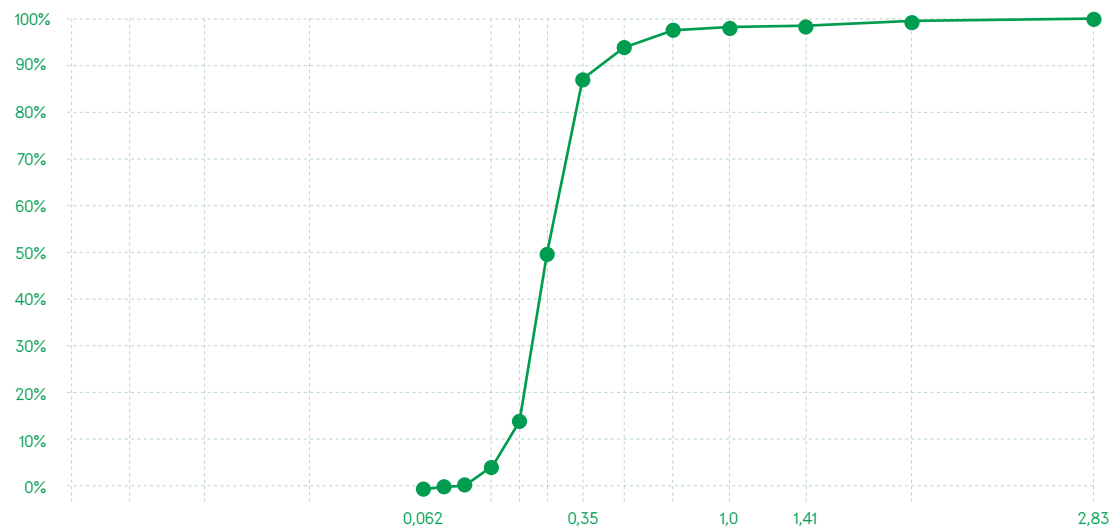
- rede de estruturas penetrativas e acidentes tectónicos de tipologia variada no soco cristalino;
- tectónica lítrica recente, marginal e litoral e reativação de acidentes antigos;
- escoamentos e variações de trajeto dos canais pré-deltaicos divergentes;
- variação de condições de sedimentação entre talude com leques a W e vindas diferenciadas de cargas sedimentares, prevalentes no decurso do quaternário, face a diferentes condições de acolhimento pelas terras baixas. [Figura 5]

**Figura 5**  
Representações em planta e em bloco diagrama conceptual de uma unidade poligonal individualizada (célula padrão assinalada na figura 4) com indicação de declives e escorrências superficiais associadas (2019, Universidade do Minho©, Fotografia de Luís Maloa).



Ultimamente este panorama começa a ser influenciado pela utilização antrópica da bacia baixa. Num nível de organização mais abrangente, os elementos de análise geomorfológica e geológica, combinados com os registos de cheias/inundações, facilitam a definição de um quadro de inter-relações entre condições naturais de infiltração ou drenagem superficial e a intervenção antrópica na Bacia.

Os fulcros distantes de desequilíbrios de escoamento são a barragem de Cahora-Bassa à montante e a interferência com o sistema fluvial do rio Chire. Como fulcro próximo evidencia-se a monocultura de cana de açúcar e a regularização da drenagem na área cultivada, que se refletem, não só em alterações imediatas na paisagem e nos ecossistemas, mas também na dispersão dos dispositivos descritos e consequentemente, na variação dos ritmos temporais e aumento dos riscos de inundações, com influência na



**Gráfico 1**  
Curva granulométrica da Zona 1, amostra 1 (2019, Universidade do Minho©, Gráfico de Luís Maloa).

Curva Granulométrica

zonografia do alagamento, na alteração da dinâmica fluvial e na qualidade da água.

Conforme se pode observar na curva granulométrica [Gráfico 1] demonstrativa da zona 1 em estudo, esta aproxima-se de uma recta ou mostra predominância da convexidade ascendente (Fácies logarítmica a fácies hiperbólica), indicando:

- longa evolução por transporte;
- partículas depositadas por perda de capacidade de carga da corrente em cheia;
- fácies de decantação depositadas longe da influência continental direta;

## Conclusões

Numa estimativa grosseira, os dispositivos alveolares estudados prevalecem no domínio de cotas 75 a 42m, correspondendo-lhe um volume de armazenamento global de água da ordem de 800000m<sup>3</sup>/km<sup>2</sup>. Os dispositivos poligonais prevalecem a cotas mais baixas, 5 a 2m, e são responsáveis por um volume de armazenamento global, em polígonos rebaixados, da ordem de 400000m<sup>3</sup>/km<sup>2</sup>. As áreas de risco identificadas estão mais próximas dos canais principais (terrenos alagáveis na figura 1). Assim, é de realçar a necessidade de conservação dos domínios alveolares e poligonais pelos serviços prestados à regularização dos regimes de cheia.

De acordo com os resultados obtidos e avaliando os registos de volumes de escoamentos e descargas da Barragem de Cahora-Bassa, classificados como dos mais altos 1958 (8204 m<sup>3</sup> /s), 1962 (5425 m<sup>3</sup> /s), 1966 (5233 m<sup>3</sup> /s), 1970 (4783 m<sup>3</sup> /s), 1978 com descarga e escoamentos máximos de 12900 m<sup>3</sup> /s, 1980

(10163 m<sup>3</sup> /s), 1989 (14436 m<sup>3</sup> /s), 1997 (12170 m<sup>3</sup> /s), 2001 (13978 m<sup>3</sup> /s), 2013 (11379 m<sup>3</sup> /s), conclui-se que estes dispositivos de infiltração e drenagem constituem em si um mecanismo de controle, regularização, armazenamento e amortecimento das águas. Para além deste efeito de amortecimento de escoamento em períodos de ponta, estes dispositivos servem um outro propósito como a resolução dos problemas relacionados com a ausência de pluviosidade.

As áreas de risco identificadas estão mais próximas dos canais principais (terrenos alagáveis na figura 1. Assim, é de realçar a necessidade de conservação dos domínios alveolares e poligonais pelos serviços prestados à regularização dos regimes de cheia.

## Recomendações

Através deste trabalho é reforçada a ideia da necessidade de introdução de um quadro legislativo referente à ocupação e utilização de terras com domínio hídrico, para que se evite intervenções desordenadas resultantes do aproveitamento antrópico concentrado na exploração agrossilvipastoril e cinegética. De acordo com a cartografia geológica da região, o Sector Nhapacu/Salone, mostrou-se mais favorável para reassentamentos do ponto de vista do risco; menos favorável do ponto de vista da acessibilidade aos recursos naturais, infraestruturas e do ponto de vista de eventuais conflitos de interesse com a concessão de exploração a entidades privadas.

## Bibliografia

Afonso, R. S., Marques, J. M. & Ferrara, M. (1998). A evolução geológica de Moçambique. Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa; Direção Nacional de Geologia, Maputo.

Agência de desenvolvimento do Vale do Zambeze (ADVZ). Avaliação Ambiental Estratégica, Plano Multisectorial, Plano Especial de Ordenamento Territorial do Vale do Zambeze e Modelo Digital de Suporte a Decisões, Dezembro de 2015, Maputo.

Beilfuss, R. & Santos, D. 2001. Patterns of hydrological change in the Zambeze Delta, Mozambique. Working paper 2, Program for the sustainable management of Cahora Bassa Dam and the Lower Zambeze Valley, 159 pp.

Silva, H. (2007). Reflexões Sobre Aspectos Físicos, Sociais, Económicos e Ambientais da Bacia do Zambeze, Edição HCB.

# Estrada de ferro São Luís – Teresina: Evolução histórico- -paisagística e valorização patrimonial de um caminho de ferro no nordeste brasileiro

\* Universidade Paris 1  
Panthéon Sorbonne,  
Università Degli Studi  
di Padova e Universidade  
de Évora. Bolsista do  
programa Erasmus  
Mundus do Master TPTI –  
Techniques, Territoires e  
Patrimoine de l'Industrie  
da Agência Executiva  
relativa à Educação, ao  
Audiovisual e à Cultura  
da União Europeia.

## Resumo

O tema de estudo da presente comunicação focar-se-á na Estrada de Ferro São Luís – Teresina (EFSLT) construída entre os séculos XIX e XX visando ligar as duas capitais dos estados do Maranhão e do Piauí no nordeste do Brasil. A ferrovia é representativa dos primórdios da industrialização no país e foi fundamental para a formação e organização do território do Maranhão. O objetivo do trabalho é de compreender as relações entre o caminho de ferro São Luís – Teresina, a paisagem original e o contexto em que foi construída sob um ponto de vista da salvaguarda do patrimônio industrial. O legado patrimonial material ferroviário da EFSLT compreende o conjunto de infraestruturas e seus edifícios de suporte além da sua componente imaterial. Esta ferrovia foi uma alternativa ao predominante e ineficiente sistema de transporte fluvial, tendo sido construída a fim de vincular os principais centros produtores e a capital. Os impactos na paisagem natural traduziram-se pela implantação de trilhos, pontes, edificações de suporte e pelas novas cidades surgidas no entorno das 34 estações que a compunham. Da análise destes elementos, identificou-se uma tendência à homogeneidade na composição tipo-morfológica de sua arquitetura. Entretanto, a falta de sensibilização em relação à este patrimônio traduz-se no estado de abandono que padecem as infraestruturas remanescentes. Desta maneira, propõe-se algumas alternativas para a sua salvaguarda. Assim, este estudo constitui-se em uma contribuição relevante para sua salvaguarda ao fazer uma análise que enfatiza o patrimônio ferroviário da Estrada de Ferro São Luís – Teresina em suas componentes histórica, paisagística, social, econômica e urbana.

Palavras-Chave: São Luís, Maranhão, Patrimônio, Ferrovia, Paisagem

## Abstract

This communication will focus on the study subject of São Luís – Teresina Railway (EFSLT). EFSLT was built between the end of the 19th and the beginning of the 20th century with the aim of connecting the capitals of Maranhão and Piauí states in northeastern Brazil, being representative of the country's early industrialization. The purpose of this work is to understand the relationship between São Luís – Teresina railway, the original landscape and the historical, social and economic context in which it was built, considering the view point of preservation, appreciation and safeguarding of Brazilian railways industrial heritage. EFSLT's material railway heritage includes the set of infrastructures and supporting buildings in addition to its intangible component, up to now little explored. EFSLT was central

for forming and organizing Maranhão state's territory. The rail system was an alternative to the inefficient waterway transportation system. It was built so as to link the main producing centers, located in inland cities, to the capital through a single transport network. The impacts on the natural landscape are translated on the implementation of tracks, bridges and support buildings and on the emergence of new cities as a result of the railroad, concentrated around the 34 stations that comprised it. The analysis of these elements identified a tendency towards homogeneity in the type-morphological composition of their architecture. However, the lack of awareness about the importance of this heritage for the constitution of Maranhão's identity translates into the state of neglect suffered by the remaining infrastructures. In this sense, alternatives for the heritage's safeguarding are proposed. Thus, this study constitutes a relevant contribution to the safeguarding of São Luís - Teresina railway in making an analysis that emphasizes its railway heritage and its components historical, landscape, social, economic and urban.

Keywords: São Luís, Maranhão, Heritage, Railroad, Landscape

Mapa 1  
O trajeto concluído da Estrada de Ferro São Luís-Teresina em 1984. (1984, Ministério dos Transportes©, mapa de GEIPOT).



## Introdução

A capital do estado do Maranhão, São Luís, localizado na região nordeste do Brasil conta com dois caminhos de ferro independentes: um deles parte na direção sudeste e conecta a cidade de Teresina, capital do estado vizinho do Piauí; a outra ferrovia parte na direção sudoeste ligando o porto de Itaquí situado na periferia de São Luís à cidade de Carajás, polo de relevância nacional no quesito extração de minérios destinados à exportação, situada no interior do estado vizinho do Pará.

O trajeto dos trilhos da linha Itaquí-Carajás limita-se à região metropolitana de São Luís, enquanto que a linha São Luís - Teresina era a única malha ferroviária que chegava até o centro da cidade, conectando diretamente o núcleo urbano ao interior do estado entre os anos 1925 e 1986, período em que a estação esteve em funcionamento na capital. O presente trabalho concentra-se na Estrada de Ferro São Luís-Teresina (EFSLT), focando sobre a sua componente patrimonial. O estudo deste sistema ferroviário sob a égide do patrimônio é fruto de outro estudo mais aprofundado à respeito do centro histórico de São Luís do Maranhão no que tange a análise das dinâmicas de interação entre os diversos aspectos que compõem esta ferrovia e as intervenções urbanas ali realizadas entre os séculos XIX, XX e XXI.

O objetivo do trabalho é de compreender a/s relação/ões entre o caminho de ferro São Luís – Teresina, a paisagem original e contexto histórico, social e econômico em que a ferrovia foi construída sob um ponto de vista da preservação, valorização e salvaguarda do patrimônio industrial dos caminhos de ferro no Brasil.

Busca-se colocar em evidência os elementos constitutivos do patrimônio ferroviário construído que davam suporte ao seu funcionamento, como as estações, os prédios administrativos, as oficinas, os armazéns, as pontes, etc. Além disso, interroga-se sobre a maneira com que foram transpostos os limites estabelecidos pelo terreno natural ressaltando-se as infraestruturas e as intervenções necessárias no existente para que a ferrovia, construída por fases, fosse completada, em meados do século XX.

Diversos estudos foram feitos à respeito deste complexo ferroviário e sua relevância dentro do contexto da dinâmica regional do nordeste do Brasil. Entretanto, poucos são os estudos consagrados à valorização histórica, social, econômica e cultural deste conjunto enquanto elemento fundamental do patrimônio industrial brasileiro representativo dos primórdios da industrialização no país e será, portanto, à este fim ao qual o artigo consagrar-se-á.

## Evolução histórica de Estrada de Ferro São Luís – Teresina

Em sua fase final de construção nos anos 1980, a *Ferrovia São Luís – Teresina* contava com 454 quilômetros de extensão, ligando a cidade de São Luís, capital do Maranhão, e Teresina, capital do estado vizinho Piauí, na região nordeste do Brasil. Os trilhos do caminho de ferro passavam pelas principais cidades maranhenses como Timon, Caxias, Codó, Timbiras, Coroatá, Pirapemas, Cantanhêde, Itapecuru-Mirim, Santa Rita, Rosário e Bacabeira [Mapa 1]. No mapa, percebe-se que uma parte considerável do seu trajeto margeava o curso do Rio Itapecuru que constituía a principal via para o transporte fluvial de bens e pessoas conectando a capital ao interior do estado na época.

São Luís está situada em uma ilha com mais quatro municípios. No século XVII a região foi ocupada pelos franceses (1612), portugueses (1615), holandeses (1641) e definitivamente reconquistada pelos portugueses (1647). O centro histórico da cidade está situado em um promontório na confluência dos rios Anil e Bacanga, “entre duas baías [de São José e de São Marcos], cujos rios principais são Itapecuru, Pindaré e Mirim. É banhada também pelos rios Bacanga e Anil, além de rios de menor importância como Paciência, Estevão e Tibiri, (...)” (Reis, 1982, p.29). Os principais rios do Maranhão como o Itapecuru e o Mearim desaguam na Baía de São Marcos e na Baía de São José.

Segundo Viveiros (1954) e Marques (1870), durante o período colonial a região desenvolveu-se lentamente. Os poucos habitantes viviam em uma economia de subsistência e o comércio com a metrópole Lisboa restringia-se à um único barco que chegava à São Luís uma vez por ano. É somente após a criação da Companhia Geral de Comércio Grão-Pará e Maranhão em 1755 que a economia da região desenvolveu-se vertiginosamente. A agricultura torna-se portanto a principal atividade do estado, produzindo principalmente algodão e açúcar destinados à exportação.

O ritmo de crescimento da economia mantém-se, o que torna São Luís a quarta cidade mais importante do Brasil no século XVIII, impactando diretamente no tamanho e na qualidade do seu espaço urbano. De acordo com Lopes (2008) no final do século XIX o Maranhão passa por uma onda de investimentos, acelerando o crescimento de sua incipiente indústria, principalmente a têxtil. Neves (2012) explica que em 1895 o Maranhão possuía o segundo maior complexo industrial do Brasil, assim distribuído: São Luís contava com 10 fábricas (9 têxteis e uma fábrica de junta de malva), Caxias contava com quatro fabricas e Codó contava com uma fábrica.

Entretanto, o estado do Maranhão sempre sofreu com a falta de vias adequadas para a comunicação com o interior do estado e para o escoamento eficiente de mercadorias ali produzidas. De acordo com Viveiros (1954), Marques (1870) e Almeida (1874) a circulação de bens e de pessoas eram feitos principalmente pelas vias fluviais que constituíam uma rede bastante vasta de penetração no interior do território. Até o início do século XX, praticamente todas as mercadorias produzidas em todo o Maranhão eram enviadas para São Luís através deste sistema de rios, cuja artéria principal era o rio Itapecuru, ao longo do qual estavam localizados os principais produtores de açúcar e algodão.

Contudo, este sistema fluvial era ineficiente para atender a crescente demanda por transportes, de acordo com Neves (2012), Lopes (2008) e Gaioso (1970), devido sobretudo a dois fatores: a seca que acometia os rios durante boa parte do ano e pelo assoreamento constante dos cursos d’água. Somado à isso, a regularidade da navegação realizada por vapores administrados pela Companhia de Navegação ao Vapor do Maranhão era também insuficiente para escoar a crescente produção industrial maranhense de maneira eficaz. Segundo Gaioso (1970) e Lago (2001) a falta de um sistema de transporte eficiente era um dos principais motivos que influenciavam o alto preço das mercadorias maranhenses.

No mesmo período, a Guerra da Independência dos Estados Unidos foi outro fator que impulsionou a criação da Ferrovia São Luís-Teresina. Durante a guerra, segundo Viveiros (1954) o Maranhão produzia um algodão de qualidade semelhante ao norte-americano e por isso tornou-se um dos principais exportadores desse produto para a efervescente indústria têxtil inglesa.

Figura 1  
Reconstituição do traçado da antiga Estrada de Ferro Caxias-Cajazeiras em fins de 1898. Foi o início da Estrada de Ferro São Luís -Teresina que ligava as duas capitais do meio-norte. (1954, Ministério da Viação e Obras Públicas©, autoria desconhecida)



Neste cenário fazia-se, portanto, urgente a implementação de um sistema de transporte de cargas mais eficiente do que o sistema de navegação fluvial, de forma a ligar com eficiência e constância os principais fornecedores de matéria-prima e produtos à capital São Luís, na época principal comprador, exportador e produtor de bens têxteis, e maior núcleo urbano do Maranhão. Dentre os principais centros produtores, segundo Neves (2012), destaca-se a cidade de Caxias e arredores como o pólo produtor mais relevante na época, situado no interior do estado localizada a 400 quilômetros de São Luís. Caxias fornecia algodão de boa qualidade e figurava como o segundo maior complexo industrial têxtil do Maranhão. É, portanto, neste contexto que constrói-se a Estrada de Ferro São Luís-Teresina<sup>1</sup>.

No entanto, com o fim da guerra, os Estados Unidos retomaram seu lugar de principal fornecedor de algodão para a Inglaterra. Ao mesmo tempo chegava ao fim a escravidão no Brasil, que constituía a base de sustentação da atividade agrícola no Maranhão. Viveiros (1954) afirma que todo este contexto contribuiu para o declínio da produção dos principais bens exportados: algodão e açúcar.

Ainda de acordo com Viveiros (1954) a queda da demanda externa por produtos maranhenses, aliada à precariedade da infraestrutura do seu parque fabril e ao atraso na implementação de um sistema de transporte ferroviário eficiente resultaram

1. A ferrovia (...) resolveria, ao menos em tese, o problema de disponibilidade regular não só dessa matéria-prima na praça de São Luís, mas também de vários outros artigos comercializáveis, em especial o babaçu, cujo óleo começava a ser adquirido pela Europa. De outra figura, ela proporcionaria o escoamento da produção de tecidos para o interior do Estado, que, em um futuro breve, se tornaria seu maior adquirente, já que as fábricas haviam se especializado na confecção de brins e outras composições de baixo preço. (Neves, 2012, p.9)

na queda da atividade agrícola e industrial maranhense e na deterioração da economia nos períodos seguintes. Como consequência, a produção do algodão passou a limitar a sua oferta à indústria local, especialmente às cidades de Caxias e Codó.

As políticas públicas de meados do século XX suplantou quase que em definitivo a iniciativa industrial no Maranhão, quando optou-se pela concentração do parque fabril no sudeste do Brasil, especificamente em São Paulo e região. Além disso, segundo Neves (2012), Prazeres (2017) e Pereira Junior (2016) a preferência pelo transporte rodoviário em detrimento das ferrovias corroborou em definitivo para a desativação da maioria das linhas de transporte ferroviária no Brasil, incluindo a Estrada de Ferro São Luís-Teresina.

## A construção da Estrada de Ferro São Luís - Teresina

A ferrovia que ligava as duas capitais São Luís e Teresina foi construída em diversas etapas. As iniciativas para a sua construção remontam ao final do século XIX. Fundada pela Companhia Geral de Melhoramentos do Maranhão em 1895, a primeira ferrovia estratégica para a economia do estado tinha 78 quilômetros de extensão. Ela conectava a cidade de Caxias, localizada às margens do rio Itapucuru, e o município de Cajazeiras, localizado às margens do rio Parnaíba e próximo ao município de Teresina. [Figura 1]

Desta maneira, o interesse estratégico desta primeira linha ferroviária era o de ligar os dois principais rios utilizados para o transporte de mercadorias e pessoas, que circulavam entre os centros exportadores, localizados na costa, e os principais centros produtores, localizados no interior do território.

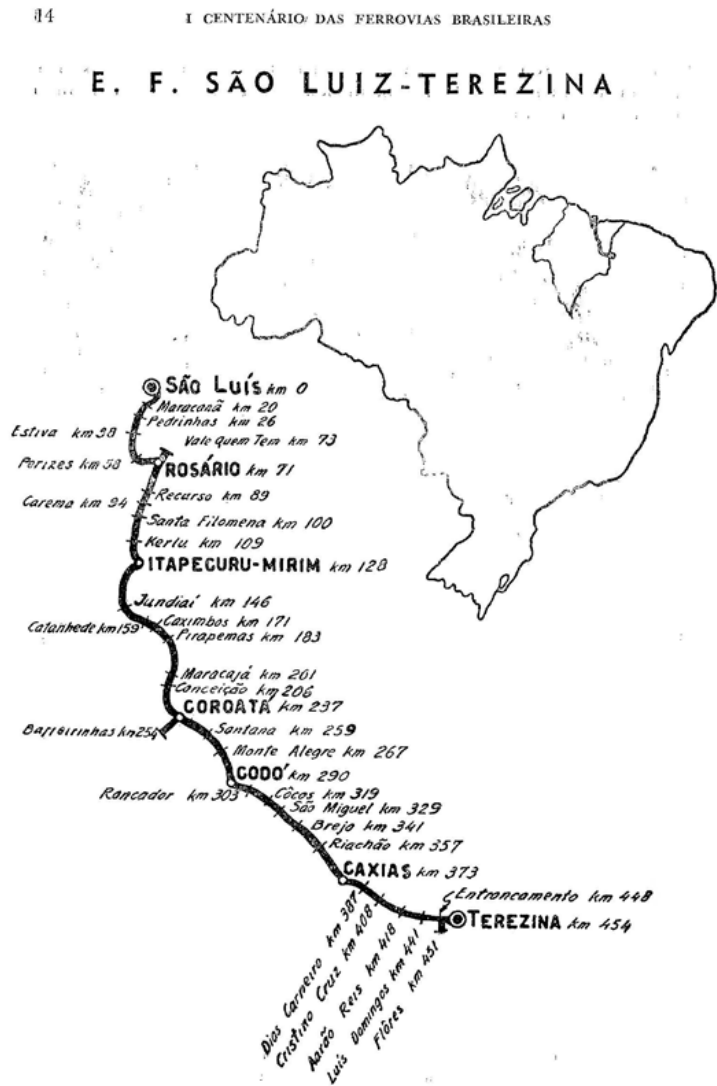
Segundo Neves (2012), houve um lapso de tempo considerável entre o início da atividade industrial no Maranhão e a instalação da malha ferroviária que a atendia, devido a uma série de questões das quais destacamos: acesso escasso à tecnologia, falta de profissionais especializados, eleitoralismo e desvios de recursos financeiros. Desta maneira, foi em 1905 determinou-se a construção de uma ferrovia entre as duas capitais através da sanção da Lei Federal nº 1.329, quando recebeu a denominação de Estrada de Ferro São Luís-Teresina.

No entanto, as obras não arrancaram rapidamente. Contudo, as várias “inaugurações” dos troços à medida que a obra avançava dificultam a indicação precisa do início das atividades de construção da EFSLT. Por outro lado, Neves (2012) reitera a existência de indícios de que desde 1915 já circulavam trens por essas vias.

Os estudos de Espírito Santo (2016), Ferreira (2008), Lopes (2008), Pereira Júnior (2016) e Viveiros (1954) fornecem os dados relativos à sua construção. Em 1919 foi inaugurada a estação no

Figura 2  
Reconstituição do traçado da antiga Estrada de Ferro São Luís-Teresina em 1965. Destaque para as estações de parada da linha e a distância de cada uma em relação ao quilômetro 0 localizado em São Luís.

(1954, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística®, Conselho Nacional de Geografia)



município de Rosário, localizada posteriormente no quilômetro 71 da Ferrovia, mas que na época correspondia ao ponto de partida da linha, imediatamente antes do ramal de São Luís, visto que esta ainda não havia sido construída devido à dificuldade de transposição do Estreito dos mosquitos, que separa a ilha de São Luís e o continente. No mesmo ano, a ferrovia chega à cidade de Caximbo, localizada posteriormente no quilômetro 171 da Ferrovia. Em 1920 o prolongamento da rede chega a Caxias com a construção de várias estações ao longo do caminho. É somente em 1928 que a ferrovia finalmente chega à capital São Luís, possibilitado pela conclusão da Ponte Metálica Benedito Leite. A rede foi concluída somente em 1938 quando foi construída a Ponte João Luís Ferreira conectando a capital Teresina ao trajeto. [Figura 2]

Em 1970, na região metropolitana de São Luís, foi construído um ramal de 17 quilômetros com o objetivo de conectar as ferrovias São Luís-Teresina e Carajás, que liga o Porto do Itaqui-Bacanga ao pólo extrativista de Carajás no Pará. Outro ramal de 14 quilômetros foi criado ligando o bairro Tirirical na periferia da capital maranhense, onde foram implantados o aeroporto, um campus universitário e o Pátio Ferroviário da empresa Transnordestina Logística, responsável pela administração da EFSLT. Atualmente, a ferrovia é utilizada para o transporte de combustíveis entre o novo porto de Itaqui-Bacanga e Caxias.

## Os condicionantes naturais

As condicionante naturais do terreno, especificamente a topografia e hidrografia, foram determinantes durante a construção da ferrovia, tendo sido necessário implantar soluções técnicas à fim de transpô-las. Neste tópico elucidaremos brevemente estas condicionantes.

O território maranhense é marcado por um relevo bastante regular com uma topografia pouco variável. Cerca de 90% da superfície do estado está localizada abaixo de 300 metros de altitude. Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (2013), o território maranhense é constituído essencialmente por duas regiões distintas: a planície costeira, ao norte, formada por planícies de baixa altitude de até 30 metros de altura, e o planalto tabular, ao centro-sul, formada por relevo de planaltos e placas com a formação de serras, formando picos de até 840 metros de altitude<sup>2</sup>.

A hidrografia do Maranhão é marcada por uma abundância de rios de grande extensão localizados principalmente na parte oriental do estado. Tal constituição favoreceu a penetração no território a partir do litoral e o estabelecimento de aldeias ribeirinhas, principalmente à partir do rio Itapecuru, o mais longo dos rios maranhenses<sup>3</sup>.

## Tecnologias, Paisagem, Sociedade, Patrimônio

Apesar da topografia pouco acentuada do território maranhense, fez-se necessário intervir na paisagem natural com a construção de obras de infraestrutura que superassem as condições geomorfológicas do terreno a fim de possibilitar a passagem dos trilhos da EFSLT.

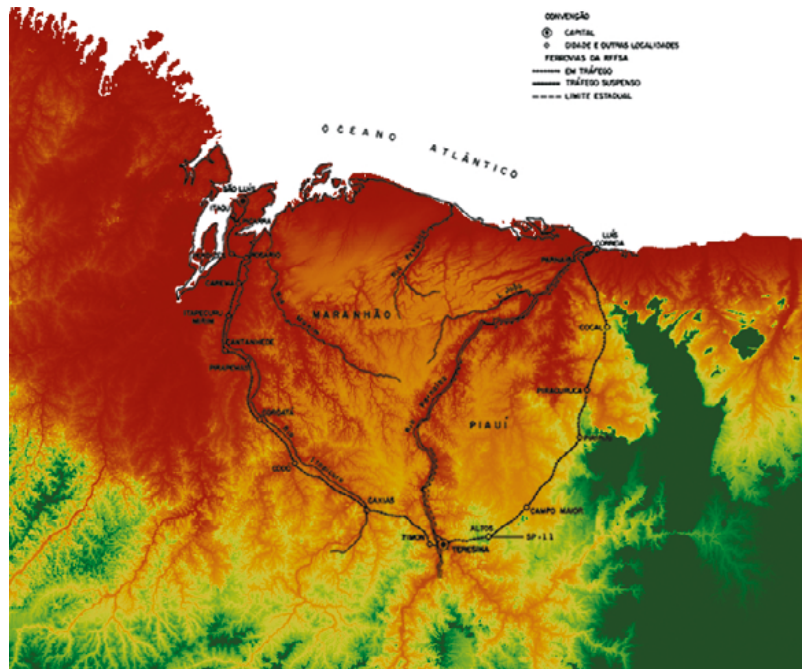
Este tópico dedica-se a explorar tais intervenções feitas na paisagem pré-existente bem como busca-se compreender a articulação entre paisagem natural e paisagem construída como

2. Ao norte, a topografia é marcada por vastas praias, planaltos e baixadas alagadiças, onde se localiza a capital São Luís, cuja topografia não ultrapassa os 30 metros de altitude. No Centro-Sul, predomina o relevo de planaltos e placas com a formação de serras e onde se localiza o ponto mais alto do Maranhão, a Chapada das Mangabeiras a 840 metros acima do nível do mar.

3. “Por ser o rio genuinamente maranhense mais extenso (1.090 km), apresentar condições de navegabilidade favoráveis às embarcações da época, possuir vale com terras férteis, e viabilizar o acesso melhor para a região dos sertões, além de aproximar a referida capitania das do Piauí, Bahia, Pernambuco e Goiás, o rio Itapecuru foi priorizado em se tratando de via de penetração, conquista e exploração econômica.” (Ferreira, 2008, p.94)



Mapa 2  
Interação entre caminho de ferro e componentes de terreno, com sistema de rios e topografia (autoria de Luísa Ghignatti, 2018)



elementos de composição do patrimônio industrial do maranhense e brasileiro.

Sobre esta ferrovia em particular são encontradas poucas informações precisas. As causas prováveis residem primeiramente na insuficiência de estudos realizados até então sobre a EFSLT ou ainda ao fato de que devido à pressa com que foram conduzidos os trabalhos de construção da ferrovia nas fases iniciais dedicou-se pouco tempo para os registros de acompanhamento das obras.

A ferrovia foi uma verdadeira substituição das vias fluviais na medida em que o traçado do trajeto seguia obstinadamente as margens do rio Itapecuru, acompanhando-as de perto desde a cidade de Caxias até à sua foz na baía de São José conforme observamos no mapa [Mapa 1]

As pontes desempenharam um papel importante na instalação desta rede ferroviária. Seguindo o percurso da linha férrea à partir do quilômetro zero localizada em São Luís, citamos aqui, em ordem, as pontes construídas ao longo desta linha. A primeira é a Ponte do Cutim<sup>4</sup>, atualmente desaparecida [Figura 3]. Sobre esta ponte resta pouca informação, sabe-se apenas que em 1860 já estava a ser construída e que em 1908 locomotivas já transitavam por ela segundo Neves (2012).

De acordo com a reconstituição do caminho dos trilhos à partir dos mapas da EFSLT recolhidos por Morris (2011), sabe-se que eles cruzavam o caminho dos bondes que se dirigiam ao distrito de Anil, na época situado na região metropolitana de São Luís. Supõe-se que essa ponte tenha servido para transpor este cruzamento ou ainda para cruzar os cursos d'água existentes nesta região.

4. As poucas informações existentes sobre a ponte não permitem muitas interpretações a seu respeito. Porém, há uma nota no jornal Publicador Maranhense de 1860 que se refere à construção da Ponte do Cutim naquele ano. Outra fonte é um documento iconográfico de 1908 encontrada no acervo do Museu Histórico e Artístico do Maranhão.

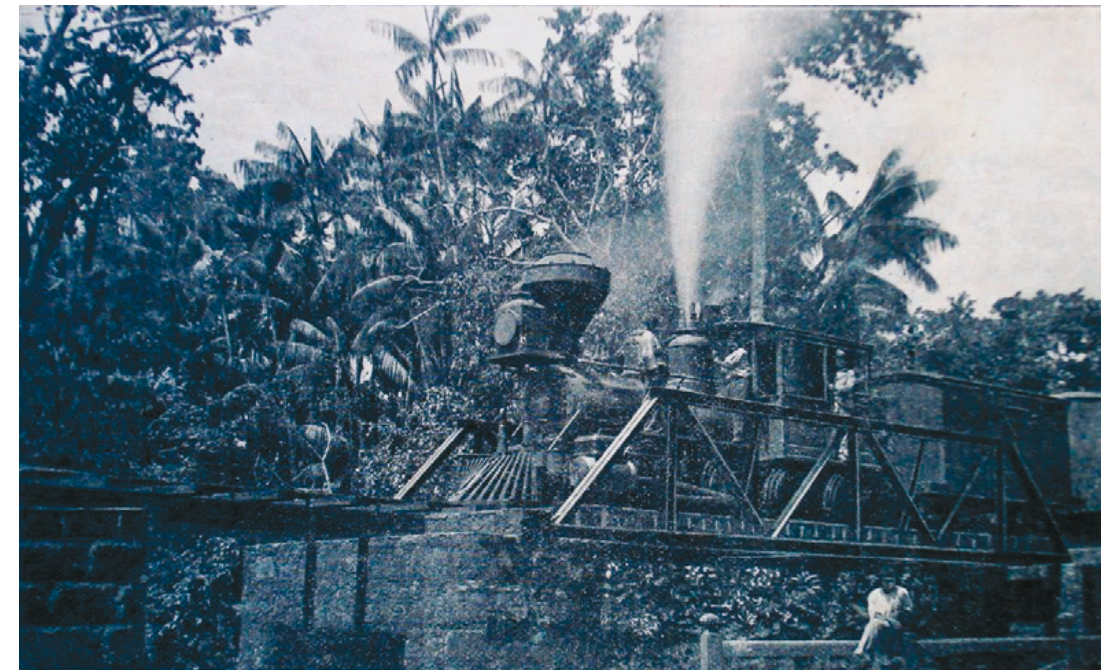


Figura 3  
Ponte do Cutim em 1908 (1908, Museu Histórico e Artístico do Maranhão©, autoria desconhecida)

5. Sobre o Estreito dos Mosquitos existem três pontes que comportam o tráfego rodoviário e ferroviário ligando a ilha de São Luís ao continente: a ponte Marcelino Machado, utilizado para a rodovia BR-135, com 450 metros de extensão; a ponte metálica Benedito Leite utilizada para ferrovia Ferrovia São Luís-Teresina e a ponte dupla que sustenta a ferrovia de Carajás.

6. Inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 11/03/2017 no Livro do Tombo Histórico em 03/2011. Número do Processo: 1300-T-1989.

Na sequência, a segunda ponte da EFSLT é a Ponte Metálica Benedito Leite. Esta é uma das três pontes<sup>5</sup> que ligam a ilha, onde está situada a capital São Luís, ao continente, passando sobre o Estreito dos Mosquitos, um canal natural que liga a baía de São Marcos à baía de São José e separa a ilha de São Luís do continente. De acordo com Espírito Santo (2016), Ferreira (2008) e Viveiros (1954), a ponte foi construída em 1928 e foi o último obstáculo à chegada da ferrovia até São Luís.

Ainda segundo estes autores, a última etapa de construção da rede ferroviária deu-se com a conclusão da última ponte que compõe o sistema, a Ponte Metálica João Luís Ferreira, permitindo a ligação ferroviária direta à cidade de Teresina. Projetada pelo engenheiro alemão Germano Franz, a ponte foi construída às margens do rio Parnaíba e foi inaugurada em 1939, 17 anos após o início de sua construção, e consumiu 702 toneladas de ferro segundo de acordo com Espírito Santo (2016). Neste mesmo ano, Neves (2012) e Prazeres (2017) comentam que pela primeira vez um trem fazia o trajeto completo pela ferrovia entre São Luís e Teresina. Hoje a ponte não é mais utilizada para o tráfego ferroviário, tendo sido substituído pelo tráfego rodoviário e pelo metrô de Teresina.

Devido à sua forte presença na composição da imagem da cidade graças às suas imponentes proporções, a ponte foi classificada como patrimônio nacional em 2008<sup>6</sup>, porém o imóvel não consta no rol do Patrimônio Cultural Ferroviário de Iphan de 2013.

Entretanto, não são apenas as pontes que impactaram a transformação da paisagem natural. Os próprios trilhos da ferrovia foram elementos de transformação e alguns ainda subsistem. Os



**Figura 4**  
Estrada de ferro:  
município de São Luís  
(1957, IBGE©, Domingues,  
Alfredo José Porto;  
Jablonsky, Tibor)

trilhos rasgaram e dividiram ao meio as matas de babaçu que cobrem grande parte do território maranhense, formando uma paisagem cultural marcada pela interação humana e a natureza [Figura 4]. Com a desativação da linha, as palmeiras de babaçus são agora os únicos espectadores silenciosos do passado industrial do Maranhão.

A EFSLT também teve impacto na organização do território na medida em que estabeleceu a ligação entre as principais cidades maranhenses do início do século XX e contribuiu para a formação de tantas outras.

Nessa região, os municípios localizados na bacia do Itapecuru que se destacaram foram “(...) Itapecuru-Mirim e Caxias em função do avanço da cultura do algodão, de maneira que esta servia até como entreposto e feira para os produtos que se originavam nos sertões do sul a partir de Pastos Bons (1740) que aglomerava as fazendas de gado espaiadas na direção de Riachão (1808), Carolina (1810) e Grajaú (1811). Na Baixada Maranhense se destacavam as vilas de Guimarães e a de Viana devido, a primeira, à cultura do algodão; e a segunda, à missão jesuítica e à função de entreposto na direção de Belém. No Baixo Parnaíba as referências eram as vilas de São Bernardo e a de Tutóia que articulavam o Maranhão com o Piauí e o Ceará.” (Ferreira, 2008, p.108-109)

O traçado da linha férrea foi então estabelecido de forma a interligar estes municípios a outros, como Rosário e Codó, através de um mesmo sistema de transportes. A EFSLT encurtou as distâncias e aproximou populações que antes estavam praticamente

isoladas, corroborando para desenvolvimento das comunidades situadas em seu entorno.

Foi também utilizada para movimentar produtos entre o interior e a capital, além de oferecer serviços de transporte de passageiros que operaram até 1991, o que, segundo Lopes (2008) colaborou para aumentar o contingente populacional da capital São Luís. De acordo com o autor, na década de 1940, a EFSLT serviu de rota para o movimento de imigrantes que fugiam da seca típica do Sertão brasileiro em direção às bacias de Itapecuru e Mearim. Nas décadas de 1950 e 1960, devido à opções políticas, iniciam-se os movimentos de substituição das ferrovias em favorecimento do sistema de transporte rodoviário no Brasil.

Segundo Espírito Santo (2016), Ferreira (2008) e Lopes (2008), essas rodovias permitiram ligações com o Oeste e Nordeste do Estado, bem como a abertura de fronteiras agrícolas, com o desenvolvimento da policultura (babaçu, arroz, milho e feijão), das quais o escoamento foi realizado inicialmente pela Ferrovia São Luís-Teresina. Assim São Luís passa a ser o pólo econômico da região e, conseqüentemente, ponto de convergência dos movimentos migratórios, iniciados pouco antes, contribuindo para o aumento do número de habitantes na cidade.

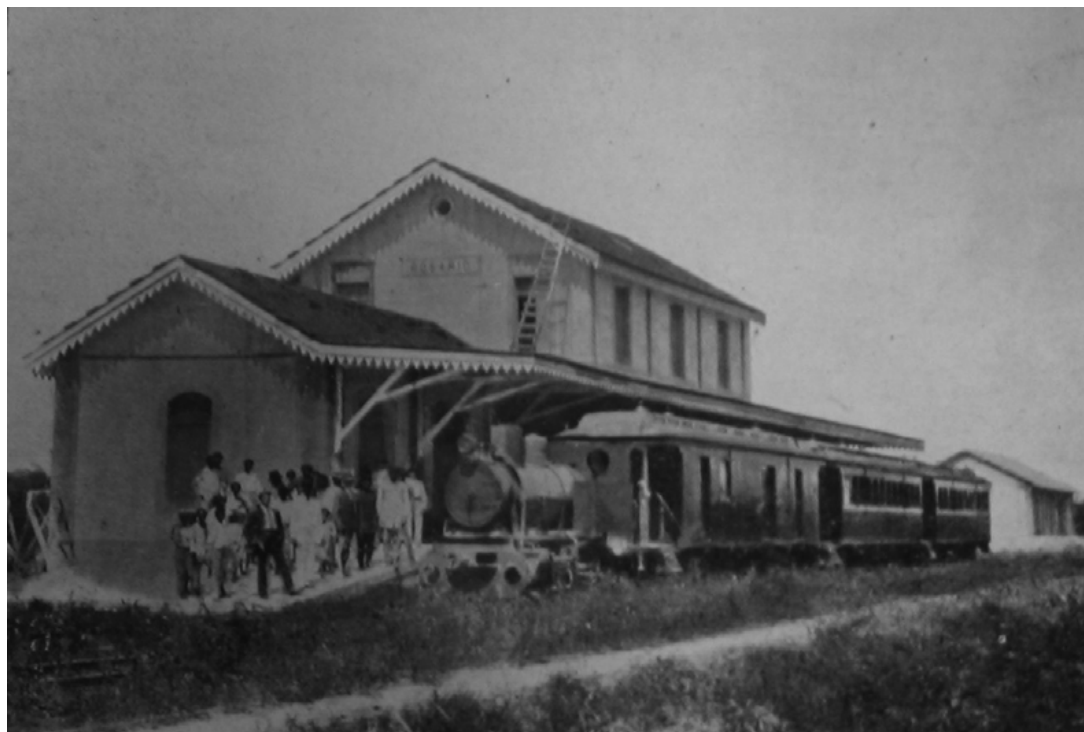
Enquanto que o Rio Itapecuru transportou os primeiros desbravadores do território vindos do litoral em direção ao interior do território brasileiro no início da colonização, a ferrovia propiciou o fluxo reverso, ou seja, trouxe as populações do interior em direção ao litoral.

O movimento migratório facilitado pela EFSLT ainda está fortemente impregnado na memória coletiva e tem sido elemento fundamental para a formação do patrimônio imaterial e da identidade maranhense, como bem descreve João do Vale em sua canção “De Teresina à São Luís”<sup>7</sup> de 1962.

A canção é um testemunho da viagem descrevendo o percurso do comboio de Teresina rumo a São Luís, mencionado as cidades mais importantes onde o comboio passava, relatando as características mais marcantes de cada uma, a partir do olhar do viajante do trem. Prova indicativa da relevância que a ferrovia teve na composição social do estado e componente imaterial do patrimônio ferroviário maranhense e brasileiro.

Além disso, ao longo da linha férrea estabeleceram-se numerosos pequenos vilarejos que em pouco tempo tornaram-se grandes cidades. “*Percebe-se, portanto, que no entorno da ferrovia, e exclusivamente por isso, construiu-se um modo de vida próprio, de comunidades inteiras, diretamente ligado ao trânsito de locomotivas.*” (Neves, 2012, p.13). Boa parte dos moradores dessas cidades eram trabalhadores da Ferrovia. Nesse sentido, a companhia ferroviária construiu várias aldeias operárias ao longo do trajeto, entretanto muitas delas hoje estão desaparecidas ou intensamente descaracterizadas.

7. Canção De Teresina à  
São Luís, João do Vale:  
Peguei o trem em Teresina/  
Pra São Luiz do Maranhão/  
Atravessei o Parnaíba/Ai,  
ai que dor no coração/ (...)  
/Bom dia Caxias/Terra  
morena de Gonçalves  
Dias/ (...) Boa tarde Codó,  
do folclore e do catimbó/  
Gostei de ver cablocas de  
bom trato/Vendendo aos  
passageiros/ “De comer”  
mostrando o prato (...) Alô  
Coroatã./Os cearenses  
acabam de chegar/Meus  
irmãos, um abraço bem  
feliz/Vocês vão para  
Pedreiras/ Que eu vou pra  
São Luís (...)



**Figura 5**  
Estação ferroviária da cidade de Rosário em 1915 (1915, Revista Brazil Ferrocarril©, autoria desconhecida)

Essas novas vilas e cidades agruparam-se principalmente em torno de estações ferroviárias e pontos de intercâmbio. Entre 1920 e 1922, diversas pequenas estações foram construídas ao longo da linha ferroviária, muitas delas constituídas apenas de uma placa indicando a parada. De acordo com os mapas do Ministério dos Transportes (1984) quando a ferrovia foi concluída, computava-se 34 estações no total.

As antigas estações compõem igualmente o patrimônio ferroviário maranhense e escondem uma característica bastante interessante reveladas em um breve estudo realizado anteriormente e em vias de ser publicado. Neste estudo foi feita uma análise comparativa da iconografia recolhida entre os anos 1970 e 2010 destas. Da análise, notou-se a tendência a uma certa homogeneidade na linguagem arquitetônica destas estruturas ao longo de todo o percurso da linha férrea. Tal homogeneidade evidencia-se na tipologia dos edifícios, nos componentes decorativos e na tipografia dos painéis de sinalização das estações.

Tal fato deveria ser estudado em maior profundidade e poderia igualmente constituir fator de integração destes objetos em uma escala macro de salvaguarda do conjunto ferroviário maranhense. Ficam aqui algumas questões em aberto: seriam estas as diretrizes adequadas para o resgate deste patrimônio? Quais as possibilidades traria a recuperação e reinterpretação da linguagem arquitetônica ferroviária desenvolvida no Maranhão no século XIX e XX, símbolos dos primórdios da industrialização no nordeste do Brasil?



**Figura 6**  
Estação ferroviária da EFSLT: Codó, MA, em meados de 1930 (19 --, IBGE©, autoria desconhecida)

Além disso, nas paragens das grandes cidades ao longo do caminho não havia apenas a estação de passageiros, mas também outras instalações relacionadas com a movimentação e manutenção de locomotivas, armazéns de mercadorias e edifícios administrativos da ferrovia. De acordo com Ferreira (2008), Lopes (2008), Morris (2011), Silva (1954) e Viveiros (1954), na cidade de Rosário, por exemplo, a estação foi inaugurada em 1919 e até a inauguração da ponte sobre Estreito dos Mosquitos em 1928 foi o ponto de partida da EFSLT. Na época da construção da rede, Rosário já figurava como uma das cidades mais importantes do Maranhão principalmente por sua localização estratégica, ou seja, a maior cidade nas proximidades de São Luís localizada na parte continental do estado do Maranhão.

Segundo os autores, graças à importância de Rosário no contexto regional, instalou-se na cidade um terminal para a gestão e manutenção das infraestruturas da rede. Este complexo ferroviário era composto pelos armazéns, bairro operário para os trabalhadores da ferrovia, escola, farmácia, oficinas, garagem e pátio de manobras das locomotivas. As estruturas eram construídas em ferro e a tipologia arquitetônica dos edifícios remetiam ao estilo industrial inglês [Figura 5]. A estação está abandonada desde 1991, quando a empresa encerrou o serviço de passageiros, porém até hoje os trens-cargueiros passam por ali. Desde 2016 o edifício da estação está em restauração, mas ainda não foi concluída (janeiro de 2020).

A outra importante estação ficava na cidade de Codó, inaugurada em 1920. De acordo com Espírito Santo (2016), Lopes (2008) e Viveiros (1954), Codó e seus arredores constituíam um importante polo de produção agrícola e fornecia o que era considerado o melhor algodão do Maranhão. A estação contava com armazéns para estocagem das mercadorias mas atualmente cessaram-se as atividades no complexo [Figura 6].

A estação mais antiga da Estrada de Ferro São Luís-Teresina foi inaugurada em Caxias em 1895, posteriormente demolida para dar lugar a uma nova edificação, maior e mais adequada às necessidades decorrentes do crescimento do tráfego ferroviário em 1910 segundo Espírito Santo (2016), Lopes (2008) e Viveiros (1954). Os autores alegam que graças a relevância da cidade na dinâmica econômica do Maranhão no final do século XIX e início do século XX devido à sua intensa atividade agrícola e industrial, a estação de Caxias foi também um ponto estratégico no sistema ferroviário. Além da estação, o complexo ali localizado possuía também pátio de manobras, oficinas, garagem para trens e armazéns.

Ademais, as estações mais importantes da ferrovia são aquelas localizadas em São Luís e em Teresina. O complexo da estação de João Pessoa em São Luís era o ponto inicial do caminho de ferro e abrigava o terminal de passageiros, os escritórios da administração ferroviária, depósitos de mercadorias e um pátio de manobra de trens. A construção começou em 14 de fevereiro de 1925 e terminou em 15 de novembro de 1929 de acordo com Lopes (2008).

A estação localizava-se às margens do rio Anil, próximo ao antigo porto da Praia Grande. Nesta região concentravam-se a maioria das infraestruturas e serviços ligados ao comércio de importação e exportação de bens na capital como os mercados, o edifício da alfândega, as principais casas de comércio, armazéns, etc. Era para ali que confluíam os comerciantes, os produtores e os industriais de todo o estado durante o período colonial e imperial brasileiro, segundo Espírito Santo (2016) e Ferreira (2008).

Anteriormente, o porto recebia as mercadorias através das vias fluviais para poder exportá-los via marítima. Com a implantação da EFSLT este papel foi atribuído para a ferrovia, que passou a fazer a ligação entre os centros de produção e de exportação, figurando como um dos componentes da atividade portuária, centrada principalmente na exportação de produtos agrícolas.

Na década de 1980, a sede da administração ferroviária que operava na estação João Pessoa foi transferida para o complexo localizado no bairro Tirirical, na periferia da cidade, tendo sido desativada definitivamente em 1986 de acordo com Morris (2011). Após a desativação, apenas sobreviveu o edifício principal do complexo, que atualmente está sendo restaurado para abrigar um complexo multicultural.

Os trilhos da via foram removidos para dar lugar ao Anel Viário<sup>8</sup>. O antigo pátio de manobras de trens passou um período

8. via destinada ao tráfego rodoviário que contorna e protege o centro histórico de São Luís

inutilizado sendo finalmente convertido na Praça Maria Aragão em 1991 com projeto idealizado pelo arquiteto Oscar Niemeyer.

São vários os vestígios deixados pela Estrada de Ferro São Luís - Teresina na malha urbana da cidade de São Luís que merecem estudos mais aprofundados posteriores. Cita-se aqui dois casos para fins de exemplificação. A estação João Pessoa por exemplo, figurou como um importante articulador das intervenções urbanas na cidade de São Luís. Primeiramente, a implantação da estação na periferia do núcleo urbano na época estimulou o redirecionamento da ocupação desta parte da cidade, cujo desenvolvimento tendia a avançar para o lado oposto do promontório, em direção ao interior da ilha. Além disso, de acordo com Morris (2011) o primeiro bonde elétrico instalado em São Luís ligava a estação João Pessoa à praça Dom Pedro II. Esta praça, localizada na parte alta da cidade, constituía um núcleo importante na dinâmica urbana pois ali estavam concentrados os principais poderes na época: religioso (Igreja da Sé), administrativo (Palácio dos Leões, sede do governo do estado, e a Prefeitura) e judiciário (Fórum).

Outro exemplo é o fato de que o traçado dos trilhos da via férrea foi retomado durante a construção da Avenida Getúlio Vargas, principal artéria condutora da expansão da malha urbana de São Luís em direção ao interior da ilha. Espírito Santo (2016) e Lopes (2008) afirmam que o percurso da avenida seguiu o mesmo traçado da via, devido sobretudo ao tecido urbano já estar em fase avançada de consolidação no período de substituição da via férrea pela rodovia.

Na década de 1990, a Estrada de Ferro São Luís-Teresina passou a ser controlada pela Companhia Ferroviária do Nordeste, que posteriormente mudou seu nome para Transnoderstina Logística, controlando todo o tráfego ferroviário do Nordeste do Brasil de acordo com Neves (2012) e Pereira Junior (2016). A empresa prestou o serviço de transporte de passageiros até 1991. Hoje a EFSLT é utilizada para o transporte de combustíveis, tendo sido desativada grande parte do trecho que chegava até o atual centro histórico de São Luís.

## Patrimonialização

A Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) foi uma empresa estatal fundada em 1957 com a finalidade de administrar as ferrovias do Brasil. Em 1992 a empresa passou ao controle privado e em 2007 foi oficialmente encerrada. A gestão do patrimônio ferroviário da ex-RFFSA é repassada ao Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O acervo da antiga empresa conta com 52 mil prédios e 15 mil bens móveis. Tamaña quantidade de imóveis exigiu uma estratégia do Iphan, que respondeu com a criação da Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário em 2010.

Esta Lista relaciona os imóveis que compunham essa linha férrea, localizados nos municípios de Rosário, Codó, Caxias, Santa Rita e Teresina. Em São Luís, a estação situada no centro histórico não consta nesta lista do patrimônio ferroviário, mas sim nas listas de proteção do estado do Maranhão (1989), da federação (1974) e na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco (1997).

No entanto, essas medidas não foram suficientes para a preservação de bens, principalmente as estruturas que compunham a Estrada de Ferro São Luís-Teresina. Grande parte dessa via foi abandonada, os trilhos foram removidos, várias estações ao longo do caminho estão em ruínas ou até mesmo desapareceram, poucas sobreviveram até hoje. As antigas estações e estruturas que resistiram, em sua maioria, estão localizadas nos municípios de São Luís, Rosário e Teresina, e/ou foram protegidas por organismos estaduais ou federais ligados à preservação do patrimônio no Brasil. Atualmente o antigo prédio da RFFSA está sendo convertido em centro multicultural e a estação ferroviária de Rosário está recebendo obras de intervenção para conversão em museu.

Por sua vez a antiga estação de Teresina é usada como museu, além de ser uma das estações de parada do metrô da cidade. O edifício foi classificado como patrimônio federal em 2010.

Em relação ao patrimônio imaterial desta Estrada de Ferro faz-se necessário e urgente a implementação de medidas de maior impacto e abrangência a fim de salvaguardar este patrimônio.

## Conclusão

É inegável que a Estrada de Ferro São Luís-Teresina foi fundamental para a formação e organização do território maranhense. Os impactos da sua implantação são notáveis ainda hoje. A formação da paisagem cultural ligada a este patrimônio traduz-se na harmonia da integração da paisagem pré-existente com as suas infraestruturas trilhos, pontes, estações e novas cidades que surgiram graças a ferrovia e construídas com o objetivo de transpassar as condicionantes nitrais promovendo e intensificando a coesão territorial de toda uma região.

Entretanto, a falta de sensibilização sobre a importância deste patrimônio ferroviário para a constituição e desenvolvimento da identidade maranhense traduz-se no estado de abandono que padece as infraestruturas deste sistema ferroviário.

Como dantes, a via férrea foi um instrumento de coesão regional e de articulação social e territorial. Uma solução desejável para a sua salvaguarda seria a recuperação de seus trilhos e de suas estações, a fim de reativar as viagens, não só com objetivos rememorativos, mas como uma alternativa para o ineficaz atual transporte rodoviário.

Outras alternativas possíveis contempladas ao longo do estudo seria a recuperação das estações como centros interpretativos da

memória ferroviária e/ou para fins educativos e de sensibilização, funcionando como museus de si mesmos. Além disso, a outra estratégia interessante de ser estudada e implementada é a valorização da linguagem tipo-morfológica da arquitetura industrial ligada a este patrimônio presente nas estações e estruturas remanescentes do complexo ferroviário.

Igualmente desejável é uma maior sensibilização da população em relação ao seu recente passado industrial que ainda permanece vivo na memória coletiva. Paralelamente são necessárias políticas de preservação do patrimônio imaterial deste caminho de ferro, visto que até hoje pouquíssimas iniciativas foram feitas neste âmbito. É urgente evidenciar sua importância na história maranhense e brasileira sob o risco de perder para sempre os testemunhos materiais e imateriais ainda existentes deste rico conjunto.

É certo que ainda existem muitos caminhos a serem explorados sobre este recente passado ferroviário. Desta maneira, este estudo constituiu-se em uma contribuição relevante para sua salvaguarda ao fazer uma análise que enfatiza o patrimônio ferroviário da Estrada de Ferro São Luís-Teresina e suas componentes histórica, social, econômica, cultural e natural buscando igualmente oferecer pistas para a continuidade dos estudos relativos ao patrimônio ferroviário maranhense.

Bibliografia

- Almeida, C. M. D. (1874). Memórias para a história do extinto estado do Maranhão, cujo território compreende hoje as províncias do Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Amazonas; colligidas e anotadas por Candido Mendes de Almeida.
- Espírito Santo, J. M. (Org.). (2016) *São Luís: uma leitura da cidade*. Prefeitura de São Luís/Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade. São Luís: Instituto da Cidade.
- Ferreira, A. J. D. A. (2008). *Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Gaioso, R. J. (1818). *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*.
- Garcez, K. M. G. (2009). Centro e centralidade em São Luís do Maranhão. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, Brasil.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Acervo Digital*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em novembro, 2018.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Conselho Nacional de Geografia (1954). *I Centenário das Ferrovias Brasileiras*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- Lopes, J. A. V. (2008). *São Luís, Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem*. Alicante: Ed. Consejería de Obras Públicas y Transportes.
- Marques, C. A. (1870). Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão. Tip. do Frias.
- Ministério dos Transportes (1984). *Anuário Estatístico dos Transportes*. Brasília: Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes – GIEIPOT, v. 15.
- Morris, A. The Tramways (and other railways) of São Luís, Maranhão state, Brazil [1964–65] in *Electric Transport in Latin America*. Disponível em: <http://www.tramz.com/br/sl/sl.html>. Acesso em janeiro, 2019.
- Neves, D. G. (2012). Ferrovia São Luís-Teresina: História e Cultura. In *Atas do VI Colóquio Latino Americano sobre recuperação e preservação do patrimônio industrial*. São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 1.
- Prazeres, M. G. N. (2017). Nos Trilhos do Progresso: os bondes elétricos na Primeira República em São Luís/MA. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Piauí, Teresina, Brasil.
- Pereira Junior, M. V. (2016) *Construção e transformação do centro urbano de São Luís-MA: Uma análise do Patrimônio Histórico*. Barcelona: Universidade de Barcelona.
- Reis, J. R. S. (1982). *Feira da praia grande*. São Luís: Gráfica e Editora Augusta.
- Reis Filho, N. G.; Bueno, B. P. S.; Bruna, P. J. V. (2000). *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: EdUSP.
- Silva, Moacir M F (1954). Um Guia Ferroviário Brasileiro do Fim do Século XIX in *Revista Brasileira de Geografia*, abril-junho, n°2, ano XVI, 104–108.
- Viveiros, J., & Meireles, M. M. (1954). *História do comércio do Maranhão*. Associação Comercial Maranhão

# A distribuição da propriedade: os Baldios, alienação e resistência. Um estudo exploratório da utilização do território como viabilidade económica e as repercussões sociais

## Resumo

O presente artigo tem o intuito de fornecer linhas de força da relação entre a sociedade e o seu meio com expressões ao nível local. O seu âmago prende-se numa temática há muito desenvolvida na historiografia portuguesa e, transversalmente à época, em permanente discussão, que é a diminuição dos baldios.

Na História, o desenrolar das conjunturas sociopolíticas alterou a maneira das sociedades se relacionarem com o seu meio. O ideal da propriedade individual aliado ao sistema económico da fisiocracia iniciados no Século XIX prolongou-se durante o Século XX até à actualidade. A sua passagem revelou a alteração de comportamentos sociais, nomeadamente na substituição dos territórios comuns, conhecidos, predominantemente em Portugal por baldios, por delimitações individuais da terra e o consequente proveito económico.

A sua implementação não se fez sem convulsões sociais que geraram manifestações das populações – uns mais tempestivos, outros mais passivos. Todavia, uma certa conflitualidade rural, como é caso aqui apresentado, mostra um quadro de fundo onde se denotam as lutas à execução e resistências da organização operada no Século XIX e que ainda no início do Século XX se continuavam a realizar; pese embora já não se assista a contestações tão inflamadas comparativamente ao Século XIX.

Assim, a proposta apresentada, visa o contexto rural do Século XX, onde se registaram episódios de tensão social tendo como catalisador o aforamento dos baldios no concelho de Barcelos. Sendo um estudo exploratório, procurou-se analisar a (escassa) documentação do Governo Civil de Braga onde chegavam os apelos das populações perante as consequências de processos de aforamento de baldios.

Palavras-chave: território, baldios, rural, administração, conflitualidade.

## Abstract

The purpose of this article is to provide guidelines for the relationship between society and its environment with expressions at the local levels. Its aim is linked to a them has long been developed in Portuguese historiography and, transversally at the time, in permanent discussion, which is the reduction of *baldios*.

In History, the implementation of socio-political circumstances has changed the way societies relate to their environment. The ideal of individual property combined with the economic system of physiocracy initiated in the 19<sup>th</sup> century has continued throughout the 20<sup>th</sup> century until today. His passage reveled the change in

social behavior, namely in the replacement of common territories, known, predominantly in Portugal, for baldios, for individual delimitations of the land and the consequent economic profit.

Its implementation was not made without social convulsion that generated protests from the populations – some more tempestuous, others more passive. However, a certain rural conflict, as is the case here presented, shows a background picture showing the struggles for execution and resistance of the organization operated in the 19<sup>th</sup> century and which were still being carried out in early 20<sup>th</sup> century; in spite of the fact that there is no longer such a heated challenge compared to the 19<sup>th</sup> century.

Thus, the proposal presented, aims at the rural context of the 20<sup>th</sup> century, where episodes of social tension were registered, with the subtraction of the baldios in the municipality of Barcelos as a catalyst. Being an exploratory study, we tried to analyze the (sparse) documentation from the *Governo Civil* of Braga, where the appeals of the populations arrived of the consequences of the processes of outbreak of *baldios*.

Keywords: territory, baldios, rural, administration, conflict.

“A tragédia tem os seus passos contados. Em despeito do desagrado latente das aldeias em face do anunciado plano de arborização da serra dos Milhafres, o Estado português, potência hirta, de molde ainda mais faraônico que afonsino, entendeu executar a obra projectada nas carteiras teóricas dos Serviços Florestais. Não que aos desvalados funcionários importasse a fundo valorizar contra ventos e marés aquela parcela do território. Mas o sentido nacionalista de omnisciência de que está imbuído o poder, já há algumas décadas, tolheu-o de procurar um compromisso em que se conciliasse com a letra do seu programa o interesse local”.  
Ribeiro, Aquilino. 1983. *Quando os Lobos Uivam*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 206–207.

## Introdução

Aquilo Ribeiro escreveu este livro nos idos de 50 do século passado. Mas a sua escrita poderia ser muito bem colocada em qualquer outro momento da História Contemporânea. O olhar que projectou neste livro recai sobre uma mundividência daquilo a que se pode denominar de *usurpação* dos baldios. Se esta for vista pelo olhar dos que se socorriam dos baldios para suprimir as suas necessidades de subsistência básicas. Antagonicamente a esta visão, a captação de toda a parcela do território nacional por parte da iniciativa individual, serviu como um modelo cada vez mais predominante na orientação da sociedade, pois, só assim era possível obter a riqueza, em primeiro lugar para o indivíduo e, por sua vez, nacional.

A relação sociedade humana e o seu meio é um tema transversal a várias áreas do conhecimento, cuja variedade de conclusões se deve à permanente discussão entre as ciências (Bourdieu, 2014, pp. 108–124; Brandão e Rowland, 1980, p.176). As condicionantes destes dois factores são mútuas e podem ditar as relações sociais, quer na resposta das sociedades humanas perante os desafios exteriores (impostos pelo meio), quer no desenvolvimento social originando medidas comportamentais para, colectivamente, utilizarem, usufruírem do meio e conservar modelos de conhecimento.

O tema deste artigo aborda os conflitos da sociedade rural em torno da partilha e usufruto dos baldios na região do Baixo-Minho, observando uma realidade num concelho em concreto, Barcelos. Não é intuito descrever em traços largos esta realidade social. Mas, apontar as dinâmicas locais tendo em consideração o uso do território, isto é, a relação humana com o seu meio.

Sendo um estudo exploratório, procedeu-se à recolha do *corpus documental* no Arquivo Distrital de Braga. O fundo utilizado foi o do Governo Civil, nomeadamente: ao subfundo da Administração do Concelho, séries/subséries dos Terrenos Baldios. Porém,



devido à sua exiguidade houve a necessidade de se recorrer a outro subfundo, nomeadamente: séries/subséries do Distrito Administrativo, Junta de Paróquia; mas, ao contrário do primeiro, devido à quantidade das fontes, apenas se seleccionou um, de maneira a perceber as suas distinções. Posto isto, concluiu-se que a documentação de uma maneira geral exprimia reivindicações manifestadas pela população e pela administração local.

## Território: uma construção social

O território é uma construção social na medida em que a sociedade e o meio estão em perfeita simbiose. Perante a evidência da condição humana – a luta pela sobrevivência – os indivíduos procuram na sua envolvente os materiais da sua subsistência. Daí resultando no facto de, consoante o nível de complexidade técnica, o meio sofrer alterações (Titiev, 1989, p. 230). O nível com que se o altera foi assegurado através da criação de modelos institucionais capazes de acumular os conhecimentos de manuseamento e fazê-los perdurar ao longo das gerações originando outros mais elaborados (Brandão e Rowland, 1980, 175).

A partir do século XVIII difundiu-se na Europa – e Portugal a acompanhar – a teoria fisiocrática, a qual tinha a terra como única fonte de riqueza de um país (Hobsbawm, 2001, p. 154; Vaquinhas e Neto, 1998, p. 279). A sua vasta influência na política alterou a percepção de gerência do território. A fisiocracia não se reduziu ao estudo de “carácter agrónomico: análises de solos, métodos de renovação de fertilidade da terra, formas de cultivo, de transformação e armazenamento [...]” (Vaquinhas e Neto, 1998, p. 279), alterou o regime de propriedade, o qual, por sua vez, alterou a paisagem (o exemplo das vedações de terras) e as relações humanas. O primeiro deste foi no declínio do feudalismo, na estrutura do *Antigo Regime*, o qual assentava um sistema tributário sobre a terra e nos que dela trabalhavam sob forma de servidão – olhadas como obstáculo sério à avidez do lucro – ou seja, acabaram-se os fideicomissos (Vaquinhas e Neto, 1998, pp. 279–280; Hobsbawm, 2001, p. 156). O segundo foi gerar riqueza através da terra (Hobsbawm, 2001, p. 154).

O conjunto deste processo foi longo e transversal a três séculos (XVIII, XIX e XX) e visou quatro transformações, nas palavras de Eric Hobsbawm: transformar a terra em mercadoria (vendida e comprada sem qualquer entrave); haver um olhar mercantil sobre a terra (a terra ficar nas mãos de pessoas com vontade de lucro e com vista a colocar os produtos no mercado); movimentar e modificar a população rural (transformação dos trabalhadores rurais em trabalhadores móveis, visto que começavam a surgir outras oportunidades no sector não-agrícola, criação de assalariados, desvincular pessoas da terra, quebra com laços e deveres com

os senhores); e, finalmente o monopólio natural (concentração de terras) (Hobsbawm, 2001, pp.154–163).

Ao longo deste arco temporal procurou-se passar de um estádio não-económico para o económico da terra. Resulta assim, por exemplo no caso português com a “Lei dos Forais” e a desamortização de muitos bens (Vaquinhas e Neto, 1998, pp.280–282), onde foi possível retirar as terras improdutivas (muitas delas comuns) e passá-las para as produtivas (sobretudo individuais). Socorrendo-se mais uma vez de Eric Hobsbawm: “A revolução que se processou no regime de posse da terra foi o aspecto político da ruptura da sociedade agrária tradicional; a penetração da nova economia rural e do mercado mundial nessa sociedade, o seu aspecto económico” (Eric Hobsbawm, 2001, p. 169).

## A realidade portuguesa

O regime de propriedade em Portugal também sofreu alterações, à medida que avançava a queda do *Antigo Regime*. Um modelo utilizado foi a diminuição dos baldios, espaços comuns usufruídos pela população para colmatar a sua subsistência. Estes foram, resumidamente, segundo a análise de Pedro Hespanha:

“As terras comunais, ou ‘baldios’ como são designadas em Portugal, foram essenciais para a sobrevivência das comunidades até ao advento da modernidade, sendo tradicionalmente usadas para múltiplas atividades: cultivo agrícola ou pastoreio, recolha de madeira ou de pedra para edificações, matos para combustível ou para fertilização das terras, produção de mel, extracção de areia ou de água, etc. A par do uso coletivo dos recursos por diversas formas – rebanhos coletivos, fornos e eiras comunitárias, equipamento de uso comum, levadas e caminhos, etc. – as terras comunais eram também usadas pelos vizinhos ou compartes para benefício individual, segundo regras costumeiras que reconheciam o livre acesso aos recursos que aquelas terras pudessem oferecer e, ao mesmo tempo, regulavam estritamente as formas de resolução dos conflitos que ocorressem entre o uso comum e o uso individual desses recursos em comunidades internamente diferenciadas” (Hespanha, 2017, p. 338).

A sua formação andou ao sabor das conjunturas políticas, à medida da construção do território português, em que os baldios serviram como solução para fixar as populações a uma determinada delimitação territorial, sendo-lhes concedidas regalias com vista à fruição económica comum (Hespanha, 2017, p. 341). No entanto, houve sempre uma determinada crispação no mundo rural, nomeadamente por personalidades que tentavam a todo o custo minimizar o gozo comum destas terras, sob o argumento de não

produzirem os bens de subsistência essenciais. Com o fim da Idade Média e o alvorecer da modernidade, a existência de uma proto-burguesia atçou manifestações por parte das comunidades rurais contra abusos da sociedade privilegiada, pelos mesmos motivos (Hespanha, 2017, p. 341).

A transição das terras de um modelo colectivo para um individual e privado deu-se, legalmente, no Século XIX. A partir daqui abriu-se a possibilidade de dividir os baldios pelos compartes e impôs a sua gerência nas mãos da administração local (1804 e 1815). Na segunda metade de oitocentos, em 1867, os baldios são integrados na propriedade dos municípios e das freguesias; é reconhecida a prática comunitária, mas só é possível a comunidade tirar proveito dos baldios da sua circunscrição administrativa. No ano de 1869, tal como já havia acontecido com a desamortização dos bens nacionais (1834), aos bens da Igreja (1861) e às instituições de mão-morta (1866), os baldios entram em processo de desamortização, caso as populações não conseguissem provar que estes eram “essenciais para o uso comum” (Hespanha, 2017, p. 342). Este processo generalizou-se pouco devido à forte contestação popular (Hespanha, 2017, p. 342). Ainda em 1893, a ideia de progresso do positivismo impulsionou uma nova vaga de desamortização dos baldios, sobretudo com a promoção da colonização interna.

Mas seria mais tarde, no Salazarismo, tendo presente a ideia da escassez de alimentos provocada pela conjuntura vivida da Primeira Guerra Mundial, que se implementaram medidas drásticas na diminuição destas áreas. Nas palavras de Pedro Hespanha, de maneira sucinta, realizaram-se em três frentes: (1) reforço da divisão dos baldios, “atribuindo aos municípios o poder de dispor das terras comuns”; (2) aumento do movimento da “colonização interna”; (3) reserva de uma parcela territorial destinada à arborização, onde se proibiu as práticas do pastoreio, da colheita de lenha e de matos (Hespanha, 2017, p. 343). Esta última é uma herança do século XIX, cujo aumento do valor da madeira desencadeou a plantação de árvores de maneira a alimentar as várias indústrias desta matéria-prima (Hespanha, 2017, p. 343). A aplicação destas medidas da governação do Estado Novo registou forte contestação populacional. Esta reacção causou indignação por parte de observadores atentos à comunidade rural que, na literatura portuguesa, levou Aquilino Ribeiro a escrever *Quando os Lobos Uivam* (citado acima), onde é passível de compreender a resistência das populações face à arbitrariedade do Estado, da administração local e dos demais serviços no ímpeto da arborização.

Seria preciso esperar pelo período democrático para a Constituição reconhecer “os meios de produção comunitários” (Hespanha, 2017, p. 344) e para as aldeias voltarem a usufruir destes espaços. Desta feita, as comunidades voltam a usufruir dos baldios para a sua produção, não sob um aspecto tradicional, mas adaptado aos tempos mais recentes.

## Os baldios no Baixo-Minho

As balizas cronológicas do *corpus documental* centram-se entre 1879 a 1930. E não são consecutivos. O universo das fontes abrange relacionados com os baldios nos concelhos de Barcelos (1911, 1912 e 1930), Braga (1898), Cabeceiras de Basto (1879, 1905 e 1913), Vieira do Minho (1908), Vila Verde (1912 e 1913) e Terras de Bouro (1901[?] e 1920). Estes respeitando-se ao subfundo da “Administração local”, série/subsérie “Terrenos Baldios”. O subfundo “Distrito Administrativo” e série/subsérie da “Junta de Paróquia” corresponde ao concelho de Barcelos data de 1912.

Uma primeira reflexão sobre o primeiro subfundo poderá influir duas ideias acerca da estreiteza da documentação: por um lado, estes poderão ter sido, simplesmente, casos únicos e isolados em que surgiram tensões, conflitos, incoerências, devido ao aforamento dos baldios nestes concelhos; ou, por outro lado, a documentação existente será apenas uma réstia de quantidades consideráveis, mas, devido a factores adversos, poderão ter sido de alguma maneira extraviadas. Surge, porém, outra situação, que é a falta de um estudo sistemático de outros fundos ou subfundos que possam clarificar a abordagem do presente estudo, daí a necessidade que houve de se procurar no subfundo do “Distrito Administrativo” mais informação.

Na aceção qualitativa, a origem destas fontes prendem-se por serem reivindicações por parte de determinados grupos sociais. Não são os processos de aforamento dos baldios em concreto, à excepção da “Copia exata/ do/ Processo da partilha/ dos/ montado/ da / freguesia/ de/ Palme. Concelho de/ Barcelos./ Distrito de Braga” (A.D.B., Governo Civil, Administração do Concelho, Terrenos Baldios, cota 10, fl. 1) e da “desa/ mortização por meio de divisão entre/ os moradores vizinhos dos baldios da/ freguesia [de Marrancos, Vila Verde]” (A.D.B., Governo Civil, Administração do Concelho, Terrenos Baldios, cota 2, fl. 3).

## Os conflitos em espaço rural

Nas relações sociais das populações, podem resultar situações de tensão, conflitos, em que os indivíduos ou grupos deles estão em confrontação mútua. A sua justificação pode ter diversos pontos de origem e motivações. Podem ser endógenas ou exógenas em relação à comunidade. Ser enérgicas, intensas ou meramente episódicas e amenas. E também podem variar de escalas: podem estar circunscritas num quadro local ou assumir expressões contestatórias a nível nacional; ou, ainda, podem dar-se, quer em espaços rurais, quer em espaços urbanos. Fornecendo um contexto das situações de conflito, em linhas gerais, como refere João Lourenço Roque:

“Geralmente o quotidiano (social e individual) tenderá a decorrer, estruturalmente, sob o signo da normalidade, da “não revolta”. Apesar das tensões quase sempre existentes, as comunidades e os indivíduos, por herança cultural e necessidade (entre outras razões), *costumam* viver e sobreviver segundo normas e objectivos (*código de valores*) que, em grande medida, privilegiam a *conservação*. Entendida em sentido lato: defesa de uma identidade, salvaguarda de posições adquiridas, preservação de influências e de poderes (por diminutos que sejam), manutenção de áreas de relacionamento, etc” (Roque, 1985, p. 243).

Relativamente a esta realidade no Baixo-Minho, e a título de exemplo, Jorge Brandão Carvalho apresenta um estudo bastante pertinente na compreensão das tensões rurais e da importância da instância de Justiça para as solucionar. Do seu estudo, através do universo da conflituosidade apresentado (dívidas, vicinais, sucessórias e outras) pode-se verificar que ainda subsiste um mundo fortemente com um forte peso económico sobre a terra e a qual é directa ou indirectamente a origem das tensões (Carvalho, 1999, pp. 107-157). Atenta-se, por isso, detalhadamente, às principais questões de conflituosidade enumeradas pelo autor, nomeadamente: às dívidas e vicinais. A primeira onde, no meio de várias tipologias de dívidas trabalhadas pelo autor, se verifica que: “A maior parte das disputas de endividamento dos lavradores decorre da sobrevivência, no século XIX, de uma importante forma de exploração da propriedade na região do Noroeste de Portugal – a enfiteuse ou emprazamento” (Carvalho, 1999, p. 111). A segunda, diz respeito a tudo aquilo que tenha haver com a utilização do território em si, respectivamente: as questões da água, demarcação de terrenos, caminhos, estragos na propriedade, empréstimo e troca de animais (Carvalho, 1999, pp. 136-143).

Partindo agora para o tema deste trabalho, o quadro de conflitos assume uma dinâmica diferente. Aqui serão apenas trabalhados as tensões do concelho de Barcelos originados pelo aforamento e partilha de terrenos baldios, respectivamente nas freguesias de Perelhal, Palme, Cossourado e Fragoso. Não são movimentos que ponham em causa a ordem social da comunidade, nem há indícios de que tenha havido qualquer desordem de contornos mais complexos, pelo teor da documentação.

A percepção das irregularidades nestes processos são apresentadas às instâncias administrativas estatais e da Justiça, respectivamente: ao Governo Civil e ao Supremo Tribunal Administrativo. Este factor prende-se por o Código Administrativo de 1910 – não existe propriamente um Código Administrativo realizado na I República, apenas volta a ser introduzido o Código de 1878 – dar capacidade de contencioso ao Conselho de Distrito, o qual era presidido pelo Governador Civil e, obviamente, à

própria instância de Justiça, o Supremo Tribunal Administrativo (Serra, 1988, p. 1047-1048; s/a, 1910, ).O carácter reivindicativo está mais burocratizado, levando a pensar que a figura do Estado e da Justiça, no início do Século XX, assume importância nas localidades ou, por outro lado, ser um recurso alternativo para atenuar/colmatar tais irregularidades. Por outras palavras, já não se encontra, comparativamente ao Século XIX, motivos sociais como a *Revolta da Maria da Fonte* (a título de exemplo), na medida em que a administração do Estado assumia preponderância em detrimento do quotidiano costumeiro das populações rurais elevando a críspação social (Roque, 1985, pp. 253-254). Com efeito, as populações e a administração local (entenda-se concelhia) poderiam, entre si, encontrar alguma solução. Daí que estas fontes começassem com apelo ao “Presidente da Comissão Distrital [...] communi/ quei a V.Ex.<sup>a</sup> que a Comissao Mu/ nicipal da minha presidencia de/ liberou [...] reclamar junto/ d’ es/ sa [?] Comissao contra os/ processos/ de divizão por aforamento dos baldios” (Arquivo Distrital de Braga [doravante A.D.B.], Governo Civil, Distrito Administrativo, Cota 981, fl. 1); “Ex.mo Snr. Governador/ Civil d’este Distrito de Braga/ Os abaixo assignados, parochianos [...] sabendo que/ na di/ visão dos baldios d’essa freguesia [...] Vêm perante V. Ex.cia/ reclamar contr/ as irregularidades que se dão,/ e vêm/ pedir/ a v. Ex.cia que se sirva ordenar a/ immedi/ ata suspensã do sorteio” (A.D.B, Administração do Concelho, Terrenos Baldios, cota 8, fl. 1); “Exc. Mo Snr. Governador Civil do/ Distrito/ [...] vem/ com o maior respeito, expor a V-/ Exc.<sup>a</sup> os seguintes factos” (A.D.B, Administração do Concelho, Terrenos Baldios, 1879-1930, cota 7, ano 1930, fl. 1).

O estudo qualitativo das fontes apontam para as forças centrípetas das Comissões Paroquiais como sendo as propulsoras de conflito rural, quer dentro da hierarquia da administração local (entre Comissões Paroquiais e a Câmara Municipal), quer entre a população e administração. Se se atender à ordem de conjunto, sem as balizas cronológicas, tudo aponta para a arbitrariedade e atropelo de autonomia que as Comissões Paroquiais exerciam. Em primeiro lugar, entre a Câmara e a freguesia/paróquia, a falta que a delimitação do poder de posse dos baldios originava; havendo actos de aforamento que podiam não se encontrar dentro da legalidade, bem como uma duplicação de processos de aforamento. Aparece assim, com efeito, o foco principal de tensão dentro da administração. (A.D.B., Governo Civil, Distrito Administrativo, Cota 981, fl. 1).

“reclamar junto/ d’es/ sa Comissão [refere-se à Comissão Distrital] contra os/ processos/ da divizão por aforamento dos/ baldios/ das freguesias de Palme e Cossourdo [?]/ d’este concelho, organizados pelas/ res/ pectivas Comissões Parochias, e soli/ citar-lhe que não concedam auctori/ sação

para processos semelhantes sem/ consultar esta Camara sobre a posse/ legitima d'esses terrenos.

Não tenho ainda conhecimento/ da resolução da digna Comissão/ Distrital sobre o assumpto que é de ca/ pital interesse para esta Camara que/ desde tempos remotos, considerou sem/ pre como municipaes os extensos e va/ liosos baldios d'este concelho” (A.D.B., Governo Civil, Distrito Administrativo, Cota 981, fl. 1-1v.)

Por seu turno também se observa que a Comissão Paroquial também está a processos de aforamento já antes realizados pela Câmara Municipal no mesmo local:

“por agora especí/ almente d'este baldio, posso asseverar a/ V.ex<sup>a</sup> que é municipal e um d'aquelles/ à cêrca do quel mais facil é a prova.//

Em épocas recentes, em 1842, 1861 e / ainda em 1889 effectuou ali a Camara/ o aforamento de varias glebas de/ terreno, tendo os actos de posse por vezes,/ assumido um character solemne e pela pre/ sença da vereação da Camara e do avul/ tado numero de pessoas da freguesia.

[...]

processora de ter/ renos sito na freguezia/ de Coussourado, d'este com/ celho, que foram dados/ de aforamento pela Ca/ mara nos anos de mil/ oitocentos quarenta e dois,/ mil oitocentos sessenta e/ um e mil oitocentos oiten/ ta e nove a diffentes/ indivíduos d'aquella fre/ gezia” (A.D.B., Governo Civil, Distrito Administrativo, Cota 981, fl. 1v-2 e 3).

Esta realidade não se circunscrevia a Barcelos. Em Cabeceiras de Basto o presidente da respectiva Comissão Administrativa envia ao Governador Civil um protesto onde evidencia “do que tem sido/ cometidas ilegalidades” (A.D.B. Governado Civil, Administração do Concelho, Terrenos Baldios, cota 1, fl. 1v) da Junta Paroquial de Samão e Gondiaães em matéria de partilha de baldios. Verificando-se tensão entre estas instâncias administrativas. Referindo:

“Tenho muitas duvidas sobre a/ legalidade de taes processos, al/ guna dos quais já foram con/ cluidos em 1911 e outra os/ quês muitos protestos verbaes/ me tem chegado. Devo info/ rmar que muitos dos terrenos afo-/ são, segundo me consta,/ baldios municipaes, e tendo eu/ requisitado á referida junta/ de parochia o inventario dos/ seus haveres e bens, que envio/ por copia, n'ele não/ vejo in-/ cluios muitos d'esses terrenos” (A.D.B., Governo Civil, Administração do Concelho, Terrenos Baldios, cota 1, fl. 1-1v).

Fora do espaço administrativo, a conflituosidade entre a população e as Juntas Paroquiais assumiram maior preponderância. O denominador comum, sem margem para dúvidas, refere-se à injustiça perante a divisão dos terrenos. É na exposição argumentativa onde se pode evidenciar as ideias de força que motivavam a partilha dos baldios, bem como na defesa dos interesses dos contemplados.

Um fundamento bastante enfatizado é o acto de atribuição dos terrenos transformado num imperativo, ou seja, um *dever*. Surge assim uma ideia de valor moral que rege, para além da ideia de acesso a um determinado objecto, um factor de quem pode partilhar, assente na legalidade do Direito: “De resto, no processo falta a/ base de uma equitativa e justa divizão/ pelos vizinhos que legalmente d'ella/ devem partilhar” (A.D.B., Governo Civil, Distrito Administrativo, Cota 981, fl. 2). Desta feita se pode compreender, e fazendo mais uma vez referência a Fátima Brandão e Robert Rowland, de que a propriedade (e todo o processo que lhe está subjacente) é, ao mesmo tempo, um processo de exclusão, na medida em que exclui todos os que não têm viabilidade para adquirir uma determinada porção de terra, ou seja, os contemplados estão socialmente determinados, só são contemplados os que fazem parte do processo produtivo (Brandão e Rowland, 1980, p. 181-184).

Dentro da organização social, os proprietários são os principais impulsionadores no apelo à equitativa distribuição e os denunciadores das irregularidades. Aqui assiste-se à consciência social de que ser proprietário tem importância para a produção económica. O acesso às terras tinha como fundamento a salvaguarda e garantias de sustentação da riqueza já acumulada por estes. Por outras palavras, a distribuição deverá ser equitativa, não sentido igualitário, mas tendo em conta que a cada proprietário lhe fique assegurado a quantidade de terreno capaz de manter sua riqueza. Quem tinha mais, ou quem tinha menos, ficava com a unidade de terreno correspondente.

“Segundo se tem entendido, de har/ monia com o citados diplomas, a di/ visão dos baldios e para garantir a cada/ um os pastos e mattos de que carece pa/ ra as suas terras./ Tem-se por isso sustenta/ do que para a divisão hade atender-se/ a quantidade de fazendas e gados que ca/ da um possua. E, assim, “a quota/ de cada família deve estar na razão devida da sua riqueza agrícola e pecua/ ria, de modo que lhe fiquem garantidas/ as mesmas quantidades de matto e de/ pastagens que d'antes gosava, para que/ nem a cultura, nem a criação aos ga// dos possam sofrer, uma com a diminu/ ição de adubo, e a outra com a de alimen/ to” (A.D.B., Administração do Concelho, Terrenos Baldios, 1879-1930, unidade de insalação X, Cota 8, fl. 1v-2).

Não deve ficar descurado a ênfase dos proprietários na sua capacidade reivindicativa em denunciar um tipo de irregularidade quanto ao modelo de quem deve aceder à partilha dos baldios. Acentuando o modo de exclusão de acesso às terras, estes saltam facilmente à leitura das fontes. Pois, são de imediato enumerados:

“D’esta forma, a) os moradores e jor/ naleiros que não têm prédios – e muitos são/ eles; b) os moradores que têm apenas uma/ barraca em baldio, sem licença – e também/ são muitos; c) os moradores ou arrendatários/ que não têm prédios na freguesia avendo/ apenas estão temporariamente:/ Não podem por modo/ algum ser contemplados na divisão dos Baldios.

[...]

Os baldios devem ser sorteados entre/ todos os moradores vizinhos que são pro/ prietários, na forma exposta” (A.D.B., Administração do Concelho, Terrenos Baldios, 1879–1930, unidade de instalação X, Cota 8, fl. 1v-2).

Os conflitos descritos demonstram o embate de interesses. Ou, mais precisamente, as relações de poder. Pela descrição das denúncias, o poder administrativo do Estado, ao nível local, era usado para os interesses individuais para receber os baldios. Assim, é possível avançar que o acesso à terra poderia estar ligado a quem detinha alguma primazia junto do poder local. Porém, não deixa de ser pernicioso avançar assim com esta ideia, pois o conjunto das fontes não têm uma quantificação, nem um leque variado, capazes de sustentarem esta premissa. Todavia, não podem ser descuradas. O acesso à terra estava desde logo condicionado pela ideia de quem deveria, *legalmente*, partilhar dos baldios; depois, também não deve ficar negligenciado que grande parte da vida política assentava num modelo censitário e de capacidade económica. Enumerando-se também outras lógicas sociais. O capital social de *proprietário* dava, automaticamente, a capacidade para aceder ao capital político. A soma destes factores originava um sentimento de autoridade. Pois, a aliança destes dois capitais acabava por marginalizar quem não os tinha.

Um olhar atento aos exemplos das denúncias de irregularidades da divisão dos baldios de Perelhal e de Fragozo (A.D.B., Administração do Concelho, Terrenos Baldios, 1879–1930, unidade de instalação X, cota 7 e cota 8) pretende demonstrar a ténue linha entre o trabalho administrativo e os respeitantes aos interesses económicos. O uso do poder administrativo acabou por servir não para uma equitativa divisão, mas para dividir por interesses instalados.

Em Perelhal assiste-se à denúncia da promiscuidade entre o corpo administrativo e o processo de divisão, em que o corpo administrativo é acusado de fazer parte dos contemplados, o qual

não deveria acontecer. Por outro lado, acrescenta-se a denúncia de favorecimento a determinados indivíduos de parcelas de terreno mais produtivas. Como se pode atentar:

“não pode haver distinções e/ expções – que seriam prejudiciais/ para al/ guns, visto que alguns são de/ ter-/ reno mais frco e pedregoso./ Remedeie-se também isso./ 3º Na divisão projectada/ entram tam-/ bem os vogaes da Comissão/ Parochial./ Mas, isto é contra a lei/ expressa” (A.D.B., Administração do Concelho, Terrenos Baldios, 1879–1930, unidade de instalação X, Cota 8, fl.3).

Em Fragozo assiste-se à desobediência por parte da Junta Paroquial de instâncias administrativas superiores. A divisão dos baldios realizada nos anos 10 foi anulada pelo Supremo Tribunal Administrativo. Porém, não impediu a referida junta de continuar a proceder como se este facto nunca houvesse acontecido: “Apesar de haver sido anulada/ por aquele Accordão a/ referida divisão dos baldios, a junta/ d’aquela tempo e as ou-/ tras que se lhe seguiram, sempre se/ tem mantido em atitude de/ rebeldia, recusando-se a acatar/ aquele Accordão, dando isto/ em resultado constantes conflictos/ entre o povo, que tem direi-/ to aos Baldios, e a autoridade/ administrativa” (A.D.B., Administração do Concelho, Terrenos Baldios, 1879–1930, unidade de instalação X, Cota 7, fl. 1). Para além disto, a junta é acusada de poder discricionário com a população, perpetrava-se o abuso administrativo:

“tem-se recorrido a todos os meios para vexar/ os paroquianos da fre-/ guesia de Fragozo que tem direito a/ usufruir os Baldios, chegan-/ do-se ao ponto de recorrer a prisões/ ilegales e outros precedi-/ mentos revoltantes. [...]

Para que na freguesia de/ Fragozo, haja paz e tranquili/ dade, é preciso que tenham fim as/ violencias que vexam e irri-/ tam os seus paroquianos, e essa paz e/ tranquilidade depende/ apenas que V.Exc<sup>a</sup> haja por bem/ demitir a actual Comissão ad-/ ministrativa da Junta de Freguesia, e/ nomear uma outra composta/ de pessoas sensatas que resolva por/ uma só vez a questão dos/ Baldios e não se preste a cometer/ actos de violencias contra/ os paroquianos que tem a razão ao seu/ lado, mas, que infeliz-/ mente até hoje não tem tido/ JUSTIÇA” (A.D.B., Administração do Concelho, Terrenos Baldios, 1879–1930, unidade de instalação X, Cota 7, fl.1v-2)<sup>1</sup>.

1. Quanto a esta última fonte convém fazer uma nota bastante relevante. O autor desta denúncia, o qual escreve directamente para o Governador Civil de Braga, denomina-se de “proprietário”. É curioso este facto, pois, comparativamente com as outras fontes, dá razão à população em geral, fazendo um quadro de fundo do comportamento da comissão administrativa da sua freguesia. Enquanto as demais fontes, o conjunto de outros proprietários, apontavam as irregularidades e atropelos das Comissões face à legalidade do processo de divisão dos baldios. Este autor deseja passar a mensagem de que a população está a ser “vítima” de abusos, ou seja, está a ser vedada à população o seu direito de usufruir dos baldios, chegando ao ponto do autor mencionar: “Em resultado constantes conflictos/ entre o povo, que tem direi-/ to aos Baldios [...] tem-se/ recorrido a todos os meios para vexar/ os paroquianos da fre-/ guesia de Fragozo que tem direito a/ usufruir os Baldios” (A.D.B., Administração do Concelho, Terrenos Baldios, 1879–1930, unidade de instalação X, Cota 7, fl.1v-2). O autor não pretende, enquanto proprietário, denunciar a ilegalidade do processo, à semelhança dos exemplos acima mencionados, mas denunciar uma injustiça da população.

Tabela 1  
Classificação de fonte económica e quantidade dos terrenos que ficaram para logradouro comum na freguesia de Palme após a divisão do baldio do Monte da Aldeia

Fonte: A.D.B., Administração do Concelho, Terrenos Baldios, 1879-1930, unidade de instalação X, Cota 10, fl. 60-61

Fonte Económica	Quantidade de terrenos
Pedreira	7
Saibreira	3
Total	10

## O processo de aforamento dos baldios de Palme: um exemplo do modelo económico

A 3 de Setembro de 1911, no adro da Igreja, estando presente a Comissão Paroquial, o Regedor e os demais habitantes da freguesia de Palme, realizou-se a divisão, por sorteio, dos seus baldios, respectivamente o Monte Cerquido e o Monte da Aldeia (A.D.B., Governo Civil, Administração Concelhia, Terrenos Baldios, cota 10, fl. 13, 35 e 62). Os dados recolhidos apontam para um universo de 180 individualidades que se apresentaram para receber o seu *quinhão* – estas eram chamados de *quinhoeiros* – de terreno destes dois montes, perfazendo 360 *glebas*, 173 do Monte de Cerquido e 187 do Monte da Aldeia, respectivamente. Por isso, a cada um era-lhe atribuído dois terrenos, um de cada monte, os quais poderiam (e fizeram!) trocar com outro indivíduo. Porém, não é possível perceber quais as dimensões globais dos baldios.

No processo para a divisão, a metodologia utilizada visou a equidade, “sem, pre-/juízo de nenhum deles” (A.D.B., Governo Civil, Administração Concelhia, Terrenos Baldios, cota 10, fl. 62), ao contrário daquilo que fez transparecer a contestação de outras divisões, versadas acima. Na divisão das *glebas*, os valores praticados divergiram entre um monte e outro, no entanto, a avaliação destas dentro de cada monte teve valores iguais, sem se atender a características físicas dos terrenos que pudessem inflacionar cada *gleba*. Resultando desta forma no valor da avaliação: 12 500 reis no Monte de Cerquido e 9 500 reis no Monte da Aldeia. Quanto ao foro também diverge: para o Monte de Cerquido, 50 reis; para o Monte da Aldeia, 60 reis; “vencido em vinte e nove de Setembro// de cada ano e pago por todo o mez de Outubro de cada ano” (A.D.B., Governo Civil, Administração Concelhia, Terrenos Baldios, cota 10, fls. 62 e 62v).

Sob estes aspectos, o Monte de Cerquido era, comparativamente ao Monte da Aldeia, mais atractivo do ponto de vista económico, quer na obtenção de riqueza dos contemplados do aforamento, quer por toda a população, a qual, através do *logradouro comum*, onde a população poderia extrair a subsistência. Desta feita, houve a preocupação em deixar estes espaços, apesar de inicialmente os *suplicantes* descartarem: “e não é necessário deixar/ terrenos para logradouro comum em vista dessa divisão que/ a todos contenta

Tabela 2  
Classificação de fonte económica e quantidade dos terrenos que ficaram para logradouro comum na freguesia de Palme após a divisão do baldio do Monte do Cerquido

Fonte: A.D.B., Administração do Concelho, Terrenos Baldios, 1879-1930, unidade de instalação X, Cota 10, fl. 58-60

Fonte Económica	Quantidade de terrenos
Barreira	4
Monte	7
Pedreira	7
Saibreira	1
Terreno	6
Total	25

e dá logradouro e gôso a todos que a isso tem direito” (A.D.B., Governo Civil, Administração Concelhia, Terrenos Baldios, cota 10, fl. 1). Além do mais, no Monte de Cerquido era possível obter mais variedade que no Monte da Aldeia. [Tabela 1 e 2]

O pedido para proceder à partilha dos *montados* não data de 1911. Segundo a análise de todo o processo remonta a 1903 (A.D.B., Governo Civil, Administração Concelhia, Terrenos Baldios, cota 10, fl. 1v). Contudo, a autorização só foi decretada, pela Comissão Distrital, passados oito anos. A exposição apresentada por parte dos interessados da divisão exibem a consciência de posse, de proprietário e, mais importante, o ideal fisiocrata. O acto dos *suplicantes* se autoproporem ao processo de aforamento define a consciência de ligação entre o sujeito individual e isolado e o objecto que se deseja possuir, tornando-se exclusivo deste. Como se referiu acima. É, assim, nas palavras de Fátima Brandão e Robert Rowland: “O auto de aforamento é o instrumento de confirmação e legitimação da posse invocada ou a invocar, ou, em caso contrário, é o instrumento que formaliza e legitima a exclusão do requerente da posse” (Brandão e Rowland, 1980, p. 190).

Os requerentes utilizaram os recursos que tinham ao seu dispor, desde a base do Direito, que lhes dava a legitimidade para a formalização de tal pedido até à fundamentação economicista e produtivista. A sua visão é manifestada pela pretensão de retirar os baldios da esfera pública, daí que os *suplicantes* tenham recorrido ao aforamento de modo a ficarem presos à terra. Só assim faz sentido em fazer reduzir a terra a um papel estritamente produtivo; olhado sobre um preceito económico. Este ficava valorizado ao transcender da riqueza da agricultura local para a nacional, isto é, como um imperativo, uma missão. Como se pode verificar:

“Os abaixo assinados que não são a/ maioria dos mo/ radores desta paróquia vêm perante/ V. S<sup>a</sup> expôr e/ requerer o seguinte: como todos/ sabem nesta/ freguesias há bons terrenos baldios/ paroquiaes de/ que só a freguesia está no goso e/ logradouro; mas es-/ tão esses baldios sem cultura e sem/ grande provei-/ tamento, em prejuizo da agricultura e/ da riqueza/ nacional que tem a sua principal fonte/ de receita/ na lavoura o verdadeiro futuro de/ Portugal. Ora/ a melhor maneira de valorizar esses/ baldios e de/ os pôr a produzir e a contribuir para a/ riqueza na-/ cional é, sem

duvida, o aforamento/ deles aos mora-/ dores vizinhos por meio duma justa/ repartição dos/ terrenos depois de avaliados” (A.D.B, Administração do Concelho, Terrenos Baldios, 1879-1930, unidade de instalação X, Cota 10, fl. 1).

## Conclusão

Na desenvoltura deste trabalho foi possível observar a existência de lacunas. Estas só poderão ser colmatadas através de uma investigação mais intensa sobre as fontes. Não obstante, empreender um estudo desta envergadura exige também a recolha exaustiva de vários arquivos de maneira a fornecer mais variedade. Porém, apesar de ter sido possível realizar aproximações ao objectivo do presente estudo, há, no entanto, a falta de percepção da maneira como as administrações trabalhavam. Por outras palavras: através destas fontes foi possível compreender as motivações que estavam por detrás das manifestações de quem se dirigia ao Governo Civil; não se consegue, todavia, é constituir o quadro de fundo do contraditório, isto é, desmontar a máquina administrativa, toda a estrutura que motivou aqueles que protestaram contra ela, nomeadamente na questão da demarcação dos baldios municipais e de freguesia/paroquiais, na constituição dos corpos administrativos, nos interesses instalados, nas arbitrariedades cometidas, na intervenção do Supremo Tribunal de Justiça. Tudo isso se encontra por se desenvolver.

Por seu turno, ficam aqui descritas algumas linhas mestras para futuros incrementos de investigação: em primeiro lugar, desenvolver um mapa onde sejam designados a evolução da utilização do território em toda a extensão do Baixo-Minho (distrito de Braga), nomeadamente na projecção de um quadro de fundo demonstrando o decréscimo da área baldia; em segundo, traçar a formação do tecido social e as suas reivindicações político-sociais; e, por último, efectuar um desenvolvimento teórico que elucidasse ainda mais as dinâmicas locais de sociabilidade.

## Referências bibliográficas

### Fontes

Arquivo Distrital de Braga, fundo do Governo Civil, subfundo Administração do Concelho, série/subsérie Terrenos Baldios, unidade de instalação X, cotas de 1 a 11.

Arquivo Distrital de Braga, fundo do Governo Civil, subfundo Distrito Administrativo, série/subsérie Junta de Paróquia, unidade de instalação 14, cota 981. s/a. 1910. *Código Administrativo aprovado por carta de Lei de 6 de Maio de 1878 Precedido do Decreto de 15 de Outubro de 1910 e com o Parecer da Comissão de Administração Publica*. Porto: Magalhães e Moniz, Limitada.

### Bibliografia

Bourdieu, Pierre. (2014). *O Poder Simbólico* (2ª edição). Lisboa: Edições 70.

Brandão, Fátima, Rowland, Robert. (1980). História da propriedade e comunidade rural: questões de método. *Análise Social*, 61-62, 173-207.

Carvalho, Jorge Brandão. (1999). *Tensões numa Comunidade Rural do Baixo-Minho. Adaufe e o seu Juízo de Paz (1835-1890)*. Braga: Centro de Ciências Históricas/ Instituto de Ciências Sociais/ Universidade do Minho.

Hespanha, Pedro. (2017). O Papel dos Baldios na Revitalização das Comunidades Rurais. In *Espaços e Tempos em Geografia. Homenagem a António Gama* (parte III). Consultado em Fevereiro 13, 2019, biblioteca geral da Universidade de Coimbra [DOI <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1343-7>].

Hobsbawm, Eric. (2001). *A Era das Revoluções* (5ª edição). Lisboa: Editorial Presença.

Roque, João Lourenço. (1985). Subsídios para o estudo da “Revolta” em Portugal no século XIX: alguns exemplos de motins (e outras acções de grupo) na região de Coimbra (1840-1860). *Revista de História das Ideias. Revoltas e Revoluções*, 7, 243-279.

Serra, João B. (1988). As reformas da administração local de 1872 a 1910. *Análise Social*, 103-104, 1037-1066.

Titiev, Mischa. (1989). *Introdução à Antropologia Cultural* (6ª edição). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Vaquinhas, Irene Maria, Neto, Margarida. (1998). Agricultura e Mundo Rural: tradicionalismos e inovações. In Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque (coord.), *O Liberalismo* (pp.279-289), José Mattoso (dir). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa.

# A paisagem sertaneja do Seridó Potiguar

## Resumo

O Brasil é formado por uma considerável diversidade de paisagens, costumes e lugares. Para cada porção peculiar do território nacional encontramos através do processo de interação do homem com o meio natural marcas próprias e valores singulares portadores de referência à identidade e a memória. A partir do convívio com os espaços construídos, dos modos de produção e das atividades culturais e sociais, identificamos o testemunho da relação histórica dos grupos com o seu espaço. No campo institucional, o Brasil tem na Portaria IPHAN 127/2009 o instrumento jurídico e regulamentador da paisagem cultural e de sua chancela. Segundo o texto, o recorte territorial é elemento fundamental para os estudos de paisagem exatamente pela excelência das porções singulares no país. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) define como um dos exemplos de paisagem brasileira a relação entre o sertanejo e a caatinga, região Nordeste, o que entendemos ser configurada a partir de um modo próprio de atribuir significados ao espaço e que se manifesta em códigos tangíveis e intangíveis. Nesse sentido, o objetivo do artigo é estabelecer uma reflexão sobre as dimensões do patrimônio cultural que de maneira articulada representam a paisagem sertaneja, assim como o modo de vida na ribeira do Seridó Potiguar.

Palavras-chave: Paisagem sertaneja, Patrimônio cultural, Arquitetura vernacular, Seridó Potiguar, Brasil.

## Abstract

Brazil is formed by a considerable diversity of landscapes, customs and places. For each peculiar portion of the national territory we find through the process of human interaction with the natural environment, own brands and singular values that bear reference to identity and memory. From the coexistence with the built spaces, the modes of production and the cultural and social activities, we identify the testimony of the historical relationship of the groups with their space. In the institutional field, Brazil has in IPHAN 127/2009 the legal instrument and regulator of the cultural landscape. According to the text, the territorial cut is a fundamental element for landscape studies precisely because of the excellence of the singular portions in the country. The Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) defines as one of the examples of Brazilian landscape the relationship between the sertanejo and the caatinga, in the Northeast region, which we understand to be configured from a specific way of assigning meanings to space and which is manifested in tangible



and intangible codes. In this sense, the objective of the article is to establish a reflection on the dimensions of the cultural heritage that in an articulated way represent the sertaneja landscape, as well as the way of life in the Seridó Potiguar.

Keywords: Sertaneja landscape, Cultural heritage, Vernacular architecture, Seridó Potiguar, Brazil.

## 1. Introdução

Na leitura comparativa de duas das mais importantes obras do pensamento social brasileiro, nomeadamente, *O Outro Nordeste* de Djacir Menezes (1937) e *Nordeste* de Gilberto Freyre (1967), Arcanjo (1996) ressalta a visão de Menezes quanto a existência de pelo menos três Nordeste diferentes:

“o do litoral e vales úmidos, dominado pela agricultura, casas grandes e engenhos, habitado por brancos, negros e alguns índios tupis; o das praias baixas e arenosas, marcado pela presença de pescadores e uma frágil agricultura de subsistência; e o nordeste do sertão da caatinga, quente e seco, habitado por índios tapuias e vaqueiros, aptos quase que exclusivamente à pecuária extensiva” (Arcanjo, 1996, p.78).

Com relação ao último nordeste descrito na citação, informamos que a denominação *sertão* teve seus primeiros registros em Portugal designando terras distantes de Lisboa. Com o processo de expansão marítima, o significado do termo expandiu-se, passando a referir-se também às terras conquistadas em outros continentes (Barbosa, 2000).

No Brasil, esse processo de ampliação ganhou novos realces. O termo passou a representar espaços vastos, desconhecidos, pouco habitados, inacessíveis; a ser expressão de não civilização, atribuída à noção de ausência dos súditos do Rei: “sertão é o espaço bárbaro oposto ao espaço civilizado do litoral” (Schettino, 1995, p. 8).

Segundo Diniz (2015), João Capistrano de Abreu, autor pioneiro nos estudos regionais, apresentou um sertão, entre tantos outros, que, por excelência, esteve predestinado à criação de gado nas zonas interiores e inseriu um fato importante na história geral do Brasil, ao tratar dos sertões onde se encontravam as minas de ouro. Interessa-nos a compreensão de Manuel Correa de Andrade, o qual, no livro *A terra e o homem no Nordeste* (1963), relacionou aspectos da geografia, história e economia para apresentar a sua definição de sertão:

“O sertão nordestino é parte significativa do território brasileiro onde predomina o clima semi-árido quente, é encarado pelos que não o conhecem como uma área castigada permanentemente pela seca e onde vive uma população carente que necessita sempre de auxílio para manter-se em nível de sobrevivência. Mas esta imagem é válida apenas para os períodos das grandes secas, que ocorrem geralmente de dez em dez anos, prolongando-se algumas vezes por dois ou três anos seguidos. Para se compreender o sertão é preciso destacar dois aspectos: o primeiro é que ele não é uniforme, havendo grande variedade de climas e de solos, o que determina a existência de uma série de sub-regiões, onde são diferentes as formas de utilização e exploração da terra e os problemas

humanos decorrentes; o segundo aspecto é a variação sazonal marcada pelos períodos de chuva. Quanto ao primeiro aspecto, Euclides da Cunha, com sua inquietação e talento, já salientava em *Os Sertões*, a existência de sertões e não do sertão. Assim, há uma grande diferença fisionômica entre as áreas de serras, de planaltos, aquelas cortadas por rios perenes, como o São Francisco, alguns dos seus afluentes e o Parnaíba, e aqueles cortados por rios temporários, que na estação seca se transforma em verdadeiros caminhos arenosos na caatinga desfolhada” (as cited Diniz, 2015, pp. 14-15).

Nossa investigação trata do sertão da caatinga, parte significativa do território brasileiro, como bem definiu Menezes. Constitui uma área localizada no nordeste do país, a qual, assim como afirma Guimarães Rosa (1956, p. 74), é do “tamanho do mundo”; e marcada por particularidades que, aos poucos, foram desvendadas em experiências e estudos realizados pelos autores regionais (Juvenal Lamartine, Oswaldo Lamartine de Faria, Olavo de Medeiros Filho e Luís da Câmara Cascudo), e na obra da arquiteta Nathália Diniz (2015), *Um sertão entre tantos outros*.

Por sua dimensão e suas peculiaridades, a porção territorial que aqui analisamos é uma das partes desse vasto território, conhecida como Seridó Potiguar e descrita por Luís da Câmara Cascudo como topônimo do linguajar dos *tapuias* transcrito como *ceri-toh*, que significa pouca folhagem e pouca sombra. Nesta pesquisa, estudamos alguns aspectos de um universo que ainda hoje é quase inóspito e incógnito, marcado por longas distâncias e imensos vazios.

O sertão, com reduzida disponibilidade de recurso, foi o ambiente escolhido para a expansão da pecuária em meados do século XVII devido à incompatibilidade com o cultivo da cana-de-açúcar no litoral do Nordeste brasileiro. O gado foi um expensor e um fixador geográfico em um território árido, caracterizado pela vegetação de caatinga, onde se perpetuou a cultura do homem sertanejo. O Seridó, como um desses sertões, teve sua espacialização atrelada aos recortes das ribeiras e da rede de pertencimento vinculada ao poder da sociedade pastoril. Tratamos de um espaço vivido, marcado por significações e subjetividades, por uma dinâmica de práticas sociais adaptadas à vida imprevisível no semiárido nordestino.

Nessa conjuntura, a interação do homem com o ambiente fez produzir uma paisagem singular, a *sertaneja*, reunindo, ao mesmo tempo, várias dimensões do patrimônio cultural: material, imaterial e natural. A adaptação às condicionantes locais e a relação com os recursos existentes determinaram não só a produção da arquitetura mas também o modo de vida e as manifestações culturais na Ribeira do Seridó.

Encerradas as análises iniciais, ressaltamos que no presente artigo segue uma síntese dos dados advindos de algumas reflexões tecidas ao longo da dissertação *Arquitetura na Paisagem Sertaneja*:

*estudo sobre as casas-grandes das fazendas de gado na Ribeira do Seridó*, apresentada ao Mestrado em História da Arte, Patrimônio e Cultura Visual da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (DCTP – Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio).

## 2. Paisagem Sertaneja

Antes de aprofundarmos a discussão sobre a paisagem sertaneja propriamente dita, é imprescindível que definamos *paisagem*, ato que apresenta um certo grau de dificuldade em razão da polissemia do termo e da diversidade de seu emprego por diferentes áreas do conhecimento. Além desses entraves, é importante considerar a advertência que nos faz James Duncan sobre a impossibilidade de haver uma única leitura de paisagens:

“mas as paisagens nunca têm um único significado; sempre há a possibilidade de diferentes leituras. Nem a produção, nem a leitura de paisagens são inocentes. Ambas são políticas no sentido mais amplo do termo, uma vez que estão inextricavelmente ligadas aos interesses materiais das várias classes e posições de poder dentro da sociedade” (as cited in Ribeiro, 2007, p.23).

Segundo Ribeiro (2007), a geografia é uma das disciplinas que, ao longo de sua história, mais tem-se dedicado a refletir sobre a paisagem. Esse campo do saber apresenta uma ampla gama de abordagens que visam à interpretação da paisagem, cujos conceitos e métodos podem servir de base às políticas e ao seu gerenciamento como bem patrimonial natural e cultural. No âmbito dessa disciplina, a paisagem é um conceito passível de múltiplas acepções e está em permanente construção (Ribeiro, 2007). Não obstante as diferentes correntes do pensamento geográfico, entendemos que a paisagem é produto da interação do homem com o meio natural.

Duas são as correntes teóricas da geografia com foco no estudo da paisagem cultural: a *Geografia Cultural Tradicional* e a *Nova Geografia Cultural*. A primeira surgiu ao final do primeiro quartel do século XX, nos Estados Unidos, e possui como principais expoentes Carl Sauer (1889-1975) e a Escola de Berkeley; “sua importância se deve ao fato de ter consolidado a paisagem cultural como conceito científico” (IPHAN, 2012, p. 98). Focada no método morfológico de análise da paisagem e valorizando os aspectos materiais, Ribeiro (2007) afirma que essa corrente se preocupa em investigar como a cultura humana, analisada por intermédio de seus artefatos materiais, transforma a paisagem.

Interessada em compreender a transformação das paisagens naturais em culturais a partir da ação do homem, a grande

contribuição dessa corrente “consiste no fato de atentar para a historicidade das paisagens, considerando além do caráter espacial, a variável tempo, de modo a admitir que a paisagem está em constante transformação” (IPHAN, 2012, p. 99). Depreende-se dos apontamentos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2012) e dos apontamentos de Vasconcelos (2011) que as paisagens culturais são vivas, dinâmicas, sujeitas às modificações causadas por fatores naturais ou antrópicos no decorrer da história, de modo que a cada geração a paisagem é constituída “através do acréscimo de novos elementos ou da modificação dos existentes, uma sobreposição não linear e infinita de manifestações culturais” (Vasconcelos, 2011, pp. 55–56).

A *Nova Geografia Cultural*, começa a ganhar destaque, no final da década de 1960, com aquilo que ficou conhecido como movimento humanista, em oposição à ênfase dada ao material pela *Geografia Cultural Tradicional*, considera a dimensão simbólica e subjetiva como fundamental ao entendimento da paisagem cultural. Sob tal perspectiva, ela é composta de elementos morfológicos e simbólicos, sendo esses últimos atribuídos conforme a subjetividade e os aportes culturais do observador. Nesse sentido, “a paisagem é então passível de múltiplas interpretações” (IPHAN, 2012, p. 99). Portanto, a paisagem pode ser considerada não só uma marca da cultura que expressa as relações socioculturais que a constituem, como também uma matriz na qual “os códigos culturais nela presente possuem significados construídos e partilhados socialmente, assim entendidos como referenciais da identidade que sustentam o significado cultural da paisagem e orientam a relação do grupo social com o espaço” (IPHAN, 2012, pp. 101–102).

As diferentes perspectivas de análise da paisagem cultural desenvolvidas por essas duas correntes “consagram a noção de que a paisagem possui dimensão material e imaterial, sendo imprescindível esse entendimento quando o conceito de paisagem é apropriado pelo campo do patrimônio cultural” (IPHAN, 2012, p. 99). Em suas palavras, Ribeiro (2007) ressalta a importância dessas correntes:

“Sauer e a Escola Barkeley, junto com outros, tiveram o papel de transformar a paisagem em um conceito científico, valorizando a abordagem a partir de seus aspectos materiais. O movimento de renovação da geografia cultural teve papel de incluir na agenda de pesquisa os aspectos intangíveis e subjetivos da paisagem. Aqueles interessados na produção de uma reflexão sobre a ação de identificação e preservação do patrimônio não devem negligenciar nenhuma dessas vertentes. Se for verdade que a atribuição de valor de patrimônio é uma ação realizada a partir dos valores simbólicos atribuídos a um bem, seja este bem material ou não, é verdade também que elas estão estritamente ligadas à organização do espaço e às manifestações físicas da paisagem” (p. 31).

Entre os geógrafos, há um consenso de que a paisagem, embora tenha sido estudada com ênfases diferenciadas, resulta da relação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos. Em outras palavras, “ela não é apenas um fato natural; ela inclui a existência humana” (Maximiano, 2004, p. 87). A construção do conceito de paisagem no âmbito dessa disciplina no Brasil tem a contribuição de vários autores, dos quais destacamos Ab’Saber e Milton Santos. O entendimento da paisagem para esses autores envolve duas dimensões de análise: a morfológica e a do seu conteúdo simbólico.

Quanto à morfológica, deve ser compreendida em duas temporalidades que envolvem: “o tempo da natureza e o tempo da história humana” (Pereira, 2018, p. 18). Conforme Ab’Saber (2003), a paisagem é “uma herança de processos fisiográficos e biológicos de longa duração e um patrimônio coletivo dos povos que historicamente a herdaram como território de atuação de suas comunidades” (p. 9).

Quanto ao tempo da história humana, Milton Santos o define como *rugosidades*, ou seja, marcas que as ações humanas vão imprimindo no espaço geográfico, registrando suas atividades, seus costumes, suas tecnologias e suas culturas. Pereira (2018) afirma que para o renomado geógrafo “a paisagem representa diferentes momentos da produção do espaço, sendo o resultado de uma acumulação de tempos que se alteram continuamente para poder acompanhar a transformação da sociedade” (p. 19). Em suas palavras:

“A paisagem é o conjunto de forma que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. [...] Nesse sentido é transtemporal ao juntar objetos passados e presentes numa construção transversal” (Santos, 2006, pp. 66–67).

No conteúdo simbólico, Ribeiro (2007) entende que a paisagem incorpora valores humanos e pode ser interpretada com base na relação afetiva que os grupos sociais estabelecem com os lugares onde a vida humana se reproduz. À luz dessa perspectiva, “o que confere identidade à paisagem pode não corresponder apenas à sua morfologia, mas ao significado social de fazer parte dela” (Pereira, 2018, p. 19).

Sem diminuir as contribuições da geografia, cabe apontar que a inclusão do conceito de paisagem no campo do patrimônio requer outras abordagens. Ao considerarmos que o patrimônio cultural é, por definição, seletivo e que, embora a geografia admita que a paisagem é cultural, segundo o IPHAN (2012) “nem toda paisagem é patrimonializável, assim como nem todos bens culturais podem ser reconhecidos como patrimônio” (p. 100). Corroborando tal pensamento, Vasconcelos (2011) afirma que:

Figura 1  
Fazenda Aroeira  
no Município de Serra  
Negra do Norte – região  
Seridó Potiguar  
(2019, Acervo da autora,  
fotografia de Maria Rita  
Assunção)



“(…) a questão não é mais que elementos culturais estão presentes na paisagem, mas sim, que paisagens são dotadas de valores culturais e naturais dignos de serem reconhecidos e protegidos pelas políticas públicas. Portanto, apesar de toda paisagem ser cultural, só algumas delas merecem ser patrimonializadas”. (p.56).

Destacamos a importância de estabelecer diretrizes e critérios de seleção relacionados à paisagem cultural no campo do patrimônio. Assim, no âmbito institucional, a proteção das paisagens culturais foi criada, em 1992, pela UNESCO, como uma categoria específica do patrimônio cultural. Anos depois, o Conselho da Europa regulamentou a sua proteção por meio da *Recomendação R(95)9, de 11 de setembro* e, posteriormente, em 2000, pela *Convenção Europeia da Paisagem*.

Em âmbito nacional, a *Portaria nº 127/2009, de 30 de abril, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN* é o instrumento jurídico e regulamentador da paisagem cultural e de sua chancela no Brasil. Segundo o texto, o recorte territorial é elemento fundamental para os estudos da paisagem exatamente pela excelência das porções singulares no país. Para cada porção peculiar do território nacional, encontramos, em razão do processo de interação do homem com o meio natural, marcas próprias e valores singulares portadores de referência à identidade e à memória. A partir do convívio com os espaços construídos, os modos de produção e as atividades culturais e sociais, identificamos o testemunho dessa relação histórica, revelada pelas formas específicas de uso, apropriação

e agenciamento do espaço empregadas pelos vários grupos que compõem uma comunidade.

Adotando essa linha de pensamento, o IPHAN destaca que o Brasil é formado por uma considerável diversidade de paisagens, costumes e lugares e, sendo assim, considera como exemplos de paisagem cultural as relações entre o *sertanejo e a caatinga* (Região Nordeste), o *candango e o cerrado* (Região Centro-Oeste), o *boiadeiro e o pantanal* (Centro-Oeste), o *gaúcho e os pampas* (Região Sul), o *seringueiro e a floresta amazônica* (Região Norte), bem como o *pescador e os contextos navais tradicionais*.

Ressaltamos que, mesmo em vigor há alguns anos, a Portaria ainda não chancelou qualquer paisagem cultural brasileira como patrimônio. Esse fato pode ser atribuído à complexidade de pormenores a serem levados em consideração no momento de sua aplicação. Forma distinta das outras vias ou unidades de conservação, a *chancela* atua por meio da promoção da paisagem, destacando-a no contexto nacional e reconhecendo seus atributos culturais, através de iniciativas de valorização dos grupos que a produzem, motivando-os nas suas atividades e, conseqüentemente, preservando a paisagem cultural. Como defende Vieira Filho (2009), ela busca a preservação não só do que está construído mas também dos atributos de valores, dos resultados dos usos e das práticas que ocorrem sobre o território. Mais que estabelecer um novo tipo de patrimônio cultural, a chancela pede o envolvimento direto dos grupos que vivem no território a ser chancelado, assim como necessita de um plano de gestão em integração com outras instâncias do poder público e da iniciativa privada, visando às ações de valorização e incentivo de boas práticas realizadas junto aos parceiros e grupos locais.

Depreendemos, a partir das conclusões e das referências do IPHAN, que a Paisagem Cultural Brasileira constitui um recorte territorial específico, estabelecido a partir do reconhecimento de qualidades e atributos singulares, que tornam determinada porção do território única. “Nesse sentido, o homem, agente organizador do espaço, intervém no meio natural e por ele é influenciado, de modo a transformar a paisagem no decorrer do tempo, imprimindo-lhe marcas culturais” (IPHAN, 2012, p.101). A paisagem cultural, portanto, da forma como definida pelo IPHAN, é configurada como um conjunto de códigos tangíveis e intangíveis que, em conjunto, representam as heranças das sucessivas relações entre o homem e a natureza, a partir das quais compreendemos a paisagem cultural como um todo.

O espaço de que aqui tratamos foi construído no âmbito da expansão econômica colonial nos sertões. Nesse cenário, originou-se o que conhecemos por *caminhos do gado* (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010), percursos que ligavam as zonas criadoras aos distantes mercados de Pernambuco e da Bahia, para onde manadas de bois eram conduzidas pelo sertão. Ao longo dessa

**Figura 2**  
Vaqueiros na Fazenda Pitombeira no Município de Acari - região Seridó Potiguar (2007, <http://fazendapitombeira.blogspot.com>, fotografia de Alexandro Gurgel)



via, fazendas criatórias se instalaram e o comércio de gado se desenvolveu; assim diferentes caminhos surgiram, fazendo a ligação entre o interior do Rio Grande e as capitanias vizinhas. Nas margens dos caminhos, foram se estabelecendo moradores que acolhiam os condutores de boiadas. Esses núcleos deram origem a feiras e povoados, “muitos deles posteriormente elevados à categoria de freguesia e vila” (IPHAN, 2012, p. 41).

A paisagem sertaneja consolidou-se por intermédio de homens desejosos por novas oportunidades, os quais iam para o Seridó e para lá retornavam anos depois com o objetivo de estabelecer suas famílias. Os inúmeros pátios de fazenda, nos quais os vaqueiros aboiavam, deram origem às praças centrais de cidades sertanejas. “Quase todas as sedes municipais no interior do estado Rio Grande do Norte foram antigas fazendas de gado” (Casculo, 1984, p.53). [Figura 1]

No Seridó, a natureza forneceu os recursos necessários à produção da vida material do povo sertanejo junto à caatinga, às serras, às ribeiras e à formação da diversidade cultural existente na região. A exemplo disso, registramos que, nos sertões nordestinos, as primeiras fazendas localizavam-se nas ribeiras com o leito do rio dividindo a sesmaria ao meio. Essa afirmativa pode ser comprovada no verbete “Ribeira”, do *Dicionário de vocábulos brasileiros*, editado em 1889 e citado em *Ferro das Ribeiras*, obra de Oswaldo Lamartine.

“Ribeira - Província do Norte - Distrito rural que compreende um certo número de fazendas de criar gados. Cada ribeira se distingue das outras pelo nome do rio que a banha; e tem, além, um ferro comum a todas as fazendas do distrito, afora aquele que pertence a cada proprietário” (Faria, 1984, p. 43).



**Figura 3**  
Representação dos ferros da família Lamartine de Faria na Fazenda Rolinha no Município de Serra Negra do Norte - região Seridó Potiguar (2019, Acervo da autora, fotografia de Maria Rita Assunção)

As ribeiras foram elementos importantes na espacialização do Seridó. Para atender aos efeitos fiscais e à contagem da população, a capitania foi dividida em ribeiras, recortes naturais, e estas, em freguesias e vilas contendo valor religioso e político, respectivamente. No relatório de José Cezar de Menezes, Governador e Capitão-Geral de Pernambuco, o Rio Grande do Norte foi repartido em cinco ribeiras, entre as quais se insere a do Seridó: (...) “que he no Certão da Capitania e fica ao Nascente da do Apodi” (Macêdo, 2015, p. 195). A partir dessa determinação, a Ribeira do Seridó tornou-se a primeira denominação geográfica da atual circunscrição seridoense.

Os modos de vida e as manifestações culturais aparecem como resultado da forma como o homem sertanejo aprendeu a se relacionar com os recursos existentes. A natureza marca o cotidiano dessas comunidades que têm, nos percursos dos rios e afluentes, o esteio de sua sobrevivência. A ribeira, portanto, constitui uma espécie de agregador cultural que uniu não só valores materiais como também tradições e conhecimentos, ou seja, um espaço que conectou fluxos materiais e imateriais indispensáveis à produção social de um território fomentado pela economia do gado.

A gesta do vaqueiro marca a cultura sertaneja. Foi pelo seu trabalho e seu esforço que se desenvolveu um modo de vida particular, peculiar do sertão e extremamente rico que envolve vocabulário, indumentária, alimentação, costumes, entre outros aspectos. Construiu-se uma identidade muito própria, marcada pela comunhão de códigos comportamentais e a ideia de pertença, desenvolvida por um processo natural de transmissão da cultura de geração em geração. No Seridó Potiguar, o vaqueiro é presença marcante na rotina da lida com o gado. [Figura 2]

Câmara Cascudo ressalta que a autonomia experimentada pelos vaqueiros e a autodeterminação de que dispunham, longe de feitores e de trabalhos forçados, foi de grande contribuição para a formação da cultura popular sertaneja. De acordo com o historiador:

“Todo o ciclo do gado projeta para o folclore a multidão dos cantadores, dos vaqueiros poetas e dançadores, dos cangaceiros, dos violeiros e batedores de emboladas com pandeiros, iguais, idênticos, sensíveis, no nivelamento psicológico de uma formação que lhes dera independência e movimentos no mesmo âmbito do trabalho diário. (...) Quem diz sertão diz vaqueiro, gado, aboio, vaquejada, louvação, derrubada, elementos presentes e preciosos na cultura popular do nordeste brasileiro” (Casculo, 1956, p. 11).

Nos estudos realizados por Faria (1984) sobre a tradição de marcar o gado na Ribeira do Seridó, ressaltamos que as impressões de

Figura 4  
Pega de boi na Fazenda Pitombeira no Município de Acari - região Seridó Potiguar  
(2007, <http://fazendapitombeira.blogspot.com>, fotografia de Alexandro Gurgel)



ferro identificavam as famílias e as variações que sucediam em torno de uma *marca tronco*, cujo desenho primitivo passava de pai para filho, como forma de perpetuar os sinais de uma linhagem de criadores. Essa mesma marca também era replicada em portas, porteiros e nos mobiliários. Nos séculos XIX e XX, até mesmo os queijos dos sertões do Seridó, especialmente o de manteiga, recebiam em sua crosta o ferro da fazenda onde eram fabricados.

Encontramos na Fazenda Rolinha, localizada no município de Serra Negra do Norte, propriedade há gerações da família Faria, um pano de couro com a marca da fazenda ao centro, com a do município de Serra Negra no canto inferior esquerdo e com as demais marcas pertencentes aos irmãos fazendeiros da linhagem de criadores Lamartine de Faria. [Figura 3]

O ferro usado nas ribeiras como demarcador do território sertanejo transmite para a história local um legado importante: o de proporcionar a identificação das ramificações familiares, além de ser um traço cultural que assume significados variados, enraizado na identidade regional. É uma tradição cultural do povo seridoense ainda seguida pelas famílias de criadores que habitam os sertões dessas terras. As fazendas são cenários vivos dessa prática que guarda nos rebanhos, mobiliários e produtos fabricados a força exercida pelos seus ancestrais.

Destacamos ainda como uma prática cultural marcante na região do Seridó a *pega* ou *junta* que era o recolhimento do gado solto no pasto no fim do período de inverno para contar o rebanho e separar as reses do criador daquelas que serviriam como pagamento aos vaqueiros. Tratava-se de um momento social central para a economia da fazenda.

Já na *apartação*, eram separados os bezerros e os poldros para o dizimeiro, responsável por recolher o tributo devido à Coroa. O fazendeiro escolhia também os três primeiros bezerros e poldros que marcaria com seu ferro, o quarto animal era deixado para a *sorte*, pagamento do vaqueiro. Os currais de apartação eram construídos de pau a pique e madeira da caatinga e, como eram não muito resistentes, foram pouco citados nos inventários analisados. Macêdo (2015), no entanto, menciona os currais contruídos pelo capitão-mor Cipriano Lopes Galvão, por volta de 1760, e registra que, ao redor deles, ocorreram apartações e feiras de gado que resultaram na constituição de Currais Novos, uma das principais cidades da região do Seridó. Confirmando esse fato, Dantas (1989) registra que “Currais Novos ficou denominada a fazenda, depois a capela, o povoado, o município, a comarca e a cidade, consagrando-se de público, a homenagem a uns dos currais bem acabados como símbolo do desenvolvimento pastoril daquela região” (p. 15).

Durante a apartação, aconteciam as *pegadas de boi*, quando alguns animais fugiam e resistiam ao chamado do vaqueiro, sendo perseguidos e derrubados pela cauda no meio da caatinga. Em sequência, logo após a apartação, realizavam-se as *corridas de mourão*. Diferentemente das pegadas de boi, essas corridas realizavam-se no pátio das fazendas, constituindo um evento conhecido como torneio de derrubada, posteriormente chamado de *vaquejada*. Trata-se de uma atividade cultural do Nordeste brasileiro, na qual dois vaqueiros montados a cavalo têm de derrubar um boi, puxando-o pelo rabo.

Pouco a pouco, essas iniciativas converteram-se em rituais festivos, atraindo não só vaqueiros mas também a comunidade da região, fomentando um significativo turismo. Pensando em preservar a figura do vaqueiro, a Fazenda Pitombeira, em Acari, realiza todo ano três eventos: a *Pega de boi no mato*, o *Encontro dos vaqueiros da Ribeira do Acari* e a *Missa do vaqueiro*. [Figura 4]

Tendo em conta o que mencionamos, podemos afirmar que a pecuária, ao se estabelecer no Seridó, passou a ter importância fundamental na formação econômica, social, espacial e cultural. O aspecto de resistência ao lugar imprimiu na cultura da região o imaginário pautado na superação de dificuldades e na relação existente entre homem e natureza. Do gado, tudo se tirava proveito: carne, leite e couro. A exploração desse último tornou-se um traço perpetuado nos sertões do Seridó; por isso, os primeiros povoadores instauraram a “civilização do couro” (IPHAN, 2012, p.35), um modo de vida impregnado por um expressivo conteúdo sociocultural, assim justificado por Barroso (1956)<sup>1</sup>:

“Civilização do couro porque na rude existência dos povoadores do sertão era tudo tirado do boi que lhe encheu de chácaras, abecês e autos, o rico folclore: o couro de arrasto para mover terra e carregar pedra; couro de pisar para reduzir tabaco

1. Barroso, G. (1956). “Os criadores da civilização do couro”. Rio de Janeiro: O Cruzeiro. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=104403>

a rapé; couro de curtir para apurar o sal; couro de bainha para os facões, facas e quicés; couro de tranças para cordas, cabrestos, chicotes e arreios; couro cru para atilhos, atacas e peias; couro suado para bruacas, mochilas, borrachas de água, alforjes e surrões; couro pregueado nas malas e baús, cadeira e tamboretas; couro espichado nas portas e janelas das moradias, nos catres usados para doenças e partos; enfim, o couro curtido para roupa do vaqueiro que lhe permitia varar os carrascas espinhentos na veloz carreira dos seus árdegos cavalos de campo” (as cited in IPHAN, 2012, p.35).

O criatório correu os sertões, nestes imprimindo uma diversidade material e de sentidos atribuídos aos bens e práticas sociais consolidados nas referências culturais de seus sujeitos. Ele trouxe arraigado consigo traços extremamente fortes e responsáveis por originar uma sociedade solidária, marcada por laços consanguíneos e de apadrinhamento; que se expressa em uma religiosidade concebida e vivenciada por seus próprios agentes; que, ao longo dos tempos, aprendeu a trabalhar e a conviver com a escassez dos recursos disponíveis na natureza, mas que não se esqueceu de festejar e celebrar as dádivas conquistadas, os santos das crenças religiosas, além dos sons e dos ritmos que a tradição mantém na existência do grupo social.

A conjunção de todos esses fatores criou condições propícias para que a economia do gado se tornasse um dos principais agentes da paisagem. O gado foi, certamente, um fixador e um expensor geográfico que possibilitou o movimento de mercadorias e pessoas, agenciou todo um complexo de atividades e técnicas que foram se adequando para atender ao modo de vida de uma sociedade pastoril que ali se formava, definida por uma dinâmica de práticas sociais adaptadas à vida imprevisível no semiárido nordestino.

Dessas reflexões, podemos depreender que a *paisagem sertaneja* é singular e reúne, ao mesmo tempo e de maneira articulada, várias dimensões do chamado patrimônio cultural: material, natural e de suas manifestações culturais. Representa a íntima relação estabelecida entre os grupos ali presentes e a sua ambiência, interação que explica como se estruturou a produção dos objetos e da vida no Seridó Potiguar.

## Conclusão

O processo de ocupação do território do Seridó Potiguar trouxe o movimento de repovoamento. Medeiros Filho (1981) ressalta que as primeiras famílias instaladas somente apareceram após os anos de 1720, pois as rústicas condições ambientais permitiam apenas a fixação de homens desacompanhados, vaqueiros, caboclos e escravizados.

Sob essa perspectiva, muitas casas de fazenda construídas tornaram-se uma sólida representação da paisagem conhecida como *sertaneja*; são bens que, com elevada simbologia, traduzem os processos socioculturais ali vividos e promovem uma rica interação entre o homem e sua ambiência, envolvendo particularidades nos costumes e hábitos de morar. No entanto, não tratamos só do patrimônio construído, pois essa interação fez produzir práticas culturais relacionadas com o cotidiano nas históricas propriedades rurais. Logo, todos esses valores são marcas da formação do território do Seridó Potiguar e de sua identidade.

Ao longo do percurso desta pesquisa, identificamos a riqueza de traços culturais existentes a partir das reflexões sobre a paisagem e entendemos que os estudos assim centrados, possibilita uma abordagem mais complexa, pois a apreensão conjunta dos valores culturais que configuram o território é fundamental para o reconhecimento do patrimônio rural dessa região.

Por fim, entendemos que a análise do patrimônio cultural da região do Seridó alinhada com os estudos de paisagem constitui uma oportunidade não só para o desenvolvimento do território mas também para a valorização dos recursos endógenos. Nesse sentido, esperamos que as reflexões aqui tecidas estimulem ações que visem à preservação do patrimônio rural e da paisagem sertaneja no âmbito do Seridó Potiguar.

## Referências

- Arcanjo, J. E. M. (1996). O gordo e o magro: o Nordeste segundo Gilberto Freyre e Djacir Menezes. *Revista de Ciências Sociais*, volume 27(nº1/2), páginas 73-83. Disponível em <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/10295>
- Assunção, M. R. de, Oliveira, M. M. de, & Silva, N. P. da (2010). *Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó*. (Relatório técnico de trabalho IPHAN – 3ª fase). Natal: IPHAN/Superintendência RN.
- Assunção, M. R. de (2019). *Arquitetura na Paisagem Sertaneja: estudo sobre as casas-grandes das fazendas de gado na Ribeira do Seridó* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto). Disponível em <https://hdl.handle.net/10216/121677>
- Barbosa, I. C. (2000). *Sertão, um lugar-incômodo: o sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Cascudo, L. da C. (1956). *Tradições populares da pecuária nordestina*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura.
- Cascudo, L. da C. (1984). *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Achiamé.
- Dantas, M. (1989). *Dominação dos municípios*. Mossoró: ESAM.
- Diniz, N. M. M. (2015) *Um sertão entre tantos outros*. Rio de Janeiro: Versal Editores.
- Faria, O. L. de (1984). *Ferros de ribeiras do Rio Grande do Norte*. Fortaleza: Imprensa Universitária.
- IPHAN (2012). *Inventário de Conhecimento do patrimônio rural da região do Seridó Potiguar*. Natal: IPHAN/Superintendência RN.
- Macêdo, M. K (2015). *Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – séc. XVIII)*. Natal: Edufrn.
- Maximiano, L. A. (2004). Considerações sobre o conceito de paisagem. *Raega – o espaço geográfico em análise*, (nº8), páginas 83-91. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/raega/article/viewFile/3391/2719>
- Medeiros Filho, O. (1981). *Velhas famílias do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal.
- Pereira, D. C. (2018). *Paisagem como patrimônio: entre potencialidades e desafios para a implementação da chancela da Paisagem Cultural Brasileira* (Dissertação de Mestrado Profissional, IPHAN). Disponível em [http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Danilo\\_Disserta%C3%A7%C3%A5o%20PEP\\_Vfinal\\_corrigina%20%20\(2\).pdf](http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Danilo_Disserta%C3%A7%C3%A5o%20PEP_Vfinal_corrigina%20%20(2).pdf)
- Portaria nº 127, de 30 de abril, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Disponível em <http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Paisagem%20Cultural%20Brasileira%20DOU%202009.pdf>
- Ribeiro, R. W. (2007). *Paisagem cultural e patrimônio* [PDF]. Disponível em [http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc1\\_PaisagemCultural\\_m.pdf](http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc1_PaisagemCultural_m.pdf)
- Rosa, G. (1956). *Grande Sertão: veredas*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- Santos, M. (2006). *A natureza do espaço: técnica, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Schettino, M. P. F. (1995). *Espaços do sertão*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade de Brasília, Brasília.
- Vasconcelos, M. C. (2011). As fragilidades e as potencialidades da chancela da paisagem cultural brasileira. *Revista CPC*, (nº13), páginas 51-73. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15689/17263>
- Vieira Filho, D. (2009). *Aplicação da chancela da paisagem cultural brasileira: onde e com que objetivos*. Brasília: IPHAN.



# Espaços e devoções da comunidade da Foz do Douro

## Resumo

Águas agitadas e rochedos escondidos compõem a Barra do Douro, onde o rio e o mar se encontram. Apenas os pilotos mais experientes eram capazes de navegar de forma segura e transporem este difícil obstáculo, para chegarem ao centro da cidade do Porto.

A humilde comunidade piscatória da Foz do Douro, que estendia as suas redes na antiga praia da Cantareira, procurava conforto e bons presságios junto dos santos e de invocações marianas, que se apresentam como intercessores privilegiados junto do Pai e do Filho. Preces, promessas e ex-votos eram ofertados em honra destas entidades, para que estas os livrassem dos naufrágios, fome, doenças e guerras. De facto, o espaço urbano foi-se compondo tendo em conta estas devoções. Capelas como a de Nossa Senhora da Luz, foco de luz salvífico durante séculos, e a capela-farol de S. Miguel-o-Anjo, inserida no projeto de D. Miguel da Silva (século XVI), afirmaram-se durante séculos como pontos de referência à navegação. Ainda em meados do século XX, este território era ativado pelo fervor religioso em dia de romaria, como é exemplo a procissão a Nossa Senhora da Lapa.

Partindo de uma análise bibliográfica e de fontes escritas e visuais, pretendemos demonstrar, de forma integrada, a relação das devoções mareantes da Foz do Douro com a sua comunidade e com o território, espaço de vivências e práticas devocionais ao longo dos séculos.

Palavras-Chave: Foz do Douro; Devoções mareantes; Nossa Senhora da Luz; Nossa Senhora da Lapa; S. Bartolomeu

## Abstract

Rough waters and hidden rocks characterize the Barra do Douro, where the river and the sea meet. Only the most experienced pilots were able to navigate safely and overcome this difficult obstacle to reach the center of Porto.

The humble fishing community of Foz do Douro, which extended their nets on the old beach of Cantareira, sought comfort and good omens from the saints and Marian invocations, intercessors to God.

Prayers, promises and ex-votos were offered in honor of these entities so that they could free them from shipwrecks, hunger, disease and wars. In fact, the urban space was formed taking into account these devotions.

Chapels such as *Nossa Senhora da Luz*, the focus of saving light for centuries, and the *São Miguel-o-Anjo* lighthouse chapel, inserted in the project of D. Miguel da Silva (16th century), have been affirmed for centuries as point's reference to navigation. Even

in the middle of the 20th century, this territory was activated by religious fervor on a feast day in honor of a saint or Mary, mother of God, such as the procession to Nossa Senhora da Lapa.

Starting from a bibliographic analysis and written and visual sources, we intend to demonstrate, in an integrated way, the relation of the Foz do Douro maritime devotions with their community and territory, space of experiences and devotional practices over the centuries.

Key Words: Foz do Douro; Maritime devotions; Nossa Senhora da Luz; Nossa Senhora da Lapa; S. Bartolomeu

## 1. Introdução

O território da Foz do Douro, área ocidental da cidade do Porto, localiza-se “à beira do Mar, e Rio Douro quase em planície próximo à barra da Cidade do Porto: he vistoso, e agradável (...)” (Frei Francisco, 1758, p.879). A sua comunidade sobrevivia da pesca, atividade que influenciou fortemente o desenvolvimento de devoções no território. Pilotos, pescadores e suas famílias rogavam em dias de tempestade a S. João Baptista, S. Miguel, Nossa Senhora da Lapa, Nossa Senhora da Luz, Nossa Senhora dos Navegantes, Nossa Senhora do Rosário e S. Bartolomeu.

Ao longo da investigação deparamo-nos com estudos sobre a capela de S. Miguel-o-Anjo (Oliveira, 2015; Matos, 2010) e sobre a capela de Nossa Senhora da Luz (Furtado, 2019). Constatamos a inexistência de estudos sobre a capela de Nossa Senhora da Lapa, sendo alvo de pequenas descrições em textos de caráter mais geral (Maia, 1988; Quaresma, 1994).

Para a compreensão destas devoções e da questão da imagem foi necessária a consulta de autores como Almeida (1979), Herrán María (1983), Réau (2008) e Fernandes (2017).

Considerámos ainda a análise de inventários e atas da Confraria do Santíssimo Sacramento (CSS) presentes no Arquivo Paroquial da Foz do Douro (APFD) e registos escritos sobre a organização do Cortejo de S. Bartolomeu, da segunda metade do século XX, presentes no Arquivo Privado da Família Picarote (APFP).

Através desta reflexão pretendemos contribuir para o estudo das imagens e devoções no contexto portuense, chamando a atenção para uma paróquia afastada do centro histórico da cidade e que durante séculos foi um ponto obrigatório de passagem para quem navegava rumo à Alfândega da urbe.

## 2. A paróquia da Foz do Douro e São João Baptista

Uma das primeiras referências sobre a Foz do Douro remonta a 1145, “(...) quando D. Afonso Henriques doou “hereditate mea própria habeo in hermita de Sancto Iohanne de foze de Dorio” a D. Roberto e ao Mosteiro de Riba de Paiva.” (Barroca, 2001, p.15). A “hermitagium Sancti Ioannis de Fosse Dorii” é novamente mencionada em documentos de 1176 e 1211 (*Ibidem*). Compreendemos que o pequeno templo se afirmou como um importante elemento para a fixação da população, sendo a sua existência atestada por vestígios arqueológicos encontrados no interior do Forte da Foz, na década de 90 do século passado.

Em 1196, D. Sancho I e D<sup>a</sup>. Dulce doam o Mosteiro de S. Salvador de Bouças, que administrava o território fozeiro, a

D. Mafalda. Esta, em 1210, doa o couto ao Mosteiro Beneditino de Santo Tirso (Barroca, 2001, p.15-19). Em 1336, D. Afonso IV reconhece as doações anteriores, perpetuando a ocupação deste espaço pelos beneditinos até à Extinção das Ordens Religiosas (1834).

Os “alicerces da fachada norte e os restos da capela-mor de um templo proto-românico” mostram-nos uma construção de nave única, com corpo retangular e cabeceira quadrangular (Ramos, 1994, p.110). Ramos defende que a ermida deverá “ter sido construída nos primórdios do século XI, senão mesmo em momento anterior, numa fase inicial da Reconquista” (*Ibidem*, 110). Perante esta teoria é possível que o patronato seja igualmente anterior ao século XII.

Chegado à Foz (1525), D. Miguel da Silva depara-se com um templo inadequado às necessidades da época. A sua posição enquanto Abade Comendatário do Mosteiro de Santo Tirso e Bispo de Viseu, a sua relação com o mestre italiano Francisco Cremona, a sua visão humanista e os conhecimentos das artes clássicas e epigrafia, permitiram-lhe levar a cabo um projeto que viria a alterar a primitiva construção e a melhorar a navegação na Barra.

O mestre Francisco Cremona foi incumbido da execução do projeto. Susana Abreu aponta o desempenho deste como *muratore*. “De facto, será como “pedreiro”, (...) que o “Mestre Francisco Italiano” comparecerá décadas depois na documentação portuguesa da Igreja de S. João Baptista (...)” (Abreu, 2010, p.563). Salienta:

“as vantagens de D. Miguel da Silva em trazer um mestre-pedreiro para Portugal seriam inúmeras, dada a escassez de mestres locais que soubessem trabalhar segundo o novo estilo. Assim se entende a solução de compromisso encontrada neste artista, capaz de realizar riscos “à romana”, mas também sabedor de como os materializar em estaleiro (...)” (*Ibidem*, p.563).

O projeto consistia na construção de uma igreja de inovadora linguagem formal renascentista; novos espaços abaciais; a capela-farol de S. Miguel-o-Anjo; quatro colunas para orientação à navegação e, a meio do rio, um templete com uma estátua de Portumnus (BARROCA, 2001, p.17). O programa não foi concluído, muito devido à hostilidade do rei D. João III para com o Bispo, que se exilou em Roma (1540). Do seu projeto foram concluídas a igreja e a capela-farol (Ferrão, 2017, p.131).

A nova igreja ergueu-se no local do templo medieval, apresentando uma nave única sem colunas e capela-mor de planta hexagonal. Os vãos de iluminação, ao contrário do habitual, abriam-se no sentido horizontal e eram emoldurados com *tabulae ansatae*, uma moldura com asa recuperada da Epigrafia Clássica e decorada com cordas, elementos de caráter manuelino (Barroca, 2001, p.31).



Figura 1  
Imagem de S. João  
Baptista no altar-mor  
da igreja paroquial  
da Foz do Douro  
(2019, fotografia de  
Marisa P. Santos)

A partilha da mesma localização do primitivo templo e da igreja renascentista reflete uma importância de sacralização das águas. Os espaços de cultos são propositadamente centrados junto de nascentes, fontes, cursos de água e costa. “Qualquer lugar de peregrinação comporta a sua nascente de água e a sua fonte.” (Chevalier, 1994, p.43) Este elemento compreende uma dupla essência: criadora e destruidora. Face a esta dualidade surgem as ermidas, capelas e igrejas, como elementos de sacralização das ditas águas, mas também de legitimação da ocupação do território porque cristão.

A simbologia da água comporta três temáticas principais: fonte de vida, meio de purificação e elemento de regeneração. “Mergulhar nas águas, para delas emergir sem se dissolver totalmente, salvo por uma morte simbólica, é regressar às fontes, reabastecer-se num imenso reservatório de energia e dele beber uma força nova (...)” (*Ibidem*, p. 41) Neste contexto, São João Baptista apresenta-se como a entidade que prepara, através do batismo, a vinda do Messias. Por “causa del bautismo en el Jordán, tradicionalmente se consideraba a San Juan protector de las fuentes” e “un santo curador” que “ayudaba a encontrar los cuerpos de los ahogados” (Réau, 2008, p.494).

Em 1570, D. Sebastião ordena a construção de um forte para proteção da Barra ao redor da estrutura religiosa, confinando-a entre muros. Em 1640, a convivência entre beneditinos e militares tornou-se insustentável, levando à transferência do Santíssimo Sacramento para a Capela de St.<sup>a</sup> Anastácia. A 13 de julho desse ano, Frei André Marques de Almeida doa os terrenos para atual igreja e, entre 1646/1647, ocorre a demolição da estrutura renascentista, poupando-se a capela-mor que servia de oratório aos militares. Ainda hoje a cúpula da capela-mor é uma marca identitária do território, caracterizando a memória material do seu uso.

Apesar desta prolifera movimentação da igreja paroquial pelo território é certo que o patronato se manteve. As *Memórias Paroquiais* (1758) dizem-nos que “O Orago deste lugar he dia de São João Baptista Padroeyro desta parochia” (Frei Francisco, 1758, p.879). A importância do patronato é reforçada com a substituição, em 1776-1780, da imagem de São Bento pela de São João Baptista para o nicho central da fachada da igreja.

Encontramos o registo, no ano de 1854, do pagamento de 12 mil reis a “B. J. Alves Coelho Junior pela imagem de São João Baptista pera a frente da igreja” (Livro 23, 1854, p.33). A aquisição de uma nova imagem reforça a importância das devoções locais no rescaldo do termino das ordens religiosas em Portugal.

A questão da festividade em honra de São João surge na documentação da CSS: “esta a única freguezia onde se não faz hua festa no dia do seu padroeyro (...) parecia me mui própria e decente que de ora em diante se fizesse a festa do Senhor do Anno no dia de

São João, a 24 de Junho (...)" (Livro 47, 1848, p. 44v-45). O mesmo documento refere os seguintes contornos para a festividade: "expondo-se no trono o Santissimo Sacramento o principiar a missa solemne e cantada, muzica estramental, cantando se vesperas de tarde e muzica, sahindo a procissao triunfal com muzica rigemental e alguma tropa (...), sermão de tarde e de manhaa (...)" (Ibidem, p.45-46). Por sua vez, os estatutos da CSS (1917) descrevem, no artigo 38º, que esta tinha por obrigação a realização das "festividades de Senhora da Luz e a do Padroeiro da freguesia na qualidade de fabricanteira." (Livro 11, c.1917, p.6v), sendo em 1925 indicada uma "despeza com a festa de São João Baptista de duzentos mil reis" (Livro 30, 1925, p.30v).

Para além da organização das festividades e da permanência da imagem do patrono na fachada da igreja até à atualidade, a importância desta devoção é novamente atestada na resposta do juiz da CSS, Joaquim Luiz de Souza Martinz, a um ofício do Abade a José dos Santos F. Moura (30 de setembro 1880): "foi resolvido por unanimidade que se não consentisse na mudança da imagem de São João Baptista, padroeiro d'esta igreja, do lugar em que a mesma imagem está collocada, (...) achandosse a referida imagem collocada ali desde tempos immemoriaes (...)" (Livro 62, 1880, fl.24v e 25).

O lugar referido neste documento é o mesmo descrito nas *Memórias Paroquiais* (1758), "No mayor [altar] está colocado o padroeyro (...)" (Frei Francisco, 1758, fl. 879, 880). Atualmente ainda se encontra no altar-mor da igreja, do lado do Evangelho, uma imagem do padroeiro, certamente a mesma referida nas fontes relatadas. [Figura 1]

### 3. A Capela de São Miguel-o-Anjo

A capela-farol de São Miguel-o-Anjo (1536), inserida no projeto de D. Miguel da Silva, tinha uma dupla função: servia de baliza à navegação e de elemento sacralizador do território. As *Memórias Paroquiais* (1758) fazem já referência a esta estrutura e ao seu orago:

"A Quinta chamada o Anjo, tem hum só altar (...)" (Frei Francisco, 1758, p. 882).

A escolha de São Miguel como orago poderá ser justificada pela tradição. D. Afonso Henriques elegeu o arcanjo como patrono de Portugal após a sua interceção na luta contra os sarracenos. São Miguel, do hebraico Mi-kha-el, que significa "quem como Deus" é o protetor por excelência.: "(...) en el Apocalipsis, salva a la mujer que acaba de parir, símbolo de la Virgen y de la Iglesia, combatendo contra el dragón de siete cabezas (...)", logo é o defensor da Igreja e dos seus devotos (Réau, 2008, p.68).

Atentemos ainda à afirmação de Mário Barroca (2002) de que: "Na Igreja de São João da Foz, em 1145, registava-se mesmo uma relíquia do Arcanjo São Miguel" (Barroca, 2002, p. 57). Apesar de o autor não indicar a fonte da informação, tal poderá explicar a escolha deste arcanjo como orago. Devemos ainda ter em linha de conta que o Arcanjo S. Miguel é o patrono do Cabido do Porto.

A atribuição do patronato de São Miguel a estruturas junto às águas relaciona-se com o aparecimento desta entidade, no início do séc. VIII, ao bispo de Avranches, no atual Monte Saint Michel, onde se veio a desenvolver na Idade Média um mosteiro da ordem beneditina (Muela, 2018, p.68). Recordemos também que em Portugal, o Forte da Nazaré é dedicado a São Miguel, tendo feito parte do projeto de edificações defensivas levado a cabo no reinado de D. Sebastião.

Todos estes pontos podem justificar a escolha de São Miguel como orago da capela-farol da Foz do Douro. As inscrições presentes nas fachadas da capela, hoje apenas visível a do lado do rio, davam conta da dupla função da estrutura: sacralização do território e proteção dos mareantes. A nascente lia-se "SALVOS I R R D", transcrita como "Rogo a Deus que passem sãos e salvos" (Maia, 1988, p. 74). A poente lia-se: "AD DEMONSTRADVM PORTVM CVRSVS QVE REGENDOS NAVTRAV TYRRIM SILVIVS HANC STATVIT NOCTE DIEQVE IGITVR RECTO HANC PETE NAVITA CVRSV NEC TIMEAS SCOPVLOS IN MEDIIS SCOPVLIS." (Ibidem, p.74), entendida como: "Provado estará desde que a Torre do Silva foi construída podem entrar neste porto todas as naus, porque desde o nascer ao pôr do Sol e durante a noite sempre indica ao piloto qual o rumo navegável. Não temas os rochedos, tu passarás sem tocar nas rochas." (Ibidem). Do lado do rio vê-se "MICHAEL SILVIVS ELECTVS EPISCOPVS VISENSIS TVRRUM AD REFENDOS NAVIVM CVRSVS FECIT IDEM ACROS EX QVORVM REDITV NOCTVRNI IGNES E TVRRI PERPETVE ADCENDERENTUR SVA PECVNIA AMPLOS DEDIT ADSIGNAVITQVE A D MDXXXVIII.", que significa: "Miguel da Silva Bispo eleito de Viseu mandou fazer esta torre comprando com dinheiro seu muitos campos para o seu rendimento manter perpetuamente acesa de noite uma luz na torre para servir de guia aos navegantes." (Ibidem).

A leitura de uma torre que avança sobre as ondas [Figura 2] perdeu-se com a criação, no século XIX, do aterro ao longo da Cantareira e do Passeio Alegre. Marta Oliveira (2005) defende que a "posição recolhida da obra, na embocadura do rio, não a torna apta a funcionar diretamente como farol da rede costeira.", levando a que fosse necessário uma relação comunicante entre o farol de São Miguel e as estruturas construídas no Monte da Luz (Oliveira, 2005, p. 39).

No interior da capela-farol encontramos três nichos que outrora albergavam ao centro São Miguel, orago da capela, e nos laterais,

Figura 2  
Vista sobre a capela-farol de S. Miguel-o-Anjo e capela da N.ª Sr.ª da Lapa (1844-48, Pinto, Augusto Cesário (desenho); J.C.V.Vª Nova (gravura). Gravura da Cantareira)



São Bento, patrono da Ordem Beneditina e Nossa Senhora da Encarnação ou da Guia, intercessora por excelência e aquela que conduz os pescadores e marinheiros para porto seguro e os desvia dos caminhos da perdição. Maia (1988) sugere que estas imagens terão sido roubadas ou então destruídas no decorrer da extinção das ordens religiosas (Maia, 1988, p.70).

#### 4. Maria, a Mãe que protege

A partir dos finais da Idade Média dá-se um aumento da devoção a Nossa Senhora, para o qual contribuiu a *devotio moderna* a Cristo, cada vez mais apoiada nos Evangelhos. “Uma das consequências é a mudança do nome Santa Maria, com que ainda no século XV se designava habitualmente a Virgem, para o de Nossa Senhora como reflexo do paralelismo entre denominações de Cristo e de Maria” (Almeida, 1979, 164). Enquanto o Oriente fechava o comércio de relíquias ao Ocidente, a conceção de imagens aumentava, muitas delas revestidas de valor-reliquia ora devido à forma miraculosa como apareciam ora pela antiguidade imemorial que o tempo lhes conferia. (*Ibidem*, p.161-163). Capelas dedicadas a Maria foram aumentando de número, muitas delas destronando antigos patronatos, “(...) Nossa Senhora do Leite substitui cada vez mais S. Mamede (...), Nossa Senhora da Saúde concorre com S. Sebastião e S. Roque (...), e que uma Nossa Senhora da Silva, do Rosário, (...) faz esquecer completamente uma das grandes funções tardo-medievais de S. Miguel.” (*Ibidem*, p.164)

A visão individualizada do juízo da alma contribuiu para intensificar e afirmar a interpretação de Maria como protetora da humanidade na vida e na morte. Enquanto Mãe do Redentor, Maria

Figura 3  
Ex-voto pintado dedicado a N.ª Sr.ª do Rosário, igreja paroquial da Foz do Douro (2019, fotografia de Marisa P. Santos)



é também Mãe de todos nós e ocupa um papel de mediadora entre os homens e a Trindade, ou seja, entre o Céu e a Terra. Torna-se assim num eixo de ligação entre o humano e o divino.

Perante este contexto devocional, que vai ganhando cada vez mais espaço durante a Época Moderna, iremos cingir-nos às invocações de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora dos Navegantes presentes na Igreja Paroquial da Foz do Douro.

As *Memórias Paroquiais* (1758) dão-nos conta, relativamente aos altares da igreja, que “No primeyro da parte esquerda Nossa Senhora do Rozario, tem confraria e a custa della se lhe faz a festa no dia quinze do mês de Agosto” (Frei Francisco, 1758, p.880). Desconhece-se qualquer documentação desta confraria. Porém, existe a referência à mesma no inventário da CSS (1891), que constata a existência de “Um inventario da fabrica da confraria extinta de Nossa Senhora do Rosario feito em 1712” (Livro 3, 1891, p.31).

Uma pintura *ex-voto* (1727), localizada na *sala das assinaturas* da igreja paroquial da Foz, dá a conhecer a interceção de Nossa Senhora perante os perigos do mar. A pintura a óleo sobre madeira, [Figura 3], de formato retangular, representa quatro embarcações em mar alto. As duas ao centro ostentam a bandeira monárquica, com as quinas e a coroa, identificando-se uma figura masculina dentro do navio à direita. As duas embarcações que as ladeiam envergam bandeiras negras com caveiras e um braço armado com espada, identificando-se uma figura masculina dentro do navio mais à direita. Estamos perante um ataque de piratas a dois navios portugueses. No canto superior esquerdo surge, envolta em nuvens e irradiando luz, Nossa Senhora coroada com o menino ao colo. O que identifica a invocação a que corresponde é a inscrição presente

na parte inferior da pintura: “Milagre que fes Nossa Senhora do Rozario a Joam hindo pera a Bahia no navio prazeres o pelijou com dois alevantados e clamando pella dita Senhora logo deles se vio livre. Anno de 1727”.

A importância da devoção ao Rosário constata-se ainda através dos pertences desta Senhora presentes nos inventários da CSS que referem por exemplo “Uma coroa de Nossa Senhora do Rosario, com o pezo de 1:330 grammas” (Livro 3, 1891, p.28). Segundo Maria Quaresma (1995), a imagem presente a devoção no interior da igreja paroquial “pertenceu à primitiva igreja matriz, tendo ficado por longo tempo dentro do reduto fortificado de São João da Foz, após a sua construção. Por essa razão, os devotos da Senhora passaram a chamar-lhe Senhora do Rosário do Castelo” (Quaresma, 1995, p. 66-67).

Por sua vez, a imagem de Nossa Senhora dos Navegantes, localizada no nicho inferior do altar do Rosário, foi detentora, ao longo do tempo, de várias denominações: Nossa Senhora Boa Viagem, da Guia ou da Bonança (*Ibidem*: 67), sendo a última a mais corrente na documentação do APFD.

É conhecido, através da documentação referente à CSS que esta imagem possuía enxoval, desconhecendo-se a sua forma de utilização: “Um dito [vestido] também bordado, de Nossa Senhora da Bonança / Um par de brincos antigos da Nossa Senhora da Bonança oferta” (Livro 4, 1903, p. 20v). Existe também referência à prática de atos litúrgicos no dito altar “Banqueta do altar da Senhora da Bonança acesa para uma missa resada” (Livro 26, 1889, p.2). Através da documentação presente no APFD, apuramos que era realizada uma festa em honra desta Senhora: “Por Armação da festa da Bonança” (Livro 36, 1794, p.57); “Pelo que rendeo as alfaias que servirao na festa da Senhora da Bonança” (Livro 22, 1823, p.2). Porém, desconhecemos se decorria no interior da igreja ou no espaço urbano.

A festividade volta a ser referida num documento sobre a aquisição de um “tapete para servir na capella-mor”, obtido através de “esmolas que adquirira [capitão Joze Monteiro Sallazar] (...)”, sendo pertença da CSS e dos Passos, e “quando seus administradores a exigirem e bem assim para servir nas festividades da Senhora da Bonança (...) o aluguer seria sempre para esta Confraria do Santissimo (...)” (Livro 47, 1843, p. 32).

Apesar da carência documental sabemos através de registos fotográficos, pertencentes à paróquia, que no dia 14 de Julho de 1946 percorreu a rua do Passeio Alegre a *Procissão do Tricentenário da Padroeira de Portugal*, que reuniu as imagens de Nossa Senhora de Fátima, o Sagrado Coração de Maria e Nossa Senhora dos Navegantes, numa clara afirmação da importância do culto mariano em pleno século XX. [Figura 4]



Figura 4  
Sr.<sup>a</sup> da Bonança/  
Navegantes na procissão  
do Tricentenário da  
Padroeira de Portugal  
(1946, APFD, autoria  
desconhecida)

#### 4.1 Capela de Nossa Senhora da Lapa

A capela de Nossa Senhora da Lapa, localizada na Rua do Passeio Alegre, junto à Cantareira, é uma das construções devocionais mais antigas da Foz do Douro, [Figura 2]. A sua proximidade ao rio é justificada pela importância desta devoção no contexto piscatório local. Segundo inscrição na fachada, a sua fundação remontará a 1340, tendo sido reedificada em 1390 (Maia, 1988, p.93).

Porém desconhecem-se documentos que refiram o construtor e financiador da primeira empreitada. Em 1716, Frei Agostinho de Santa Maria, em *Santuário Mariano* (...), refere uma possível reconstrução da capela no século XVIII, de estética idêntica à anterior, motivada por promessa de devotos: “Estes quizeraõ ter naquela sua terra huma copia em tudo parecida à Senhora da Lapa a antiga & assim o executaraõ; & feyta ella, lhe edificaraõ esta Igreja de que tratamos; aonde a collocaraõ com grande festa(...)” (Santa Maria, 1716, p.75). Na fachada lateral é ainda possível ler-se a data de 1819, que alude à última reedificação deste templo, confirmada através do auto da bênção desta capela, localizado no Arquivo Episcopal do Porto: “Manoel José da Silva Monteiro e sua mulher Dona Roza Albina Portella” pediam ao Bispo do Porto, após terem “concluído a obrada reedificação da sua cappella da Senhora da Lapa, fronteira à Foz do mesmo rio Douro, que seos antepassados fundarao e dotarao, vinculando pera esse fim hua morada de cazas sobradadas, sitas nas costas da mesma cappella” afirmam que “dezejaõ que na dita cappella se continue a celebrar [...] sancto sacrificio da missa e mais officios divinos pera o que a tem ornado com a decência conveniente, e conservado com a devida cautela e reverencia a ara antiga” (AEP, 1820).

A capela é possuidora de um só altar que albergava a imagem da Sr.<sup>a</sup> da Lapa, a quem era dedicada uma festividade. O *Cartaz das Festas em honra de Nossa Senhora da Lapa* (25/26 de set. 1937) dá-nos a conhecer a pompa da festividade “pois contribuía para elas todas as campanhas que regressavam da pesca dando à Senhora um quinhão da sua labuta no alto mar”. Esta prática decaiu durante anos até que, em 1937, a “Corporação dos Pilotos tomou a peito a velha tradição para que as festas à Senhora da Lapa voltem ao esplendor de outros tempos”.

Rui P. Amaro (2007) descreve a festividade com procissão que partia da Fonte da Cantareira até às pirâmides do Passeio Alegre, fazendo-se acompanhar de fogo de artifício e pela Banda Marcial da Foz. Os festejos “Foram interrompidas pelas dificuldades financeiras da Corporação de Pilotos, devido à conflagração mundial de 1939/1945 que originou enorme redução da navegação nos portos do Douro e Leixões” (Amaro, 2007, p.159).

Frei Agostinho (1716) descreve alguns dos milagres atribuídos à interceção desta Senhora: “Dous Religiosos Capuchos se meteraõ em hum barco a fim de pedirem nesse algumas esmolos

Figura 5  
Imagens de  
N.ª Sr.ª da Luz  
(2010, APFD, Fotolândia,  
Pereira de Sousa)



de peyxe, para o seu Concento: este se desamarrou, & levado do ímpeto da corrente das aguas sahio pela barra fóra; & vendo-se os Religiosos quasi perdidos recorrêrão aos poderes da Senhora da Lapa (...) como se as aguas tivêraõ discurso para a venerarem, suspenderã-se (...)" (Santa Maria, 1716, p.75-76)". Segundo testemunhos orais recolhidos sabemos que as portas da capela eram abertas por ocasiões de naufrágios na Barra, ocorrendo ao seu interior inúmeros devotos.

#### 4.2 Capela de Nossa Senhora da Luz

Devido à língua de areia em mutação constante, a barra do Douro sempre foi de difícil travessia. Para auxiliar a navegação foram construídos, em pontos estratégicos, torres e fachos, que assinalavam a costa e ajudavam na sua defesa (Furtado, 2019, p. 34). Um destes pontos situava-se no Monte da Luz. Face à toponímia do local, ligada à "luz", Carolina Furtado (2019) defende a existência de "um culto ancestral, anterior, mesmo, ao cristianismo" (*Ibidem*, p.45), acreditando que a devoção à Senhora da Luz está relacionada com as potencialidades geográficas, estratégicas e paisagísticas do local, sendo provável que "se tenha sacralizado antes mesmo da existência da imagem da Senhora da Luz. Um facho aí existente (...) explica o topónimo Monte da Luz e a escolha da devoção da Virgem com a mesma invocação. Não podemos esquecer que o Monte e o seu facho estavam próximos do mar, sendo daí avistados, pelo que a proteção da Senhora da Luz seria facilmente invocada (...)" (*Ibidem*, p.83).

Desde meados do século XVI existia no Monte da Luz uma estrutura, que poderia ser uma ermida, torre ou ambas. (*Ibidem*, p.38) Atualmente é conhecida uma petição de 4 de janeiro de 1680, emitida pela Confraria de Nossa Senhora da Luz, na qual pedem autorização ao Bispo do Porto para reedificarem a ermida (*Ibidem*, p.46). Tal sugere a existência de um templo anterior, estando este culto já afirmado no local. Segundo Furtado, "esta devoção alargava-se à cidade do Porto (...) e não se limitava aos mareantes,

antes era partilhada pelos mercadores mais ricos da cidade" (*Ibidem*), uma vez que a Foz do Douro era um ponto de entrada e saída de mercadorias que se desejava bem protegidas.

A capela viria a ser destruída no decorrer das lutas liberais em 1833. Num artigo de 21 de agosto de 1835, publicado na *Vedeta da Liberdade*, sabe-se que "as imagens da Senhora da Luz e de São Bartolomeu, outrora veneradas na capela da Senhora da Luz, em consequência da ruína desta, foram trasladadas para a igreja paroquial da Foz do Douro, continuando as suas festividades a ser celebradas nos dias competentes." (*A Vedeta da Liberdade*, nº 96). Até à destruição da capela a manutenção da estrutura, culto e festividade a 8 de setembro, estava a cargo da Confraria da Nossa Senhora da Luz, extinta em 1834. Os bens pertencentes à capela são então transferidos para a igreja paroquial, força centrípeta que chama a si imagens e devoções, passando a ser referidas nos inventários da CSS. Devido à escassez de documentos sobre esta imagem, [Figura 5] desconhecemos se a que se encontra atualmente na igreja paroquial corresponde à que foi transferida em 1835. Um requerimento de 7 de setembro de 1889, dirigido ao Bispo do Porto, informa que se "mandou reformar a imagem de Nossa Senhora da Luz". Porém, desconhece-se a que tipo de reforma alude o documento (Furtado, 2019, p. 96).

A documentação existente no APFD refere peças de enxoval ofertadas à Senhora da Luz: "Um dito [manto] novo, também bordado a prata dourada de Nossa Senhora da Luz" (Livro 3, 1891, p.27); "Dous vestidos de Nossa Senhora da Luz/ Um manto de Nossa Senhora da Luz/ Dous vestidos do Menino Jesus de Nossa Senhora da Luz" (Livro 5, 1920, p.19v) e "Um par d'argolas d'ouro na Imagem da Senhora da Luz" (Livro4, 1903, p.20). É visível a existência de furos junto das orelhas desta imagem de vulto, que serviriam para a colocação das argolas. Desconhecemos em que circunstâncias o enxoval era utilizado.

A importância deste culto é ainda atestada pela existência de duas outras imagens pertencentes à igreja paroquial. A primeira é referenciada no inventário da CSS (Livro3, 1891, p.24) carecendo de documentação que ateste a sua proveniência, uma vez que a sua feitura é atribuída ao século XVII. Trata-se de uma escultura em marfim de pequenas dimensões, vulto redondo, policromada e dourada, com uma estética próxima da escultura indo-portuguesa, [Figura 5]. Destacamos a existência de uma pega na parte posterior que serviria para dar a imagem a beijar.

A segunda é uma imagem relicário. [Figura 5] Tal como a anterior carece de documentação que ateste a sua proveniência, surgindo no inventário da CSS (Livro 4, 1903, p.18v). O relicário encontra-se na base onde assenta a figura, sendo também possuidora de pega.

São conhecidas despesas referentes à romaria da Sr.ª da Luz: "Pago ao armador, armação na festividade da Senhora da Luz"

(Livro 24 a, 1886, p. 88); “Pago a João Teixeira Marinho pela armação na festividade de Nossa Senhora da Luz” (Livro 25, 1891, p.24), “Despesas com a festividade da Senhora da Luz: sermão, celebrantes, armações e musica e despesas miúdas” (*Ibidem*, p.62).

Em suma, perante a documentação conhecida e o reconhecimento do território *in loco* compreendemos que o afastamento da destruída capela, relativamente ao aglomerado urbano, inseria-a dentro de uma paisagem deslumbrante, permitindo a criação de itinerários de devoção com a igreja paroquial, nomeadamente através da procissão em dia de romaria. A sua construção para além de estar associada à proteção da costa, do ponto de vista defensivo, está também associada à proteção das águas e do território.

## 5. São Bartolomeu

Todos os anos, no dia 24 de Agosto, ou no fim de semana próximo, decorre o Cortejo dos Trajes de Papel de São Bartolomeu.

Desconhece-se desde quando esta prática surgiu no território da Foz. Segundo testemunhos orais recolhidos, já na década de 60 do século XX a população criava os seus fatos e desfilava pelo Passeio Alegre até à praia, onde mergulhava nas ondas e deixava que os seus trajes se desfizessem. O mergulho nas águas adquire um carácter apotropaico, “[a] imersão é regeneradora, provoca um renascimento, no sentido em que ela é ao mesmo tempo morte e vida. A água apaga a história, porque restabelece o ser num estado novo” (Chevalier, 1994 p.43).

Esta manifestação cultural deverá ter raízes numa antiga festividade religiosa em honra de São Bartolomeu, que unia o despojar das vestes, elemento da condição pecaminosa passada, com o banho santo, ritual purificador, premonitório e de prevenção contra doenças de pele, gaguez e outros males. Um artigo de 28 de Agosto de 1904, do jornal *O Imparcial da Foz*, assinada por ZPTO<sup>1</sup> refere: “(...) o que, porem, caracterizava o arraial de São Bartholomeu eram as melancias empilhadas por diversos pontos (...)” (Cit. ROZA, 1999, p.7). A existência da romaria é ainda atestada pela ata de sessão de mesa da CSS onde aferimos que “(...) em 28 d’este mez se realizaria, como nos annos anteriores, a festividade de São Bartholomeu, resolvendo se concorrer para tal festividade como de costume, ofertando as alfaias precisas (...)” (Livro 54, 1904, p.27).

Através da documentação presente no APFD referente à CSS percebemos que foi necessária a aquisição de “uma imagem de São Bartholomeu nova, comprada em 1887” (Livro 3, 1891, p.38v), substituindo a anterior transladada da capela da Sr.<sup>a</sup> da Luz. Deverá ser esta a imagem que atualmente encontramos na igreja paroquial. Esta aquisição reforça o fervor devocional que este apóstolo detinha à data.

1. ZPTO foi a assinatura utilizada pelo autor do artigo publicado pelo jornal *O Imparcial da Foz* (1904), citado por Rui Souza Roza no jornal *O Progresso da Foz* (1999).



Figura 6  
Cortejo dos Trajes  
de Papel  
(1952, APMP, autoria  
desconhecida)

O inventário da CSS, de 1903, refere um “São Bartolomeu relíquia” (Livro 4, 1903, p.18v). Seria esta uma imagem com carácter de relíquia ou um relicário? Desconhecemos a atual existência de uma relíquia, sendo uma questão que carece de resposta concreta. Estas referências atestam a importância desta devoção, a que acrescem os registos de “Esmolas a São Bartholomeu no dia da sua rumaria” (Livro 25, 1890, p.10v) e “offertas a São Bartolomeu” nos livros de receita da CSS (1903 – 1942).

Segundo testemunhos orais recolhidos o cortejo dos trajes de papel terá surgido em 1952 [Figura 6], graças à ação dos patriarcas das famílias Silva e Santos. O primeiro cortejo terá sido subordinado ao tema “o casamento”, sendo a praia do Ourigo escolhida para o banho. No ano seguinte o tema “o Baptizado” desfilou pelo Molhe. Em 1967, já sob a alçada da organização de Joaquim Picarote e Fernando Braga, o desfile foi dedicado à “História de Portugal”.

Segundo registos escritos encontrados no APFP, nos primeiros anos apenas era permitida a participação de homens, levando a que as figuras femininas fossem alvo de interpretação. [Figura 6] O mesmo registo dá conta de uma clivagem entre pobres e ricos no seio da comunidade. Os que tinham possibilidade de adquirir papel para a feitura dos trajes eram claramente os mais abastados, enquanto os mais necessitados desfilavam com as suas roupas de uso diário, recorrentemente rota. Segundo Picarote “os pobres atiravam areia aos queques e estragavam-lhe os trajes. Depois envolviam-se em contendras, mas tudo terminava bem” (APFP, Doc. avulso). Através de testemunhos orais recolhidos, na década de 60



muitas eram as crianças que viam as suas mães a confeccionarem os trajes com folhas de papel de jornal.

Esta prática cultural ainda mantinha a sua raiz religiosa, comprovada pelo requerimento de 31 de julho de 1968 feito ao Bispo do Porto “para que seja autorizada uma missa campal, no Jardim do Passeio Alegre, às 19 horas da tarde no dia 24 de Agosto para fazer honra de São Bartolomeu” (APFP, Doc. avulso 2). Sabemos ainda que a comissão organizadora dos Festejos de São Bartolomeu de 1964 tinha também a seu cargo os Festejos à Nossa Senhora da Luz, segundo a resposta do ofício requerido a 19 de Fevereiro de 1964 remetido pelo Presidente da Junta da Foz do Douro ao Governador (APFP, 1964).

O Progresso da Foz (2000) apresenta uma descrição do cortejo que, vinte anos corridos, ainda se apresenta atual:

“Centenas de metros de papel crepe, transformados minuciosamente em trajes coloridos, típicos de épocas idas ou dos tempos actuais, pelas mãos hábeis e pacientes de algumas pessoas que teimam em preservar a tradição, deslizam suavemente nos corpos de muitos participantes do desfile que, após percorrer algumas ruas da freguesia, apinhadas de gente, acabam por cair nas águas azuis da Praia do Ourigo, que depressa as tingem das mais variadas cores, para o “milagroso” banho santo. É o cortejo de São Bartolomeu da Foz do Douro” (Sanhudo, 2000, 9).

Através destas descrições compreendemos que a prática cultural que hoje nos chegou teve o seu início num ato espontâneo, caracterizando uma comunidade filha do seu próprio tempo. O despojar dos trajes, aquando do banho santo, poderá ser encarado como um ato de expugnação de uma pele anterior revestida de medos e pecados, que dar lugar a uma alma e corpo renovados.

## 6. Considerações finais

Através da análise de fontes escritas, iconográficas e reconhecimento *in loco* compreendemos que os espaços devocionais da Foz são realidades vivas em constante mutação. A antiga igreja renascentista e a atual igreja paroquial impõem-se pela sua presença visual e simbólica e assumem-se como elementos definidores do território, anteriormente marcado por uma forte atividade piscatória. Esta realidade laboral afirmou entidades protetoras como Nossa Senhora do Rosário, e outras particularmente ligadas às águas, como São Bartolomeu, Nossa Senhora da Luz e da Lapa, São João Baptista e São Miguel.

As festividades em honra destas devoções, que geralmente comportavam missa cantada e por vezes procissões,

apresentavam-se como exercícios de piedade que serviam para agradecer e reforçar pedidos ao santo invocado. Estas práticas percorriam o espaço urbano e não serviam apenas para os devotos verem as imagens, mas para serem vistos. O acto de carregar o andor e de ajoelhar à sua passagem criam no crente uma estrita ligação com a devoção através da sua materialização em imagem. O agradecimento de dádivas ocorria, de igual forma, através de ofertas, como vestidos e jóias para o enxoval do/a santo/a, *ex-votos* que poderiam apresentar imagens narrativas do momento de aflição, ou esmolas.

A Capela da Senhora da Lapa desempenhou um importante papel de auxílio litúrgico e devocional aos mareantes e seus familiares, abrindo as suas portas em dias de tormenta. A sua proximidade à Capela de São Miguel-o-Anjo é justificada não apenas pelas necessidades devocionais, mas pela implantação estratégica de sinalização do território do templo erguido no século XVI. A capela-farol e a extinta capela de Nossa Senhora da Luz desempenharam um papel que ultrapassou a questão religiosa. Elas demonstram uma clara intenção de ordenamento do litoral, não só em termos devocionais, mas também defensivos e urbanísticos.

São as imagens devocionais e os objetos e registos escritos a elas associados que materializam uma realidade longínqua que sobrevive na memória dos mais velhos, demonstrando uma vez mais a importância do estudo da imagem no seu contexto.

## Fontes documentais

- Livro 3 (1891). *Livro do tombo dos bens da CSS*. Foz do Douro: APFD
- Livro 4 (1903). *Livro de tombo da CSS*. Foz do Douro: APFD
- Livro 5 (1920). *Livro de tombo dos bens da CSS*. Foz do Douro: APFD
- Livro 11 (1917-1924). *Estatutos da CSS*. Foz do Douro: APFD
- Livro 22 (1844-1866). *Receita e despeza da sacristia da CSS*. Foz do Douro: APFD
- Livro 24 (1787-1824). *Livro que hade servir pera escrever se todos os recibos, que se fizerem com as despezas mencionadas da confraria do Santissimo Sacramento*. Foz do Douro: APFD
- Livro 25 (1888-1893). *Diario nº5*. Foz do Douro: Arquivo Paroquial da Foz do Douro
- Livro 26 (1889-1890). *Receita e despeza dos [pagamentos] e missas dos sermões da CSS*. Foz do Douro: APFD
- Livro 27 (1893-1894). *Diário receita e despeza da CSS*. Foz do Douro: APFD
- Livro 28 (1897-1907). *Livro diário da receita e despeza da CSS*. Foz do Douro: APFD
- Livro 30 (1919 - 1930). *Confraria do Santissimo Sacramento, Memorial*. Foz do Douro: APFD
- Livro 36 (1937-1939). *Santissimo Sacramento: livro de registo de orçamentos e contas*. Foz do Douro: APFD
- Livro 47 (1829-1867). *Livro dos termos da CSS*. Foz do Douro: APFD
- Livro 62 (1867-1890). *Copiador ou registo da correspondência CSS*. Foz do Douro: APFD
- FREI Francisco de Jesus Maria. (1758). *Memórias Paroquiais*. In Memórias Paroquiais (Inquéritos às Paróquias). [S.l.]: [S.e.]. <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4240155>
- SANTA MARIA, Fr. Agostinho de. (1716). *Santuário Mariano, e Hiftoria das Imagens milagrosa, de Nossa Senhora, e das milagrosamente aparecidas, que fe venerão em os Bifpados do Porto, Vizeu, et Miranda*. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram [disponível em: <https://archive.org/details/santuariomariano05sant/page/n6> acedido a 8.2.2019 (14:13)]
- Arquivo Privado Família Picarote (1964). *Oficio do Governo Civil do Distrito do Porto*. Foz do Douro
- Arquivo Privado Família Picarote (196?). *Documento avulso (1)*. Foz do Douro
- Arquivo Privado Família Picarote (196?). *Documento avulso (2)*. Foz do Douro

## Referências Bibliográficas

- Abreu, Susana M. (2010). A obra do arquitecto italiano Francesco da Cremona (c.1480 - c.1550) em Portugal: novas pistas de investigação. In Natália M. Ferreira-Alves (ed.) *A Encomenda. O Artista. A Obra.*, (pp.557-583). Porto: CEPESSE.
- Almeida, Carlos A. F. de (1979). O culto a Nossa Senhora, no Porto, na Época Moderna: Perspectiva Antropológica. *Revista de História*, vol.2, pp.159-173
- Afonso, José Ferrão. (2017). Francisco de Cremona, Arquitecto Italiano na Foz do Douro e em Viseu no terceiro quartel do século XVI. *Est. Ital. Port.*, 1, pp.131-147
- Barroca, Mário J.; Almeida, Carlos A. F.de. (2002). *História da Arte em Portugal: o Gótico*. Lisboa: Editorial Presença, p.257
- Carmona Muela, Juan. (2018). *Iconografia Cristiana: Guia básica para estudantes*. Madrid: AKAL
- Chevalier, J.; Gheebant, A. (1994). *Dicionário de símbolos*. [s.l.]: Editorial Teorema
- Fernandes, Paula S. C. (2017). Com as mãos no terço e a alma aspirando aos Céus a devoção a Nossa Senhora do Rosário no Concelho de Penafiel, entre o século XVII e o século XIX. *Revista CEPHIS*, 7, p.501-521
- Furtado, Carolina (2019). *Monte da Luz: dinâmicas de um lugar*. [dissertação de mestrado em MHAPCV], Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal
- Herrán María, Lourentino. (1983). Mariología y Devoción Mariana. *Scripta Theologica*, vol.15, 3, 921-943
- Maia, Sebastião O. (1988). *Onde o rio acaba e a foz do Douro começa*. Porto: O Progresso da Foz
- Oliveira, Marta (2005). *Porto: S. Miguel o Anjo: uma torre, farol e capela - memória para uma intervenção na obra*. Porto: IPPAR
- Quaresma, Maria C. C. (1995). *Cidade do Porto*. Lisboa: Academia de Belas Artes
- Ramos, Luís António de Oliveira (1994). *História do Porto*. Porto: Porto Editora
- Réau, Louis (1). (2008). *Iconografia del arte cristiano, iconografia de la biblia Antiguo Testamento*. Vol.1. Barcelona: Serbal
- Roza, Rui Souza (outubro 1999). Postais que falam sobre... a Feira de Melancias. *O Progresso da Foz, Ano VI*, 56, p.7 [S.a.]. (21 de agosto de 1835). *A Vedeta da Liberdade*, nº 96
- Sanhudo, Cláudia (setembro 2000). Foz vestiu-se de papel em dia de banho santo. *O Progresso da Foz, Ano VII*, 67, p.9

# Estado da questão na sub-região do Oeste – Portugal. Sítios arqueológicos identificados e os mecanismos a nível municipal para a sua gestão – PDM e cartas arqueológicas

\* NOVA-FCSH

\*\* ISCTE-IUL

## Resumo

O presente trabalho pretende aferir o estado da proteção sob o património arqueológico na sub-região administrativa do Oeste, onde se integram os municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

A esta pesquisa aliar-se-ão noções multidisciplinares que pretendem convergir a esfera política e administrativa com a esfera cultural, nomeadamente com os espaços arqueológicos.

O aferimento do estatuto de proteção irá incidir primeiramente numa análise de decretos-lei, assinados pelo Conselho de Ministros e publicados no Diário da República, ao abrigo de Planos Diretores Municipais que, por lei, são redigidos pelas autarquias devendo ser revistos no prazo máximo de dez anos.

Palavras-Chave: Gestão patrimonial; PDM; ordenamento do território; Região Oeste; Portugal

## Abstract

The present work aims to check the present state of the protection of the archaeological heritage on the administrative region of Oeste, on the circumscriptions of Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

This research is complemented by transdisciplinary notions, which aim to cross the political and administrative realities with the cultural reality, in particular the archaeological sites. The confirmation of the existence of a status of protection will mainly have a focus on the analysis of the decrees issued by the Conselho de Ministros and published on the government Diário da República, under the section of the Planos Diretores Municipais which, by law, are written by the municipal authorities and should be review in a maximum of ten years after their issuing.

Keywords: Patrimony management; PDM; territorial management; West region; Portugal

## Introdução

O sistema político-administrativo nacional desenvolve-se de várias formas: através de reformas orgânicas, políticas internacionais e particularidades locais. O sistema português assenta, em perspetiva, na desconcentração de poder administrativo, isto é, na criação de uma rede de municípios que, a certa extensão, consigam exercer por si o exercício de regulamentação<sup>1</sup>. Assim diminuindo a possibilidade de centralização e contribuindo para a redução de assimetrias regionais.

Este princípio – o da descentralização – permite que a generalização dos processos de tomada de decisão não ocorra somente no seio da tutela competente, ao invés, permite a circunscrições administrativas locais um grau de autonomia neste processo, assim como na aplicação do seu procedimento. Um dos principais saltos para esta realidade foi a aplicação, em 2005, do programa de Restruturação da Administração Central do Estado (PRACE) que tinha como objectivo estruturante a aproximação da política aos cidadãos e, por sua vez, o exercício de descentralização.

O presente artigo ambiciona tratar esta temática de gestão autárquica, mais especificamente no que afere ao património cultural, nas vertentes da sua valorização e salvaguarda. Foi assim escolhida a sub-região do Oeste como área geográfica em análise, de modo a concentrar a extensão da abordagem. Neste sentido, importa referir que o instrumento da análise em mão é, essencialmente, o Plano Diretor Municipal (PDM) publicado em Diário da República pelas entidades autárquicas competentes, sendo que para tratar a sub-região Oeste foram analisados um total de 12 PDM.

Destes, vários foram publicados em Diário da República antes da reforma de 2005, contudo, o princípio do PRACE ecoa na ideia por de trás da formulação de Planos que administrem circunscrições de menor escala, como os municípios.

Para além de compreender a lógica política que ladeia o paradigma nacional, pretende-se ainda com este artigo apurar o estado da questão dos instrumentos legislativos que, à escala municipal, regulam a protecção e valorização do património cultural, assim como compreender as assimetrias entre municípios da geografia focada.

## Planos Diretores Municipais

As regulações de cada município advêm das diretivas<sup>2</sup> e normativas dispostas na lei Constitucional, destarte as diferenças entre ambas, estas não são antagónicas, mas, devido ao carácter flexível de algumas normas legislativas, a transcrição para legislação autárquica pode evidenciar clivagens entre diferentes circunscrições municipais<sup>3</sup>.

O instrumento de administração que agora se aborda é o Plano Diretor Municipal (PDM), sendo que este tem carácter vinculativo dentro do município, regulamentando vários aspetos do espaço como o sector de construção civil, o sector ambiental e, o que nos surge como foco de análise, o sector cultural, nomeadamente o património. “O plano diretor municipal é o instrumento que estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, a política municipal de solos, de ordenamento do território e de urbanismo” (Decreto-Lei 80/2015, nº1 do artigo 95º<sup>4</sup>).

O exercício do PDM está transparentemente disposto no acesso público, sendo ainda no seu momento de realização feita, por norma, uma sessão de discussão aberta à comunidade para que esta possa participar de forma ativa na construção do regulamento. No entanto, entenda-se que a participação da comunidade local tem ainda algum teor utópico, já que importa ter em mente que o estabelecido na ambição de um procedimento nem sempre é taxativamente correspondido, “Contudo, mesmo com o pressuposto da participação da população na elaboração dos planos diretores (...), a promoção efetiva da inclusão popular na tomada de decisões a respeito do planeamento e da formulação e implementação das medidas dele resultantes, ainda é um desafio.” (Oliveira *et al.*, 2015, p. 9).

Em sucessão, antes da colocação em vigor do Plano Diretor Municipal este é submetido à aprovação do Conselho de Ministros. Após a sua aprovação o PDM reconhece publicação em Diário da República, tornando-se assim uma fonte de lei em vigor.

Nos anexos deste elemento de administração, nomeadamente no Regulamento e Cartas de Condicionantes, é onde encontramos aprofundado o teor de Preservação e Valorização de Património Cultural. Sendo esta a secção onde a autarquia redige os parâmetros de ação protecionista e esboça o procedimento a tomar em diferentes eventualidades – como manifestação salubre do sítio – e demonstra a forma como transcreve, da Lei de Bases, os pilares da política de salvaguarda patrimonial.

Ainda nas componentes do PDM, importa mencionar as Plantas de Condicionantes e Plantas de Ordenamento, sendo as primeiras aquelas onde mais frequentemente encontramos cartografados os bens patrimoniais que se inserem nos limites autárquicos. Idealmente, estas apontam todos os topónimos que ambicionam tratar e, destarte, devem ser atualizadas sempre que se verificar alterações – nomeadamente quanto ao património cultural – no entanto, esta é uma ambição que muitas vezes não passa a ser materializada.<sup>5</sup>

Aliás, do procedimento pré-definido para os PDM, existem mais pontos que não chegam a ser realizados. Especialmente a renovação do mesmo, segundo a lei para estes os mesmos devem ser renovados sempre que se verificarem alterações que justifiquem a retificação<sup>6</sup> ou de cinco em cinco anos, contudo verifica-se que

em 2019 somente 157 municípios tem um Plano Diretor Municipal cuja data de aplicação é igual, ou inferior, a cinco anos.

## A actual posição da DGPC na Administração Pública

A Administração Pública (AP) desenvolve-se assente em duas vias basilares: a via orgânica, onde a AP é o mecanismo de todos os órgãos, serviços e agentes do Estado – assim como quaisquer outras entidades públicas que visem e afectem às necessidades colectivas – e a via material, onde a AP personifica a própria actividade desenvolvida pelos agentes da via orgânica. Dentro da via orgânica, distinguem-se três grupos: Administração Directa do Estado<sup>7</sup>, Administração Indirecta do Estado<sup>8</sup> e Administração Autónoma.

A DGPC representa um serviço central da Administração directa do estado<sup>9</sup>. Uma vez que, as entidades da Administração Directa do Estado são subordinadas ao Governo, a DGPC tem autonomia administrativa. Sendo um serviço central, a Direcção Geral tem competência em todo o território nacional, sendo que o exercício desta competência é auxiliada pelos Serviços Periféricos<sup>10</sup>, estes cujas competências operam dentro de circunscrições territoriais, como as Direcções Regionais de Cultura, as quais “(...) são estruturas desconcentradas do próprio Ministério da Cultura e, como tal integradas na administração directa do Estado e dirigidas superiormente pelo membro do Governo responsável pela área da cultura” (Silva, 2012, p. 58).

## A Sub-região Oeste

A Sub-região do Oeste apelida a circunscrição territorial de III nível que agrega em si a parte sul do Distrito de Leiria e a parte norte do Distrito de Lisboa, sendo, portanto, parte integrante da região do Centro, sendo constituída pelos concelhos de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras, os quais partilham alguma similitude territorial, quer a nível natural como populacional.

## Planos Diretores Municipais da sub-região Oeste

### Alcobaça

O Plano Diretor Municipal do município de Alcobaça foi inscrito no Diário da República em 1997<sup>11</sup>. Com este, as entidades autárquicas competentes tinham objetivos primários, nomeadamente estabelecer “a disciplina de edificabilidade”<sup>12</sup> que velasse pela manutenção de vários valores imprescindíveis à identidade cultural do município, entre os quais os valores patrimoniais.

A secção IV do capítulo III do PDM ocupa-se, entre outras temáticas, do Património Cultural classificado. O regulamento remete para as fontes legislativas que se ocupam dos regimes protectionistas afetos ao património<sup>13</sup>, do qual se saliente a antiga Lei de Bases do Património (Lei n.º 13/85, de 6 de Julho) e a Lei n.º 2032, de 1949, que dispõe a todas as câmaras municipais o dever de promover a classificação de monumentos nacionais, imóveis e móveis de interesse público, bem como todos os elementos de valor arqueológico e histórico. Da lei 13/85, para além dos artigos dispostos que definem a proteção e postura da administração pública sob o património, retira-se ainda a primeira definição (artigo 1º) das componentes que se inserem na definição de património cultural.

Uma vez que o PDM é de 1997, não abrange a nova Lei de Bases do Património Cultural<sup>14</sup> que, em 2001 substitui a lei 13/85, pelo facto desta se encontrar desadequada à realidade nacional patrimonial, assim como desproporcional ao quadro político-administrativo nacional e paradigma cultural europeu.

Nos seguintes artigos, perpetua-se a falta de aprofundamento testemunhada na anterior listagem de fontes legislativas, mas agora aplicada aos sítios. Isto é, o art. 30º mantém da alínea a) à c)<sup>15</sup> a estrita listagem de sítios, referindo a sua localização e referência de inscrição na lista de património classificado. Finalmente, no n.º 4 do art. 30º, o PDM alonga-se sobre o regime protectionista, remetendo para a aprovação do IPPAR qualquer intervenção que altere o traçado original dos locais, bem como qualquer ação que não prescindida de demolição e alienação de zonas e sítios em vias de classificação.<sup>16</sup>

O Património arqueológico é individualizado no regulamento do Plano Diretor Municipal, através do art. 31º. O destaque preenche, essencialmente, a necessidade de listar os sítios arqueológicos inventariados – até à data em que é produzido o PDM – dentro dos limites do município, assim como definir o procedimento afeto às singularidades do património arqueológico.

Este regulamenta que qualquer local em que se presume existir potencialidade de contextos arqueológicos deve ser estudado e analisado por prospeções prévias e que qualquer obra ou trabalho em curso que resulte na exumação de testemunhos arqueológicos deve, imediatamente, entrar em modo de suspensão até a entidade autárquica responsável permitir o contrário, em concordância com a autorização do IPPAR.<sup>17</sup>

### Arruda dos Vinhos

O município Arruda dos Vinhos rege-se pelo Plano Diretor Municipal publicado em Diário da República a 3 de Junho de 2008<sup>18</sup>. O regulamento do PDM concentra na seção I do capítulo X as disposições gerais correspondentes aos espaços culturais dentro dos limites do município, definindo estes como “*valores relevantes de carácter cultural, paisagístico e ambiental*”<sup>19</sup>.

Sendo objeto de regulamentação específica por parte da entidade autárquica, a gestão sob estes espaços prima pela sua valorização e salvaguarda, de modo a preservar as componentes culturais que sustentam a identidade municipal. Contudo, não há menção isolada ao património arqueológico no decorrer do regulamento. É possível, no entanto, compreender que a autarquia reconhece a vigência da Lei 13/85 – sem adaptação às realidades do município – no anexo I, subseção B<sup>20</sup> número 13.1.

Por fim, as plantas anexas à publicação em Diário da República são imperceptíveis, não sendo possível distinguir a toponímia registada nos elementos cartográficos colocado no término do regulamento do PDM. Em Planos Diretores Municipais inscritos em anos mais próximos à atualidade, de modo a combater este problema, os anexos cartográficos encontram-se abrigados num *link* que alberga as cartas em alta resolução, possibilitando assim a leitura.

### Bombarral

O Plano Diretor Municipal de Bombarral foi publicado em Diário da República em dezembro de 2015. É na subseção II da seção I, ao abrigo dos artigos 14º, 15º e 16º que o regulamento se dirige ao património edificado do município, bem como às medidas adotadas para a sua preservação e valorização. O município define o património edificado pelos imóveis, conjuntos e sítios classificados<sup>21</sup>, mas também em vias de classificação, adicionando ainda as respetivas zonas de proteção dos bens patrimoniais. Através de uma listagem exaustiva de fontes legislativas, o regulamento do PDM define a salvaguarda de património cultural no município, ainda que não aprofunde o procedimento da mesma.

A subseção III da suprarreferida seção restringe-se a tratar o património arqueológico municipal. Sem prejuízo à legislação em vigor aquando da publicação do PDM, o município estabelece a zona de proteção de 50m em redor dos sítios arqueológicos<sup>22</sup>, dentro desta qualquer edificação ou alteração de solos fica pendente da realização de trabalhos arqueológicos prévios, que atestem a potencialidade arqueológica do local a intervir.

O regulamento prevê que qualquer ocorrência em que se testemunhe, ou presume, a existência de bens arqueológicos deve ser seguida da atualização junto da Câmara Municipal que, com a autorização da tutela competente de Património Cultural, irá destacar um arqueólogo que acompanhe e registre o decorrer de futuras intervenções no local que registou potencialidade de bens arqueológicos.

As plantas anexadas no final do documento discriminam as zonas de proteção patrimonial referidas no decorrer do regulamento, assinalando esta na cartografia inicia o processo da sua demarcação e, assim, reconhecimento. Adicionalmente, são colocados na toponímia os pontos de interesse arqueológico, que podem resultar em futuros trabalhos de prospeção.

### Cadaval

O Plano Diretor Municipal, enquanto publicação de Diário da República, encontra-se parcialmente imperceptível, talvez consequência da data em que foi inserido, isto é, em dezembro de 1995. Ainda que anexadas, as plantas de condicionantes e ordenamento são inegavelmente ilegíveis, pelo que – no que se limita à análise da publicação em Diário da República que, por sinal, é o testemunho legalmente condicionante – torna-se impossível compreender se nas plantas são refletidas as preocupações com o património cultural.

As disposições gerais que definem o regime protecionista e valorização patrimonial encontram-se abrigadas no artigo 60.º do regulamento, referindo-se somente aos imóveis que estejam classificados e em vias de classificação dentro dos limites do município. A forma como este artigo se desenvolve é através de uma listagem de sítios, no qual consta o regime de proteção – que não vai além da ereção de uma zona de proteção – seguido do apontamento do sítio e respetivo Decreto-Lei que encerra o seu processo de classificação.

O artigo 60.º mantém ainda, antes de cessar, as disposições transitórias do regime de proteção e valorização dos imóveis. Em duas alíneas do n.º 2 do referido artigo, consta a obrigatoriedade e manutenção da zona de proteção em torno dos imóveis e/ou ocorrências classificadas e/ou em vias de classificação, bem como a disposição que impossibilita qualquer licenciamento dentro desta

zona sem a autorização expressa de uma comissão consultiva a criar pela autarquia, em caso de necessidade, do mesmo modo que se deixa exaltada a necessidade de integrar os bens patrimoniais no planeamento e consecutiva valorização dos mesmos, sem qualquer prejuízo à legislação em vigor.

A análise do Plano Diretor Municipal de Cadaval assume contornos relativamente gerais, sem oferecer qualquer prejuízo à legislação indicativa do procedimento a assumir em bens patrimoniais também não permite compreender o nível a que o PDM opera para concretizar as singularidades territoriais de Cadaval.

### Caldas da Rainha

O PDM de Caldas da Rainha foi publicado em DR no ano 2002, as plantas deste não distinguem entre património. Menciona de modo geral o património cultural, através do artigo 9º, onde menciona também o património arqueológico.

### Lourinhã

O Plano Diretor Municipal de Lourinhã foi publicado em Diário da República a outubro de 2017, fazendo-o o regulamento legislativo de escala municipal mais recente aqui analisado. O regulamento funciona sobre um eixo de objetivos estratégicos, apresentados ao abrigo do artigo 2.º do mesmo, no qual se lê “*Valorizar e divulgar o património cultural do concelho, promovendo a reabilitação das estruturas edificadas históricas*” (alínea e) do art.º 2.º do PDM de Lourinhã).

É através da Secção I do Capítulo VI que o regulamento do PDM do município de Lourinhã emite as disposições que aplica ao Património Cultural. No percurso da Secção I, o PDM divide cinco subtítulos que se destinam a abordar diferentes dimensões patrimoniais<sup>25</sup>, procedendo ainda à anexação de lista que apontam todos os bens patrimoniais classificados e/ou em vias de classificação.

O art. 56.º define que o património arqueológico é constituído por todos os sítios de interesse conhecidos, dentro do município, por meio de trabalhos arqueológicos. A estes sítios é dada primazia à proteção, conservação e posterior valorização de vestígios existentes, sem qualquer prejuízo à legislação em vigor. Neste sentido as edificações e intervenções em solos fica condicionada à prévia análise de potencialidade arqueológica dos locais, em completa concordância com o Decreto-lei 107/2001, pelo que a Câmara Municipal recolhe em si a obrigação de fiscalizar e monitorizar o licenciamento de trabalho que implicam a alteração de solos. Contudo, em caso de paragem de trabalhos por motivo de estudos arqueológicos, a retoma dos mesmos só

é possibilitada após o parecer da entidade competente sob o património cultural nacional.

Em complemento à singularidade patrimonial de Lourinhã, o regulamento do PDM alonga-se, através do artigo 58.º, sob o património edificado, definindo a composição deste como conjunto de bens patrimoniais em que se inserem edifícios com valor histórico, arquitetónico e cultural, bem como altares associados aos Passos da Misericórdia. A demolição deste conjunto, respeitando a legislação em vigor, apenas é possível por razões de incontestável interesse público, por risco de ruína eminente ou mediante o parecer de entidades municipais competentes na matéria de património cultural e urbanístico.

Por fim, o património etnográfico/industrial obedece às mesmas disposições apresentadas ao património edificado, mantendo-se, contudo, a singularidade da zona de proteção, nomeadamente dos moinhos identificados. Estes dispõem de uma zona de proteção de 50 m em seu redor, complementada pelo dever de inserção adequada destes na lógica urbanística dos mesmos, de modo a não descaracterizar este valor patrimonial. As condições da sua demolição são transacionadas das disposições apresentadas ao património edificado, sendo esta somente permitida em circunstâncias excecionais.

Após as disposições finais do regulamento – erigidas sob o capítulo VIII – são listados em Anexo I os bens patrimoniais que se encontram dentro da circunscrição territorial do município, assim como a respetiva classificação e decreto que a vincula.

Por fim, como disposto no artigo 14.º da Portaria n.º 245/2011, são incluídas no regulamento as plantas que demonstram o ordenamento e condicionantes de Lourinhã, nas quais se encontram discriminados toponimicamente os bem patrimoniais municipais.

### Nazaré

O Plano Diretor Municipal do município de Nazaré foi publicado no Diário da República em janeiro de 1997, ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 7/97. Os objetivos que sustentam o PDM primam pelo apoio a uma política de desenvolvimento que, entre outras temáticas, defina um procedimento de edificabilidade preservação e valorização dos valores patrimoniais do município.

Deste modo, sob o Capítulo I do Título III, o regulamento define os espaços culturais como zonas onde prima a proteção de recurso e salvaguarda de valores arquitetónicos, arqueológicos e urbanísticos. Neste título encontram-se listados vários sítios patrimoniais, com as devidas datas de classificação, assim como a legislação aplicada ao inventário municipal, que funciona em torno da sua atualização, de modo a primar pela salvaguarda e valorização dos bens que o compõem.

Ao abrigo dos art. 27.º e 28.º é mencionado, especificamente, o património arqueológico presente no município. As leis em vigor não são taxativamente transpostas, ao invés, são listadas de modo a verbalizar um regime autárquico não afastado das disposições centrais gerais para o património cultural. Contudo, no art. 28.º especificam-se as normas de atuação do município sob o património arqueológico, sublinhando o regime de zona de proteção com 50 m em redor dos sítios arqueológicos. Define-se ainda que, em qualquer local onde se presume a existência de vestígios arqueológicos, se deve proceder ao aviso às autoridades autárquicas que, por sua vez, destacam um arqueólogo responsável por todo o acompanhamento de obras. Por conseguinte, a autoridade central competente – diz-se o IPPAR, uma vez que era o organismo detentor de tutela aquando da inscrição do PDM – que presta auxílio à Câmara em tomar as providências necessárias à preservação dos sítios.

No final do regulamento são anexadas duas plantas, que demonstram as condicionantes do município, bem como os aspetos de ordenamento. Contudo, estas são integralmente impercetíveis na publicação do Diário da República, pelo que não é possível atestar a plenitude do conteúdo cartografado, isto é, os sítios arqueológicos e bens patrimoniais, bem como as respetivas zonas de proteção.

### Óbidos

O Plano Diretor Municipal de Óbidos foi publicado em Diário da República em 2013, tratando toda a proteção a património sob a Secção II do Capítulo II. O art.11º trata o Património edificado, listando as fontes legais em que assenta a salvaguarda e valorização do património cultural municipal. Especifica, no entanto, as zonas de proteção em torno dos bens patrimoniais edificados a 50 m, definindo ainda que as demolições destes apenas são autorizadas quando previstas nos planos de urbanização ou pormenor.

No art.12.º segue-se à listagem do património edificado municipal que estejam inscritos como Monumentos Nacionais, a respetiva publicação que concede a classificação. São ainda listados, na mesma tipologia, os Imóveis de Interesse Público que são também listados com a referência cartográfica em que se inserem.

O art.13.º ocupa-se singularmente do património arqueológico, começando por listar todos os sítios identificados até à data de inscrição do PDM no Diário da República e, posteriormente, definir a localização destes locais. O art. 14.º, por outro lado, define que a norma de atuação face ao património municipal deve reger-se por uma ética de preservação, reservando a zona de proteção de 50 m, disposta na legislação geral em vigor, a toso os sítios. O regime legislativo aplicado por Óbidos assume contornos

bastante gerias, isto no sentido em que não se observa uma ampla clivagem para com outros PDM, como por exemplo o de Cadaval, o que espelha uma menor aplicação e satisfação – pela análise deste instrumento legislativo – às singularidades municipais. Ao invés, observa-se a aplicação menos flexível do Decreto-lei de derivação.

As plantas de ordenamento e condicionantes são anexadas no final do regulamento, sendo possível constatar que são, na planta de condicionantes, cartografados elementos de património edificado como património arqueológico. Contudo, importa notar que a planta em questão não é atualizada desde 1995, pelo que os locais que demonstram já não correspondem à totalidade de sítios arqueológicos e de bens de património edificado no município.

### Peniche

O PDM de Peniche foi afixado no DR em 1995, sendo as plantas anexas impercetíveis. A regulamentação destinada ao património arqueológico assume contornos específicos, com se vê no artigo 35, contudo a regulamentação transcrita no artigo 5 referente ao património cultural na sua globalidade assume contornos gerais.

### Sobral de Monte Agraço

O PDM de Sobral foi publicado em 1996, e a regulamentação oferece tanto ao património cultural na sua generalidade como ao património arqueológico uma regulamentação específica, como se vê no artigo 47.

### Torres Vedras

O Plano Diretor Municipal de Torres Novas foi publicado em Diário da República em Setembro de 2007, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 144/2007. O PDM é redigido tendo como um dos objectivos estruturantes a salvaguarda de valores que conotem ao município a sua identidade cultural, como património histórico e cultural, assim como, a facilitação da sua fruição pelos munícipes.

No capítulo IV do regulamento abordam-se as realidades patrimoniais dos municípios, divididas em património natural, arqueológico e paisagístico. Todos os locais estão devidamente indicados na planta de ordenamento, como referido na definição do supra-referido capítulo, sendo estes ainda inscritos no esforço de inventariação municipal. Este inventário, regulamentado pelo art. 65.º, pretende funcionar como pedra inicial de uma carta municipal do património, sendo através desta mantida a inventariação dos bens patrimoniais do município<sup>24</sup>.



Sem qualquer prejuízo à legislação em vigor, a entidade autárquica de Torres Vedras tira partido do princípio de descentralização que permite aos municípios adaptarem certos pontos legislativos às singularidades dos seus municípios. Nesse sentido, estabelece-se que qualquer acção que possa ferir a integridade de património edificado é interdita, bem como manter garantida a integridade e identidade destes conjuntos, pelo que qualquer operação urbanística levada a cabo nas imediações destes deve contribuir para a sua valorização, bem como, em caso de necessidade, promover a zona de protecção a uma área superior à de 50 m. Contudo, todas as intervenções em património militar – como estradas militares, fortes, fortins ou qualquer outro imóvel que partilhe esta identidade – são expressamente interditas.

Outro ponto focado pelo PDM de Torres Vedras, através do art. 67º, é a manutenção dos núcleos urbanos tradicionais. Estabelece-se que a Câmara Municipal procede à promoção e classificação de diversos núcleos urbanos<sup>25</sup>. Importa ainda notar que qualquer plano de ordenamento que surja sobre estes núcleos deverá contemplar na sua realização diversos aspectos, como a inventariação, salvaguarda e classificação de património existente na zona analisada, deste modo garantido a actualização sistemática das plantas municipais afectas aos núcleos e respectivas zonas circundantes.

Nos anexos do PDM é possível vermos listados todos os bens patrimoniais e, em específico, o património arqueológico que se encontra listado com a respectiva caracterização que, ainda que breve, analisa o topónimo e cronologia do sítio que trata. A lista inserida no Anexo II é extensa e organizada por freguesias, sendo que demonstra o esforço de inventariação por parte das entidades autárquicas. Contudo, importa notar que as plantas anexadas no fim da publicação são parcialmente imperceptíveis, uma vez que a sua digitalização torna a legenda imperceptível. Ainda assim, necessário é manter que o PDM de Torres Vedras anexa cerca de 40 plantas à publicação em Diário da República.

## Considerações finais

Concluída a análise dos vários PDM da sub-região do Oeste importa abordar uma visão holística do conjunto, ainda que esta seja uma reduzida amostra da realidade político-administrativa nacional, conseguimos distinguir o claro esforço das entidades reguladoras de tecerem contingências que confirmam protecção ao património de dinamização do território<sup>26</sup>. No entanto, o tecido em que estas medidas se inserem permanece permeável a alterações de motivação outra que não a defesa do património.

A fiscalização da implementação dos PDM demonstra inadequação, uma vez que, assistimos a que grande parte esteja

desactualizada, onde a maioria foi formulada e publicada em Diário da República ainda na década de 90 do século XX, sem ter sofrido alguma renovação até hoje, quer pelo meio da elaboração de um novo PDM, ou somente a revisão de alguns pontos, já que este acto legislativo surge condicionado à sua renovação caso algo do paradigma autárquico se altere ou caso não haja alteração este deverá ser revisto 5 anos após a sua entrada em vigor. (Artigo 96.º do DL n.º 80/2015).

Esta é uma normativa está claramente em falência, visto que em termos temporais consegue-se aferir a disparidade cronológica entre os vários PDM dos diferentes municípios.

A salvaguarda patrimonial ergue-se com vários requisitos e manifesta-se por peculiaridades que se demonstram na esfera nacional como condicionantes. Ao invés, pode-se sugerir um novo gesto de aproximação ao património, transpondo nos Planos Directores Municipais a cartografia referente a sítios arqueológicos, que são expostos na planta de condicionantes para um sector integral e estruturante da malha de ordenação territorial. Face ao exposto, a colocação destes agentes patrimoniais deveria ser tida como bastião do ordenamento, isto é, interagir com estes elementos de forma a integrar no tecido urbano e rural o património nacional, ou seja, a aplicar um ordenamento territorial planeado e planificado com vista ao futuro.

1. “*Em 1976 a Constituição da República Portuguesa consagra o município como autarquia local. Nessa sequência, a 1ª Lei das Atribuições e Competências das Autarquias (Lei 79/77 de 25 de Outubro), alarga as competências das autarquias no que respeita ao desenvolvimento socioeconómico e ambiental dos territórios. Este diploma confere às assembleias municipais a possibilidade de deliberar sobre o plano diretor do município.*” (Drago, 2013 :7).

2. A directiva é um acto legislativo de transposição obrigatória, contudo, a sua transposição é flexível de modo a poder adaptar-se à realidade local.

3. “*Depois, é visível na lei de 2001 uma preocupação clara não só em afirmar um adequado e operante princípio da graduabilidade do interesse público presente nos bens culturais, como também e sobretudo em estabelecer uma adequada articulação desse princípio seja com o nível de atribuições do Estado, das regiões autónomas e dos municípios em matéria da protecção dos bens culturais, seja com o grau de exigência em sede da forma dos actos de classificação e inventariação dos bens culturais.*” (Nabais, 2007 :14).

4. Aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, onde se estabelecem as bases jurídico-legislativas afetas aos Planos Directores Municipais.

5. “Os planos municipais devem ser obrigatoriamente revistos quando a respetiva monitorização e avaliação, consubstanciada nos relatórios de estado do ordenamento do território, identificarem níveis de execução e uma evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais que lhes estão subjacentes, suscetível de determinar uma modificação do modelo territorial definido” (nº2 do artigo 93º do Decreto-Lei 93/2015).

6. Artigo 93º do Decreto-lei 93/2015.

7. Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro.

8. Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro.

9. Decreto-Lei 115/2012, de 25 de Maio.

10. Esta lógica administrativa ambiciona promover a democratização da cultura, objetivo constitucional. “*cultural democratization, the main justification behind most arts and heritage venues and projects. Its main purpose is to facilitate access to the broadest number of people to high-quality cultural goods and services that, without government support, would not be supplied by the market. Under this paradigm, most cultural policies have increased in budget and territorial presence.*” (Bonet & Négrier, 2018 :6).

11. Presidência do Conselho de Ministros (1997). Resolução do Conselho de Ministros nº 177/1997. Diário da República, Série I-B – nº 248, 5756–5770. (Alcobaça).

12. Resolução do Conselho de Ministros nº 177/1997, alínea 3) do art. 4º.

13. Decreto n.º 20 985, de Março 1932; Decreto-Lei n. 49/79, de 6 de Junho; Decreto do Presidente da República n.º 5/91; Lei n.º 2032, de 1949; a Lei de Bases do Património – Lei n.º 13/85, de 6 de Julho.

14. Lei 107/2001, de 8 de setembro.

15. Alínea a) Monumentos Nacionais; alínea b) Imóveis de Interesse público; c) imóveis de valor concelhio.

16. “*As zonas de protecção a monumentos nacionais ou a imóveis de interesse público, bem como as dos imóveis em vias de classificação, são servidões administrativas nas quais não são permitidas alienações ou execução de quaisquer obras de demolição, instalação, construção, reconstrução, criação ou transformação de zonas verdes, bem como qualquer movimento de terras ou dragagens, nem alteração ou diferente utilização contrária à traça originária, sem prévia autorização do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR), de acordo com a legislação em vigor.*” (N. 4º do art. 30º do Plano Diretor Municipal de Alcobaça).

17. O IPPAR (Instituto Português de Património Arquitectónico) era, 1997, a tutela competente do Património Cultural nacional.

18. Presidência do Conselho de Ministros (1997). Resolução do Conselho de Ministros nº 14/97. Diário da República, I-B – nº 23, 448–477. (Arruda dos Vinhos).

19. Artigo 42º do Plano Diretor Municipal de Arruda dos Vinhos.

20. Disposições de Carácter Indicativo.

21. N.º 1 do art. 14º do Plano Diretor Municipal de Bombarral (Dezembro de 2015).

22. Esta delimitação toma como ponto de origem os limites exteriores dos sítios (número 3 do art 17º, Plano Director Municipal de Bombarral).

23. “*a) Património arqueológico; b) Património paleontológico; c) Património edificado; d) Núcleos urbanos e rurais; e) Património etnográfico/industrial.*” (N.º 1 do art. 55º do PDM de Lourinhã).

24. “*A carta municipal do património, após a sua aprovação e publicação no Diário da República substitui para efeitos do presente Regulamento o inventário municipal do património*” (N.º 3.º do art. 65.º do PDM de Torres Vedras).

25. “A Câmara Municipal promoverá a delimitação e eventual classificação no âmbito do património cultural, dos núcleos urbanos tradicionais de Runa, Turcifal, São Domingos de Carmões, Ribeira de Maria Afonso, Ribaldeira, Zibreira, Caixaria, Maxial, Ponte do Rol, Coutada e Feliteira” (N.º 1 do art. 67.º do PDM de Torres Vedras).

26. “*Por outro lado, como já se referiu, o património cultural aparece de forma recorrente no centro de políticas públicas e instrumentos de promoção do desenvolvimento*”. (Carvalho, 2012 :42).

## Bibliografia

- Bonet, L.; Négrier, E. (2018). *The participative turn in cultural policy: Paradigms, models, context*. Poetics.
- Carvalho, P. (2012). *Património cultural e estratégias de desenvolvimento em Portugal: balanço e novas perspectivas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Drago, B. L. (2013). *A 2ª Geração de Planos Directores Municipais: Continuação ou Mudança de Paradigma do Ordenamento Territorial – Vila Real de Sto. António Como Caso de Estudo*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Nabais, J. (2007). *Considerações sobre o quadro jurídico do património cultural em Portugal*. *Revista de Direito da Cidade*, 02(01), p. 1-20.
- Silva, M. J. (2012). *O Estado e o (Seu) Património: Práticas Administrativas de Aquisição e Afecção do Património Edificado*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

## Fontes legislação

- Assembleia Constituinte. (2005 (1976)). Constituição da República Portuguesa. Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10.
- Assembleia da República. (1985). Lei n.º 13/85. Diário da República n.º 153/1985, Série I de 1985-07-06, 1865 - 1874.
- Assembleia da República. (2001). Lei n.º 107/2001. Diário da República n.º 209/2001, Série I-A de 2001-09-08, 5808-5829.
- Assembleia da República. (2004). Lei n.º 3/2004. Diário da República n.º 12/2004, Série I-A de 2004-01-15, 301-311.
- Assembleia da República. (2004). Lei n.º 4/2004. Diário da República n.º 12/2004, Série I-A de 2004-01-15, 311 - 317.
- Presidência do Conselho de Ministros (1995). Resolução do Conselho de Ministros n.º 170/1995. *Diário da República, Série I-B - n.º 286, 7792-7825*. (Cadaval)
- Presidência do Conselho de Ministros (1995). Resolução do Conselho de Ministros n.º 139/1995. *Diário da República, Série I-B - n.º 265, 6992-7003*. (Peniche)
- Presidência do Conselho de Ministros (1996). Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/1996. *Diário da República, Série I-B - n.º 198, 2709-2725*. (Sobral de monte agração)
- Presidência do Conselho de Ministros (1996). Resolução do Conselho de Ministros n.º 187/1996. *Diário da República, Série I-B - n.º 276, 4296-4313*. (Óbidos)
- Presidência do Conselho de Ministros (1997). Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/97. *Diário da República, I-B - n.º 23, 448-477*. (Arruda dos Vinhos)
- Presidência do Conselho de Ministros (1997). Resolução do Conselho de Ministros n.º 177/1997. *Diário da República, Série I-B - n.º 248, 5756-5770*. (Alcobaça)
- Presidência do Conselho de Ministros (1997). Resolução do Conselho de Ministros n.º 10/1997. *Diário da República, Série I-B - n.º 17, 338-351*. (Bombarral)
- Presidência do Conselho de Ministros (1997). Resolução do Conselho de Ministros n.º 7/1997. *Diário da República, Série I-B - n.º 13, 252-264*. (Nazaré)
- Presidência do Conselho de Ministros (1999). Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/1999. *Diário da República, Série I-B - n.º 250, 7240-7255*. (Lourinhã)
- Presidência do Conselho de Ministros (2002). Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2002. *Diário da República, Série I-B - n.º 138, 4851-4868*. (Caldas da Rainha)
- Presidência do Conselho de Ministros (2007). Resolução do Conselho de Ministros n.º 144/2007. *Diário da República, Série I - n.º 186, 6775-6827*. (Torres Vedras)
- Presidência do Conselho de Ministros (2009). Resolução do Conselho de Ministros n.º 64-A/2009. *Diário da República, 1º suplemento, Série I - n.º 151, 5118(2)-5118(157)*. (ordenamento do território da região Oeste)
- UNESCO. (2001). Declaração universal sobre a diversidade cultural. 31ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO.

# Identificação de fontes de matérias-primas de artefactos líticos pré-históricos: discussão de algumas questões metodológicas

\* LandS/Lab2PT -  
Laboratório de Paisagens,  
Património e Território,  
FCT-UIDB/04509/2020.

\*\*LandS/Lab2PT -  
Laboratório de Paisagens,  
Património e Território,  
FCT-UIDB/04509/2020,  
e Dept. Ciências da Terra/  
Escola de Ciências, Univ.  
do Minho, Braga, Portugal.

## Resumo

A problemática que pretendemos levar a discussão diz respeito à identificação de correspondências unívocas entre material arqueológico e localizações de corpos geológicos. Tendo como ponto de partida a associação entre matérias-primas minerais e indústria lítica pré-histórica, as questões metodológicas agora levantadas podem ser estendidas a outros produtos da ação humana, resultantes da exploração ou interação com corpos geológicos, nomeadamente em estudos forenses. As discussões metodológicas aqui debatidas advêm, sobretudo, do campo de conhecimento associado às Ciências da Terra, tais como os procedimentos dos ramos dos estudos mineralógicos, petrológicos e geoquímicos, tendo sempre como princípio norteador de qualquer análise a inviolabilidade do artefacto arqueológico. A presente comunicação abordará, entre outros pontos, o conhecimento do fundo geológico, a variação das características entre e *intra* corpos geológicos, a acessibilidade aos locais e as limitações das técnicas analíticas.

Palavras-chave: estudos de proveniência; matérias-primas; cartografia geológica; amostras geológicas; materiais arqueológicos

## Abstract

The main problem that we intend to discuss here concerns the identification of univocal correspondences between cultural objects and locations of geological bodies. Taking as a starting point the association between mineral raw materials and the prehistoric lithic industry, the methodological points discussed here can be extended to other products of human activity resulting from the exploration or interaction with geological bodies, namely in forensic studies. The methodological issues considered here are mainly related to research subjects associated with Earth Sciences, such as laboratory procedures associated with mineralogical, petrological and, geochemical studies, always with the inviolability of the archaeological artefacts as the critical guiding principle for any analysis of these cultural objects. This communication will be developed focusing in particular on the knowledge of the geological background, the variation of the characteristics between geological bodies and within each body, the possibility of access to the potential places and, the limitations of analytical techniques.

Keywords: sourcing studies; raw materials; geological mapping; geological samples; archaeological materials

## Introdução

O estudo das utensilagens líticas esteve, aproximadamente um século, dominado pela classificação tipológica, sendo necessário esperar pelo último quartel do séc. XX para que se começassem a assistir a outro tipo de abordagens. Entre estas, encontram-se as análises de proveniência e de economia e gestão de matérias-primas.

Estas análises irão, de forma natural, entrosar com as abordagens de cariz tecnológico que se desenvolvem, a partir da década de 70, no âmbito do paradigma da Tecnologia dos Processos, nas quais a aquisição de matéria-prima é entendida como a primeira etapa do denominado sistema de produção, conferindo uma dimensão espacial às indústrias líticas (Geneste, 1991). Também no domínio da Nova Arqueologia, o abastecimento de matérias-primas será valorizado como meio para entender a conduta social, dada a importância que assume na definição dos territórios de abastecimento e, por consequência, nos modelos de mobilidade e vida quotidiana das comunidades humanas (Roy Sunyer, 2016).

Esta valoração da determinação das fontes de matéria-prima num plano mais teórico foi acompanhada por outros trabalhos, de cariz mais prático, entre os quais o de A. Masson (1981), que instituiu a caracterização macro e microscópica de rochas siliciosas, lançando assim as bases desta área de pesquisa. Desse modo, é hoje consensual que a primeira fase de estudo de qualquer conjunto lítico passe pela determinação da origem e avaliação das diferentes proporções por tipo ou natureza de matéria-prima (Inizan *et al.*, 1999; Almeida *et al.*, 2003).

Em território nacional, e apesar de um início algo tardio (Marks *et al.*, 1991), os estudos no âmbito da proveniência e da arqueopetrografia tem vindo conhecer maior importância nas últimas décadas, tendo dado origem a uma significativa produção bibliográfica (*e.g.* Gaspar, 2009; Matias, 2012; Aubry *et al.*, 2012). Apesar deste incremento de produção científica, continua a verificar-se uma manifesta insuficiência destas abordagens, em particular no norte do país, com a exceção dos trabalhos realizados em Vila Nova de Foz Côa. De todo o modo, grande parte dos estudos conhecidos têm-se debruçado sobre matérias-primas exógenas e rochas siliciosas, nomeadamente diferentes variedades de sílex, só raramente incidindo sobre outro tipo de recursos como o quartzito ou o quartzo (Pereira, 2010; Aubry *et al.*, 2016).

Estas circunstâncias motivaram que a análise tecno-tipológica que se encontra a ser cumprida sobre o conjunto artefactual lítico do Abrigo 1 de Vale de Cerdeira (Vieira do Minho), fosse acompanhada de um estudo de classificação e caracterização dos diferentes recursos líticos e minerais manipulados pelos grupos pré-históricos e que permitisse, igualmente, a discussão

de hipóteses de trabalho referentes à localização de fontes de matérias-primas e áreas de exploração preferenciais.

O trabalho que aqui se apresenta pretende, essencialmente, expor um conjunto de problemáticas, tanto de ordem metodológica como prática, resultantes do estudo suprarreferido, ocorridas em duas etapas diferenciadas do estudo: durante as prospeções para a deteção de pontos de aprovisionamento e recolha de amostras geológicas e, na fase subsequente, afeta aos estudos analíticos e procedimentos laboratoriais. Por forma a enquadrar estas questões, será ainda efetuado um breve resumo das diferentes etapas em que se divide um estudo de proveniência, bem como, uma curta apresentação da jazida arqueológica.

## Estudos de Proveniência Etapas do Estudo

Na sua essência, os estudos de proveniência pretendem estabelecer uma relação unívoca entre materiais arqueológicos e uma determinada formação geológica. Este entendimento permite-nos trabalhar a duas escalas: a escala local, referente ao biótipo e meio mais envolvente ao sítio arqueológico, o que nos ajudará a compreender as rotas de mobilidade das comunidades humanas, certamente associadas às estratégias de subsistência e à própria rede de povoamento; e uma segunda escala, mais alargada, que podemos designar de transregional e que espelha os contactos e processos de intercâmbio efetuados entre diferentes grupos.

A primeira etapa da análise compreende uma separação em diferentes categorias, atendendo ao tipo ou natureza da matéria-prima, realizada através de observação direta ou com o auxílio de uma lupa binocular (Almeida *et al.*, 2003; Roy Sunyer, 2016). Esta tarefa é de vital importância, pois é a partir desta primeira classificação que irão desenvolver-se os demais passos do estudo. Os erros eventualmente cometidos nesta primeira separação, eminentemente visual, irão prolongar-se ao longo de todo o processo e ter implicações nos resultados finais (Roy Sunyer, 2016).

Ultrapassado este primeiro momento, torna-se necessário definir critérios discriminantes por forma a preparar, atempadamente, a busca de correspondências entre material arqueológico e geológico. Estes parâmetros podem conferir, por exemplo, maior primazia a algum dos grupos de matéria-prima ou a valorização de determinadas características visuais ou texturais. Perante certos recursos geológicos, como o quartzo, este processo pode revelar-se particularmente complexo, como será, adiante, detalhado.

Nesta fase são fundamentais as Cartas Geológicas, que além de providenciarem indicações sobre a localização dos recursos na

região, são ainda fulcrais para o planeamento das atividades de campo (Carrión Mendez *et al.*, 2004). Outras ferramentas poderão ser úteis como, no nosso caso, se tem revelado o SIORMINP – Sistema de Informação de Ocorrências e Recursos Minerais Portugueses – base de dados de antigas explorações mineiras e onde podem ser encontradas informações mais detalhadas sobre os corpos geológicos como, por exemplo, paragêneses minerais.

A definição da área a prospetar em redor do sítio arqueológico foi uma das questões prementes do estudo. A consulta de publicações no âmbito da proveniência e da arqueopetrografia permitiu compreender que não há normas rígidas no estabelecimento desse perímetro, sendo assim fundamental atender a vários critérios, desde as características geológicas da zona, à natureza dos suportes usados na elaboração de instrumental lítico e às estratégias de seleção de recursos (Carrión Mendez *et al.*, 2004). Esta área pode ainda conhecer alargamentos ou reduções, resultado de eventuais reformulações de objetivos ou de dados obtidos nas primeiras saídas de campo, por vezes desconformes da informação constante na bibliografia geológica (*idem*).

Nos casos, por exemplo, dos estudos de R. Gaspar (2009) e H. Matias (2012), ponderadas as distintas circunstâncias – variedades litológicas e minerais presentes nos sítios arqueológicos, formações geológicas cartografadas, topografia regional, prazo disponível para a execução dos trabalhos, entre outros aspetos – foi estabelecido um raio de prospeção de c. 30 km a partir das jazidas arqueológicas.

Pode assim mencionar-se o carácter ubíquo o carácter ubíquo que pode resultar da definição desta área de estudo no sentido de que, sendo útil para avaliar a mobilidade dos grupos humanos, o estabelecimento dos seus limites pode passar pela consideração de critérios de mobilidade prévios, tais como o designado *custo energético de aprovisionamento da matéria-prima* (Ramos Millán, 1984). De acordo com este conceito, verifica-se uma proporção inversa entre a exploração direta de uma litologia e a sua distância para com o sítio arqueológico, isto é, quanto mais distanciada se encontrar a fonte de um determinado recurso, menor a probabilidade deste se encontrar no local de ocupação humana, dado o maior investimento necessário para a sua aquisição. Tal circunstância, porém, não deverá servir de justificação para concentrar os esforços de prospeção somente na área imediatamente envolvente às estações arqueológicas, sob pena de se registar um território de circulação demasiado exíguo.

O passo seguinte é a realização das mencionadas prospeções aos pontos previamente selecionados, tendo em vista a investigação da disponibilidade e dispersão geográfica de recursos num determinado território (Aubry *et al.*, 2008). Poderão considerar-se, inicialmente, saídas de campo de carácter exploratório, destinadas

a recolher informações sobre o contexto geológico regional, às que se seguirão prospeções mais direcionadas para a deteção de fontes de matérias-primas e recolha de amostras, com vista à sua comparação com o material arqueológico (Carrión Mendez *et al.*, 2004).

Será importante salientar que existe a possibilidade de o corpo geológico que serviu de fonte de matéria-prima se encontrar atualmente inacessível, questão que pode ser particularmente problemática perante recursos de muito rara ocorrência, não sendo totalmente descabido considerar que a exploração humana possa ter contribuído para o seu desaparecimento.

A etapa que se segue diz respeito à escolha das técnicas analíticas a aplicar sobre ambos os conjuntos de materiais. Preferencialmente, as técnicas a empregar para o desenvolvimento de um estudo de proveniência devem incidir em três domínios: caracterização mineralógica e petrográfica, propriedades físicas e composição química. No caso do quartzo, a monótona composição química implica limitações no uso de várias técnicas mineralógicas e químicas (Xavier e Alves, 2019), sendo que outros fatores, entre os quais o carácter destrutivo ou não destrutivo de certos procedimentos, poderão ter de ser equacionados.

A síntese deste conjunto de dados deverá assim contribuir para a construção de um sistema de abastecimento dos recursos abióticos que, idealmente, contemplará uma parte substancial dos recursos litológicos explorados, diferenciando-os quanto ao seu modo de aprovisionamento: direto, através da exploração do meio envolvente e/ou indireto, através de processos de intercâmbio de matérias-primas com outros grupos e comunidades (Ramos Millán, 1986).

## Estudo de caso O Abrigo 1 de Vale de Cerdeira

O Abrigo 1 de Vale de Cerdeira localiza-se na União de Freguesias de Vilar Chão e Anjos, concelho de Vieira do Minho, distrito de Braga, nas seguintes coordenadas: 41°37'30.0"N, 8°05'31.3"W. A sua identificação ocorreu na década de 90 do século passado, no âmbito de um projeto de investigação desenvolvido por J. Meireles cujo objetivo principal consistiu no reconhecimento, nas áreas serranas de média altitude do NO de Portugal, de um modelo de povoamento associado aos derradeiros grupos de caçadores-recolectores pré-históricos (Meireles, 2009, 2010, 2013). Após uma primeira fase de prospeções intensivas alargadas aos conjuntos montanhosos do NO de Portugal, a Serra da Cabreira foi selecionada como área preferencial de intervenção, tendo ocorrido a descoberta do denominado Abrigo 1 de Vale de Cerdeira (*idem*).

Figura 1  
Pegmatito Granítico  
(2019, fotografia  
Pedro Xavier)



O abrigo integra-se no padrão típico de algumas regiões graníticas formadas por granitos calcoalcalinos porfiróides de grão grosseiro que, amiúde, através de processos de evolução subárea e subcutânea, associados a fenómenos de meteorização química e erosão diferencial, definem um modelado conhecido como caos de blocos, os quais podem originar espaços protegidos, tanto na forma de abrigos como de áreas ao ar livre rodeadas por vários afloramentos rochosos. Nesta situação em concreto, a fraturação longitudinal de um grande bloco de granito porfiróide permitiu a criação de duas áreas abrigadas: uma zona inferior protegida por uma pequena pala (abrigo 2) e uma superior, resultante da sobreposição parcial de dois grandes fragmentos rochosos, a qual se designou de Abrigo 1 de Vale de Cerdeira (Meireles, 2010).

A superfície habitável é de aproximadamente 36 m<sup>2</sup>, tendo os trabalhos arqueológicos abrangido um total de 20m<sup>2</sup>. Registou-se uma sequência sedimentar inferior a 1m de espessura, contemplando três unidades estratigráficas designadas, da base para o topo, como UE1, UE2 e UE 3, juntamente com duas estruturas de combustão, na base do primeiro nível e um vasto conjunto artefactual que ascende às 30 mil unidades. A análise tecno-tipológica, bem como, duas datações radiométricas obtidas através das amostras de carvão vegetal provenientes das referidas estruturas de combustão, providenciam um enquadramento cronocultural para a ocupação humana do abrigo entre o Mesolítico Final e o Neolítico Antigo (Meireles, 2009, 2010, 2013).

## Trabalhos de Campo – Prospeções para a identificação, reconhecimento e caracterização de corpos geológicos

Redirecionando esta problemática do estudo de proveniência para o domínio da nossa investigação, uma das questões mais intrincadas a solucionar prendia-se com a abundância de potenciais pontos de recolha de amostras geológicas, tornada clara numa etapa inicial do estudo, considerando a composição da coleção, a consulta da cartografia geológica e as primeiras prospeções cumpridas com um sentido exploratório e de tomada de conhecimento do contexto geológico. A adoção de uma área de pesquisa de reduzido alcance, por exemplo na ordem dos 5 km, poderia tornar a tarefa mais exequível, com consequências, porém, ao nível dos resultados e conclusões, ao documentar somente uma pequena parte do território de exploração dos caçadores-recolectores. Noutra perspectiva, às dificuldades logísticas e temporais que poderiam advir de um registo mais alargado, poderiam somar-se outras, assumindo-se que, quanto maior fosse o número de pontos prospectados, mais expressiva seria também a recolha de amostras geológicas e, conseqüentemente, de análises e procedimentos laboratoriais a cumprir, implicando custos significativos que poderiam não estar assegurados.

O desafio principal consistiu assim na definição de uma área de prospeção que fosse, simultaneamente, exequível do ponto de vista logístico e de cumprimento dos prazos e representativa de uma parcela do território de exploração e circulação das comunidades mesolíticas.

Tornou-se assim imprescindível a adoção de critérios prévios na seleção dos pontos a prospectar, relacionados com a sua maior ou menor proximidade face ao sítio arqueológico, as dimensões dos corpos geológicos, mas também com as variedades de quartzo presentes no Abrigo 1 de Vale de Cerdeira.

As prospeções realizadas numa fase inicial do projeto permitiram compreender que a frequência dos tipos de quartzo no contexto geológico era, de maneira geral, idêntica à sua proporção na coleção arqueológica. O quartzo de tonalidade leitosa, não granulado e com presença de planos/fissuras internas é o mais preponderante, não só no conjunto artefactual, mas também na envolvente da jazida, sendo facilmente recolhido em diversos corpos geológicos, como filões hidrotermais de quartzo ou pegmatitos graníticos [Figura 1], dificultando a identificação de eventuais pontos de aprovisionamento. Em sentido oposto, encontra-se o quartzo de tonalidade rósea, com menor representatividade no conjunto dos materiais do abrigo e cuja formação está usualmente associada aos núcleos de pegmatíticos graníticos, surgindo assim de forma mais localizada no meio

Figura 2  
Corpo geológico fragmentado  
(2019, fotografia  
Pedro Xavier)



estudado, podendo a sua proveniência ser determinada com mais acuidade comparativamente ao quartzo leitoso. Assim, e com o propósito de tornar a análise de proveniências mais efetiva, as pesquisas foram reorientadas para a deteção de variedades mais raras, nomeadamente quartzo róseo, fumado, hialino e hialino com inclusões fluídas e/ou minerais, formados, por regra, em pegmatíticos graníticos.

O tema dos corpos pegmatíticos serve de mote para abordarmos uma outra problemática presente na preparação das prospeções e que diz respeito às Cartas Geológicas. A localização do abrigo é coincidente com a área noroeste da Folha 6-C (Cabeceiras de Basto), à escala 1: 50 000, sendo que tem vindo igualmente a ser analisada a informação presente nas folhas a norte deste território, Folha 6-A (Montalegre), oeste, Folha 5-D (Braga) e noroeste, Folha 5-B (Ponte da Barca) elaboradas por, respectivamente, (Noronha, 1992; Ávila e Noronha, 1982; Ferreira *et al.*, 2000; Teixeira *et al.*, 1974;). O facto destas folhas terem sido efetuadas em diferentes épocas e por autores distintos pode ter implicações na maneira como a informação é apresentada.

Um outro aspeto da maior importância diz respeito à identificação dos pegmatitos nas Cartas Geológicas. Estas formações, na sua legenda e trama, são sinalizadas na mesma categoria que os aplitos, corpos geológicos de granularidade muito fina que, conseqüentemente, não são relevantes para a análise que se encontra a ser efetuada.

Além das Cartas Geológicas, também o já referido SIORMINP tem sido consultado, ainda que a informação disponível seja usualmente pouco detalhada para o objeto de estudo que estamos a considerar.



Figura 3  
Realização de Análises  
por Fluorescência de  
raio-X  
(2019, fotografia  
Pedro Xavier)

Por fim, é igualmente merecedor de uma pequena referência, a acessibilidade aos locais ou a determinadas áreas. Frequentemente, não há condições de acesso aos sítios referenciados por variados motivos, como a construção de novas estruturas, presença de vegetação densa, propriedades privadas, etc.. Outros casos há, que sendo possível o acesso, apenas se conseguem registar fragmentos ou vestígios da sua exploração e não o corpo geológico na sua totalidade [Figura 2]. Nesta situação estamos perante um problema de cariz analítico, dado que, por exemplo, em filões de quartzo é comum o surgimento de diferentes variedades e, dificilmente, através de um fragmento, será possível atender à variabilidade presente no corpo geológico original. Por vezes, os pontos selecionados coincidem com locais de antigas explorações mineiras, circunstância, ainda que altamente condicionadora de um registo e caracterização fiável, dado o desmembramento da formação geológica original, permite uma fácil e abundante recolha de amostras, sobretudo nas áreas correspondentes às antigas escombreiras destes locais de exploração.

## Estudos Laboratoriais

São igualmente significativas as problemáticas que se colocam no âmbito das técnicas analíticas e laboratoriais, em particular no que concerne à seleção dos procedimentos a aplicar sobre estes conjuntos de materiais [Figura 3]. Tal como já tivemos a oportunidade de referir, as técnicas devem abranger três domínios: caracterização mineralógica e petrográfica, propriedades físicas e composição química. Como princípio norteador do processo



de seleção dos procedimentos analíticos, considerou-se um aspeto que não é normalmente observado noutros estudos que não incidam sobre espólio arqueológico: a inviolabilidade do artefacto arqueológico, particularmente significativa em peças estratigraficamente contextualizadas (Garrisson, 2003). Do ponto de vista prático, este aspeto implicou o recurso a técnicas de cariz não-destrutivo.

É necessário ainda realçar que, tendo em conta a escassez de estudos de proveniência realizados sobre materiais em quartzo, o uso de algumas destas técnicas revestiu-se de um acentuado carácter de experimentação básica, destinado à aquisição de conhecimentos, não só da própria técnica analítica, mas dos respetivos equipamentos laboratoriais, tornando-se assim ainda mais premente o recurso a procedimentos menos intrusivos. Esta escolha deliberada implicou uma diminuição no conjunto de procedimentos disponíveis, ficando determinado que apenas em circunstâncias excepcionais, se observaria o uso de alguma prática que implicasse a destruição, parcial ou total, do objeto estudado (Xavier e Alves, 2019).

O termo não-destrutivo deve ser encarado num duplo sentido: no entendimento mais óbvio de não causar qualquer dano na peça e ainda com o propósito de permitir a repetição de novos procedimentos laboratoriais. Com efeito, verificam-se casos que sendo necessário realizar um corte ou polimento da peça ou objeto, podem efetuar-se vários conjuntos de análises sem necessidade de obter novos fragmentos para análise (*idem*). A problemática do carácter não-destrutivo comporta ainda uma outra questão: técnicas que, sendo destrutivas, infligem danos na ordem dos micrómetros cúbicos, somente visíveis ao microscópio. Não obstante, repetidos testes na mesma peça ou zona podem causar efeitos indesejáveis e de maior visibilidade.

Ainda que não dizendo respeito a questões metodológicas, deve fazer-se referência a outros dois aspetos no quadro dos estudos laboratoriais, nomeadamente as questões logística – acesso e proximidade de laboratório e respetivos equipamentos – e financeira – encargos associados à realização de análises. Nestes casos, a metodologia adotada pode depender e sujeitar-se a outros critérios que não os da aplicabilidade e eficácia.

## Considerações finais

As questões aqui colocadas não são específicas do estudo considerado e têm sido discutidas em várias publicações, como aliás se pretendeu demonstrar através das referências bibliográficas indicadas.

Com efeito, a deteção de fontes de aprovisionamento dificilmente permite uma determinação geográfica rigorosa, sendo

que, aquilo que na maior parte dos casos se obtém é a identificação, mais lata, da formação geológica (Roy Sunyer, 2016). Nesse sentido, poderá ser mais adequado mencionar áreas potenciais de procedência (*idem*), as quais podem ser mais ou menos extensas. Uma perspetiva desassomburada sobre esta questão é reconhecível em M. Shackley que emprega uma expressão particularmente esclarecedora – *the sourcing myth* – descrevendo-a nos seguintes termos (2008, pp.196–197):

*... I will reiterate that nothing is ever really 'sourced'. The best we can do is provide a chemical characterization and a probable fit to known source data. The key words here, of course, are characterization and known. So many regions have poor source standard data that we can never really be sure, even beyond the scientific process of orderly refutation of alternatives.*

As palavras de Shackley alertam-nos ainda para um problema estrutural do nosso estudo e que condicionará, à partida, o estabelecimento de conclusões. Referimo-nos ao que o autor designa de “*source standard data*” que, no nosso caso em específico, era inexistente. Também F. Almeida (Almeida *et al.*, 2003, :305) realça a importância da existência de um inventário de fontes de aprovisionamento, tido como fundamental para registar aspetos como abundância e o tipo de afloramento, não obstante o conhecimento do terreno que o próprio investigador deve deter desses mesmos pontos.

Nesse contexto, o estudo que nos encontramos a desenvolver, poderá, apesar dos resultados ainda limitados obtidos até ao momento, representar um primeiro contributo na elaboração de um repositório de informação de carácter geológico. Os trabalhos de prospeção permitiram o registo de mais de 200 pontos relativos a corpos geológicos, os quais se encontram a ser sistematizados num *software* de informação geográfica, com o propósito de serem disponibilizados numa plataforma de acesso livre. Também a recolha de amostras serviu de mote à constituição de uma coleção de referência, a qual poderá apoiar eventuais projetos de investigação nas áreas de conhecimento da Arqueologia e Geologia.

Será ainda interessante considerar o potencial desenvolvimento de uma relação que, por analogia, poderíamos designar como mutualística, entre os pontos aqui discutidos e os estudos forenses, quer em termos de outras situações de reconhecimento de fontes de objetos geológicos (onde a identificação de minerais de zonas de conflito é um exemplo com especial pertinência atual), quer em termos de outros estudos forenses de âmbito mais geral. Esta questão poderá ter potencialidades de valorização profissional do trabalho arqueológico e geológico, desde a obtenção da evidência até à caracterização laboratorial da mesma.

Agradece-se à Fundação para a Ciência e Tecnologia – Bolsa de Doutoramento referência SFRH BD/120806/2016 – e financiamento ao Lab2PT (unidade de investigação UIDB/04509/2020); ao Prof. Doutor Carlos Leal Gomes (DCT/Universidade do Minho) por todas as informações prestadas sobre corpos geológicos e pelo valioso auxílio nos trabalhos de campo; ao Departamento de Física Aplicada da Universidade de Vigo, em especial ao Dr. Pablo Barreiro Castro pela realização de análises de Espectrometria Raman; ao Departamento de Física e Ciências da Terra da Universidade da Corunha, em particular, ao Prof. Doutor Jorge Sanjurjo Sánchez e ao Dr. Alberto Núñez Cardezo pela realização de análises de fluorescência de raio X (XRF).

## Bibliografia

- Almeida, F.; Araújo, A.C.; Aubry, T. (2003). Paleotecnologia lítica: dos objectos aos comportamentos. In Mateus, J.; Moreno, M. eds. – *Paleoecologia humana e Arqueociências. Um programa multidisciplinar para a Arqueologia sob a tutela da Cultura*. Trabalhos de Arqueologia 29, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. pp. 299–349.
- Aubry, T.; Luís, L.; Mangado, J.; Matias, H. (2012). We will be known by the tracks we leave behind : Exotic lithic raw materials, mobility and social networking among the Côa Valley foragers (Portugal). *Journal of Anthropological Archaeology*, 31(4), 528–550.
- Aubry, T.; Neves, M.J.; Almeida, M.; Mangado, J. (2008). Modalidades de aprovisionamento em matérias-primas lítica no Baixo Mondego durante o Holocénico: dados novos e revisão de séries arqueológicas. *Actas del IVº Congreso del Neolítico Peninsular*, vol. 2, pp. 258–265
- Aubry, T.; Barbosa, F.; Luís, L.; Santos, A. T.; Silvestre, M. (2016). Quartz use in the absence of flint: Middle and Upper Palaeolithic raw material economy in the Côa Valley (North-eastern Portugal). *Quaternary International*, 424, pp. 113–129.
- Ávila Martins J.; Noronha, F. (1982). *Carta Geológica de Portugal na escala 1:50 000. Folha 6-A (Montalegre)*, Noronha, F. e Ribeiro, I. (coord). Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa, Carrión Mendez, F., García González, D.; Lozana Rodríguez, J. A. 2004). Aportaciones a los conceptos de fmp y areas de procedencia de materias primas. In *Sociedades prehistoricas, recursos abióticos y territorio. Actas de la III reunión de trabajo sobre aprovisionamiento de recursos abióticos en la prehistoria*, Granada, pp. 45–61
- Ferreira, N.; Dias, G.; Meireles, C.; Sequeira Braga, M. A (2000). *Carta Geológica de Portugal, na escala de 1:50 000. Folha 05–D (Braga)* Instituto Geológico e Mineiro. Lisbon, Portugal, 2000.
- Garrisson, E.G. (2003). *Techniques in Archaeological Geology*, Springer, Berlin, Germany, 308 p. ISBN 3–540–43822
- Gaspar, R. (2009). *Estudo arqueopetrográfico da utensilagem lítica do sítio neolítico da Lajinha 8 (Évora, Portugal). Análise de Proveniências*. Universidade de Lisboa. 73p.
- Geneste, J.-M. (1991). L'approvisionnement en matières premières dans les systèmes de production lithique: la dimension spatiale de la technologie. *Treballs d'Arqueologia*, 1, pp.1– 36.
- Inizan, M.-L.; Reduron-Ballinger, M.; Roche, H.; Tixier, J. (1999). *Technology and*

- Terminology of Knapped Stone*. Nanterre: Cercle de Recherches et d'Etudes Préhistoriques, 193p.
- Marks, A.; Shokler, J.; Zilhão, J. (1991). Raw material usage in the Paleolithic. The effects of local availability on selection and economy. In Montet-White, A.; Holen, S., eds. – *Raw materials economies among prehistoric huntergatherers*, Lawrence, Kansas: University of Kansas. Publications in Anthropology, 199, pp. 127–139.
- Masson, A. (1981). *Pétraarchéologie des roches siliceuses, intérêt en Préhistoire*. Thèse de l'Université Claud Bernard, Lyon I, nº 1035, 101p.
- Matias, H. (2012). *O Aprovisionamento de Matérias-primas Líticas na Gruta da Oliveira (Torres Novas)*. Universidade de Lisboa, 135p.
- Meireles, J. (2009) Os primeiros povoadores. A Pré-história Antiga do Minho. In PEREIRA, Paulo (coord.) *A Identidade do Minho*. Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho, pp. 20–66.
- Meireles, J. (2010). Os últimos caçadores-recolectores da Serra da Cabreira (NO de Portugal). O Abrigo 1 de Vale de Cerdeira (Vieira do Minho). In Bettencourt, A. M.S., Alves, Maria Isabel C., Monteiro-Rodrigues, Sérgio (eds.). *Variações Paleoambientais e Evolução Antrópica no Quaternário do Ocidente Peninsular*, pp. 83–96.
- Meireles, J. (2013) – O Abrigo 1 de Vale de Cerdeira. In. Bettencourt, A. M.S, *A Pré-História do Noroeste Português*, Cruz, A.; Oosterbeek, Luíz (eds.), *Arkeos* 36, Braga/Tomar, pp.116–123
- Noronha, F (1992). *Carta Geológica de Portugal na escala 1:50 000. Folha 6–C (Cabeceiras de Basto)*. Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.
- Pereira, T. (2010). *A exploração do quartzito na faixa atlântica peninsular no final do Plistocénico*. Tese de doutoramento em Arqueologia da Universidade de Faro. 437 pp.
- Ramos Millán, A. (1984) La identificación de las fuentes de suministro de un asentamiento prehistórico. El abastecimiento de rocas silíceas para manufacturas talladas, *Arqueología espacial*, 1, pp. 107–134
- Ramos Millán, A. (1986). La explotación de recursos líticos por las comunidades prehistóricas. Un estudio sobre economía primitiva. *Cuadernos Prehistoria General*, 11, pp. 237–271.
- Roy Sunyer, M. (2016). *Materias Primas líticas y su explotación durante la Prehistoria en el Prepirineo Oriental (NE de Iberia)*. Universitat Autònoma de Barcelona.
- Shackley, M. S. (2008). Archaeological petrology and the archaeometry of lithic materials. *Archaeometry*, 50(2), 194–215.
- Teixeira, C.; Cândido de Medeiros, A.; Teixeira Lopes, J. (1974) Carta Geológica de Portugal na escala 1:50 000. Folha 05–B (Ponte da Barca) Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.
- Xavier, P.; Alves, C. (2019). Non-destructive studies of prehistoric lithic material culture in the search for sources of geologic raw materials: An overview of techniques and issues. *Cadernos do Laboratorio Xeoloxico de Laxe*, 41, pp. 123–140

# A Área de Proteção do Ambiente Cultural São Cristóvão: seus patrimônios e territórios culturais

\* Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz Geógrafa, Mestre e Especialista em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz, da Fundação Oswaldo Cruz (COC / Fiocruz). Bolsista Pesquisadora do Programa de Desenvolvimento Institucional da Casa de Oswaldo Cruz, da Fundação Oswaldo Cruz (COC / Fiocruz), com atuação no Grupo de Trabalho Gerenciamento de Riscos e Conservação Preventiva da COC.

## Resumo

São Cristóvão é um bairro da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Para salvaguardar seu patrimônio edificado e reconhecer a sua importância histórica e cultural, foi proposto que este bairro passasse a ser uma Área de Proteção do Ambiente Cultural, a APAC São Cristóvão. Objetiva-se apresentar os territórios culturais presentes na região de São Cristóvão a partir de considerações a cerca de movimentos sociais que atuaram e protestaram na década de 1980 em prol da preservação individual ou coletiva dos bens pertencentes ao lugar. Especificamente, propõe-se apresentar o instrumento de preservação de sítios e conjuntos urbanos – que contou com a mobilização social para suas primeiras implementações, e investigar as atuações e reivindicações dos diversos atores sociais dessa região – que ocorreram nessa mesma década e possibilitaram a identificação de seus territórios culturais existentes. A metodologia adotada utilizou a investigação bibliográfica temática e teórica; levantamento de dados de documentos relacionados às ações e reivindicações da população local que atestam suas prioridades sociais e culturais; jornais, atas de reuniões e eventos relacionados a essa região que apresentam a imagem do lugar; análise dos dados sobre como se caracterizam seus territórios, identidades e memórias; e seguidamente estabelecer relação dos referenciais teóricos e dos dados analisados. Como resultado, esses dados atestam que os territórios culturais existentes nas áreas de proteção cultural se apresentam com suas próprias especificidades. Além disso, os dados confirmam o reconhecimento somente de uma identidade, designada como imperial, e que na década de 1980, os atores sociais foram muito mais militantes do que na atualidade. Desse modo, os dados levantados confirmam determinados territórios culturais já compreendidos, porém não reconhecidos, como as identidades industrial, portuguesa, nordestina, do samba e de territórios que ainda se encontram em afirmação.

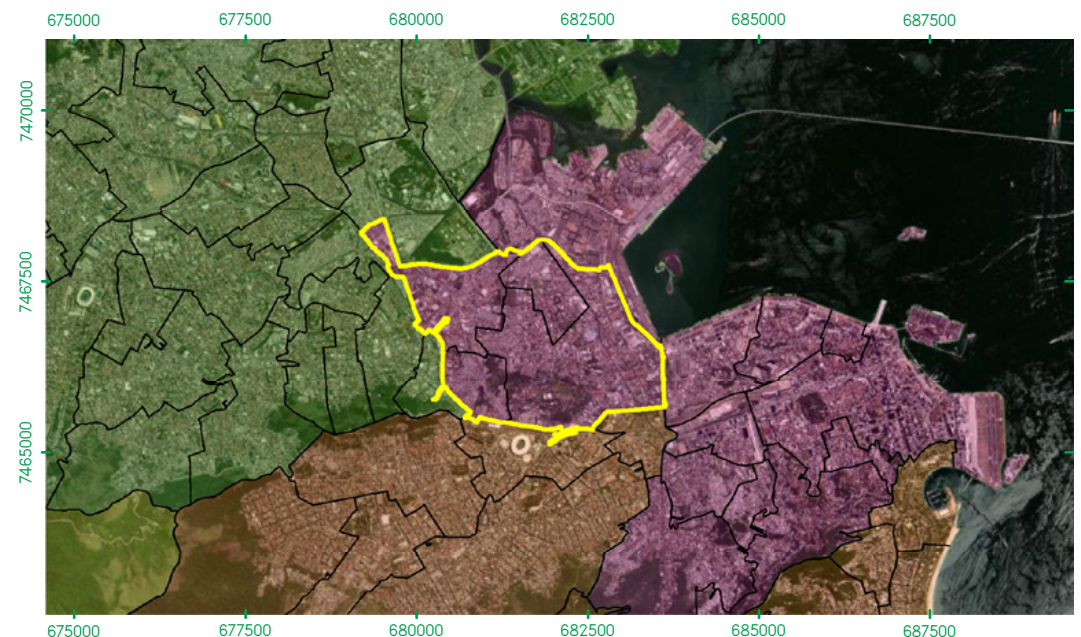
Palavras-chave: Área de Proteção do Ambiente Cultural, territórios culturais, identidades, memórias, patrimônio cultural.

## Abstract

São Cristóvão is a district in the North Zone of the city of Rio de Janeiro, Brazil. In order to safeguard its architectural heritage and acknowledge its historical and cultural importance, it has been proposed to list the district as a Cultural Environment Protection Area (CEPA). The aim of this study is to describe the cultural territories in the region of São Cristóvão, based on the social movements that were active and endeavored in the nineteen-eighties

to conserve the region's heritage, both individually and collectively. More specifically, we propose a legal instrument for conserving territories and urban conurbations – based initially on mobilizing pressure groups, we also investigate the roles and claims of the various social actors in this region – during the eighties and identify its cultural territories. The methodology involved studying the thematic and theoretical bibliography; examining documentary data related to the actions and claims of the local population documenting their social and cultural priorities; studying newspapers, minutes of meetings and events related to the region providing an overall picture of the location; analyzing data on how the territories are characterized, identified and memories; and then establishing relationships among the theoretical references and data analyzed. These data confirm that the cultural territories within the cultural protection area are properly identified with their specific characteristics. Furthermore, they confirm that these territories are acknowledged only by their imperial designations, and that during the eighties, the social movements were much more militant than nowadays. Thus, the data obtained confirm that there are cultural territories already included, but not acknowledged as industrial, Portuguese, northeastern and samba territories, as well as territories still being outlined.

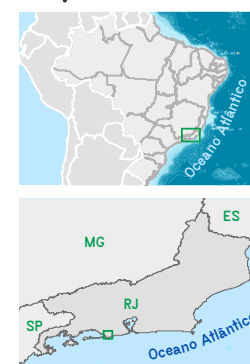
Key words: Cultural Environment Protection Area; cultural territories, identities, memories, cultural heritage.



Mapa 1

- Limite dos bairros
- RA de São Cristóvão
- Área de Planejamento
- 1
- 2
- 3
- 4

Situação



## Introdução

O bairro de São Cristóvão situa-se na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro e faz parte da VII Região Administrativa de São Cristóvão, que ainda inclui os bairros de Vasco da Gama, Benfica e Mangueira [Mapa 1]. Geograficamente é uma região privilegiada, pois localiza-se bem próximo às regiões Central e Portuária da cidade. A escolha por São Cristóvão como estudo de caso se dá pelo fato de esse bairro ser importante para a história e o desenvolvimento urbanístico do Rio de Janeiro.

Objetiva-se apresentar os territórios culturais presentes na região de São Cristóvão a partir de considerações a cerca de movimentos sociais que atuaram e protestaram na década de 1980 em defesa da preservação individual ou coletiva dos bens pertencentes ao lugar. Propõe-se especificamente apresentar o instrumento de preservação de sítios e conjuntos urbanos, a qual contou com mobilização social para suas primeiras implementações; e investigar as atuações e reivindicações dos diversos atores sociais dessa região, que ocorreram a partir de 1980 e contribuíram para a identificação de seus territórios culturais.

Neste período a associação de moradores local foi especialmente atuante. Ao reconhecer e valorizar histórica, artística e afetivamente os patrimônios de São Cristóvão, essa associação solicitou ações de órgãos oficiais da cidade para salvaguardar individualmente ou coletivamente os bens pertencentes ao lugar. Justifica-se esta pesquisa no sentido de fortalecer, (re)conhecer e valorizar as identidades e memórias que constituem os territórios

culturais de São Cristóvão, que a princípio não foram reconhecidas e consideradas pelos movimentos sociais na década de 1980, mas que fazem do lugar um patrimônio urbano para a cidade do Rio de Janeiro e até mesmo para o Brasil. Isso posto, é importante validar e retomar os movimentos sociais locais, com atitudes e objeções em prol de melhorias urbanas. A participação comunitária é fundamental para o reconhecimento e o fomento dos instrumentos de preservação do patrimônio cultural, já que as vivências e as concepções dos moradores ou frequentadores são referências que constroem os lugares. Nesse sentido, a Declaração de Québec de 2008, ressalta que as sociedades de determinado lugar “deveriam estar intimamente associadas à proteção de sua memória, vitalidade, continuidade e espiritualidade” (Icomos, 2008, p. 2).

Sobre a região de São Cristóvão, foi instituído no ano de 1986 o projeto de preservação do ambiente cultural, então denominado Área de Proteção do Ambiente São Cristóvão (APA São Cristóvão). Em 1993 este projeto foi revisado e seu título foi alterado para Área de Proteção do Ambiente Cultural São Cristóvão (APAC São Cristóvão). Esta pesquisa se propõe a apresentar estudos relacionados à implantação do primeiro projeto de 1986 e, em especial, a expor as atuações e reivindicações das associações de moradores do local.

Este trabalho se refere ao território no aspecto cultural e na escala temporal de décadas e à proporção territorial de uma região. Para os estudos sobre as áreas de proteção e os territórios culturais, considera-se importante apreender o conceito de região, que se equipara ao de território, de onde “emergem as relações de poder, o modo de produção e as relações sociais como elementos fundamentais para dar sentido à região” (Nóbrega, 2015, p. 109). Região e território estão vinculados, pois o sentido do domínio do espaço por questões administrativas ou políticas se baseia no limite de um arranjo de características culturais apropriados por determinados grupos sociais num conjunto de lugares com suas próprias especificidades.

O território é entendido a partir da relação de apropriação da sociedade com o espaço. A escala de estudo do território como uma região envolve discutir o espaço vivido e os limites físicos e culturais que abarcam as ações de construção social do lugar. Segundo Milton Santos (2008), para analisar o território social é fundamental interpretar seu uso, ou seja, ponderá-lo mediante sua ocupação conforme o aspecto funcional ou a dimensão cultural. Sobretudo, investigar o território sob a vertente cultural abrange compreender que a territorialidade é o sentimento de pertencimento, de apropriação, de vivência, de uso de um recorte espacial por um grupo social (Haesbaert, 2005, 2007).

Respalda nas ideias de Rogério Haesbaert (2005, 2007) sobre o território analisado no âmbito cultural, compreende-se que os territórios culturais são lugares de produção de significados, são

espaços apropriados por determinado grupo social que, com a história e a memória, produzem espaços, costumes e crenças, nos quais constroem suas identidades. Em síntese, tais lugares são frutos das atividades de formação social, compostos por bens materiais e intangíveis, constituídos por simbolismos e valores. Em virtude da dinamicidade do espaço, pode haver territórios culturais em afirmação, os quais são compreendidos mas não reconhecidos ainda pela sociedade local, em razão de estarem em formação. A indicação é considerar os territórios culturais não apenas a partir de costumes e culturas estabelecidos, mas também mediante o modo de produzir o e no espaço, de ter um experiencial com o lugar.

Na Geografia Humanística Cultural, o território é investigado no contexto cultural, associado ao subjetivo, aos valores, à paisagem, ao lugar, bem como ao sentimento de pertencimento relacionado à identidade. Portanto, cabe contextualizar teorias como *topofilia* e *genius loci*, tocantes ao conceito de lugar. *Topofilia*, utilizado por Yu-Fu Yuan (2012) se refere aos sentimentos do homem por seu meio ambiente, promovendo a ideia de lugar. Por sua vez, *genius loci*, empregado por Norberg-Schulz (2006) significa espírito do lugar (*genius* = espírito, *loci* = lugar), que é o estabelecimento da espiritualidade do indivíduo com o lugar e designa aos lugares suas características e essência por meio de seu significado e simbolismo. A Declaração de Québec de 2008 esclarece que o termo é definido como “os elementos físicos e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar” (Icomos, 2008, p. 2).

A região de São Cristóvão é um lugar multifacetado culturalmente, um interessante laboratório de estudos em condições materiais e abstratas, em razão de o lugar compreender uma diversidade de culturas, histórias e arquiteturas. Sobretudo, esta pesquisa a cerca das áreas de proteção dos sítios históricos é fundamentada em perspectivas materialistas e intangíveis. A APAC é um instrumento político de proteção do ambiente cultural associado à vertente histórica e patrimonial. Logo, é fundamental apreender o conceito de memória para assimilar o objetivo desse dispositivo que associa proteção e desenvolvimento urbano, mas principalmente considera a conservação da memória urbana do lugar.

Segundo os conceitos de Pierre Nora (1993), o lugar de memória é um combinado de história e memória, momentos heterogêneos, onde necessita-se identificar a origem, a nascença, algo que distancie a memória do passado, conservando-a novamente. Para a conservação da memória urbana de áreas de proteção do ambiente cultural, é significativo relacionar a materialidade representada pelo espaço construído e a subjetividade caracterizada pelos costumes culturais.

A conservação da memória urbana envolve compreender as diversas camadas de memória, individual ou coletiva, como as variadas identidades sobrepostas em um dado território que possibilita a formação de territórios culturais em áreas de proteção cultural. Tanto a memória coletiva quanto a sobreposição de

identidades fazem parte das experiências e da dinâmica das cidades, com relações de poder, de conflito ou de cooperação, e variam no tempo como no espaço (Abreu, 1998; Le Goff, 1990).

Maurício Abreu analisou que os termos *memória urbana* e *memória da cidade* correspondem “ao estoque de lembranças que estão eternizadas na paisagem ou nos registros de um determinado lugar” (1998, p. 89). O autor explicou que a memória da cidade é a que existe em sua forma física, ou seja, em seus traços arquitetônicos, pois “a cidade não pode lembrar-se de nada. Quem lembra são as pessoas que nela vivem ou viveram” (Abreu, 1998, p. 89). Já a memória urbana é aquela que trata das lembranças do modo de vida urbano da cidade, ou seja, aborda os aspectos individuais e sociais que o sujeito possui na cidade.

Como o objeto desta pesquisa é um sítio urbano, Leonardo Castriota (2007) evidenciou a adequação de uma reflexão sobre a cidade mediante o uso do termo contemporâneo de patrimônio ambiental urbano. Para tal, cabe refletir dimensões históricas e culturais que tem a paisagem urbana em seu conjunto e valorizar, não apenas os monumentos notáveis, mas também e principalmente o próprio processo vital que informa a cidade. Por esse ângulo, elementos materiais e intangíveis são resultado do que é o conjunto urbano e a paisagem do lugar.

## Instrumento de preservação de sítios urbanos: a importância da mobilização social para sua implementação

Com o objetivo de estabelecer formas de atuação que permitam a efetiva preservação do patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro foi criado, em 1980, o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural (CMPC) pela Lei Municipal nº 161 (Carlos, 1997). Desde a sua instituição, o órgão alterou várias vezes seu nome e passou por diversas mudanças nas estruturas governamentais, tal como esteve vinculado alternadamente às Secretarias de Educação e de Cultura ou ao gabinete do prefeito. O *Patrimônio Cultural Carioca* (2019) informou que, no ano de 2012, a cidade do Rio de Janeiro foi declarada Patrimônio Mundial e o órgão transformou-se em Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), o qual, desde 2018, passou a integrar a Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU). É necessário compreender as mudanças estruturais pelas quais os órgãos públicos passaram, pois na investigação de documentos muitas vezes depara-se com diversas nomenclaturas. Entender o vínculo entre setores contribui para o levantamento e a análise das fontes.

Em *Patrimônio Cultural Carioca* (2019) consta os esclarecimentos sobre as atribuições do IRPH, quais sejam: gerir o sítio reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Mundial da Humanidade e proteger e promover o patrimônio cultural do Rio de Janeiro, bem como planejar, coordenar, desenvolver e supervisionar programas, projetos e demais ações técnicas necessárias para a proteção, conservação e preservação dos bens tangíveis e intangíveis, respeitada a legislação em vigor. O IRPH ainda deve promover ações que visem a impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de bens e documentos de valor cultural, e a manter intercâmbio com os órgãos públicos, privados ou pessoas físicas e jurídicas para a preservação da memória e a proteção do patrimônio cultural da cidade.

Os instrumentos de preservação do patrimônio cultural do Rio de Janeiro são o inventário, o tombamento, a declaração do patrimônio cultural para bens de natureza imaterial e a APAC. Esta última será, no presente estudo, examinada com mais afinco.

As recomendações internacionais de preservação do patrimônio cultural, ou seja, as cartas patrimoniais, são referenciais para a análise de conjuntos históricos. Por exemplo, o Iphan ao apresentar a *Carta de Veneza* de 1964, disse que essa é uma importante referência para a prática da restauração e conservação de monumentos históricos e assim possibilitou ampliar a reflexão sobre o monumento histórico para a análise de sítios e conjuntos urbanos. Esse referencial influenciou, no Brasil e no Rio de Janeiro em especial, os estudos sobre a salvaguarda dos sítios urbanos. Evelyn Lima (2007) destacou também a Recomendação de Nairóbi de 1976, relativa à proteção dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. A autora ainda apontou a Declaração de Amsterdã de 1975, que defende o conceito de “conservação integrada”, particularmente sobre a necessidade de integração entre o planejamento urbano e regional e a proteção do patrimônio cultural (Lima, 2007).

A partir da Carta de Veneza, o Rio de Janeiro implantou em 1979 o Projeto Corredor Cultural pela SMU. Esse projeto tinha o objetivo de “preservar e revitalizar as áreas no Centro, considerando os elementos ambientais que representam valores culturais, históricos, arquitetônicos e tradicionais para a população” (“Centro: Corredor Cultural – Dec. 4141 – 1983, Lei 506-84, Lei 1139-87”, n. d.). O projeto especialmente contou com a participação efetiva da comunidade com ações e reivindicações que objetivaram a elaboração de critérios e normas de conservação para toda a área central (Carlos, 1997).

Em seguida, ocorreu a implantação – como mecanismo de salvaguarda dos sítios urbanos da cidade – da APA, que em 1991 foi transformada em APAC. Esse dispositivo foi instituído para impedir o interesse imobiliário em áreas históricas e incentivar a revitalização dessas áreas (Carlos, 1997; IRPH, 2012; Pinheiro,

2002; Sampaio, 2006). A proposta de proteção de uma APAC é precedida de um estudo do crescimento urbano do lugar para mapear sua forma de ocupação e seu patrimônio edificado, bem como para verificar as relações que os imóveis e as atividades que ali são desenvolvidas estabelecem entre si, sem impedir, porém, seu desenvolvimento (IRPH, 2012).

Seus objetivos são tentar conjugar a preservação e o desenvolvimento urbano, valorizar o conjunto representativo das diversas fases de sua ocupação, tal como permitir a junção de novos valores e significados à identidade urbana do local, e promover a dinâmica essencial da cidade. Os elementos que integram a APAC são inventariados, cadastrados e classificados como bens tombados (de valor excepcional), bens preservados (para preservar a ambiência urbana) e bens tutelados (não têm valor de conjunto, mas não podem descaracterizar o conjunto protegido). A partir da delimitação de uma área de interesse, ocorre o regulamento das leis apropriadas para a salvaguarda do ambiente cultural (IRPH, 2012).

Na cidade do Rio de Janeiro, ocorreram no final da década de 1970 atos e protestos das associações de moradores locais que lutavam pela preservação da memória, do patrimônio ambiental e cultural, pelo direito à moradia, enfim, pela escolha e participação de decisão para uma melhor qualidade de vida da população em geral dos bairros da cidade. Com este cenário, os bairros de Santa Teresa e os que fazem parte do Projeto SAGAS, como Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro, foram os primeiros a receberem uma APA, em 1984 e 1987, respectivamente, tendo contado com intensa mobilização das comunidades locais (Carlos, 1997; IRPH, 2012; Pinheiro, 2002; Sampaio, 2006).

A Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu artigo 216, considerou a preservação do patrimônio histórico e cultural nas esferas nacional, estadual e municipal, bem como prezou a participação da comunidade no incentivo e na proteção do patrimônio cultural brasileiro. José Reginaldo Gonçalves (2015) salientou que somente a partir dessa década as discussões sobre a preservação do patrimônio ampliaram-se para além da esfera do Estado e dos intelectuais e difundiram-se também pela sociedade civil, que reinterpretou e utilizou esse tema como instrumento de luta política. O livro *São Cristóvão: um bairro de contrastes* (1991, p. 139) destaca que na década de 1980 o conceito de preservação passou por algumas alterações, especialmente com reflexões sobre o espaço urbano, reforçando, a partir de então, “a ideia de restauração dentro de um contexto social, em que a preservação do passado é vista como elemento vital na manutenção da identidade do bairro”.

São Cristóvão foi um dos primeiros bairros da Zona Norte carioca a ser instituído como APA. O fato se deu a partir do interesse das instituições e associações de moradores do bairro como tentativa de salvaguardar e valorizar seu patrimônio edificado e de reconhecer sua importância histórica e cultural para a cidade (IRPH, 2012).

Sobre a região sucederam dois projetos de preservação do ambiente cultural: a implantação da APA pelo Decreto Municipal nº 5.840 de 21/05/1986, e sua revisão pela Lei Complementar nº 24 de 19/11/1993, com o nome de APAC. Incidiu conjuntamente à esses projetos de preservação do ambiente cultural, dois projetos urbanísticos, e posteriormente, um novo projeto de estruturação urbana.

## A participação social na implantação da primeira APAC São Cristóvão: atuações e contestações que contribuíram na identificação de seus territórios culturais

Os atos e protestos das associações de moradores<sup>1</sup> de São Cristóvão ocorridos na década de 1980 foram promovidos em favor do reconhecimento de bens a serem salvaguardados por meio de instrumentos como o tombamento e a preservação em conjunto. As ações expostas partem de motivações, e as objeções se referem a projetos e reuniões com o poder público, visando ao desenvolvimento urbano e ao fortalecimento histórico e afetivo da região.

Em 1986 foi realizado no Museu da Astronomia e Ciências Afins (MAST) o encontro entre a Associação de Moradores e Amigos de São Cristóvão (AMA), o Conselho das Comunidades e a prefeitura da cidade sob a titulação “*O que é que a gente quer p’ra São Cristóvão?*”. A AMA requeria ações dos órgãos oficiais para a proteção de valores históricos, artísticos e afetivos do bairro de São Cristóvão e organizou preliminarmente uma relação de bens e imóveis. Essa relação consistia em imóveis residenciais (e vilas), comerciais e industriais; igrejas e capelas; colégios e escolas (públicos e privados); reservatórios de água; mobiliários urbanos – como chafariz, estatuárias, fonte, balaustradas e coreto; quartéis militares; além de espaços abertos como praças, largos, campos e jardins. Incluía-se também o conjunto habitacional do Pedregulho, de arquitetura moderna de Afonso Eduardo Reidy, e os painéis de Cândido Portinari; a sede do Clube de Regatas Vasco da Gama; e o Hospital Frei Antônio. As demandas consistiam em melhorias nos espaços abertos do tecido urbano, além do tombamento em conjunto de alguns exemplares característicos construtivos e estilísticos das suas edificações que indicam o processo de urbanização original do bairro de São Cristóvão (“I Encontro de moradores / prefeitura: O Patrimônio Histórico, Artístico e Afetivo do bairro de São Cristóvão”, 1986). Ao analisar a solicitação da AMA, foi constatado que somente 23% dos bens foram

1. Nos documentos levantados e analisados referentes às ações e reivindicações pelos representantes do bairro de São Cristóvão, foram constatadas associações, como: AMA – São Cristóvão e AMA ou AMASC São Cristóvão.

Figura 1  
Museu Nacional do Brasil  
(2016, São Cristóvão,  
Rio de Janeiro ©, fotografia  
de Raquel Aquino)



considerados para o tombamento em conjunto com a promulgação do instrumento político de preservação cultural.

Para contextualizar o reconhecimento dos bens históricos, artísticos e afetivos que a associação declarava por São Cristóvão, principalmente pela identidade e afirmação da memória imperial, buscou-se em reportagens de jornais a imagem do lugar. Os noticiários nas décadas de 1970 e 1980 revelaram os patrimônios da fase colonial e da riqueza do período imperial, a cultura nordestina, a grande quantidade de indústrias no bairro e os expressivos acervos culturais que o bairro contém. Atestou-se então o reconhecimento principal da identidade e memória imperial de São Cristóvão, mas também observou-se que diversas vezes a Feira Nordestina foi reverenciada como ponto de identificação do bairro. Especialmente esses lugares seriam os principais pontos representativos de São Cristóvão (*Solar imperial vai ser demolido semana que vem*, 1976; *Grajaú – São Cristóvão: a linha de ônibus da integração comunitária*, 1980; *Bairro imperial dá lugar aos tempos modernos*, 1984).

As publicações discorriam em tom nostálgico sobre o abandono da Quinta da Boa Vista, das edificações e dos mobiliários urbanos antigos de São Cristóvão. Questionavam ainda o estado de arruinamento ou destombamento dos solares do período imperial que se encontravam presentes no bairro. Os jornais comentavam sobre os potenciais de lazer e os atrativos culturais de São Cristóvão, como: o Museu Nacional; o Observatório Nacional; o Pavilhão de São Cristóvão (arquitetura de Sérgio Bernardes) – que proporcionava naquela época diversas exposições; a Feira Nordestina; a Quinta da Boa Vista e o Jardim Zoológico; o Museu do Primeiro Reinado (Solar da Marquesa de Santos); o Museu da História em Quadrinhos; as escolas de samba Estação Primeira

de Mangueira e Paraíso do Tuiuti; e até mesmo o Hospital Frei Antônio, uma edificação de 1752. Este hospital, que então estava em funcionamento, era especialista nos cuidados para pacientes com hanseníase. Os jornais comentavam também a falta de segurança, o rápido crescimento urbano desordenado devido a indústrias e favelas, o que ocasionou mudanças na paisagem e muita poluição local (*Solar imperial vai ser demolido semana que vem*, 1976; *Grajaú – São Cristóvão: a linha de ônibus da integração comunitária*, 1980; *Bairro imperial dá lugar aos tempos modernos*, 1984).

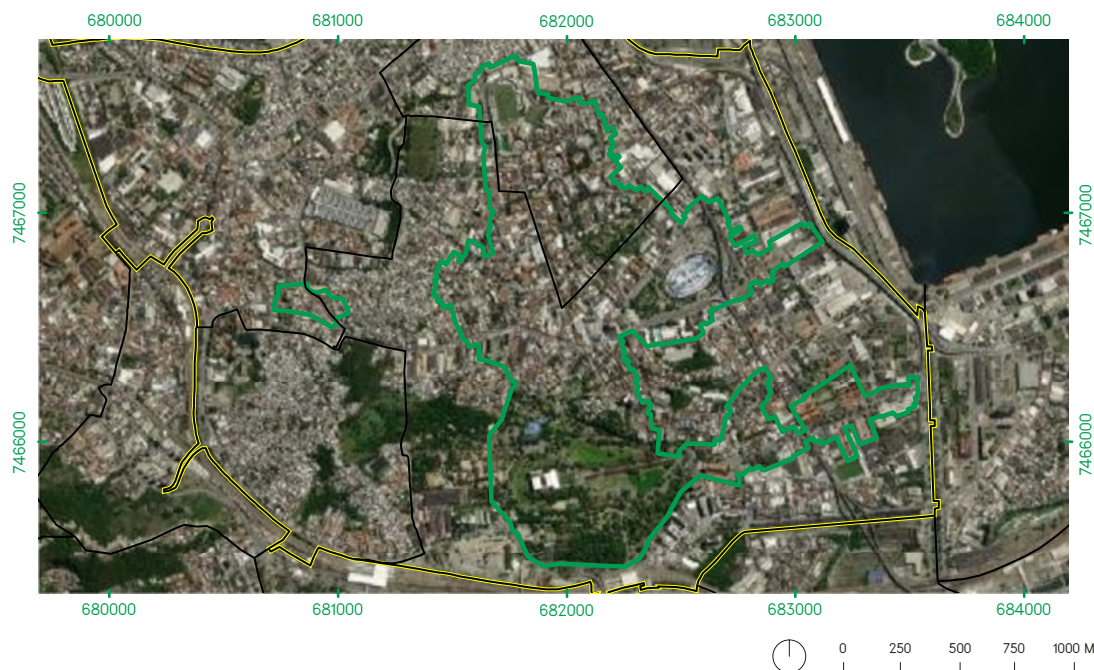
É notório pela imagem de São Cristóvão que esse lugar se tornou, desde a década de 1980 até a atualidade, um espaço de promoção de eventos culturais. Por essa razão, a região conta com um diverso acervo cultural e isso possibilita o fomento e a divulgação de seus espaços culturais. Em 1983, ocorreu o Projeto São Cristóvão Cultural no Museu do Primeiro Reinado e, atualmente, existe o Turismo Cultural do Bairro Imperial de São Cristóvão, que acontece em diversos ambientes culturais da região. Tais projetos surgiram pela realidade histórica e cultural de São Cristóvão e tem como objetivo comum promover a interação e a valorização da cultura local, por intermédio da participação das instituições culturais da região e da comunidade, bem como contribuir para a visibilidade do lugar (“Projeto São Cristóvão Cultural”, 1983; “Turismo Cultural no bairro imperial de São Cristóvão”, 2019).

Hoje, o Museu Nacional [Figura 1], o MAST e o Museu Militar Conde de Linhares, promovem eventos culturais em suas dependências com o objetivo de divulgar seus acervos e se aproximar cada vez mais da comunidade local. Em virtude do trágico incêndio em 2018, o Museu Nacional perdeu quase todos os seus acervos. A perda infelizmente não foi somente dos acervos e do edifício histórico, mas em especial da história, da memória e de um dos importantes referenciais do período imperial do Brasil. No entanto, como forma de manter viva suas atividades, o Museu Nacional, desde 2019, realiza exposições em ambientes virtuais ou em outras instituições culturais com as quais tem parceria.

Tanto em São Cristóvão como em outros bairros centrais da cidade, os estudos de elaboração da APA originaram-se pela solicitação de comunidades organizadas ou cidadãos, e/ou pela SMU. Ademais, como critérios de conservação dos bairros acrescenta-se o interesse histórico. De modo igual, o estabelecimento da APA São Cristóvão decorreu de estudos elaborados pela prefeitura, a partir de 1982, e pelo então Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1985, e contou com a participação da comunidade na qual registrou suas expectativas diante dos diversos problemas identificados no local.

Em diversos documentos destes estudos, percebeu-se como destaques os bens tombados em instância federal, como o Solar da Marquesa de Santos, o Museu Nacional, a Quinta da Boa Vista e o





**Mapa 2**  
**Mapa da APAC**  
**São Cristóvão**  
 (2020, PCRJ-IRPH; Maps Arcgis ©, elaborado pelo SIsistema Municipal de Informações Urbanas – SIURB-PCRJ)

— Limite dos bairros  
 — Áreas de Proteção do Ambiente Cultural – APAC (LC Nº 24/93)  
 — RA de São Cristóvão

**Situação**



Observatório Nacional, além das indústrias e comércios existentes em São Cristóvão e outros bens de interesse histórico (*Estudo realizado para a Preservação de sítios ou imóveis de interesse arquitetônico, estabelecido pelo Decreto Municipal 5.840/1986, 1982; São Cristóvão: estudo de entorno dos monumentos tombados, 1985*). O estabelecimento desse instrumento de preservação partiu da iniciativa da sua associação de moradores com a intenção de impulsionar o repovoamento local e priorizar o uso residencial, bem como para minimizar o processo de degradação ambiental que assolava o bairro há décadas. Sobretudo, as solicitações e reivindicações das associações de moradores confirmaram a identidade imperial como parte da memória de São Cristóvão. Todavia, constatou-se ainda outras identidades e memórias do lugar, bem como percebeu-se, nas reportagens de jornais, encontros e projetos culturais.

A AMA/AMASC foi uma associação bastante atuante na década de 1980, e tinha como representante oficial o arquiteto iugoslavo Arsen Pokrajac, que então residia em São Cristóvão há 12 anos e participava ativamente de processos decisórios e envolventes acerca do bairro. A associação evidenciou o vasto acervo histórico-cultural da região, além de ressaltar o fato de ela “ter um espaço de resgate da memória, alimentando as transformações do presente” (*São Cristóvão, 420 anos de histórias, 1987, p. 2*). Nos diversos documentos, esse grupo social se mostrou preocupado com a qualidade de vida dos moradores, com o processo de transformação de uso do zoneamento urbano da região e com a descaracterização da ambiência residencial do bairro (*Carta Comunitária, 1985; I Encontro de moradores / prefeitura: O Patrimônio Histórico, Artístico e Afetivo do bairro de São Cristóvão, 1986*).

Em cartas e projetos, a AMA considerava e destacava principalmente São Cristóvão como bairro imperial, porém o caracterizava também como bairro “[...] religioso, industrial, [...] feirante folclórico nordestino [sem grifo no original], [...] dos museus e do turismo de categoria nacional e internacional.” (*I Encontro de moradores / prefeitura: O Patrimônio Histórico, Artístico e Afetivo do bairro de São Cristóvão, 1986, p. 1*). A associação reverenciava ainda os patrimônios modernos e a cultura portuguesa. Isso posto, verificou-se que naquele momento a AMA estimava tais culturas mas não reconhecia esses territórios culturais como integrantes da identidade de São Cristóvão.

A AMA/AMASC reivindicava à prefeitura, mediante a apresentação de projetos e cartas, a urbanização e a integração de largos e jardins para a valorização e a visibilidade de monumentos históricos, bem como solicitava providências para regularização da Feira Nordestina (*Carta Comunitária, 1985; I Encontro de moradores / prefeitura: O Patrimônio Histórico, Artístico e Afetivo do bairro de São Cristóvão, 1986; Projeto de Urbanização da Cancela e Integração com a Quinta da Boa Vista, 1986; Carta para Membro Conselho Governo Comunidade VII R.A., 1989*). Ora, a AMA/AMASC fez críticas com relação a instalação do DETRAN<sup>2</sup> na Quinta da Boa Vista; ao funcionamento irregular da Feira dos Nordestinos no Campo de São Cristóvão; e se posicionou contrária à implantação do projeto da via expressa da Linha Vermelha (*São Cristóvão, 420 anos de histórias, 1987; Carta para Membro Conselho Governo Comunidade VII R.A., 1989*). Essa associação, representada pelo advogado Alberto Garcia (comunicação pessoal, n. d., sob protocolo nº 614-2-5-67 do DPHAN<sup>3</sup>), também reivindicou junto aos órgãos responsáveis pela salvaguarda do patrimônio cultural providências para impedir a construção de um terminal rodoviário no Campo de São Cristóvão.

Os debates contavam ainda com a participação de representantes legais do meio ambiente, da segurança pública, do turismo, de parques e jardins, de energia elétrica, da limpeza urbana, além de responsáveis pela região administrativa e outras instituições da região. O Observatório Nacional e o MAST foram instituições bem articuladas na região e concederam espaços para a promoção de debates e reuniões. O MAST participou da elaboração de um livreto e ainda apoiou a AMA e o Museu do Primeiro Reinado na solicitação do tombamento do coreto do Campo de São Cristóvão junto ao poder público estadual.

O folheto denominado *São Cristóvão, 420 anos de histórias* trazia uma síntese histórica do bairro e relatava o objetivo de retornar-se ao uso residencial do lugar após décadas da implantação industrial. Mencionava também a criação do Conselho das Associações, que contou com a participação das favelas locais – como Barreira do Vasco, Mangueira, Tuiuti, Mineiros, Telégrafo, Benfica e Candelária – na luta por melhoria da qualidade de vida de toda a região. Essa

2. DETRAN – Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro.

3. DPHAN – Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

produção foi interessante por divulgar a história do bairro, que muitas vezes é desconhecida por parcelas de sua população, e por apresentar as expectativas e insatisfações relativas à região por parte de seus moradores, acrescentando a participação das favelas locais e dos alunos das escolas da região, que abordaram questões como a poluição e a luta coletiva por melhores condições de vida (*São Cristóvão, 420 anos de histórias*, 1987).

O Solar da Marquesa de Santos também foi outro espaço bastante dinâmico na região. Na década de 1960, funcionou como sede da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico (DPHA) do município do Rio de Janeiro e, na década de 1980, recebeu diversos eventos culturais. Ademais, foi nesse espaço que, em 1986, o então prefeito Saturnino Braga (1986/1988) assinou o decreto legislativo que revisava o uso do solo na região de São Cristóvão.

Efetivamente, na primeira APAC São Cristóvão, atestou-se uma forte mobilização social por parte das associações de moradores existentes no bairro, que então revalorizou a herança imperial, o que contribuiu para sua nomeação como APA Imperial. Sobretudo, outras identidades foram apropriadas, como as escolas de samba e a identidade nordestina e portuguesa, porém somente com o intuito de incentivar o turismo local. Como exemplos, se pode citar o Centro Municipal Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas e o CADEG (Mercado Municipal do Rio de Janeiro).

A APAC São Cristóvão foi revisada em 1993 [Mapa 2] em razão da construção de uma importante via expressa, a Linha Vermelha. A AMA/AMASC se mostrou contrária ao seu levantamento e manteve as críticas ao funcionamento da Feira Nordestina. A inauguração da Linha Vermelha gerou muitos impactos para a população local, como a alteração na paisagem, um aumento na poluição atmosférica e sonora, e a desvalorização dos imóveis no seu entorno. No entanto, na revisão deste instrumento de preservação do ambiente cultural, as associações de moradores de São Cristóvão participaram de forma discreta.

## Considerações finais

O presente artigo considerou as diversas identidades e memórias que caracterizam os territórios culturais da região de São Cristóvão. Na implantação da sua APAC em 1986, somente foi considerada a identidade imperial, motivo pelo qual ela foi denominada APAC Imperial. Porém, pretendeu-se aqui valorizar ainda outras identidades, como a portuguesa, a nordestina e a do samba, por exemplo, que foram identificadas a partir das análises dos documentos referentes à região. É essencial considerar os diversos aspectos da realidade local de São de Cristóvão, bem como integrar a participação ativa e efetiva da população para o enfrentamento dos desafios para a preservação do patrimônio cultural.

O reconhecimento da diversidade cultural deve estar pautado à análise e implantação das áreas de proteção do patrimônio cultural. Nas grandes cidades, como no Rio de Janeiro, existem complexidades em decorrência da transformação do espaço que tornam ainda mais profundas as instigações para a preservação do patrimônio cultural. Todavia, essa renovação não impede que existam lugares de memória.

Fundamentada na imagem, nos eventos culturais, e nos discursos das associações de moradores veio a constatação de que essa região é múltipla e culturalmente híbrida. Ou seja, a região caracteriza-se por uma heterogeneidade cultural, com seus vários territórios culturais. É notável a vitalidade do lugar a partir da dinamicidade com que os moradores se manifestaram por melhorias urbanas para usufruírem dos espaços públicos, como ruas, parques e praças. É esperado um maior engajamento dos movimentos sociais, pois é fundamental a aliança entre diversos atores sociais, como o poder público, associações diversas, técnicos do planejamento urbano e da preservação do patrimônio cultural. Consequentemente isso proporcionará maior reconhecimento e fortalecimento das identidades e memórias locais, a partir de uma maior valorização do lugar. O patrimônio é vivo e deve ser inserido na vida cotidiana da sociedade por intermédio da promoção do contínuo uso dos espaços públicos e dos bens culturais.

Referências  
bibliográficas

- Abreu, M. A. (1998). Sobre a memória das cidades. *Revista da Faculdade de Letras. Geografia I série*, Vol. XIV, 77-97.
- AMA São Cristóvão. (1985). *Carta Comunitária*, 1-3.
- AMA São Cristóvão. (1986). *I Encontro de moradores / prefeitura: O Patrimônio Histórico, Artístico e Afetivo do bairro de São Cristóvão*, 1-3.
- Associação de Moradores e Amigos de São Cristóvão - AMASC. (1986). *Projeto de Urbanização da Cancela e Integração com a Quinta da Boa Vista*, 1-3.
- Associação de Moradores e Amigos de São Cristóvão - AMASC. (1989). *Carta para Membro Conselho Governo Comunidade VII R.A.* 1-3.
- Bairro imperial dá lugar aos tempos modernos. (1984, 26 de setembro). *Jornal do Brasil*, página não informada.
- Carlos, C. A. S. L. (1997). *Preservação de Áreas de Proteção do Ambiente Cultural: contribuição aos estudos e reflexão sobre o tema*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Carta de Veneza [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)]*. (1964). Recuperado em 20 de junho de 2020, em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>
- Castriota, L. B. (2007). Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. *Revista Fórum Patrimônio: ambiente construído e patrimônio sustentável*, 1, 9-31.
- Folheto de São Cristóvão. (1987). *São Cristóvão, 420 anos de histórias*. [folheto]. Rio de Janeiro: Autor.
- Centro: Corredor Cultural - Dec. 4141 - 1985, Lei 506-84, Lei 1159-87 [Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ)]*. (n. d.). Recuperado em 30 de junho de 2020, em [http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/pastas/legislacao/release\\_centro\\_corredor\\_cultural.pdf](http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/pastas/legislacao/release_centro_corredor_cultural.pdf)
- Declaração de Québec sobre a preservação do "Spiritu loci" [International Council on monuments and sites (Icomos)]*. (2008). Recuperado em 20 de junho de 2020, em [https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16\\_Quebec\\_Declaration\\_Final\\_PT.pdf](https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf)
- Gonçalves, J. R. (2015). O Mal-Estar no Patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos Rio de Janeiro*, vol. 28, nº 55, 211-228.
- Haesbaert, R. (2005). Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina* (pp. 6.774-6.792). São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Haesbaert, R., Limonad, E. (2007). O território em tempos de globalização. *Etc: Espaço, Tempo e Crítica*. Vol. 1, nº 2 (4), 39-52.
- Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH). (2012). *Guia das APACs - São Cristóvão*. [folheto]. Rio de Janeiro: Autor.
- Grajaú - São Cristóvão: a linha de ônibus da integração comunitária. (1980, 2ª quinzena de julho). *Jornal de Vila Isabel*, p. 3.
- Le Goff, J. (1990). Documento/monumento. IN Le Goff, J., *História e Memória* (pp. 462-478). Campinas: Editora da UNICAMP.
- Lima E. F. W. (2007). Corredor Cultural do Rio de Janeiro: uma visão teórica sobre as práticas da preservação do patrimônio cultural. *Revista Fórum Patrimônio: ambiente construído e patrimônio sustentável*, 1, 78-91.
- Nóbrega, P. R. C. (2015). Reflexões didáticas sobre o conceito de região na geografia. *Revista Tamoios*, 1, 107-130.
- Nora, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, nº 10, 7-28.
- Norberg-Schulz, C. (2006). O fenômeno do lugar. In Nesbitt, K., et al., *Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia teórica (1965-1995)*, (pp.443-461). São Paulo: Cosac Naify.
- Patrimônio Cultural Carioca [Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ)]*. (n. d.). Recuperado em 20 de junho de 2020, em <http://www.data.rio/datasets/d5906debb8724872a7a50608d2fae884>
- Pinheiro, A. I. F. (2002). Aprendendo com o patrimônio. In Oliveira, L. L., et al., *Cidade: história e desafios*, (pp.140-155). Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ) - Secretaria Municipal Planejamento e Coordenação Geral. (1982). *Estudo realizado para a Preservação de sítios ou imóveis de interesse arquitetônico, estabelecido pelo Decreto Municipal 5.840/1986*, 1-33.
- Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ). (Ed.). (1991). *São Cristóvão: um bairro de contrastes*. Rio de Janeiro, Brasil: Autor.
- Projeto São Cristóvão Cultural* (1983). [folheto]. Rio de Janeiro: Autor.
- Sampaio, A. R. (2006). *Normas urbanísticas e sua influência na configuração espacial: o caso de São Cristóvão, Rio de Janeiro*. Dissertação de doutoramento,

- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Santos, M. (2008). O retorno do território. In Santos, M., *Da totalidade ao lugar*, (pp.137-146). São Paulo: Edusp.
- São Cristóvão até hoje conserva o tempo da nobreza. (1983, 09 de janeiro). *Jornal do Brasil*, p. 27.
- Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico - SPHAN. (1985). *São Cristóvão: estudo de entorno dos monumentos tombados*, 1-35.
- Solar imperial vai ser demolido semana que vem. (1976, 21 de janeiro). *O Globo*, p. 9.
- Tuan, Y. (2012). *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. (1st ed.). São Paulo: Difel.
- Turismo Cultural no bairro imperial de São Cristóvão* (2019). (11th ed.). [folheto]. Rio de Janeiro: Autor.

# Integração, Adaptação, Reconversão. Planeamento urbano da orla costeira face à subida da água do mar no caso de Vila Chã

\* Master degree student  
in FAUP (Faculdade  
de Arquitectura da  
Universidade do Porto)

\*\* Professor in  
FAUP (Faculdade  
de Arquitectura da  
Universidade do Porto)

## Abstract

Due to the rising sea levels (predicted by reports from the Intergovernmental Panel on Climate Change, NASA, etc.) as well as the aggravated coastal erosion identified by the Portuguese Environmental Agency, its fundamental to protect the natural and built environment, its heritage and community.

It was because of these eminent threats that the Portuguese Agency for the Environment created the new Coastal Shoreline Program to be implemented in all the shoreline of Portugal. This program proposes the retreat of the populations of their residential area resulting in a loss of human relations with the territory. This happens in “Praia” and “Facho” fishing neighbourhood located in Vila Chã, Vila do Conde, where the fishing traditions as well as the typical homes are at risk.

Here it's discussed the Portuguese context and the aggravated scenery, caused by poor urban planning, with the intent to create an intervention strategy through the study of possible interventions in order to make Vila Cha resilient to sea level rise. It's intended that this different scenarios value the local qualities and solve the problems of the community.

Keywords: Heritage, Climate Change, Community, Resilience, Urbanism

## Resumo

Devido ao aumento do nível da água do mar (prevista pelos relatórios do International Panel on Climate Change, NASA, etc) assim como a agravada erosão litoral identificada pela Agência Portuguesa do Ambiente, é fundamental proteger o património natural e construído e as comunidades.

Foi em resposta a estas ameaças eminentes que a agencia Portuguesa do Ambiente criou o novo Programa da Orla Costeira a ser implementado em todo o litoral Portugues. Este programa, propõe o recuo das populações das suas áreas de residência resultando numa perda das relações humanas com o território. Tal acontece em “Praia” e no “Facho”, bairros piscatórios localizados em Vila Chã, Vila do Conde, onde as tradições da pesca tal como as típicas “casas de mar” se encontram em risco.

Como tal é discutido o contexto Português e a sua situação agravada pela falta de planeamento, com a intenção de criar uma estratégia de intervenção, através do estudo dos possíveis quadros de actuação no território litoral. Pretende-se que estes quadros de acção valorizem as qualidades locais e que resolvam ainda os problemas da comunidade.

Palavras chave: Património, Alterações Climáticas, Comunidade, Resiliência, Urbanismo

**Figura 1**  
Danos causados pela tempestade Hércules em 2014 em Póvoa de Varzim, Vila Nova de Gaia e Foz do Douro (2014, AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE (2018). Programa da Orla Costeira Caminha Espinho- Relatório Ambiental. Consultado em Abril 26, 2019, em [https://www.apambiente.pt/\\_zdata/Políticas/Agua/Ordenamento/POC/POC%20CE/2018-11-04\\_Relatrio\\_Ambiental.pdf](https://www.apambiente.pt/_zdata/Políticas/Agua/Ordenamento/POC/POC%20CE/2018-11-04_Relatrio_Ambiental.pdf))



## 1. Introdução

Nas últimas décadas, tem-se vindo a assistir a uma acelerada e imprevisível alteração do nosso habitat. O agravamento de factores naturais pelo aquecimento global (previsto pelos relatórios do International Panel on Climate Change, NASA, etc) e as catástrofes naturais, cada vez mais são um alerta particular na forma como criamos cidade.

O litoral, que em território nacional chega a possuir 3/4 da população, é dos mais afectados, face à acelerada subida do nível da água do mar e erosão costeira.

Numa tentativa de garantir a segurança das comunidades a Agência Portuguesa do Ambiente criou o Programa da Orla Costeira, um programa que entre outras medidas prevê a demolição de várias construções ao longo da costa. O impacto, destas medidas vai consequentemente descaracterizar o território e fazer desaparecer comunidades.

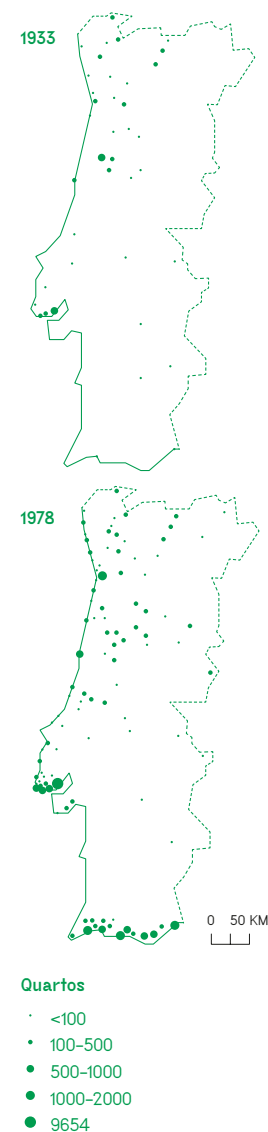
### 1.1. Objectivo

Focandonos no contexto português, em Vila Chã, uma das áreas críticas a recuar pelo POC, pretendemos como sugerido pelo título: INTEGRAR novas estratégias de planeamento urbano, assim como da participação da população, ADAPTAR a comunidade e o território, aos novos riscos que enfrentam, através da RECONVERSÃO do bairro num local resiliente.

### 1.2. Metodologia

Para um melhor entendimento da temática realizaremos um estudo da nova condição de litoral socorrendo-nos de alguns exemplos de intervenção em localidades em risco. Reflectiremos posteriormente sobre os elementos que se vêem essenciais para a elaboração de uma estratégia de intervenção adequada a estas comunidades com base numa fundamentação teórica que posteriormente, e

**Figura 2**  
Distribuição dos Hotéis em Portugal entre 1933 e 1978 (à esquerda) (1989, ORLANDO, Ribeiro. (1989). Geografia de Portugal (Volume I ao IV). Lisboa: Edições Sá da Costa. p.1151); bar de praia construído sob as dunas da Praia da Barra (à direita). (2018, <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/habitantes-culpam-estado-por-avanco-do-mar-em-esposende>)



após a análise do local em estudo, culminarão num conjunto de estratégias de intervenção para o mesmo.

## 2. Problema

### 2.1. Planear o Litoral

O território está em constante mudança e como tal também a abordagem e forma de actuação face ao seu planeamento costeiro deve ser actualizada. A ideia de paisagem romântica, capturada na história através de uma pintura é passadista,<sup>1</sup> e seria utópico e perigoso privilegiar a paisagem “natural” em detrimento de uma paisagem humanizada.

A rápida evolução do modo de vida português após a saída da ditadura salazarista e a entrada na Comunidade Europeia trouxeram novos hábitos de ocupação do território.<sup>2</sup> O litoral deixou de ser puramente pólo comercial e passa, assim, de local usado para sustento da economia a local de lazer e turismo balnear. O excesso de construção em zona dunar, a construção de barragens e a estabilização dos terrenos para aproveitamento agrícola, acabam por reduzir a passagem de sedimentos de origem fluvial, e a retirada de areia das praias para utilização na construção civil, enfraquece o cordão dunar e coloca em risco as comunidades litorais. De forma a defender o território em risco, muitas vezes recorreu-se a infra-estruturas de defesa que se provaram danosas por antecipar fenómenos de erosão.<sup>3</sup> As acções antrópicas deixam como tal o território mais susceptível a efeitos como o aquecimento das águas do mar, e a consequente subida do seu nível, que se

Princípio de Ordenamento

- Proteção
- Acomodação
- Recuo Planeado
- Proteção/Acomodação
- Recuo Planeado/Acomodação
- Recuo Planeado/Proteção
- Áreas sujeitas a estudo



**Figura 3**  
**Áreas críticas definidas no POC Caminha-Espinho (2018, Agência Portuguesa do Ambiente (2018).**  
 Programa da Orla Costeira Caminha Espinho-Diretivas. Consultado em Janeiro 15, 2019, em [https://www.apambiente.pt/\\_zdata/Politic/Agua/Ordenamento/POC/POC%20CE/2018-10-31\\_POCCE\\_Diretivas.pdf](https://www.apambiente.pt/_zdata/Politic/Agua/Ordenamento/POC/POC%20CE/2018-10-31_POCCE_Diretivas.pdf) p.81)

prevê que seja de 50 cm no próximo meio século, ao aumento de tempestades e a factores tectónicos que potenciam o avanço da linha de costa.<sup>4</sup> [Figura 3]

Neste âmbito o POC (Programa da Orla Costeira) surge como uma estratégia nacional de prevenção e redução de riscos das comunidades litorais, salvaguardando recursos e valores naturais, e valorizando economicamente os recursos costeiros. O programa divide o país em 5 sectores que pretende regular através da definição de acções permitidas, condicionadas ou interditas em determinadas faixas ao longo do litoral, com pontos de especial relevância, pelo acrescido grau de risco, chamados de “áreas críticas”, onde se propõem acções de acomodação, protecção ou de recuo planeado. Só no troço entre Caminha e Espinho são identificadas 46 áreas críticas, das quais 12 são núcleos habitacionais onde se prevê o recuo planeado, assim como várias demolições dispersas de edificações que se situem sob a margem.<sup>5</sup>

Apesar da vantagem da integração do programa nos PDMS, que facilita o seu cumprimento por parte das entidades locais, a falta de uma participação democrática, como afirma Ana Pinto, arquitecta da Câmara Municipal de Vila do Conde, a codificação da informação que dificulta a participação do público em geral, como afirma o arquitecto Miguel Figueira, e a indefinição do método de obtenção das zonas de risco como salienta o engenheiro Veloso Gomes, deixa este processo uma incógnita que preocupa e indigna as comunidades. [Figura 4]

**Figura 4**  
**Ria Formosa, Algarve (canto superior esquerdo)**  
 (2018, <http://etcetaljournal.pt/j/2018/06/furadouro-esta-ai-o-grande-teste-a-resistencia-dos-geotubos-nas-areas-balnearias/>)

**Furadouro, Ovar (canto superior direito)**  
 (2016, <https://www.facebook.com/furadouropraia/>)

**Afurada, Vila Nova de Gaia (canto inferior esquerdo)**  
 (2015, OLIVEIRA, Cátia. (2015) Afurada, Âncora de Identidades. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto. Portugal p. 56

**Bairro da Meia Praia, Lagos, Algarve (canto inferior direito)**  
 (2014, RODRIGUES, Fátima. (2014) Uma casa para todos e a imagem de cada um, SAAL Algarve e as consequências de um processo participativo: os Bairros 25 de Abril e Zona Verde. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Porto p. 279



Para delinear uma estratégia de intervenção, definiram-se casos de estudo que, de alguma forma, se relacionam com as áreas em risco. Consideramos portanto:

- O uso da participação por forma a valorizar a identidade local do Bairro 25 de Abril, onde no âmbito do programa SAAL(Serviço Ambulatório de Apoio Local), a brigada propôs-se a revitalizar um bairro de construção precária por forma a evitar o seu realojamento num local descentralizado. A população teve a oportunidade de participar no processo de construção das suas casas, o que cultivou um sentimento de união e pertença às novas habitações, e as tornou resilientes.<sup>6</sup>
- O recuo planeado da Aldeia da Luz, onde se punha o desafio da reconstrução da aldeia dada a construção da barragem do Alqueva no seu lugar. Para tal foi proposta a clonagem da aldeia original. Apesar da inclusão dos moradores nas decisões do projecto, como afirma o arquitecto Miguel Figueira foi a falta de relação com o novo local e a falta de terreno para cultivo que levou ao esvaziamento da mesma.<sup>7</sup>
- A demolição de construções existentes na ria formosa, onde, dada a ameaça de inundação das habitações construídas nas ilhotas, se procedeu à demolição do edificado ilegal e de segunda habitação, realojando os moradores em edifícios

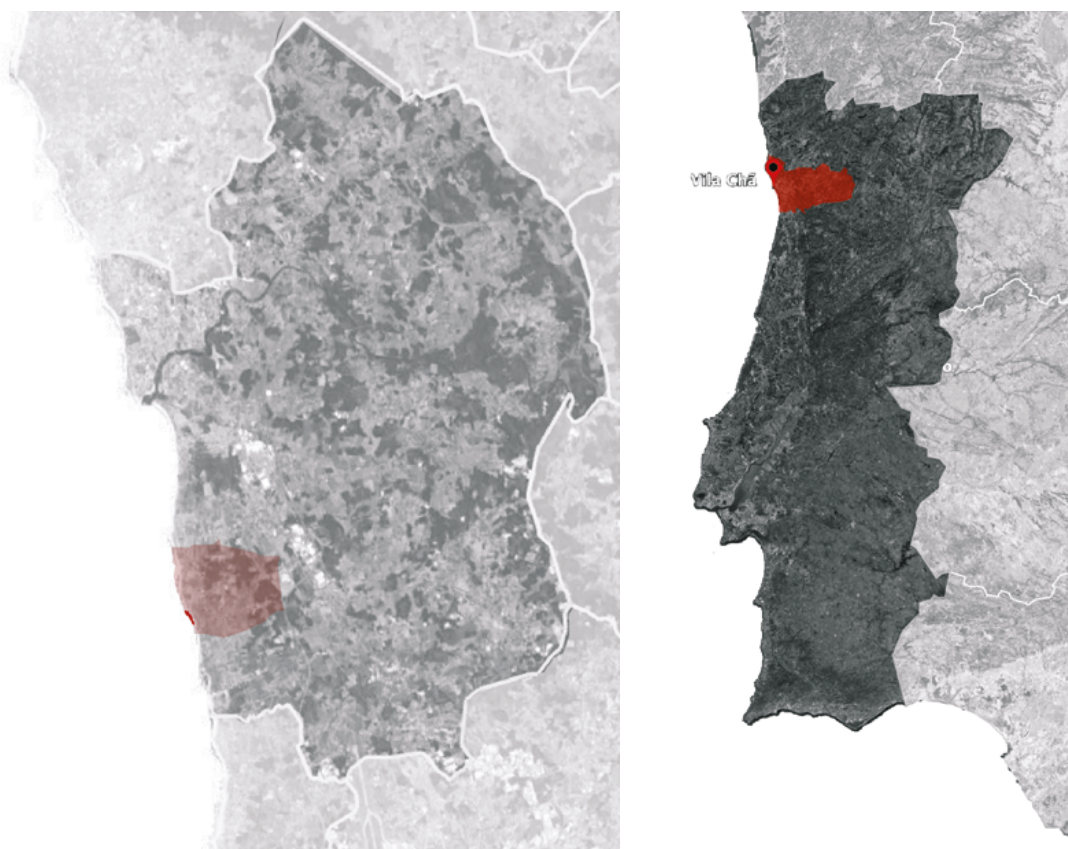


Figura 5  
Localização de Vila Chã e  
zona de intervenção  
(2019, Raquel Matos)



da câmara, longe do seu local de residência e de trabalho. Esta situação não só desagradou a população, como levou a uma descaracterização das ilhotas das quais, por exemplo, desapareceu a função comercial.<sup>8</sup>

– O recurso a infra-estrutura pesada no Furadouro, onde se pretendia proteger a população dos riscos inerentes ao galgamento e inundação oceânica. O recurso a este tipo de intervenção causou danos permanentes no espaço público, que actualmente necessita de constante manutenção, cada vez mais separando o espaço urbano do espaço da praia<sup>9</sup>.

## 2.2. Quatro ferramentas para a elaboração da estratégia

Através da análise dos casos de estudo foi possível definirmos os elementos que se consideram essenciais para a elaboração da estratégia de intervenção: a conservação da sua identidade, a valorização do espaço público, a participação da comunidade no processo e a capacidade de resiliência da mesma face ao mar:

**Espaço público** – Através do espaço público pretendemos reorganizar a estrutura das comunidades, valorizando pólos de concentração social e conferindo-lhes identidade e coerência, assim como ressignificar espaços urbanos menos definidos. Pretendemos, inserir novas dinâmicas de apoio às novas actividades que surgem, respeitando sempre as existentes, optando por uma simplicidade prática e plástica de forma a albergar a pluralidade de usos que nele decorrem.<sup>10</sup> Prevemos ainda a implementação de vegetação sempre que possível, num espaço de reencontro com o meio natural.<sup>11</sup>

**Identidade** – Seguindo o lema de Kevin Lynch, quando afirma que “a relação do usuário com objectos através da memória é tão ou mais importante que a sua forma na construção do espaço”<sup>12</sup>, propomos a conservação dos símbolos mais identitários do local, mesmo que tal signifique a sua utilização com um uso distinto da habitação (no caso das casas de mar).

**Participação** – Pretendemos, incluir a população num verdadeiro acto participativo, e não sob a forma de “placation” (dando a ilusão de um processo participativo numa estratégia já anteriormente definida)<sup>13</sup>. Para tal, como referiu Jeremy Till<sup>14</sup> e o Arquitecto Miguel Figueira (em entrevista), é essencial desmontar uma linguagem especializada para facilitar o entendimento para que o usuário possa participar de forma informada.

**Água** – Pretendemos mitigar o risco através do desenho resiliente do espaço urbano. Recorrendo assim ao contributo de

Figura 6  
Objecto de estudo -  
o aglomerado em  
frente à praia  
(2019, Raquel Matos)



João Pedro Costa<sup>15</sup>, de Koraim, Heikad e Abozaid<sup>16</sup>, e ao trabalho realizado em Erasmus com a colega Agnese Chitaro<sup>17</sup>, para elaborar um quadro de estratégias e exemplos que pretendem sintetizar as relações entre o espaço urbano e a arquitectura e água em contexto de alterações climáticas.

Da utopia dos anos 60 à realidade do presente recorreremos assim, a exemplos de intervenções que permitem manter o edificado no local original através de:

- Protecção através de “Técnicas Leves” em que se inserem as descargas de sedimentos exemplificado pelas “Blue Dunes” dos West8. Nesta proposta cumpriram-se objectivos de segurança e qualidade ambiental e estimularam-se actividades recreacionais através do aumento do cordão dunar e da aplicação de vegetação, criando vários tipos de dunas.<sup>18</sup>

Ou através de infra-estrutura pesada:

- recorrendo às tradicionais barreiras, como o muro “Sea Wall”, em Ocean Beach em São Francisco nos Estados Unidos, onde se propôs resolver a ameaça de tempestades que arrastava grande quantidade de areia e água para o espaço urbanizado através da construção de um muro contínuo ao longo da costa.<sup>19</sup>
- recorrendo a colocação de esporões como ocorreu no exemplo da costa de Espinho, onde para travar a erosão se recorreu a uma muralha de esporões a larga escala.<sup>20</sup>

Resiliência através do planeamento do espaço público que inclui estratégias como:

- a integração de zonas permeáveis no espaço Público, recorrendo ao exemplo dos BIG (Bjarke Ingels Group), chamado “The Big U”, que se baseia numa estratégia de defesa da água do mar através da utilização do espaço comum, e das “Wetlands”, construindo zonas de lazer com vegetação desenhando uma estratégia livre de barreira e de divisões.<sup>21</sup>
- a integração da água no espaço público, através do exemplo da regeneração de Hamburgo-HafenCity, onde se recorre à definição de níveis de segurança através da elevação do espaço público, localizando funções de menor risco para a população nos pisos inferiores e garantindo que se mantenha a relação com a cidade preexistente<sup>22</sup>.
- a integração da água no espaço público de forma controlada, como no exemplo dos OMA (Office for Metropolitan Architecture) no projecto “Resist, Relay, Store, Discharge”, através da qual como o título indica: resiste através da implementação de infra-estruturas pesadas e de vegetação; atrasa o avanço da água através de pavimentos mais permeáveis e reserva-a em reservatórios de água e áreas alagáveis e posteriormente faz a sua descarga.<sup>23</sup>

Resiliência através de soluções aplicadas ao edificado pela:

- sua elevação, como no exemplo da elevação das Habitações em Nova Orleães após o furacão Katrina, onde dada a natureza das casas pré-fabricadas foi possível elevá-las através de pilotis, paredes de suporte de pedra ou caves permeáveis de forma a deixar a água passar livremente.<sup>24</sup>



Figura 7  
Objecto de estudo -  
arrumos dos pescadores  
(em cima); aglomerado  
em cima da duna (em  
baixo);  
(2019, Raquel Matos)



– ou estruturas flutuantes recorrendo ao exemplo dos Factor Architecten para a comunidade de Maasbommel na Holanda, onde dada a sua localização em terreno inundável, constroem-se casas flutuáveis fixas a pilotis que garantem a sua estabilização e criaram-se passadiços de ligação ao entorno.<sup>25</sup>

– E por fim, a opção de recuo planeado através do deslocamento do edificado, como aconteceu na Pacifica State Beach na Califórnia, onde após a retirada de três habitações procedeu-se à renaturalização do areal com vegetação que protege as casas adjacentes das futuras tempestades.<sup>26</sup>

### 3. Objecto de Estudo: Vila Chã



Figura 8  
Objecto de estudo -  
As casas de mar  
(2019, Raquel Matos)

Os lugares do Facho e da Praia localizam-se em Vila Chã no Concelho de Vila do Conde, e fazem parte de uma das áreas críticas a recuar definidas pelo POC. Torna-se um caso a estudar por se caracterizar como uma comunidade dependente economicamente da sua localização, pelo seu património das casas de mar; pela sua antiguidade e pelo vasto número de fogos e densidade urbana.<sup>27</sup>

A sua ocupação remonta ao século XIX e esteve numa primeira fase relacionada com a construção de pequenas “casas de mar” que serviam para guardar o sargaço apanhado, utilizado até então para fertilizar as terras.<sup>28</sup> Devido ao sistema das heranças e ao aparecimento de adubos sintéticos, a actividade piscatória foi ganhando cada vez mais protagonismo e começam a surgir os primeiros bairros de pescadores – nos Lugares da Praia e do Facho, e do Rio da Gandra. Em 1985, os novos lugares encontram-se consolidados e as habitações apesar de em domínio Hídrico, legalizadas.<sup>29</sup>

Os barracos dos pescadores, hoje de pedra e alguns ampliados e transformados em casas, constituem símbolo da conquista de um lugar e emancipação de uma comunidade, bem presente na memória e identidade do bairro.<sup>30</sup> [Figura 6]

Hoje, a Freguesia é das mais populosas do concelho e o seu turismo encontra-se em crescimento devido à nova zona comercial e aos novos acessos rápidos através da auto-estrada e da linha de metro B<sup>31</sup>. No litoral, destaca-se a mancha da Paisagem Protegida Regional do Litoral de Vila do Conde e Reserva Ornitológica do Mindelo de 380 hectares, que se distribui por cinco freguesias do concelho.<sup>32</sup>

Na Freguesia os acessos em “cluster” sustentam a locomoção principalmente através de transporte privado, já que o transporte público, é escasso<sup>33</sup>. Os serviços e equipamentos de maior importância situam-se no centro da freguesia, à excepção dos Lugares do Facho e da Praia, pois a passagem de peregrinos para Santiago vai justificar a construção de serviços de apoio. É ainda na Praia e no Facho onde se situam a maioria dos alojamentos locais registados e principais serviços de restauração, assumindo um papel fundamental no sector terciário da Freguesia. A agricultura possui ainda grande importância como uma das principais actividades que potenciam a economia da Freguesia, comparando as áreas verdes cultivadas, às áreas verdes de lazer e às áreas de mata. A área em estudo assim como a freguesia no geral, caracteriza-se por uma dualidade entre uma realidade rural, ligada à agricultura e litoral, ligada à prática da pesca artesanal.

Apesar da construção de três barragens no Rio Ave e da dificultada passagem de sedimentos através das barreiras naturais ou artificiais segundo o presidente da Associação dos Pescadores,<sup>34</sup> é a retirada de areia da praia para a construção civil que justifica a elevada erosão costeira naquele troço. [Figura 7 e 8]

O espaço público construído subdivide-se em três categorias de utilização: o espaço dedicado ao automóvel, ao peão; e espaços de utilização mista. Nos Lugares existe uma hierarquia viária que distingue as ruas municipais, secundárias e ruas mistas ou caminhos que, conseqüentemente, se reflectem em um uso mais ou menos intenso e privado. No geral o local caracteriza-se por um espaço irregular e desqualificado pautado pelo défice de percursos pedonais de qualidade e das diversas zonas de estacionamento indevido.

No edificado, denotamos uma correlação temporal/morfológica: enquanto que as casas mais antigas (1948), são casas geminadas as mais recentes, resultantes da expansão do núcleo piscatório adquirem outras morfologias. Os usos do edificado dividem-se entre habitação, equipamentos ligados à actividade piscatória e apoios de praia, serviços de restauração e alojamentos locais que sustentam a procura turística.

Identificamos, por fim, um conjunto de forças (espaços de convívio, espaços verdes e acessibilidade reduzida à praia) a manter; fraquezas (ruas sinuosas, fachadas cegas para a praia e falta de percursos para peões) a otimizar; oportunidades (trilhos litorais e miradouros) a potenciar; e ameaças (falta de arruamento perpendiculares ao mar, estacionamento indevido, conflitos entre a pesca e a actividade balnear e inundação e galgamento marítimo) a eliminar.

As restrições previstas no POC: o recuo planeado das edificações; interdição de loteamentos e criação de caves ou novas unidades funcionais ou obras de ampliação de edifícios existentes, vão, no entanto, contra as intenções locais e expressas PDM e ARU em vigor.<sup>35</sup> O POC limita ainda zonas passíveis de construção e outras que se adaptem e acomodem ao risco.

## 4. Estratégia

Após a análise do local desenhamos um conjunto de estratégias adaptando as diversas relações com a água:

- Reposição de sedimentos: Fixando o cordão dunar através de vegetação, que reduz a força das marés, e de passadiços que servem de acesso ao areal e criam novos percursos pedonais revitalizando as fachadas cegas dos muros virados para a praia.
- Barreiras com muros: Mantendo acessos, elevando apenas a cota dos pavimentos, e criando novos acessos, no Largo dos Pescadores.
- Colocação de “muralla de esporões”: De forma a provocar uma acreção sedimentar no limite sul da área crítica de modo a fortalecer o cordão dunar da Praia da Congreira.
- Integração de zonas permeáveis no espaço público: próximo do areal e aproveitando o espaço para dinamização de novas

actividades lúdicas e erguendo barreiras de dunas e vegetação. Criou-se ainda um passadiço a uma cota elevada que colmata a falta de percursos pedonais.

- Integração da água no espaço público: elevando e subdividindo o espaço em 3 patamares distantes entre si 1,25 m e que distinguem níveis de perigo de inundação: o mais baixo à cota de 5 metros que mantém os aprestos de pesca, o intermédio que possui edificado misto; e o último onde estão localizadas habitações e a estrada principal. Por baixo localiza-se um estacionamento inundável em caso de cheia.
- Integração da água no espaço público de forma controlada: onde se procedeu à instalação de barreiras, que previnem a inundação da zona mais baixa redireccionando a água para a zona alagável. De forma a reduzir o avanço da água permeabilizaram-se pavimentos e acrescentaram-se zonas de vegetação. A água será acumulada num reservatório e drenada mais tarde.
- Adaptação através de pilotis/elevação: Procedendo à reconstrução e elevação de 2,5 metros de todas as habitações a uma cota inferior à de 7,5 metros possibilitando a utilização do espaço inferior quando fora de risco. No caso das habitações em banda os acessos são comuns. Os aprestos de pesca mais uma vez mantêm-se inalterados.
- Adaptação através de estruturas flutuantes: reconstruindo as habitações de forma a adaptá-las à tecnologia flutuante e conectá-las aos passadiços, que estariam inseridos no pavimento, flutuando em caso de cheia até um máximo de 7,5 metros.
- Recuo planeado: realojando a população num território próximo, mantendo a implantação e fazendo apenas alterações para que se adaptasse à malha preexistente no local, criando ruas perpendiculares ao mar. O núcleo piscatório manter-se-ia no local, e criariamos um centro de desportos náuticos, para dar apoio às novas actividades. A vegetação e os passadiços nas dunas fixá-las-iam e atenuariam o avanço do mar.

Através de um uma breve análise comparativa das estratégias concluímos que:

- Estratégias de reposição de sedimentos e de integração de zonas permeáveis no espaço público são as que melhor respondem às condicionantes gerais, comuns a todas as áreas críticas
- Estratégia de a integração de zonas permeáveis no espaço público é a que mais respeita condicionantes particulares como os quatro pontos fundamentais à estratégia (estudados anteriormente); e que a estratégia de recuo planeado é a que mais resolve os problemas identificados na análise SWOT, visto permitir mais alterações.

De forma a incluir a população no processo de discussão da estratégia, realizaram-se reuniões com os principais usuários do local: turistas, comerciantes, moradores e pescadores. Apesar da clara preferência por soluções que não intervissem sobre o edificado, as soluções que pouco alteram a paisagem como as que recorrem à construção de muros, que adaptam o espaço público à água de forma controlada, ou que integram de zonas permeáveis no espaço público, são as preferidas.

Realizamos ainda um quadro, onde estão representadas as principais estratégias de adaptação aos impactos das alterações climáticas relativamente a núcleos urbanizados no litoral. Estão ainda assinaladas as soluções que melhor respondem às condicionantes estudadas e às preferências da população entrevistada.

Apesar de não existir uma solução ideal, é possível, indicarmos uma estratégia que da melhor forma combinaria as condicionantes específicas do local, e os valores que consideramos nesta dissertação. Como tal, a estratégia de “Integração de zonas permeáveis no espaço público” além das preferidas da população, por não intervir sobre o espaço privado resultaria numa mais rápida agilização do processo e conservação do património local assim como da sua identidade e relação da população residente com o território, mantendo um importante núcleo de economia terciária da Freguesia.

O Largo dos Pescadores: Seria alteado de forma a evitar a sua inundação e a de casas próximas. Os abrigos dos pescadores, inundáveis, situar-se-iam por baixo da praça ao nível do areal, solução que agradou aos pescadores, e que evitaria ocupação da praça com utensílios de pesca. Na praça é criada uma zona permeável de “dunas de vegetação”, desenhando um anfiteatro informal para assistir a espectáculos dos ranchos folclóricos, à procissão da festa de São Mamede ou para simplesmente contemplar o mar.

Junto à lota: altearíamos a rua do Largo dos Pescadores, de forma a proteger as casas e campos do outro lado da rua e as habitações da rua do Mar do alagamento, formando um pequeno alteamento do pavimento que cria uma nova zona de estar.

Em frente às casas de mar: permeabilizaríamos parte da rua, impedindo o estacionamento indevido, e prolongaríamos os passadiços criando uma passagem pedonal segura e reabilitando as fachadas de altos muros virados para a praia.

No extremo sul da intervenção: criaríamos mais uma “duna de vegetação com locais de estadia e contemplação.

## 5. Conclusão

É certo que necessitamos de nos adaptar às novas condicionantes, no entanto a proposta de afastamento dos núcleos habitacionais constitui uma ameaça ao relacionamento Homem/território. A perda do seu património e identidade, como aconteceu nos exemplos estudados, sobrevalorizando os valores culturais, sociais, emocionais, económicos e o bem-estar da população levam a mesma ao desespero.

Como tal, apontamos estratégias que mitigam o risco através de um novo desenho do território litoral assim como caminhos e mecanismos de produção de espaços que se podem comportar de forma resiliente face às ameaças do mar, equacionando os desígnios locais deste bairro piscatório.

No desenrolar do futuro processo de actuação, será fundamental recorrer a equipas multidisciplinares e garantir o acesso à discussão por parte da população em todas as fases de decisão na construção projecto urbano, no qual o arquitecto deverá ter um papel mediador na defesa de uma paisagem mais silenciosa.

Por fim, pretendemos com este artigo abrir a discussão no que toca aos POCs e ao seu impacto na população litoral, servindo para salientar a importância do estudo de diversas hipóteses e estratégias de planeamento do espaço público e do território litoral. Desta forma pretenderíamos prevenir e mitigar os riscos da comunidade de Vila Chã, por forma a conservar o seu importante património humano, material e imaterial.

## Notas

1. Já que segundo Sola-Morales se considera a cidade como extremo da racionalização do homem sobre a natureza, a “cidade contemporânea, a metrópole, a megalópoles difusa” distinto do conceito de paisagem até então concebido. Em: SOLA-MORALES, Ignasi de Sola. (2002). *Territórios*. Barcelona: GG p.156

2. Oliveira, Sónia. Oliveira, Isabel. Ferreira, Manuela. (2010) *A Comunidade Piscatória de Vila Chã (Vila do Conde) – Cultura e Desenvolvimento*. XII Colóquio Ibérico de Geografia. Porto. 2010. Consultado em Fevereiro 15, 2019, em <https://web.letras.up.pt/xiicig/comunicacoes/63.pdf> p.8

3. Entrevista a Engenheiro Veloso Gomes, realizada a 29 de Julho de 2019

4. Mota-Oliveira, I.B. (1994). *Erosão Costeira no Litoral Norte, considerações sobre a sua Génese e Controlo*. 1º Simpósio sobre a Protecção e Revalorização da Faixa Costeira do Minho ao Liz. Porto. 1990. Porto: FEUP. p. 208

5. Agência Portuguesa do Ambiente (2018). Programa da Orla Costeira Caminha Espinho-Diretivas. Consultado em Janeiro 15, 2019, em [https://www.apambiente.pt/\\_zdata/Políticas/Agua/Ordenamento/POC/POC%20CE/2018-10-31\\_POCCCE\\_Diretivas.pdf](https://www.apambiente.pt/_zdata/Políticas/Agua/Ordenamento/POC/POC%20CE/2018-10-31_POCCCE_Diretivas.pdf) p.49

6. Com base na bibliografia: Bandeirinha, José António. (2014) *O Processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril*. Porto: Serralves

Rodrigues, Fátima. (2014) *Uma casa para todos e à imagem de cada um, SAAL Algarve e as consequências de um processo participativo: os Bairros 25 de Abril e Zona Verde*. Faculdade de Arquitectura da Unisidade do Porto. Porto.

7. Com base na bibliografia:

Monteiro, António Miguel Ramos Pinto. (2003) *Aldeia da Luz, transporte de um fenómeno*. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Porto. Portugal. p. 66.

Entrevista ao Arquitecto Miguel Fernandes, realizada a 17 de Julho de 2019.

Meireles, Márcio António Campos. (2003) *Urbanismo ou mutação?: Aldeia da Luz, estudo da configuração dos espaços e as duas vivências*. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Porto. Portugal.

8. Com base na bibliografia: Ria Formosa Polis Litoral Plano Estratégico. Consultado em Março e, 2019 em <http://www.polislitoralriiformosa.pt/downloads/PlanoEstrategico/PlanoEstrategicoFinal.pdf>. Folha do Domingo. (2017) *Governo iniciou realojamento de famílias residentes*

na Ria Formosa. Disponível em: <https://folhadomingo.pt/governo-iniciou-realojamento-de-familias-residentes-na-ria-formosa/> Consultado em Março 3, 2019

9. Com base na bibliografia:

Palma, Natacha. (2006) *Furadouro em primeiro lugar no que respeita ao risco de erosão*. Jornal de Notícias. Disponível em: <https://www.jn.pt/arquivo/2006/interior/furadouro-em-primeiro-lugar-no-que-respeita-ao-risco-de-erosao-577741.html> Consultado em Março 13, 2019.

Etc e Tal Jornal. (2018) *Furadouro – Está aí o grande teste à resistência dos geotubos nas áreas balneares*. Disponível em: <http://etcetajournal.pt/j/2018/06/furadouro-esta-ai-o-grande-teste-a-resistencia-dos-geotubos-nas-areas-balneares/> Consultado em Março 14, 2019.

Lopes, José. (2014) *Furadouro: Obras de reforço e consolidação das defesas da costa estão a ser pouco eficientes*. Etc e Tal Jornal. Disponível em: <http://etcetajournal.pt/j/2014/02/furadouro-obras-de-reforco-e-consolidacao-das-defesas-da-costa-estao-a-ser-pouco-eficientes/> Consultado a Março 14, 2019.

Lopes, José. (2014) *Furadouro (Ovar): Mais pedra como emergência para travar*. Disponível em: <http://etcetajournal.pt/j/2014/04/furadouro-ovar-mais-pedra-como-emergencia-para-travar-o-mar/> Consultado em Março 14, 2019

10. Tal como defende Rodrigo Coelho na sua dissertação de doutoramento: Coelho, Rodrigo. (2011). *Formas e Designios do Espaço Público na Cidade Contemporânea. O projecto do espaço público na construção da cidade: casos portugueses*. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Porto. Portugal. p.189 e 191

11. Celebrando o seu carácter excepcional através da valorização da natureza como sugere Madalena Silva na sua dissertação de doutoramento: Pinto, Madalena. (2009). *Forma e Circunstância: a praça na cidade portuguesa contemporânea*. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Porto. Portugal. p. 221.

12. Kevin Lynch citado no capítulo 2.2 referente à participação p. 127 (Em: Lynch, Kevin. (2011). *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70. p.105)

13. Jeremy Till em: Till, Jeremy. The Negotiation of Hope. (2005). In Jones, Peter Blunder, Petrescu, Doina, Till, Jeremy. (2005) *Architecture & Participation*. (pp. 23–43) London: Spon Press.

14. Jeremy Till citado no capítulo 2.3 referente à identidade p. 141 (Jones,

Peter Blunder, Petrescu, Doina, Till, Jeremy. (2005) *Architecture & Participation*. (pp. 23–43) London: Spon Press. p.38) e Miguel Figueira citado no capítulo 1.3.3 p. 90

15. Costa, João Pedro. (2013) *Urbanismo e adaptação às alterações climáticas: as frentes de água*. Lisboa: Livros Horizonte p.125

16. Koraim, A. S. Heikal, E. M. Abo Zaid A. A. (2011) Different methods used for protecting coast from sea level rise caused by climate change. *Current Development in Oceanography*. Nº 1, 33–66. Consultado em Fevereiro 2, 2019 em [https://www.researchgate.net/publication/258246225\\_DIFFERENT\\_METHODS\\_USED\\_FOR\\_PROTECTING\\_COASTS\\_FROM\\_SEA\\_LEVEL\\_RISE\\_CAUSED\\_BY\\_CLIMATE\\_CHANGE](https://www.researchgate.net/publication/258246225_DIFFERENT_METHODS_USED_FOR_PROTECTING_COASTS_FROM_SEA_LEVEL_RISE_CAUSED_BY_CLIMATE_CHANGE)

17. Matos, Raquel. Chittaro, Agnese. (2016) *Architettura Annegabili. L'acqua come occasione di progetto: i diversi approcci*. Facoltà de Architettura Università degli Studi di Roma Tre. Roma. Italia

18. WEST8. *Blue Dunes: The future of coastal protection*. Disponível em: [http://www.west8.com/projects/selected\\_projects/blue\\_dunes\\_the\\_future\\_of\\_coastal\\_protection/](http://www.west8.com/projects/selected_projects/blue_dunes_the_future_of_coastal_protection/) Consultado a 14 de Abril, 2019

19. Com base na bibliografia: Cabanatuan, Michael. (2015) *Ocean Beach seawall being repaired through 2016*. SFGate. Disponível em: <https://www.sfgate.com/bayarea/article/Ocean-Beach-seawall-being-repaired-through-2016-6151764.php> Consultado a 14 de Abril, 2019

KPIX. (2016) SF's Sea Wall May Offer Little Protection From Pacific As California Marks Deadly Tsunami Anniversary. Disponível em: <https://sanfrancisco.cbslocal.com/2016/03/22/sfs-sea-wall-may-offer-little-protection-from-pacific-as-california-marks-deadly-tsunami-anniversary/> Consultado a 14 de Abril, 2019

20. Dias, Ferreira e Pereira (1994). *Estudo Sintético de Diagnóstico da Geomorfologia e da Dinâmica Sedimentar dos Troços Costeiros entre Espinho e Nazaré*. Disponível em [http://w3.ualg.pt/~jdias/JAD/ebooks/EsaminAveiro/8\\_CEspinho.pdf](http://w3.ualg.pt/~jdias/JAD/ebooks/EsaminAveiro/8_CEspinho.pdf)

21. Com base na bibliografia: Rebuild by Design. *The BIG U*. Disponível em: <http://www.rebuildbydesign.org/our-work/all-proposals/winning-projects/big-u> Consultado a 14 de Abril, 2019.

Archello. *BIG U*. Disponível em: <https://archello.com/project/big-u> Consultado a 14 de Abril, 2019

22. Hafencity Hamburg. *The Foundation of HafenCity: the Masterplan*. Disponível em: <https://www.hafencity.com/en/concepts/the-foundation-of-hafencity-the-masterplan.html> Consultado a 18 de Abril, 2019

23. Com base na bibliografia: OMA. *Resist, Delay, Store, Discharge: a Comprehensive Urban Water Strategy*. Disponível em: <https://oma.eu/projects/resist-delay-store-discharge-comprehensive-urban-water-strategy> Consultado a 14 de Abril, 2019

Youtube. *Rebuild by Design*. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Uyhb\\_R1BjYY](https://www.youtube.com/watch?v=Uyhb_R1BjYY) Consultado a 14 de Abril.

Archello. *Resist, Delay, Store, Discharge: A Comprehensive Strategy for Hoboken*. Disponível em: <https://archello.com/project/resist-delay-store-discharge-a-comprehensive-strategy-for-hoboken> Consultado a 14 de Abril, 2019

24. Com base na bibliografia: Peck, Renee. (2008) *Elevated houses making a mark on post-Katrina New Orleans landscape*. <https://perma.cc/2XSN-RJ4R> Consultado a 14 de Abril, 2019 [http://blog.nola.com/reneepeck/2008/08/elevated\\_house\\_making\\_a\\_mark\\_o.html](http://blog.nola.com/reneepeck/2008/08/elevated_house_making_a_mark_o.html) consultado a 14 de Abril

25. Com base na bibliografia: Insteading. (2015) *Floating Homes*. Disponível em: <https://insteading.com/blog/floating-homes/> Consultado a 14 de Abril, 2019

Inhabitat. (2012) *Make it Right's New Orleans FLOAT House by Morphosis to Gain LEED Platinum Certification*. Disponível em: <https://inhabitat.com/make-it-rights-new-orleans-float-house-by-morphosis-to-gain-leed-platinum-certification/> Consultado a 14 de Abril, 2019

26. Kershner, Jessi. (2010) *Restoration and Managed Retreat of Pacifica State Beach*. Disponível em: <https://www.cakex.org/case-studies/restoration-and-managed-retreat-pacifica-state-beach> Consultado a 14 de abril, 2019.

27. Agência Portuguesa do Ambiente (2018). Programa da Orla Costeira Caminha Espinho-Relatório. Consultado em Janeiro 15, 2019, em [https://www.apambiente.pt/\\_zdata/Políticas/Agua/Ordenamento/POC/POC%20CE/2018-11-04\\_Relatorio\\_Programa.pdf](https://www.apambiente.pt/_zdata/Políticas/Agua/Ordenamento/POC/POC%20CE/2018-11-04_Relatorio_Programa.pdf) p.37

Notas

28. Dias, António de Azevedo. (2009). *Vila Chã e as suas origens*. Vila do Conde: Edições do Autor p.61
29. Cole, Sally. (1994). *Mulheres da Praia – O Trabalho e a Vida numa Comunidade Costeira Portuguesa*. Lisboa: Publicações D. Quixote. p.30
30. Oliveira, Ernesto Veiga. (1988) *Construções primitivas em Portugal*. Dom Quixote. Lisboa. p.279
31. Dias, António de Azevedo. (2009). *Vila Chã e as suas origens*. Vila do Conde: Edições do Autor p. 58
32. ICNF. *Paisagem protegida regional do litoral de Vila do Conde e reserva ornitológica de Mindelo*. Disponível em: <http://www2.icnf.pt/portal/ap/amb-reg-loc/pais-protreg-lit-vila-conde-e-res-oranit-mindelo> consultado a 19 de Julho de 2019
33. Cole, Sally. (1994). *Mulheres da Praia – O Trabalho e a Vida numa Comunidade Costeira Portuguesa*. Lisboa: Publicações D. Quixote. p.27-28
34. Entrevista a José Alberto Silva, presidente da Associação dos Pescadores, realizada a 25 de Abril de 2019
35. Com base na bibliografia:  
Vila do Conde Câmara Municipal. *Urbanismo e Ordenamento do Território*. Disponível em: [https://www.cm-viladoconde.pt/pages/369?folders\\_list\\_26\\_folder\\_id=225](https://www.cm-viladoconde.pt/pages/369?folders_list_26_folder_id=225) Consultado em Julho 26, 2019
- Vila do Conde Câmara Municipal. *Criação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU's) no Concelho*. Disponível em: [https://www.cm-viladoconde.pt/pages/655?news\\_id=2461](https://www.cm-viladoconde.pt/pages/655?news_id=2461) Consultado em Julho 26, 2019

Bibliografia principal

INTEGRAÇÃO, ADAPTAÇÃO, RECONVERSÃO

- AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE (2018). *Programa da Orla Costeira Caminha Espinho-Diretivas*. Consultado em 15 jan. 2019. Disponível em [https://www.apambiente.pt/\\_zdata/Politic/Agua/Ordenamento/POC/POC%20CE/2018-10-31\\_POCCE\\_Diretivas.pdf](https://www.apambiente.pt/_zdata/Politic/Agua/Ordenamento/POC/POC%20CE/2018-10-31_POCCE_Diretivas.pdf)
- AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE (2018). *Programa da Orla Costeira Caminha Espinho-Relatório*. Consultado em 15 2019. Disponível em [https://www.apambiente.pt/\\_zdata/Politic/Agua/Ordenamento/POC/POC%20CE/2018-11-04\\_Relatorio\\_Programa.pdf](https://www.apambiente.pt/_zdata/Politic/Agua/Ordenamento/POC/POC%20CE/2018-11-04_Relatorio_Programa.pdf)
- ARAUJO, M. (1994). Caracterização Geológica e Geomórfica da Plataforma Litoral da Região do Porto. In *1º Simpósio sobre a Protecção e Revalorização da Faixa Costeira do Minho ao Liz*. Porto. 1990 Porto: FEUP.
- COELHO, R. (2011). *Formas e desígnios do espaço Público na cidade Contemporânea. O projeto do espaço público na construção da cidade: casos portugueses*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- COLE, S. (1994). *Mulheres da Praia – O Trabalho e a Vida numa Comunidade Costeira Portuguesa*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE (2016). *ARU(s)-Proposta de Delimitação*. Consultado em 20 fev. 2019. Disponível em [https://www.cmviladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/3384/CRIA\\_\\_O\\_ARUS.pdf](https://www.cmviladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/document/file/3384/CRIA__O_ARUS.pdf)
- DIAS, A. (2009). *Vila Chã e as suas origens*. Vila do Conde: Edições do Autor
- DOMINGUES, A. (2001). A paisagem revisitada. *Finisterra*. Vol. 36 n.º 72. Pp. 55-66. Consultado em 10 fev. 2019. Disponível em <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1621>
- GOMES, V. (2007). A Gestão da zona costeira portuguesa. *Revista da Gestão Costeira Integrada- Vol. 7, n. 2*.
- GOMES, V. (1994). Ordenamento e proteção do litoral. In *I Congresso Ibérico de Urbanismo. Viana do Castelo*. 1993. Porto: FEUP
- GREGOTTI, V. (1994). *Território da arquitectura*. São Paulo: Prespectiva
- JONES, P., PETRESCU, D. & TILL, J. (2005) *Architecture & Participation*. London: Spon Press.
- LYNCH, K. (2011). *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70.
- MOTA-OLIVEIRA, I.B. (1994). Erosão Costeira no Litoral Norte, considerações sobre a sua Gênese e Controlo. In *1º Simpósio sobre a Protecção e Revalorização da Faixa Costeira do Minho ao Liz*. Porto. 1990. Porto: FEUP.
- MCHARG, I. (1969). *Design and Nature*. New York: Natural History Press
- OLIVEIRA, S., OLIVEIRA, I. & FERREIRA, M. (2010) A Comunidade Piscatória de Vila Chã (vila do conde) – Cultura e Desenvolvimento. *XII Colóquio Ibérico de Geografia*. Porto. 2010. Consultado em 15 fev. 2019. Disponível em <https://web.lettras.up.pt/xiicig/comunicacoes/63.pdf>
- ORLANDO, R. (1989). *Geografia de Portugal* (Volume I ao IV). Lisboa: Edições Sá da Costa.
- PILOTO, A. & MONTEIRO DOS SANTOS, A. (2003). Percursos da Memória. *Terra a Terra*. Vila do Conde. N.º 11. pp.4 e p.5
- PORTAS, N. (2007). *A Cidade como Arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte.
- PORTAS, N. (1998) *Cidades e frentes de água*. Porto: Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- RAPOPORT, A. (2003) *Cultura, Arquitectura y diseño*. Barcelona: Ediciones UPC
- SECCHI, B. (2017). *Prima lezione di urbanistica*. Roma: Laterza
- SOLÀ-MORALES, I. (2002). *Territorios*. Barcelona: GG

# Espaço físico e território nas representações de “Casa” e “Casa de Sonho” \*\*

\* Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais.

\*\* Este trabalho é financiado pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do projeto FINHABIT, referência PTDC/ATP-GEO/2362/2014 – POCI-01-0145-FEDER-016869 e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do Programa de Estímulo ao Emprego Científico (DL 57/2016/CP1341/CT0030).

## Resumo

Em Portugal, à semelhança de outros países, a habitação tem desempenhado um papel central no processo de financeirização da economia e da sociedade, associando-se ao crescimento do endividamento privado, reproduzindo e acentuando desigualdades socioeconómicas e territoriais. A aquisição de habitação com vista a obtenção de elevada rentabilidade, através do arrendamento ou venda, atingiu proporções sem precedente nos anos recentes sobretudo nos centros históricos das cidades de Lisboa e Porto. A pressão turística e a especulação imobiliária e as suas consequências colocaram a questão da habitação na agenda política e mediática nacional.

A presente comunicação tem como objetivo analisar as categorias temáticas presentes nas representações sociais de “casa” e “casa de sonho” de 1222 participantes num inquérito sobre habitação em Portugal. Os resultados da análise de conteúdo aplicada às palavras associadas aos dois indutores revelam que os aspetos físicos de uma habitação (vivenda, espaço, etc.) e do território onde está inserida (mar, campo, localização, etc.) têm pouco peso nas representações sociais de “casa”. Pelo contrário, constituem a categoria mais expressiva nas representações de “casa de sonho”. Adotando uma abordagem crítica ao papel do espaço e do lugar nos processos financeiros, segundo a qual o território deve possuir um papel analítico e não unicamente de referenciação do lugar onde as relações socioeconómicas decorrem, discutem-se as inter-relações entre território, modos de provisão da habitação e condições e aspirações habitacionais.

Palavras-chave: habitação; aspirações habitacionais; representações sociais; território; financeirização;

## Abstract

In Portugal, like in other countries, housing has played a central role in the process of financialization of the economy and society, being associated with the growth of private indebtedness, reproducing and accentuating socioeconomic and territorial inequalities. The acquisition of housing to obtain high profitability, through rental or sale, has reached unprecedented proportions in recent years especially in the historic centers of the cities of Lisbon and Porto. Tourism pressure and real estate speculation and its consequences have placed the issue of housing on the national political and media agenda.

This communication aims to analyze the thematic categories present in the social representations of “house” and “dream house” of 1222 participants in a survey on housing in Portugal.

The results of the content analysis applied to the words associated with the two inducers reveal that the physical aspects of a dwelling (detached house, space, etc.) and the territory where it is inserted (sea, countryside, location, etc.) have little weight in the social representations of “house”. On the contrary, they constitute the most expressive category in the representations of “dream house”.

Adopting a critical approach to the role of space and place in financial processes, according to which the territory must have an analytical role and not only of reference of the place where socio-economic relations take place, the interrelationships between territory, modes of housing provision and housing conditions and aspirations are discussed.

Keywords: housing; housing aspirations; social representations; territory; financialization;

1. *casa* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2020. [consult. 2020-09-21 11:37:21]. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/casa>

A palavra “casa” tem diversos significados, do mais estrito, referindo-se a uma “construção destinada a habitação, por oposição a apartamento”, a um sentido mais lato de “edifício destinado à habitação” englobando a “família” e o “lar”<sup>1</sup>.

No seu sentido mais lato, a “casa” tem suscitado o interesse de diversas áreas disciplinares, salientando a multidimensionalidade do objeto e a sua função na satisfação de diversas necessidades humanas. A casa constitui a base da satisfação de necessidades fisiológicas elementares (sono, alimentação, higiene, etc.), de abrigo e proteção e contribui para o bem-estar psicológico e emocional do ser humano ao proporcionar espaços de tranquilidade e paz, privacidade e controlo, intimidade e interioridade. É também no espaço da casa que se desenvolvem primordialmente relações com figuras significativas (familiares, amigos), contribuindo para a satisfação das necessidades afetivas e de integração social. A casa constitui ainda uma fonte inalienável de identidade pessoal e social e relaciona-se com aspetos aspiracionais e de realização pessoal (e.g. Després, 1991; Mallett, 2004; ver também Ribeiro, 2019a).

No que respeita à satisfação das duas últimas necessidades, as dimensões do espaço físico e do território onde a “casa” se insere possuem um papel fundamental. Para autores como Proshansky, Fabian e Kaminoff (1983), o desenvolvimento da identidade não se funda unicamente em processos individuais, interpessoais e sociais, mas estende-se também ao ambiente físico. Neste sentido, na medida em que o espaço físico da casa e o território onde se vive constituem uma componente importante da identidade pessoal, as características de habitabilidade e conforto da habitação, e a qualidade de vida proporcionada pelos atributos do território envolvente, são relevantes para a formação de uma identidade pessoal gratificante.

Contudo, as características arquitetónicas e de conservação das habitações e do espaço físico e território envolvente são também determinantes no custo de acesso a uma habitação (e.g. Ferreira, Baetas da Silva, & Fontes da Costa, 2019). Assim, as localizações mais centrais (proximidade de serviços, comércio e transportes públicos) e com pontos atrativos (pontos turísticos, vistas panorâmicas, proximidade de rio/mar, jardins, etc.), propícias a uma maior qualidade de vida, apresentam geralmente valores de compra ou arrendamento bastante elevados, apenas comportáveis aos grupos sociais com maiores recursos socioeconómicos. As habitações financeiramente mais acessíveis localizam-se, frequentemente, em locais periféricos ou apresentam elevados problemas de habitabilidade (infiltrações, insuficiente isolamento acústico e térmico, etc.). Desta forma, o espaço físico onde se habita adquire também um significado social, associado às categorias sociais que o ocupam (Bernardo & Palma-Oliveira, 2012) e a experiências diferenciadas de (des)igualdade, (in)justiça e ex/inclusão social (Adams, 1984; Mallett, 2004).

Ao estarem associados a processos de diferenciação social, o espaço físico e o território constituem um importante indicador do estatuto social dos seus habitantes (Pereira, 2012). Não é, pois, de surpreender que a “casa” seja concebida como um meio de realização pessoal (Ribeiro & Poeschl, 2007; Augusto, 2000), uma aspiração a atingir, associada à ideia de mobilidade social ascendente baseada na melhoria das condições de habitabilidade e/ou de regime de ocupação<sup>2</sup> (Nico, 2014).

Os ideais habitacionais são construídos socialmente, influenciados pelos discursos ideológicos, nomeadamente daqueles impregnados nas políticas públicas (cf. Pereira, 2004; Ronald, 2008), por expectativas de mobilidade social ou por modelos veiculados nos meios de comunicação social (e.g. Dinheiro Vivo, 2017; Idealista, 2018). Por exemplo, a “casa própria” enquanto ideal habitacional foi fomentado a partir de meados do século XX através de um discurso ideológico anticomunista que visava, por meio da promoção do acesso da classe trabalhadora à propriedade habitacional, diminuir a tensão entre as classes sociais e garantir a harmonia social (cf. Castela, 2017). Com a queda do muro de Berlim, a promoção da propriedade passa a associar-se a ideias de segurança financeira, estatuto social e meritocracia, sustentadas numa ideologia neoliberal que legitima a diminuição do investimento público neste domínio e contribui para acelerar a expansão dos mercados financeiros globalizados, fortemente dependentes do crédito hipotecário para funcionar (Aalbers, 2016; Rolnik, 2013).

O processo caracterizado pelo aumento da importância das motivações, atores e mercados financeiros não só na economia, mas também na sociedade foi denominado de financeirização (Epstein, 2005). Este processo tem sido impulsionado pela difusão da conceção do “sujeito investidor” (Aitken, 2007) como modelo social de sucesso (Santos, 2017) e por políticas públicas que substituem formas coletivas de provisão por formas individualizadas de garantir as necessidades básicas das famílias (Rodrigues, Teles, & Santos, 2016)

No que refere à habitação, o processo de financeirização tem produzido importantes impactos psicossociais. A aquisição de casa com recurso ao crédito hipotecário<sup>3</sup> conduziu ao crescimento exponencial do endividamento das famílias portuguesas ao mesmo tempo que reproduziu e acentuou desigualdades socioeconómicas dada a associação positiva entre participação nos mercados hipotecários, rendimento e qualificação profissional (e.g. Aalbers & Christophers, 2014; Santos, Lopes, & Costa, 2016; Santos, Rodrigues, & Teles, 2017; Ribeiro & Santos, 2018, 2019b). Por outro lado, o crescente peso das instituições e agentes financeiros na provisão da habitação acentuou a sua transformação em mercadoria e em ativo financeiro, privilegiando o seu valor de troca e rápida valorização em detrimento do seu valor de uso (Aalbers, 2016; Fernandez, Hofman, & Aalbers, 2016), conduzindo a um

2. Regime de ocupação por arrendamento, propriedade ou outras formas.

3. A partir da década de 90 do século XX até aos inícios do século XXI existiram diversos instrumentos de incentivo à compra de casa própria com recurso ao crédito, como o crédito bonificado; contas poupança-habitação; benefícios fiscais, etc.

aumento dos preços da habitação (Housing Europe, 2019; Santos & Robertson, 2016).

O processo de financeirização da habitação não é independente do território, muito pelo contrário, ele concentra-se em territórios com características físicas, sociais e económicas específicas. Numa primeira fase da financeirização da habitação em Portugal (ver Santos, 2019a), esta concentrou-se nos grandes centros urbanos, contribuindo para o processo de suburbanização, desempenhando um papel relevante no processo de expansão da área metropolitana de Lisboa (Ribeiro & Santos, 2019b). Nesta segunda fase que se vem desenvolvendo sobretudo desde 2014 (Santos, 2019b), o processo de financeirização concentra-se nas zonas de grande pressão turística ou com elevada rentabilidade propiciada pelo *rent gap* decorrente dos anteriores processos de suburbanização (Barata-Salgueiro, 2017). Associa-se a processos de “supergentrificação”, i.e. não apenas de *gentrificação* entendida enquanto “movimento de chegada de grupos de estatuto socioeconómico mais elevado, geralmente jovens e de classe média e média-alta, a áreas centrais desvalorizadas e abandonadas da cidade” (Mendes, Carmo, & Malheiros, 2019, p. 113–114), mas enquanto estratégia global de uma elite transnacional que aproveita de oportunidades fiscais vantajosas (e.g. Vistos Dourados, Regime Fiscal para o Residente não Habitual, etc.) para projetar um estilo de vida *premium*, distintivo e de luxo que lhes permite ao mesmo tempo beneficiar dos investimentos imobiliários para usufruir de um nível de qualidade de vida elevado e difundir a ideologia neoliberal e os modos de reprodução capitalista (Mendes, Carmo, & Malheiros, 2019).

A promoção deste estilo de vida e modelo social de sucesso de investidor/residente numa “casa de sonho” é patente num estudo exploratório aos discursos sobre os usos potenciais do edificado habitacional (habitação, turismo, investimento, etc.) presentes em anúncios de imóveis para venda nas cidades de Lisboa e Porto (Ribeiro, 2020). Neste estudo as características do espaço físico e do território são difundidas simultaneamente como dimensão de rentabilidade financeira – através do arrendamento de curta duração (alojamento local, residência de estudantes) – e de aspiração habitacional – “casa de sonho”. O discurso não é homogêneo e transversal a todo o território dos dois municípios, mas surge associado sobretudo ao centro histórico do município de Lisboa, salientando a relação indissociável entre os impactos da financeirização da habitação e o território onde esta se localiza (Santos, 2019b).

Com o intuito de aprofundar a compreensão dos impactos psicossociais dos processos de financeirização da habitação em Portugal, nomeadamente no que concerne às condições objetivas de habitabilidade, mas também os significados, aspirações e avaliações da população em relação à habitação, em 2018, no âmbito do projeto FINHABIT – Viver em Tempos Financeiros: Habitação e



4. Desenvolvido no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa sob a coordenação de Ana Cordeiro Santos.

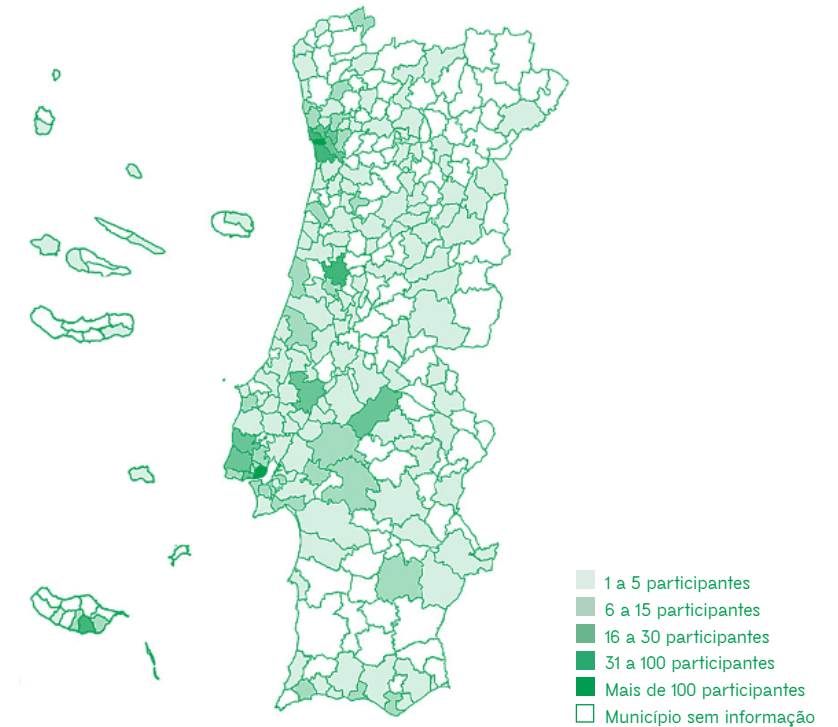
Produção de Espaço no Portugal Democrático<sup>4</sup>, auscultou-se a população através de um inquérito nacional (cf. Ribeiro, 2019a).

Os resultados mostraram, em linha com outros estudos (e.g. Aalbers & Christophers, 2014; Santos, Lopes, & Costa, 2016; Santos & Robertson, 2016), como a provisão financeirizada da habitação contribui para a (re)produção de desigualdades sociais nas condições de habitabilidade. Por um lado, os grupos socioeconómicos mais vulneráveis (com menores rendimentos e maior precariedade profissional) têm mais dificuldade em aceder ao crédito para compra de casa, e por outro, os alojamentos arrendados, cedidos ou de habitação social tendem a apresentar maiores problemas de habitabilidade e conforto (Ribeiro, 2019a). É na Área Metropolitana de Lisboa, onde o processo de financeirização da habitação é mais intenso (Ribeiro & Santos, 2019b), que os arrendatários mais experienciam insegurança habitacional, percecionando a imanência de uma saída forçada pela não renovação do seu contrato de arrendamento (Ribeiro, 2019a).

O inquérito procurou ainda captar as representações sociais de “casa” e “casa de sonho”, i.e., as teorias leigas que se estabelecem no decurso das comunicações interpessoais tidas na vida quotidiana e que constituem conceitos, proposições e explicações que orientam atitudes e comportamentos (cf. Moscovici, 1981). Os resultados evidenciaram a centralidade da relação “casa”, “família” e “lar” nas representações sociais de “casa” e o papel desta na satisfação individual e familiar das necessidades de bem-estar físico e psicológico do ser humano (Ribeiro, 2019a). Sugeriram ainda que as desigualdades entre os diferentes regimes de ocupação verificadas ao nível das condições objetivas de conforto se estendem também ao nível das aspirações habitacionais (Ribeiro, 2019b), ilustrando como as representações sociais expressam posições ancoradas na vivência dos grupos sociais (Doise, 1990). Se para os grupos mais abastados uma “casa de sonho” significa maior conforto e qualidade de vida, para as famílias mais pobres, residentes sobretudo em habitações arrendadas (arrendamento privado ou apoiado), uma casa de sonho é um “lar” para a “família”, o que indica que as habitações em que residem podem não apresentar as características essenciais a uma vida digna (Ribeiro, 2019b).

O presente estudo tem por objetivo aprofundar a análise e compreensão das representações sociais de “casa” e “casa de sonho” recolhidas no inquérito FINHABIT adotando uma abordagem crítica ao papel do espaço e do lugar nos processos financeiros, na perspetiva de French, Leyshon e Wainwright (2011). Segundo os autores o território deve possuir um papel analítico e não unicamente de referência do lugar onde as relações socioeconómicas decorrem. Neste sentido, pretende-se identificar diferentes categorias temáticas nas representações sociais de “casa” e “casa de sonho” e identificar inter-relações entre território, modos de provisão da habitação e condições e aspirações habitacionais.

Figura 1  
Distribuição das pessoas participantes por município de residência (2019, Universidade de Coimbra©, mapa de Ribeiro & Santos, 2019b).

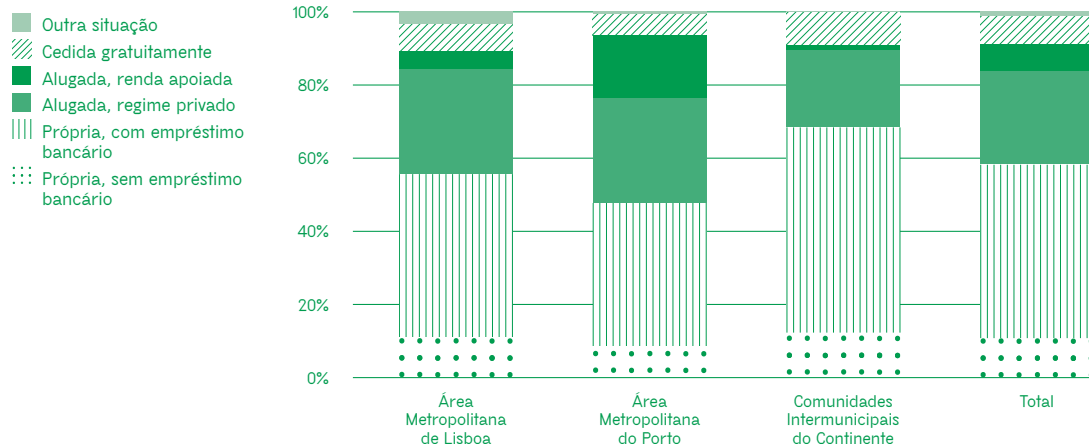


## Método

### Instrumento e Procedimento

O estudo foi realizado através de inquérito por questionário à população residente no território nacional continental e insular entre abril e setembro de 2018. O questionário foi desenvolvido no âmbito do projeto FINHABIT e incluía 41 grupos de questões abertas e fechadas, construídas para o efeito ou adaptadas de inquéritos internacionais e nacionais (ver Ribeiro, 2019a), para uma descrição completa do questionário e do procedimento da sua elaboração). A seguir à apresentação dos objetivos do estudo e do consentimento informado à participação era apresentada uma tarefa de associação livre de palavras aos indutores “casa” e “casa de sonho”. Mais concretamente, era pedido aos participantes para indicarem até 5 palavras ou expressões que lhes vêm imediatamente à mente quando ouvem a palavra “casa” e quando pensam na sua “casa de sonho”, que serão objeto da presente análise. Seguiam-se questões de caracterização sociodemográfica, situação e trajetória habitacional e perceções e opiniões sobre a habitação condigna em Portugal.

Para recolha das respostas o inquérito foi aplicado online através da ferramenta Limesurvey (80.5% das respostas), auto-preenchimento em papel (5.8%) e entrevista presencial (13.7%).



**Figura 2**  
Distribuição das pessoas participantes por regime de ocupação e dimensão geográfica (2020, Universidade de Coimbra©, Raquel Ribeiro).

**Participantes**

Participaram no inquérito 1566 pessoas residentes no território nacional. Foram consideradas válidas 1222 respostas referentes aos participantes que cumulativamente indicaram a ocupação profissional, escolaridade, tipo de agregado familiar, região de residência e regime de ocupação residencial e que responderam a pelo menos 80% do total de questões colocadas. Os respondentes, com idades compreendidas entre os 17 e os 95 anos de idade ( $M = 44.84$ ;  $SD = 12.04$ ), são na sua maioria do sexo feminino (69.1%), proprietários da habitação em que residem (58.3%) e possuem maioritariamente formação ao nível do ensino superior, 37.1% licenciatura e 30.4% mestrado ou doutoramento.

No que refere à representatividade geográfica, o inquérito versou todo o território nacional, continental e insular [Figura 1]. A amostra apresenta, contudo, alguns desvios patentes na Figura 2, nomeadamente: uma sobre-representação<sup>5</sup> da Área Metropolitana do Porto, em particular no que refere ao regime de ocupação “renda apoiada”; e uma sobre-representação de proprietários com empréstimo bancário nas comunidades intermunicipais (para uma descrição detalhada das características sociodemográficas da amostra ver Ribeiro, 2019a; Ribeiro & Santos, 2019a).

**Análise dos Dados**

Num primeiro momento as palavras e expressões associadas a cada um dos indutores foram introduzidas num ficheiro de dados, tendo sido apenas aplicadas as regras de redução habitualmente utilizadas nas tarefas de associação livre de palavras (cf. Rosenberg & Jones, 1972) e algumas reduções por sinonímia (ver Ribeiro, 2019a). Num segundo momento procedeu-se à análise de conteúdo temática indutiva através do processo de categorização,

5. Considerando as estimativas do INE para a população residente em 2017.

Categoria temática	Palavras mais frequentes	Indutor	
		Casa	Sonho
Abrigo, proteção e necessidades básicas	Segurança, Descanso, Abrigo, Proteção, Teto, Necessidade, Viver, Porto seguro, Dormir, Tarefas Domésticas	18%	3%
Equilíbrio emocional e psicológico	Lar, Aconchego, Paz, Sossego, Bem-estar, Amor, Tranquilidade, Estabilidade, Alegria, Felicidade	23%	10%
Relacional, integração social	Família, Convívio, Amigos, Filhos, Ninho, Animais, Partilha, Vizinhaça, União, Pais	16%	6%
Refúgio do eu, privacidade	Refúgio, Privacidade, Intimidade, Meu espaço, Cantinho, Independência, Liberdade, Identidade, Responsabilidade, Retiro	6%	2%
Aspiração, realização	Sonho, Impossível, Desejo, Realização, Futuro, Não penso nisso, Ideal, Não tenho sonhos, Difícil, Objetivo	1%	6%
Direito à habitação	Habitação, Condições, Direito, Essencial, Dignidade, Apoio à habitação, Casa da Câmara, Base, Habitabilidade, Sem humidade	9%	2%
Conforto físico e material	Conforto, Prática/funcional, Luxo, Comodidade, Decoração, Qualidade, Simples, Empregado/as, Calor	13%	18%
Financeira e de propriedade	Despesas, Crédito, Dinheiro, A minha, Casa própria, Acessível, Renda, Minha, Euromilhões, Cara	7%	5%
Características físicas e do território	Espaço, Jardim, Piscina, Luz, Moradia/vivenda, Grande, Mar, Paisagem/vista, Localização, Horta/quintal	7%	48%

**Tabela 1**  
Dez palavras mais frequentes por categoria temática e peso relativo da categoria em função do estímulo de evocação.

entendido como “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos” (Bardin, 1995, p. 117). Recorrendo ao isolamento (inventário) e posterior organização das palavras (classificação) definiram-se categorias que respondessem a critérios de exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e fidelidade, e produtividade (Bardin, 1995).

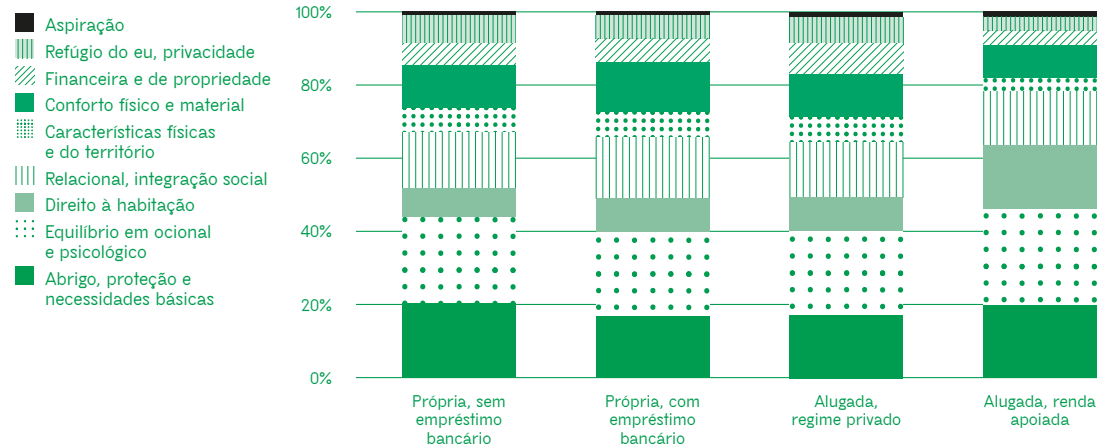
Por último, foram realizadas análises descritivas e análises comparativas<sup>6</sup> através do teste do qui-quadrado recorrendo ao software SPSS – Statistical Package for Social Science for Windows (versão 25.0).

6. Dado a heterogeneidade das situações reunidas nas categorias “habitação cedida” e “outra situação” optou-se por fazer a análise comparativa com os restantes 4 regimes.

**Resultados e Discussão**

Na tarefa de associação livre de palavras aos indutores “casa” e “casa de sonho” foram evocadas 9286 palavras, das quais 736 são diferentes, com frequência de evocação entre 1 (348 palavras únicas) e 810 (conforto). A análise de conteúdo temática indutiva permitiu identificar 9 categorias de palavras, tendo sido consideradas não classificáveis 118 palavras (1.3%). As dez palavras mais frequentes em cada categoria temática são apresentadas na Tabela 1, bem como o peso relativo de cada categoria nas representações de “casa” e “casa de sonho”. [Tabela 1]

### RAQUEL RIBEIRO

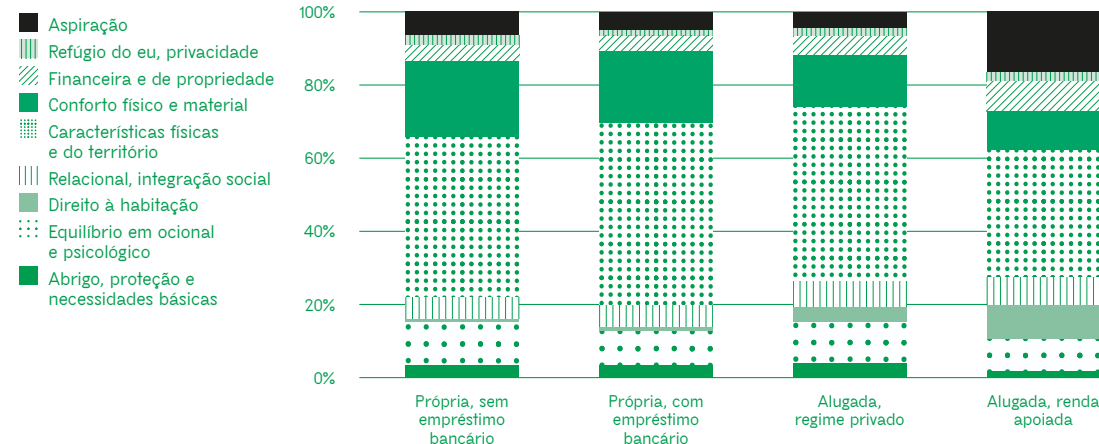


**Figura 3**  
Casa - categorias temáticas por regime de ocupação (2020, Universidade de Coimbra©, Raquel Ribeiro).

Os resultados revelam que nas representações de “casa” é determinante a categoria *equilíbrio emocional e psicológico*, representando cerca de um quarto das palavras evocadas (23%). São também importantes as dimensões de *abrigo, proteção e necessidades básicas* (17%) e *relacional, integração social* (16%). No conjunto, as três categorias representam mais de metade (56%) das palavras associadas ao indutor “casa” e reforçam a indissociabilidade entre habitação, dignidade, segurança e vida (Farha, 2016). As *características físicas* de uma habitação (vivenda, espaço, etc.) e do *território* onde está inserida (mar, campo, localização, etc.) têm um peso reduzido nas representações sociais de “casa” (7%), mas constituem, pelo contrário, a categoria mais expressiva nas representações de “casa de sonho” (48%). O *conforto físico e material* constituem 13% e 17% das palavras associadas a “casa” e a “casa de sonho”, respetivamente, e denotam a importância das condições materiais de habitabilidade.

A análise comparativa com o teste do qui-quadrado mostra que a importância das categorias temáticas não é independente do regime de ocupação, tanto no que refere às representações de “casa”,  $\chi^2 (24) = 49.27, p < .01$  [Figura 3], mas sobretudo relativamente à “casa de sonho”,  $\chi^2 (24) = 195.78, p < .001$  [Figura 4]. Os resultados revelam consenso relativamente à importância da casa na satisfação de necessidades socio-emocionais, de segurança, proteção e abrigo e relacionais. Destaca-se, contudo, a maior importância da dimensão *direito à habitação* para os residentes em habitação arrendada apoiada socialmente. Para estes participantes uma “casa” é também ter “direito” a uma “habitação” com “condições”, “essencial/ indispensável” à “dignidade” (ver também Ribeiro, 2019b). No que refere às representações de “casa de sonho”, da análise comparativa destaca-se sobretudo a maior importância atribuída às *características físicas e do território* pelos proprietários com empréstimo bancário. Para estes proprietários, na sua maioria de nível socioeconómico elevado (76.9% com escolaridade superior e

### ESPAÇO FÍSICO E TERRITÓRIO NAS REPRESENTAÇÕES DE “CASA”



**Figura 4**  
Casa de sonho - categorias temáticas por regime de ocupação (2020, Universidade de Coimbra©, Raquel Ribeiro).

63.2% pertencentes aos dois quintis mais elevados de rendimento), uma casa de sonho é uma casa com “espaço”, uma “moradia” com “jardim”, “piscina” e muita “luz”, com uma “paisagem/vista”, “localização” privilegiada junto ao “mar” e “praia” ou no “campo” e rodeada de “espaço verde”. É também para os proprietários que ter uma “casa de sonho” é ter *conforto físico e material*, ter uma casa “prática/funcional”, mas ao mesmo tempo de “luxo”, com todas as “comodidades”, “qualidade” e “decoração”. Pelo contrário, para uma parte importante dos residentes em habitação social, uma “casa de sonho”, é ter *direito à habitação*, é ter uma casa com “condições”, uma *aspiração* muitas vezes percebida como “impossível”, um “desejo” apenas concretizável *material e financeiramente* saindo o “euromilhões”. [Figura 4]

### Notas Conclusivas

Neste estudo identificaram-se diferentes categorias temáticas nas representações sociais de “casa” e “casa de sonho” e procurou-se analisar as inter-relações entre território, modos de provisão da habitação e condições e aspirações habitacionais.

As categorias temáticas identificadas nas representações sociais de “casa” salientam a função da habitação na satisfação de necessidades humanas básicas de abrigo e proteção, de equilíbrio emocional e psicológico e de integração social. Estes resultados reforçam o papel indissociável e não alienável da habitação na dignidade da vida humana (Farha, 2016). As categorias temáticas associadas a “casa de sonho” salientam a importância das dimensões referentes às características do espaço físico da casa e do território onde esta se encontra inserida e do conforto físico e material nas aspirações habitacionais. A valorização do espaço físico da casa e do território nas aspirações habitacionais é mais presente entre os respondentes que residem

em habitação adquirida com recurso ao crédito bancário, i.e., na habitação financeirizada, o que sugere que a financeirização da habitação não só (re)produz desigualdades socio-territoriais em função das características do território (Santos, 2019b), como as características do território adquirem dimensão de aspiração habitacional sobretudo entre aqueles que possuem recursos para recorrer a formas financeirizadas de prover às suas necessidades de habitação. Este dado vai de encontro aos resultados de diversos estudos sobre a financeirização da vida quotidiana (cf. Van der Zwan, 2014) que salientam que ao participarem nos mercados financeiros (através do crédito à habitação, dos fundos de pensões, etc.), os indivíduos são também envolvidos em narrativas e discursos específicos que enfatizam, nomeadamente, a avaliação calculista da gestão financeira (Martin, 2002; Santos, 2017; Van der Zwan, 2014).

O próprio guia prático da habitação desenvolvido pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU, 2010) com o propósito de “moralizar e educar o mercado habitacional no sentido de não comprar “gato por lebre” e aconselhar na melhor escolha” (p. 5) refere que antes de comprar casa nova é importante saber que “o valor da casa está tão dependente do sítio como da casa em si. Quando decidir comprar casa não se fixe apenas nos atributos da habitação propriamente dita, mas também no conjunto de atributos que o sítio deve compreender (p. 11). Mais à frente desenvolve: “o valor do sítio é o valor do enquadramento e da qualidade de vida que se usufrui. Para isso contribui o valor da paisagem e da qualidade do espaço exterior. Este não pode ser valorizado objectivamente. Há que estar atento à qualidade de vida de que se pode usufruir e às estruturas e componentes básicas que o espaço exterior (localizado) pode oferecer.” (p. 15)

Se é verdade que a provisão da habitação tem estado, historicamente, associada à (re)produção de desigualdades sociais, económicas e territoriais (Harvey, 1973), à medida que os indivíduos são chamados a assumir riscos e a assegurar o seu bem-estar e da sua família através de investimentos financeiros pela substituição da provisão pública coletiva por formas financeirizadas (Santos, 2019a, 2019b), a desigualdade e a segregação socio-territorial no acesso à habitação tornam-se um desafio societal urgente (Alexander, Bruun, & Koch, 2018).

As características do espaço físico e do território – nomeadamente a satisfação com a vizinhança e segurança da zona, acessibilidades e proximidade de serviços e equipamentos – são variáveis importantes na satisfação com a habitação e esta é determinante para o bem-estar do ser humano, para a sua identidade pessoal e social. Na medida em que os processos de financeirização da habitação conduzem à segregação socio-territorial, eles não só comprometem o acesso das classes menos favorecidas à habitação como tornam cada vez mais inatingíveis

as aspirações de mobilidade social ascendente por via da melhoria das condições habitacionais.

A habitação tornou-se uma arena de disputa entre David e Golias (Roseta, 2018), onde grupos sociais vulneráveis disputam com uma elite transnacional capitalista o direito a habitar na cidade; uma arena onde é possível constatar “a presença poderosa de outras lógicas, que não a das pessoas e a dos territórios” [...] que conduzem a “desaproveitamentos”, e a situações de injustiça, não só social, como territorial (Reis, 2019, p. 84).

Urge assim salientar a dimensão da solidariedade e da responsabilidade social partilhada, que cabe não só aos indivíduos e suas famílias, mas ao Estado e às instituições públicas, às organizações da sociedade civil, bem como aos agentes económicos e financeiros (Ribeiro, 2019c). Salientar que a concretização das aspirações das classes dominantes a uma “casa de sonho”, de luxo e com vista privilegiada, não pode ser atingida por meio da expulsão e da segregação social (e.g. Gago & Cocola-Gant, 2019; Silva, 2019), nem do comprometimento do acesso das classes mais vulneráveis a uma habitação condigna, essencial à dignidade da vida humana.

## Referências

- Aalbers, M. B. (2016). *The financialization of housing: A political economy approach*. London: Routledge.
- Aalbers, M. B., & Christophers, B. (2014). Centring housing in political economy. *Housing, Theory and Society*, 31(4), 373–394.
- Adams, J. S. (1984). The meaning of housing in America. *Annals of the Association of American Geographers*, 74(4), 515–526.
- Aitken, R. (2007). *Performing capital*. New York: Palgrave.
- Alexander, C., Bruun, M. H., & Koch, I. (2018). Political economy comes home: On the moral economies of housing. *Critique of Anthropology*, 38(2), 121–139. doi:10.1177/0308275X18758871
- Augusto, N.M. (2000). Habitação social – da intenção de inserção à ampliação da exclusão. *Atas do IV Congresso Português de Sociologia*.
- Barata-Salgueiro, T. (2017). Alojamentos Turísticos em Lisboa. *Scripta Nova*, 21 (578), 1–43. doi: https://doi.org/10.1344/sn2017.21.18587
- Bardin, L. (1995). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bauman, Z. (2008). Happiness in a society of individuals. *Soundings*, 38, 19–28.
- Bernardo, F., & Palma-Oliveira, J.M. (2012). Place identity: A central concept in understanding intergroup relationships in the urban context. In H. Casakin & F. Bernardo (Eds.), *The role of place identity in the perception, understanding, and design of built environments*. (pp. 35–46). Bentham: Bentham Science Publishers.
- Castela, T. (2017). Tradição da propriedade? Deslegitimação e geografias quotidianas do arrendamento em Portugal, 1974–1982. In T.S. Marques, J.A.R. Fernandes, J. Teixeira, P. Abrantes, F. Matos, & L. Soares (org.), *XI Congresso da Geografia Portuguesa – As dimensões e a responsabilidade social da Geografia: Livro de Atas* (pp. 113–116). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Associação Portuguesa de Geógrafos.
- Després, C. (1991). The meaning of home: Literature review and directions for future research and theoretical development. *Journal of Architecture and Planning Research*, 8(2), 96–115.
- Dinheiro Vivo (2017). *Luxo. As 15 mansões mais caras à venda nos EUA*. Consultado a 02.10.2018, em https://www.dinheirovivo.pt/lifestyle/galeria/luxo-as-15-mansoes-mais-caras-a-venda-nos-eua/.
- Doise, W. (1990). Les représentations sociales. In R. Ghigione, C. Bonnet, & J.F. Richard (Eds.), *Traité de psychologie cognitive* (pp. 111–1743). Paris: Dunod.
- Epstein, G. A. (2005). *Financialization and the world economy*. Aldershot: Edward Elgar.
- Farha, L. (2016). Adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living. Retirado de http://www.unhousingrapp.org/user/pages/04.resources/Thematic-Report-4-The-Right-to-Life-and-the-Right-to-Housing.pdf
- Fernandez, R., Hofman, A., & Aalbers, M. B. (2016). London and New York as a safe deposit box for the transnational wealth elite. *Environment and Planning A*, 48(12), 2443–2461.
- Ferreira, J.P., Baetas da Silva, N., & Fontes da Costa, J. (2019). O preço da habitação: As determinantes do valor na área metropolitana de Lisboa, In A.C. Santos (coord.), *A nova questão da habitação em Portugal: Uma abordagem de economia política* (pp. 171–195). Coimbra: Actual Editora.
- French, S., Leyshon, A., & Wainwright, T. (2011). Financializing space, spacing financialisation. *Progress in Human Geography*, 4, 1–22.
- Gago, A., & Cocola-Gant, A. (2019). O alojamento local e a gentrificação turística em Alfama, Lisboa”, In A.C. Santos (coord.), *A nova questão da habitação em Portugal: Uma abordagem de economia política* (pp. 143–170). Coimbra: Actual Editora.
- Harvey, D. (1975). *Social justice and the city*. Oxford: Blackwell.
- Housing Europe (2019). The state of housing in the EU 2019. Consultado a 02.01.2020, em http://www.housingeurope.eu/resource-1323/the-state-of-housing-in-the-eu-2019
- Idealista (2018). As casas mais caras de Portugal. Consultado a 02.10.2018, em https://www.idealista.pt/news/immobiliario/top-idealista/2015/04/17/26981-as-casas-mais-espetaculares-de-portugal-fotos.
- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU, 2010). *Guia Prático da Habitação (edição revista e aumentada)*. Lisboa: IHRU.
- Mallett, S. (2004). Understanding home: A critical review of the literature. *The Sociological Review*, 52, 62–89.
- Martin, R. (2002). *Financialization of daily life*. Philadelphia: Temple University Press.
- Mendes, L., Carmo, A., & Malheiros, J. (2019). Gentrificação transnacional, novas procuras globais e financeirização do mercado de habitação em Lisboa.

- In Ana Cordeiro Santos (org.), *A nova questão da habitação em Portugal: uma abordagem de economia política*. (pp. 111–142). Lisboa: Actual.
- Moscovici, S. (1981). On social representations. In J. P. Forgas (ed.), *Social cognition: Perspectives on everyday understanding* (pp. 181–209). London: Academic Press.
- Nico, M. (2014). Padrões de mudança de casa e eventos de vida: Uma análise das carreiras habitacionais. *Sociologia*, Vol. XXVIII, 103 – 127
- Pereira, S.M. (2004). Pressupostos ideológicos da casa actual O espaço como veículo do ideário moderno. *Cidades-Comunidades e Territórios*, 8, 77–93.
- Pereira, S.M. (2012). *Casa e mudança social: Uma leitura das transformações da sociedade portuguesa a partir da casa*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Proshansky, H. M., Fabian, A. K., & Kaminoff, R. (1983). Place identity: Physical world socialization of the self. *Journal of Environmental Psychology*, 3, 57–83.
- Reis, J. (2019). O território ainda existe? Sistemas de provisão de habitação e o desperdício do país. In A.C. Santos (Coord.), *A nova questão da habitação em Portugal: Uma abordagem de Economia Política* (pp. 54–86). Lisboa: Actual Editora.
- Ribeiro, R. (2019a). A “casa” — Entre o sonho e a realidade. In A.C. Santos (Coord.), *A nova questão da habitação em Portugal: Uma abordagem de Economia Política* (pp. 197–232). Actual Editora.
- Ribeiro, R. (2019b). Consensos e dissensos nas dimensões representacionais de “Casa” e “Casa de Sonho”. In A. P. Costa, I. Pinho, B. M. Faria, & L. P. Reis (org.), *Atas do 8º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa* (pp. 147–156). Oliveira de Azeméis: Ludomedia.
- Ribeiro, R. (2019c). Financeirização da habitação em Portugal: Impactos psicossociais, desigualdades socio-territoriais e justiça social. *CES CONTEXTO*, 25, 111–122.
- Ribeiro, R. (2020). Uma casa de sonho para viver ou investir? Financeirização da habitação em Portugal e desigualdades económicas e territoriais. Congresso Internacional “Transformar o Capitalismo com Utopias Reais: Em torno do legado de Erik Olin Wright”.
- Ribeiro, R. & Poeschl, G. (2007). As representações sociais da realização pessoal. In M. B. Monteiro, M. M. Calheiros, R. Jerónimo, C. Mouro, & P. Duarte (org.), *Percursos da investigação em Psicologia Social e Organizacional* (pp. 35–55). Lisboa: Edições Colibri.
- Ribeiro, R., & Santos, A. C. (2018). Financeirização das famílias e a desigualdade socioeconómica e territorial em Portugal. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 47, 73–93.
- Ribeiro, R. & Santos, A.C. (2019a). A habitação em Portugal: Inquérito à população. *FINHABIT Working Papers*, 3, 1–84. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Ribeiro, R. & Santos, A. C. (2019b). Financeirização da habitação e desigualdades socioterritoriais: Um estudo comparado das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. *Análise Social*, 233, LIV, 4º, 726–758.
- Rodrigues, J., Santos, A.C., & Teles, N. (2016). *A financeirização do capitalismo em Portugal*. Lisboa: Actual.
- Rolnik, R. (2013). Late neoliberalism: The financialization of homeownership and housing rights. *International Journal of Urban and Regional Research*, 37(3), 1058–1066.
- Ronald, R. (2008). *The ideology of home ownership: Homeowner societies and the role of housing*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Rosenberg, S., & Jones, R. (1972). A method for investigating and representing a person’s implicit personality theory: Theodore Dreiser’s view of people. *Journal of Personality and Social Psychology*, 22, 372–386.
- Roseta, H. (2018). David e Golias. *Jornal Público*, 1 de novembro. Consultado a 20–05–2019, em https://www.helenaroseta.pt/quemsoueu/opinioao/000404.000057/index.htm?t=david-e-golias
- Santos, A.C. (2017). Cultivating the self-reliant and responsible individual: The material culture of financial literacy. *New Political Economy*, 22 (4), 410–422. Doi: 10.1080/15563467.2017.1259302
- Santos, A.C. (2019a). Habitação em tempos financeiros em Portugal. In Ana C. Santos (coord.), *A nova questão da habitação em Portugal: Uma abordagem de economia política*. (pp. 15–52). Coimbra: Actual Editora.
- Santos, A.C. (2019b). A nova questão da habitação e a nova geração de políticas em Portugal. In A. C. Santos (coord.), *A nova questão da habitação em Portugal: Uma abordagem de economia política*. (pp. 293–323). Coimbra: Actual Editora.
- Santos, A. C., Lopes, C., & Costa, V. (2016). FESSUD finance and well-being survey 2014: Report. *FESSUD Working Paper Series*, 130.

Referências

Santos, A. C., & Robertson, M. (2016). Definancialising well-being: The case of housing. *FESSUD Working Paper Series*, 178.

Santos, A. C., Rodrigues, J., & Teles, N. (2017). Semi-peripheral financialisation and social reproduction: The case of Portugal. *New Political Economy*, 23(4), 475-494.

Silva, R. (2019). Crise e desigualdade habitacional: Como (não) se vive em Lisboa. In A. C. Santos (coord.), *A nova questão da habitação em Portugal: Uma abordagem de economia política* (pp. 233-257). Coimbra: Actual Editora.

Van der Zwan, N. (2014). Making sense of financialisation. *Socio-Economic Review*, 12(1), 99-129. doi:10.1093/ser/mwt020

# Evidência e análise descritiva de litótipos exóticos portugueses com aptidão ornamental

## Resumo

O presente trabalho aborda, de forma multidisciplinar, critérios que determinam novas entradas nos catálogos de rocha ornamental (ou pedra natural) centrando-se na análise geológica e petrográfica. Metodologicamente, estabeleceu-se uma escala desde os termos clássicos, mais ou menos convencionais, aos termos exóticos, que aqui constituem principal alvo de estudo. Designam-se por litótipos, as rochas com uma assinatura petrográfica distintiva, podendo admitir diversas designações comerciais, e que representam unidades de um catálogo.

No mercado de pedra natural, os litótipos clássicos estão muito associados aos mármore brancos, com denominações comerciais como “Carrara”, “Thassos” e “Estremoz”, transacionados aos mais altos valores. Atualmente assiste-se à entrada no mercado global de litótipos que competem e ultrapassam o valor dos termos clássicos, nomeadamente quartzitos, migmatitos e pegmatitos (denominações comerciais como “Michelangelo”, “VanGogh”, “Patagônia”, que são genericamente designados de pedras exóticas. A extração e transformação destes litótipos depende do avanço tecnológico que viabiliza a estabilização estrutural tanto do bloco (antes de serrar), como da chapa (antes de polir e cortar). Nesse caso, os custos de produção são mais elevados que as litologias convencionais, refletidos no valor unitário de bloco e chapa. Por outro lado, são viabilizados processos de transformação com cubicagens cada vez menores, sendo a parametrização destas operações muito beneficiada pelo conhecimento intrínseco do material, concretamente a classificação mineralógica e petrográfica.

Ao exotismo das novas coleções de pedra natural está associado o refinamento da tecnologia de polimento, corte e/ou maquinaria e a beneficiação aditiva, com componentes químicos, nomeadamente as resinas de preenchimento e de selagem, melhorando a consistência, a eficiência adesiva, o alto polimento e a impermeabilização.

O território nacional, além de representante dos termos clássicos com maior procura global, concretamente os mármore *Estremoz*, apresenta uma elevada diversidade litológica bem ilustrada no catálogo de rochas ornamentais portuguesas mas que aqui se propõe ampliar, com um termo exótico - um migmatito - comercialmente designado por “Black In The Sky”.

Palavras-chave: Pedra Natural, Litótipo Exótico, Catálogo de Rochas Ornamentais, Bloco, Chapa

## Abstract

This study aims to analyze the entry criteria of new lithotypes in natural stone catalogs, specifically based on geological and petrographic analyse. This study also proposes new entries in a particular class of lithotypes.

Methodologically it was suggested a differentiation of classical terms, more or less conventional, and exotic terms, which are the main target of study. Lithotype designates a rock type with a distinctive petrographic signature, which may admit several trade names, and represents the unit of a natural stone catalogue.

The classic terms of the natural stone (ornamental stones) market are associated with white marbles – the denominations “Carrara”, “Thassos and Estremoz” are traded at the highest values. Currently the market includes new lithologies that compete and exceed the value of the classic terms, namely quartzites, migmatites and pegmatites (commercial names: “Michelangelo”, “VanGogh”, “Patagonia”) generically called exotic stones. The majority of exotic terms come from extractive and transformation processes that develop structural stabilization both in block and in slabs, increasing production costs. At the same time, smaller and smaller cubing are made possible in the transformation processes, including the machining of decorative objects and statuary.

The exoticism of the new natural stone collections is associated with a refinement of polishing, cutting and / or machining technology and additive processing, with chemical components, namely filling and sealing resins improving consistency, adhesive efficiency, high polishing and waterproofing.

The national territory, in addition to representing the classic terms with the greatest global demand, namely the *Estremoz* marbles, presents a high lithological diversity well illustrated in the catalog of Portuguese ornamental rocks but, which this study proposes to extend with an exotic term – a migmatite – commercially designated “Black In The Sky”.

Keywords: Natural Stone, Exotic Lithotype, Natural Stone Catalog, Block, Slab

## 1. Introdução

Desde sempre que as rochas são os materiais mais utilizados pelo Homem e o seu registo histórico é matéria de constante apreciação, precisamente porque persiste e pode ser retomado inúmeras vezes. O registo das primeiras estruturas edificadas recua ao milénio 5 AC (Cassar, 2002). E é enquanto função estrutural que mais se afirma, muito embora, o seu domínio de aplicação (mais ou menos aprimorado) vem marcando estilos artísticos e culturais, nas acessões decorativas e na afirmação de poder.

Atualmente, e dando continuidade a uma tendência estética iniciada no século XV, o uso da pedra para funções decorativas e artísticas (como a arte sacra ou o *decor*), por mestres escultores e arquitetos, excede largamente a sua utilização como material de construção (Frasca, 2014). As características texturais e cromáticas passam a ser valorizadas, e determinados tipos de pedra, ou litótipos, associam-se aos elementos decorativos mais distintivos e nobres.

Com o desenvolvimento de novas técnicas, e com a variedade de matérias primas que iam sendo descobertas e disponibilizadas, passam a diversificar-se os modos e contextos de aplicação, como o revestimento de pisos, paredes interiores e fachadas. Também se destacam como elementos decorativos funcionais, especificamente como lareiras, pias, bancadas, colunas, soleiras, e como objetos ornamentais associado à imagética da opulência e de culto.

O reconhecimento de novas ocorrências de massas minerais, genericamente associadas a sistemas graníticos residuais pôs em evidência litologias enquadráveis na definição de pedras exóticas, embora com valor sub-económico, dada a irregularidade e heterogeneidade dos maciços. Também, no fim de antigos ciclos extrativos em pedreiras e nas concessões de minas de Au-W-Sn se reconheceram massas minerais com características exóticas que justificam extrações pontuais e de menor dimensão, cuja sustentabilidade se apoia numa ótica de economia circular e valorização de subprodutos.

A procura no mercado destes produtos exóticos tem vindo a aumentar, sendo necessária a despistagem e evidência dos litótipos, como pressuposto decisivo para o processamento e aplicação, sustentados em programas de investigação e valorização.

O objetivo deste trabalho, além da revisão ao estado da arte científica e da técnica no sector das rochas ornamentais, destaca as atuais tendências de mercado e aponta evidências, bem como elementos de análise descritiva que permitem indicar litótipos exóticos portugueses com aptidão ornamental, partindo do contexto atual do sector português, com referências ao mercado global. O objeto de estudo são matérias primas minerais – que no mercado se concretizam nos blocos e chapas de pedra natural.

O enquadramento histórico serve de base à distinção terminológica dos conceitos: litótipos clássico e litótipo exótico,



apresentando-se seguidamente as principais linhas de investigação que estão na base da proposta de novos termos exóticos nacionais. Apresenta-se ainda o estado da arte técnica que concretiza os avanços tecnológicos na estabilização quer de blocos, quer de chapas de litótipos exóticos.

Detalhadas as linhas de investigação que dizem respeito ao conhecimento de termos nacionais exóticos, concretamente os domínios silicatados, faz-se ainda menção a alguns ensaios industriais dedicados aos mesmos, que corroboram a presente proposta.

## 2. Contextualização do setor das rochas ornamentais

O mercado das rochas ornamentais apresentou no ano de 2018 um valor de exportações de 21 biliões (US\$), com tendência de subida para 2019 (Ericsson, 2019), o que torna este mercado maior que o de metais como o zinco ou a prata, cuja produção mundial, para o mesmo ano, totaliza cerca de 20 biliões (US\$). A produção bruta de 2017 superou os 310 milhões de toneladas, gerando, negativamente 90 milhões de toneladas de resíduos no decurso da extração e da transformação (*idem*), o que aponta um dos maiores problemas do sector.

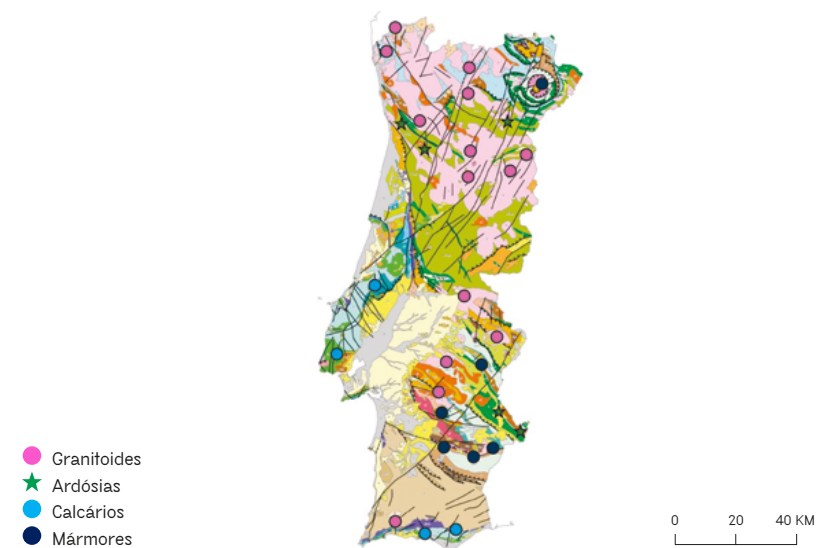
Os maiores países produtores e com mais altos volumes de exportação (de 11,48 milhões a 4,99 milhões toneladas), são: Índia, China, Turquia, Itália, Brasil, Espanha, Portugal, Grécia, Alemanha (Ericsson, 2019). A oferta asiática é cada vez mais decisiva, atingindo cerca de dois terços do total. Os três primeiros países, em 2017, representam 56% da produção mundial (35% em 1996), com menor expressão para a Itália e o Brasil.

No que respeita à liderança na importação (de 14,704 a 8,15 milhões de toneladas): China, Coreia do Sul, Alemanha, Índia, França, Itália, Canadá, Taiwan, Bélgica (*idem*).

A produção de litótipos carbonatados (mármore, calcário, travertino, etc.) é maioritária, e teve um aumento desde 2017, chegando a 3/5 do total, ao contrário de litótipos como granito e outras rochas silicatadas, que diminuíram dada a importação primária de matérias-primas da China com preferência pelos carbonatos. Globalmente, o produto acabado (chapas) apresentou um balanço final de 26,9 milhões de toneladas, com preço médio de 28 (US\$) por metro quadrado, sendo a média italiana de 64 (US\$).

Este mercado acompanha e dita tendências, tanto no urbanismo, que se quer cada vez mais sustentável, privilegiando materiais naturais e autóctones (EPBD, 2010; EC, 2017), como as tendências da arquitetura e do design de autor, onde se

Figura 1  
Carta Geológica de  
Portugal, 1:1 000 000  
[outubro de 2020].



privilegiam assinaturas únicas, sofisticadas e identitárias. Para tudo isto, as estratégias comerciais e de marketing dos que fornecem, distribuem e transformam pedras naturais apontam novas propostas de produto (coleções com novas matérias primas, ou tratamentos) que se alinham ao mercado da construção, da reabilitação e da decoração de interiores. E isto gera, consequentemente, os atuais perfis de consumo.

Também, no que respeita à produção de tecnologia industrial para o processamento, é a Itália que tem a liderança, com uma exportação, em 2017, de mais de 830 milhões de euros (Ericsson, 2019). As atividades de transformação, com particular atenção para as de produto acabado, precisam de um abastecimento sistemático de consumíveis ao processo industrial, concretamente abrasivos e discos.

Em termos de área, Portugal apresenta um território reduzido quando comparado a outros grandes produtores (China, Brasil ou Índia), contudo possui uma grande variedade de litótipos com aptidão ornamental (Figura 1). Numa avaliação dos recursos de rocha ornamental disponível no território nacional foi calculada/verificada uma disponibilidade total de 410 milhões de metros cúbicos, dos quais 274 milhões referem-se a granito, 76 milhões a calcário, 51 milhões a mármore e 9 milhões a ardósia (Carvalho, *et al.*, 2013). [Figura 1]

Na Figura 1 pode ver-se a distribuição geográfica dos principais tipos de rocha ornamental explorados em Portugal (calcários, granitos, mármores, xistos e/ou ardósias). Os termos clássicos nacionais, com maior procura global, dizem respeito aos mármores e a alguns calcários. A diversidade litológica ilustrada no Catálogo de Rochas Ornamentais (ROP-INEGI, versão *on line*) inclui cerca de 40 referências de calcários, 50 de mármores, 60 de granitos



**Figura 2**  
Foto (superior esquerda) Parthenon em Atenas; Foto (inferior esquerda) mármore ateniense "Pentelikon"; Foto (superior centro) Coliseu de Roma; Foto (inferior centro) travertino italiano "Travertino Romano" ou "Travertino Clássico"; Foto (superior direita) Obeliscos do Templo de Karnak; Foto (inferior direita) granito egípcio "Red Safaga" (Fotos dos litótipos com aprox. 40cm por 30cm)

e rochas afins, muito embora, noutras compilações técnicas estes valores sejam largamente ultrapassados (Casal Moura (Coord.), 19383/94; Casal Moura (Ed.), 2000, 2007).

### 3. Enquadramento e distinção terminológica de Litótipos

Na distinção dos termos litótipo clássico e litótipo exótico importa realçar aspetos petrogenéticos, petrográficos e mineralógicos. Apresentam-se ainda referências históricas e patrimoniais, bem como, designações comerciais extensamente aceites pelo mercado nacional e global das rochas ornamentais.

#### Litótipos Clássicos

Podem referir-se litótipos clássicos nos três termos petrogénicos, associando-lhes as principais referências culturais . [Figura 2]:

- Mármore, são rochas metamórficas carbonatadas, microcristalinas, que marcam a civilização grega, sendo *Parthenon, em Atenas*, a obra mais emblemática;
- Travertinos, são rochas sedimentares químicas, estratificadas, empregues de forma maciça na civilização romana, de que é referência o *Coliseu de Roma*;
- Granitos e gabros, rochas ígneas plutónicas, silicatadas, usadas pela civilização egípcia, em estatuária idiomática, como os obeliscos do *Templo de Karnak*



**Figura 3**  
Referências de litótipos clássicos na classe dos mármore (designações comerciais, da esquerda para a direita): "Marmara", "Carrara", "Thassos", "Volakas" e "Sivec".  
(Fotos de detalhe, aprox. 40cm por 40cm cedidas pela António Longarito Group)

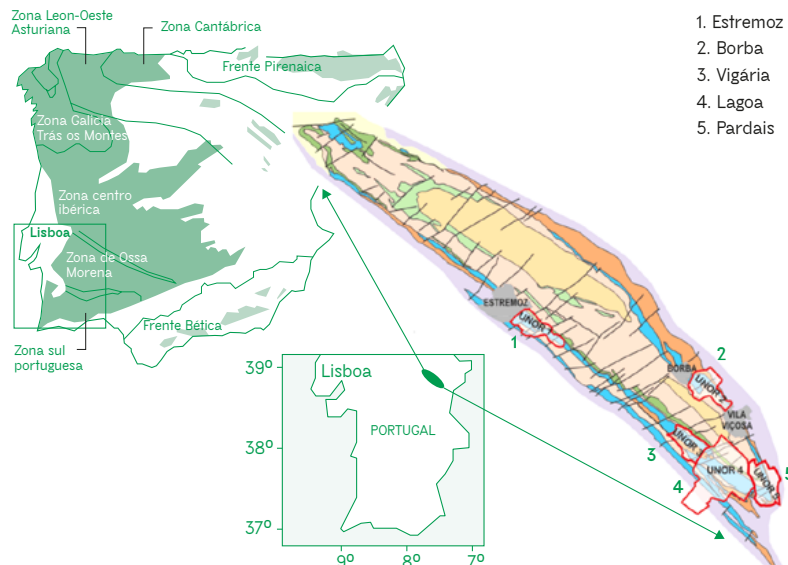
Dentre os termos clássicos, os mármore destacam-se por apresentarem uma grande apetência para o polimento, bem conseguido desde a Antiguidade, mesmo com métodos rudimentares. Atualmente, tanto o travertino com técnicas de colmatação polimérica, como o granito com abrasivos finos de maior dureza, podem atingir os mesmos níveis de polimento e brilho. É, no entanto, ao mármore (designação atribuída comercialmente e em sentido lato a todas as rochas polidas) que mais se associa a apetência ornamental e decorativa. Etimologicamente, a palavra mármore no grego "*marmaros*" significa a "*pedra que brilha*". Historicamente o termo está associado à ilha de Marmara, onde persiste a extração de um litótipo de mármore com características petrográficas singulares. A par da referência "*Marmara*" (da Turquia), podem citar-se as referências (Figura 3) "*Carrara*" (com grande variedade de fácies) e "*Pietrasanta*" (de Itália), as referências "*Thassos*" e "*Volakas*" (da Grécia), e "*Sivec*" (da Macedónia). [Figura 3]

No território nacional, os litótipos com maior expressão cultural e de mercado têm vindo a ampliar o seu domínio de aplicação, deixando de ser elementos de base estrutural (presentes entre os materiais de construção da arquitetura monumental, de defesa e de culto), para passarem a integrar elementos ornamentais e decorativos. Os termos litológicos com maior procura incluem igualmente as três origens petrogenéticas:

- Mármore do anticlinal Estremoz - Borba - Vila Viçosa, vulgarmente conhecido como o Triângulo do Mármore Alentejano (Lopes, 2007), com uma grande variação cromática (branco, bege, rosa, carmin, verde, cinza) e textural (liso, venular, bandado crenulado), traduzindo-se em múltiplas referências comerciais [Figura 4];
- Calcários da Bacia Lusitana, que abrangem uma extensa diversidade de fácies (Moura, Manuppella, & Carvalho, 2003), e incluem termos petrográficos de textura cristalina (calcários e dolomites conhecidos como "*Moleanos*" da Batalha, "*Moca Creme*" e "*Valverde*" de Santarém, "*Ataija*" de Leiria), texturas bioclástica com componentes fossilíferas (como o "*Lioz*" da zona de Sintra e Pero Pinheiro) e texturas clásticas, tipo brechoide ou conglomerado (como a "*Brecha de Tavira*" e a "*Brecha da Ota*");
- Granitos e rochas afins, que incluem termos silicatados com explorações pontuais, como diorito ("*Verde Redondo*" e "*Preto*

**Figura 4**  
Localização e enquadramento geológico do Anticlinal de Estremoz e localização das Unidades de Ordenamento da Zona dos Mármore (UNOR, Adap. RCM nº 93/2002);

- Maciço Hespérico
- Proterozóico e Paleozóico em Cadeias Alpinas
- Cobertura pós-Paleozóico
- Depósitos de cobertura
- Xistos negros e liditos
- Metavulcanitos do topo
- Mármore
- Metavulcanitos e mármore xistosos
- Metadolomitos
- Metavulcanitos da base
- Xistos, micaxistos e liditos



- UNOR
1. Estremoz
  2. Borba
  3. Vigária
  4. Lagoa
  5. Pardais

*Arronche*”, quartzodiorito (“*Favaco*” de Portalegre), gabro (de Odivelas), pórfiro ácido (de Alcácer), sienito (de Monchique), ardósias (de Valongo, Foz Coa, Canelas e Marão). Com maior expressão e mais volumes extraídos pode indicar-se uma grande variedade de granitos (Casal Moura, 2000), tais como “*Pedras Salgadas*”, “*Cinzento de Alpendorada*”, “*Cinzento Alpalhão*”, “*Rosa Monção*”, “*Rosa Monforte*” e “*Amarelo Vila Real*” (Carvalho, et al., 2013).

**Varição cromática das fácies atribuíveis aos Mármore Estremoz**  
(in.: <https://www.natural-stone-database.com/>)

- Estremoz Clássico
- Estremoz Corrente
- Estremoz Creme
- Estremoz Creme CS
- Estremoz Creme Extra
- Estremoz Creme Extra Super
- Estremoz Creme P
- Estremoz Rosa do Monte
- Estremoz Rosa Extra
- Estremoz Super
- Branco El Rey
- Pele de Tigre
- Picasso
- Rosa Aurora
- Rosa Porto Salmonate
- Rosa Portugal
- Rosa Venado
- Ruivina Arabescato
- Ruivina Escuro

Sobre pedra natural, concretamente litótipos clássicos, a UNESCO dedicou um programa de classificação que distingue os termos clássicos, que constituam referências culturais e do património edificado, o programa chama-se “*Global Heritage Stone Resource*” (GHSR). Os mármore de Estremoz foram classificados, reforçando assim o reconhecimento internacional como “recurso de pedra natural que alcançou ampla utilização na cultura humana” (Pereira et al., 2015).

A par destes, outros mármore com referências patrimoniais são, “*Pentelikon*” (Parthenon, Grécia), “*Carrara*” (Panteão, Itália), “*Makrana*” (Taj-Mahal, Índia), “*Blanco Macael*” (Mesquita de Córdoba, Espanha).

Além dos mármore “*Estremoz*”, também o calcário “*Lioz*” integra a lista da GHSR, e os granitos do Porto submeteram candidatura. (Lopes & Martins, 2018). Isto mostra que, apesar de extensão geográfica reduzida, o território nacional apresenta diversidade e variedade litológica e, portanto, litotípica. A sua exploração e presença no mercado associa-se aos termos clássicos.

Dentro destas litologias determinadas variedades, ou fácies, pelas particularidades petrográficas que apresentam, como

**Figura 5**  
Aplicações de uma fácies do mármore Estremoz (Rosa Venado ou Rosa Portugal) texturalmente com intercalações de níveis de rochas metavulcânicas, correspondentes a padrões ornamentais exóticos. Aplicação convencional em pavimento ou revestimento de parede e aplicações maciças como pias. Aplicações com maior especificidade, com aproveitamento dos padrões exóticos (Fotos de chapa, cedidas por António Longarito Group) Foto (superior direita) revestimento, pavimento e maciço; Foto (superior esquerda) chapas com “casamento de veios”. Foto (inferior esquerda) chapa com luz transmitida, Foto (inferior esquerda) chapa com retroiluminação.



minerais acessórios com alto contraste de dureza são mais difíceis de transformar. As suas texturas complexas, muitas vezes bandadas com intercalações de outras litologias [Figura 5], tanto do ponto de vista da raridade, como da exigência tecnológica para o seu processamento, se podem considerar termos exóticos (Lopes & Martins, 2018). Mesmo dentro de alguns litótipos convencionalmente clássicos, tal como são os mármore “Estremoz”, encontram-se termos exóticos [Figura 5].

### Litótipos Exóticos

Os litótipos de granitos e rochas afins apresentam cortejos minerais com mais alta dureza, sendo o quartzo o melhor exemplo (dureza 7 na escala de Mohs), também os litótipos metamórficos silicatados incluem minerais com dureza equivalente, superior à do mineral essencial dos mármore, a calcite (com dureza 3). No passado (e até há década de 1970) as rochas com elevada dureza não eram genericamente processadas em operações de alto polimento, ou em maquinações finas, muito embora, ao nível escultórico manual, os mestres canteiros e escultores, se dedicassem a este materiais, constituindo grande tradição e expressão monumental, sobretudo no Norte do país.

Nos dias de hoje, para introduzir no mercado novas coleções de chapa de pedra natural, e desencadear ciclos de procura, paralela ou divergente dos termos clássicos, foram desenvolvidas técnicas e equipamentos que aliam procedimentos de reforço e de polimento de chapa. Por seu turno, a investigação e o reconhecimento de novas ocorrências de massas minerais,

Figura 6  
Ilustração parcial (superior esquerda) "Creazione di Adamo" de Michelangelo; Ilustração parcial (superior direita) "Laboureur dans un champ" de Van Gogh; Foto (inferior esquerda) litótipo quartzito com nome comercial "Michelangelo"; Foto (inferior direita) litótipo migmatito "Van Gogh"



nomeadamente as associadas a sistemas graníticos residuais, puseram em evidência litologias suscetíveis de serem incluídas na definição de litótipos exóticos. Do ponto de vista da potencialidade, estes litótipos ocupam quadrantes sub-económicos, dada a irregularidade e heterogeneidade dos maciços em que ocorrem. Apesar disto, considera-se que este recurso pode ser valorizado desde que o avanço tecnológico permita a sua habilitação à classe de reserva hipotética, tratando-se de uma massa mineral com uma baixa tonelagem, mas que, por apresentar características exóticas e raras, se apresentem no mercado com mais alto valor unitário.

Este trabalho dirige-se aos litótipos caracterizados como exóticos, associados a rochas silicatadas metamórficas, como são os quartzitos e os migmatitos. Estas tipologias apresentam atributos cromáticos e texturais que são muitas vezes relacionados com correntes artísticas, e designados comercialmente pelo nome de pintores, como é o caso das referências comerciais "Michelangelo" e "Van Gogh" [Figura 6].

Por seu turno, rochas com textura do tipo brecha vêm sendo usadas historicamente de forma ornamental e decorativa, reforçando estilos exuberantes, comuns nas correntes *barrocas* e no *classicisme francês*, de que é exemplo a ornamentação do Palácio de Versalhes. Este recorre exaustivamente a revestimentos e estatuária de litótipos exóticos como é a referência comercial (com duas designações) "Brèche de Vendôme" ou "Brèche du Bénou", proveniente das pedreiras francesas que forneceram a construção do Palácio no sec. XVII [Figura 7].

Rochas brechoídes são hoje retomadas, a par do uso de rochas silicatadas plutónicas, típicas dos sistemas graníticos residuais, como os pegmatitos [Figura 7]. Estes, pelas suas propriedades



Figura 7  
Litótipos de tipo brecha carbonatada presentes de forma decorativa e em ornamentos funcionais (como lareiras, soleiras, colunas) aplicadas em ambientes monumentais exuberantes, como o Palácio de Versalhes (designações comerciais "Rosso Levanto", Brèche de Vendôme", "Breccia Pontifica"), Foto (à esquerda).

Aplicações em ambientes atuais e exclusivos, nos segmentos mais altos e de luxo (designação comercial "White Beauty ou Ice Jade"), Imagem (ao centro) render de uma instalação com sistemas termorradiantes na parede da casa de banho (3D cedido pelo Mercado da Pedra).

Litótipos granitoides, como o pegmatito (designação comercial "Patagónia"), Foto (à direita) de uma instalação retroiluminada e com arranjo geométrico (foto cedida pelo Mercado da Pedra)

intrínsecas (condução térmica, translucidez), são aplicados com funcionalidades acrescidas, como a termorradiação de paredes ou a retroiluminação.

Os processos de transformação de litótipos exóticos implicam a estabilização estrutural das chapas de pedra natural, com recurso a técnicas de colmatação de fraturas, núcleos de cristalização, ou de alteração de minerais. Outras técnicas são a colocação de telas de reforço no tardo das chapas desenvolvidas e de alto investimento. A extração com cubicagens cada vez menores, implica ações de prospeção e de exploração de maciços de forma integrada em unidades extrativas alargadas (maciços convencionais, clássicos a exóticos), com diminuição da tonelagem. Tudo isto implica também maior investimento no conhecimento geológico, em primeiro lugar, na definição de áreas de prospeção e pesquisa, identificação e quantificação de reservas, mas também a nível petrográfico e mineralógico.

## 4. Estado da Arte

Importa destacar tanto o estado da arte científico, como estado da arte técnico, na medida em que o recurso mineral (rocha ornamental – bloco e chapa) é estabelecido pelo binómio conhecimento científico e avanço tecnológico.

### a. Científica

São vários os programas de investigação e análise geológica dedicados a litologias exóticas no Norte de Portugal, alguns deles podem ser indicados como de maior contribuição para este trabalho [Figura 8]:

- Materialografia do litótipo e estrutura de maciço para a rocha metamórfica aflorante no local de coordenadas XY- elementos para a qualificação ornamental de eventuais produtos pétreos (Leal Gomes, 2018)
- Amazonites de Valença – Norte de Portugal (Ferreira, 2015) e Caracterização das Amazonites pegmatíticas de granitos



Figura 8  
Pedreiras e materiais  
(da esquerda para a  
direita): Antiga zona de  
concessão mineira da  
Pedra da Moura (Ponte  
da Barca); Atual área de  
desmonte da exploração  
experimental do maciço  
“Black in the Sky”  
(Vila Pouca de Aguiar);  
Bloco lepidolítico no  
triângulo extrativo  
Gonçalo-Vela-Seixo  
Amarelo.

pós-tectónicos do N Portugal – Modo de ocorrência, estado estrutural e geoquímica (Leal Gomes, *et al.*, 1997)  
– PROSPEG – Cartografia a Detecção Remota de Pegmatitos do Centro e Norte de Portugal (Sinergeo, 2013)  
– Fracionarão de Fosfatos em Pegmatitos da Concessão da Pedra da Moura – Ponte da Barca (Leal Gomes, *et al.*, 2009);  
– Petrologia dos processos de diversificação de litótipos graníticos – identificação de processos petrogenéticos de alteração cromática ou textural granítica (Fernandes, 2009)  
– Turmalinitos e Topazitos das Minas Velhas da Queiriga – Viseu (Dias *et al.*, 2006)  
– Análise Paragenética e Classificação dos Pegmatitos Graníticos da Cintura Hercínica Centro Ibérica (Leal Gomes & Lopes Nunes, 2003)

Uma das linhas de investigação (Leal Gomes, 2018) permitiu desencadear a exploração experimental de uma ocorrência, da qual se obtiveram blocos e consequentemente se produziram chapas nas quais se aplicaram tratamentos superficiais. O presente trabalho beneficiou das amostras recolhidas nos vários momentos de investigação (Lobarinhas, em preparação). A maioria dos exemplares amostrados para este trabalho, para observação e análise petrográfica e preparação de protótipos, decorreu dos materiais (blocos e chapas) que tiveram uma primeira distribuição comercial sob a designação “Black in the Sky”.

#### b. Estado da Arte Técnica

O desenvolvimento tecnológico que é possível associar à Pedra Natural traduz-se numa primeira fase na otimização dos tratamentos posteriores à serragem, concretamente na fase de polimento de chapa. A possibilidade de consolidação do bloco e da chapa aumentam a diversidade de matérias primas em catálogo, uma vez que passavam a admitir-se tipologias com padrões petrográficos que convencionalmente não seriam possíveis de consolidar e polir. Fornecedores de chapa e produtores de bloco

Número de publicação	Data de precedência	Data de publicação	Signatários	Título da patente
US4024098A	1972-10-23	1977-05-17	Mitsui Toatsu Kagaku Kabushiki Kaisha	Reinforcing composition for mineral structures
IT1027222B	1974-12-31	1978-11-20	Marocco Giuseppe	Process and apparatus for consolidating blocks of marble and similar natural stones
IT1219350B	1988-06-01	1990-05-11	Tecnomaiera Spa	A process for the production of reinforced panels from a block of construction material such as a stone material
IT1225588B	1988-09-14	1990-11-22	Toncelli Dario A	A method for vacuum impregnation with resins or marble slabs of stone materials typically slotted and apparatus for the same larealizzazione
EP0962430B1	1998-06-05	2003-01-15	Taltos SPA	Method for consolidation of natural stone blocks or recomposed blocks
EP1229007A1	2001-01-31	2002-08-07	Giuseppe Marocco	Process for manufacturing composites and for structurally repairing and aesthetically filling slabs of stone material
WO2007/052319 A1	2005-11-03	2007-05-11	Giuseppe Marocco	Process and device for treating and consolidating stone blocks and slabs
WO 2009/138945 A1	2008-05-12	2009-11-19	Stefano Fioratti,	A superficially-treated stone-material manufactured article, and a process for obtaining the same
WO 2018/051217 A1	2016-09-13	2018-03-22	Mauro Lunardi (c/o Antolini Luigi)	Process for treating a substrate made of stone material

Tabela 1  
Seleção de patentes  
relativas aos processos  
tecnológicos de  
melhoramento da  
estrutura das Pedras  
Naturais.

(com extração em pedreiras) têm habitualmente parecerias de I&D com empresas que desenvolvem soluções tecnológicas para a Pedra Natural ou compósita (associando compósitos minerais, com matrizes poliméricas), como os porcelanatos ou os materiais cerâmicos. As patentes que fundamentam estes desenvolvimentos industriais e a obtenção dos produtos em catálogo e, concretamente, a sua diversidade são referidas na [Tabela 1].

## 5. Investigação em litótipos exóticos nacionais

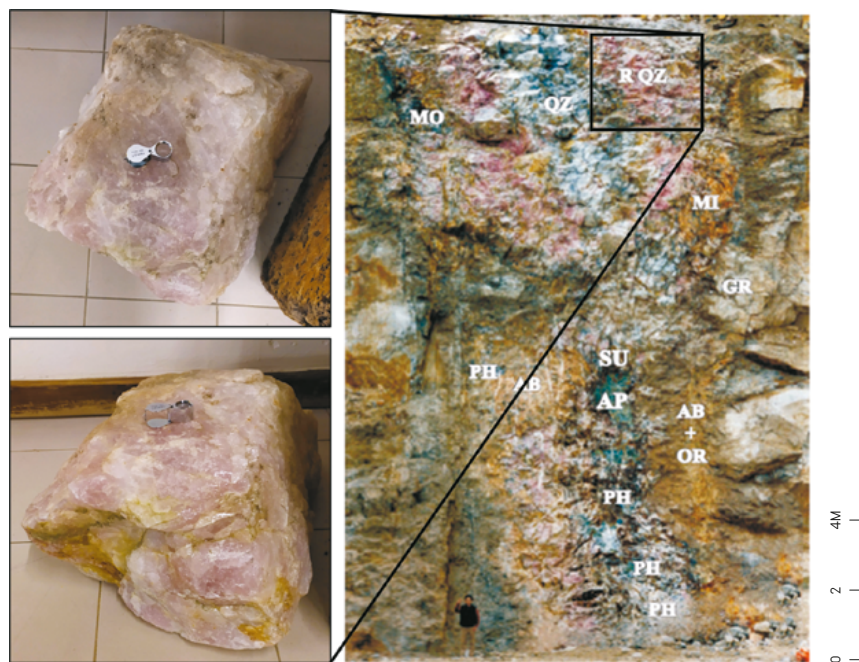
Foram selecionadas amostras de litótipos portugueses que integraram alguns dos programas de investigação e análise geológica, citados no estado da arte, cuja fundamentação apontasse a sua viabilidade como rocha ornamental.

Esses litótipos foram o migmatito da Pedra da Moura [Figura 8], o migmatito “Black in the Sky” e um aplito-pegmatito Lepidolítico. Apenas o Migmatito “Black in the Sky” corresponde já a um litótipo

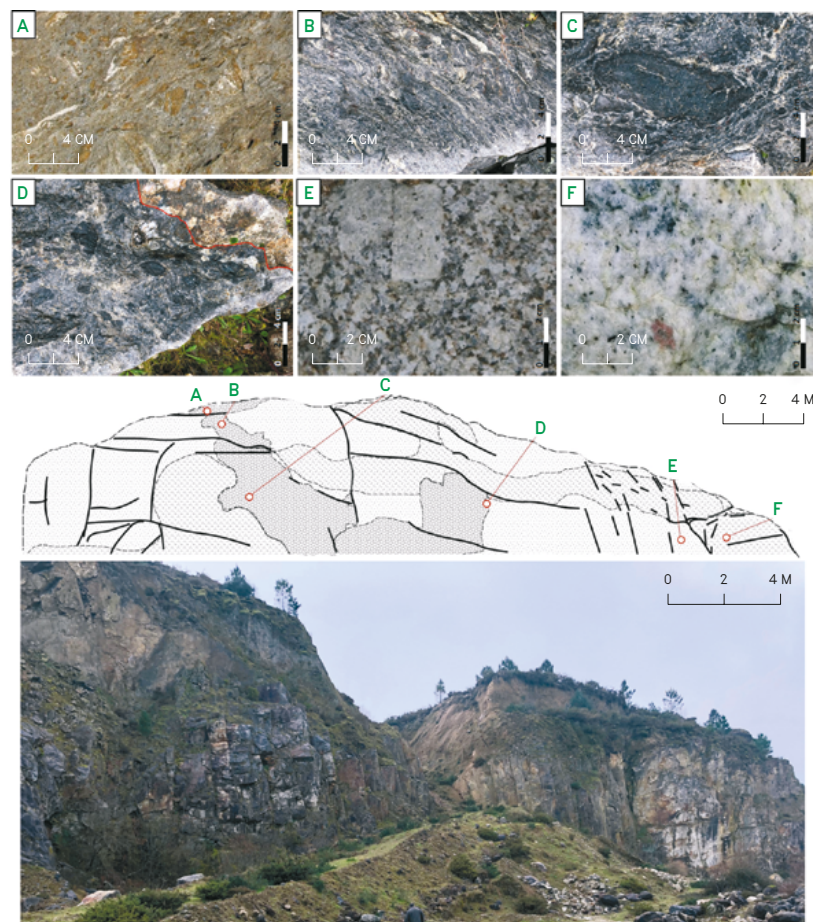
**Figura 9**  
Fotografia de amostras de mão de quartzo rosa obtidos da área de desmonte do grupo pegmatítico Pedra da Moura (Leal Gomes et al., 2009).

**Mineral Location:**

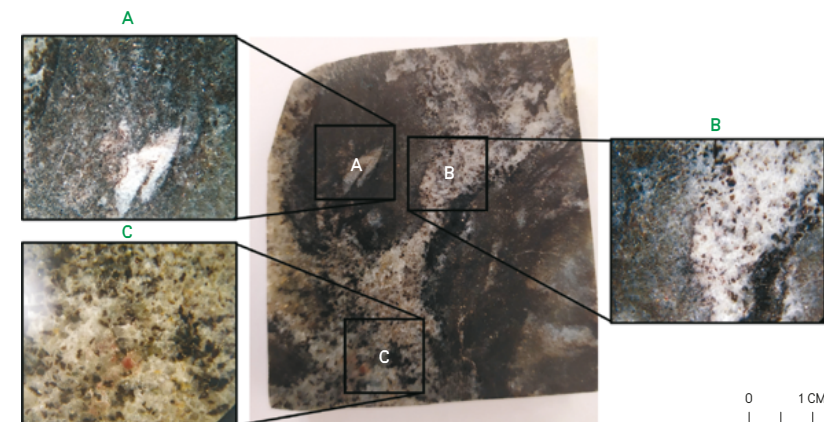
- GR - Textura gráfica
- AB Albite em almofada
- MO - Moscovite
- R OZ - Quartzo Rosa
- OZ - Outra variedade de quartzo
- MI - Microclina
- AB + OR - Quartzo + Intercrescimentos de albite;
- AP - Intercrescimentos de apatite gráfica com sulfitos
- PH - Apatite não fosfatada
- SU- Concentração de sulfitos



**Figura 10**  
Perfil representativo da zonalidade litológica observada no contacto entre granito porfiróide de grão grosseiro, essencialmente biotítico, e rochas metassedimentares do Silúrico na zona de Pedra da Moura (Lobarinhas, 2021).



**Figura 11**  
Fotografias da ampliação do litótipo Pedra da Moura A: Enclave; B: Zona de bordadura de enclave; C: Leucossoma com granada (Lobarinhas, 2021).



comercial, identificado num dos programas de investigação, e que já foi alvo de extração experimental, serragem, tratamento superficial e distribuição comercial desde 2019.

**Migmatito Pedra da Moura**

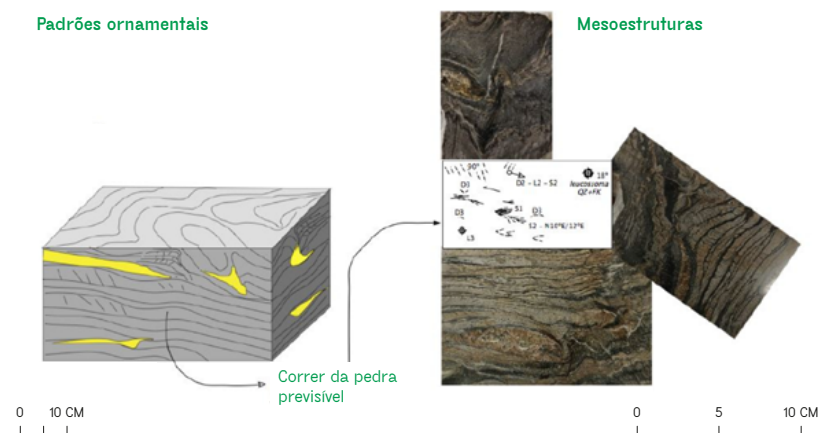
O grupo pegmatítico Pedra da Moura situa-se nas proximidades de Ponte da Barca, Norte de Portugal. Corresponde a um alinhamento pegmatítico irregular com a forma de rosário, os corpos pegmatíticos (Figura 9) estão localizados num corredor de *mixing e mingling*, na faixa mais leucogranítica do granito interno, instituído entre duas fácies distintas de granitos de duas micas – um destes de grão grosseiro, essencialmente biotítico e o outro porfiróide também biotítico.

Para esta área foi reconhecido o potencial ornamental do litótipo resultante exatamente do encaixe das bolsadas pegmatíticas (Guimarães, 2012). [Figura 9]

O litótipo em estudo é uma rocha de mistura resultante da interação dos granitos com a rocha encaixante como se pode observar pelo perfil da zonalidade litológica visível em macroescala [Figura 10]. O maciço enquadra-se num contexto topográfico de elevada cota, este regime pode ser favorável do ponto de vista do transporte de carga. O acesso também é um fator favorável neste caso visto que já ocorreu exploração a céu aberto no local e, por esse motivo, criaram-se caminhos secundários que permitiram a passagem de veículos pesados

O litótipo da Pedra da Moura, com feldspatos de coloração clara, e quartzo, mostra um forte padrão de contraste de fases, com a coloração escura dos minerais máficos. A homogeneidade deste litótipo é baixa devido aos veios quartzosos, brancos, contrastando com o domínio melanocrático. A presença de xenólitos, como granadas, característica deste material rochoso, confere-lhe um maior grau de exotismo.

Figura 12  
Interpretação  
esquemática, com  
correspondência entre  
estruturas e padrões  
ornamentais à escala  
da amostra – texturas  
previstas para as  
superfícies de bloco (Leal  
Gomes, cit por Lobarinhas,  
2021).



A densidade de fraturamento do maciço é baixa, não apresentando fraturas que impeçam ou prejudiquem a extração de blocos com dimensões iguais ou superiores a 1,5×1,5×2,5m. Não foram identificadas famílias de falhas que ofereçam dificuldade a adquirir blocos de grande dimensão.

O migmatito Pedra da Moura apresenta considerável grau de silicificação, aumentando a resistência deste litótipo à abrasão. Zonas em que se observa menos quartzo (zonas melanocráticas) apresentam uma trama com quartzo nos seus intercrescimentos. Assim sendo, é possível prever um comportamento de maior resistência à abrasão pela presença de quartzo que torna o litótipo mais competente.

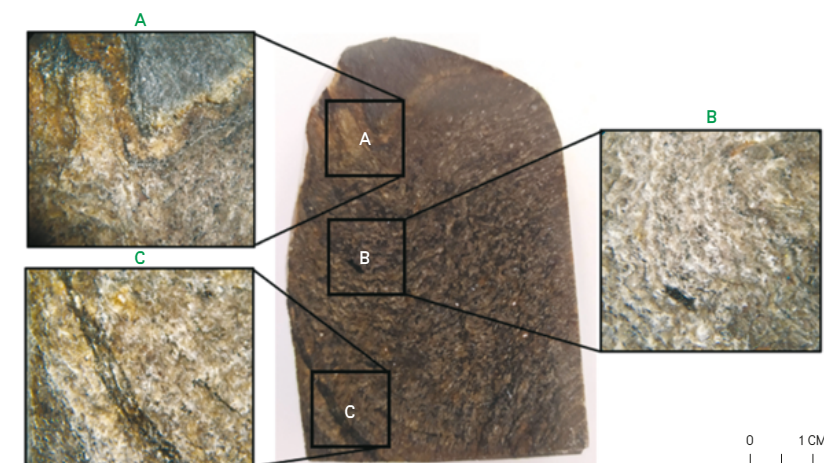
Quando polida uma amostra deste material, observou-se ser eficaz e contínua a resistência à abrasão, com obtenção de faces homogênea tanto nas frações melanocráticas, como leucocráticas [Figura 11]. Numa primeira análise, a superfície tem grande apetência ao polimento, sem variação de relevo entre frações.

### Migmatito “Black in the Sky”

O litótipo estudado insere-se numa litologia de rochas silúricas metamorfizadas, concretamente num complexo de xistos e granitos. Leal Gomes (2018) num estudo preliminar refere a rocha do tipo metamórfico com protólito sedimentar pelítico a psamítico [Figura 12]. Destacou ainda porfiroblastos de andaluzite e granada, estruturas foliares (xistosidades) penetrativas marcadas por domínios de clivagem micáceos com alguma hematite e grafitóides e *microlithons* de quartzo com alguma turmalina. Existem vestígios petrológicos de fusão parcial, com veios de segregação quártzicos e quartzo – feldspáticos por vezes coalescentes adquirindo caráter pegmatóide.

Estão presentes leitossomas escuros de feição resítica podendo no seu conjunto assumir o aspeto de uma associação litológica com leucossoma pegmatóide e melanossoma

Figura 13  
Fotografia de ampliação  
do litótipo “Black in the  
Sky”; A: Zona de contacto  
com melanossoma; B:  
Zona leucocrática; C: Zona  
leucocrática com níveis  
micáceos (Lobarinhas,  
2021).



sobremicáceo. As direções de corte sobre cada um destes planos proporcionam diferentes efeitos ou padrões ornamentais que podem ser aproveitados no momento da extração do bloco, sobrevalorizando a matéria-prima.

Em rochas com estruturas orientadas ou com bandas, veios ou outro tipo de efeitos texturais, as operações de desmonte beneficiam de estudo prévio dos motivos ornamentais (Moura, 2006). O plano de corte pode alterar totalmente o padrão ornamental de um mesmo litótipo.

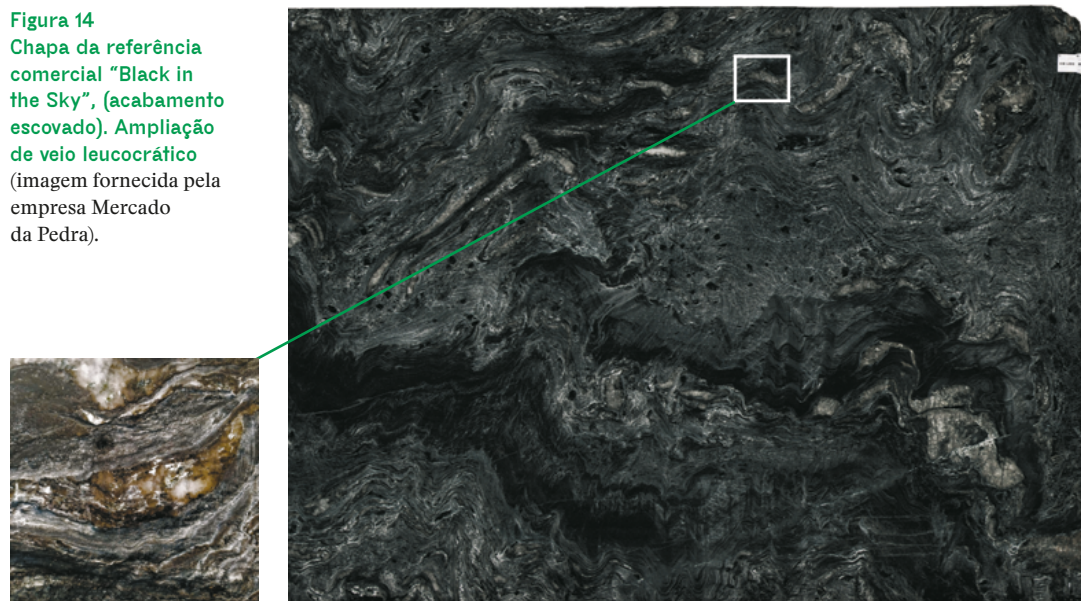
Este litótipo possui duas fases, uma leucocrática e outra melanocrática. A fase com mais destaque visual é a melanocrática atribuindo ao litótipo uma coloração escura. O litótipo apresenta veios quartzosos, sendo por isso classificado de baixa homogeneidade [Figura 13].

A presença de oxidações ferruginosas pontuais na amostra destaca-se por salientar a variação na coloração, Este pode ser um aspeto penalizador se se associar a uma alteração mineralógica menos competente, contudo, pode ser encarado como uma mais valia do ponto de vista estético. A coloração ferruginosa é apreciada comercialmente, chegando por vezes a ser quimicamente induzida através de resinas oxidantes.

A densidade de fraturamento do maciço é baixa. O litótipo não apresenta fraturas que impeçam ou prejudiquem a extração de blocos com dimensões iguais ou superiores a 1,5×1,5×2,5m. O processo inicial de lavra tem validado a boa recuperação de blocos com grandes dimensões, apesar de ser necessário um acompanhamento especializado que indique a melhor abordagem ao desmonte de modo a evitar que o fraturamento afete o bloco extraído.

Este litótipo contém na sua composição frações herdadas do protólito, e estas apresentam baixa resistência à abrasão. Este comportamento seria de esperar devido à alteração a que esteve sujeito o litótipo. Fatores como a composição e textura, orgânica e porosa, podem ser agravantes estruturais da fraturação expressa.

Figura 14  
Chapa da referência comercial “Black in the Sky”, (acabamento escovado). Ampliação de veio leucocrático (imagem fornecida pela empresa Mercado da Pedra).



Nas observações petrográficas viu-se que as zonas melanocráticas do litótipo não acolhem uma grande quantidade de quartzo, prevendo-se menor resistência à abrasão especificamente nesses leitos, comportamento espetável dos minerais máficos.

Depois de polida uma amostra deste material apresenta uma maior resistência da fração leucocrática [Figura 14] e uma menor resistência da fração melanocrática chegando a acontecer o arrancamento de minerais como a biotite. O arrancamento parece ser condicionado diretamente pelo plano de abrasão da amostra.

## 6. Ensaios de processamento industrial

Em unidades industriais de transformação de pedra natural (Mármore e Granitos Transmontanos, em Chaves e Mercado da Pedra, em Braga), foram ensaiadas algumas amostras de litótipos exóticos. Tratou-se de uma primeira abordagem a estas operações, sem uma sequência metodológica pré-estabelecida. Deu-se atenção às valências de teste, para posterior implementação de um protocolo mais desenvolvido, atinente aos resultados deste primeiro momento.

### Aplito-pegmatito Lepidolítico

Para o reconhecimento da matéria prima e valorização de espécimes foram feitas despistagens para validação da sua apetência ornamental, mediante ensaios de corte com discos diamantados, furação, fresagem e polimento manual.



Figura 15  
Maquinação 1 aplito-pegmatito lepidolítico sem tratamento de consolidação com resina (14Ø)  
(Material cedido por José Aldeia Lagoa e Filhos, ensaios realizados na empresa Mármore e Granitos Transmontanos.)

Se para os litótipos migmatitos – Pedra da Moura e “Black in the Sky” –, as propriedades de contraste de fase contribuem para acentuar a coloração após o corte e polimento, outros litótipos, com cores mais acentuadas não estão dependentes dessas operações para dar maior destaque à sua cor.

É o caso de um litótipo aplito-pegmatítico lepidolítico, que apresenta cortejos mineralógicos bem desenvolvidos, mas já com evidências de alteração argílica. A cor lilás é característica da presença de lepidolite, mineral de lítio. A facie é altamente heterogênea, com disposição mineralógica em bandas, nucleadas em feldspatos euédricos.

Foram feitos dois testes, um usando resinas de consolidação, outro sem resinas. Foram aplicados cortes de esquadramento e dimensionadas as peças para fresagem. O resultado das maquinações é apresentado nas figuras 15 e 16.

A maquinação visível na Figura 15, sem resinação da amostra, mostra uma boa resposta às operações de corte, fresagem, furação e polimento. Não se reconheceram fraturas ou quebras do material.

Na maquinação visível na Figura 16 o bloco tinha maior dimensão, uma estrutura bandada muito pronunciada e uma matriz feldspática muito argilizada. Por esse motivo considerou-se necessário recorrer à impregnação com resina para preservar a integridade da amostra.

## 7. Conclusão

Tendo em consideração o comportamento dos litótipos testados aos fatores como corte, impregnação e polimento pode afirmar-se que existe grande potencialidade ornamental dos mesmos.

Relativamente ao migmatito Pedra da Moura reconhece-se o seu valor exótico por ser uma rocha de mistura. A interação entre o seu domínio mais leucocrata e melanocrata confere uma dinâmica de movimento ao litótipo. O facto de ser consequência da interação dos granitos com a rocha encaixante sugere que pode existir mais maciço para além daquele que foi estudado. A catalogação deste litótipo pode ser viável visto o exotismo e disponibilidade do mesmo. Chama-se também à atenção para a possibilidade de rentabilização do quartzo rosa que se insere no mesmo contexto geológico e que poderá ter interesse económico *de per si*.

O litótipo “Black in the Sky” está na fase de definição de reservas e estabelecimento legal, mas decorrem, a título experimental, ações de lavra, processamento e alguma distribuição comercial. Registaram-se dificuldades em obter polimento regular provocadas pela presença de relíquias de matéria orgânica e pelo seu carácter argiloso. Estas e outras operações industriais podem atingir um melhor desempenho através do estudo de soluções de reforço dos níveis paleossomáticos presentes. A reserva considerável





Figura 16  
Maquinação 2: Etapas de tratamento, corte e maquinação de um aplito-pegmatito lepidolítico. Fotos da esquerda para a direita - corte; consolidação com resina, fresagem (dimensão do bloco/peça: 25 cm de altura e 350) (material cedido por José Aldeia Lagoa e Filhos; ensaios realizados na empresa Mercado da Pedra).

deste material pode fundamentar uma nova entrada no catálogo nacional, atendendo ao carácter exótico.

O aplito-pegmatítico lepidolítico apesar do seu carácter aplítico comportou uma maquinação bem-sucedida a escala mais reduzida, evidenciando o seu potencial como rocha ornamental. A maior peça foi maquinada após ter sido resinada, para evitar fraturas decorrentes da estrutura bandada composicionalmente instável, atendendo a alteração argílica. Considera-se que este processo é essencial para manter a integridade do produto.

Apesar do acréscimo nas soluções de reforço a estrutura bandada é o aspeto que mais valoriza o litótipo pois juntamente com a coloração rosada apresenta um exotismo diferenciado dos demais pegmatitos presentes em Catálogos institucionais (ex.: ROP), ou coleções comerciais (ex.: Antolini).

A singularidade de alguns blocos de pedra natural pode gerar valorização acrescida, em casos especiais de utilização, proporcionando um mercado particularizado e altamente seletivo, caracterizado por altos valores unitários dos produtos.

Os padrões cromáticos e texturais poderão ser classificados como exóticos, distintos dos padrões comuns comercializados. Estes conferem ao material alto valor acrescentado, que se destaca da fileira convencional das pedras naturais pela sua singularidade e raridade.

## Agradecimentos

Os Autores deixam o seu reconhecimento ao Centro de Investigação Lab2Pt da Universidade do Minho, a oportunidade de integrar as conferências do EJI PATER 2019, concretamente aos investigadores do grupo de trabalho Lands, pela orientação científica e suporte laboratorial. Às empresas Mercado da Pedra – António Longarito group, Mármore, Granitos Transmontanos e José Aldeia Lagoa & Filhos agradecemos a cedência de amostras de litótipos exóticos, informações de fornecedores e a oportunidade de realizarmos (dentro das ordens de produção internas), ensaios de materiais e obtenção de protótipos.

## Bibliografia

- Carvalho, J., Carvalho, C., Lisboa, J., Moura, A. & Machado Leite, M. (2013). Portuguese ornamental stones. *Geonovas*, 26, 15–22.
- Carvalho, J.; Lisboa, J.; Casal Moura, A.; Carvalho, C.; Sousa, L. & Machado Leite, M. (2013). Evaluation of the portuguese ornamental stone resources. *Key Engineering Materials*. <https://doi.org/10.4028/www.scientific.net/KEM.548.3>
- Casal Moura, A. (Coord.) (1983/94). Catálogo de Rochas Ornamentais Portuguesas, Vol. I, II, III e IV. Lisboa: DGGM.
- Casal Moura, A. (Ed.) (2000). Granitos e rochas similares de Portugal. Editora Instituto Geológico e Mineiro, Ministério da Economia, 179 p.
- Casal Moura, A. (2006). A pedra natural em Portugal – Nota breve. *Boletim de Minas*, Vol.58(3), 161–177.
- Casal Moura, A. (Ed.) (2007). Mármore e Calcários Ornamentais de Portugal. Editora Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, 383 p.
- Casal Moura, A.; Manuppella, G. & Carvalho, J. (2003). *Portuguese Ornamental Limestones*. Retrieved from <http://www.rochas-equip.com/objfiles/artigos/>
- Cassar, J. (2002). Deterioration of the Globigerina Limestone of the Maltese Islands. *Geological Society Special Publication*. <https://doi.org/10.1144/GSL.SP.2002.205.01.04>
- Dias, P.; Oliveira, J.; Leal Gomes, C.; Rodrigues, J. (2006) – Topazitos das Minas Velhas da Queiriga (Viseu) e mineralizações associadas – Análise estrutural e paragenética. VII Congresso Nacional de Geologia, pp.1165–1168.
- Ericsson, M. (2019). XXIX World Marble and Stones Report 2018 by Carlo Montani. *Miner Econ* 32, 255–256. <https://doi.org/10.1007/s13563-019-00183-6>
- Energy Performance in Buildings Directive, EPBD (2010). DIRECTIVA 2010/31/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Maio de 2010. in.: [https://www.apambiente.pt/\\_zdata/DAR/Ar%20Interior/Diretiva\\_2010\\_31\\_UE\\_DesempEnergEdificios.pdf](https://www.apambiente.pt/_zdata/DAR/Ar%20Interior/Diretiva_2010_31_UE_DesempEnergEdificios.pdf)
- European Commission, EC (2017). Action Plan for the Planet: ten initiatives for a modern and clean economy, in.: <http://www.buildup.eu/en/news>
- Fernandes, J. (2009) – Petrologia dos processos de diversificação de litótipos graníticos aplicados na fileira dos produtos pétreos naturais – produção e mercado. Universidade do Minho, Escola de Ciências – Dissertação de Mestrado em Ordenação e Valorização de Recursos Geológicos, p. 106
- Ferreira, J. (2015). Amazonites de Valença – Norte de Portugal. Dissertação de Mestrado em Ordenamento e Valorização de Recursos Geológicos. Universidade do Minho. 127p.
- Filho, C.; Rodrigues, E. & Artur, A. (2004). Panorama Técnico – Económico do Setor de Rochas Ornamentais no Brasil. *Geociências*.
- Frasca, M. (2014). Tipos de Rochas Ornamentais e Características Tecnológicas. *Tecnologia de Rochas Ornamentais: Pesquisa, Lavra e Beneficiamento*, 43–97. Retrieved from <https://www.passeidireto.com/arquivo/45589249/tecnologia-de-rochas-ornamentais-1-2-/11>
- Guimarães, D. (2012). *Cinématica da mobilidade pegmatítica em enxames epi a mesocorticais – Modelos conceptuais aplicados à prospecção*. Dissertação de mestrado em Ordenamento e Valorização de Recursos Geológicos. 103p.
- Leal Gomes, C.; Azevedo, A.; Lopes Nunes, J. & Dias, P. (2009). *Phosphate Fractionation in Pegmatites of Pedra Da Moura Li Claim – Ponte Da Barca – Portugal*. 19(2), 172–176.
- Leal Gomes, C. & Lopes Nunes, J. (2003). Análise paragenética e classificação dos pegmatitos graníticos da Cintura Hercínica Centro-Ibérica. *A Geologia de Engenharia e Os Recursos Geológicos*, pp.85–109.
- Leal Gomes, C.; Neves, L.; Lopes Nunes, J. & Godinho, M. (1997). Caracterização das amazonites pegmatíticas de granitos pós-tectónicos do Norte de Portugal. I-Modo de ocorrência, estado estrutural e geoquímica. *Comunicações – Pires, CC; Gomes, MEP; Coke, C.(Eds.)-PICG 376-XIV Reunião de Geologia do Oeste Peninsular*, pp.91–96.
- Leal Gomes, C. (2018) – Materialografia do litótipo e estrutura de maciço para a rocha metamórfica aflorante no local de coordenadas XY- elementos para a qualificação ornamental de eventuais produtos pétreos – Relatório inédito para MGT. Universidade do Minho. 5p (não publicado).
- Lobarinhas, R. (em preparação). Evidência e análise descritiva de litótipos exóticos portugueses com aptidão ornamental. Dissertação de Mestrado. Univ. Minho.

Lopes, L. (2007). O triângulo do Mármore – Estudo Geológico. *Revista Monumentos*, 27, pp.158–167.

Lopes, L. (2017). Portuguese Dimension Stones: Sector Characterization and International Market Strategies. *Proceedings of the IV International Stone Congress, Izmir – Turkey*, pp.47–62. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>

Lopes, L. & Gonçalves, F. (1997). *Potencial Económico Das Jazidas De Rochas Ornamentais Na Zona De Ossa – Morena*. pp. 1–23.

Lopes, L. & Martins, R. (2018). *Reconhecimento do mármore de Estremoz como pedra património mundial*. Callipole – Revista de Cultura n.º 25. pp. 292–308.

Pereira, D; Marker, B., Kramar, S., Cooper, B. & Schouenborg, B. (Eds) (2015). *Global Heritage Stone: Towards International Recognition of Building and Ornamental Stones*. Geological Society, London, Special Publications, 407, 57–74. First published online August 15, <http://dx.doi.org/10.1144/SP407.10>

Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona de Mármore – PROZOM (2002). Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2002. Diário da República n.º 106/2002, Série I-B de 2002-05-08.

ROP-INETI (Rochas Ornamentais Portuguesas). Catálogo na versão online in.: <https://rop.lneg.pt/rop/?&lg=pt>

SINERGEO (2013). *PROSPEG – Projecto de prospecção, análise distanciada e deteção remota de pegmatitos*. Universidade do Minho. Departamento de Ciências da Terra. <http://hdl.handle.net/1822/32721w>

## Referências Webgráficas

Figura 1. *Carta Geológica de Portugal, 1:1 000 000* in: [https://geoportugal.lneg.pt/mapa/#\(layer CGP1M, sem plataforma continental\) \(outubro de 2020\)](https://geoportugal.lneg.pt/mapa/#(layer CGP1M, sem plataforma continental) (outubro de 2020)).

Figura 2. Foto (superior esquerda) Parthenon em Atenas in <http://whc.unesco.org/en/list/404> [outubro de 2020]. Foto (inferior esquerda) mármore ateniense “Pentelikon” in <https://www.stonecontact.com/pentelikon-white-marble/s2745> [outubro de 2020]. Foto (superior centro) Coliseu de Roma in: <http://whc.unesco.org/en/list/91>. Foto (inferior centro) travertino italiano “Travertino Romano” ou “Travertino Clássico”) in: <https://www.mercadodapedra.com/en/product/natural-stones-travertine-travertino-travertino-classico-light/?index=2&material=1&color=1&search=travertino&collection=naturalstone&offset=0> [dezembro de 2020]; Foto (superior direita) Obeliscos do Templo de Karnak in: <http://whc.unesco.org/en/list/87/gallery/>. Foto (inferior direita) granito egípcio “Red Safaga” in: <https://www.stonecontact.com/red-safaga-granite/s16442> [outubro de 2020].

Figura 6. Ilustração parcial (superior esquerda) da Obra “Creazione di Adamo” de Michelangelo, in: [www.museivaticani.va/content/museivaticani/it/collezioni/musei/cappella-sistina/volta/storie-centrali/creazione-di-adamo.html](http://www.museivaticani.va/content/museivaticani/it/collezioni/musei/cappella-sistina/volta/storie-centrali/creazione-di-adamo.html) [outubro de 2020]; Ilustração parcial (superior direita) da Obra “Laboureur dans un champ” de Van Gogh, in: [www.christies.com/features/Laboureur-dans-un-champ-by-Vincent-van-Gogh-8645-3.aspx](http://www.christies.com/features/Laboureur-dans-un-champ-by-Vincent-van-Gogh-8645-3.aspx) [outubro de 2020]. Foto (inferior esquerda) litótipo quartzito com nome comercial “Michelangelo”, in: <https://www.mercadodapedra.com/en/product/natural-stones-granite-granito-quartzite-michelangelo/?index=0&material=1&color=1&search=miche&collection=naturalstone&offset=0> [outubro de 2020]; Foto (inferior esquerda) litótipo migmatito “Van Gogh” (in: <https://marble.com/granite-countertops/van-gogh/1078>, [outubro de 2020]).

Figura 7. Foto (à esquerda) Palácio de Versalhes (revestimentos em pedra natural com os nomes comerciais “Rosso Levante”, “Brèche de Vendôme”, “Breccia Pontifica”, in: <https://en.chateauversailles.fr/discover/estate/palace/king-state-apartment#the-diana-room> [dezembro de 2020]. Render 3D (ao centro) com revestimentos em pedra natural com nome comercial “White Beauty” ou “Ice Jade” in: <https://antoniolongarito.com/stock/product/ice-jade-ij-2/> [maio de 2021]. Litótipos granitoides, como o pegmatito (nome comercial “Patagônia”), in: <https://antoniolongarito.com/stock/product/patagonia-pt27499/> [maio de 2021].

# O atual concelho de Oliveira do Hospital nas inquirições de D. Afonso III: propriedade, senhorios e conflitos

## Resumo

O presente estudo pretende caracterizar o território do atual concelho de Oliveira do Hospital aquando da realização das inquirições gerais de 1258. Esta é a principal fonte utilizada, não obstante a sua articulação com diversas outras, sobretudo, provenientes da chancelaria régia e dos cartórios da Sé de Coimbra e do Mosteiro de Santa Cruz. Nesse fito, adotamos uma estrutura dividida em quatro pontos, respetivamente, dedicados à caracterização do território, à sua organização paroquial, aos seus proprietários e senhores e às usurpações e conflitos sociais.

O primeiro ponto procura situar e caracterizar o território do atual concelho de Oliveira do Hospital, sob ponto de vista geomorfológico e histórico-arqueológico.

O segundo reflete a sua organização paroquial, elencando as igrejas documentadas, a par dos seus respetivos oragos e padroeiros.

O terceiro, dedicado aos senhores da terra, é o mais longo e denso, apresentando-se subdividido em duas partes. A primeira aborda a propriedade territorial e nela se apresentam os terratenentes instalados no território: o rei; a rainha D. Dulce de Aragão e a sua filha D. Mafalda; D. Urraca Fernandes [Gata]; Mem Pais, aio de D. Afonso II; a Sé de Coimbra; os mosteiros de S. João de Tarouca e de Santa Cruz de Coimbra; as ordens do Hospital e de Avis e a albergaria de Poiares. Aos grandes senhores acrescem, naturalmente, alguns proprietários alodiais. O subponto seguinte apresenta uma análise do exercício de poderes de âmbito jurisdicional.

O último ponto, com uma tónica colocada na história social, versa sobre as usurpações e os conflitos de que inquiridos e inquiridores dão conta.

Palavras-chave: Idade Média, inquirições de 1258; história social; história local; Oliveira do Hospital.

## Abstract

The present study aims to characterize the territory of the current municipality of Oliveira do Hospital when conducting the general inquiries of 1258. This is the main source used, despite its articulation with several others, mainly from the royal chancellery and the notaries of the Cathedral of Coimbra and the Monastery of Santa Cruz. In this way, we adopted a structure divided into four points, respectively, dedicated to the characterization of the territory, to their parish organization, to their owners and masters and to usurpations and social conflicts.

The first point seeks to situate and characterize the territory of the current municipality of Oliveira do Hospital, from a geomorphological and historical-archaeological point of view.

The second reflects its parish organization, listing the documented churches, along with their respective patrons saints and patrons.

The third, dedicated to the lords of the earth, is the longest and densest, presenting itself subdivided into two parts. The first addresses territorial property and presents it the landowners installed in the territory: the king; the queen Dulce de Aragão and her daughter D. Mafalda; D. Urraca Fernandes [Gata]; Mem Pais, preceptor of Afonso II; the Cathedral of Coimbra; the monasteries of São João de Tarouca and Santa Cruz de Coimbra; the orders of the Hospital and Avis and the shelter of Poiares. Of course, some allodial owners are added to the great lords. The following subpoint presents an analysis of the exercise of jurisdictional powers. The last point, with a focus on social history, concerns the usurpations and conflicts that respondents and inquirers report on.

Keywords: Middle Ages; inquiries of 1258; social history; local history; Oliveira do Hospital.

O presente artigo corresponde, de forma mais alargada, ao que foi a comunicação que apresentámos no II Encontro de Jovens Investigadores. Património e Território, que se realizou no Campus de Gualtar, da Universidade do Minho, nos dias 6 e 7 de junho de 2019<sup>1</sup>. Subordinado à temática em apreço, procura reconstituir o quadro traçado pelos inquiridores que, em 1258, sob as ordens de D. Afonso III, percorreram e inquiriram a Terra de Seia, onde se situa o território do atual concelho de Oliveira do Hospital<sup>2</sup>.

Optámos por uma estrutura dividida em quatro pontos, dedicados, respetivamente, à caracterização do território; à organização paroquial; aos proprietários e senhores; e às usurpações e conflitos registados. Se os registos das inquirições se assumem, naturalmente, como a principal fonte utilizada, acresce um vasto conjunto de diversas outras, provenientes, sobretudo, da chancelaria régia e dos cartórios da Sé de Coimbra e do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

Por outro lado, importa também referir que os inquiridores não percorreram a totalidade do atual concelho, deixando de fora as atuais freguesias e uniões de freguesias de S. Gião, Penalva de Alva e S. Sebastião da Feira, Avô, Aldeia das Dez e Alvôco das Várzeas, razão pela qual, naturalmente, as não englobámos no presente estudo.

## 1. Oliveira do Hospital: uma breve caracterização do território

Oliveira do Hospital é o concelho mais a norte do distrito de Coimbra, situado na Beira Alta, mais especificamente na Beira Serra, região Centro (NUTS II) e Região de Coimbra (NUTS III).

A zona sul do concelho, marcada pelo vale do rio Alva e de outros cursos de água seus afluentes, alterna entre vales profundos e colinas, enquanto as zonas norte e central, a Cordinha e a Terra Chã, apresentam características planálticas, entrecortadas pelos vales de diversos cursos de água, afluentes do Mondego.

As diferenças têm também reflexos a nível demográfico. A zona central, a Terra Chã, em redor de Oliveira do Hospital – à semelhança do que se verificava em 1258 –, é muito mais densamente povoada que as restantes, fruto da fertilidade das várzeas que a compõem e da herança romana da cidade de Bobadela.

Abundam vestígios de ocupação paleolítica e neolítica, entre as quais se devem destacar algumas antas. Disseminados por diversos pontos do concelho encontram-se também vestígios de povoações castrejas, tendo também os Romanos deixado um importante legado em Bobadela, conhecida pelas ruínas da *splendidissima civitas*.

A igreja pré-românica de S. Pedro de Lourosa constitui, igualmente, um marco incontornável. Epigraficamente datada de 912, estudos recentes põem em destaque a existência de

duas campanhas construtivas, datadas dos reinados de Afonso II (791–842) e Afonso III das Astúrias (866–911) (Fernandes, 2016, pp. 230–253). Não obstante, toda a região voltaria à posse muçulmana, pelo que apenas depois da reconquista de Seia, em 1055, de Viseu, em 1058, e de Coimbra, em 1064, as hostes cristãs aqui se estabeleceram definitivamente.

Este território integrava-se na Terra de Seia, um vasto território que se assumia como uma terra de fronteira, exposta a ataques e investidas muçulmanas, num clima de guerra, que levam José Mattoso a compará-lo ao *far west* americano do século XIX (Mattoso, 1976, 143; Coelho, 1986).

É neste contexto que a região de Oliveira do Hospital se insere quando, cerca de 1120–1128, D. Teresa doa uma herdade localizada entre Bobadela e Oliveira à ordem do Hospital (Vasconcelos, 1931, 7; Abreu, 1893, pp. 36–27). A partir deste núcleo, a ordem alargará os seus domínios na região, assumindo-se como peça fundamental para compreender a organização administrativa, económica e senhorial do atual concelho. Contudo, como ficará patente no presente estudo, era apenas detentora de uma pequena parcela do território que constitui o atual concelho, onde se encontravam instalados, além da Coroa, numerosos outros senhores laicos e eclesiásticos.

## 2. Organização paroquial: igrejas, oragos e padroeiros

É conhecida a importância que a paróquia, e a respetiva igreja, exerceram ao longo do tempo na vivência individual e coletiva de uma comunidade rural. Infelizmente, as inquirições de 1258 não nos permitem um conhecimento completo acerca das paróquias em que se dividia o território do atual concelho, sendo totalmente omissas em relação aos responsáveis pela construção dos nove templos que nos permitem identificar (ver quadro I), bem como em relação aos bens que cada uma possuía (cf. Campos, 2007, 21–67). Mas a escassez de informação não se limita a estes aspetos. Relativamente a quatro templos não menciona o orago, o mesmo acontecendo em relação ao padroeiro num dos casos, pelo que, na tentativa de clarificar o quadro, recorreremos a duas outras fontes: a lista das igrejas do padroado real, criticamente datada de 1220–1229 (Boissellier, 2012, pp. 66–103) e o registo de assentamento da décima, de 1320 (Boissellier, 2012, pp. 123–203).

Os inquiridores identificam as igrejas de Meruge, Bobadela, Oliveira do Hospital, S. Paio de Gramaços, Nogueira do Cravo, Travanca de Lagos, Lagos da Beira, Lourosa e Lagares da Beira (*Inquisitiones*, pp. 773–778 e 783–784) (ver quadro I). Sabemos, através da lista das igrejas de 1220–1229, que também Seixo da Beira e Ervedal possuíam templos (Boissellier, 2012, p. 98),

novamente registados em 1320 (Boissellier, 2012, p. 179). O rol de 1220–1229 permite ainda a identificação das igrejas de Penalva de Alva, Lajeosa e Sobreda (Boissellier, 2012, p. 98).

A igreja de Penalva, apesar da mudança de orago, voltará a constar no assentamento de 1320 (Boissellier, 2012, p. 178), mantendo-se como paróquia até à atualidade. A de Sobreda, pelo contrário, desaparecerá da documentação, levando-nos a constatar que se terá anexado à do Seixo<sup>5</sup>. Repare-se que ambas têm o mesmo padroeiro e que a povoação de Sobreda ainda, atualmente, integra a paróquia de Seixo da Beira. A da Lajeosa, por seu turno, não constará nem nas inquirições, onde se afirma que a Lajeosa pertence à paróquia de S. João de Lagos (*Inquisitiones*, p. 777), nem na lista de 1320, mas virá, posteriormente, a constituir-se como paróquia.

Relativamente aos padroeiros e oragos, devemos observar os quadros apresentados (ver quadros I e II). Das nove igrejas mencionadas nas inquirições, apenas para a de Nogueira não se menciona o padroeiro, parecendo certo que ela se incluisse nos bens de Mem Pais<sup>6</sup>. Quanto aos expressos, o rei é padroeiro de um terço das igrejas: Santa Maria de Bobadela, S. Pedro de Travanca e S. João de Lagos. Cada um dos restantes apenas possuía uma igreja: o bispo de Coimbra, S. Pedro de Lourosa; o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Lagares; a ordem do Hospital. Santa Cruz de Oliveira; Estevão Anes, S. Paio e um conjunto de cavaleiros (*milites*), Meruge.

## 3. Os senhores da terra

Era vasto o leque dos senhores que possuíam bens e direitos no atual concelho de Oliveira do Hospital, sendo fundamental traçar a diferença entre senhorios territoriais e jurisdicionais<sup>7</sup>. Assim, ocupar-nos-emos primeiro dos de natureza territorial e no subponto seguinte dos de cariz jurisdicional.

### 3.1 A propriedade

De acordo com as inquirições de 1258, no atual concelho de Oliveira do Hospital, o domínio régio era composto por três grandes reguengos: Bobadela, Travanca e Lagos, constituídos por *villae*, casais, herdades, vinhas e numerosas parcelas, genericamente, denominadas *reguengos*. A estes somava-se o reguengo de Penalva que os inquisidores não percorrem. O rei era ainda padroeiro das respetivas igrejas, como demos conta.

A rainha D. Dulce de Aragão, esposa de D. Sancho I, doara, de acordo com os depoimentos das inquirições, a *villa* de Lourosa à Sé de Coimbra (*Inquisitiones*, p. 773). Contudo, a doação de Lourosa

à Sé é bastante mais antiga, remontando, num processo não totalmente claro, ao governo de D. Teresa<sup>6</sup>, prova da necessidade de confrontação entre as informações veiculadas pelas inquirições e demais documentação. Segundo a mesma fonte, D. Dulce comprara o Ervedal *cum suo termino* e doara-o à albergaria de Poiares (*Inquisitiones*, p. 784)<sup>7</sup>. Já sua filha D. Mafalda comprara as herdades do Seixo, das Seixas, da Sobreda e da Póvoa do Porto do Mondego a cavaleiros e dera-as à ordem de Avis (*Inquisitiones*, p. 784)<sup>8</sup>.

Indivíduo mais difícil de identificar é Mem Pais, que segundo os depoimentos das inquirições, fora aio de D. Afonso II e recebera doação de Nogueira, que D. Sancho I coutara por padrões (*Inquisitiones*, p.775). Não se encontra, contudo, qualquer documento que permita confirmar esta doação de D. Sancho I, que, na verdade, foi efetivada por D. Afonso II, a 30 de julho de 1211 (Azevedo, 1967, 39)<sup>9</sup>.

Dúvidas levanta também D. Urraca Fernandes Gata<sup>10</sup>. Afirma-se que D. Urraca possuía Oliveira e a Póvoa da Castanheira (*Inquisitiones*, p. 775), certamente pela realização de algum contrato com a Ordem do Hospital que possuía o senhorio pleno destes lugares. Além disso, na inquirição de Lagos, diz-se que D. Urraca tinha uma herdade situada na Ribeira, em Arcozelo, dentro do termo e do reguengo de Lagos (*Inquisitiones*, p. 777)<sup>11</sup>.

A Igreja era, em termos genéricos, aquela que maior área geográfica detinha neste território. Contudo, devido à distribuição das propriedades por elevado número de instituições, não suplantava a dimensão do domínio régio. Se parte dessas propriedades lhe havia chegado por doações e compras, não devemos olvidar as parcelas subtraídas por usurpação, principalmente no tocante ao senhorio das ordens do Hospital e de Avis.

A Sé de Coimbra possuía extensos senhorios entre os quais devemos destacar, nesta região, o couto de Coja (fr., c. Arganil). Ao bispo de Coimbra pertencia também Lourosa, que as inquirições de 1258 afirmam ter sido doada por D. Dulce (*Inquisitiones*, p. 777), situação que, no entanto, é equívoca. O *Livro Preto* contém uma carta de D. Teresa, em que esta doa a *villa* de Lourosa à Sé de Coimbra, a 13 de março de 1119, que, segundo Rui de Azevedo, se trata de uma falsificação (doc. 300, pp. 441-442). Sabemos, porém, que D. Afonso Henriques, a 2 de novembro de 1132, concede carta de couto a Lourosa, definindo os limites do couto e doando metade dele à Sé de Coimbra e a outra a Pedro Osoredes.

Também à Sé de Coimbra, mas desta feita ao cabido, pertencia a maior parte uma herdade em Vila Pouca da Beira, que fora de Dom Cotão e que os cônegos haviam comprado (*Inquisitiones*, p. 778). À mesma sé pertencia ainda Avô, que os inquiridores não visitam, cujo senhorio o bispo D. Tibúrcio adquirira mediante um escambo com o rei D. Sancho II, em 29 de março de 1240 (Correia; Gonçalves, 1952, p. 162).

As inquirições dão conta de que o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra recebeu, de D. Ausendo e sua esposa, doação de metade da herdade de Lagares da Beira, na condição de que Santa Cruz os defendesse dos ricos homens e do mordomo de Seia (*Inquisitiones*, p. 783)<sup>12</sup>. A partir desta herdade, que corresponderia a metade da *villa* de Lagares, Santa Cruz procurou, através de diversas compras, num processo bem patente no depoimento dos inquiridos, alargar os seus domínios neste lugar. As testemunhas informam-nos ainda que Santa Cruz havia substituído os herdeiros e paroquianos como padroeiros da igreja (*Inquisitiones*, p. 784).

Já o mosteiro de S. João de Tarouca possuía quatro casais em Meruge que haviam sido do cavaleiro Gonçalo Rodrigues que os doara ao mosteiro quando nele entrara, ao tempo de D. Sancho II (*Inquisitiones*, p. 773)<sup>13</sup>.

As inquirições permitem também localizar o principal domínio da Ordem do Hospital na região, em Oliveira do Hospital, – de cuja posse, precisamente, lhe vem o determinativo – onde a ordem detinha o padroado da igreja de Santa Cruz (*Inquisitiones*, p. 775) e exercia a sua jurisdição, e onde se localizava também a herdade de Gavinhos de Baixo. Da mesma forma, evidenciam um processo de alargamento desses domínios, pautado na fundação da Póvoa da Castanheira, hoje desaparecida, situada na herdade da Ordem (*Inquisitiones*, p. 775)<sup>14</sup>.

Importa não esquecer que o Hospital possuía, fazendo fé nas inquirições, sete casais em Meruge, que haviam sido de cavaleiros (*Inquisitiones*, p. 773); um em Lagos, dentro do domínio régio, sem que se pudesse saber como fora adquirido (*Inquisitiones*, p. 776)<sup>15</sup>; e parte da *villa* da Lajeosa que dividia com a ordem de Avis (*Inquisitiones*, p. 777).

A ordem de Avis possuía, de acordo com o mesmo relato, a herdade da Corujeira, que as testemunhas afirmam ter pertencido a Martinho *Tratesendiz*, passando para a ordem por doação de uma rainha (*Inquisitiones*, p. 774)<sup>16</sup>; parte da *villa* de Lajeosa (*Inquisitiones*, p. 777); e as herdades do Seixo, das Seixas, da Sobreda e da Póvoa do Porto do Mondego, que a infanta D. Mafalda comprara a cavaleiros e doara à ordem (*Inquisitiones*, p. 784)<sup>17</sup>.

A albergaria de Poiares possuía a povoação de Ervedal com o seu termo que, de acordo com as testemunhas, havia sido comprado e doado àquela albergaria pela rainha D. Dulce (*Inquisitiones*, p. 784), bem como algumas herdades em Travanca de Lagos (Marques, 2011, p. 44).

Em relação à propriedade alodial, como seria expectável, as inquirições dão conta do seu recuo face a um domínio senhorial crescente. Não obstante, em 1258, tinha ainda algum peso, particularmente em Lagares, Gramaços, Meruge, S. Paio, Santa Ovaia e Vila Pouca. Por outro lado, como dizíamos, o domínio senhorial ameaçava estender-se sobre muitas dessas parcelas, sendo significativas as menções a parcelas que haviam sido alódios

e que, no momento da realização das inquirições, integravam os domínios das instituições eclesiásticas ali instaladas.

### 3.2 Os senhorios

Se o senhorio territorial era grandemente cobiçado por senhores laicos e religiosos, mais era o jurisdicional, que procuravam exercer por acréscimo e reprodução, muitas vezes ilicitamente, nas áreas onde possuíam senhorios territoriais. No atual concelho de Oliveira do Hospital, para além da Sé de Coimbra, de Mem Pais, da ordem do Hospital e do concelho de Seia, pertencia ao rei a maior parte dos senhorios jurisdicionais. Além destes, e embora as inquirições de 1258 o não reflitam claramente, é seguro que também a ordem de Avis exercia a sua jurisdição, o mesmo acontecendo com o mosteiro de Santa Cruz.

O rei exercia os seus poderes jurisdicionais dentro dos seus reguengos, nomeadamente na Bobadela, em Travanca de Lagos, em Lagos da Beira e em Penalva de Alva, onde associava o senhorio territorial ao jurisdicional, mas também noutros lugares como Meruge e Nogueirinha, onde recebia voz e coima (*Inquisitiones*, p. 773).

Por seu turno, na Corujeira, o rei recebia meia voz e coima enquanto pertencera a Martinho *Tratesendiz*, mas aquando da realização das inquirições, passando ao senhorio da ordem de Avis, perdera essas prestações (*Inquisitiones*, p. 774). Dentro dos domínios da ordem do Hospital, o rei continuava a receber voz e coima em Gavinhos de Baixo (*Inquisitiones*, p. 775). No caso de Lagares, cuja *villa* pertencera a herdeiros, também recebia voz e coima, mas desde que muitas das herdades haviam sido compradas por Santa Cruz perdera essas prestações (*Inquisitiones*, pp. 783-784). No Ervedal, na posse da albergaria de Poiares, e no Seixo, nas Seixas, na Sobreda e na Póvoa do Porto do Mondego, na posse da ordem de Avis, o rei também não recebia qualquer contribuição de caráter jurisdicional (*Inquisitiones*, p. 784), tal como acontecia na Lajeosa (*Inquisitiones*, p. 777).

Mem Pais recebera as *villae* de Nogueira do Cravo e Galizes, a 30 de julho de 1211, por doação de D. Afonso II (Azevedo, 1967, 39). Fazendo fé no relato das testemunhas, que declaram que o rei a coutara por padrões, ficando *abrasa ab omni jure regali* (*Inquisitiones*, p. 775), verificamos que a jurisdição lhe cabia nesses lugares.

Como referimos, D. Afonso Henriques coutara Lourosa, a 2 de novembro de 1132, definindo os limites do couto e doando metade à Sé de Coimbra e a outra a Pedro Osoredes (*Livro Preto*, doc. 299, pp. 440-441). Não sabemos de que forma evoluiu o senhorio jurisdicional dos bispos no couto de Lourosa, mas estribados no relato das testemunhas inquiridas, sabemos que, em 1258, os bispos de Coimbra eram os seus únicos senhores, ali exercendo a sua jurisdição (*Inquisitiones*, pp. 777-778).

Por outro lado, embora o relato das testemunhas não nos deixe perceber claramente essa situação, sabemos que o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra vira todos os homens que morassem nas suas herdades, situadas na Terra de Seia, serem coutados por D. Sancho I, em junho de 1186 (*Documentos D. Sancho I*, doc. 10), pelo que o mosteiro exerceria a sua jurisdição sobre Lagares e, posteriormente, também sobre o Ervedal, quando, depois de 18 de março de 1264, a albergaria de Poiares entra na posse do mosteiro (*Chanc. de D Afonso III*, doc. 314).

Desconhece-se a data da entrada da ordem do Hospital em Oliveira do Hospital, mas, a partir da doação inicial, dilatária o seu domínio, onde exercia a sua jurisdição (*Inquisitiones*, p. 775). Os domínios da ordem englobavam também a *villa* de Gavinhos de Baixo, parte da *villa* da Lajeosa, um casal em Lagos e sete em Meruge. Quanto ao facto da ordem exercer a sua jurisdição nesses locais, as inquirições não são de todo claras, mas parece certo que a exercia em todos eles, à exceção de Gavinhos de Baixo. Em relação à ordem de Avis, os relatos das testemunhas não permite saber se exercia jurisdição sobre as herdades que hoje compreendem a freguesia de Seixo da Beira. Contudo, tendo em conta que a exercia sobre outros lugares da Terra de Seia, e que, à semelhança destes, todos haviam entrado no seu senhorio por doação da infanta D. Mafalda, parece-nos certo que também aqui a exerceria.

Acresce ainda o concelho de Seia. Um dos grandes concelhos da região da serra da Estrela, englobando toda a área do atual município de Oliveira do Hospital. Alvo de diversas desanexações, ver-se-ia progressivamente reduzido. Por exemplo, Meruge e Corujeira, pertença de cavaleiros-vilãos deste concelho, passariam para a posse do mosteiro de S. João de Tarouca e das ordens do Hospital e de Avis (*Inquisitiones*, p. 773-774). Também em Lagares se exercia a jurisdição de Seia, sendo precisamente para que Santa Cruz protegesse D. Ausendo, proprietário de metade dessa *villa*, dos ricos-homens e do mordomo de Seia que este lhe doa metade dessa sua herdade (*Inquisitiones*, p. 783-784). Já os lugares de Santa Ovaia e Gramaços pertenciam ainda, aquando da realização das inquirições, ao concelho de Seia (*Inquisitiones*, p. 778).

## 4. As usurpações e os conflitos

Um dos primaciais objetivos da realização de inquirições gerais é detetar as usurpações cometidas sobre as propriedades e os direitos régios, pelo que essa informação não poderia deixar de ser registada. Assim, identificamos diversos casos de não pagamento dos direitos reais, de ocupações ilegais da propriedade reguenga ou de alterações aos seus limites.

Entre os vários casos em que se não pagam os direitos devidos ao monarca, contamos João Galvão, de Gavinhos de Cima, morador na herdade de Estevão Anes, pretor da Covilhã, que trazia uma das vinhas localizadas no termo de Penalva e dela não faziam qualquer foro ao rei (*Inquisitiones*, p. 775). Mais complexa é a situação relativa a uma herdade, situada em Oliveira do Hospital, que estava em posse de Domingos Martins, Gonçalo Anes e Gonçalo Viegas, alegadamente de sua avoenga, e em relação à qual os seus pais haviam feito uma composição com a ordem do Hospital, comprometendo-se a entregar 1/9 do pão e do vinho para que esta os protegesse do foro devido ao rei (*Inquisitiones*, p. 775). Pedro Fernandes, por seu turno, não pagava foro nem ao rei, nem à ordem do Hospital (*Inquisitiones*, p. 775) e os descendentes de D. *Thavão*, que tinham uma herdade que lhe pertencera, em Gramaços, nem pagavam foro ao rei como vilãos, nem tinham cavalo como cavaleiros, como determinava o foro de Seia (*Inquisitiones*, p. 775)<sup>18</sup>, situação que, igualmente, se verificava em Vila Pouca (*Inquisitiones*, p. 778)<sup>19</sup>.

São também diversos os exemplos de ocupações ilícitas de parcelas reguengas. Na inquirição de Bobadela, o prelado da igreja, Mem Peres, informa que os homens das herdades da ordem do Hospital e os membros da própria ordem tinham por hábito, não somente entrar nos limites do termo da Bobadela – e note-se que os inquiridores vão registar os limites desse termo –, como, inclusivamente, lá pousavam (*Inquisitiones*, p. 774). Esta situação é reafirmada na inquirição de Oliveira, quando as testemunhas identificam cinco homens do Hospital que traziam vinhas situadas no reguengo da Bobadela e que, embora pagando ao rei o respetivo foro, se considerava incorrerem contra o foro de Bobadela<sup>20</sup>.

Por outro lado, mesmo que as testemunhas não o afirmem diretamente e os inquiridores não o registem explicitamente, a fundação da Póvoa da Castanheira, entre Gavinhos e a Bobadela, pela ordem do Hospital, levanta a possibilidade de ter sido fundada à custa de parcelas reguengas. Os inquiridores escrevem que ela se localiza *in hereditate Hospitalis*, mas não deixaram de acrescentar que *est ipsa pobua circumdata de regalengo, et laborat regalengum, et est conteuda per regalengo, tam per laboriam quam per alia* (*Inquisitiones*, p. 775). Seriam exatamente moradores nesta Póvoa os homens do Hospital, que, às ordens de D. Urraca Gata, tinham filhado uma herdade reguenga, no Casal da Velha, no Rio Seco, no termo de Travanca, que trazia Pedro Gonçalves *Pedrelão* (*Inquisitiones*, p. 775). Na inquirição de Travanca consta também que homens da Lajeosa, da ordem de Avis, tinham uma herdade reguenga dissimulada, situada no lugar da Pedra de *Cono*, no termo de Travanca (*Inquisitiones*, p. 776)<sup>21</sup>.

Quanto à realização de alterações ilegais nos limites dos reguengos, estas são frequentes no de Lagos. Pedro Feio, de Gavinhos de Cima, havia torneado a água de Balocas, por onde

partia esse reguengo com Gavinhos, e havia filhado uma parcela do reguengo; e Fernando Dias, da Lajeosa, *pegara e partira* uma herdade situada no lugar de Pereiro, onde aquele reguengo partia com Lajeosa, trazendo agora essa parcela Martinho Fernandes, homem de Avis, da Lajeosa, que dela fazia foro não ao rei mas à ordem (*Inquisitiones*, p. 776). No mesmo reguengo, desta feita onde ele partia com a herdade de Gavinhos de Baixo, da ordem do Hospital, também os seus limites haviam sido ilicitamente alterados, desta feita por homens do Hospital que, mudando o trajeto do caminho velho que marcava essa estrema, haviam filhado reguengo (*Inquisitiones*, p. 777).

## Conclusão

O território do atual concelho de Oliveira do Hospital conservava, durante a primeira metade do século XII, as características fundamentais na sua evolução histórica de terra de fronteira, registando-se, em meados do século seguinte, uma forte implantação senhorial eclesiástica da Sé de Coimbra, do mosteiro de Santa Cruz e das ordens militares do Hospital e de Avis, a par de uma implantação senhorial laica mais ténue. Assiste-se ainda à manutenção de algumas parcelas alodiais e a uma considerável importância do domínio régio.

Este estudo permite-nos traçar uma imagem, embora imperfeita, desse território. Os oficiais régios que, em 1258, o percorrem preocupam-se, antes de mais, com os padroados, os direitos e os bens pertencentes ao rei, pelo que se nos lugares correspondentes aos reguengos de Bobadela, Lagos da Beira e Travanca de Lagos, dispomos de considerável volume de informação, nos lugares onde dominam outros senhores, como Ervedal, Seixo da Beira, Corujeira ou Nogueira do Cravo, as informações registadas são muito parcas. Por outro lado, importa também que nos não esqueçamos que os inquiridores não percorrem toda a área do atual concelho, não abarcando as freguesias dos vales dos rios Alva e Alvôco.

Na tentativa de construir um quadro que permita identificar os senhores da terra assiste-se a uma grande fragmentação da sua posse, especialmente nas mãos de considerável número de instituições religiosas. Ainda assim, pertencia à Coroa o domínio da maior área territorial, os três reguengos que há pouco identificámos, aos quais se somava o de Penalva de Alva. Seguiu-se-lhe, em ordem de importância, a ordem do Hospital. Também a ordem de Avis era proprietária de vastos domínios, mais extensos do que os do Hospital, embora não tão relevantes, nomeadamente as herdades de Seixo da Beira, Seixas, Sobreda e Póvoa do Porto do Mondego; a herdade da Corujeira e parte da *villa* de Lageosa. O mosteiro de S. João de Tarouca possuía quatro casais em Meruje, o de Santa Cruz de Coimbra possuía diversas herdades em Lagares



1. No presente quadro consideram-se apenas as igrejas identificadas para o período cronológico em que baseamos o nosso estudo, não se contemplando as igrejas que atualmente pertencem ao concelho mas não encontrámos identificadas, nomeadamente, Aldeia das Dez (S. Bartolomeu), Alvôco das Várzeas (S. André), Santa Ovaia (N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Expectação), S. Gião (S. Julião), S. Sebastião da Feira (S. Sebastião) e Vila Pouca da Beira (S. Sebastião).

2. De acordo com o Anuário Católico de Portugal (2004). Coimbra: Secretariado-geral da Conferência Episcopal Portuguesa, pp. 269-271.

da Beira, tornando-se patrono da respetiva igreja; o cabido da Sé de Coimbra possuía também partes de diversas herdades em Vila Pouca da Beira. Lourosa – tal como Avô – era couto do bispo de Coimbra e o Ervedal e respetivo termo pertenciam à albergaria de Poiars. Nas mãos da nobreza encontramos Nogueira do Cravo que D. Afonso II doara a Mem Pais, bem como algumas herdades nas mãos de D. Urraca Fernandes Gata. Na posse de proprietários alodiais mantinham-se algumas partes de herdades em Lagares, Meruge, Nogueirinha, Vila Pouca, S. Paio e Gramaços.

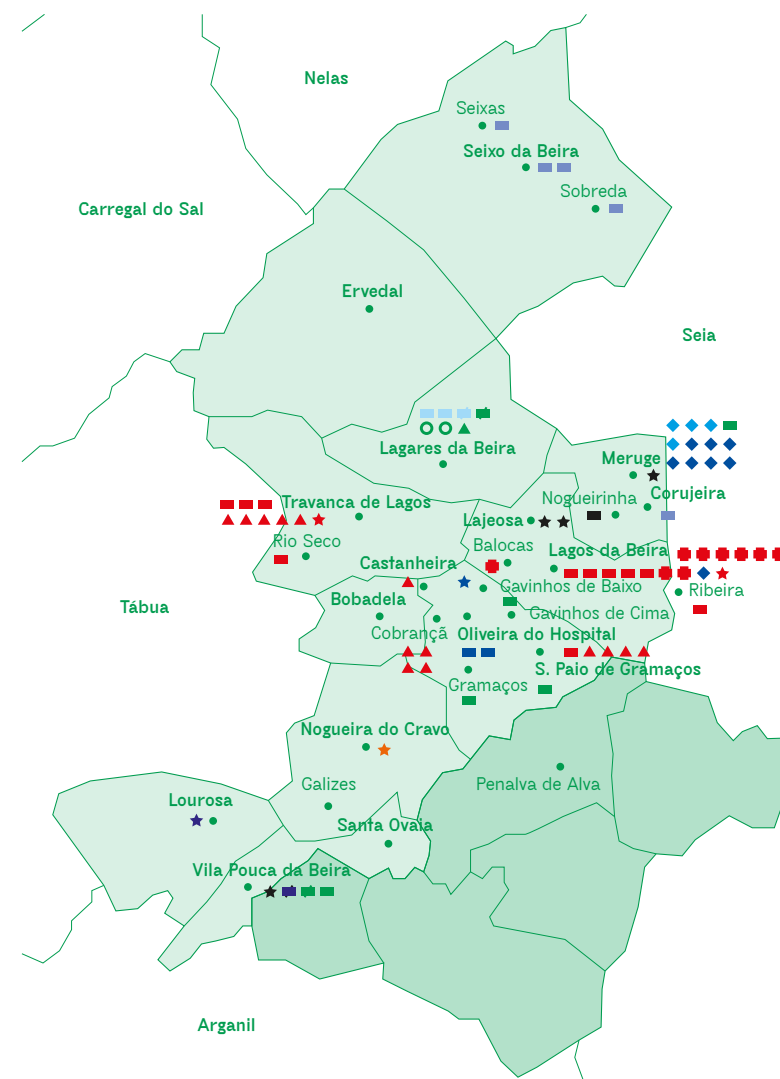
Igreja	Lista das igrejas do padroado real [1220-1229]	Inquirições de 1258	Registo de assentamento da décima de 1320	Atualidade <sup>2</sup>
Avô	Na. Sr.a da Assunção	—	Santa Maria	Na. Sr.a da Assunção
Bobadela	Na. Sr.a da Graça	Não mencionado	Santa Maria	Na. Sr.a da Graça
Ervedal	Santo André	—	Santo André	Santo André
Lagares	Na. Sr.a da Conceição	Não mencionado	Santa Maria	Na. Sr.a da Conceição
Lageosa	Na. Sr.a da Expectação	—	—	Na. Sr.a da Expectação
Lagos	São João Batista	São João	São João	São João Batista
Lourosa	Cadeira de S. Pedro	São Pedro	São Pedro	Cadeira de S. Pedro
Meruge	São Miguel	Não mencionado	São Miguel	São Miguel
Nogueira	Na. Sr.a da Expectação	Não mencionado	Santa Maria	Na. Sr.a da Expectação
Oliveira do Hospital	Exaltação da Santa Cruz	Santa Cruz	Não mencionado	Exaltação da Santa Cruz
Penalva	São Tomé	—	São Tomé	São Tomé
São Paio	São Pelágio	São Pelágio	São Pelágio	São Pelágio
Seixo	São Pedro <i>ad Vincula</i>	—	São Pedro	S. Pedro <i>ad Vincula</i>
Sobreda	—	—	—	—
Travanca	São Pedro	São Pedro	São Pedro	São Pedro

Quadro 1  
Oragos das Igrejas do atual concelho de Oliveira do Hospital'

**Quadro 2**  
Padroeiros das Igrejas do atual concelho de Oliveira do Hospital, até c. 1400

<b>Igreja</b>	<b>Padroeiro</b>
Avô	Rei ([1220-1229]) / Bispo de Coimbra (1240) / Cabido da Sé de Coimbra (1290)
Bobadela	Rei ([1220-1229]) / Infante D. João ([1367-1383]) / Afonso Gomes da Silva (1385) / Gomes Freire de Andrade (s./d.)
Ervedal	sem indicação
Lagares	Milites (antes de 1258) / Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (1258)
Lagos	Rei ([1220-1229]) / Afonso Gomes da Silva (1385) / Gomes Freire de Andrade (s./d.)
Lourosa	Bispo de Coimbra (1258)
Meruge	Milites (1258) / Mosteiro de S. João de Tarouca (parte - 1234)
Nogueira	Mem Pais [Rotura] (antes de 1148) / Bispo de Coimbra (1148)
Oliveira do Hospital	Ordem do Hospital (1258)
Penalva	Rei (1320) / Infante D. João ([1367-1383]) / Martim Vasques da Cunha (1383) / Leonor da Cunha e Fernão Gomes de Góis (depois de 1393)
São Paio	Estevão Anes (1258) / Rei (1320)
Seixo	sem indicação
Travanca	Rei (1258) / Afonso Gomes da Silva (1385) / Gomes Freire de Andrade (s./d.)

**Mapa 1**  
Distribuição dos tipos de propriedade, e respetivos proprietários, identificados nas Inquirições de 1258



**Notas**

1. Cumpre-nos, neste ponto introdutório, deixar uma palavra de sincero reconhecimento e agradecimento às senhoras Professoras Doutoradas Maria Alegria Fernandes Marques e Leontina Domingos Ventura, sob a orientação das quais, durante o nosso percurso académico, na licenciatura e no mestrado, iniciámos a investigação em torno no território do atual concelho de Oliveira do Hospital.

2. Este artigo serve de singela homenagem às gentes do município de Oliveira do Hospital que viram o território do seu concelho devastado pelo maior incêndio florestal que ocorreu em Portugal, a 15 e 16 de outubro de 2017.

3. Parece certo que se possa estabelecer uma relação entre essa

anexação e a compra das herdades do Seixo, Sobreda, Seixas e Póvoa do Porto do Mondego efetuada, de acordo com as inquirições, por D. Mafalda, filha do rei D. Sancho I, e sua posterior doação à ordem de Avis.

4. De facto, Afonso Mendes, filho de Mem Pais, doará metade da igreja de Nogueira ao mosteiro de S. Jorge de Coimbra, comprovando que já seu pai detinha esse padroado (Vilar, 2013, p.35).

5. Num senhorio territorial ou dominial cabe ao senhor a posse do domínio direto, podendo conceder o seu domínio útil, constituindo o senhorio uma realidade que tem uma base física, isto é, a terra, que transmite ao seu senhor direitos sobre os homens que nela habitam e laboram. No senhorio jurisdicional a

autoridade do senhor advém da posse da jurisdição, isto é, do exercício da autoridade sobre os homens, podendo não implicar a propriedade da terra mas somente direitos, e dividir-se em jurisdição cível e crime que podiam pertencer a um mesmo senhor, mas sendo comum que uma instituição eclesiástica ou um laico exercessem a jurisdição cível e o monarca conservasse, ou chamasse a si, a crime.

6. O *Livro Preto* conserva tanto uma carta em que a condessa D. Teresa doa a *villa* Lourosa à Sé de Coimbra, datada de 13 de março de 1119 (doc. 300, pp. 441-442), como a carta de couto outorgada por D. Afonso Henriques, a 2 de novembro de 1132, a favor do bispo D. Bernardo e seus sucessores e de Pedro Osoredes (doc. 299, pp. 440-441).

7. Marques (2011, pp. 44 e 49) chama a atenção para o facto de D. Dulce possuir também algumas herdades em Travanca de Lagos e de sabermos, através da carta de foro aos povoadores do Ervedal, outorgada por sua filha D. Teresa, em 1249, que D. Dulce lhes teria já outorgado um documento semelhante, hoje desaparecido.

8. Como adiantámos, a esse facto não deverá ser estranha a cláusula do seu testamento, redigido antes de 6 de julho de 1256, em que D. Mafalda deixa à ordem de Avis *totam illam meam hereditatem quam habeo in terra de Sena sicut scriptum est in meis cartis et sui* (Coelho, (2005, pp. 77-80).

9. Quando à identidade deste Mem Pais, chamado, nessa doação, *nutritori*, avança Ventura (1992, p. 243) que ele pode ser irmão de Egas Pais, camareiro do rei D. Sancho I, parecendo, porém, mais seguro que se trate do filho de Paio Fromarigues e neto de Fromarigo Guterres, *criatus* de D. Teresa, e sobrinho de Pero Fromarigues, origem dos Riba de Vizela (Vilar, 2013, p. 37). Ventura (1992, pp. 243-244) adianta ainda que Vicente Mendes, filho de Mendo Pais, seria porteiro-mor de D. Afonso III e Vilar (2013, p. 33) informa que, em 1219, Mem Pais doou metade da *villa* de Galizes ao mosteiro de S. Jorge de Coimbra, onde se faria sepultar, tal como seu filho, Afonso Mendes, que doaria também àquela instituição todos os seus bens em Galizes e metade da igreja de Nogueira.

10. O autor do *Livro Velho de Linhagens* (pp. 37-38) afirma que Urraca Fernandes, filha de Urraca Nunes (filha de Urraca Mendes e Nuno Mendes de Cima) e Fernão Pelegrim, casou com Dom Afonso Gato, donde lhe viera o apelido, nascendo desse casamento Lopo Gato, Fernão Gato e

Constança Afonso. Estas informações são confirmadas no *Livro do Deão* (pp. 153-154) que adianta que D. Afonso Pires Gato era filho de Maria Anes (filha de D. Egas Moniz, o Gasco) e Pero Nunes, e que do seu casamento, para além dos três filhos mencionados no *L.V.*, nasceram mais duas raparigas, Teresa Afonso Gata e Guiomar Afonso Gata. A mesma informação é também, genericamente, confirmada no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (pp. 443-444 e 466), que também identifica e nomeia os cinco filhos do casamento de Urraca Fernandes com Afonso Pires Gato, variando, porém, do *L.V.* na medida em que, no capítulo dos *Brangançãos*, considera que Urraca Nunes (mãe de D. Urraca Fernandes) seria filha de Nuno Pires de Bragança (filho de Pero Fernandes, o Braganção) e de Elvira Mendes (filha de D. Mendo Moniz de Ribadouro e de D. Ouroana Mendes), e não de Urraca Mendes e Nuno Mendes de Cima como consta no *L.V.*, não obstante no capítulo dos Azevedo, já filiar a mesma Urraca Nunes em Nuno Mendes de Caria (*L.C.D.P.*, p. 65). Devemos ainda anotar que tanto o *L.V.* como o *L.C.D.P.*, informam que D. Urraca Fernandes Gata era meia-irmã, por parte de sua mãe, de D. Maria Pais Ribeira, barregã d' *el rei dom Sancho, o Velho, de Portugal* (*L.V.*, p. 38 e *L.C.D.P.*, parte 2, p. 66).

11. As inquirições permitem-nos ainda saber que D. Urraca comprara, ao tempo do rei D. Sancho II (1225-1248), uma herdade formada por quatro casais no Torroselo (fr., c. Seia) onde não fazia nenhum foro ao rei, tal como acontecia também em quatro outros casais que possuía em Arcozelo (l, fr. Folhadosa, c. Seia) e num outro que comprara na Várzea de Meruge (fr., C. Seia), onde se tornara padroeira da igreja de Santiago, depois que comprara a *villa* (*Inquisitiones*, pp. 773-774).

12. Ao confrontarmos esta informação com a disponibilizada no *Livro Santo* verificamos que é em janeiro de 1140 que D. Ausendo e sua esposa *Gontili* fazem doação de metade da herdade que têm em Lagares e em Travancinha aos mosteiros de Santa Cruz e de S. Romão de Seia, portanto, não no tempo de D. Sancho I como julgavam os inquiridos, mas sim no de D. Afonso Henriques (doc. 77, pp. 213-214). No mesmo cartulário colhemos outras informações relativas ao processo de implantação e alargamento do senhorio do mosteiro de Santa Cruz no concelho de Oliveira do Hospital. Na realidade a primeira doação realiza-se em julho de

1138, momento em que Gonçalo Afonso e sua esposa Susana Gonçalves fazem testamento ao mosteiro de Santa Cruz de dois casais que possuíam na Lageosa, com todas as suas pertenças (doc. 81, p. 217). Da mesma forma em agosto de 1139, Elvira Moniz faz testamento, ao mosteiro de S. Cruz do seu 1/16 de Bobadela (doc. 73, pp. 208-209). Em Lagares, Santa Cruz receberá a doação de pelo menos mais duas herdades, uma de Martim Gilberto, em julho de 1142 (doc. 49, p. 173), e outra de Ero e sua esposa Aragunda, em agosto de 1155, situada em *Alvariça*, na *villa* de Lagares (doc. 96, p. 231); comprando ainda, por 7 morabitórios, uma outra herdade, em abril de 1224, pertença de Mem Peres e sua esposa D. Marina (doc. 57, p. 191). Devemos ainda acrescentar as doações, em testamento, de dois casais em Nogueirinha, o primeiro de Fernando *Reirigues*, em julho de 1142 (doc. 100, p. 236) e o segundo de *Tructu Reirigues*, em julho de 1144 (doc. 101, p. 237) e de uma herdade, em Lourosa, Vila Pouca, *Favela* e Candosa, que Paio e seu irmão João doam a Santa Cruz, em setembro de 1150 (doc. 92, pp. 227-228).

13. Cf. *Livro das Doações de Tarouca*, doc. 692, p. 513. Pela análise deste documento verificamos que Gonçalo Rodrigues (embora o sumário o chame Garcia) doou, em abril de 1234, ao mosteiro de S. João de Tarouca, os bens que possuía no termo de Seia, sem se especificar se eram ou não correspondentes a quatro casais, nos quais se incluía também parte do padroado da igreja de S. Miguel de Meruge (dita de Nogueirinha), entre outros motivos e razões, para compra do seu hábito.

14. A Póvoa da Castanheira localizar-se-ia na zona das atuais quintas da Coitena e das Tapadas, como parecem indicar as inquirições que a localizam *inter Gavinos et Bobadela* (*Inquisitiones*, p. 775) e a carta de foro da Bobadela que, definindo o termo de Bobadela, nos diz que esse termo *vadit ad Crucem per carregram que vadit per a par de Aldea de Castanaria, deinde quomodo vadit ad Pontem Pedrinam et deinde quomodo vadit ad Rivulum Siccum* (*Chancelaria de D. Afonso III*, doc. 201, pp. 226-227). Abreu (1893, pp. 43-44), no final do século XIX, dá ainda conta da existência de um alqueive e uns terrenos bravios, localizados na zona das quintas das Tapadas, conhecidos como Castanheira, bem como da tradição, entre os caseiros da quinta da Coitena, que por ali houvera, perto do rio Seco, uma povoação desaparecida.

15. Devemos chamar a atenção para o facto de na freguesia de Lagos, na quinta do Boco, se conservar ainda hoje uma lápide, embora muito tardia, que dá conta da existência de um casal que era pertença da ordem do Hospital, não sendo de excluir a hipótese de, não obstante o enorme desfasamento temporal, se tratar do mesmo casal referido em 1258.

16. Os inquiridores não mencionam a identidade da rainha que fizera essa doação, pelo que somos levados à hipótese de se referirem a D. Mafalda (1195/96-1256) (Coelho, 2005, p. 78).

17. É possível que também estas propriedades se integrassem na herdade, situada na terra de Seia, que D. Mafalda legou em testamento à ordem de Avis.

18. Cf. *Documentos Medievais Portugueses*, doc. 152, pp. 176-179.

19. Em Lagares, os descendentes de D. Ausendo, que possuíam parte de uma herdade também não faziam foro ao rei, mas ao contrário dos anteriores davam na colheita e iam em hoste e anúduva (*Inquisitiones*, p. 783).

20. Na realidade o foro de Bobadela não impede que os moradores de Oliveira trabalhem nas vinhas que tinham dentro dos limites do termo de Bobadela, prevendo somente que em vez de pagar 1/10 da produção, como os habitantes do termo, pagassem 1/8 (*Chanc. de D. Afonso III*, doc. 201, pp. 226-227).

21. A mesma situação registava-se de resto em numerosas parcelas do reguengo de Lagos em posse de homens de Avis; do Hospital; de Estevão Joanes, pretor da Covilhã; e de D. Urraca Fernandes Gata, que dando ração ao rei, lhe não faziam nenhum outro foro (*Inquisitiones*, p.777).

Abreu, Adelino de (1893). *Oliveira do Hospital: traços histórico-críticos*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Azevedo, Rui Pinto de (1967). O Livro de Registo da Chancelaria de Afonso II de Portugal (1217-1221). *Anuario de Estudios Medievales*, 4, 35-73.

Boissellier, Stéphane (2012). *La Construction Administrative d'un Royaume: registres de bénéfices ecclésiastiques portugais (XIII-XIVe siècles)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.

Campos, Maria Amélia Álvaro de (2007). Aspectos da presença eclesiástica em Terras de Seia na Idade Média (Inquirições Gerais de 1258). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 7, 21-67.

*Chancelaria de D. Afonso III* (2006). Livro 1, t. 1. Leontina Ventura e António Resende de Oliveira (ed.). Coimbra: Imprensa da Universidade.

Coelho, Maria Helena da Cruz (2005). *Arouca: uma terra, um mosteiro, uma santa*. Arouca: Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda.

Coelho, Maria Helena da Cruz (1986). *Seia: uma terra de fronteira*. Seia: Câmara Municipal de Seia.

Correia, Vergílio; Gonçalves, António Nogueira (1952). *Inventário Artístico de Portugal*. Vol. 4: *distrito de Coimbra*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.

*Documentos de D. Sancho I (1174-1211)* (1979). Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira (ed.). Coimbra: Centro de História da Universidade.

*Documentos Medievais Portugueses* (1940). Vol. 1, tomo 2: *Documentos Régios: Documentos de D. Afonso Henriques*. Rui de Azevedo (ed.). Lisboa: APH.

Fernandes, Paulo Almeida (2016). *Matéria das Astúrias: ritmos e realizações da expansão asturiano-leonesa no actual centro de Portugal (séculos VIII-X)*. Dissertação de doutoramento, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

*Livro Preto da Sé de Coimbra* (1999). Manuel Augusto Rodrigues (ed.). Coimbra: Arquivo da Universidade.

*Livro Santo de Santa Cruz de Coimbra* (1990). Leontina Ventura e Ana Santiago Faria (ed.). Coimbra: INIC.

Marques, Maria Alegria Fernandes (2011). *D. Dulce de Aragão: rainha fecunda (1160(?)-1198)*. Vila do Conde: Quidnovi.

Mattoso, José (1976). A Região de Arganil: de fronteira a terra senhorial. *Revista Portuguesa de História*, 16, 143-158.

*Portugaliae Monumenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum* (1980). Nova série. Vol. 1: *Livros velhos de linhagens*. Joseph Piel e José Mattoso (ed); Vol. 2: *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. José Mattoso (ed.). Lisboa, Academia das Ciências. (citados como *Livro Velho (L.V.); Livro do Deão (L.D.); Livro de Linhagens do Conde D. Pedro (L.C.D.P.)*).

*Portugaliae Monumenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum* (1917). *Inquisitiones*, vol. 3. Alexandre Herculano (ed.). Lisboa: Typis Academicis. (citado como *Inquisitiones*).

*Taraucae Monumenta Historica* (1991). Vol. 1: *Livro das Doações de Tarouca*. A. de Almeida Fernandes (ed.). Braga: Câmara Municipal de Tarouca.

Vasconcelos, António de (1931). Oliveira do Hospital e o seu escudo de armas. *Biblos*, 9-10, 5-21.

Ventura, Leontina (1992). *A Nobreza de Corte de Afonso III*. 2 vols.. Dissertação de doutoramento, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Vilar, Hermínia Vasconcelos (2013). *D. Afonso II: um rei sem tempo*. Lisboa: Círculo de Leitores.

# Dos processos de organização do território: Braga e a modelação da paisagem em época pré-romana

\* FAUP, Lab2PT-UM  
\*\* ISCUM, Lab2PT-UM  
\*\*\* EAUM, Lab2PT-UM  
\*\*\*\* FAUP, CEAU-UP

## Resumo

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto de doutoramento “Estruturas da desordem. Formas do território da urbanização de baixa densidade entre Braga e Barcelos.” (SFRH/BD/131036/2017)

Este trabalho pretende tratar os processos de organização do povoamento pré-romano, no território onde se vai implantar a cidade de *Bracara Augusta*, no alinhamento de uma abordagem atenta às especificidades da condição histórica e geográfica da paisagem.

No contexto das investigações sobre o povoamento antigo, a generalidade dos autores descreve as dinâmicas de estruturação dos assentamentos fortificados segundo um sistema hierarquizado, que converge no reconhecimento de lugares estratégicos, com forte legibilidade na paisagem. Esta adaptação informa sobre uma determinada condição do espaço que nos parece capaz de abrir novos sentidos sobre a legibilidade do suporte territorial.

A perspetiva da valorização espacial coloca o destaque nas relações que se vão estabelecer com as circunstâncias geomorfológicas do território. O objetivo é constituir matéria de reflexão que nos permita argumentar sobre o papel mediador do suporte topográfico, de acordo com três eixos problematizadores, que estruturam as três partes principais do texto, alinhados com os temas da acessibilidade, legibilidade/ inteligibilidade e visibilidade.

Fixadas as chaves de leitura a partir dos dados arqueológicos e geomorfológicos, passamos no primeiro ponto a esclarecer sobre as relações que se estabelecem com os canais de circulação naturais do território e o modo como essas mesmas relações podem participar na construção de uma ideia de ‘rede’. No ponto seguinte focamos as relações que se estabelecem com o declive, de modo a complementar perspetivas sobre o seu papel na modelação dos ‘lugares’. Terminamos com os dados relativos à análise sobre a matriz de relações que se estruturam a partir da condição da distância. No enquadramento de um processo de mediação, estas relações informam sobre um sentido de apropriação inteligente do suporte territorial que se afigura de grande pertinência e oportunidade ao debate sobre a intervenção arquitetónica no território contemporâneo.

Palavras Chaves: *Bracara Augusta*, proto-história, povoamento, forma, lugar

## Abstract

This paper aims to deal with the processes of organisation of the pre-Roman settlement in the territory where the city of *Bracara Augusta* would be established, in line with an approach intended to be aware of the specificities of the historical and geographical condition of the landscape.

In the context of research on the ancient settlement, the majority of the authors describe the dynamics of structuring the

fortified settlements according to a hierarchical system, which converges in the recognition of strategic places, with strong legibility in the landscape. This adaptation reports on a particular condition of the space that we believe is capable of opening up new directions on the legibility of the territory.

The perspective of spatial valorisation emphasises the relationships that will be established with the geomorphological circumstances of the territory. The aim is to provide a subject for reflection that enables us to discuss the mediating role of the topography, according to three problematising axes, which structure the three major parts of the text, aligned with the themes of accessibility, legibility/ intelligibility, and visibility.

Having fixed the keys for interpreting the archaeological and geomorphological data, we move on to the first section to clarify the relationships that are established with the natural paths of the territory, and how these relationships are involved in the construction of an idea of a 'network'. In the following section, we focus on the relationships that are established with the slope, in order to complement perspectives on its role in the modelling of 'places'. We finalise with the data concerning the analysis on the matrix of relationships that are structured based on the condition of distance. In the framework of a mediation process, these relations provide information about a sense of intelligent appropriation of the territory which appears to be of great pertinence and opportunity to the debate on architectural intervention in contemporary space.

Keywords: *Bracara Augusta*, protohistory, settlement, formal-relations, place

## Introdução

Posicionado no centro geométrico do Entre-Douro-e-Minho (Lemos, 1999), o território polarizado pela cidade de Braga conheceu, desde cedo, um processo de evolução específico. “Trata-se de uma região com características geofísicas particulares, que oferece também importantes especificidades culturais, quando perspectivada no amplo quadro do NO peninsular.” (Martins, Carvalho, 2016, p.220) De facto, a caracterização deste território tem sido abordada por diversos autores, que vão concordando na afirmação uma série de atributos que fundamentam a originalidade da sua condição geográfica (Mattoso *et al.*, 2011). A identificação de formas de povoamento mais antigas e, portanto, mais consolidadas, estabelecem um quadro que tem sido compreendido como estruturante (Marques, 2012). A conformação de um povoamento denso e disperso, que acompanha a grande divisão da propriedade, foi amplamente explicada pelos autores da geografia moderna, como resultado de uma combinação particular entre fatores naturais e antrópicos.<sup>1</sup> Neste caso é a predominância dos caracteres atlânticos que passa a justificar a permanência de um determinado quadro populacional, associado à fertilidade da terra, à abundância da água e à cultura intensiva do solo (Ribeiro, 1967; Ribeiro, Lautensach, 1987-1991). Da geografia da região em análise fica a ideia de uma paisagem diversificada, mas estruturalmente coesa. Neste contexto, Braga assume-se como um objeto de estudo particularmente relevante, pela singularidade dos atributos que decorrem da sua condição histórica. Atributos que, conforme entendemos, justificam a pertinência de uma abordagem que procura compreender o espaço contemporâneo a partir de uma determinada matriz, herdada do passado.

Neste trabalho vamos focar sobre os processos de organização do povoamento pré-romano, no território onde se vai implantar a cidade de *Bracara Augusta*. Na passagem da perspectiva histórica à perspectiva espacial, vamos identificar relações e princípios de implantação, explorando valências intrínsecas ao desenho de arquitetura, que nos vão permitir argumentar sobre o papel mediador do suporte topográfico. Como estratégia de pesquisa definimos três eixos problematizadores, a partir dos quais estruturamos as três partes principais do texto, vinculados aos temas da acessibilidade, legibilidade/ inteligibilidade e visibilidade (Lynch, 1984; Sieverts, 2004). Temas que interessam ao exercício da intervenção no espaço contemporâneo e que serão aqui debatidos a partir da perspectiva de valorização dos dados arqueológicos.

1. O padrão disperso do povoamento que caracteriza a região do Entre-Douro-e-Minho foi sistematizado por autores como Amorim Girão e Orlando Ribeiro, no enquadramento das pesquisas de diferenciação regional que perfilaram nas abordagens conceituais e epistemológicas de Paul Vidal de la Blache.

2. “A partir de finais do século II a.C. torna-se evidente uma clara diferenciação dos povoados indígenas, em termos de dimensão, demografia e organização interna, mas também de especialização económica e controlo territorial, que se associa ao estabelecimento de um povoamento hierarquizado encabeçado por *oppida*, que funcionariam como lugares centrais, no controlo de uma rede de castros mais pequenos.” (Martins, Carvalho, 2016, p.221).

3. As categorias que sistematiza são definidas a partir de critérios relacionados com a implantação na paisagem (altitude e relevo). Os assentamentos do tipo A constituem os aglomerados com vestígios de ocupação mais antigos, correspondentes ao conjunto dos grandes castros, que definem a rede estrutural de povoamento. São raros os casos em que não se encontraram indícios de romanização. Estes povoados tendem a organizar-se ao longo das linhas divisórias das bacias, segundo altitudes que variam entre os 200 e os 500 metros. Os povoados do tipo B, tendem a localizar-se em cabeços ou outeiros de média altitude, destacados do relevo envolvente, em altitudes que variam entre os 170 e os 250 metros. O tipo C que refere os povoados implantados em outeiros de baixa altitude, num intervalo entre os 50 e os 200 metros. É apontada uma provável sobrevivência nos inícios

## Dos processos de organização do território

Armando Coelho Ferreira da Silva (1999) faseou segundo três etapas o processo de evolução das comunidades castrejas, ocorrido entre I milénio a.C e grande parte do século primeiro d.C. Ao nosso estudo interessa particularmente o terceiro momento, que corresponde ao período entre a expedição de *Decimus Junius Brutus* (138-136 a.C.), que integrou as campanhas de reconhecimento de Augusto, e a segunda metade do século I d.C. É presumivelmente por esta altura que se vão despoletar importantes contactos dos *Bracari* com os territórios romanizados do Sul da Península. No contexto territorial, esta expedição marca o início das dinâmicas de reorganização que vão culminar com a emergência das grandes aglomerações proto-urbanas organizadas em lugares centrais.<sup>2</sup> Helena Carvalho e Manuela Martins sistematizaram o novo cenário do povoamento segundo três processos “- nuclearização, fortificação e territorialização - que se ligam diretamente à necessidade de demarcação das aéreas de exploração económica das comunidades, garantia da posse da terra e da sua apropriação efetiva.” (Carvalho, 2008, p.73) A diversidade das estruturas e dos padrões de ocupação das comunidades dos finais da Idade do Ferro, segundo uma rede hierarquizada, social e economicamente complexa, tem sido explicada pelos vários autores como uma consequência do contato precoce com o mundo romano (Martins, 1990; Silva, 1999; Carvalho, 2008). A interação com as zonas romanizadas e pacificadas do sul da Hispânia, ainda antes do fim das guerras cantábricas (19 a.C), terá acelerado o processo de transformação da estrutura do povoamento indígena, proporcionando condições muito favoráveis à integração no *imperium*.

No contexto das investigações sobre o povoamento indígena, tema amplamente tratado nas pesquisas arqueológicas, a abordagem desenvolvida por Manuela Martins (1990) interessa-nos particularmente. Perante as dificuldades de determinação rigorosa das cronologias de ocupação, forma e dimensão dos povoados, a autora optou por desenvolver uma análise com base nas condições topográficas do território.<sup>3</sup> No seu estudo sobre o povoamento romano na fachada ocidental do *Conventus Bracarenis* (2008), Helena Carvalho recuperou esta classificação no sentido de organizar espacialmente os dados que lhe permitiram avaliar processos de continuidade, retração e abandono na sequência do fenómeno da romanização do território. Ambas as abordagens se constituíram como alternativas de interpretação à ideia de “cultura castreja.”

No contexto das pesquisas arqueológicas é comum estabelecerem-se unidades espaciais de análise que compreendem o território a partir da delimitação das bacias hidrográficas.<sup>4</sup> Manuela Martins salientou que “a evolução do povoamento dos vales da

da romanização, sendo o seu abandono consentâneo com o aparecimento das novas formas de exploração rural de vocação romana. (Martins, 1990, pp.206-207)

4. Helena Carvalho elencou uma série de autores que, não obstante enquadramentos mais gerais, desenvolveram pesquisas a partir de áreas mais restritas focadas sobre as bacias hidrográficas (Carvalho, 2008, p.204).

5. Para compreender a organização proto-histórica do território, começamos por reunir a informação arqueológica cartografada e sistematizada nos catálogos que acompanham as investigações de Manuela Martins (1990) e Helena Carvalho (2008). Em seguida passamos à elaboração de uma cartografia de síntese, onde assinalamos a distribuição dos povoados fortificados de matriz indígena segundo as três categorias definidas por Manuela Martins no seu estudo para a bacia do curso médio do rio Cávado.

região do Entre-Douro-e-Minho estará muito mais articulada com os condicionalismos de natureza geomorfológica, climática e edáfica, do que tem sido habitualmente suposto” (Martins, 1990, p.195). Também Carlos Alberto Brochado de Almeida (1996) destacou, na sua pesquisa, a importância dos “condicionalismos” da geomorfologia que marcaram a organização do povoamento no Entre-Douro-e-Minho. O “considerável interesse geográfico” (Girão, 1958) deste tipo de divisão tinha sido, de resto, já afirmado pelos autores da geografia moderna. No seu conjunto estas abordagens tornam-se pertinentes na medida em que reforçam perspetivas sobre a possibilidade de constituir uma chave interpretativa a partir dos canais de circulação naturais do território.

O exercício de traçar as linhas notáveis, associadas à definição das bacias dos principais rios e seus tributários, permitiu-nos racionalizar a estrutura de ocupação que nos chega da pesquisa arqueológica.<sup>5</sup> A generalidade dos autores descreve o povoamento pré-romano do Entre-Douro-e-Minho como uma densa malha de assentamentos fortificados, organizados ao longo das bacias dos principais rios, em locais estratégicos no controlo, visibilidade e na exploração dos recursos do território (*e.g.* Martins, 1990; Carvalho, 2008). Mais do que um pano de fundo ou um *background*, a morfologia do território assume um papel ativo na estruturação do povoamento, como premissa determinante na fixação do lugar e nas condições da sua forma. A posição estratégica dos assentamentos, a capacidade de inscrição e a variabilidade topográfica determinam a legibilidade da estrutura do povoamento. Esta legibilidade resulta antes de mais da configuração da própria matriz topográfica que reúne as características que potenciam esta condição. Do ponto de vista disciplinar esta adaptação informa sobre uma determinada condição do suporte físico que nos parece capaz de operacionalizar algumas perspetivas no âmbito da problematização sobre o espaço contemporâneo.

## 1. Dos caminhos de circulação naturais à construção de uma ideia de ‘rede’

No território polarizado pela cidade de Braga, as bacias hidrográficas mais importantes, associadas aos rios Cávado e Ave e, entre elas, a sub-bacia do rio Este, organizam duas ‘plataformas’ principais que estruturam o modelado do relevo. Os interflúvios principais e secundários alternam segundo um esquema de orientação NE-SW e outro perpendicular, de direção SE-NO. A “compartimentação fina” é estruturada por um conjunto de sub-bacias mais pequenas relacionadas com a intensa rede de

pequenos rios e ribeiros que percorrem todo o território. (Feio, Daveau, 2004)

Na aproximação à nossa área de estudo, e dos sítios que conformam a rede estrutural de povoamento, encontramos o Monte da Falperra, claramente articulado com o interflúvio Cávado-Ave; o Monte Redondo, nos limites das bacias dos rios Guisando e Pelhe, articulado por uma portela ao interflúvio Cávado-Ave; o Monte das Caldas, na vertente SE de um pequeno esporão, no limite das sub-bacias da ribeira de Panóias e do rio Labriosque, também próximo a uma portela na articulação com o interflúvio Cávado-Este. Helena Carvalho interpretou estes assentamentos como uma espécie de “contra-fortes” no contexto da fundação de *Bracara Augusta* (Carvalho, 2008, p.291). Segundo a autora, também o povoado de Eiras Velhas, pelas coordenadas que ocupa no ponto mais elevado de um esporão articulado com o interflúvio principal, numa posição privilegiada no controlo das sub-bacias da Ribeira Norte do concelho e da sub-bacia da Ribeira de Gualtar, poderia ter desempenhado um importante papel no controlo da rede viária (Carvalho, 2008, p.188). Não obstante a ausência de vestígios de romanização, a cartografia completa-se com o registo dos povoados do tipo B (Martins 1990). Estes povoados implantam-se segundo um desenvolvimento no sentido NE-SW a partir do sítio de Eiras Velhas. A concentração de vestígios é notória na proximidade à nascente do rio Este, constatando-se uma diminuição a partir do alinhamento dos povoados da Falperra e Monte das Caldas.

No contexto das dinâmicas de implantação acima descritas destacamos a articulação com as zonas de portela. A propósito da descrição tectónica do Minho, Orlando Ribeiro levantou uma hipótese relacionada com o facto de “muitas portelas se encontrarem aplanadas a cerca de 400 m” (altitude que foi definida pelos autores da geografia moderna como um dos andares hipsométricos fundamentais no enquadramento do território nacional). Segundo o autor este facto parece “indicar uma pausa no aprofundamento e regularização da rede hidrográfica (...)” (Ribeiro, 1995, p. 267). Não obstante tratar-se de uma referência à macro-escala, no contexto da nossa área de pesquisa esta altitude aproxima-se das zonas portelas que se encontram articuladas com a linha de festo que estrutura as bacias dos rios Cávado e Ave. Limite que relaciona, portanto, os principais assentamentos. E, nesta perspetiva de articulação, cabe questionar sobre a importância destes elementos na estruturação de uma ideia de ‘rede’. [Figura 1]

No quadro da nossa pesquisa a generalidade dos povoados observados assume posições articuladas com os canais de circulação naturais, associados aos limites das bacias, a partir das zonas de portela que permitem ligar o sistema NE-SO com o sistema N-S. Posições que, em nosso entender, podem construir as

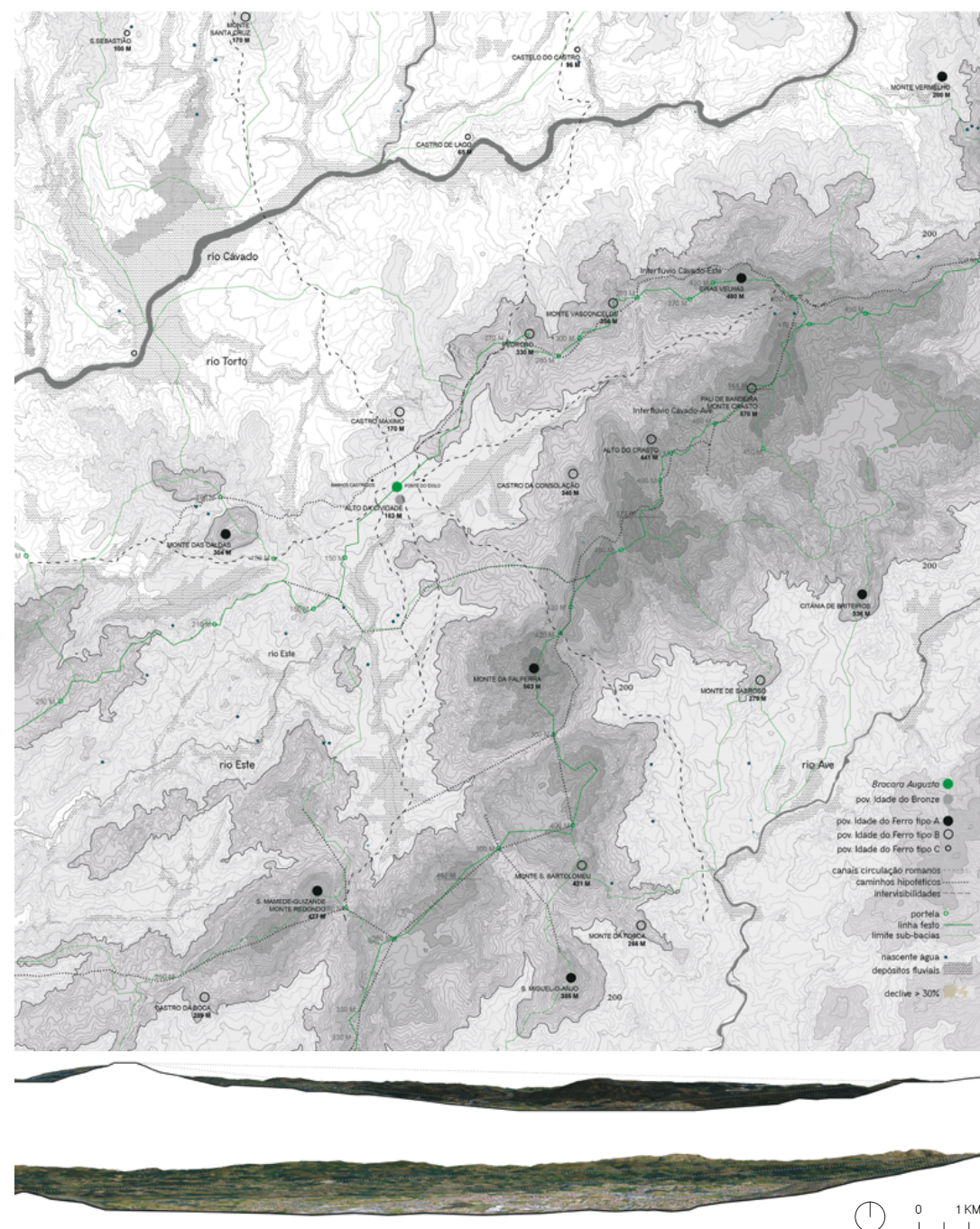


Figura 1  
A organização  
Pré-Romana do território.  
Relações com o suporte  
geomorfológico.



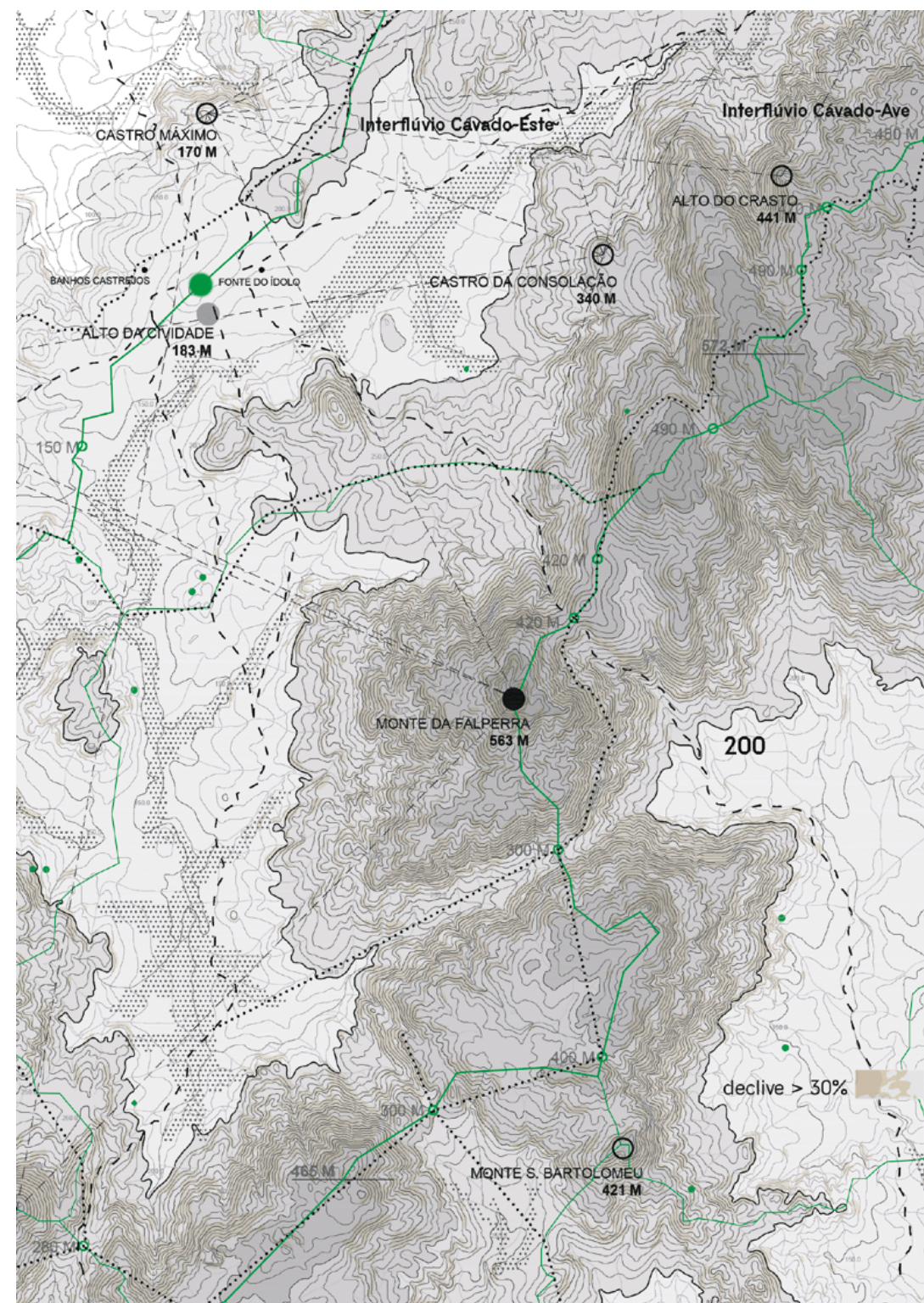
Figura 2  
Do desenho dos lugares.  
O Monte da Falperra.

proximidades que permitem resolver a acessibilidade ao território. Não é estranho pensar que será a partir destas ligações que se vão estabelecer os caminhos de articulação entre os povoados; ligações que poderão desenvolver-se ao longo dos canais de circulação naturais, associados aos limites das bacias e sub-bacias que estabelecem a vertebração do território, e a partir das zonas de portela. Assumindo uma “centralidade óbvia” no quadro do povoamento pré-romano, *Bracara Augusta* irá implantar-se no “epicentro de uma série de corredores de comunicação naturais que cruzavam o território no sentido N/S e E/O, os quais foram naturalmente aproveitados para a construção da rede viária romana.” (Martins, Carvalho, 2016, p.222) No caso de Eiras Velhas, Monte Redondo e Falperra é evidente o modo como a portela se converte num elemento fundamental de ligação ao limite estruturado pelo interflúvio Cávado-Ave. Já o assentamento do Monte das Caldas estabelece uma articulação com o interflúvio Cávado-Este, entre duas portelas que integram o limite da sub-bacia do Rio Torto. Nos desenhos de aproximação que elaboramos relativos aos locais de assentamento proto-histórico, percebemos o modo como estes espaços se constituem como uma espécie de ‘portas’ de ligação entre os assentamentos e os canais de circulação naturais do território. E, nesta perspetiva, a linha de fecho e a portela passam a constituir-se como elementos fundamentais na consubstanciação da ideia de ‘rede’.

## 2. Da compartimentação natural do território à construção do ‘lugar’

No enquadramento da nossa pesquisa, os desenhos de aproximação aos locais que definem a rede estrutural do povoamento levaram-nos a questionar sobre o modo como a adaptação ao suporte topográfico poderá concorrer na definição de ‘unidades topográficas’, bem individualizadas, vinculadas à compartimentação natural do território e à construção do ‘lugar’.

Do conjunto de povoados que definem a rede do povoamento no território em análise, o Monte da Falperra destaca-se pela posição estratégica que assume, no ponto mais elevado do extremo Sul do Monte de Santa Marta, a 563 metros de altitude, associado ao alinhamento montanhoso mais expressivo deste território.<sup>6</sup> As principais linhas de água que delimitam esta ‘unidade topográfica’, a ribeira do Barral e a ribeira de Morreira, a Norte e a Sul respetivamente, são subsidiárias deste rio. Apenas o rio Paus, a nascente, é tributário do rio Ave. Esta unidade é bem modelada por fortes pendentes, que acabam por acentuar a expressão da zona de portela que faz a ligação ao esporão montanhoso a NW a uma altitude de 420 metros. Também o povoado Monte Redondo,



6. A importância deste povoado encontra-se bem fundamentada na pesquisa arqueológica pelos testemunhos de ocupação que vão desde o Bronze Final à época tardo-romana ou alto-medieval.

apesar de posicionado nos limites das bacias dos rios Guisando e Pelhe, se encontra bem articulado com o interflúvio Cávado-Ave. Este assentamento vai ocupar uma elevação no rebordo de uma rechã, a 427 metros de altitude. A 'unidade topográfica' onde se insere é bem delimitada pelos rios Guisando, a N-NW, e Pelhe, a S-SE. A ligação ao esporão montanhoso, conformado pelo alinhamento associado ao monte do Penedo Branco, faz-se a SE, a cerca de 280 metros de altitude. A norte é de destacar a articulação com o monte das Lajes pela linha de festo que separa os rios Guisando e Veiga. De facto, no posicionamento deste povoado é notório o domínio visual que se estabelece sobre o vale destes dois rios. O povoado de Eiras Velhas vai ocupar o ponto mais elevado de um esporão montanhoso, a 480 metros de altitude, numa posição privilegiada, no controlo das sub-bacias da Ribeira Norte do concelho e da sub-bacia da Ribeira de Gualtar. Nesta unidade destaca-se a zona de portela, a 430 metros de altitude, que faz a articulação com os interflúvios Cávado-Este e Cávado Ave. O assentamento do Monte das Caldas, a cerca de 304 metros de altitude, vai ocupar a vertente SE de um pequeno esporão, no limite das sub-bacias da ribeira de Panóias e do rio Labriosque. Na sua proximidade, a zona de portela, a cerca de 150 metros de altitude, vai fazer a articulação ao interflúvio Cávado-Este. Este povoado encontra-se bem posicionado entre os rios Cávado e Este, segundo um desenvolvimento onde se destaca a articulação com o rio Torto. A partir do sítio de Eiras Velhas e em clara relação com o rio Este, desenvolvem-se alguns assentamentos que Manuela Martins incluiu na categoria B. Deste conjunto destaca-se o Castro da Consolação por se tratar do único povoado que apresenta vestígios de romanização. Os restantes povoados terão sido abandonados em meados do século I d.C. Implantado num pequeno outeiro bem destacado, a cerca de 340 metros de altitude, este local assume uma posição privilegiada na relação com o vale do Este, do qual se eleva a cerca de 170 metros.

No quadro do povoamento em análise, as vertentes das encostas têm-se destacado como áreas preferenciais de exploração económica, associadas às zonas de matos, como partes integrantes do suporte de recursos que serviam uma economia agro-silvo-pastoril (Martins, 1990). Uma ideia que nos levou a pensar sobre a importância que o declive poderá assumir na definição da estrutura do povoamento, na conformação das 'unidades topográficas' e na modelação dos lugares. [Figura 2]

No contexto da pesquisa arqueológica, e não obstante as referências, parece-nos que esta informação poderá ser relevada no sentido de complementar algumas perspetivas sobre a preferência por determinadas posições topográficas. No âmbito da nossa pesquisa procedemos à elaboração de uma cartografia onde foram assinaladas as áreas com declive superior a 30%, no sentido de destacar zonas onde a pendente se pode concretizar

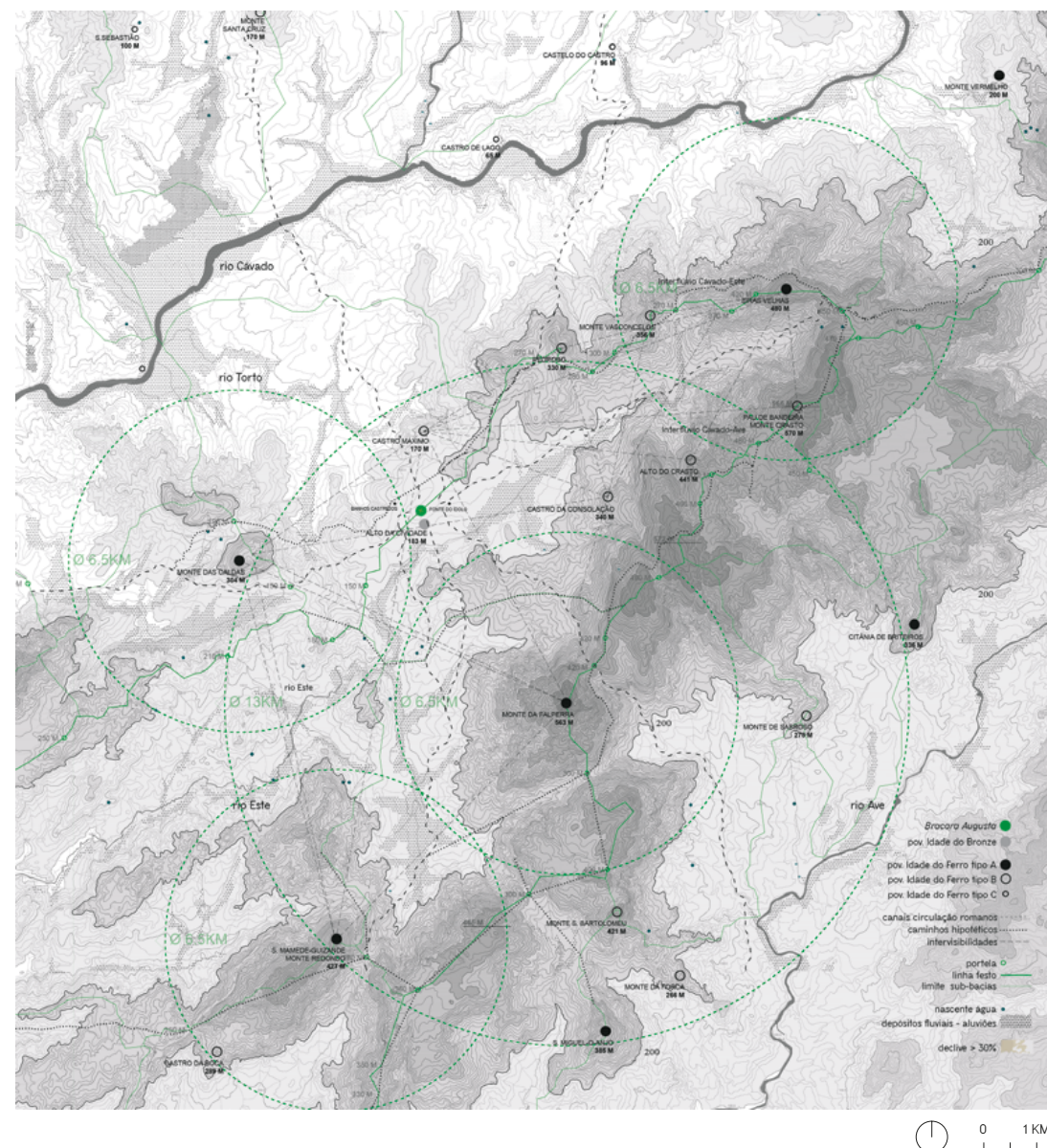


Figura 3  
Estudo sobre a matriz  
de conformação  
dos assentamentos  
fortificados.

como um limite natural e, nesta condição, participar na modelação dos assentamentos. A partir daqui foi possível clarificar sobre a preferência por implantações em locais bem definidos por vertentes, com declives muito acentuados, onde os povoados procuraram pequenas superfícies planas, as rechãs, ou zonas de declive pouco acentuado, para se instalarem (Dinis, 1993). A definição dos lugares vai aproveitando a modelação natural das vertentes, que reforçam, assim, a capacidade de inscrição dos assentamentos na paisagem. Nesta perspetiva, o declive assume um papel fundamental na delimitação das 'unidades topográficas' e na construção do 'lugar'.

7. Armando Coelho Ferreira da Silva desenvolveu um estudo relativo à terceira fase da cronologia de evolução do povoamento castrejo que, conforme entendemos, pode alinhar com esta interpretação (Silva, 1999). A este propósito, o autor fundamentou sobre uma hierarquização do povoamento apoiada na definição dos lugares centrais, que teve como base um estudo de “zonas de influência” a partir de equidistâncias de 25km. Esta medida, relacionada com “uma jornada” de distância, foi interpretada como “um dos princípios de ordenamento regional dos povoados castrejos.” (Silva, 1999, p.12)

8. Esta distância encontrava-se já referida na pesquisa de António Pereira Dinis. O autor definiu territórios de exploração dos povoados recorrendo ao método de análise espacial anteriormente referido (S.C.A.). Para a cronologia relativa à ocupação pré-romana, aferiu distâncias médias entre povoados vizinhos de 6,5 km, “(...) variando as distâncias entre 4 Km, a mínima – do Castro das Eiras ao Monte Redondo – e de 10 Km, a máxima – de Alvarelhos a Bagunte, e do Monte Padrão a S. Miguel-o-Anjo, de Ruivães. A distância “anormal” dos castros de Alvarelhos e do Monte Padrão, relativamente ao vizinho mais próximo, é aparente, pois se considerássemos, por exemplo, neste estudo, a Citânia de Sanfins,

### 3. Da apropriação sensível da topografia à matriz de conformação dos assentamentos

No seu estudo sobre a organização do povoamento proto-histórico na bacia do médio Cávado (1990), Manuela Martins aplicou dois modelos de análise espacial para avaliar a distribuição dos povoados. A partir do modelo “Site Catchment Analysis” a autora desenvolveu uma proposta sobre as áreas potenciais de exploração de cada povoado, relacionadas com a provável extensão dos seus territórios; um outro método “consistiu na definição dos território potenciais dos povoados a partir da construção de polígonos de Thiessen, em que são utilizados como pontos nodais, os sítios que se presumem possuir função de lugares centrais.” (Martins, 1990, p.212) No seu estudo a demarcação destes “territórios de exploração” tornou-se determinante para a sua proposta de hierarquização dos assentamentos. Já na tese de Helena Carvalho, a aplicação do modelo “Site Catchment Analysis” permitiu verificar a manutenção de territórios ou áreas de exploração de meia hora, em torno dos povoados fortificados, na periferia dos quais se instalaram, mais tarde, os novos sítios de vocação romana. Esta perspetiva permitiu à autora argumentar sobre uma determinada dinâmica de colonização das novas estruturas agrárias de vocação romana, apoiada na mobilidade da população indígena dos assentamentos de média altitude (Carvalho, 2008, p. 291). Foi no quadro destas abordagens que reconhecemos o sentido operativo de uma estratégia que nos parece pertinente de explorar, na medida em que pode complementar ideias alinhadas nos pontos anteriores. A este respeito questionamos sobre a possibilidade de identificar equidistâncias que, complementarmente à compartimentação gerada pelas bacias hidrográficas, possam fundamentar sobre uma determinada ‘escala de apropriação do território’. Neste sentido, a nossa proposta passa por derivar a questão da subsistência numa resposta relacionada com o efeito da distância. Num território onde a densidade do povoamento é tão relevante e onde as condicionantes geomorfológicas acabam por multiplicar as possibilidades de ocupação, a distância pode, de facto, assumir-se como um elemento estruturador fundamental.<sup>7</sup>

Assim, verificamos que, no nosso espaço de observação, os povoados estruturantes (tipo A) implantados sobre o limite do interflúvio Cávado-Ave vão estabelecer distâncias lineares que se aproximam dos 9 km. É esta a distância medida em linha reta entre os povoados de Eiras Velhas, Falperra e Castro das Eiras. Nas imediações, e ainda remetendo aos assentamentos mais antigos, determinamos algumas equidistâncias lineares que se aproximam dos 6,5 km.<sup>8</sup> No enquadramento do “contra-forte” definido pelos

situada num cume da linha divisória das bacias do Ave e do Leça, e, por conseguinte, passível de ter sido estudada, a distância real de 6,5 km estaria perfeitamente de acordo com o padrão verificado.” (Dinis, 1993, pp.175-176)

9. Conceptualmente estabelecemos aqui uma convergência com a ideia de “interespaçialidade” conforme foi teorizada por Lévy e Lussault. (Lévy, Lussault, 2019, p.569)

povoados da Falperra, Monte das Caldas e Monte Redondo, esta ordem de distância (6,5 km) passa a centralizar o povoado da Falperra. Uma condição que acaba por reforçar a posição estratégica que o local assume do ponto de vista das relações geomorfológicas.

Os tempos médios de percurso pedonal entre povoados aproximam-se, portanto, de 1 hora, o que vai de encontro aos “territórios de exploração” de meia hora referidos por Manuela Martins (1990) e Helena Carvalho (2008). Os povoados do tipo B estabelecem distâncias lineares que se aproximam dos 2,5 km e, portanto, dos 30 minutos de percurso pedonal. Na pesquisa arqueológica este facto entronca com uma determinada interpretação sobre a hierarquia do povoamento, onde os povoados, apesar de disseminados, estariam integrados numa rede, como subsidiários de outros que lhes estão próximos. É neste sentido que os povoados do tipo B têm sido compreendidos por associação aos territórios de exploração dos grandes castros. [Figura 3]

### Considerações Finais

Neste ponto vamos prosseguir com o desenvolvimento de algumas considerações sobre os resultados desta abordagem. Da matéria de reflexão que constituímos temos a destacar a identificação dos elementos de legibilidade associados aos acontecimentos topográficos mais relevantes – linha de fecho, portela, declive. No enquadramento de um processo de mediação, mais do que arquétipos, estes elementos passam a constituir-se como dispositivos a partir dos quais se expressam determinadas relações de interação. Relações que, no quadro de problematização definido, se podem concretizar a partir da noção de limite.<sup>9</sup> Neste caso a distância pode converter-se no elemento de estruturação que passa a consubstanciar a noção de limite à escala territorial. A vertebração que se estabelece a partir desta condição acaba por reforçar a compartimentação natural da paisagem e, portanto, a visibilidade das ‘unidades topográficas’ que conformam os lugares. No âmbito da nossa pesquisa, estas relações tornam-se relevantes na medida em que nos informam sobre as especificidades da conformação de um determinado “espaço geográfico”, onde a ‘escala de apropriação do território’ se passa a vincular a uma interpretação inteligente da topografia, apoiada na legibilidade de determinados acontecimentos topográficos. Neste processo as relações topográficas e topológicas tendem a convergir.

Do ponto de vista disciplinar, começamos aqui a alicerçar algumas perspetivas no sentido de reconsiderar ou rever uma noção fundamental no quadro do debate sobre a condição contemporânea do território; a noção de limite. Recuperamos o pensamento de Kevin Lynch (1960), quando o autor refere o

papel da topografia como um ‘elemento importante no reforço dos aspetos urbanos’, para questionar sobre as valências de operar a partir do sentido de mediação destes elementos. A este respeito importará, sobretudo, perceber o que podem ser as suas competências, em todas as suas variantes, na relação com o ‘lugar’ (Von Meiss, 1986). No âmbito da nossa pesquisa, a narrativa sobre a organização da paisagem proto-histórica não se coloca, portanto, numa perspetiva de reposição, mas como um meio de aproximação aos valores da geografia histórica. Uma aproximação que nos permite argumentar sobre a pertinência da incorporação da leitura geográfica na metodologia do projeto de arquitetura. Uma ideia que encontra aqui relevância pela originalidade das circunstâncias geomorfológicas da região, pela possibilidade de operar a partir do caráter mediador dos elementos de legibilidade que identificamos e da valência da sua condição natural de limite. São os elementos de legibilidade, identificados a partir das relações que se estabelecem com o suporte físico e que entroncam numa determinada interpretação da topografia, que nos informam sobre um sentido de apropriação inteligente do lugar que, em nosso entender, pode ser útil à intervenção sobre o espaço contemporâneo.

No que refere aos estudos sobre o povoamento antigo, parece-nos que a relevância do papel mediador destes elementos pode ser reforçada. Nas interpretações a escalas mais aproximadas, estes elementos podem ajudar a ultrapassar alguns constrangimentos das representações do tipo “pontos no mapa”, designadamente no complemento aos mapas hipsométricos, que servem sobretudo interpretações à macro-escala e onde a informação sobre a geomorfologia é muito reduzida. Tal como referiu Helena Carvalho (2008) a questão do vestígio arqueológico, em si, não interessa tanto, como as suas potencialidades na articulação com outros dados. E neste sentido, a matéria de reflexão que constituímos a partir do papel mediador do suporte topográfico pode contribuir, também, para a discussão e desenvolvimentos de métodos de análise interdisciplinares.

## Referências bibliográficas

- Almeida, C. A. B. (1996). *Povoamento romano do litoral entre Cávado e Minho*. Dissertação de Doutoramento, Universidade do Porto, Porto.
- Carvalho, H. P. (2008). *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis*. Dissertação de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga.
- Dinis, A. P. (1993). *Ordenamento do território do Baixo Ave no I milénio a. C.* Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Porto.
- Feio, M., Daveau, S. (2004). *O relevo de Portugal: grandes unidades regionais*, vol. II, Coimbra: Publicações da Associação Portuguesa de Geomorfólogos.
- Girão, A. de A. (1958). *Atlas de Portugal*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos. (1ª edição 1941)
- Lemos, F. S. (1999). “O contexto geográfico da fundação de *Bracara Augusta*”, *Forum* 25, pp. 81-94.
- Lévy, J., Lussault, M. (2019). *Dictionnaire de la Géographie et de l'Espace des Sociétés*, Paris: Belin, 2019. (1ª edição: 2013)
- Lynch, K. (1984). *Site Planning*. Cambridge: The MIT Press.
- Lynch, K. (1989). *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70. (1ª edição: 1960)
- Marques, A. E. (2012). *Paisagem e povoamento: da representação documental à materialidade do espaço no território da diocese de Braga (séculos IX-XI). Ensaio metodológico*, Dissertação de Doutoramento em História. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Martins, M. (1990). O Povoamento Proto-histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado. In *Cadernos de Arqueologia, Monografias*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga.
- Martins, M. (2009). A romanização. In P. Pereira (ed.), *Minho. Traços de Identidade* (pp. 216-264). Braga: Universidade do Minho.
- Martins, M., Carvalho H. P. A. (2016). “As transformações do território: *Bracara Augusta* e o seu cadastro”, *Revista de Historiografia* 25, pp. 219-243.
- Mattoso, J., Daveau, S., Belo, D. (2011). *Portugal: o sabor da terra: um retrato histórico e geográfico por regiões*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Ribeiro, O. (1967). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Coimbra: Coimbra Editora. (1ª edição: 1945)
- Ribeiro, O. (1995). *Opúsculos Geográficos, VI Volume, Estudos Regionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ribeiro, O., Lautensach, H. (1987-1991). *Geografia de Portugal*, Vol.4, (1ª ed.), Lisboa: João Sá da Costa.
- Silva, A. C. F. da. (1999). A cultura castreja no Noroeste de Portugal. In *Revista Guimarães, Volume Especial, I*. Guimarães: Casa de Sarmento, Centro de estudos do património.
- Sieverts, T. (2004). *Entre-ville: une lecture de la Zwischenstadt*. Marseille: Éd. Parenthèses.
- Von Meiss, P. (1986) *De la forme au lieu: une introduction à l'étude de l'architecture*. Lausanne: Ed. Presses Polytechniques Romandes.

# Four places by the roadside A contribution to (re)designing the top of Monte da Arrábida (Porto)

## Resumo

Em 1833, as “Memórias da Campanha do Senhor Pedro de Alcântara Ex-Imperador do Brasil do Reino de Portugal” incluem o mapa da Cidade do Porto que, nas palavras dos seus editores, passa por mais exato. Este mapa, especialmente rigoroso na observância dos aspetos locativos e dos elementos que compõem o Porto, representa o alto do Monte da Arrábida ordenado com especial critério no conjunto território da cidade.

Este artigo propõe uma hipótese de releitura da atual forma urbana do Alto da Arrábida, a partir da reconstrução do sistema de parcelamento rural que aquele mapa representa.

Rebatendo-o sobre a cartografia atual, com o apoio de investigação de arquivo, descobre-se que, na parte pertencente ao Couto de Cedofeita, o cadastro do Alto da Arrábida se funda na estrada que liga cidade amuralhada ao mar, paralela ao Douro à cota alta, e no conjunto de padrões que a demarcam. Estes são indexados a uma métrica de submúltiplos da medida padrão “légua”. As linhas cadastrais traçam-se a dividir o espaço entre padrões num número inteiro e igual de partes, perpendiculares à estrada e prolongam-se tanto quanto a topografia permite, a acomodar vestígios de parcelamento mais antigo e acidentes naturais.

A interseção desta leitura com o conhecimento do “tempo longo” da transformação urbana do Alto da Arrábida permite concluir que os espaços e ambientes referenciais do seu cadastro rural, em processo de contínua transformação, alcançam os nossos dias impressos no território. Eles são quatro lugares antropológicos, identitários, históricos e relacionais muito antigos, fundamentais para compreender, atribuir sentido e preencher com conteúdo a cartografia atual do Alto Arrábida; são indelévels ao seu projeto contemporâneo.

## Abstract

In 1833, the “Memórias da Campanha do Senhor Pedro de Alcântara Ex-Imperador do Brasil do Reino de Portugal” included, in the words of its editors, the most accurate map of the city of Porto. This map, especially rigorous in noting aspects of the locations and elements that compose Porto, represents the top of Monte da Arrábida carefully organized regarding the city’s overall territory.

This article proposes a hypothesis to reinterpret the current urban form of the top of Monte Arrábida, based on the reconstruction of the rural parcel system that map represents.

Projecting over the current cartography, with the support of archival research, we discover that, in the area belonging to Couto de Cedofeita, the cadastre of Alto da Arrábida is based on the road

connecting the walled city to the sea, running parallel to the Douro River at a high elevation, and on the group of demarcating *padrões*. These are indexed to a metric of sub-multiples of the standard measure, the *légua*. The cadastral boundaries are drawn by dividing the space between *padrões* into a whole and equal number of parts, perpendicular to the road and extended as far as allowed by the topography, accommodating traces of the older parcelling system and the natural features.

The intersection of this interpretation with “long term” knowledge of the urban transformation of Alto da Arrábida suggests that the referential spaces and environments of its rural cadastre underwent a process of continuous transformation and reached our time imprinted in the territory. They are four very old, anthropological, identifying, historical and relational places, essential to understand, assign meaning and provide content to the current cartography of Alto da Arrábida; they are indelible to its contemporary project.

Keywords: territory, cadastre, *légua* [league], *padrão* [milestone], road

Since the last decade of the 20th century, we have witnessed the development of several studies and projects related to the urban organization of Porto that involve the territory at the top of Monte da Arrábida [Mount Arrábida]<sup>1</sup>. Given their persistent approach of this area, these works suggest that a significant new stage is imminent in its long and slow process of urban metamorphosis.

In present-day Porto, Monte da Arrábida is located adjacent to the Douro river, west of the traditional city centre. The plateau atop the mount is south-west of the Rotunda da Boavista [Boavista Roundabout] and north-east of the mouth of Ponte da Arrábida [Arrábida Bridge]. It is occupied by the Agramonte cemetery and Pole 3 of University of Porto, contained by the Via de Cintura Interna [Internal Beltway] and structured by Rua do Campo Alegre, a segment of the old Estrada para S. João da Foz e Matosinhos [Road to S. João da Foz and Matosinhos], with slight trajectory adjustments.

The top of Monte da Arrábida is an old territory of urban glory that reached our time, apparently, full of discontinuities<sup>2</sup>. The “long term” study of the area suggests that one hypothesis for the Urban Project to generate and structure its contemporary reorganization – adding an updated layer of meaning and use that projects it into the future – is based on remembering the main indelible events of its urban form, rarely recalled as valuable. While these urban events may have gone through occasional moments of obscurity and oblivion during the long and slow process of organization of the territory, nothing was able to effectively destroy or erase them from memory.

The recognition of the current urban form of Monte da Arrábida and the discovery of its rural parcel structure – indexed to one of its oldest stages of urban transformation – is illuminating, as maximal metaphors for the territory’s condensed time: the Estrada para S. João da Foz e Matosinhos and, along its course, the places of Vilar and Lordelo, at the foot of the mount, and the places of Padrão Quebrado and Campo Alegre, on the hilltop. These are among the oldest urban events on Monte da Arrábida, which cross time and reach the present imprinted upon the territory’s form. These events’ ability to resist time and its vicissitudes is directly proportional to the top of Monte da Arrábida’s capacity to return to its state of urban equilibrium, after the unbalancing disturbances since the late 19th century.

Thus, recalling these urban events and transforming them into project themes is the basis for one possible Urban Project concerned with highlighting the contours of the top of Monte da Arrábida in the present-day.

The rural parcel structure of Monte da Arrábida is revealed, first hand, over more than three centuries of history.

The regressive interpretation of a selection of archival documents, supported by an extensive operation of (re) interpretation, allows the identification of this parcel structure, with a high level of confidence and relative degree of rigour<sup>5</sup>.

A number of drawings, from the fields of architecture and urbanism, complemented by auxiliary data from the fields of geography, geology and toponymy, allow us to go back in time and follow the several urban forms and historical epochs that constitute Monte da Arrábida.

Architectural design, as an autonomous discipline, exact in its unique synthesis, is recognized as the most efficient practice, not only for the management of a large amount of complex data, of varying periods and nature, invoked by this regression in time, but also for the design of original thematic cartographies that present a new interpretation of the territory's urban metamorphosis.

Projecting data over an updated map implies a simultaneous interpretation, in order to overcome the impossibility of its direct superimposition over reality. This work clarifies the nature, meaning and relation of various represented elements and identifies points of coincidence between them and the reality that serves as reference. This action inevitably poses problems of rigour, which do not however compromise new readings, as they are based, above all, on the observation and identification of relations among elements and between them and the territory, and not on the exhaustive comparison of their measures or their exact position.

In the "long-term" study of Monte da Arrábida, the "Carta Topográfica da Cidade do Porto" [Topographic Map of the City of Porto]<sup>4</sup>, published in 1892, as the first detailed record of the city elaborated with scientific rigour, is a reference and starting point to head back in time.

This map represents Monte da Arrábida recently integrated in the city's administration, its rural condition pressured by uneven urban expansion, from east to west (from the city to the coast), but polarized, concentrated in certain points as opposed to others, associated with specific social types, building typologies and programs.

One can go back in time from 1892, by means of cartography, based on a set of maps related to the military episode of the Siege of Porto (1832-33) and a selection of studies and projects from the municipal department of the Carta da Cidade do Porto [Map of the City of Porto] (1821-57).

The maps relating to the period when the liberal troops of D. Pedro were besieged by the absolutist forces, faithful to D. Miguel, as part of a broad protective policy, depict not only Porto's most

urbanized area, but also the surrounding territory with its most significant features. Thus, they include Monte da Arrábida, partially represented within the line of "batteries" protecting the territory, a projection of the old city wall.

The studies and projects of the Carta da Cidade – part of a framework of urban "improvements", by rectifying, aligning and widening the profile of existing arterials, by opening new roads or relocating infrastructures – represent not only the projected works, but also the territory's situation, occupation and organization, prior to the intervention. In particular, they record in detail the toponymy, unique elements that punctuate the public space, and land ownership, together with their cadastre, buildings and pavements in the parcel's unbuilt space.

Among the maps related to the Siege of Porto, particularly interesting is the map "O Porto e Arrabalde. Linhas de D. Pedro e Posições do Exército de D. Miguel" [Porto and Outskirts. D. Pedro's Lines and D. Miguel's Army Positions], included in "Memórias da Campanha do Senhor Pedro de Alcântara Ex-Imperador do Brasil do Reino de Portugal" [Memoirs of the Campaign of Pedro de Alcântara Ex-emperor of Brazil of the Kingdom of Portugal], of 1833<sup>5</sup>.

The book "Plantas Antigas da Cidade do Porto" [Ancient Maps of the City of Porto] notes that, in the words of the editors of these "Memoirs", this map is the "most accurate" available. As it is not a scientific topographic survey, considering the lack of an elevation reference system<sup>6</sup>, the map's precision resides in observing aspects of location and of elements that compose Porto, namely in the representation of the cadastral situation in its suburbs.

In the case of Monte da Arrábida, the cadastre's representation is organized with special attention to the territory surrounding the city, specially the part of the territory corresponding to the Couto da Colegiada de S. Martinho de Cedofeita.

To date, Monte da Arrábida is outside and far from the walled city. It is located on the limit of Termo do Porto [outskirts of Porto], integrating the Couto da Colegiada de S. Martinho de Cedofeita [land chartered to the canons of S. Martinho de Cedofeita], on its eastern slope, and the Julgado de Bouças [Jurisdiction of Bouças], on its western slope<sup>7</sup>. Crossing the mount, in an east-west direction and parallel to the Douro River, is the only road that, to date, connects the city of Porto with the towns of São João da Foz and Matosinhos on the coast, in safe conditions.

The road descends from up high to the lower level of the river through a set of paths that connect with the major towns on the margins of the Douro: Massarelos and Ouro. The road junctions with these paths most likely constitute places of greater traffic, intensive centres to which and from which the population travels, sites of concentration and condensation of life.

The new map resulting from drawing data from the map "O Porto e Arrabalde. Linhas de D. Pedro e Posições do Exército

de D. Miguel” upon the most updated digital cartography puts into evidence the logical principle organizing the parcelling of Monte da Arrábida, in the area belonging to Couto da Colegiada de S. Martinho de Cedofeita.

This regulatory system uses the ancient structuring elements of the territory as reference: the road crossing the Monte da Arrábida, its intersections with the paths communicating with the major riverside towns, and the administrative border between Termo do Porto and the Julgado de Bouças.

The cadastral metric is determined by dividing the space between these intersections into a whole and equal number of parts, of similar length, facing the road. Between intersections, there are three parcelling lines perpendicular to the road, with relative continuity on both sides.

Beyond the road, the cadastral lines extend as long as the territory’s morphological characteristics allow. To the south, on the border between the plateau and its slope, the cadastral lines run parallel to the Douro. The combined network of this road and these lines establishes a lattice of plots. To the north, one path circumvents the Agramonte elevation and closes the cadastral lines. The space surrounded by this path tends to be parcelled radially.

Projecting any of these cadastral lines upon the territory draws special attention to its characteristic topography and geology, as well as to cadastral and floral elements persisting from previous periods. In particular, the aforementioned lattice is projected with reference to ridgelines, thalwegs and saddle points that characterize the territory; is deformed to surround small elevations and depressions in the territory, rock massifs or exceptional wooded areas; and integrates the ancient “via crucis” of Nossa Senhora da Boa Viagem [Our Lady of Good Voyage] and the associated cadastral circumstance around the town of Massarelos.<sup>8</sup> [Figure 1]

A set of studies and projects selected from the municipal department Carta da Cidade do Porto – preparing the extension, widening and rectification of the old Estrada para S. João da Foz e Matosinhos and intersecting paths – add to the previous map the toponyms attributed to the referential road crossings for the outline of several rural plots identified in Arrábida. These coincide with the “*lugares de padrão*” [locations of the stone pillars]. At the level of the foothills, the road’s intersection with the road heading directly to Massarelos is designated Lugar do Padrão de Vilar. At the same level, the road’s intersection with the path heading directly to Ouro is called Lugar do Padrão de Lordelo. At the high level, the toponym Padrão Quebrado designates the road’s intersection with the path descending to Massarelos by way of Boa Viagem<sup>9</sup>.

In addition to the toponymic suggestions, the same set of studies and projects also show at least two of these three named locations as punctuated by a *cruzeiro* [large stone cross]. The urban arrangement associated with each of these crosses and their state of conservation

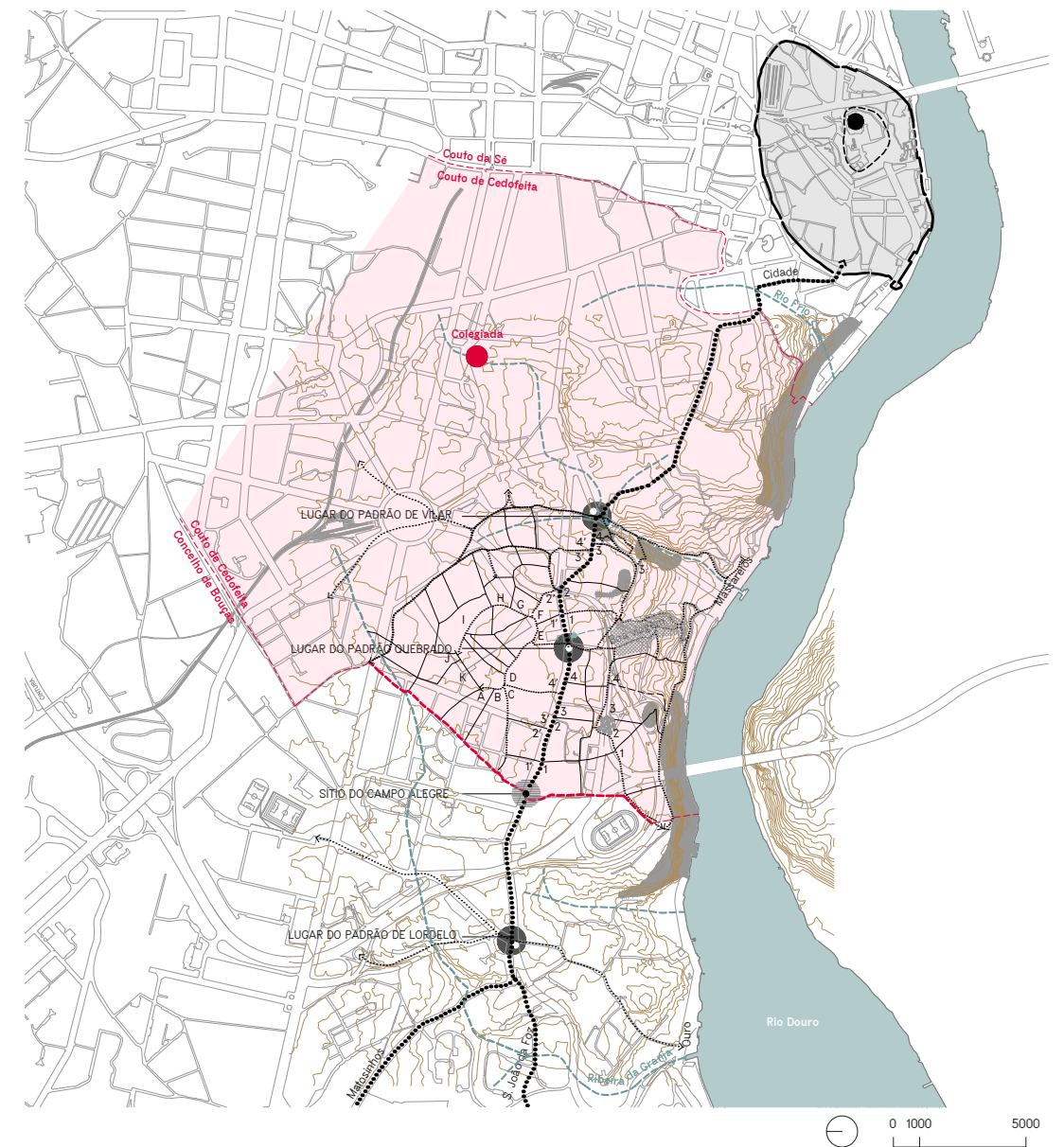


Figure 1  
Map of the regulatory system organizing the rural parcelling of Arrábida Mount, in the area belonging to Couto da Colegiada de S. Martinho de Cedofeita (2017–2020, Sílvia Ramos©, drawing by Sílvia Ramos).



suggests a hierarchy of intersections, perhaps dependent on the intersecting directions. The Lugar do Padrão de Lordelo, established as a public square with the stone cross marking one of this corners, surpasses the qualification and, surely, the urban relevance of Lugar do Padrão Quebrado, which is not associated with any noteworthy public space and whose cross is damaged.

In addition to these *padrão* locations, the projects and studies of the Carta da Cidade also reference a site along the road to S. João da Foz and Matosinhos, by way of Arrábida. Where the road intersects the administrative limit of Termo do Porto, in 1384, and half way between the sites of Padrão de Lordelo and Padrão Quebrado, they locate and name the Sítio do Campo Alegre<sup>10</sup> [Site of the Joyful Field].

The missing project, to improve the Estrada para S. João da Foz e Matosinhos in 1855<sup>11</sup>, would surely confirm the existence of a *padrão* (cross or *cruzeiro*) marking the Sítio do Campo Alegre, as occurs in the sites of Vilar, Padrão Quebrado and Lordelo. However, despite the different urban significance of Sítio do Campo Alegre compared to other *padrão* locations – as it does not correspond to the intersection of significant roads in the city's extramural territory – the existence of a *padrão* there is worthy of consideration.

All together, the three locations and the site, mapped and named by the city along the Estrada para S. João da Foz e Matosinhos, divide the ascending and descending path to Monte da Arrábida into three equivalent segments and, consequently, of approximate journey time.

The distance between locations/sites is approximately equal to 500–600m, about 1/10 of the standard-measure *légua* [league] (5800–6000m), length known as the reference in demarcating the main roads crossing the Portuguese territory using *padrões* (milestones)<sup>12</sup>.

This finding raises the hypothesis that Lugar do Padrão de Vilar, Lugar do Padrão Quebrado, Sítio do Campo Alegre and Lugar do Padrão de Lordelo, in Monte da Arrábida and along the Estrada para S. João da Foz e Matosinhos, more than marking intersections, indicated distances, integrating a scale of intermediate graduation of the main roads crossing the extramural territory of Porto<sup>13</sup>. [Figure 2]

||

Progressing from the 1830s onwards, we find the Padrão Quebrado and the Sítio de Campo Alegre, atop the Monte da Arrábida, as centres of irradiation of urban places of particular identity, structure and meaning.

The urban expression of each of these urban locations and site is determined by their relative position along the road, regarding

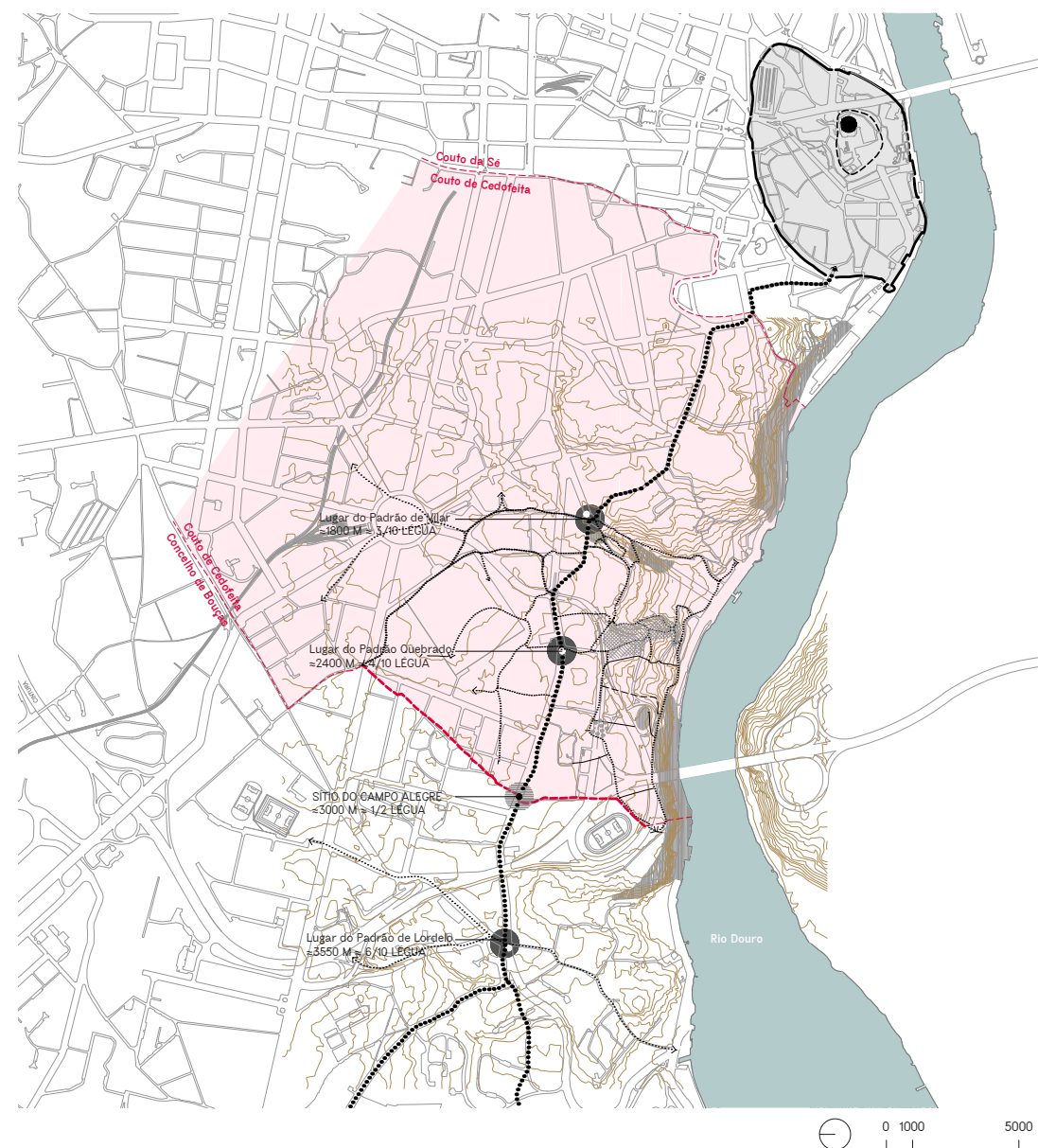


Figure 2  
Map of the regulatory system organizing the rural parcelling of Arrábida Mount, in the area belonging to Couto da Colegiada de S. Martinho de Cedofeita (2017–2020, Sílvia Ramos©, drawing by Sílvia Ramos).

the city, and by the specific circumstance of the territories they communicate with. Their essential and distinctive characteristics are explicitly expressed in the urban models and typologies of building they absorb. Each location's urban expression outlines an imaginary, permeable and flexible border between them.

The urban location of Padrão Quebrado, in Alto da Arrábida [Top of Arrábida], closer to the city and on the road to the important river town of Massarelos, is transformed, throughout time, in line with city's eastern continuum, with its more common, undistinguished and banal characteristics.

Since the early 19th century, in Lugar do Padrão Quebrado, the fronts of the old agricultural plots facing the Estrada para S. João da Foz e Matosinhos are used for street housing, for sale or rental. For this purpose, the agricultural parcels are divided into long and narrow plots, usually with a single front. The plots are considered individually or associated in groups and built as single pieces or subdivided into smaller units. Invariably, the building rises near the road. The buildings present one or two floors, and can increase in floors over time. Access to the interior of the building takes place directly from the public space, except those buildings on slightly larger plots, with lateral access directly to the courtyard. The building façades are characterized by a door opening on the ground level, and windows on the upper floors, all with regular proportions and rigorously vertical<sup>14</sup>.

Progressively, the residential condition of Lugar do Padrão Quebrado was intersected by industrial and commercial dimensions.

Residential buildings were joined by small manufacturing units – such as workshops and warehouses – and the compartments adjacent to the public space are transformed into commercial establishments – such as pharmacies<sup>15</sup>.

The only large factory atop the Monte da Arrábida, although designated Fábrica de Fiação e Tecidos do Campo Alegre [Spinning and Fabrics Factory of Campo Alegre], was established in Padrão Quebrado, introducing a new urban dynamic in the site, determined by the entry and exit of workers at the beginning and end of the shift, the reception of raw materials and equipment, and the shipping of products for distribution<sup>16</sup>.

The Lugar do Padrão Quebrado receives worker/popular housing, with different typologies, for those working atop the Monte da Arrábida and those working in the surrounding area. Several private courtyards are used to build “ilhas”, with a variable number of single-storey houses or, occasionally, two-storey houses, of reduced area and with diverse organizations, always without expression upon the public space. Vila Rodrigo<sup>17</sup> is organized as small plots with a narrow front facing the public street, and Bairro José Passos<sup>18</sup> with buildings on the street. The Bairro Operário de Entre Campos and the Bairro da Arrábida<sup>19</sup> were built with preferential access through Lugar do Padrão Quebrado.

This type of urbanization of Lugar do Padrão Quebrado determines a high population and building density as its fundamental landscape characteristics, and therefore the presence of nature loses prominence.

In turn, the Sítio de Campo Alegre – 550–600m from Lugar do Padrão Quebrado in the direction of the sea, opposite the city, and giving way to the inhospitable ridge of the Arrábida rock – was developed as “another city” with characteristics of a romantic worldview.

From the mid-19th century, in the city's surrounding territory, the Sítio do Campo Alegre presented itself as an alternative. In contrast with the dense and compact, dangerous and unhealthy city, Campo Alegre with its fields and some leisure farms on its steep slope facing the Douro, offers the enchantment of wild topographies, of natural and the rural environment, the possibility of living with pure air and clean water, in a landscape of wide views, a safe space to establish a family that is simultaneously near the sites of social, cultural, leisure and business life, which continue to only be possible in the city.

In these conditions, the Sítio do Campo Alegre aroused the interest of the more economically and culturally favoured class of Porto's society, which elected this as one of its favourite locations to establish a home. The families that settled in Campo Alegre were mainly foreigners, from the so-called “English colony” of Porto, or the inhabitants of Porto who coexisted with them. In Campo Alegre, these families not only found an alternative to living in the city, but also the possibility of realizing their cultural understanding of habitat, characterized by the values of domesticity, privacy and comfort, with roots in the countryside and, simultaneously, in contact with the urbanity involved in a specific concept of city<sup>20</sup>.

Independently of when the houses in Campo Alegre were built, or the dimension of the plots intended for construction, or the type of urbanization guiding that construction, the “house of Campo Alegre” is unquestionably urban, composed by the fundamental elements of a single-family house and a garden, in close relationship. The residential house arises, without exception, detached from the plot's limit, often isolated inside the property, refusing a direct connection with the public space. However, the house is positioned according to the layout of the street that provides access. A transparent fence, which replaces the tall and opaque walls of the old agricultural fields, filters the house's contact with the public space. The gardens are updated in their concept. In general, their design is based on a picturesque concept, which gains expression, on the one hand, by the diversification of planted species, exotic trees and the selection of plants for the flowerbeds, and on the other hand, by a diversified set of recreational equipment, including small lakes, fountains, arbours, greenhouses and gazebos<sup>21</sup>.

Even when, already in the 1930s, townhouses were built for rental in Campo Alegre, these are placed far from the street. The transition between the plot's interior space and the exterior public space consists of a low, partially transparent wall, and the area between the wall and the house's interior is used for small gardens that prolong the plot's rear area<sup>22</sup>.

This type of urbanization in Sítio do Campo Alegre determines a landscape of low population and building density, and consequently a significant presence of natural elements in their varied forms.

The urban landscapes of the Lugar do Padrão Quebrado and Sítio do Campo Alegre are composed, therefore, by differentiated and contrasting values. In the early 20th century, travelling along the Estrada para S. João da Foz e Matosinhos in the direction of the sea, passing through Alto da Arrábida, one would find, when reaching the top of the hill, a banal, factory/worker city and nearing the descent, an exotic residential city, cultured/wealthy, painted with a lush green.

In the imaginary transition between the two environments, the street houses are larger and gain a front yard and grating in the transition to the public space, when the old Estrada para S. João da Foz e Matosinhos is aligned and widened<sup>23</sup>.

### III

The 20th century brings a tendency to generalize an interpretation of Estrada de S. João da Foz e Matosinhos, passing through Monte da Arrábida, which does not admit its profile as composed by a set of locations and sites of contrasting forms and environments.

This is indicated, in the end of the previous century, by the choice of the toponym Campo Alegre to name that section of road that, improved in its profile (widened and aligned), is accepted as "street", an urban element that, as a rule, is associated with a continuous longitudinal profile and a repetitive transverse profile. This choice erases the location and site from the toponym associated with the road/street, and casts the Padrão Quebrado to the condition of a memory<sup>24</sup>. As the memory of the Padrão Quebrado fades and the aura of the exotic Campo Alegre garner's the city's enthusiasm, the contrasting forms and environments that characterize the profile of the Rua do Campo Alegre lose understanding and potential for their qualification.

The tendency for oblivion or obscurity of the old Lugar do Padrão Quebrado and Sítio do Campo Alegre by the city's cartography in characterizing the homonymous street and adjacent territory is confirmed by the sequence of five partial urbanization plans, developed between the 1930s and 1970s, for the Alto da Arrábida<sup>25</sup>.

These plans share a decision to homogenize the landscape of Rua do Campo Alegre by extending the exotic environment, which gives it its name, to the old Lugar do Padrão Quebrado and its area of influence. In all proposals, the green wooded surfaces dominate over built surface, on the south side of the street. In all of them, the southern elevation of the streets is a continuous green curtain, through which one can see architectural elements of diverse types<sup>26</sup>. This character is expected to contaminate the design on the opposite side of the street, as is already occurring<sup>27</sup>.

This option is independent of the degree of integration with Alto da Arrábida, of the architects/urbanists who authored the plans, and of the conceptual model these architects/urbanists invoked to guide the design, always aligned with the most recent experiences of international urban design<sup>28</sup>. It seems to result, only, from a certain impossibility of deepening the knowledge about the process of urban transformation of Alto da Arrábida. This would suggest a design based on a notion of thickness and depth of overlapping strata in time, which, in the present inhabited space, would confirm its evident continuities and clarify its apparent discontinuities, by deciphering the elements that constitute its fundamental characters.

However, in the late 20th century, the polarized identity of Rua do Campo Alegre, in Lugar do Padrão Quebrado and Sítio do Campo Alegre, is interpreted and projected in contemporaneity. Due to various circumstances, none of the partial urbanization plans developed for Alto da Arrábida are fully implemented, especially regarding the revision of the street's urban landscape, which continues to reveal traces of the Lugar do Padrão Quebrado and Sítio do Campo Alegre.

In the 1970–90s, this set of plans is followed by Pole 3 of the University of Porto<sup>29</sup>. The first formal phase of this plan suggests an invocation of Lugar do Padrão Quebrado, stressing its identity with a layer of contemporary use and meaning. The Padrão Quebrado is projected as the Pole's area of greater density of buildings and concentration of a larger number of common services, especially open to the community; and is associated with an urban dynamic of singular intensity<sup>30</sup>.

The University's action along the Rua do Campo Alegre is not limited, however, to the Lugar do Padrão Quebrado. The institution has been established in Sítio do Campo Alegre for some time, and has been concerned and taken action to preserve a fundamental part of the natural and built heritage that is most significant to the preservation of its identity<sup>31</sup>.

The possibility, explored in the late 20th century, after a period of oblivion or obscurity, to continue to rethink the territory atop the Monte da Arrábida by investing in Rua do Campo Alegre (segment of the old Estrada para S. João da Foz e Matosinhos) and the Lugar do Padrão Quebrado and Sítio do Campo Alegre, is the basis for any contemporary Urban Project that seeks to design

the territory, not by establishing a new network superimposed upon a pre-existing reality, disregarding its specificities, but by consolidating or re-inventing the old “practiced locations”, promoting them to “places of memory”<sup>32</sup>.

Without the Lugar do Padrão Quebrado and the Sítio do Campo Alegre, associated with the Lugar de Vilar and the Lugar de Lordelo, the image of disorder that, upon first reading, characterizes present-day Rua do Campo Alegre and the adjacent territory atop the Monte da Arrábida will never be unravelled. Clearly it is merely a mysterious expression of a territory that is, as many others, in need of meaning and content to project itself into the future.

## Notas

1. 1995, “Plano da Marginal do Douro: Setor de Massarelos”, Manuel Fernandes de Sá and Francisco Barata; 2001, “Requalificação dos Caminhos do Romântico”, Graça Nieto Guimarães; 2003, “Ponte do Gólgota”, António Adão da Fonseca and Álvaro Siza Vieira; 2008–2020, Plano da Linha do Metro.
2. Alves Costa, Carvalho, 1995, p.44–47.
3. Conviction about this study’s feasibility was corroborated by several previous reflections, in particular Verhulst, 1995 and Jong, Voordt, 2005.
4. “Planta topográfica da Cidade do Porto”, [1877–92] (AHMP D-CDT/A4–51).
5. *Plantas antigas da cidade: século XVIII e a primeira metade do século XIX*, 1943 (planta original em MNSR Inv 93 Lit.).
6. Tavares, 2011, no page number.
7. Ramos, 1994, p.166.
8. The attempt to identify the origin of this planimetry, regarding both its dating and promoters, is inconclusive. Although a Roman military lookout point is known to have existed in Alto da Arrábida, and the map “Porto e Arrabalde, linhas de D. Pedro e Posições do Exército de D. Miguel”, of 1833, suggests characterizing its rural landscape as a cadastre recalling Roman centuriations, the area is actually very different from that identified, for example, in the territory under direct influence of the city of Braga or Italian and French cities, such as Pavie, Cesena or Orange. The structure of the rural landscape rebuilt in Alto da Arrábida may eventually correspond to medieval cadastre, accommodating previous periods, derived from the actions of the Colegiada de Cedofeita during the Christian Reconquest.
9. Padrão de Lordelo: “Planta topográfica de uma parte da estrada de Matosinhos no sítio do padrão de Lordelo (...) para alargamento e melhoramento da mesma estrada”, 1869 (AHMP. D-CDT/A3–436). Padrão Quebrado: “Plano que mostra (...) alguns prédios, e caminhos públicos, (...) entre a igreja da Boa Viagem e a estrada de Matosinhos, como a direção e extensão de uma mina (...)”, 1842 (AHMP, D-CDT/A5–15). Padrão de Vilar: “Plano topográfico levantado na precisa extensão de norte a sul, desde o sítio do padrão de Vilar, até à alameda e cais de Massarelos (...)”, 1824 (AHMP, D-CDT/A3–45).
10. “Plano traçado para sobre ele se estabelecer o alinhamento da estrada de Matosinhos, (...) seguindo como linha de pavimento o mesmo perfil da estrada atual”, 1859 (AHMP D-CMP/3(155)).
11. “Salavert: compra, transação e permutação entre a Câmara e diversos de uns terrenos no sítio de Salavert, freguesia de Lordelo do Ouro”, 1855 (AHMP A-PUB/600, p.11).
12. The practice of demarcation with *padrões* separated by a league along some main roads in the Portuguese territory is well known (Almeida, 1968, p.94–96; Bragança, 2014, p.143–160). The practice dates to the late 16th century or later, as part of the church’s extensive project to mark the territory, integrated in a program of rechristianization of the rural community and as a reaction to the new churches in the context of the Catholic Renaissance, the Counter-Reform, and/or the program of *crosses or milestones* by Francisco de Holanda in “Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa”, from approximately the same date (Holanda, 1879, p.17–18).
13. Attempting to continue the demarcation of the road of S. João da Foz and Matosinhos eastward to Padrão de Vilar, considering the measurement standard of 550–600m, we conclude that from that site to Porta do Olival, on the Fernandine wall, is three units, about 1650–1800m. This means that, with reference to Porta do Olival, the road to S. João da Foz and Matosinhos crossed the eastern limit of Couto da Colegiada de S. Marinho de Cedofeita at about 1/10 of a league and its western limit at about 5/10, that is, half league away. This had been, until 1384, the dimension of Termo do Porto, after its expansion (RAMOS, 1994, p.166).
14. Series of requests for construction license (LO) presented to the City Hall of Porto, since 1841 (AHMP).
15. LO 791/1910, AHMP D-CMP/9(52), p.442–445; LO 1294/1922, AHMP D-CMP/9(354), p.418–424; S/nome, 1934, AHMP D-CMP/9(743), p.606–623; LO 1279/1935, AHMP D-CMP/9(743); LO 1087/1938, AHMP D-CMP/9(964); LO 461/1923, AHMP D-CMP/9(374), p.292–297; LO 1394/1912, AHMP D-CMP/9(138), p.439–445; LO 929/1910, AHMP D-CMP/9(55), p.122–126; LO 172/1908, 1907. AHMP D-CMP/7(206), p. 183–185.
16. The urban importance the Fábrica de Fiação e Tecidos do Campo Alegre acquired in time is expressed in the sequence of requests for construction licences from the Town Hall of Porto: LO 52/1907, D-CMP/7(189), p.257–259; LO 555/1907, D-CMP/7(197), p.251–256; LO

161/1908, D-CMP/7(209), p.314-319; LO 652/1910, D-CMP/9(50), p.244-250; LO 377/1913, D-CMP/9(149), p.321-323. LO 775/1921,

D-CMP/9(317), p.344-346; LO 413/1921, D-CMP/9(310), p.57-60; LO 1328/1923, D-CMP/9(390), p.155-162; LO 508/1923, D-CMP/9(375), p.31-41; LO 530/1924, D-CMP/9(417), p.153-159. LO 928/1925, D-CMP/9(458), p.107-110; LO 1280/1938, D-CMP/9(980), p.563-577.

17. LO 1045/1908. AHMP D-CMP/7(218), p. 210-218.

18. “Planta Topográfica da Cidade do Porto”, 1892. AHMP D-CDT/A4-51.

19. Bairro Operário de Entre Campos, 1914-1917: “Bairro Operário de Entre Campos. Projeto de um grupo de quatro casas”, s/data (AHMP Guia 0019-2003.0085); “Viela de Entrecampos e Viela da Arrábida: projeto de bairros operários”, 1915 (AHMP D-CMP/17(17)); “Viela de Entre Campos: projeto de alargamento nesta viela para a construção de um bairro operário: expropriação”, 1915 (AHMP D-CMP/20(40)); “Rua central da Colónia Viterbo de Campos”, 1923 (AHMP D-CMP/12/37). Bairro da Arrábida, 1918-20/1922-23: IHRU PT DGEMN: DREM-0811; IHRU DES.00882480 (e seguintes).

20. In Sítio do Campo Alegre, these families constituted a close neighbourhood, a unit of close relationships, which reproduced itself socially through marriage and business. They shared different cultures, languages and religious confessions; converged in their mode of life, namely, their taste for the arts, gardening and sport; they integrated the city's business and leisure life. Evidence of the presence of these families in Campo Alegre, the Oporto Cricket Club was founded about 1904 and definitely established in this area. This club was joined, between 1928 and 1938, by the Kadoorie Mekor Haïm synagogue, the Parish Church of the Blessed Sacrament, between 1924 and 1927, and the German School (first installations inaugurated in 1932).

21. Reference to the group of houses, first, in Sítio do Campo Alegre on Estrada para S. João da Foz e Matosinhos (namely the houses of João Henrique Andresen, Gustavo A. Burmester and Pedro Maria Fonseca de Araújo), then on António Cardoso and Guerra Junqueiro streets (namely, the houses of the Allen, Lehman, and Cassels families) and finally the set of streets opened among them by initiative of a group

of local property owners, led by António de Bessa Leite (AHM A-PUB/689, p.12).

22. LO 998/1934, AHMP D-CMP/9(700), p.678-694; LO 1619/1935, AHMP D-CMP/9(754); LO 1941/1937, LO 1167/1938 AHMP D-CMP/9(970), p. 368-387; LO 1078/1937. AHMP D-CMP/9(875), p.155-158; AHMP D-CMP/9(909), p.377-400; LO 1078/1937. AHMP D-CMP/9(875), p.153-178.

23. In particular, the houses of Jorge Reid and Anna Murat, about 1910 (AHMP LO 451/1910, d-CMP / 9 (46), p. 282 and LO 258/1910, d-CMP / 9(42), p.253).

24. “Planta topográfica da Cidade do Porto”, [1877-92] (AHMP D-CDT/A4-51).

25. O “Plano Regulador da Zona do Campo Alegre”, Giovanni Muzio, 1939-43; “Plano Parcial de Urbanização do Campo Alegre - Nova entrada na Cidade pela Ponte da Arrábida”, Januário Godinho, 1949-55; “Plano Parcial do Campo Alegre”, [Robert Auzelle], 1956-66; “Plano de Urbanização da Zona do Campo Alegre e Estudo de Pormenor do Setor da Arrábida”, Fernando Távora, 1968-74.

26. The purest expression of this idea was attempted by Januário Godinho with the design of Parque Sul da Cidade for Alto da Arrábida: a public park, with sports, recreational and cultural equipment offering the environment of Campo Alegre to the city.

27. Studies by Arménio Losa and Cassiano Barbosa (1959-63) for a set of plots on the northern face of Rua do Campo Alegre, integrated in Januário Godinho's plan.

28. Giovanni Muzio, Italian, designed the new area of residential expansion with a civic centre, according to the classic understanding of making a city, influenced by a modern urbanism affiliated in the Athens Charter; Fernando Távora, in designing the civic centre of Arrábida is affiliated with Le Corbusier and Josep Lluís Sert, namely in the discussions “The Heart of the City” and “A New Monumentality”; Januário Godinho's proposal recalls passages from “County of London Plan”, by Sir Patrick Abercrombie; the civic, commercial and religious centre, with housing, of the “Plano Diretor da Cidade”, was designed given the experience of Robert Auzelle; Fernando Távora studied the “Centro Direcional” of Campo Alegre in light of the experiences with the concepts of “single building” and “macro-building”, the latter associated with the concepts of “megaestrutura” and

## Notas

“groundscraper”.

29. “Plano Geral do Polo 3”, Nuno Tasso de Sousa, 1978-94.

30. “Plano Geral do Polo 3”, Nuno Tasso de Sousa, 1983.

31. Prior to the implementation of Pole 3 in Alto da Arrábida, the installation of the University of Porto in Sítio do Campo Alegre occurred in the following order: in 1937, the University manifests an interest in installing in Campo Alegre; in 1949, the Portuguese State bought the Andresen House, which would be given to the University; in 1951, the Botanical Gardens are established in the former Andresen House; in 1953, the University Stadium is inaugurated in the old Andresen House; in 1956, the Burmester House is given to the University, following expropriation of land in the Botanical Garden and University Stadium / “Programa das novas instalações da Universidade do Porto na zona do Campo Alegre” - “Centro Desportivo da UP” (University's expansion program); in 1977, the House of Pedro Maria da Fonseca Araújo is integrated within the University.

32. Alves Costa, 2012.

## Bibliografia

- Almeida, C. A. F. de (1968). *Vias medievais Entre Douro e Minho*. Bachelor's thesis, Faculty of letters of the University of Porto, Porto, Portugal.
- Alves Costa, A. (2012). O direito ao lugar. In *Colóquio Da Cidade ao Urbano*, Escola de Arquitetura a Universidade do Minho, Guimarães.
- Alves Costa, A, Carvalho, A. (1995). Descontinuidades. *Boletim*, V 26-27, p.44-47.
- Bragança, P. (2014). *Lugares de habitar entre a terra e o mar. Apontamentos sobre temas do território - no Entre Douro e Minho*. Dissertação de mestrado integrado, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Beresford, M. W. (1979). *Medieval England Survey*. Cambridge: Cambridge Press.
- Carvalho, H. (2008). *O povoamento romano na fachada ocidental do "Conventus Bracarensis"*. Dissertação de doutoramento, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Castro, J. B. (1972-63). *Mapa de Portugal antigo e moderno*. Lisboa: Off de Francisco Luiz Ameno.
- Chouquer, G. (2007). *Quels scénarios pour l'histoire du paysage?: orientations de recherche pour l'archéogéographe essai*. Coimbra: Centro de Estudos Arqueológicos de Coimbra e Porto.
- Holanda, F. (1879). *Da fábrica que falece à Cidade de Lisboa*. Porto: Imprensa Portuguesa.
- Merlin, P. (1988). *Morphologie urbaine et parcellaire*. Saint-Denis: Presses Universitaires de Vincennes.
- Monteiro de Andrade, A.J. (1943) *Plantas antigas da cidade: século XVIII e a primeira metade do século XIX*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Ramos, L. A. O. (1995). *História do Porto*. Porto: Porto Editora.
- Ramos, S. (2017). *Campo Alegre Cidade: da sua longa metamorfose*. Tese de doutoramento, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Ramos, S. (2015). Campo Alegre: evolução e persistência de um designio. In N. Norte, A. Almeida (Ed.) *Atas do PNUM 2015. Formas Urbanas nos Territórios de Influência Portuguesa. Análise, Desenho, Quantificação*. Coimbra: Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Coimbra.
- Tavares, R. (2011). A Carta Topographica da Cidade do Porto de 1892 - uma base cartográfica para a gestão urbanística municipal. In: M. H. G. Braga e M. G. Fernandes (Coord.) *A Planta da Cidade do Porto no século XIX: cartografia e urbanismo.*, Porto, Câmara Municipal do Porto, Pelouro do Conhecimento e Coesão Social, Departamento Municipal de Arquivos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de Geografia.
- Universidade Autonoma de Madrid (1974). *Estudios sobre centuriaciones romanas en España*. Cantoblanco: Universidade Autonoma de Madrid.
- Verhulst, A. *Le paysage rural: les structures parcellaires de l'Europe du Nord-Ouest*. Turnhout: Brepols.
- Jong, T.M de, Van Der Voordt, D. J. M. (2005). *Ways to study and research: urban, architectural and technical design*. Delft: Delft University Press.

## Ficha técnica

*EJI PATER II – Encontro de Jovens Investigadores  
em Património e Território*

Coordenação: Hugo Aluai Sampaio, Jorge Ribeiro,  
Márcia Oliveira, Daniela Cardoso, Juliana Alves, António Pereira,  
Natália Pereira, Ricardo Gôja, Sara Silva, Maria Inês Graça,  
Ana Lopes, João Carvalho, Luís Ferreira, Elaine Scalabrini, (coord.)

Design Gráfico: Macedo Cannatà

Editado por: Lab2PT  
Coleção Paisagens, Património & Território / Investigação  
Landscapes, Heritage and Territory Collection / Research

Impressão e acabamento: Copissaurio Repro-Centro  
de Impressão, Unipessoal, Lda

Tiragem:4

ISBN: 978-989-8963-51-2

Depósito legal:

Lab2PT

[www.lab2pt.net](http://www.lab2pt.net)

Instituto de Ciências Sociais  
Universidade do Minho  
Campus de Gualtar  
4710-057 Braga

Escola de Arquitetura, Arte e Design  
Universidade do Minho  
Campus de Azurém  
4800-058 Guimarães

© 2022, Lab2PT e autores



Universidade do Minho  
Instituto de Ciências Sociais



Universidade do Minho  
Escola de Arquitetura, Arte e Design

Esta iniciativa foi apoiada através do Financiamento Plurianual do Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT), Ref.<sup>a</sup> UID/04509/2020, financiado por fundos nacionais (PIDDAC) através da FCT/MCTES.

**FCT** Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia

A Coleção Paisagens, Património e Território promove a publicação de textos nas linhas Investigação, Ensaios e Catálogos, sob a chancela do Lab2PT com objetivo de auxiliar à circulação e divulgação de produção científica de excelência dentro das áreas abrangidas pela unidade de I&D – Arqueologia, Arquitetura e Urbanismo, Design, Geografia, Geologia, História e Artes Visuais.

Já com duas edições realizadas, O EJI – PATER tem como objetivo ser um evento científico de partilha, discussão e reflexão direcionado para os jovens investigadores e profissionais que trabalham nas mais diversas áreas científicas, como a Arqueologia, a Antropologia, a Arquitetura, a Geologia, a História, a Geografia, as Artes Visuais entre muitas outras. O presente livro resulta dos trabalhos apresentados no EJI – PATER II – 2º Encontro de Jovens Investigadores em Estudos do Património & Território, realizado entre 6 e 7 de junho de 2019, na Universidade do Minho.